



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
DOUTORADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

TOPÔNIMOS E HISTÓRIA AMBIENTAL NO RIO GRANDE DO SUL

Melissa Heberle Diedrich

Lajeado, abril de 2020

Melissa Heberle Diedrich

TOPÔNIMOS E HISTÓRIA AMBIENTAL NO RIO GRANDE DO SUL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade do Vale do Taquari, como parte da exigência para a obtenção do grau de Doutora em Ciências, na área de concentração Espaço, Ambiente e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Neli Teresinha Galarce Machado

Lajeado, abril de 2020

Melissa Heberle Diedrich

TOPÔNIMOS E HISTÓRIA AMBIENTAL NO RIO GRANDE DO SUL

A Banca examinadora abaixo aprova a tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari – Univates, como parte da exigência para a obtenção do grau de Doutora em Ciências:

Dra. Neli Teresinha Galarce Machado – Universidade do Vale do Taquari

Dr. Kleber Eckert – Instituto Federal do Rio Grande do Sul/Câmpus Bento Gonçalves

Dra. Mara Alini Meier – Instituto Federal do Rio Grande do Sul/Câmpus Feliz

Dr. Marcos Rogério Kreutz – Universidade do Vale do Taquari

Para Dallila e Irena (*in memorian*), que acompanharam
o início desta jornada e sempre foram exemplos.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Neli Teresinha Galarce Machado, por toda a sua acolhida e confiança desde o início do curso de doutorado, pela orientação desta pesquisa, pelo seu constante entusiasmo e pelas palavras animadoras.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, pelas maravilhosas aulas e por todos os conhecimentos compartilhados. Aos colegas do curso, pelas conversas e trocas, pelos momentos de descontração e incentivo.

Ao Prof. Dr. Kleber Eckert e ao Prof. Dr. Marcos Rogério Kreutz, pelas suas valiosas contribuições na qualificação do projeto desta tese. A ambos e à Profa. Dra. Mara Alini Meier, que tão prontamente se dispuseram a colaborar com este trabalho, participando da banca avaliadora.

À Univates, instituição na qual ingressei há vinte anos no curso de Licenciatura em Letras e que sempre esteve presente em minha caminhada.

Ao IFSul, por todo o apoio recebido e pela oportunidade de afastamento durante metade do período de realização da capacitação. Aos alunos das turmas já formadas do curso Técnico em Administração, que motivaram a busca por aperfeiçoamento.

Aos meus pais Joaquim e Renata e ao meu irmão, bem como a minha irmã e ao meu cunhado, por todo o auxílio, conforto e encorajamento. E à pequena afilhada Laís que, com toda a sua fofura, trouxe mais luz e alegria para os nossos dias.

Ao meu esposo Dirceu, por toda a sua calma, compreensão, disponibilidade e parceria incondicional.

À madrinha Lenira, pela amizade e torcida, e à querida Elci, pela sua fé e por todas as orações.

A todos os familiares, amigos e colegas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização deste trabalho que, além de constituir um passo importante em minha vida acadêmica e profissional, é também a concretização de mais um sonho.

Muito obrigada.

*“Os rios que eu encontro
vão seguindo comigo.
Rios são de água pouca,
em que a água sempre está por um fio.
Cortados no verão
que faz secar todos os rios.
Rios todos com nome
e que abraço como a amigos.
Uns com nome de gente,
outros com nome de bicho,
uns com nome de santo,
muitos só com apelido.
Mas todos como a gente
que por aqui tenho visto:
a gente cuja vida
se interrompe quando os rios.”*

(João Cabral de Melo Neto)

*“Nunca dê um nome a um rio:
Sempre é outro rio a passar.”*

(Mario Quintana)

RESUMO

A presente tese é uma contribuição à Onomástica, mais especificamente aos estudos toponímicos brasileiros e sul-rio-grandenses, bem como aos estudos ambientais, geográficos e históricos; à medida que apresentou o estudo da origem, motivação e alteração de nomes de cursos d'água das bacias hidrográficas do Rio Taquari-Antas e do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, Brasil, sob um enfoque histórico-ambiental. A História Ambiental apresenta caráter interdisciplinar, ao dialogar com áreas como a Arqueologia, a Geografia e a Linguística, constituindo-se como possibilidade de abordagem crítica do pesquisador frente a diferentes temas. Já a Lexicologia analisa os fenômenos lexicais como sendo o braço matriz da Linguística; a Onomástica está integrada à Lexicologia e realiza o estudo da etimologia dos nomes próprios, podendo investigar nomes de lugares ou topônimos, sendo o subnível desse último o hidrônimo, o nome do curso d'água. Constata-se que os estudos toponímicos sul-rio-grandenses ainda são incipientes, quando comparados a outros estados brasileiros, que inclusive já apresentam atlas nesse setor, por exemplo. Assim, utilizando metodologia qualitativa, em que são pesquisadas as influências imigratórias e o significado dos hidrônimos dessas duas bacias hidrográficas, os dados foram coletados em fontes como mapas e bancos de dados, arquivos, cartas anuais, sites de órgãos do governo e de comitês de bacias, entre outras. Com a organização do corpus, foram analisadas informações etimológicas, enciclopédicas, origem étnica e histórica do hidrônimo, procurando compreender sua motivação. Construiu-se um modelo de ficha lexicográfico-toponímica com base em Dick (2004b), linguista de referência na toponímia brasileira. Foi observada a maior fidelidade possível ao modelo original, mesmo com as dificuldades de recuperação dessas informações. Pensa-se que esta investigação tenha atingido seus objetivos, à medida que apresentou uma interpretação dos topônimos que contemplou os seus aspectos ambiental, cultural, geográfico, histórico e linguístico, apoiando-se, em especial, nos pressupostos da História Ambiental e nos critérios de classificação de Dick (1990 a 2004). Foram analisados 96 topônimos das bacias do Rio Pardo e do Rio Taquari-Antas: na primeira foram estudados 34 hidrônimos, três nomes de rios e 31 arroios, abrangendo dez municípios; já a segunda teve 62 hidrônimos analisados, 21 rios e 41 arroios, que abrangem 46 municípios. Concluídas as análises linguística e histórica dos hidrônimos, verificou-se que a proposta de Dick possibilitou uma avaliação global dos hidrônimos, comprovando a efetividade de sua aplicação, que pode ser adaptada às peculiaridades de cada estudo. Adicionalmente a essa categorização, propôs-se uma organização mais sintética conforme a motivação histórica dos hidrônimos, esperando-se contribuir com os futuros trabalhos que ainda possam ser desenvolvidos na área.

Palavras-chave: Bacia hidrográfica. Hidronímia. Imigração. Léxico. Patrimônio.

ABSTRACT

The present thesis is a contribution to Onomastics, more specifically to Brazilian and South Rio Grande toponymic studies, as well as to environmental, geographic and historical studies; as it presented the study of the origin, motivation and change of names of water courses in the hydrographic basins of the Taquari-Antas River and Pardo River, in Rio Grande do Sul, Brazil, under a historical-environmental approach. Environmental history presents an interdisciplinary character, when dialoguing with areas such as Archeology, Geography and Linguistics, constituting itself as a possibility for the researcher's critical approach to different themes. Lexicology, on the other hand, analyzes lexical phenomena as the main arm of Linguistics; Onomastics is integrated with Lexicology and studies the etymology of proper names, being able to investigate place names or toponyms, the sub-level of the last being the hydronym, the watercourse name. It appears that the toponymic studies in Rio Grande do Sul are still incipient, when compared to other Brazilian states, which even already have atlases in this sector, for example. Thus, using a qualitative and quantitative methodology, in which immigration influences and the meaning of the hydronyms of these two hydrographic basins are researched, the data were collected from sources such as maps and databases, files, annual letters, websites of government agencies and basins, among others. With the organization of the corpus, etymological, encyclopedic, ethnic and historical origins of the hydronym were analyzed, trying to understand their motivation. A lexicographic-toponymic record model was built based on Dick (2004b), a reference linguist in Brazilian toponymy. The greatest possible fidelity to the original model was observed, even with the difficulties of recovering this information. It is believed that this investigation has reached its objectives, as it presented an interpretation of the toponyms that contemplated its environmental, cultural, geographic, historical and linguistic aspects, based, in particular, on the assumptions of Environmental history and the criteria of Dick's classification (1990 to 2004). 96 toponyms of the Pardo River and Taquari-Antas River basins were analyzed: in the first, 34 hydronyms, three river names and 31 arroyos were studied, covering ten municipalities; the second had 62 hydronyms analyzed, 21 rivers and 41 arroyos, covering 46 municipalities. After completing the linguistic and historical analyzes of hydronyms, it was found that the Dick's proposal enabled a global assessment of hydronyms, proving the effectiveness of its application, which can be adapted to the peculiarities of each study. In addition to the author's categorization, a more synthetic organization was proposed according to historical motivation of hydronyms, hoping to contribute to future works that can still be developed in the area.

Keywords: Hydrographic basin. Hydronymy. Immigration. Lexicon. Patrimony.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Léxico: níveis de análise.....	67
Figura 2 – Onomástica.....	68
Figura 3 - Relação entre cultura de grupo e espaço geográfico.....	85
Figura 4 - Mapa das regiões e bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul.....	144
Figura 5 – Mapa das bacias hidrográficas do Rio Pardo e do Rio Taquari-Antas, do Rio Grande do Sul.....	150
Figura 6 - Mapa da BH Rio Taquari-Antas: municípios.....	151
Figura 7 - Mapa da BH Rio Taquari-Antas: rios e arroios.....	152
Figura 8 - Mapa da BH Rio Pardo: municípios.....	153
Figura 9 - Mapa da BH Rio Pardo: rios e arroios.....	154

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Formação linguística dos hidrônimos da BH Rio Pardo.....	166
Gráfico 2 - Formação linguística dos hidrônimos da BH Rio Taquari-Antas.....	166
Gráfico 3 - Classificação morfológica dos hidrônimos.....	174
Gráfico 4 - Taxionomia: natureza dos hidrônimos das bacias hidrográficas.....	181
Gráfico 5 - Taxionomia: natureza dos hidrônimos da BH Rio Pardo.....	181
Gráfico 6 – Taxionomia: natureza dos hidrônimos da BH Rio Taquari-Antas.....	182
Gráfico 7 – Categorias de natureza física dos hidrônimos das bacias hidrográficas.....	183
Gráfico 8 – Categorias de natureza antropocultural dos hidrônimos das bacias hidrográficas.....	184
Gráfico 9 – Categorias de natureza física e antropocultural dos hidrônimos da BH Rio Pardo.....	186
Gráfico 10 - Categorias de natureza física e antropocultural dos hidrônimos da BH Rio Taquari-Antas.....	187

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Obras selecionadas para a fundamentação teórica da pesquisa.....	96
Quadro 2 - Classificação Taxionômica de Dick (1990c).....	124
Quadro 3 - Ficha lexicográfico-toponímica de Dick (2004b).....	126
Quadro 4 - Ficha lexicográfico-toponímica de Silva, M. (2011).....	126
Quadro 5 - Ficha lexicográfico-toponímica de Marcuz (2016).....	128
Quadro 6 – Procedimentos metodológicos.....	141
Quadro 7 - Principais cursos de água (rios) das regiões hidrográficas do RS.....	146
Quadro 8 - Ficha lexicográfico-toponímica para registro do hidrônimo.....	156
Quadro 9 - Topônimos analisados na BH Rio Pardo e BH Rio Taquari-Antas.....	159
Quadro 10 - Municípios do RS de origem dos hidrônimos das bacias analisadas.....	161
Quadro 11 - Ficha lexicográfico-toponímica completa.....	162
Quadro 12 – Distribuição dos hidrônimos por município e bacia hidrográfica.....	164
Quadro 13 - Ficha lexicográfico-toponímica: análise linguística.....	165
Quadro 14 - Formação linguística dos hidrônimos.....	167
Quadro 15 - Estrutura morfológica e ocorrência de entrada lexical dos hidrônimos.....	175
Quadro 16 - Ficha lexicográfico-toponímica: análise histórica.....	179
Quadro 17 - Categorização taxionômica dos hidrônimos.....	188
Quadro 18 – Histórico dos hidrônimos: alteração, adaptação e influência em nome de município.....	190

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATAOB	Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira
ATB	Atlas Toponímico do Brasil
ATEC	Atlas Toponímico do Estado do Ceará
ATEMIG	Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais
ATEPAR	Atlas Toponímico do Estado do Paraná
ATESP	Atlas Toponímico do Estado de São Paulo
ATHMB	Atlas Toponímico-Histórico dos Municípios Baianos
ATITO	Atlas Toponímico de Origem Indígena do Tocantins
ATMT	Atlas Toponímico do Mato Grosso
ATEMS	Atlas Toponímico do Estado do Mato Grosso do Sul
ATT	Atlas Toponímico do Tocantins
BH	Bacia Hidrográfica
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDMPU	Centro de Memória, Documentação e Pesquisa da Univates
CODEVAT	Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MCN	Museu de Ciências Naturais da Univates
PNGRP	Projeto Nomes Geográficos do Estado do Paraná
r.	rio
RS	Rio Grande do Sul
SEMA	Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Sul

SERH	Sistema Estadual de Recursos Hídricos
STE	Serviços Técnicos de Engenharia
UNIVATES	Universidade do Vale do Taquari
USP	Universidade de São Paulo
VRP	Vale do Rio Pardo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 A HISTÓRIA AMBIENTAL	27
2.1 ESPAÇO, LUGAR, PAISAGEM, TERRITÓRIO E REGIÃO	27
2.2 HISTÓRIA AMBIENTAL NO CENÁRIO INTERNACIONAL E NACIONAL	31
2.3 HISTÓRIA AMBIENTAL NO CONTEXTO DO RIO GRANDE DO SUL	38
2.3.1 ASPECTOS HISTÓRICO-AMBIENTAIS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO RIO TAQUARI-ANTAS E DO RIO PARDO	45
3 O OBJETO DE ESTUDO DA CIÊNCIA TOPONÍMICA.....	56
3.1 A LÍNGUA E SUAS RELAÇÕES	56
3.2 O SIGNO LINGUÍSTICO E O SIGNO ONOMÁSTICO	63
3.3 A TOPONÍMIA	69
3.3.1 Origem dos topônimos	73
3.3.1.1 O Rio Grande do Sul e seus topônimos fundadores	83
3.3.2 Topônimos como patrimônio ambiental e cultural.....	84
3.3.3 Hidronímia	89
4 AS CONTRIBUIÇÕES DE DICK PARA A TOPONÍMIA BRASILEIRA ...	101
4.1 O TOPÔNIMO E SUA COMPLEXIDADE	103
4.1.1 O signo toponímico	104
4.2 O AMBIENTE E A ORIGEM TOPONÍMICA BRASILEIRA	108
4.2.1 A influência indígena	111
4.2.2 A influência do negro.....	114
4.2.3 Outras influências.....	117
4.3 CLASSIFICAÇÃO TAXIONÔMICA DOS TOPÔNIMOS.....	118
4.3.1 Ficha lexicográfico-toponímica.....	125
4.3.2 Hidrônimos e hidrotopônimos.....	129
4.3.2.1 Os termos genéricos	133
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	136
5.1 CIÊNCIA, METODOLOGIA E INTERDISCIPLINARIDADE NO ESTUDO DA TOPONÍMIA	134
5.1.2 Tipo de pesquisa e método	139
5.2 COLETA DE DADOS E ÁREA DO ESTUDO	141
5.2.1 O Rio Grande do Sul e suas bacias hidrográficas	141
5.2.1.1 Bacias hidrográficas do Rio Taquari-Antas e do Rio Pardo: localização	150
5.3 METODOLOGIA DE ANÁLISE	154

6 ANÁLISE DOS DADOS.....	159
6.1 CONFIGURAÇÃO GERAL DOS TOPÔNIMOS.....	159
6.2 ANÁLISE LINGÜÍSTICA: ENTRADA LEXICAL, ETIMOLOGIA E MORFOLOGIA DOS TOPÔNIMOS	165
6.2.1 Etimologia dos hidrônimos	166
6.2.1.1 Presença do latim, do espanhol, do português e das línguas indígena	169
6.2.1.2 Presença das línguas alemã e italiana.....	171
6.2.1.3 Presença da língua africana e outras línguas	172
6.2.2 Morfologia dos hidrônimos	173
6.3 ANÁLISE HISTÓRICA: MOTIVAÇÃO, ORIGEM E TAXIONOMIA DOS TOPÔNIMOS	178
6.3.1 Taxionomia: natureza e categoria dos hidrônimos	180
6.3.2 Histórico dos hidrônimos	190
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	197
REFERÊNCIAS	204
APÊNDICE	230
APÊNDICE A – Fichas lexicográfico-toponímicas	230
ANEXOS	345
ANEXO A - Mapa do Vale do Taquari e seus principais recursos hídricos	345
ANEXO B - Carta do Padre Francisco Ximenes para um superior, dando-lhe conta de uma entrada ao Rio Tebicuari.....	346
ANEXO C - Mapa do COREDE Vale do Rio Pardo	350
ANEXO D - Análise etimológica das taxionomias toponímicas	351
ANEXO E - Mapa da Hidrografia do Vale do Taquari.....	353
ANEXO F - Mapa da BH Rio Pardo e seus municípios	354
ANEXO G - Mapa Estrela Colônias (1887).....	355
ANEXO H - Planta Sesmaria Desterro (1897).....	356

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo está vinculado à linha de pesquisa Espaço e Problemas Socioambientais do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento¹, cuja área de avaliação da CAPES é Ciências Ambientais. Ao abordar a toponímia, mais especificamente a hidronímia do Rio Grande do Sul (RS), contemplando também sua história ambiental, pretende-se investigar questões culturais e multidisciplinares (históricas, sociológicas, espaciais, entre outras) que perpassam a linguagem. Dessa forma, a pesquisa apresentará ainda o estudo de temas como sociedade e migrações humanas, práticas culturais e comunicação. Com efeito, em relação ao estudo do *nome de lugar*² são muitas as possibilidades de análise para o linguista, bem como para o historiador, o arqueólogo, o geógrafo e o ambientalista, o que evidencia o caráter multidisciplinar da presente tese.

A área das Ciências Ambientais é interdisciplinar e propõe a interação entre saberes. Em vista disso, no presente trabalho serão utilizados conhecimentos das disciplinas Linguística, Geografia, História e conhecimentos ambientais para se entender o fenômeno dos topônimos, em consonância com Ciências Ambientais – Documento de área (2013; 2016), que evidencia que o objeto e temas de pesquisa da área são multidisciplinares e possibilitam a conexão entre diversos saberes, reflexões e perspectivas, buscando uma solução integrada

¹ Entre os projetos de pesquisa desenvolvidos pelo programa está o “Arqueologia, História Ambiental e Etno-história do Rio Grande do Sul”, coordenado pela Profª. Dra. Neli Teresinha Galarce Machado, orientadora da presente tese.

² Termo utilizado como sinônimo de “topônimo”, da mesma forma que autores como Dick (1990c), Seabra (2008) e Castiglioni, Barros e Isquierdo (2012); ou Morala Rodríguez (2006); Villalón (2013) e Cerrón-Palomino (2015): *nombre de lugar* = *topónimo*; também Capra et al. (2016): *place name* = *toponym* e ainda Marcato (2009): *nomi di luogo* = *toponimi*. Segundo Faggion e Misturini (2014, p.143), “topônimos são nomes de lugares, e nomear lugares é uma atividade muito antiga”.

para os problemas que se apresentam. Por consequência, a área ultrapassa os limites disciplinares e estuda os fenômenos complexos de forma complementar.

No que tange à História Ambiental, seu objetivo é focar os eventos históricos que formaram e transformaram a paisagem, mas que também foram modificados pelo ambiente, com destaque à paisagem como fonte de dados e de investigação (SOLÓRZANO; OLIVEIRA; GUEDES-BRUNI, 2009). Assim, essa disciplina precisa ultrapassar as antigas fronteiras geográficas da abordagem histórica, uma vez que atualmente são frequentes, na área, pesquisas sobre vales e bacias hidrográficas (CASTRO, 2013).

Enfim, a História Ambiental não é uma história utópica, uma vez que a História, bem como as Ciências Humanas, conservam proximidades e dialogam com o mundo, ao enxergar além da técnica. Enfim, essa dimensão histórica do conhecimento ambiental contempla necessidades do próprio meio social. De acordo com esse pensamento, a História Ambiental pode ser a área apropriada para o desenvolvimento de novos temas, métodos de pesquisa e fontes do historiador, levando-o ao aprofundamento de sua criticidade, tendo em vista o caráter interdisciplinar dessa disciplina, que dialoga com a Antropologia, a Biologia, a Demografia, a Sociologia, a Arquitetura, a Geografia, a Linguística e a Literatura (MARTINEZ, 2016).

Nesse sentido, ao se observar que a cultura é herdada e transmitida de geração para geração, por meio da comunicação linguística, que é influenciada pelo contexto ambiental, conectando homens e objetos com ambientes e situações; a linguagem, como componente cultural, ocupa a função de classificação e categorização do mundo. Além disso, enquanto produto histórico, ela mantém relação com a memória e a identidade, e necessita ser compreendida em seu contexto de produção (SEABRA, 2008).

Assim, o estudo dos nomes de lugar, realizado pela toponomástica ou toponímia é muito complexo. A toponomástica, incluindo a toponímia, trata dos nomes geográficos e recomenda-se sua divisão, conforme terminologia atual, em *toponímia* (documentação dos topônimos) e *toponomástica* (estudo dos topônimos). A *microtoponomástica* ou *microtoponímia* abrange os nomes de lugar “menores”, como os prados, por exemplo. (MARCATO³, 2009, p. 105). Contudo, a terminologia toponímia será adotada em seu sentido amplo na presente tese, da mesma forma que Eckert (2016b). Aqui se salienta que, nos

³ MARCATO, Carla. Professora de Linguística Italiana da Università di Udine.

estudos toponímicos, à água foi dedicado um campo específico: a hidronímia (ISQUERDO; SEABRA, 2010), sendo o hidrônimo o nome próprio do curso de água (MARCATO, 2009).

Em síntese, o papel dos topônimos e, mais especificamente dos hidrônimos, foco deste estudo, pode ser localizado em uma identidade espacial construída a partir de uma abordagem geográfico-cultural. Esses nomes têm uma função importante: no uso dos recursos naturais, quando traduzem as características da natureza; na alteração cultural do espaço geográfico, quando o moldam mental ou visualmente; e na construção da identidade, quando funcionam como uma legenda de sustentação emocional entre homem e lugar. Embora a identidade das majorias culturais não seja contestada no cotidiano, as minorias geralmente ocupam uma posição mais defensiva e sentem necessidade de demonstrar que marcaram sua presença por gerações e moldaram a paisagem cultural de um lugar específico (JORDAN, 2012).

O léxico toponímico permite que um mesmo topônimo ou nome de lugar designe lugares distintos, correspondentes a situações diversas. Isso ocorre porque o homem nomeia o espaço ao seu redor conforme seus saberes, a partir da convivência social - léxico regional (SEABRA, 2008). Pois, os nomes de lugar, além de refletirem características naturais do espaço, refletem características da colonização e eventos históricos do lugar, da economia, do uso da terra e de antigas relações feudais. No entanto, o significado de vários nomes não é transparente para as pessoas que os usam hoje, tanto por apresentarem uma origem antiga da própria língua como por terem origem em línguas anteriores do lugar. Um exemplo é o caso dos grandes rios, que sofreram adaptações morfológicas e fonéticas (JORDAN, 2012).

Logo, o tema da presente pesquisa, os hidrônimos das bacias hidrográficas do Rio Taquari-Antas e do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, ancora a sua pertinência. Levando-se em conta que, em relação à configuração da paisagem, a água é um elemento de destaque, um bem imprescindível e um dos elementos constitutivos mais determinantes do repertório toponímico de qualquer área geográfica (MORALA RODRÍGUEZ, 2006), o estudo dos nomes de rios e arroios de duas bacias desse estado poderá trazer contribuições à toponímia brasileira. Como resultado, este trabalho procurará contribuir não somente com os estudos lexicais, bem como com os estudos ambientais, geográficos e históricos.

Partindo-se da problemática sobre quais seriam as origens históricas, as influências imigratórias, a motivação toponímica e o significado de topônimos das bacias hidrográficas do Rio Taquari-Antas e do Rio Pardo – RS, foram levantadas as hipóteses de que a motivação

toponímica do estado sofreu influências dos imigrantes, entre eles, alemães, italianos, portugueses e de outras nacionalidades, além das influências das populações negra e indígena e de que não são conhecidos estudos específicos sobre os hidrônimos da área destacada, que é de grande riqueza cultural. Ademais, por serem feições geográficas eminentemente de natureza física, os nomes dados aos cursos d'água devem pertencer, em maior número, às taxionomias de natureza física, em contraposição aos nomes de acidentes humanos que, por sua vez, devem pertencer, em sua maioria, às taxionomias de natureza antropocultural.

O objetivo geral do presente trabalho é o de investigar os nomes de cursos d'água de duas bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul, ao trazer contribuições e ampliações aos estudos lexicológicos, especificamente no que diz respeito à hidronímia, e aos estudos geográficos, históricos e ambientais. Para tanto, na realização da presente pesquisa, procurou-se desenvolver os seguintes objetivos específicos: a) realizar o levantamento da principal bibliografia existente sobre os estudos toponímicos e hidronímicos, abrangendo o período de 1931 até 2019; b) caracterizar as regiões hidrográficas do Rio Grande do Sul, delimitando a área de abrangência do estudo; c) localizar, no tempo e no espaço, a ação dos imigrantes alemães, italianos, e portugueses, bem como das populações negra e indígena, no Rio Grande do Sul, nas regiões das bacias hidrográficas do Rio Pardo e Rio Taquari-Antas e seus vales; d) conhecer e explicitar a motivação toponímica na região de abrangência do estudo; e) identificar e descrever as possíveis trocas de nomes ocorridas para um mesmo hidrônimo; f) aplicar os critérios do modelo de classificação dos topônimos adotado por Dick (1990a, 1990b, 1990c, 1998, 1999, 2004a, 2004b), bem como verificar possibilidades de ampliação dessa proposta.

Considerando os topônimos repositórios históricos e avaliando o desconhecimento sobre os aspectos que envolvem os nomes de lugar pesquisados, faz-se necessário um estudo científico sobre o tema. A presente pesquisa justifica-se porque o estudo pode trazer resultados de interesse científico e social, aliado ao fato de não serem conhecidos estudos sobre os hidrônimos específicos da área de abrangência da investigação.

Como a atual tese se ocupará da toponímia em sentido amplo e da hidronímia em sentido estrito, cumpre esclarecer que se consideram topônimos os nomes próprios de lugares, sendo a classe dos hidrônimos um subnível da toponímia.

Nesse sentido, segundo Castiglioni, Barros e Isquardo (2012, p.147), “o estudo dos topônimos permite o conhecimento de aspectos da organização de uma região, pois as condições ambientais e sociais refletem-se na língua, principalmente no léxico, e, conseqüentemente, na toponímia”. Da mesma forma, os topônimos constituem uma rica temática de pesquisa na interface conhecimento local e conhecimento científico e são compostos por “elementos reunidos a partir da dimensão física, social e interna da paisagem” (ELERIE E SPEK apud CAPRA et al., 2016, p.90). A cristalização semântica dos nomes de lugar inclusive quando o sentido de seus elementos constituintes não é mais compreendido pela população de um determinado espaço, possui uma “considerável importância em uma pesquisa de caráter sócio-histórico” (SEABRA, 2008, p. 1959). Nesse contexto, o presente resgate da historicidade dos estudos linguísticos sob uma ótica geoambiental mostra a sua relevância.

Dick (1990c, p. 136) apresenta os topônimos como resultado de duas forças, o indivíduo e seu habitat, por isso seu desconhecimento ocasionaria a perda de elementos que poderiam esclarecer “detalhes obscuros da história do povoamento ou da ocupação territorial” de um determinado espaço. Segundo a autora, a toponímia, em especial a indígena, não deve ser analisada somente pelo ponto de vista da etimologia dos vocábulos, pois a “defasagem entre essa percepção da disciplina e a amplitude de seu verdadeiro espaço de trabalho é, de fato, muito grande”.

“Os topônimos são sinais importantes, indicativos da cultura, da história e da linguagem de um povo” (FAGGION; DAL CORNO; FROSI, 2008, p. 278). Como são bens patrimoniais e faz-se necessário que cada nação preserve e defenda todo objeto que revele sua cultura e história, os nomes de lugar constituem uma referência para o desenvolvimento de diversas atividades humanas, devido a isso, seu uso e conservação são necessários para divulgar “os costumes e tradições locais de que se nutrem os povos para confirmar sua nacionalidade”. Considera-se ainda o valor da toponímia para a formação de conceitos, principalmente os relativos a fenômenos e processos geográficos, até porque muitos topônimos locais têm conotação nacional. Esses termos são usados no estudo das paisagens e das regiões econômicas que dividem os territórios e na sua significação precisam ser considerados vários fatores, em especial os linguísticos, uma vez que por meio da escrita transmitem um significado que resume a história da economia, política e sociedade dos homens que habitaram ou habitam dado lugar (VILLÁLON, 2013, p.80).

Villalón (2013) complementa que muitos lugares são conhecidos por mais de um nome, o popular e o normalizado (oficial) e questiona como é possível defender topônimos sem conhecê-los e como divulgar ações para preservação dos nomes geográficos se não há identificação afetiva com eles. Destaca que a toponímia é um conteúdo relevante das disciplinas históricas e da Linguística, sendo por isso necessário conhecer as potencialidades para seu emprego a fim de se adquirir responsabilidade ante à proteção do patrimônio toponímico. Segundo ela, os estudantes, futuros políticos e pesquisadores, nomeiam as feições geográficas, valorizando-as e empregando-as.

No que tange à hidronímia, segundo Marcato (2009, p. 161-162, tradução nossa), o estudo desse tipo de topônimo ganha força não somente porque engloba nomes muito antigos, ao remontar às “camadas linguísticas pré-latinas”⁴, como pela possibilidade de “reconstrução da estratificação linguística de uma área”, até porque eles apresentam dificuldades na interpretação de sua etimologia. De acordo com ela, a designação de nomes aos rios na antiguidade ocorria por motivos práticos: “as vias navegáveis são referências importantes em um território, como caminhos de comunicação, sinais de fronteira”. Como resultado, os hidrônimos podem ser considerados testemunhas do passado (preservado, transmitido, adaptado), mesmo com a sucessão de línguas e povos no território.

Enfim, os hidrônimos, particularmente os que se referem aos grandes rios, “estão entre as denominações mais antigas da toponímia, o que geralmente pode ser sinônimo de uma especial dificuldade em sua interpretação” (MORALA RODRÍGUEZ, 2006, p. 1- 2, tradução nossa). Nesse sentido, estudos de Dick (1990a, p. 52, grifo nosso) evidenciam tal dificuldade:

[...] em grandes extensões territoriais como a do Brasil, dotado, além disso, de uma das maiores redes hidrográficas do mundo – para citar apenas um dentre os demais fatores físicos –, o levantamento completo da origem da doação de um determinado designativo para cursos d’água destituídos de maior expressividade, em um contexto regional distante daquele onde se encontra o pesquisador, seria, seguramente, **tarefa das mais difíceis e árduas**, só levada a termo inclusive com o apoio de um grupo de colaboradores.

⁴ O latim é uma “língua indo-europeia do grupo itálico, primitivamente falada no Lácio, antiga região da Itália, e, paulatinamente, em todo o império romano, e cuja existência está documentada desde o séc. VI a. C.” (FERREIRA, 2004).

Além da dificuldade relacionada à extensão territorial, Dick (1990c, prefácio, p.1, grifo nosso) comenta sobre as dificuldades ligadas à ausência de fontes e materiais específicos relativos ao nome de lugar:

A ausência de um material específico, que possa ser considerado didático, tem-se revelado uma das mais sentidas ausências no apreender da ciência dos nomes, desde que a bibliografia existente reporta-se a outras espacialidades, europeias e/ou americanas, **o que acaba por tornar difícil não só a aquisição das obras como a adequação de certos princípios, mais regionais, ao território brasileiro**. Cada povo tem as suas especificações “no dar os nomes” e no “vivenciar os nomes dados”. É a proximidade com o meio motivador que os torna adequados à uma discussão acadêmica mais proveitosa e, portanto, utilitária ao próprio aluno, que dela vai se servir⁵.

Então, segundo a autora, tais dificuldades exigem a adaptação de dados estrangeiros a nossa realidade, o que nem sempre é “convicente” ou “facilmente explicável”, uma vez que o criador do nome pertence a uma “cosmovisão que lhe é própria, e justificável para aquela perspectiva de vida”. Ademais, ela aponta a necessidade “de retirar da Toponímia o caráter secundário” que sempre apresentou no Brasil, permitindo que a disciplina adquira um caráter mais “abrangente”, “de conjunto” (DICK, 1990c, prefácio, p.1-2). Em relação a isso, Seabra (2008, p. 1955) chama a atenção para o fato de que a onomástica não possui uma literatura extensa na Linguística, contudo, tem chamado a atenção dos estudiosos quando destaca “a língua como fato social”, sendo que o estudo da referência vem ocupando espaço nesse contexto.

As pesquisas toponímicas brasileiras iniciam com a obra *Contribuição do Bororo à Toponímia Brasileira*, de Carlos Drumond (1965), estudo que teve continuidade coordenado por Dick, que propôs “investigações sobre a toponímia da cidade de São Paulo, que posteriormente levaram ao início do Projeto Atlas Toponímico do Brasil (ATB)” (SANTOS; DAL CORNO, 2014, p.113), o qual realiza estudos lexicais antropoculturais e etnolinguísticos, “contemplando as diversidades próprias de cada região” (SARTORI, 2010, p. 19). Em relação ao cenário dos estudos toponímicos especificamente no estado do Rio Grande do Sul,

⁵ Prefácio da própria autora.

[...] as pesquisas já realizadas e as em andamento são **incipientes e basicamente restritas à região da Serra Gaúcha**, iniciando com o projeto TOPONÍMIA (Os nomes da cidade de Caxias do Sul: vias, bairros, praças, monumentos – 2007 – 2009) e seguindo com o projeto TOPAC (A Toponímia de Caxias do Sul), ambos coordenados pela professora Vitalina Maria Frosi, na Universidade de Caxias do Sul (UCS) [...]. Destaca-se, ainda, a extensão desses estudos para outras investigações, em dissertações e teses concluídas ou em andamento sobre municípios da região de abrangência dos projetos: Bento Gonçalves (FAGGION; DAL CORNO; FROSI, 2008), Caxias do Sul (SARTORI, 2010 e SILVA, 2011⁶), Farroupilha (BARETTA, 2012), São Marcos (CIOATO, 2010). Os estudos até aqui, além de procurar desvendar aspectos linguísticos e culturais da região, visam também a lançar bases para um futuro Atlas Toponímico do Rio Grande do Sul (SANTOS; DAL CORNO, 2014, p. 114, grifo nosso).

A esse levantamento pode ser acrescentada a recente tese de doutorado de Misturini (2018), sobre os nomes de municípios da Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul (RCI-RS). Como conclusão, “no Rio Grande do Sul, dentro do que se sabe, os estudos toponímicos estão apenas sendo iniciados, pode-se dizer, são embrionários” (SARTORI, 2010, p.21), existindo atualmente uma “lacuna” a ser preenchida nos estudos toponímicos do estado (MISTURINI, 2018, p.21).

Diante desse panorama inicial, em pesquisa⁷ realizada no Banco de Teses e Dissertações da CAPES (2017), para o descritor “topônimos” foram encontrados 137 trabalhos, de 1996 a 2016. Os anos de 2009, 2011, 2012, 2014 e 2015 foram os de maior incidência de publicações, destacando-se 2014, ano em que 19 trabalhos foram publicados. Desses, os trabalhos que focam especificamente nos topônimos no Rio Grande do Sul são em número de seis dissertações de mestrado, as quais abordam o estudo dos nomes de municípios do Rio Grande do Sul, bairros, ruas e escolas⁸, com exceção de um trabalho mais atual e abrangente sobre os topônimos do Noroeste do Rio Grande do Sul, porém em perspectiva diferente do presente estudo.

Do total de trabalhos encontrados para o descritor pesquisado, verifica-se a existência de cinco dissertações de mestrado específicas sobre topônimos envolvendo o elemento da

⁶ Nesta investigação SILVA, M. (2011).

⁷ Pesquisa realizada em abril de 2017.

⁸ Trabalhos também citados por Santos e Dal Corno (2014).

paisagem “água” (rios e lagoas) ou a hidronímia de outros estados brasileiros, a saber: Santa Catarina, Paraná⁹, São Paulo¹⁰ e Mato Grosso¹¹ (2 trabalhos).

No mesmo banco de teses e dissertações, foram realizadas pesquisas com outros descritores, porém foi localizado um menor número de publicações referentes aos topônimos de forma geral: “toponímia” (128 trabalhos); “onomástica” (61 trabalhos) e “nomes de lugar” (10 trabalhos). Em relação ao descritor “onomástica”, além das cinco dissertações de mestrado sobre topônimos de cursos de água mencionadas anteriormente, foram localizadas duas teses de doutorado sobre esses topônimos, com foco no estado de São Paulo.

Para complementar a pesquisa, realizou-se consulta à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (2017), onde foram encontrados 78 trabalhos para o descritor “topônimos”, porém adicionando-se à lista somente duas publicações envolvendo topônimos que contemplam o elemento água: uma tese de doutorado sobre esses topônimos com foco no estado de Piauí, e uma dissertação de mestrado, com foco no estado de Minas Gerais¹². A pesquisa com os termos “toponímia” (76 trabalhos) e “onomástica” (34 trabalhos) não resultou em acréscimo à lista de trabalhos encontrados.

O Portal de Periódicos da CAPES (2017)¹³ também foi pesquisado. Por meio dos descritores “hidrônimos” e “Rio Grande do Sul”; “hidrotopônimos” e “Rio Grande do Sul” e “topônimos” e “Rio Grande do Sul” não foi encontrado nenhum material relativo ao assunto pesquisado. Para o descritor “toponímia gaúcha” foi localizado somente um artigo¹⁴, porém sobre nomes da cidade de Bento Gonçalves.

⁹ O estado possui o Atlas Toponímico do Estado do Paraná (ATEPAR) e o Projeto Nomes Geográficos do Estado do Paraná (PNGPR).

¹⁰ O estado possui o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo (ATESP).

¹¹ O estado possui o Atlas Toponímico do Mato Grosso (ATMT).

¹² O estado possui o Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (ATEMIG).

¹³ A Univates possui acesso a três bases de dados por meio do Portal Periódicos Capes: Scopus, Science Direct e ASTM Standards.

¹⁴ FAGGION; MISTURINI (2014).

Em pesquisa posterior, na plataforma EBSCO Academic (2018)¹⁵, para os descritores “topônimos” e “Rio Grande do Sul”, foram localizados somente 10 materiais que de fato abordavam a toponímia do estado, porém os mais atinentes à pesquisa são um livro¹⁶ relativo às cartas náuticas e um artigo¹⁷ sobre grafia de topônimos. Além desses, foi localizada uma dissertação¹⁸ de mestrado e uma tese¹⁹ de doutorado em Geografia contemplando topônimos do Vale dos Vinhedos e da Serra Gaúcha.

Por isso, por meio dessa análise sistemática realizada, verifica-se que não se encontram muitas investigações publicadas sobre topônimos no Rio Grande do Sul, o que justifica a necessidade de desenvolvimento do presente estudo.

A presente tese é estruturada em sete capítulos. No primeiro e atual capítulo, introdutório, são explicitados o tema, o problema, as hipóteses, os objetivos e a justificativa deste estudo. No segundo capítulo são vistos importantes conceitos relacionados à temática do espaço, do território e da história ambiental do estado do Rio Grande do Sul. No terceiro capítulo são explicadas as questões linguísticas, lexicais, onomásticas e toponímicas que dizem respeito ao corrente estudo hidronímico. No quarto capítulo destacam-se as contribuições de Dick (1990 - 2004) mais relevantes para este trabalho, complementando os conceitos abordados no capítulo anterior. No quinto capítulo são mostrados os procedimentos metodológicos que serão adotados para o levantamento, a categorização e a análise dos hidrônimos. Já o sexto capítulo é dedicado à análise dos dados e o sétimo traz as considerações finais da pesquisa. Por fim, são apresentadas as referências bibliográficas do estudo.

Encerrada esta parte introdutória, o próximo capítulo abará o aporte teórico da presente pesquisa no que tange aos conceitos relacionados à temática do espaço, do território

¹⁵ Consulta realizada em 15/02/2018.

¹⁶ GRANDE (Brasil) (Rio). *Cartas náuticas* (1776).

¹⁷ João B.S., W. A grafia dos Topônimos. *Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul*. Pp.61-63 (2014). ISSN 0520-4062

¹⁸ FALCADE (2005).

¹⁹ FALCADE (2011).

do Rio Grande do Sul e da História Ambiental nos seus contextos internacional, nacional, estadual e regional.

2 A HISTÓRIA AMBIENTAL

Este capítulo está dividido em três seções. Nele são vistos, inicialmente, os conceitos de espaço, lugar, paisagem, território e região atinentes a presente pesquisa. A História Ambiental é apresentada na segunda seção, com base nos pressupostos de pesquisadores como Cronon (1992), Worster (1994), Castro (2013) e Toledo (2018), todos estrangeiros; e Drummond (1991), Duarte (2005), Martinez (2006, 2016), Solórzano, Oliveira e Guedes-Bruni (2009), Pádua (2010), Espindola (2012), Arruda (2015) e Relly (2019), autores brasileiros. Já na terceira e última seção é abordada a história ambiental sul-rio-grandense, com destaque a aspectos importantes sobre o território e a imigração do estado, bem como sobre as bacias hidrográficas que serão estudadas neste estudo. Sobre a história ambiental específica do Rio Grande do Sul são contemplados, entre outros, os pesquisadores Correa e Bublitz (2006); Bublitz (2008, 2010); Gerhardt (2009, 2011); Zarth e Gerhardt (2009); Pereira (2011); Peixoto e Moraes (2014); e Rückert e Harres (2014) (âmbito estadual); e Ferri (1988a, 2000); Kreutz (2008, 2016); Vogt e Romero (2010); Devitte, Machado e Jasper (2014); Cristo (2017); Schneider (2019); e Zanchi, Etges e Karnopp (2014) (âmbito regional).

2.1 Espaço, lugar, paisagem, território e região

Para o aporte teórico da presente tese, que pretende desenvolver um estudo toponímico, faz-se necessário apresentar, inicialmente, as conceituações de espaço, lugar, paisagem, território e região que permearão o estudo.

O espaço geográfico pode ser definido pelas seguintes características: extensão fisicamente constituída, material; formação por meio da dialética entre uma disposição (coerente) das coisas e práticas sociais (GOMES, 2002). De acordo com essa visão, é fundamental para a Geografia adotar “uma concepção de espaço que contemple simultaneamente a forma (material) e o conteúdo (social)” (CABRAL, 2007, p.145). O pensamento de Moreira e Costa (1995, p.59) complementa essas duas visões mais atuais:

No atual estágio do pensamento geográfico, o **“espaço” é visto como produto do trabalho humano sobre a natureza**. É na relação homem – meio, portanto, que se desenvolvem os processos de transformação responsáveis por uma determinada “geografia”. Essa geografia, contudo, não resulta somente das relações sociedade – natureza, porquanto depende sobretudo do tipo de organização social na qual se insere, quer dizer, das relações que os homens mantêm entre si ao longo da história” (grifo nosso).

Além dessas concepções, Cabral (2007, p. 145-146) chama a atenção para o fato de que alguns autores tratam o espaço como um texto, composto por formas com significados (GOMES, 1997), ou por formas-conteúdo (SANTOS, 1999), a saber, “formas que só existem em relação aos usos e significados que têm nelas sua mesma condição de existência”. Em suma, o espaço pode ser examinado “como uma complexa composição de formas, sentidos, atividades e contextos”.

Já o conceito de lugar é apresentado pelo autor vinculado à geografia humana, através das ramificações da geografia humanista e radical. Segundo ele, “geógrafos humanistas admitem que o lugar permite focalizar o espaço em torno das intenções, ações e experiências humanas [...] e que sua essência é ser um centro onde são experimentados os eventos mais significativos de nossa existência”. E, de acordo com a geografia radical, o lugar é “uma construção sócio-histórica que cumpre determinadas funções”. Apoiando-se em Santos (1999), o autor comenta que “a ordem global busca impor uma racionalidade única, mas os lugares respondem segundo os modos de sua própria racionalidade” (CABRAL, 2007, p. 148-149).

Seguindo a mesma linha de pensamento, Zhouiri e Oliveira (2010, p. 445) comentam que “a defesa do lugar, do enraizamento e da memória destaca a procura por autodeterminação, a fuga da sujeição aos movimentos hegemônicos do capital e a reapropriação da capacidade de definir seu próprio destino” das populações. Por conseguinte,

esses movimentos contribuem ao insistir “em nomear os lugares, em definir-lhes seus usos legítimos, vinculando a sua existência à trajetória desses grupos”.

As mesmas autoras concluem que “na perspectiva dos chamados ‘atingidos’ pelos projetos de desenvolvimento, o lugar é referência para a construção de suas identidades políticas, ele significa, sobretudo, a retomada do controle do seu próprio destino” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2010, p. 457).

Além de “lugar”, outro conceito que é delimitado por diferentes autores é o de paisagem. A partir de 1970, os estudos sobre a paisagem ganharam amplitude, principalmente os que contemplavam os enfoques sistêmico e cultural. Segundo a concepção sistêmica, a paisagem é entendida “como realidade objetiva, como o resultado de uma combinação dinâmica e, por conseguinte, instável, de elementos físicos, biológicos e humanos”. Já a ótica cultural vê a paisagem “como mediação entre o mundo das coisas e aquele da subjetividade humana, a noção surge ligada, portanto, à percepção do espaço”. De forma mais geral, “a paisagem pode ser considerada um texto que serve a uma multiplicidade de leituras” (CABRAL, 2007, p. 150).

Para a Ecologia Histórica, a “paisagem é um conceito fundador, não só como trama de indícios e complexo fisionômico a desafiar nossa capacidade de percepção e interpretação, mas como domínio” do “entrelaçamento de Natureza e Cultura (de Natureza e História)” (PARDINI, 2012, p. 596-597). Em resumo, pode-se inferir que a paisagem representa um espaço e uma figura de interface entre natureza e sociedade.

Assim, Pardini (2012), de forma semelhante a Cabral (2007), traz a paisagem como um campo de possibilidade de estudos, por meio da apreensão da realidade e da percepção/construção de identidades, abordando as alterações na paisagem como demarcadas pelas mudanças. Essa caracterização, além disso, corrobora o que postula Lévi-Strauss (1996, p.54), ao afirmar que “toda paisagem apresenta-se de início como uma imensa desordem que nos deixa livres para escolhermos o sentido que preferimos lhe atribuir”.

Raffestin (1993, p. 143), por sua vez, diferencia as noções de espaço e território, ao afirmar que “o espaço vem, portanto, primeiro, ele é preexistente a toda ação”. Complementarmente, Cabral (2007, p. 151) explicita que, “ao apropriar-se concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação) de um espaço, o ator o territorializa”. Pela visão geográfica tradicional, o território é visto “como determinada porção da superfície

terrestre que é apropriada e ocupada por um grupo humano, como um espaço concreto em si”. Por outro lado, segundo visões mais atuais, que consideram a complexidade territorial, a noção de território deve “privilegiar a reflexão sobre o poder referenciado ao controle e à gestão do espaço”.

Na esteira dessa linha de pensamento, Solórzano, Oliveira e Guedes-Bruni (2009, p.53) chamam a atenção para a importância do conceito de território na interpretação do processo de transformação social do espaço:

O território pode ser compreendido como o espaço onde se projetou o trabalho, o qual revela as relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN, 1993). Portanto, fundamentalmente, o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder (SOUZA, 2003). Ao mesmo tempo, o território pode ser compreendido como o espaço concreto em si, com os seus atributos naturais, que é apropriado, ou ocupado, por um grupo social, que, por sua vez, alicerça raízes no espaço e possui uma identidade com ele (SOUZA, 2003). Milton Santos (2001) considera que o território não é apenas um substrato material, mas, igualmente, uma identidade, um sentimento de pertencer a um dado espaço. Neste sentido, o território é a base das trocas materiais, do trabalho, da residência, dentre outros espaços.

Por conseguinte, os autores ilustram “a importância da relação do ser humano com o espaço, gerando uma intrínseca relação de uso e troca com o meio físico” (SOLÓRZANO; OLIVEIRA; GUEDES-BRUNI, 2009, p. 53).

A região, por sua vez, na perspectiva da Ecologia Histórica, é caracterizada como “uma unidade que pode ser reconhecida em uma dada escala devido à sua distinção espacial e temporal e à sua interação com outras unidades” (CRUMLEY apud SOLÓRZANO; OLIVEIRA; GUEDES-BRUNI, 2009, p.55). Os mesmos autores ainda pontuam a relevância de a região “apresentar uma homogeneidade perceptível, que explicita as suas relações temporais, como as suas conexões com o passado e o futuro, e espaciais, como as suas conexões com outras unidades em escalas diversas”. Sobre essa homogeneidade, Haesbaert (2010, p.19) complementa que a “identidade de uma região”

[...] se refere às “características de natureza, cultura e dos habitantes que distinguem ou, de fato, podem ser *usadas* nos discursos da ciência, da política, do ativismo cultural ou da economia para distinguir a região frente às demais”, através de classificações que excluem determinados elementos e incluem outros, expressando assim o “poder de delimitar, nomear e simbolizar o espaço e grupos de pessoas” (PAASI, 2002b:140). Por outro lado, a “identidade” ou “consciência” regional – ou, se quisermos, também, num certo sentido, regionalidade – envolve a identificação dos habitantes com sua região, tanto dentro quanto fora dela. Participam na sua construção ativistas sociais, instituições e organizações etc.

Assim, a identidade territorial e a consciência de diferenças, percebida por habitantes e vizinhos, são comuns em muitas regiões do mundo, da mesma forma que a apropriação simbólica e material do espaço contribui para o sentimento de pertencimento, “que segundo Chambert de Loure (1988) não se adquire de imediato, inicialmente carece de significação social, à medida que se desenvolve uma relação afetiva de acordo com a intensidade e continuidade da interação”; e esses significados têm origem na experiência que o homem outorga ao lugar. “O laço de afetividade que une o homem com determinado lugar constitui uma relação de identidade, a qual tem entre suas raízes a expressão histórica deste” (VILLALÓN, 2013, p. 89, tradução nossa).

Drummond (1991) dá destaque à região, configurada de acordo com critérios de “homogeneidade natural”. Outros teóricos, como Stewart (1998), vislumbram a importância de uma nova forma de estudos biorregionais, contemplando a singularidade do lugar como resultado da interpretação da cultura com a multiplicidade ecológica, topográfica e climática (CASTRO, 2013).

Enfim, Cabral (2007, p.153) resume três situações em que é necessário “evitar a conotação genérica e abstrata do termo espaço”:

- a) em favor de lugar, quando “as singularidades em termos de formas, atividades, significados e valores tornem-se essenciais à compreensão da espacialidade humana”;
- b) em favor de paisagem, toda vez que “os aspectos visuais ou cênicos acrescidos de sua dimensão simbólica tenham importância à leitura da relação humana com o espaço”;
- c) em favor de território, sempre que “as relações de poder referenciadas ao controle e à gestão do espaço tornem-se indispensáveis ao entendimento da existência humana”.

Concluída a apresentação desses conceitos introdutórios relevantes para a corrente pesquisa, uma vez que são contemplados tanto na abordagem histórica-ambiental como na ciência toponímica, na próxima seção serão abordados os fundamentos da História Ambiental.

2.2 História Ambiental no cenário internacional e nacional

Segundo Castro (2013), o olhar histórico sobre questões ambientais é tradicional na Geografia, mas foi atualizado recentemente pelos debates sobre os problemas ambientais e a

essa disciplina se somou um campo afim, a História Ambiental. Conforme a autora, a temática ambiental teve um emergente destaque nas últimas décadas, vinculado à transformação e aos anúncios de dissipação da natureza, e hoje existe

[...] a necessidade de um olhar ou perspectiva histórica sobre os problemas ambientais que permita conhecer e compreender o sentido, alcance e magnitude das transformações, assim como seus autores e processos centrais, para contribuir com a identificação e compreensão das variações nas ideias e representações acerca de natureza e ambiente, assim como nas ações promovidas ou justificadas através delas (CASTRO, 2013, p. 110, tradução nossa)²⁰.

Diante desse cenário, nas décadas de 1970 e 1980, a historiografia passou a se deter sobre novos tópicos, em especial a questão dos problemas ambientais e a relação homem-natureza, tendo em vista as variadas alternativas que o meio ambiente apresenta para o entendimento das relações históricas entre Estado e sociedade (MARTINEZ, 2016). Enfim, a História Ambiental surge como preocupação dos historiadores e torna-se emergente desde 1970, questionando o espaço e o papel da natureza na vida humana e chamando a atenção para o lugar da natureza na história social. Grande produção acadêmica da área foi desenvolvida nas últimas quatro décadas, principalmente nos Estados Unidos, Austrália e América Latina (CASTRO, 2013).

A primeira “sociedade científica” de História Ambiental foi criada em 1977 (*American Society for Environmental History*). Contudo, análises histórico-ambientais já estavam sendo publicadas “desde a primeira metade do século XX e, em certa medida, desde o século XIX”. Já o primeiro curso universitário de História Ambiental ocorreu na Universidade da Califórnia, em Santa Bárbara (EUA), em 1972: ministrado por Roderick Nash²¹, abordava a questão social da responsabilidade ambiental (PÁDUA, 2010, p. 81).

A História Ambiental surge como nova disciplina a partir da influência do “movimento ecológico popular” das décadas de 1960/1970 no norte da América e na Europa,

²⁰ Original: “la necesidad de una mirada o perspectiva histórica sobre los problemas ambientales, en tanto permitiría conocer y comprender el sentido, alcance y magnitud de las transformaciones, así como sus actores y procesos centrales; asimismo, porque contribuiría a identificar y comprender las variaciones en las ideas y representaciones acerca de la naturaleza y el ambiente, así como las acciones promovidas o justificadas a través de ellas”.

²¹ Historiador cultural, autor de *Wilderness and the American Mind* (1967), “clássico sobre a presença da imagem de vida selvagem na construção das ideias sobre identidade nacional norte-americana” (PÁDUA, 2010, p.81).

mais tarde chegando à América Latina, procurando romper com o “velho dualismo que separa os historiadores das ciências naturais”. O historiador ambiental se concentra na relação homem-natureza, e localiza o humano como parte do mundo natural (TOLEDO, 2018, p. 20). Por consequência, como disciplina, a História Ambiental rompe com a tradição histórica, lançando mão de conceitos como território e paisagem, originários da Geografia, ao preocupar-se “em compreender a paisagem a partir da interação entre processos naturais e humanos, sejam eles sociais, econômicos, culturais, políticos, etc., decorrendo assim numa interpretação de história ambiental daquela paisagem” (SOLÓRZANO; OLIVEIRA; GUEDES-BRUNI, 2009, p. 52).

Nesse contexto, Carl Sauer se ocupa da formação de paisagens culturais, compreendidas como aquilo que foi transformado nas paisagens naturais pelo efeito da cultura, ao estudar a relação de mudança entre hábito e habitat. Sua estratégia se concentra na morfologia da paisagem, por meio da observação do impacto humano ao meio - paisagens culturais criadas a partir de formas sobrepostas à paisagem natural -, da construção da paisagem cultural e das transformações nas formas de vida das culturas, utilizando-se de anotações de campo e de registros de arquivos históricos (CASTRO, 2013).

Contudo, Solórzano, Oliveira e Guedes-Bruni (2009, p. 62) pontuam que a História Ambiental apresenta limites pouco claros, abrangendo “desde as análises mais ecológicas, passando por abordagens mais socioeconômicas e políticas, além de incluir o campo das percepções e dos sistemas de crenças”. Em relação a isso, Martinez (2006, p.20) complementa que a História Ambiental pode auxiliar no processo de decifração da sociedade, ao mesmo tempo em que abre mais um campo de exploração para os historiadores:

[...] a História Ambiental é uma abordagem das questões ambientais no tempo e que encontra no meio ambiente o seu objeto de investigação. Contudo, o meio ambiente não constitui um objeto de estudo exclusivo da História e demais ciências sociais, como Geografia ou Antropologia, mas comporta múltiplas abordagens disciplinares, um domínio do conhecimento comum também às ciências físicas e biológicas.

Assim, “os historiadores não necessitam tornar-se ambientalistas ou migrar para os conteúdos das demais disciplinas, mas sim, a partir da sua própria área de conhecimento, abordar criticamente as questões ambientais” (MARTINEZ, 2016, p. 21). Corroborando o que afirma o autor, Rückert e Harres (2014), apontam que a disposição que os historiadores têm para agregar conceitos originários de outras disciplinas (Biologia, Ecologia Política, Geologia, Climatologia) é um destaque da História Ambiental, a qual possibilita uma análise

em perspectiva histórica da interação homem – ambiente. Ademais, para Espindola (2012), a história, ambientalmente contextualizada, passa a ser muito diferente, abrindo possibilidades para a pesquisa interdisciplinar e para a incorporação de tipos de fonte diferentes das tradicionais (observação direta do trabalho de campo ou da paisagem):

Uma premissa dos historiadores ambientais é reconhecer que os atos humanos acontecem dentro de uma rede de relações, processos e sistemas que são tão naturais quanto são culturais. Natureza não é objeto, mas uma dinâmica da qual o ser humano é parte; é modificação, mudança: o morro do “pão de açúcar” de hoje não é o de ontem. O ser humano é parte da natureza, no sentido de que não pode existir fora dela [...]. **A análise deve identificar os elementos que compõem os dois termos da relação sociedade-natureza para estabelecer a problemática relacional que a envolve.** Isso não é simples e exige um esforço de superação do saber disciplinar dominante e/ou das concepções “ambientalistas” acríticas. O saber disciplinar vê a sociedade (sujeito) dissociada da natureza (objeto). A concepção acrítica oferece um juízo de valor ambiental, que parte do julgamento antecipado da culpa dos “homens” ou da “sociedade” pela destruição da natureza (ESPINDOLA, 2012, p. 169, grifo nosso).

Logo, as linhas de investigação que se destacam nos estudos da História Ambiental dizem respeito a como a sociedade depende do ambiente para sua sustentação e por ele é afetada; como e com que consequência a sociedade tem transformado a paisagem; e como as concepções de natureza influenciam as relações sociais (CRONON, 1992; WORSTER, 1994). Assim, para Kreutz (2008, p. 19-23), a História Ambiental “insere a sociedade na natureza” e seu campo de estudos mostra “as consequências da relação do homem com o ambiente desde a pré-história, passando pela colonização até os dias atuais”.

Worster (1994), historiador ambiental reconhecido e influente, que vê o ecossistema como unidade de análise privilegiada na área, aponta que o desenvolvimento de estudos no campo da História Ambiental engloba três níveis: a) compreensão da natureza, sua organização e funcionamento no passado (causas, características e consequências das transformações ambientais); b) reflexão sobre o domínio socioeconômico em interação com o ambiente (ferramentas de trabalho, relações sociais, instituições, configurações de gênero e poder); c) análise das ideias e significados que dialogam com a natureza (percepções, valores, normas, mitos e representações sociais) (CASTRO, 2013, p.121).

Em resumo, a História Ambiental foca nas relações mútuas entre natureza e sociedade, conjugando com a ecologia, ciência que pesquisa a relação dos seres vivos com seu ambiente físico e entre si (BUBLITZ, 2008; WORSTER, 1994).

Duarte (2005, p. 88) dá destaque a três autores brasileiros que analisaram a relação sociedade e natureza no século XX “de forma magistral”: o cearense João Capistrano de Abreu e os paulistas Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda. O primeiro publicou *Capítulos de História Colonial* (1907), mostrando “as condições em que as sociedades e as culturas indígenas se instituíram, ou ainda aquelas condições encontradas e transformadas pelos colonizadores”.

Já Prado Júnior escreveu a obra *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), caracterizando a monocultura como uma atividade devastadora, “com exploração absurda dos recursos naturais em proveito da economia portuguesa”. Por fim, Holanda, em *Monções* (1945), abordou as expedições fluviais para o oeste no Brasil colônia, com destaque ao “enfrentamento dos obstáculos representados pelo meio natural” (DUARTE, 2005, p. 88).

No âmbito brasileiro, a História Ambiental é considerada uma área de estudo que se encontra em fase inicial, até recentemente focando “na dimensão ecológica das formas clássicas de ocupação do território, centradas no trabalho escravo e na grande propriedade”. Trata-se de um paradigma muito restrito para a análise da dinâmica socioambiental de formação das regiões Centro-Oeste, Norte e Sul, uma vez que teve início nos primeiros séculos da colonização e se concentrou no Nordeste e Sudeste do Brasil, regiões essas que inclusive apresentaram “formação econômica bem mais complexa do que o binômio escravismo/latifúndio”²² (CORREA; BUBLITZ, 2006, p. 5).

A História Ambiental brasileira nasce da consolidada disciplina História, especialmente da História Econômica e do pensamento social, interagindo com a História Regional e a Geografia Histórica, os estudos de etnologia e as análises do Materialismo Histórico. Representa prática que pode atribuir sentidos mais aplicados ao conhecimento histórico e possibilitar aos historiadores maiores oportunidades de inserção social. A relação sociedade e natureza no Brasil, influenciada pela colonização portuguesa, é temática de investigação privilegiada na História, sendo a preocupação com o ambiente um assunto mais atual “de uma longa história de uso e exploração dos recursos da biosfera” (MARTINEZ, 2006, p. 110).

Sobre a interface existente entre a Geografia Histórica ambiental e a História Ambiental, Castro (2013, p. 121, tradução nossa) explicita:

²² Apresentação de José Augusto Pádua.

[...] a Geografia Histórica ambiental e a História Ambiental apresentam uma série de preocupações próprias (por exemplo, o de recuperar uma tradição, no caso da primeira, e o de consolidar o campo, no caso da segunda), também se observam diversas contribuições teóricas e metodológicas que cruzam a uma e outra, e que interessa recuperar para os debates específicos da Geografia Histórica atual²³.

Complementarmente, Martinez (2006, p.16) considera a história “uma das principais formas de construção e reprodução da memória coletiva”. Já David Lowenthal se ocupa das geografias pessoais, a saber, da visão que cada um tem sobre a sociedade, e como o contexto cultural, social, a experiência pessoal, a memória e a imaginação influenciam tal visão, abordando “o modo como funcionam a memória individual e coletiva e como criam vínculos com os objetos, inclusive os que se transformam em patrimônio” (CASTRO, 2013, p. 115, tradução nossa).

Faggion e Misturini (2014, p. 147), por sua vez, esclarecem que história e memória se caracterizam por estarem vinculadas ao passado, porém enquanto a história é uma construção baseada em “fatos” e eventos passados, a memória se fundamenta na “experiência”.

Entretanto, mesmo com diferentes origens e trajetórias, a História Ambiental e a Geografia histórica compartilham fundamentos e interesses no que tange à questão ambiental:

Fundamentalmente ambas vêm contribuindo à recuperação, para os estudos históricos, do sentido da “agência, autonomia, e materialidade da natureza”, sem por isso cair em afirmações deterministas ou em princípios morais (Nash, 2000). Inclusive desenvolvem uma tensão entre a consideração das mediações sociais e culturais que participam da nossa aproximação à natureza e o reconhecimento de que se trata um domínio ou esfera que é mais que sua construção humana (Pádua, 2010). Isso se articula, além disso, no caso da Geografia Histórica, com uma viagem que parte da relação homem-meio e avança, sob diferentes perspectivas e estratégias, na problematização “do humano” e “do ambiental” (CASTRO, 2013, p. 124, tradução nossa)²⁴.

²³ Original: “la Geografía Histórica ambiental y la Historia Ambiental presentan una serie de preocupaciones propias (por ejemplo, en torno a recuperar una tradición, en el caso de la primera, y en cuanto a consolidar el campo, en el caso de la segunda), también se observan diversas contribuciones teóricas y metodológicas que cruzan a una y otra, y que interesa recuperar para los debates específicos de la Geografía Histórica actual”.

²⁴ Original: Fundamentalmente ambas vienen contribuyendo a la recuperación, para los estudios históricos, del sentido de “la agencia, autonomía y materialidad de la naturaleza”, sin por ello caer en planteos deterministas o en prescripciones morales (Nash, 2000: 27). Incluso desarrollan una tensión entre la consideración de las mediaciones sociales y culturales que participan de nuestra aproximación a la naturaleza y el reconocimiento de que se trata un dominio o esfera que es más que su construcción humana (Pádua, 2010). Ello se articula además, en el caso de la Geografía Histórica, con un recorrido que parte de la relación hombre-medio y avanza, bajo diferentes perspectivas y estrategias, en la problematización de “lo humano” y de “lo ambiental”.

Nesse sentido, um desafio que persiste para a História Ambiental, segundo Arruda (2015, p. 210), é a questão do espaço, uma vez que esse campo se esmera para obter uma melhor definição da “espacialidade” de seu objeto de estudo e tal “preocupação origina-se na sua própria definição ao pretender estudar as relações entre a natureza e as sociedades humanas, atribuindo um certo grau de agência ao meio”:

Admitindo-se que **as definições espaciais seriam uma das prioridades da operação historiográfica do campo da história ambiental**, o problema a ser enfrentado deveria ser o do grau de imprecisão nas noções espaciais com elevada carga de historicidade, ou de cultura, como as noções de região, ou de estado nacional (ARRUDA, 2015, p. 211, grifo nosso).

Assim, pressupõe-se que não há como separar natureza e cultura, embora existam fenômenos da natureza não influenciados ou controlados pelo homem e, por outro lado, elementos naturais em que a ação humana não produziu alterações que rompessem sua “resiliência”. Ou ainda, segundo o referido autor, pode ser adotada “uma abstração heurística do humano para a definição espacial e, após a construção dos limites, examinar a historicidade das relações e mudanças provocadas pelos humanos”. Desse modo, a bacia hidrográfica, por exemplo, poderia constituir uma metodologia do historiador (ARRUDA, 2015, p. 211).

Mais recentemente, Relly (2019, p. 11) contribui ao trazer à reflexão o fato de que a natureza enquanto discurso tem sido analisada sob uma ótica “construtivista”, já a *environmental history*, ao abarcar atualmente temáticas científicas, culturais, étnicas e religiosas, entre outras, tem adquirido um “fôlego” novo, “mesmo que com isso ela não tenha abandonado sua vocação ao materialismo, elemento que confere grande parte da originalidade e carga interpretativa em história ambiental”²⁵.

Enfim, Drummond (1991, p.8, grifo nosso) já sintetizava bem o papel da História Ambiental, como um campo que engloba “muitas contribuições e cuja prática é inerentemente **interdisciplinar**. A sua originalidade está na disposição explícita de ‘colocar a sociedade na natureza’ e no equilíbrio com que busca a interação, a influência mútua entre sociedade e natureza”.

²⁵ O autor se apoia em McNeill e Mauldin (2012) ao fazer essa afirmação.

A seguir, a História Ambiental será abordada especificamente no contexto do Rio Grande do Sul e, como a pesquisa contemplará o estudo de hidrônimos de duas bacias hidrográficas do estado, na próxima seção serão apresentados os aspectos mais relevantes sobre seu território e povoamento.

2.3 História Ambiental no contexto do Rio Grande do Sul

De acordo com Zarth e Gerhardt (2009), a história dos povos pré-históricos que habitaram o Rio Grande do Sul é pouco difundida. Esses autores destacam que:

É precisamente uma abordagem que aproxime os olhares biológico, geográfico, social, histórico e ambiental que a História Ambiental propõe, ou seja, uma perspectiva necessariamente socioambiental, na qual a história vivida por diferentes grupos humanos no pampa gaúcho seja relacionada com o ambiente campestre (ZARTH; GERHARDT, 2009, p.249).

Por conseguinte, conforme dados arqueológicos, os povoadores humanos mais antigos do Rio Grande do Sul datam de 13000 a 8500 anos Antes do Presente, ao fim da “última glaciação” (ZARTH; GERHARDT, 2009, p.253). Esses grupos presenciaram uma megafauna antiga e se extinguiram devido a fatores climáticos do período geológico (KERN, 1991).

Posteriormente, o Rio Grande do Sul foi colonizado pelos povos Jê Meridionais e Guarani, sendo ainda “povoado por outras etnias indígenas”, como as sociedades Pescadoras e Coletoras ou Sambaquianos (KREUTZ; MACHADO, 2017, p. 25). “Quando da chegada dos europeus, o território do atual Rio Grande do Sul era ocupado há mais de oito mil anos. Existiam, na época, três grupos indígenas principais na região”, sendo os mais numerosos os Guarani, que também eram chamados de *arachanes*, *carijós* e *tapes* (KÜHN, 2007, p. 9-10).

O professor Fábio Kühn (2007, p. 87, grifo nosso) apresenta o panorama das correntes migratórias mais relevantes do Rio Grande do Sul:

Os primeiros migrantes (...) foram os diversos **grupos indígenas** estabelecidos antes da chegada dos brancos. A essa população nativa se sobrepuseram os colonizadores **portugueses**, que trouxeram consigo os **escravos africanos**, eles próprios migrantes forçados, trazidos pelo tráfico transatlântico. Foi essa a base original do povoamento do Rio Grande do Sul, (...) com o fim da situação colonial, o País abriu-se para a **imigração**, recebendo novos fluxos populacionais.

Em relação a isso, Silva (2011, p. 397) considera a imigração uma parte essencial da história do país, no início “ocupado por portugueses e escravos africanos, o que dá ao Brasil

uma relação profunda com os movimentos migratórios ao longo dos últimos cinco séculos”. O autor acrescenta que no século XIX esta questão se diversifica e aprofunda com a imigração europeia e asiática.

Moreira e Costa (1995, p. 60), anteriormente já comentavam que um importante fator na alteração do espaço na geografia sul-rio-grandense foi a imigração, resultante da tensão “gerada pelo excedente populacional sem terra e sem trabalho, decorrente do processo de desenvolvimento da economia europeia”. Para essa imigração no sul do país, Diègues Junior (1960) aponta os seguintes fatores geográficos, econômicos e sociais: existência de terras devolutas, permitindo a formação do minifúndio; clima semelhante ao europeu; terras boas para o desenvolvimento da agricultura. De acordo com Dick (1990c, p.100), “das etnias imigradas, as que mais se destacaram, numericamente, e pela contribuição etnocultural, foram a alemã e a italiana”.

Segundo Pesavento (1997), o início das expedições europeias ao estado foi caracterizado como de exploração e reconhecimento, obtendo como resultado o registro e descrição da costa do Rio Grande do Sul e a consequente generalização nominal Rio Grande de São Pedro para toda essa área. Muradás (2008) complementa que o objetivo dessas explorações foi o de analisar as possibilidades de exploração econômica do território desse novo continente, tomando por base o metalismo e o mercantilismo, as concepções de economia da época.

Moreira e Costa (1995, p. 64) ainda esclarecem que a ocupação desenvolvida em seu território fez do estado “uma área tipicamente imigratória” até aproximadamente a década de 1920, quando os movimentos de entrada de migrantes no estado passaram a se diversificar. Os autores estabelecem seis fases dessa migração:

- 1. Século XVII:** fluxo/refluxo de jesuítas portugueses e espanhóis;
- 2. Século XVIII:** ocupação do campo por paulistas, lagunenses e outros;
- 3. Séculos XVIII e XIX:** imigração açoriana no vale baixo Jacuí, no Vale do Taquari e na faixa litorânea;
- 4. Século XIX:** imigração alemã, a partir de 1824, na baixa encosta e nos vales, e italiana, a partir de 1875, na alta encosta do planalto;

5. Século XX – 1ª metade: migração interna de “velhas” colônias para o alto Uruguai;

6. Século XX - a partir de 1950: êxodo rural para centros urbanos, como a Grande Porto Alegre, e migração rural – rural das áreas de expansão colonial, como o alto Uruguai, para outros estados do Brasil, nessa sequência: Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Acre e Roraima. Presume-se que em 1995 existiam cerca de 50000 gaúchos nos territórios argentino e paraguaio.

A oficial exploração do território do estado pelo colonizador europeu foi marcada pela fundação de reduções jesuíticas. Outrossim, a vinda dos **açorianos** está vinculada “à assinatura do Tratado de Madrid, em 1750, que delimitou as terras que seriam ocupadas por Portugal e pela Espanha no continente” (KREUTZ; MACHADO, 2017, p. 37).

No espaço que se transformou no Rio Grande do Sul, sacerdotes **espanhóis** formaram reduções jesuíticas a partir do fim do século XVI, ao fazer com que o gado se multiplicasse de forma rápida e com que no início do século seguinte já existissem muitas estâncias de criação na área, comandadas por indígenas missionários. O manejo através das queimadas foi prática comum nos campos do Rio Grande do Sul nos últimos séculos, sendo a produção de gado de abate uma das suas principais atividades econômicas até o princípio do século XX (ZARTH; GERHARDT, 2009).

Ademais, a escravidão foi “um grande problema socioambiental na história do pampa”:

Apesar da tentativa dos historiadores ligados ao latifúndio pastoril de procurar negar ou minimizar a presença de escravos nas estâncias, as novas pesquisas realizadas nos centros de pós-graduação em história revelaram que a escravidão estava disseminada em todas as instâncias da sociedade onde ela fosse economicamente viável (ZARTH; GERHARDT, 2009, p.270).

Em relação a isso, segundo os autores citados, a maior parte dos trabalhadores escravos é chamada de roceiro ou campeiro²⁶, o que indica o desenvolvimento de atividade roceira na produção de alimento para abastecimento da estância ou atividade pastoril.

Dessa maneira, Kreutz e Machado (2017, p. 42) confirmam que, “ao contrário do que se pensava e pregava, o Rio Grande recebeu muitas levas de escravos e fez amplo uso dessa prática em sua economia”. Em relação a esse panorama, Kreutz (2016, p. 214), em outro

²⁶ Atividades que se referem ao sul do estado do Rio Grande do Sul, diferentemente de outras regiões.

trabalho, reflete que, com a chegada do colonizador europeu e do escravo africano, “as sociedades Guarani conviveram por mais de quatro séculos com etnias, cuja cultura era muito diferente da sua” e, assim, “contatos, conflitos e relações sociais ocorreram entre esses grupos”.

Um grande número de imigrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina “é representado pelos **alemães**, cujo núcleo primitivo se localizou, em território gaúcho, no município de São Leopoldo, irradiando-se para o Vale do Itajaí, em Santa Catarina” (DICK, 1990c, p. 101). Em relação a isso,

[...] conforme Becker (1997), a imigração alemã, entre 1824 até 1846 e de 1848 a 1874, atingiu mais direta e intensamente áreas ocupadas por Kaingang. Inicialmente surgem as chamadas antigas colônias de São Leopoldo, São José do Hortêncio, Feliz, Mundo Novo, Bom Princípio e Pinhal, quando a área inicial de colonização se estende da Antiga Feitoria (São Leopoldo) até a borda do Planalto. Antes mesmo dos colonos alemães chegarem aos seus lotes de destino, já havia uma animosidade, pois os imigrantes muitas vezes tinham de passar por terras indígenas, que se defendiam. Ambas as etnias viviam momentos muito tensos (KREUTZ, 2016, p.116).

Sobre o caso dos imigrantes alemães, Bublitz (2008, p. 323-324) esclarece que a maior parte apresentava “descendência camponesa antiga e vivia em lugares antropizados havia milênios” e alguns não eram agricultores. Por isso, a partir da perspectiva da História Ambiental, pode-se analisar o sentimento desses imigrantes no seu primeiro contato com a flora e a fauna da região e “como definiram o ambiente ao seu redor, tão distinto daquele deixado para trás”.

Os imigrantes alemães tinham uma “relação quase doentia com a mata virgem que fazia com que não poucos fossem incapazes de viver longe dela, encontrando-se constantemente em migração para novas fronteiras de colonização”, sendo “a vitória sobre o ‘caos’ da floresta” comemorada por eles desde o início da colonização (BUBLITZ, 2008, p. 330-331). Em relação a isso, Relly (2019, p. 22) acrescenta que “na literatura formada pela história ambiental e imigração alemã no Brasil meridional, existe uma grande ênfase no caráter destruidor da apropriação territorial teuto-brasileira”.

Já sobre a imigração **italiana**, Kreutz (2016, p. 83) mostra que essa “encontrou um Rio Grande do Sul mais povoado”, alojando-se em lotes menores do que os ocupados pelos alemães e em “regiões de difícil acesso”. Contudo, em relação a isso, Dick (1990c, p. 100, grifo nosso) observa que

Heinrich Bunse situa os atuais municípios gaúchos de Caxias do Sul, São Marcos, Farroupilha, Garibaldi, Bento Gonçalves, Flores da Cunha, Antônio Prado, Nova Palmira e Veranópolis, como integrantes da região que se tornou conhecida sob o nome de **“Antiga Colônia Italiana” que, pelas suas “condições topográficas e climáticas, permitiu aos imigrantes italianos a continuação de uma cultura tradicional em sua terra de origem: a vitivinicultura”**.

Dessa maneira, em relação ao “processo histórico que estruturou o espaço social” do Rio Grande do Sul, tem lugar uma “natureza humanizada”, forjada nas relações socioeconômicas capitalistas. Ao iniciar “pelo estágio de Colônia, com base fundamentalmente rural, chega-se à etapa contemporânea, alicerçada no ‘desenvolvimento’ urbano-industrial, passando por diversas formas de exploração e dependência econômica” (MOREIRA; COSTA, 1995, p. 59).

Bublitz (2008, p. 323) comenta que o incentivo à imigração europeia no Rio Grande do Sul no século XIX almejava o povoamento de terras pouco aproveitadas ou desabitadas do centro ao norte do estado, pois em decorrência de “seu relevo acidentado e da predominância de matas, essa região era preterida pela elite latifundiária regional, que tinha como base econômica a pecuária e possuía grandes propriedades de terras na Campanha, ao Sul”. Nesse contexto, os imigrantes originários da Europa que colonizaram o Sul do Brasil nos séculos XIX e XX dedicaram-se à produção agrícola em lote colonial, à pequena pecuária e à extração de bens materiais, essa última atividade em menor escala (GERHARDT, 2011).

Embora a colonização exercida pelo europeu no Rio Grande do Sul, fundamentada no “trabalho familiar predominantemente livre”, na “distribuição de pequenos lotes de terra” e na “policultura” seja apresentada “na historiografia gaúcha como um dos principais fatores do desenvolvimento regional”, ela, na verdade, promoveu uma apropriação da natureza que alterou bastante o ambiente estadual (BUBLITZ, 2008, p.338).

Diante desse panorama, Zarth e Gerhardt (2009, p. 261-262) complementam que, além dos problemas ambientais, a criação de latifúndios pastoris no bioma pampa brasileiro originou muitos “problemas sociais” em decorrência da exclusão social e concentração de terra. O indígena foi, de forma gradativa, eliminado pelo europeu por meio das guerras, ou mesmo incorporado “de forma subalterna à nova formação social implantada pelos criadores de gado”, já o sobrevivente foi transformado em peão de estância.

Assim, a História Ambiental do bioma pampa sul-rio-grandense é caracterizada por pecuária extensiva, biodiversidade, latifúndio escravista, pequena agropecuária, marginalização da sociedade, despovoamento e repovoamento dos campos, bem como pelo desaparecimento de animais e plantas, com o qual “espécies exóticas ocuparam crescente espaço, em detrimento da fauna e da flora nativas” (ZARTH; GERHARDT, 2009, p. 286).

Em suma, em relação a essa contextualização da ocupação do Rio Grande do Sul, apoiando-se em Kreutz (2008, p. 18), percebe-se que todos os grupos que já habitavam o estado ou que aqui se instalaram posteriormente, transformaram a configuração estadual, “estabelecendo suas culturas e, por consequência, alterando a paisagem encontrada por eles”.

Bublitz (2008, p.338-339), ao chamar a atenção para a quase ausência da questão ambiental na historiografia da colonização sulina, vislumbra que, atualmente, o ambiente vem sendo incluído no debate acerca do desenvolvimento e na análise histórica. Segundo a pesquisadora, no que tange ao Rio Grande do Sul, é relevante “uma revisão historiográfica do processo de colonização, na qual a dimensão ambiental aproxime-se da dimensão sócio-econômica da história do desenvolvimento”.

A interpretação da relação “homem-natureza”, no contexto histórico dos séculos XIX e XX, deve considerar a cultura, científica ou religiosa. Conforme os pesquisadores, a colonização europeia do estado pode ser vista como um empreendimento (privado e público) que mesclava orientações científicas e religiosas, revelando uma “característica-mor da modernidade”, a relação dicotômica natureza – civilização (CORREA; BUBLITZ, 2006, p.19). Nesse contexto, “a disponibilidade, o acesso e o uso dos recursos naturais no Rio Grande do Sul fazem parte de um processo histórico por meio do qual formas de apropriação da natureza alteraram drasticamente o ambiente sulino” (CORREA; BUBLITZ, 2006, p. 12).

Os viajantes Luccock, Dreys e Saint-Hilaire²⁷, em seus países de origem, desempenhavam funções distintas entre si, contudo, “suas visitas ao Rio Grande do Sul serviram não só de palco para suas atividades, como também cenário para suas produções científicas”. O inglês Luccok viajou pela Província²⁸ de São Pedro durante dois meses do ano

²⁷ Saint-Hilaire (2002).

²⁸ **Província:** “no Brasil imperial, cada uma das grandes divisões administrativas, que era governada por um presidente” - no período da República, tornaram-se Estados (HOUAISS, 2006).

de 1809, preocupado com os fatos sociais e políticos do Brasil. Já o francês Nicolau Dreys chegou à província em 1818, viajou pelo território por dez anos e publicou a obra *Notícias Descritivas da Província de São Pedro*, no Rio de Janeiro, em 1839 (PEIXOTO; MORAES, 2014, p. 205).

E Saint-Hilaire, botânico francês, foi o precursor da crítica ambiental no Rio Grande do Sul, cruzando a província de 1820 a 1821, período em que a colonização europeia era formada basicamente por imigrantes lusos (CORREA; BUBLITZ, 2006).

Correa e Bublitz (2006, p. 57) destacam os relatos dos viajantes Arsène Isabelle²⁹, Avé-Lallemant³⁰ e do imigrante Gressler³¹ sobre o Rio Grande do Sul. Como Isabelle exaltou a grande variedade de animais da província, “estudos históricos sobre a relação entre os imigrantes e o meio subtropical podem contribuir para melhor avaliar não apenas as consequências do desmatamento e da agricultura intensiva, mas também a extinção de animais pela caça indiscriminada dos colonos”.

Já Gressler relatou, em uma carta, a caça de animais silvestres como o macaco e sua relevância na alimentação dos colonizadores em Rio Pardo. E o médico alemão Avé-Lallemant citou a anta como “quase o único animal caçado sistematicamente” pelos colonos alemães e o bugio como um animal muito abatido para a “obtenção de carne” e “por ser um perigoso inimigo dos milharais” (CORREA; BUBLITZ, 2006, p. 57).

Posteriormente, Pereira (2011, p. 123) pontua que os pesquisadores sulinos têm se voltado às consequências da ação do homem sobre a natureza, com destaque ao processo de colonização do Rio Grande do Sul. Em relação a isso, ressalta a pesquisa de Gerhardt (2009), relativo à “colônia Ijuhy, um processo que provocou intensas mudanças nas áreas florestais da região”, e de Bublitz (2010), sobre “o ônus ambiental da ocupação alemã e italiana” nesse estado. Os dois trabalhos evidenciam que as derrubadas/queimadas florestais possuíam motivações exploratórias, adotadas para que o espaço fosse civilizado.

Gerhardt (2011, p.91), em relação ao estudo da História Ambiental do Rio Grande do Sul, aponta que um pesquisador da área necessita se afastar do determinismo ecológico e

²⁹ Isabelle (2006).

³⁰ Avé-Lallemant (1980).

³¹ Zwanziger (2002).

geográfico, ao fugir da afirmação de que os colonos se dedicaram, por exemplo, ao cultivo de erva-mate, influenciados pelo meio. Segundo o autor, ocorreu “uma expressiva atividade ervateira nas colônias formadas por imigrantes europeus no Rio Grande do Sul, contribuindo inclusive para a adaptação dos colonos ao novo ambiente e para o êxito econômico dos projetos de colonização”.

Os núcleos coloniais formaram uma sociedade que não flutuava sobre o ambiente, mas sim por ele era condicionada e sobre ele agia, dessa maneira, integrava o ecossistema. A cidade de Santa Cruz do Sul, por exemplo, já era caracterizada pela “presença da *Ilex* e pelo extrativismo do mate” e, em consequência disso, os imigrantes que colonizaram a região não ficaram isentos desse fator condicionante ecológico, tampouco de sua relevância cultural e econômica (GERHARDT, 2011, p.83).

Finalmente, após essa apresentação do contexto histórico-ambiental do Rio Grande do Sul, encerrando o capítulo, a próxima subseção abordará a História Ambiental no contexto das bacias hidrográficas contempladas no presente estudo.

2.3.1 Aspectos histórico-ambientais das bacias hidrográficas do Rio Taquari-Antas e do Rio Pardo

Arruda (2015, p. 211-212) explica que a bacia hidrográfica ou “bacia de drenagem” pode ser definida “como um sistema hidrogeomorfológico”. Segundo ele, os geomorfologistas a consideram “uma unidade de relevo, que possui uma delimitação física bastante precisa, determinada pelo sentido do fluxo das águas, superficiais e subterrâneas”, bem como “um sistema aberto com uma dinâmica de autoajuste”:

[...] retemos da definição a ideia de autoajuste, no sentido de interconexão dos processos que ocorrem em uma determinada bacia de drenagem. Esse aspecto pode ser importante para a análise das transformações ocorridas no conjunto da bacia resultado da ação antrópica. Dentro dos componentes físicos da bacia de drenagem, a água merece um papel de destaque [...] (ARRUDA, 2015, p. 212).

Contudo, mesmo destacando o valor da água na formação da bacia hidrográfica, o autor lembra que ela não é o elemento único da paisagem, mas sim composta por outros componentes “como cobertura vegetal, clima relevo, composição dos solos, etc” (ARRUDA, 2015, p. 213).

Além dos aspectos que envolvem a sua delimitação e configuração física, a bacia hidrográfica abarca outros, que vão desde o natural movimento das águas até os diferentes ou conflituosos interesses dos múltiplos atores sociais sobre a água. Assim, a bacia é também um conceito socialmente construído, que agrega a questão social e a interação de suas diversas partes que levam às alterações do espaço e a sua re(construção) (CUNHA; COELHO, 2003; PIRES DO RIO; MOURA, 2004; MEIER, 2016).

Cumprе esclarecer aqui que a região dos Vales do Rio Grande do Sul – Vale do Taquari e Vale do Rio Pardo - está localizada nas bacias hidrográficas selecionadas para área de coleta dos hidrônimos que serão analisados. Posteriormente à colonização alemã do Vale dos Sinos e Caí, de Feliz e de Nova Petrópolis e a transformação dos municípios centrais de São Leopoldo, Novo Hamburgo e Montenegro, houve a preocupação com o povoamento das “terras de mato”, a saber, Vale do Rio Pardo e Taquari, a quase totalidade do território pertencia aos latifundiários Vítor Mena Barreto (Estrela, lado esquerdo) e Antônio Fialho (Lajeado, lado direito), os quais venderam as terras “e os primeiros colonos chegaram em 1853 para fundar a colônia de Estrela”. Já a fundação de Venâncio Aires, na margem direita do rio Taquari, ocorre em 1854. Com efeito, “toda a bacia média ocidental” do rio estava colonizada no fim do século XIX. Em 1849, o governo iniciou a colonização de Santa Cruz do Sul e região (FREITAS, 1980, p.70).

Nesse sentido, em relação à região dos Vales do Taquari e Rio Pardo, Zanchi, Etges e Karnopp (2014, p. 673) chamam a atenção para as “similitudes históricas, sociais e culturais, que remontam ao século XIX, época da colonização, bem como à contiguidade territorial entre os Vales”. Juntos os dois vales somam “61 municípios e uma população de 742 mil habitantes (base de dados sistema FIERGS)” (ALIEVI et al., 2010, p.102) e sua paisagem apresenta rios e vales (ZANCHI; ETGES; KARNOPP, 2014).

Na região dos vales, para além da herança cultural peculiar da imigração, são encontradas “riquezas antropológicas”. Constituindo um “berço de antiquíssimas populações indígenas, a região de mata exuberante e hidrografia rica ainda guarda peças e lendas de seus primeiros habitantes” (GUIA MERCOSUL TURISMO, 1993). Nessa região, “as comunidades preservam os costumes, a história, a cultura, a religião e a gastronomia de seus antepassados, o que dá à região características únicas”. Apesar de todo o legado indígena, há um “legado da imigração europeia, responsável pela colonização da região” e que tinha “o

propósito de ocupar e cultivar as terras até então cobertas pela mata nativa” (ZANCHI; ETGES; KARNOPP, 2014, p. 679-682):

A região do **Vale do Rio Pardo** tem sua origem e sua formação econômica e social decorrente da colônia de Rio Pardo, o qual, no século XVIII constituiu-se num dos mais antigos espaços de ocupação e domínio português da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul (VOGT, 2001). Já na região do **Vale do Taquari**, o início do processo de colonização foi efetivado com a vinda de famílias provenientes da Ilha dos Açores (FERRI, 2000). Esses colonizadores receberam terras para desenvolver atividades agrícolas, em especial o trigo, que abastecia a Colônia. Essa forma de ocupação, a partir do século XIX, originou as pequenas propriedades rurais, e também criou a base para o surgimento de inúmeros núcleos urbanos (ZANCHI; ETGES; KARNOPP, 2014, p. 680, grifo nosso).

Assim, os povoamentos do Vale do Rio Pardo e do Vale do Taquari são quase simultâneos. Em vista disso, Zanchi, Etges e Karnopp (2014, p. 682) concluem que essa região centro oriental do estado evidencia “diversidade histórica e cultural decorrente da presença indígena e da colonização europeia a partir da chegada, no século XIX, de grupos lusos, ítalos e teutos”, ao que se acrescentam aqui os escravizados africanos, configurando um verdadeiro “mosaico identitário”.

Com efeito, o Vale do Taquari (ANEXO A da corrente tese) apresenta uma rica diversidade linguística, o que pode ser comprovado, por exemplo, pela presença atual de dialetos no interior de seus municípios, herança da colonização italiana e alemã (ECKERT, 2009; 2016b).

Assim, Devitte, Machado e Jasper (2014, p. 164) sintetizam o estudo da Arqueologia no Vale do Taquari como um universo amplo, que abrange cerca de “2000 anos de ocupação e apropriação” do ambiente natural pelos povos pré-coloniais, europeu e africano:

Os grupos pré-históricos criaram paisagens e novas ordenações ecológicas que estão marcadas no espaço regional até hoje. O desenvolvimento de estudos recentes tem indicado a presença de um número cada vez maior de sítios arqueológicos e áreas com potencial arqueológico, relacionados a ocupações de grupos de caçadores coletores e populações Guarani.

No que tange à formação política do vale, o Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) do Vale do Taquari é composto por 36 municípios, e é denominado de Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari - CODEVAT (CALDERAN; MAZZARINO; TURATTI, 2017).

A **bacia hidrográfica do Rio Taquari-Antas**, por sua vez, está localizada no nordeste do Rio Grande do Sul e possui um amplo território, formado por 119 municípios. Sua ocupação territorial é bem diversificada e se relaciona de forma direta “aos fluxos migratórios europeus para o Brasil desde o início de sua formação como Estado independente, instituído em 1822, com a criação do Estado Imperial Brasileiro”. Na bacia verifica-se a existência do grupo étnico açoriano, africano, alemão, indígena (Kaingang, em especial), italiano e polonês, entre outros (STE, 2011a, p. 62).

Como o território do Brasil abrigou muitos grupos indígenas diversos, os quais “falavam línguas diferentes, cultuavam deuses, tinham uma organização social diferente e muitos eram inimigos entre si”, o mesmo ocorreu com o Vale do Taquari, que foi “palco de várias sociedades indígenas distintas ao longo de sua história” (KREUTZ et al., 2011, p. 22). Em relação a isso, Kreutz et al. (2014, p.33), ao pesquisar o Vale do Taquari, explicam que os estados do sul, na fase pré-colonial, foram colonizados pelos Guarani, entre outras etnias:

Esses grupos, com uma orientação agrícola e com uma dinâmica de deslocamentos, optaram por se instalar inicialmente nas férteis várzeas ao longo dos rios e arroios de maior porte. Com o passar do tempo, deslocaram-se para territórios mais afastados desses cursos d’água ou então para as porções mais altas dos vales dos rios.

Como resultado, segundo os mesmos pesquisadores, observando a Tradição Arqueológica Tupi-Guarani³², a Região do Vale do Taquari, drenada pela bacia hidrográfica do Rio Taquari, foi colonizada por esse grupo de caráter expansivo. Seguindo um padrão lógico de assentamento, preferencialmente foram colonizadas pelo grupo Guarani as planícies férteis dos arroios e rios de maior expressão (Boa Vista, Estrela, Forqueta, Taquari). Segundo Kreutz (2016, p. 178), foram colonizados pelo mesmo grupo os rios e arroios Fão, Guaporé, Forquetinha, Sampaio, Castelhana, Potreiro, Santa Cruz, Seca, Augusta, Jacaré, “além da Lagoa Crispim”.

³² “Na dinâmica pré-colonial das terras baixas da América do Sul os falantes da família linguística Tupí-Guaraní, da qual os Guarani fazem parte, ocuparam um lugar especial nas transformações políticas e sociais de outros povos” (SCHNEIDER, 2019, p. 29). “O *Guarani* é um dialeto do tupi e foi falado desde S. Vicente até o Paraguai onde ainda é hoje, se bem que muito influenciado pelo castelhano, a língua da população (...); e está representado” pela obra de Antonio Ruiz de Montoya (1639) (BUENO, 2014, p. 11-12). Os Guarani e tupis “formariam, no início, um só povo que depois se separou, ‘por força de circunstâncias locais’ (...), o que a linguística moderna comprovou com segurança. Geograficamente, os antigos tupis, por esse relato, ocupariam a parte mais medieval da América, com vestígios no Paraguai, no Chaco argentino, chegando ao Brasil, onde se localizavam na serra de Ibiapaba, nas províncias do Pará, Maranhão, Pernambuco e Bahia. Uma parte do grupo esteve no Rio Beni (século XVIII), o que será indício possível dos resíduos linguísticos encontrados, no chamado nheengatu” (DICK, 2004a, p.43).

De acordo com Schneider (2019, p.32), são muitos os fatores que posicionam a bacia hidrográfica do Rio Taquari-Antas como uma área de interesse para a investigação das possíveis mudanças do grupo Guarani que foram influenciadas por outros povos, e do impacto desse grupo sobre povos e espaços:

Localizada em um espaço geográfico que pode ser considerado como o interior do território Guarani do Sul do Brasil, a ocupação Guarani nessa região iniciou mais de um século antes do desembarque dos europeus na costa brasileira, avançando pelos períodos de contato e pós-contato. Os vestígios arqueológicos e as datações sugerem que quando se instalaram nas terras baixas, as áreas altas do Planalto das Araucárias estavam densamente ocupadas pelos Jê.

Porquanto, devido aos vestígios arqueológicos, tem-se conhecimento de que os “contingentes populacionais autóctones do Rio Grande do Sul” são originados por migração interna, como no caso dos indígenas tupi-guarani da região amazônica, em que o vale do rio Caí e o rio Uruguai foram seus principais receptores. Há ainda “a Tradição Taquara e a Tradição Vieira, sendo os primeiros os habitantes do planalto rio-grandense, e os últimos os habitantes dos campos da região sul”. Essas tradições eram de agricultores, que mantinham aldeias mais duradouras e maiores do que as dos caçadores coletores (STE, 2011a, p. 59-60).

O território da bacia hidrográfica do Rio Taquari-Antas era habitado por representantes da tradição Taquara desde o século II da atual era, os quais “eram horticultores com forte apoio na coleta, caça e pesca”. Seus vestígios foram localizados “nas várzeas do alto Taquari-Antas” (STE, 2011a, p. 60).

Em relação à configuração ambiental do Vale do Taquari, sua rede hidrográfica é caracterizada por Eckhardt et al (2007) como densa e correspondente a 2,35% da área do vale; mediana, com densidade de 13,08 metros/hectare; e apresentando predominância de arroios com largura de até 10 metros. Já Eckert (2016b, p. 210) faz a seguinte descrição do vale:

Situado próximo ao centro do Rio Grande do Sul, o Vale do Taquari ocupa uma área de 4821, 1 km², correspondente a 1,71% da área do estado. Possui uma população estimada em 327822 habitantes (Censo Demográfico de 2010), que corresponde a 3,07% da população do Rio Grande do Sul. A região situa-se às margens do Rio Taquari e de seus afluentes, hidrônimo este que lhe confere o nome, o que pode revelar, de antemão, a importância do curso de água para o vale, seja culturalmente, seja economicamente.

Em relação a isso, tendo em vista que os cursos de água geralmente são fundamentais para o desenvolvimento de uma região, o último autor citado constata que o rio Taquari propiciou o desenvolvimento de muitos municípios, destacando a relevância do rio como

nome da região. Moreira e Costa (1995, p. 47) apontavam que o rio Taquari se encontra nesse “eixo de navegação interior” do estado, “entre Estrela e o Jacuí, de notável importância na canalização da produção colonial e do planalto rumo ao porto de Rio Grande”, sendo que o “terminal rodo-hidroferroviário de Estrela” representou uma “revalorização das hidrovias, após muitos anos de prioridade ao oneroso transporte rodoviário”.

Existe uma significativa relação entre a origem dos nomes da região da bacia do rio Taquari-Antas e seus ocupantes indígenas e sua fauna. “O rio já estaria assinalado nas cartas geográficas mais antigas do período da colonização portuguesa deste território, e o nome do rio serviu de influência para muitos dos povoados que foram surgindo ao redor, e posteriormente se configuraram como municípios” (STE, 2011a, p. 61).

Consequentemente, o rio tem o papel de moldar as identidades por ele abrigadas: como é caracterizado por diferentes etnias, paisagens e sotaques, “de uma margem à outra”, ele vai configurando a identidade da região. Desse modo, ao longo da bacia do rio Taquari-Antas encontram-se “histórias de fé e trabalho ligadas às narrativas sobre o período das colonizações” (STE, 2011a, p. 61).

A bacia hidrográfica do Rio Taquari-Antas, com seus rios e arroios afluentes e tributários, localizava-se na província de Ibiá³³ que, na época do descobrimento do Brasil, era habitada por muitas tribos indígenas, as quais buscavam o “peixe abundante” como parte de sua alimentação (FERRI, 1991, p. 20). Ibiá era “a região alta do Vale do Taquari, estendendo-se por toda a região do planalto” (SCHIERHOLT, 2002, p.12), compreendendo o espaço entre o Alto Taquari-Antas e o Caí, a saber, os territórios entre os rios *Mboapari* (Antas) e *Caii* (Caí) (CRISTO, 2017; PORTO, 1954; SCHNEIDER, 2019).

O rio Taquari, ou *Tebiquari* segundo os indígenas, localizava-se entre as províncias³⁴ de Ibiá e de Tape (FERRI, 1988a), essa última localizada entre as províncias de Ibiá e do Uruguai, apresentava “características geopolíticas” atrativas aos jesuítas, uma vez que seu

³³ Ibiá, que significa “terra erguida, barranca, ladeira, terra a pique”, característica de terras altas e montanhosas da região serrana, pertencia ao território do Estado do Rio Grande do Sul, juntamente com as regiões Guarani e Tape (FERRI, 1988a, p. 19). Segundo Batista Caetano, os Guarani “denominavam de Ibia a ‘terra erguida, barranco, ladeira, terra a pique’ e Ibia-çá é um composto: çá (de e-ça), significando corda, laço, articulação, juntura, fio e, como adjetivo, ‘amarrado, ligado, etc.’: São, pois, as terras ligadas ao Ibia, terras altas. Suas tribos eram identificadas por Ibiãçanguaras, ou ibianguaras, os carijós” (SCHIERHOLT, 2002, p.12).

³⁴ As províncias se referem ao período posterior ao contato com o europeu, século XVII.

território permitia a autossuficiência das reduções, sendo as terras “cortadas por uma hidrografia composta por diversos rios como, o Igaí (Jacuí) e o Iequí (Pardo), o que tornava a terra bastante fértil”, com muitos indígenas habitando esse espaço (CRISTO, 2017, p. 52).

Os índios “Ibiaçaguaras” dominavam a margem direita do rio, ao passo que os índios denominados de “Ibiaiaras”³⁵ pelos jesuítas ocupavam sua margem esquerda, na parte sulina da região de Ibiá. Os paulistas chamavam esses índios, que se subdividiam em várias tribos, de “bilreiros”. Os Ibiaçaguaras, que falavam a língua guarani, influenciaram nomes de origem guaranítica em todo o vale do rio Taquari, como *Mboapari*, *Mbocariroí* (rio Guaporé), “*Pirajubi* (margem direita do rio Taquari)” e *Tebiquari* (FERRI, 1988a, p.19-20).

Para complementar as informações dos autores até aqui citados, são acrescentadas algumas das interpretações recentes de Schneider (2019) no que tange ao histórico da ocupação dos rios da bacia, ao analisar a carta ânuia de 1635³⁶ (BIBLIOTECA NACIONAL, 1969), parcialmente publicada no Anexo B da presente tese:

[...] há referência de inimigos nas porções leste das reduções, recaindo pelos territórios da Bacia do Taquari-Antas, como visto para os rios *Pirayubi* (**Rio Forqueta**) e *Tebiquari* (**Rio Taquari**) um pouco fora desse perímetro, como é o caso do *Ibiá*, na Bacia do Rio Caí, onde teria ocorrido a morte de Cristóval de Mendoza [...] muitas aldeias Guarani estavam descontentes com a ação jesuítica e, em especial, que organizavam reuniões de lideranças no *Tayaçuapé* e no *Pirayubi* (grifados na citação), entre outros lugares. Enquanto o *Pirayubi* seria correspondente ao Rio Forqueta, o *Tayaçuapé*, traduzido como ‘caminho do porco do mato’, parece ter se localizado próximo ao Médio Forqueta, apenas um pouco mais a sul (SCHNEIDER, 2019, p.330, grifo nosso).

O Padre Cristóval de Mendoza, citado pela pesquisadora, encontrava-se na redução de Jesus Maria³⁷, sendo “outro jesuíta que teria explorado o Vale do Taquari, provavelmente na mesma época” que o Padre Francisco Ximenes, em 1635 (KREUTZ, 2016, p. 251). Ela

³⁵ “Segundo Aurélio Porto, os índios Ibiaiaras habitavam a região de Ibiá, nas bacias dos rios Jacuí e Taquari. Falavam a língua guarani e foram assim denominados pelos padres jesuítas espanhóis” (FERRI, 1991, p. 19-20).

³⁶ A carta “relata a expedição realizada pelo religioso por parte do território do Vale do Taquari. Nela são descritas alguns objetivos dos jesuítas espanhóis para com os indígenas Guarani. Entende-se que não existe uma clara e manifesta vontade (objetivos) dos jesuítas espanhóis em relação aos indígenas fixados na região do Vale do Taquari. Pelo que se percebe havia a hipótese de fundar uma redução na região, drenada pelo Rio Taquari ou ainda, a possibilidade de deslocar os indígenas Guarani para algum aldeamento já consolidado, como por exemplo, Jesus Maria” (KREUTZ, 2016, p.245).

³⁷ Redução localizada pela equipe de pesquisas do Museu do Colégio Mauá, em 20 de julho de 1969, Missão nº 234 (SANTA CRUZ DO SUL, s.d.).

esclarece que, no momento em que Ximenes “prospectou o perímetro Guarani na altura da foz do Rio Guaporé e nas proximidades da desembocadura do Rio Taquari-Antas com o Rio Carreiro”, o jesuíta encontrou uma paisagem caracterizada “pela quase inexistência de planícies no início da serra do Planalto das Araucárias” e situações instáveis entre os indígenas:

[...] no *Mbocariroi* (**Rio Guaporé**) e quatro léguas abaixo da desembocadura do *Mboapari* (**Rio das Antas**) ocorriam alianças entre indígenas e bandeirantes durante o processo de escravização de indígenas. Ximenes relata que por conta dessas situações os indígenas solicitavam reduções para diminuir os efeitos da ação bandeirante (SCHNEIDER, 2019, p.334, grifo nosso).

De forma adicional, em relação ao rio Taquari-Antas, Schneider (2019, p.46), destaca que os Guarani

[...] estariam estabelecidos entre os rios Uruguai e Jacuí, no oeste do Estado; os ‘Tapes’ ao sul do Baixo Jacuí e no interflúvio dos rios Jacuí e Taquari-Antas. O Rio Taquari-Antas [...] marcaria ainda uma importante divisão de parcialidades identificada por Cristóval de Mendoza no século 17: **na porção oriental desse rio até o mar, ‘em umas serras muito férteis e abundantes de comida’, existiria uma província chamada ‘Caágua’**. A porção oriental da Laguna dos Patos estaria ocupada, por sua vez, pelos ‘Arachanes’ (considerados por Teschauer como um povo guaranizado) e, por fim, no litoral gaúcho estariam estabelecidos os ‘Carijós’ [...] (MÉTRAUX, 1948; SCATAMACCHIA, 1990).

Posteriormente, tais populações foram “reduzidas a um denominador comum”, a partir de “contatos com os conquistadores” (SCHNEIDER, 2019, p. 46). Desse modo, avançando na sucessão histórica, por volta de 1800, essa região não era mais dominada por indígenas, quando surgiram os portugueses que expulsaram ou dizimaram os “silvícolas”. Por consequência, “graças ao rio Taquari e seus afluentes, foram possíveis essas ocupações que na época já eram devidamente registradas no Cartório de Registro de Imóveis existente na vila de Taquari” (GERHARDT, 2004, p. 22).

Kreutz et al. (2011, p.22) destacam, em relação à imigração do Rio Grande do Sul, no século, XVIII, a vinda dos imigrantes açorianos ao Vale do Taquari, os quais se estabeleceram em Taquari:

Além dos que vieram diretamente do Arquipélago dos Açores, alguns estabelecidos no estado de Santa Catarina migraram para o estado gaúcho. Ainda no século XVIII e princípio do século XIX, eles e seus descendentes receberam lotes de terras do governo brasileiro, com o objetivo de povoar o território.

Além da imigração açoriana, esses pesquisadores mencionam a chegada dos imigrantes italianos e alemães ao Vale do Taquari, “a partir da segunda metade do século XIX”, como parte do plano do Governo Imperial que objetivava povoar a “região mais meridional do Brasil” e a substituição da mão de obra escrava (KREUTZ; SCNHEIDER; MACHADO, 2011, p. 23).

Karam (1992, p. 78) sintetiza que a colonização do rio Taquari deu-se de forma lenta: “portugueses, alemães, comerciantes de terras, comerciantes de erva-mate, de madeiras, todos foram chegando e avançando rumo à encosta, cada qual levado por interesses econômicos próprios”.

Já o Vale do Rio Pardo, localizado na região centro-oriental do Rio Grande do Sul, “leva o nome do afluente do rio Jacuí que banha o território de boa parcela dos municípios que o compõem” (VOGT, 2001, p. 69) e é a “região compreendida pelos municípios localizados às margens do rio Pardo e seus afluentes” (MÜLLER³⁸, 1999, p.113). Cazarotto (2011) complementa que o Vale do Rio Pardo apresenta múltiplas paisagens naturais, destacando-se as baixas altitudes, as quais foram importantes para a sua ocupação, realizada inicialmente pelos indígenas, após pelos ibérios e, posteriormente, pela imigração alemã e italiana. Ao corroborar o que afirma Vogt (2001), a autora esclarece que a denominação do vale deve-se ao seu contexto geográfico físico e político, originando-se do seu principal rio, o Rio Pardo.

O COREDE Vale do Rio Pardo (VRP) abrange área maior que o Vale do Rio Pardo e que a bacia hidrográfica do Rio Pardo (ANEXO C do presente trabalho). Inicialmente era formado por 25 municípios, dos quais três dele deixaram de fazer parte em 2004 (NARA, 2007). Atualmente é composto por 23 municípios (COREDE VRP, 2019).

Já a **bacia hidrográfica do Rio Pardo** abrange 13 municípios (total ou parcialmente), que integram o COREDE VRP e o COREDE do Alto da Serra do Botucaraí: “recentemente criado (em março de 2004, pelo Decreto 42.986), o COREDE do Alto da Serra do Botucaraí conta com três municípios da Bacia do Rio Pardo: Barros Cassal, Gramado Xavier e Lagoão, que antes integravam o COREDE do Vale do Rio Pardo” (ECOPLAN, 2005b, p.27).

³⁸ Pastor que se dedicou ao estudo da toponímia da região do município de Santa Cruz do Sul-RS.

Há milhares de anos essa região foi ocupada por povos primitivos de existência comprovada pelos inúmeros sítios arqueológicos encontrados, existindo implementos desde o Período Pré-Cerâmico à Tradição Humaitá, à Tradição Umbu (em que a fase Rio Pardinho parece ser a maior expressão lítica). No Período Cerâmico surgem peças e vestígios das tradições Taquara, Tupi-Guarani e Vieira (SANTA CRUZ DO SUL, s.d.). Na bacia do Rio Pardo, como no alto Rio Uruguai, no baixo Rio Camaquã e em pontos da Costa Atlântica, verificou-se a “justaposição de unidades de assentamento ou unidades residenciais de diferentes grupos” e “a presença de cerâmica mostrando mistura estilística”, apresentando em comum, a existência da tradição Tupi-Guarani (ROGGE, 2004, p.11).

Já na época do descobrimento do Brasil, esse território estava povoado, principalmente, por tribos da Tradição Tupi-Guarani:

Os índios dessa cultura, de preferência, costumavam se localizar nos vales dos rios, sobretudo nas margens do Jacuí e do Pardo. Caracterizavam-se principalmente pela sua cerâmica policrômica, corrugada e escovada, por enterramentos secundários em urnas, pela confecção de machados de pedra polida e pelo uso de tembetás (VOGT, 2001, p. 70-71).

Os Guarani, no Rio Grande do Sul, “receberam diversas denominações [...] nos vales dos rios Jacuí e Taquari foram alcunhados de tapes” (VOGT; ROMERO, 2010, p. 10). Além desses indígenas, o Vale do Rio Pardo era raramente povoado por “tribos kaingangue que se situavam nas partes mais elevadas da encosta e do planalto, e por charruas, cujo *habitat* natural eram as áreas de campo” (VOGT, 2001, p. 71).

Em síntese, as fases de povoamento da região podem ser assim descritas: Tupis-Guarani, Kainganges e Charruas habitavam o território no período de contato com os primeiros colonizadores; e “os Jesuítas estabeleceram na região as suas mais avançadas reduções a leste”, no início do século XVII (ECOPLAN, 2005a, p. 184).

No início do século XVII, os jesuítas espanhóis fundaram três reduções no vale: São Joaquim (nas nascentes do referido rio, em 1633); Jesus Maria (no curso médio, em 1632) e São Cristóvão (na confluência dos rios Pardo e Pardinho, em 1634). A principal delas foi a Jesus Maria, destruída em 1636 por bandeirantes paulistas liderados por Antônio Raposo Tavares (SANTA CRUZ DO SUL, s.d.), buscando índios que eram comercializados como escravos “preparados para o trabalho” e “domesticados”, sendo que na região os ataques

perduraram até por volta da década de 1640, quando os “jesuítas foram transferidos para a margem direita do rio Uruguai” (ECOPLAN, 2005a, p.184).

A chegada dos colonos alemães à região ocorreu por volta do século XIX e foi direcionada pelos recursos hídricos disponíveis: o imigrante recebia um lote na colônia de Santa Cruz, o qual fazia fundo com o rio Pardinho e tinha dimensão próxima de 72 hectares, ao longo da estrada. “Este era o padrão básico de ocupação do solo pelas famílias migrantes, dispondo lotes retangulares e paralelos que acabavam socializando de forma relativamente equitativa as áreas mais férteis de várzea ao longo dos rios principais e arroios” (ECOPLAN, 2005a, p. 186-187).

Correa e Bublitz (2006, p. 59) citam alterações ecológicas já percebidas em 1858, em Rio Pardinho, na colônia de Santa Cruz, como no caso de enchentes atribuídas ao desmatamento na margem do rio. Nesse mesmo ano, Avé-Lallemant (1980) encontra o rio Pardinho com um nível tão baixo de água que impedia sua navegação, porém, segundo os autores, para o alemão “o problema parece ser a navegação fluvial e não a depauperação da mata ciliar do rio”.

Após a caracterização dos principais fundamentos que alicerçam a História Ambiental mundial, brasileira e sul-rio-grandense, no próximo capítulo passam a ser abordadas as questões linguísticas relevantes para o presente estudo, ao evidenciar as relações existentes entre a língua e a cultura, a identidade e a memória, procurando ilustrar como o léxico vai refletir o ambiente físico e social dos povos. Além disso, será dado destaque às questões toponímicas e sua aplicação nos diferentes contextos, entre eles o folclórico, o geográfico, o histórico-ambiental, o linguístico, o patrimonial e o político.

3 O OBJETO DE ESTUDO DA CIÊNCIA TOPONÍMICA

Neste capítulo passam a ser apresentadas questões linguísticas relevantes para o presente estudo, evidenciando as relações existentes entre a língua e o ambiente, a cultura, a história, a identidade e a memória. Após, passa-se a discutir de forma mais específica o objeto de estudo da Toponímia e seu subnível hidronímia, trazendo as abordagens, em especial, dos autores estrangeiros Vasconcellos (1931); Dauzat (1938; 1947); Piel (1979); Baldinger (1986); Pimenta (2003); Morala Rodríguez (2006); Encarnação (2008); Kantor (2009); Marcato (2009); Jordan (2012); Villalón (2013); Cerrón-Palomino (2015) e Capra et al. (2016); bem como de pesquisadores brasileiros como Etges e Seer (1999); Albino (2004); Faggion, Dal Corno e Frosi (2008); Seabra (2008); Castiglioni, Barros e Isquerdo (2012); Dutra, Dargel e Silva (2014); Eckert (2016b); Marcuz (2016); Pereira (2017) e Misturini (2018).

3.1 A língua e suas relações

Tendo em vista que “o sistema da língua é a base da significação linguística, mas esta depende também das aportações criadoras do sujeito falante e do contexto social e histórico em que se realizem” (CARDOSO, 2012a, p. 233), nesta seção são caracterizadas as relações entre língua e cultura, bem como língua, memória e identidade.

“A língua reflete a sociedade de seu tempo e por isso não separa-se do social. Dessa forma é na língua que encontramos as marcas mais profundas sobre a história de um lugar,

cultura, ou nação” (DUTRA; DARGEL; SILVA, 2014, p.2). Para Kramsch apud Gualda (2009, p. 600) “sem uma atenção sobre como a língua como discurso produz e reproduz realidades políticas e sociais convencionalmente chamadas de cultura, não pode haver nenhuma ligação significativa entre o estudo da língua e o estudo de literatura/cultura”.

Adicionalmente, Longordo (2012, p. 124-125), entende língua como cultura e fundamenta sua teorização “na sociolinguística interacional que analisa a língua em uso e salienta o papel da cultura na sua contextualização”. Segundo ela, língua e cultura são conceitos indissociáveis. Como a língua incorpora a realidade social, “as diferentes variantes do Português do Brasil carregam especificidades culturais”. Na esteira do que afirma a autora, para Leroy (2012, p. 135), “o Brasil é o país da mistura, da miscigenação, do intermediário, da interculturalidade”.

Segundo Schlatter e Schoffen (2002, p.02), “a cultura define a maneira como um grupo social representa a si mesmo e aos outros”, à medida que o idioma transmite a realidade da cultura em que é adotado e “escolhas linguísticas são feitas de acordo com o que é ou não relevante para a comunidade”. E é por ter tamanha força que a língua pode ser usada como um mecanismo de dominação e de imperialismo em determinados períodos históricos.

Da mesma forma que “a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um” (GINZBURG, 2006, p. 20). O conceito de cultura, segundo Laraia (2009, p.25), foi definido pela primeira vez por Tylor. Para o pesquisador,

o termo germânico *Kultur* era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra francesa *Civilization* referia-se principalmente às realizações materiais de um povo. Ambos os termos foram sintetizados por Edward Tylor (1832-1917) no vocábulo inglês *Culture*, que “tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”.

Assim, Tylor, em 1871, “definiu cultura como sendo todo o comportamento aprendido, tudo aquilo que independe de uma transmissão genética”. Já Kroeber, em 1917³⁹, rompeu “todos os laços entre o cultural e o biológico, postulando a supremacia do primeiro em detrimento do segundo”, segundo Laraia (2009, p. 28):

³⁹ Tylor e Kroeber são citados por Laraia (2009).

Completava-se, então, um processo iniciado por Lineu, que consistiu inicialmente em derrubar o homem de seu pedestal sobrenatural e colocá-lo dentro da ordem da natureza. O segundo passo deste processo, iniciado por Tylor e completado por Kroeber, representou o afastamento crescente desses dois domínios, o cultural e o natural.

O homem, “único ser possuidor de cultura”, logo, “foi diferenciado dos demais animais por ter a seu dispor duas notáveis propriedades: a possibilidade da comunicação oral e a capacidade de fabricação de instrumentos, capazes de tornar mais eficiente o seu aparato biológico” (LARAIA, 2009, p. 28).

De acordo com Porter e Samovar apud Schlatter e Schoffen (2002, p. 01) “cultura é o depósito de conhecimentos, experiências, crenças, valores, atitudes, significados, etc., adquiridos por um grupo de pessoas no caminho de sua formação individual e enquanto grupo”. Já “Seelye (1984, apud Hadley 1993)⁴⁰ define cultura como um conceito amplo que engloba todos os aspectos da vida humana”.

Schlatter e Schoffen (2002, p. 02-03) apresentam a distinção entre cultura visível e cultura invisível:

Segundo Garcez (1998), **cultura visível** são as características culturais que normalmente chamam a atenção, como o fato de uma cultura ser mais formal e outra mais informal, por exemplo. Já a cultura invisível é mais difícil de ser percebida. Fazem parte da **cultura invisível** vários traços importantes que determinam a forma como se dá a interação entre as pessoas, quem dará o tópico da conversa, as negociações de troca de turno, as pausas e os silêncios durante um diálogo, dentre outros. Culturalmente padronizados sob formas que estão além da percepção consciente das pessoas que encenam tais padrões, essa cultura invisível, que é a mais comumente entendida por “natural”, “lógica” e “universal”, mas que na verdade varia muito de uma cultura para outra, também deve ser discutida na sala de aula (grifo nosso).

Outra relevante diferenciação entre tipos de culturas é lembrada pelas mesmas autoras (2002, p. 02-03):

Hadley (1993) faz distinção também entre “cultura com C maiúsculo”, que é a cultura dos fatos e datas históricas, dos monumentos e grandes obras, e “cultura com c minúsculo”, que diz respeito à relação existente entre as pessoas em determinada cultura, e à forma como as pessoas percebem o mundo. A cultura comumente apresentada nos livros didáticos e, conseqüentemente, nas salas de aula de língua estrangeira, é a cultura com “C maiúsculo”.

⁴⁰ Citados por Schlatter e Schoffen (2002).

Geertz (1989) via a cultura como essencialmente semiótica, assumindo o conceito de cultura como teia de significados e sua análise, não como ciência experimental em busca de leis, mas como ciência interpretativa, em busca do significado. Conforme Eagleton (2005, p. 9-11), o conceito etimológico de cultura é derivado de natureza, sendo um dos seus significados originais “lavoura” ou “cultivo agrícola”. Com efeito, se a cultura significa cultivo (cuidar ativo) do que cresce naturalmente, o termo sugere a dialética natural - artificial, entre aquilo que fazemos ao mundo e aquilo que o mundo faz para nós: “os meios culturais que usamos para transformar a natureza são eles próprios derivados dela”.

Fischer (2011, p. 7-8), posteriormente, traz o conceito da cultura que vai crescendo e incorporando novos olhares. Segundo ele, todos os segmentos, em variados momentos históricos, levam à cultura: a análise cultural adquire caráter “relacional, plural e consciente de sua própria historicidade: sua abertura para os momentos históricos” em que é acionada torna-a capaz de criar novos fenômenos epistêmicos. O autor apresenta o conceito de cultura negociada (estudos culturais, antropologia simbólica) e a complexidade do conceito. De acordo com essa visão, cultura é um todo relacional complexo cujas partes não podem ser modificadas sem afetar outras, mediado por múltiplas formas simbólicas poderosas de caráter negociado que são transformadas por posições alternativas, formas organizacionais e o alavancamento de sistemas simbólicos.

Pesavento (1995, p. 280) contribui com o olhar para a história cultural, entendida como o desdobramento da história social, que está na ordem do dia da historiografia mundial. Os debates em torno da história cultural e do imaginário social são um elemento catalisador do pensamento contemporâneo. Segundo a autora, pensar o social através de suas representações é uma preocupação contemporânea do fim do século balizada pela crise dos paradigmas explicativos da realidade, pondo em xeque a objetividade e racionalidade das leis científicas do domínio das ciências humanas. Como consequência, assumir a postura metodológica de atingir o “real” através de suas representações implica partir de determinado “corpus teórico”:

a. *Representação*: A noção de representação, para Chartier, “é central para a sua concepção de história cultural, que se baseia na correlação entre práticas sociais e representações”. Trata-se da “presentificação de um ausente, que é dado a ver segundo uma imagem, mental ou material, que se distancia do mimetismo puro e simples e trabalha com atribuição de sentido”. Dessa forma, “a representação deixa ver uma ausência, estabelecendo-

se a diferença entre aquilo que representa (o representante) e o que é representado”. Afirma a presença do que se expõe no lugar do outro. Viabiliza-se a construção de um *sentido*, tendo o historiador a tarefa de atingir esta inteligibilidade.

b. *Cultura*: poderia ocupar lugar de uma instância mais central e globalizante que reorientasse o olhar sobre o real. A tarefa do historiador seria a de captar a pluralidade dos sentidos e resgatar a construção de significados que preside a “representação do mundo”.

c. *História*: representação de algo que teria ocorrido um dia.

d. “*Passeidade*”: (o real acontecido) da “história”, narrativa que “representa” através de texto e imagem.

Já Cardoso (2012b, p. 15) atualiza a noção de história cultural, trazendo termos como “virada crítica” e “virada cultural”. Observa uma “nova história cultural”, a qual “não transcende de todo o objetivismo dicotômico que considera, nessa ordem hierarquizada, o par realidade social/representação, mas, sem dúvida, o reformula”. Segundo ele,

[...] a revisão dos modelos explicativos disponíveis ocorreu a serviço de um **interesse crescente pela cultura**, sendo possível perceber uma insatisfação com explicações a partir da economia ou dos interesses de classe. Na noção de cultura enfatizaram-se os mecanismos interpretativos e os valores, e muitos agora passaram a crer que a cultura não é mera função do material, do social, uma vez que as crenças e atividades rituais das pessoas, por exemplo, interagem com as expectativas socioeconômicas, e os efeitos dessas interações proveem a explicação das condutas e da origem das relações sociais (grifo nosso).

Na verdade, o conceito de cultura é muito recente, pois ela é tema do século XVIII - XIX até recentemente. É necessário que se compreenda que, através dela, os seres humanos se modificam e o meio também se modifica. Assim, entende-se através das conceituações e pesquisas desenvolvidas pelos autores citados, que a cultura é realmente o que diferencia o homem dos outros seres, pois através dela ele adquire e ressignifica diferentes hábitos, valores, conhecimentos, relações humanas, entre outros. Sahlins (1997, p. 133) defende que o termo ‘cultura’, embora tenha sofrido variadas críticas ao longo do tempo/história, ainda deva ser tratado como um conceito nobre e central dos estudos das ciências sociais e humanas, permanecendo como um fator importante para o entendimento das relações sociedade – ambiente. O autor postula que o conceito de culturalismo, atualmente, dá conta das sociedades transculturais, bem como das identidades dos povos indígenas em contato com a sociedade global. Afinal, hoje a história cultural prevê um “intercâmbio dialético do global com o local”.

A cultura vai passando por transformações, e hoje apresenta uma versão mais sintonizada com a realidade, uma variedade de novas configurações. É dinâmica e contempla as práticas das pessoas, as quais não são nem melhores, nem piores. Na visão sintetizadora de Canclini (1999, p.41), a “cultura é um processo de montagem multinacional, uma articulação flexível de partes, uma colagem de traços que qualquer cidadão de qualquer país, religião e ideologia pode ler e utilizar”.

Por consequência, ser cidadão não se relaciona somente com os direitos reconhecidos pelos estados para os nascidos em um território, “mas também com as práticas sociais e culturais que dão sentido de pertencimento, e fazem com que se sintam diferentes os que possuem uma mesma língua, formas semelhantes de organização e de satisfação das necessidades” (CANCLINI, 1999, p. 46).

Em meio a esse contexto, no entendimento de Seabra (2008, p.1956-1957), “o uso da língua ultrapassa a mera função classificatória; ela reflete o modo de viver de uma cultura e a maneira desta representar os seus valores”. Destarte, “como parte integrante da cultura, a linguagem serve para categorizar o mundo através de sistemas de classificação, taxinomias, que podem, por sua vez, ser portadores de inestimáveis indícios sobre crenças e práticas”.

Além da cultura, a língua mantém relação com a memória e a identidade. Sobre essa relação, a linguagem, enquanto produto histórico, precisa ser compreendida em seu contexto de produção, “como objeto de mediação que se interpõe entre o homem e o seu entorno, é uma ‘ferramenta’ fundamental para podermos conhecer a memória participativa de uma determinada sociedade, vinculando-nos às suas histórias sociais concretas e suas instituições” (SEABRA, 2008, p. 1957).

Em virtude disso, Pollak (1992, p. 05), ao analisar as memórias individual e coletiva, define memória como “um elemento constituinte do sentimento de identidade”, bem como “um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”:

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo.

O autor complementa que se a memória é socialmente construída, toda documentação também o é, não existindo diferença fundamental entre fonte escrita e oral (POLLAK, 1992). “A combinação da memória/lembança com a sensação/vivência re-apresenta algo distante no tempo e no espaço e que se coloca no lugar do ocorrido”: trata-se de uma das correntes centrais do novo paradigma que se propõe substituir o conjunto de ideias/certezas herdadas do século XIX, em crise na atualidade (PESAVENTO, 1995, p.279).

Castells (2000) analisa os tipos de identidades relacionadas ao contexto específico do surgimento da sociedade em rede, ao observar os processos fundamentais para a construção da identidade coletiva. Aborda reflexões sobre fundamentalismo religioso, nacionalismo, identidade étnica e territorial, destacando questões resultantes do processo contemporâneo de (re)construção da identidade com base na resistência, concluindo que tais processos são reações defensivas a três ameaças da sociedade neste fim de milênio: globalização; formação de redes e flexibilidade; e crise da família patriarcal.

Segundo o autor, a variável cultural no seio das relações identitárias precisa ser considerada, em especial quando nela estiverem expressos os valores e os horizontes nativos de percepção dos agentes sociais inseridos na situação de contato interétnico/intercultural. Por fim, é nas sociedades multiculturais que a questão da identidade étnica e de seu reconhecimento vai se tornar mais crítica.

Gomes, Schlatter e Schoffen (2013, p. 259-260), mais recentemente, sintetizam que “a língua é entendida como fenômeno social, e seu uso se efetua em formas de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, atualizados pelos participantes de uma ou outra esfera da atividade humana”. As autoras defendem “uma concepção sociointeracionista de linguagem, que prioriza o uso e não as formas da língua descontextualizadas das situações de produção”, possibilitando que ela seja concebida como “um meio para a comunicação e para a ação entre participantes inseridos em um determinado contexto sócio-histórico”. De fato, acredita-se que língua precisa ser pensada em variedades, em memórias, em identidades, em culturas, termos usado em seu sentido plural. É preciso se respeitar a capacidade humana de aprendizagem, os saberes das comunidades de pouca formação escolar ou dos analfabetos, bem como os saberes da oralidade, aqueles que são transmitidos de geração para geração.

Avançando na questão linguística, a próxima seção contemplará especificamente o a diferenciação entre o signo linguístico e o signo onomástico no âmbito dos estudos da linguagem.

3.2 O signo linguístico e o signo onomástico

O presente estudo insere-se, no âmbito da Linguística, nos Estudos do Léxico. A Lexicologia, ou estudo do Léxico, é a disciplina que estuda os fenômenos lexicais como sendo o braço matriz da Linguística, ocupando-se do estudo da semântica de uma língua e do estudo de seu léxico. Autores como Rey (1977), Cabré (1993), Niklas-Salminen (1997) e Polguère (2003) concordam que a Lexicologia, enquanto ramo da Linguística, constitui uma disciplina que trata dos fatos lexicais de uma língua. Em consonância com esses autores, assume-se aqui que a “Lexicologia constitui uma disciplina linguística que realiza o estudo científico do léxico, tendo por objetivo a análise das unidades lexicais”. Além disso, concorda-se com “a caracterização da Lexicologia como disciplina vinculada a outros setores da Linguística, tal como a Fonologia e a Morfologia, a Semântica e a Sintaxe”. Nesta perspectiva, compreende-se o léxico como um sistema aberto, que se renova constantemente (HEBERLE, 2008, p. 21).

Na visão de Rey (1992), a palavra pode ser analisada como um signo pertencente ao léxico de uma língua natural, constituída por uma face significante e uma face indissolúvel de seu uso no funcionamento da língua a que pertence; já o nome corresponde a outra função semântica, remetendo a um elemento distinto da experiência humana, seja ela individual ou coletiva, que este designa ou denota.

A designação é a relação estabelecida entre o nome e o que este nomeia para determinado uso linguístico; a denotação é a vinculação do nome a uma realidade. A semântica do nome é referencial e pode ser analisada em sua extensão. Referência e denotação correspondem à mesma relação entre linguagem em uso e objeto no mundo. As *relações semasiológicas* partem do signo em direção às coisas, já as relações *onomasiológicas* (de *onoma*, nome) partem das coisas, objetos para os signos: tais são a nominação ou a denominação (REY, 1992).

De acordo com José Leite de Vasconcellos, catedrático da Universidade de Lisboa e cuja obra publicada em 1931 é precursora da Onomástica em Língua Portuguesa, o léxico é composto de vocábulos que pertencem à língua comum e de nomes próprios ou onomásticos. O estudo do onomástico é chamado de Onomatologia e implica na classificação dos nomes próprios de acordo com as suas fontes e na busca da explicação de suas origens.

A Onomatologia, por conseguinte, é a parte da Glotologia⁴¹ que realiza o estudo dos nomes próprios, sua origem e alteração de sentido e de forma, subdividindo-se em: *Antroponímia*, estudo de “nomes individuais” (sobrenomes, apelidos); *Toponímia*, estudo de “nomes de geográficos” (montes, nações, povoações, rios, sítios, vales); e *Vários nomes próprios* que não pertencem a essas duas classes, como o estudo de nomes de animais, astros, coisas (espadas, navios, sinos), vento e entidades sobrenaturais, em que estão contidos nomes de “divindades: um ramo especial seria pois a Teonímia”. Outros exemplos desse terceiro grupo são a Astronímia e a Zoonímia (VASCONCELLOS, 1931, p.3).

O mesmo autor esclarece que, considerando somente os nomes que se referem a pessoas e a lugares, a Onomatologia pode ser dividida em Antroponímia e Toponímia. Segundo ele, o estudo toponímico origina observações históricas e psicológicas, envolvendo a imaginação das populações:

Vê-se que, embora certas ideias que a linguagem originariamente traduz, desapareçam como realidades, as respectivas palavras continuam por vezes a viver em áreas muito circunscritas, como aqui se mostra do onomástico geográfico, onde elas, quando submetidas a investigação filológica, ajudam a esclarecer a história das localidades a que estão ligadas (VASCONCELLOS, 1931, p. 291).

Em conclusão, a importância da Onomatologia reside no fato de que embora as ocupações passem, os costumes se modifiquem e as características do solo variem, os nomes permanecem “como marcos esquecidos, como sentinelas do passado”, revelando eventos que poderiam ficar desconhecidos (VASCONCELLOS, 1931, p. 312).

De acordo com Crystal (2000), integrada à Lexicologia está a Onomástica, que é o ramo da semântica que realiza, principalmente, o estudo da etimologia dos nomes

⁴¹ “Glotologia é a ciência que tem por objeto a expressão do pensamento por meio de signos e especialmente por meio de movimentos acústicos (glótica), considerada enquanto aos seus elementos, condições de produção, evolução e às relações dos diversos sistemas (línguas) em que se apresenta no tempo e no espaço” (COELHO, 1881, p.10).

institucionalizados (nomes próprios), como por exemplo os nomes de pessoas (antroponímia) e de lugares (toponímia), entre vários outros. Sartori (2015, p.128) complementa que “a Onomástica é a ciência que estuda os nomes próprios”, derivando de *onomastiké*, “ato de nomear”, do grego antigo.

Nesse contexto de aproximações conceituais, faz-se necessário caracterizar o signo linguístico e o signo onomástico. Tendo em vista que a língua é um sistema de signos e de regras, “um signo, em sentido amplo, é uma associação entre uma ideia (o conteúdo do signo) e uma forma” (POLGUÈRE, 2003, p.28, tradução nossa).

Ferdinand de Saussure, que concebe a língua como um sistema de signos, define uma nova ciência, à qual cabe “estudar a função dos signos no seio da vida social: a *Semiologia* (do grego *semeion* = signo)”, sendo que a Linguística figura “como uma parte dessa ciência geral” (RAMANZINI, 1990, p. 26). O signo linguístico, de acordo com Saussure, distingue-se dos outros signos por possuir cinco propriedades: associação indissolúvel significado-significante, caráter arbitrário, imutabilidade (caráter *figé* = congelado), mutabilidade (caráter evolutivo) e caráter linear (POLGUÈRE, 2003, p.33-35).

Conforme Sartori (2015, p.126), que acredita que o signo linguístico e o onomástico têm semelhança na origem e diferença na função, o primeiro é uma unidade de sentido, portando significado e significante. A autora esclarece que as discussões de Saussure sobre o signo linguístico foram o “ponto de partida” para a teorização de Benveniste, que acrescentou “a ideia de ‘coisa’, de realidade ao signo linguístico e vê nela a contradição entre as afirmações de Saussure e a natureza do signo linguístico”.

Saussure concebe o signo linguístico como a menor unidade da língua, composta por “um conceito (significado) e uma imagem acústica (significante), que não existem separadamente” e “não têm relação direta com o objeto” designado, logo, a nomeação é arbitrária. Benveniste, por outro lado, associa o caráter arbitrário à relação de sentido e referência ao defender o uso de um mesmo signo em variados contextos de discurso. Segundo ele, “a condição imprescindível para a constituição do signo é a significação, colocando-o como um integrante da ordem semiótica, na qual o sentido é o mais importante” (SARTORI, 2015, p.132).

Contrariando Saussure, Benveniste “define o significante como a unidade formal da língua, que determina o significado”, relação essa que é “mais próxima no signo onomástico,

embora ele apresente alguns fenômenos como o esvaziamento semântico, que o levam à opacidade, à fossilização ou à cristalização do nome” (SARTORI, 2015, p. 132).

A teoria de Benveniste compreende o signo linguístico enquanto uma unidade semiótica portadora de dupla relação e “dependente da ordem semiótica”. Saussure divide fala e língua, já Benveniste adota a divisão forma e sentido: essa última concepção do signo está relacionada à fala, “ao momento em que a língua pode ser enunciada, ao seu caráter indivisível e, que ainda assim, pode ser decomposto em unidades menores, dependendo da necessidade de quem o enuncia” (SARTORI, 2015, p. 127).

Em relação ao signo onomástico, a mesma autora esclarece que:

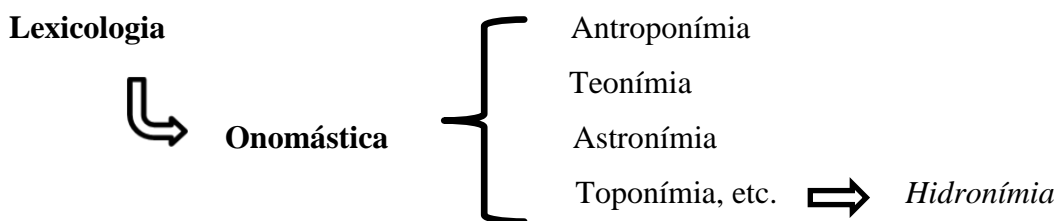
Diferentemente do signo linguístico, que é arbitrário, o signo onomástico, neste caso, particularizando o toponímico, é um signo linguístico motivado [...] desta forma, não se circunscreve exclusivamente em uma análise lexicológica. Transcende o estudo das lexias e aproxima-se mais da interpretação de Benveniste, que entende o signo linguístico como portador de dupla relação (SARTORI, 2015, p.129).

Sobre isso, Sartori (2015, p.132) destaca que o “signo linguístico é arbitrário ou necessário; o signo onomástico é motivado”. Corroborando a autora, Silva, M. (2011, p. 34) pontua que a questão que abrange o nome próprio e sua singularidade ou oposição ao nome comum é de grande importância para a Onomástica. Complementa que o principal aspecto relacionado ao nome próprio diz respeito à motivação e à significação, esta última ligada à origem etimológica. Dessa forma, os signos onomásticos diferenciam-se “dos demais signos linguísticos por serem motivados”.

Já Piel (1979, p. 5) anteriormente lembrava que todo nome próprio, de lugar ou de pessoa, está entroncado, “em perspectiva histórica variável, num nome comum, donde resulta ser o estudo dos elementos toponímicos inseparável do estudo do léxico geral, antigo ou ainda contemporâneo”.

Sintetizando as ponderações teóricas, os níveis de análise lexicológica podem ser visualizados no seguinte esquema (FIGURA 1):

Figura 1 – Léxico: níveis de análise



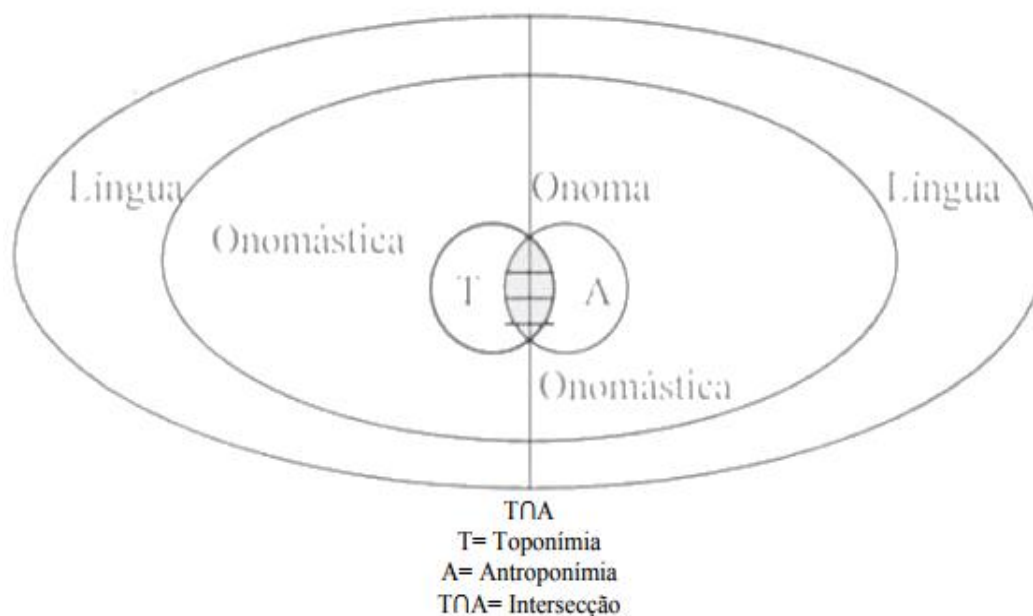
Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Em relação à Figura 1, cumpre retomar que o presente trabalho se ocupará da toponímia em sentido amplo e da hidronímia em sentido estrito. Conforme Seabra (2008, p. 1953), a Toponímia é a “disciplina que investiga o léxico toponímico, através do estudo da motivação dos nomes próprios de lugares”. A autora (2008, p. 1954) esclarece que:

[...] apesar de se constituírem em campos semânticos de dimensões variáveis da *Onomástica – pessoa e lugar* – têm na mesma uma relação de inclusão, uma vez que se encontram no *onoma*, em uma área de intersecção: o vocábulo ao deixar o seu uso pleno na língua, transitando para o uso onomástico, reveste-se de caráter denominativo [...] e passa a ser referencializado como topônimo ou antropônimo, seguindo direções opostas e complementares.

Ainda de acordo com Seabra (2008, p. 1956), antropônimos e topônimos são entidades que ultrapassam a expressão linguística e envolvem os referentes que destacam: “os nomes de lugares, assim como os nomes de pessoas são ‘designadores rígidos’ já que representam ou são os próprios referentes em uma situação de comunicação, podendo-lhes atribuir, por isso, no âmbito dos estudos linguísticos, certa singularidade”. Para melhor visualização de tais conceitos, a autora faz uso do esquema proposto por Dick (1999, p.145), Figura 2:

Figura 2 – Onomástica



Fonte: Dick (1999, p.145).

Em relação à onomástica – especificamente toponímia e antroponímia – Baldinger (1986, p.3, tradução nossa) destaca que, por sua “tendência conservadora”, ela mantém muitas palavras “mortas, desmotivadas, que se prestam com grande facilidade a motivações secundárias”:

Essas motivações secundárias pressupõem interferência de palavras e sentimentos "mortos" com outras palavras ainda usadas no idioma geral e que permitem, conseqüentemente, interpretações etimológicas secundárias [...], quem estuda a evolução do léxico de uma língua com suas milhares e milhares de famílias, sabe muito bem que interferências e interdependências não são de todo raras, e constituem mais a regra do que a exceção.⁴²

Assim, em relação especificamente à toponímia, no que tange à forma do topônimo, a matéria fônica com que se designa um lugar, em qualquer língua, corresponde gramaticalmente à categoria de um nome ou construção nominal, e ele desempenha a função

⁴² Original (completo): “Estas motivaciones secundarias presuponen interferencias de las palabras y sentidos 'muertos' con otras palabras todavía usadas en la lengua general y que permiten, en consecuencia, interpretaciones etimológicas secundarias. Ahora bien, el que estudia la evolución del léxico de una lengua con sus miles y miles de familias, sabe muy bien que las interferencias y las interdependencias no son del todo raras, y constituyen más bien la regla que la excepción”.

elementar de orientação espacial de todo nome de lugar. Já em relação à semântica, esses nomes são essencialmente descritivos, “pois vêm sugeridos e motivados pelo contexto geográfico e ambiental, mas também podem ser históricos ou culturais e, nesse caso, com a perda de sua motivação descritiva inicial” (CERRÓN-PALOMINO, 2015, p. 186, tradução nossa). Enfim, Capra et al. (2016) complementam que, embora os topônimos sejam comumente usados como termos de referência sem significado, eles podem sim ser caracterizados por componentes semanticamente significativos, mesmo porque o sentido nos topônimos é influenciado pela circunstância, pela língua e pela cultura. Em vista disso, a próxima seção ampliará a questão específica dos estudos toponímicos.

3.3 A Toponímia

“O estudo dos nomes de lugar, a toponímia, deve ser encarado como sendo um dos aspectos da onomatologia geral” (PIEL, 1979, p. 5). Cerrón-Palomino (2015, p. 184-185) complementa que a toponímia, ciência que estuda a etimologia dos nomes de lugar, define-se como um conhecimento interdisciplinar. Segundo o autor, as disciplinas básicas contempladas pelo estudo toponímico são: Arqueologia (devido aos assentamentos humanos pré-históricos, sem registro documental escrito); Filologia (enquanto disciplina que assegura uma correta interpretação das informações documentais do passado); Geografia humana (geral e especialmente local, por orientar o reconhecimento do lugar); História (no que concerne à informação documental e à consulta e investigação em arquivos); e Linguística (como disciplina que estuda a linguagem em suas vertentes sincrônica e diacrônica ou histórica⁴³). Em relação a essas disciplinas, na visão do autor, a Arqueologia, a Geografia e a História seriam disciplinas auxiliares enquanto a Filologia e a Linguística seriam nucleares, de maneira que sem elas seria impossível desenvolver “trabalhos toponímicos sérios”.

Por conseguinte, sobre a questão da “toponímia e significação geográfica”, o pesquisador português Pimenta (2003, p. 279) exemplifica que a coleta de “inferências

⁴³ A sincronia é “um dos tipos principais das dimensões temporais da pesquisa linguística, introduzidos pelo linguista suíço Ferdinand de Saussure”, e o outro é a diacronia. “A **linguística sincrônica** estuda as línguas em um ponto teórico no tempo”, sem considerar suas modificações (CRYSTAL, 2000, p. 240, grifo do autor). Por exemplo, dicionários de orientação sincrônica “descrevem a língua no momento em que se produz o dicionário”, ao passo que os de orientação diacrônica “descrevem a língua de um período de tempo limitado que o lexicógrafo determina” (YZAGUIRRE apud HEBERLE, 2008, p. 66).

geográficas a partir da distribuição dos topônimos” deve estar ancorada em uma “certeza linguística” (trabalho esse que não é do geógrafo, mas sim do linguista, segundo ele) e ser contextualizada nos outros “fenômenos que dão corpo e originalidade a uma região”.

De forma complementar, para Etges e Seer (1999), a identificação dos espaços e a delimitação de suas fronteiras, aliadas às relações identitárias que as pessoas constroem com eles, comprova a pertinência da toponímia para o estudo geográfico. Segundo as autoras, a toponímia é um instrumento da geografia capaz de reproduzir a organização do espaço, consequência da relação natureza e sociedade.

A toponímia e sua relação com várias ciências e áreas igualmente é alvo do resgate de Villalón (2013):

Os estudos toponímicos em ocasiões fazem referência às matérias que têm uma maior relação com o estudo dos nomes de lugar; e outras vezes destacam a perspectiva de análise adotada. O canadense (Poirier, 1965) fala dos **três grandes blocos de “ciências auxiliares da toponímia”: a história, a geografia, e a linguística** (desdobrada em dialetologia e fonética). Dauzat (1971:9), incide de um modo particular nas vertentes psicológica e sociológica e afirma que “esta ciência constitui um capítulo precioso de psicologia social que nos ensina como se tem designado, segundo as épocas e os meios das vilas e dos povos, as propriedades e os campos, os rios e as montanhas (VILLALÓN, 2013, p. 78-79, tradução nossa, grifo nosso)⁴⁴.

Em vista do exposto, o estudo da toponímia deve considerar “esta ciência como resultado de um complexo grupo de fatores: geográficos, linguísticos, idiomáticos, culturais, sociais, econômicos e etnográficos”, sendo a nomeação um processo de criação popular, espontâneo, fundamental para a distinção de lugares, em que se desenvolvem particularidades nacionais, idiomáticas, históricas, “pelo que o conhecimento de seu significado local estrito permite compreender melhor o original” (VILLALÓN, 2013, p. 79).

A mesma pesquisadora justifica o caráter complexo dos topônimos pelo fato de este integrar os aspectos: a) *conceitual*, que diz respeito ao conhecimento do conceito de toponímia, à origem e significado do nome próprio de lugar e aos processos a ele vinculados;

⁴⁴ Original: “Los estudios toponímicos en ocasiones hacen referencia a las materias que tienen una mayor relación con el estudio de los nombres de lugar; y otras veces han puesto el acento en la perspectiva de análisis adoptada. El canadiense (Poirier, 1965), por ejemplo, habla de los tres grandes bloques de “ciencias auxiliares de la toponimia”: la historia, la geografía, y la lingüística (desdoblada en dialectología y fonética). Dauzat (1971:9), incide de un modo particular en las vertientes psicológica y sociológica y afirma que “esta ciencia constituye un capítulo precioso de psicología social que nos enseña cómo se han designado, según las épocas y los medios las villas y los pueblos, las propiedades y los campos, los ríos y las montañas”.

b) *instrumental*, que se refere a habilidades como escrever e pronunciar corretamente o topônimo, localizá-lo, identificar outro que tem igual nome, utilizar a informação toponímica oriunda de diferentes fontes, realizar investigações toponímicas e ações para seu emprego; c) *legal*, que contempla o conhecimento da legislação relativa às nomeações; d) *afetivo*, abarcando a relação afetiva com o topônimo, que permite assumi-lo como parte do patrimônio local entre os que se identificam com ele; e) *comportamental*, relacionado ao desenvolvimento de valores como a responsabilidade pela proteção do patrimônio toponímico local, patriotismo e sentimento de pertencimento, à tomada de decisões, aplicação da legalidade e à rejeição ao emprego vulgar ou inadequado do nome de lugar.

De forma precursora, o pesquisador Dauzat (1938; 1947), segundo Sartori (2010, p.10), utiliza “o método das áreas” e é “utilizado por estudiosos de vários países europeus”, sendo “adaptado à realidade brasileira” por Dick (1990a, 1990b, 1990c), que faz uso da fundamentação teórica do francês seguindo orientações de Drumond (1965). Com efeito, Dauzat (1947, p.1)⁴⁵ enfatiza que “assim como os nomes de pessoas, mas de modo muito mais notável, os nomes de lugares se apresentam a nós como palavras antigas, de significado preciso, cristalizadas e esterilizadas de modo mais ou menos rápido, esvaziadas de sentido original”.

E, de modo semelhante aos autores vistos nesta seção, Capra et al. (2016, p.101, tradução nossa) reconhecem que os “topônimos são um repositório de todos esses complexos processos e interações, com valor histórico, filosófico e científico que, muito provavelmente, ainda devem ser reconhecidos em termos mais amplos e por sua real profundidade de importância”.

Seabra (2008, p. 1956) contribui ao destacar que os topônimos designam de forma singular um dado espaço, correspondente “a um conjunto de descrições” ou que pode ser identificado por propriedades que dizem respeito somente a ele. Geralmente esse “batismo” espacial ocorre no começo de seu povoamento, sendo influenciado pelos fatores que levaram “o denominador a associar o espaço físico ao nome, transmitindo-o, em seguida, aos membros de uma comunidade”, assim, “quando se consegue preservar o sentido, preserva-se a informação sobre o lugar”:

⁴⁵ A seleção dos textos de Dauzat (1947) e a tradução dos mesmos do francês para o português adotada na presente investigação é a realizada, para fins didáticos, por Carmen Maria Faggion.

Por se tratar de nomes que permanecem, às vezes, intactos, outras vezes, levemente modificados, o nome de lugar é provido da função referencial; já o seu sentido nem sempre se encontra armazenado na mente do ouvinte, nem na do falante, principalmente se é um topônimo muito antigo, que vem atravessando gerações. Tal fato não compromete a comunicação linguística. [...] Na maioria das vezes, o sucesso de uma referência ocorre quando o ouvinte consegue identificar o referente.

Por consequência, o uso do nome de lugar é regido pela aplicação do falante “sobre a capacidade do ouvinte de identificar o referente com base nas propriedades locativas a ele atribuídas através da descrição”. A autora não vincula esse fato somente às “propriedades objetivas” dos espaços nominados, uma vez que o léxico toponímico permite que um mesmo topônimo (nome) designe lugares distintos, correspondentes a situações diversas. Segundo ela, isso ocorre porque o homem nomeia o espaço ao seu redor conforme seus saberes, a partir de “experiências assimiladas do convívio com outros homens” (léxico regional). Como consequência disso, a existência de variadas “contribuições toponímicas” nas regiões de uma nação se deve ao “fato de que se baseiam em distintas maneiras que um grupo social tem de estruturar a experiência de sua realidade, uma vez que não existe uma base estritamente objetiva na língua para distribuição de tais denominações” (SEABRA, 2008, p. 1956).

A mesma autora aponta que a função representativa do nome de lugar, a saber, o seu significado vinculado a um espaço, implica o questionamento em relação ao que simboliza ou denomina, afinal, “como o topônimo permanece na língua enquanto a sociedade muda, o sistema de referência extralinguístico pode ou não se perder”. Em relação a isso, explica que o apagamento ou manutenção do sentido do nome de lugar conduz à reflexão acerca de sua “organização informativa”:

[...] a referência não suscita apenas problemas de sistemática e classificação – **as relações são muito mais complexas do que uma relação biunívoca entre palavra e referente - mas também questões históricas e culturais**, uma vez que no universo dos nomes de lugares encontramos registros de um passado, de interesses e visão de mundo comuns de um determinado povo [...], **falar de referência em Onomástica implica falar em cultura, história e rede social** (SEABRA, 2008, p. 1956, grifo nosso).

A pesquisadora deixa claro que, em uma dada região, existem topônimos de referência identificável por grupos constituintes de redes sociais que compactuam afinidades, e que são reconhecidos pela cultura regional, com registro duradouro na memória de seus membros, os “arquivos permanentes”. Além desses, na mesma comunidade, pode ser identificada “uma impermeabilidade em muitos de seus topônimos – tratam-se dos arquivos opacos” (SEABRA, 2008, p. 1957).

Faggion e Misturini (2014, p. 146), mais recentemente, corroboram o pensamento de Seabra (2008), ao complementar que o topônimo apresenta relação intrínseca “com a memória de um povo”, inclusive quando este “esquece a motivação toponímica [...], pois uma cultura e/ou uma língua não existem mais”.

Além disso, “topônimos refletem a memória oficial e também a coletiva”. Pode-se concluir que “a toponímia e a memória, ligadas à história [...], dizem muito a respeito da região em que os topônimos estão inseridos; e estes dizem quase tudo sobre o local que designam” (FAGGION; MISTURINI, 2014, p. 151-153). Logo, a próxima subseção contemplará aspectos da origem histórica dos topônimos.

3.3.1 Origem dos topônimos⁴⁶

De acordo com Seabra (2008, p. 1959), devido à “necessidade de nomear, diferenciar e indicar, fundamentado em seu entorno vivencial, o homem faz uso de variadas estruturas linguísticas que combinam motivação, convenção e identificação, produto psíquico da história sócio-político-cultural de um povo”. Porém, à medida que o tempo passa, essa referência adquire caráter opaco, a saber, identifica-se um determinado espaço sem vinculá-lo a um significado, preserva-se o referente e não a informação. Segundo ela, é desse jeito que os nomes de lugar geralmente permanecem na língua.

Corroborando o que diz a autora, Encarnação (2008, p.1), pesquisador português, afirma que existe uma “estreita relação entre a toponímia e a História” e que a pesquisa toponímica permite a identificação de “lugares e povos” e a possibilidade de se “descortinar o significado concreto desses nomes”.

Complementando o entendimento de Seabra (2008) e Encarnação (2008), Eckert (2016b, p. 222) conclui que “pela toponímia pode-se contar a história de uma região, especialmente se forem observadas as mudanças dos nomes no decurso da história [...]; topônimos podem ser considerados uma marca de identidade regional”.

⁴⁶ O conteúdo das subseções 3.3.1 e 3.3.2, de forma adaptada, encontra-se atualmente publicado no artigo de Diedrich e Machado (2020), sob o título “Toponímia: cultura e patrimônio do Rio Grande do Sul”.

Em relação a isso, Gerhardt (2011, p.81-82), que compreende a toponímia como memória social e fonte de informação, traz como exemplos do Vale do Taquari as localidades rurais “Erval de São João”, “Herveiras”, “Herval de Baixo”, Herval do Paredão” e “Pinhal do Herval”, caracterizadas pela presença de terras cobertas por florestas e pelos ervais, as quais “foram apropriadas por meio da grilagem, da legitimação de posse e da exclusão dos posseiros e vendas em projetos de colonização”.

Nesse contexto, em relação à origem toponímica, Kantor (2009, p. 40) considera que, ao longo da história, cada conquista de terras estabelecia uma nova toponímia, sendo que as coroas e os conquistadores “outorgavam-se o direito de nomear as terras descobertas”, e invocavam o princípio de que “terras não ocupadas não constituíam direito de propriedade” e de que novos territórios deveriam pertencer aos primeiros ocupantes. A autora complementa que:

Após a Paz de Westfália (1648) – que pôs fim a Guerra dos Trinta Anos e garantiu a Independência das Províncias Unidas –, as reivindicações de posse de novas regiões passaram cada vez mais a exigir a apresentação de descrições geográficas e documentação cartográfica. Nesse aspecto, os mais hábeis em fixar topônimos nos mapas impressos teriam sido os holandeses, com a finalidade de manifestar a posse de um novo domínio.

A pesquisadora posteriormente questiona “quais teriam sido os modelos culturais que orientaram a atribuição dos topônimos luso-americanos nos registros textuais e cartográficos” e “como fazer a análise dos múltiplos estratos toponímicos fixados em diferentes momentos” (KANTOR, 2009, p. 40).

No que tange à origem dos nomes de lugar, “as sucessivas camadas históricas, sobrepostas, - verdadeiramente análogas às camadas geológicas dos terrenos sedimentares – são bem mais numerosas e mergulham bem mais longe, no passado, do que os nomes de pessoas” (DAUZAT, 1947, p.1). Os topônimos, na sua criação, tiveram origem pela língua falada em uma comunidade, porém passaram por adaptações fonéticas para se integrarem aos idiomas que substituíram o original. Assim, “a toponímia, conjugada com a história, indica ou torna precisos os movimentos antigos dos povos, as migrações, as áreas de colonização, as regiões onde tal ou tal grupo linguístico deixou seus vestígios” (DAUZAT, 1947, p.7).

Em relação a esses vestígios, Eckert (2016b, p. 221), da mesma forma que Gerhardt (2011), faz menção à toponímia do Vale do Taquari, região ocupada pelo indígena antes da colonização europeia, ao citar como exemplos “os nomes dos municípios de *Paverama* (terra

de todos), *Putinga* (tipo de taquara), *Tabaí* (conjunto de casas ao lado do rio), *Taquari* (Rio das Taquaras) e *Muçum* (espécie de peixe)”. Além da herança indígena, o autor recupera influências toponímicas relacionadas à colonização italiana e alemã, ao apresentar o caso de outros municípios do vale:

[...] *Teutônia* e *Westfália*, que fazem referência aos teutos (povo alemão) e à região da Renânia do Norte Westfália, próxima à Holanda, de onde proveio a maioria da população do atual município de *Westfália*. Marcas da colonização italiana nos topônimos da região estão em menor número, talvez por que as terras ocupadas pelos descendentes de italianos já estivessem nomeadas anteriormente, uma vez que a ocupação da região por eles ocorreu depois da presença portuguesa e alemã. Registra-se, no entanto, o topônimo *Nova Bréscia*, numa clara referência à cidade italiana de Bréscia, de onde proveio a maior parte da população inicial do município (ECKERT, 2016b, p. 221).

Com efeito, pesquisas realizadas por Schierholt (2002, p. 45) complementam que vários desses topônimos regionais “foram dados por marinheiros e medidores de sesmarias, sem que se saiba o significado”. Em obra anterior, o pesquisador aponta que os topônimos primitivos várias vezes foram designados pelos que utilizavam o Rio Taquari, “único meio de comunicação existente”:

Os práticos de barcos e os marítimos, como então se chamavam os estivadores, identificavam os acidentes geográficos nas margens dos rios (cachoeiras, ilhas, fozes, paredões, passos e portos), com suas características descritivas, com **nomes ligados a pessoas e outras localidades assemelhadas**. O enorme perau ou paredão podia bem parecer com um escarpado europeu, sobre o qual se erguiam castelos e conventos de frades na Idade Média (SCHIERHOLT, 1992, p. 62, grifo nosso).

Já no caso do Vale do Rio Pardo, Etges e Seer (1999, p. 92) relatam que a colonização alemã no município de Santa Cruz do Sul e região, que teve início em 1849, marcou a região com topônimos de origem alemã, língua dos colonizadores e imigrantes. Segundo as pesquisadoras, na época da Campanha de Nacionalização do Estado Novo (1937-1945), fora adotado no país o uso somente da língua nacional, com a exclusão da língua regional. Com efeito, “a substituição da toponímia original (expressa em língua alemã) pela de língua portuguesa, na maioria dos casos, não conservou o significado original dos topônimos, atribuindo aos lugares nomes que não expressavam nenhuma identidade com os mesmos”.

As autoras retomam as descobertas de Virgílio Correa Filho (1950) sobre a influência toponímica que o Brasil sofreu no início do descobrimento. A influência africana, segundo ele, foi menor do que a indígena “pela própria condição de inferioridade imposta aos africanos, acontecendo o mesmo com a influência dos imigrantes procedentes de várias partes

da Europa”. O autor dá destaque à disputa entre a língua indígena (o Tupi⁴⁷, por exemplo) e a portuguesa pelo poder de “influência nos topônimos”, com notória vantagem para a primeira:

Objetivando suplantando a cultura indígena pela portuguesa, os colonizadores lusos realizaram, em 1798, substituições na toponímia brasileira, do tupi para o português. **A língua mais falada até então era o tupi, o que fez com que, mesmo após essas substituições, a influência indígena só aumentasse**, tanto pela miscigenação das duas culturas através do casamento, como pelas próprias expedições ao interior do país, nas quais o número de indígenas geralmente era superior ao de portugueses. Dessa influência indígena temos referências à flora, fauna, minerais e relevo, normalmente topônimos já utilizados há muito pelos índios (ETGES; SEER, 1999, p.93-94, grifo nosso).

Em relação a essas influências toponímicas, Kantor (2009, p. 42) complementa que navegadores portugueses, nos séculos XV e XVII, não se preocuparam com o estabelecimento de “marcos toponímicos” como pode ter sido o caso de espanhóis e holandeses. Holanda (1962) sugere que nos cento e cinquenta anos iniciais da colonização do Brasil, a designação toponímica ocorreu de forma “fortuita, quase arbitrária, moldada, inclusive, por reminiscências da literatura de cavalaria medieval”. Já Seed (1999) acredita que portugueses nomeavam os lugares de acordo com as mercadorias negociadas em dada área e, dessa maneira, “não teria ocorrido uma imposição de nomes a lugares estrangeiros”.

As feições geográficas, as vilas coloniais e os aldeamentos missionários “apresentam as mais diversas composições entre a onomástica sacra e as línguas indígenas nativas”, essa “hibridização dos topônimos expressa as conexões entre localismo e universalismo católico na era da expansão marítima europeia”. No desenvolvimento da interiorização da colonização portuguesa, sertanistas e missionários estimularam a adoção de termos do Tupi e do Guaraní para nomear as feições geográficas (KANTOR, 2009, p. 42-43).

Desde a assinatura do Tratado de Madrid em 1750, apesar da fronteira natural estabelecida pelos picos das serras e rios, “os demarcadores procuraram fixar uma toponímia que traduzisse o processo de ocupação efetiva do território”; porquanto, nomes de aldeamentos missionários e povoações passaram a ser “um elemento-chave na definição das fronteiras entre os impérios ibéricos”. De acordo com a contextualização histórica,

⁴⁷ “O Tupi era a língua usada pelos jesuítas em suas catequeses desde o Maranhão até S. Vicente em São Paulo. Não era língua própria de uma tribo, mas uma uniformização léxica racional de vários dialetos, fixada pela Gramática do Padre Anchieta e pelo vocabulário jesuítico”. (...) “era a língua legítima dos índios e não se confundia com a língua geral falada pelos colonos e seus descendentes”, segundo Edelweiss (BUENO, 2014, p.11).

“discrepâncias ou discordâncias na designação dos rios e arroios poderiam ter consequências na identificação exata da fronteira natural e humana” (KANTOR, 2009, p. 44-47).

Com a transformação do indígena em súdito, vilas indígenas foram designadas com nomes de cidades e vilas portuguesas, ocorreu o aportuguesamento de sobrenomes e a proibição do uso das línguas nativas, exigindo-se de todos a fala em português. “Obviamente, por trás do debate intelectual sobre os modelos de aculturação civil do indígena, havia uma viva disputa pela exploração das terras, dos recursos naturais, e pelo modo de administrar a mão-de-obra nativa” (KANTOR, 2009, p. 54).

Por fim, Kantor (2009, p. 57) esclarece que “a tupinização dos sobrenomes, dos títulos maçônicos foi um fenômeno correlato ao resgate da toponímia indígena pelas mesmas elites que estavam silenciando os etnônimos indígenas nas cartas geográficas” e foi bem recentemente que a história indígena começou a ser considerada.

De fato, processos de “perda” e “corrupção” de nomes de lugar, bem como sua nova cunhagem ou, em certos casos, intraduzibilidade, como no caso dos topônimos indígenas, têm como consequência a erosão do patrimônio cultural do lugar. Uma investigação histórica pode demonstrar que topônimos são perdidos, segundo Capra et al. (2016, p.93) devido aos seguintes fatores, únicos ou associados:

- i) uma radical "reconfiguração espacial" da área devido às mudanças induzidas pelo homem nas características ambientais; e ii) um processo de abandono do "topônimo", como consequência do fato de que, ao longo de décadas, topônimos podem cair em desuso devido a alterações sociais, econômicas e ambientais (tradução nossa)⁴⁸.

Os topônimos da paisagem tiveram uma criação breve, imediata, com o objetivo de explicar suas características naturais. Contudo, recentemente, os topônimos com frequência são criados para indicar elementos artificiais de um “sistema intensivamente antropizado do ambiente”. Nomes de lugar não se configuram como estáticos ou imutáveis, mas sim são influenciados por variadas mudanças que envolvem forças humanas e naturais, podendo-se ter resultados “imprevisíveis” (CAPRA et al., 2016, p. 100, tradução nossa).

⁴⁸ Original: “i) a radical “spatial reconfiguration” of the area due to human-induced changes in the environmental features; and ii) a process of “toponym abandonment” as a consequence of the fact that, over decades, many toponyms can fall into disuse due to social, economic, and environmental changes”.

Não é adequado “interpretar os nomes de lugar, unilateral e arbitrariamente, a partir das línguas vigentes na realidade estudada, pois é mais seguro que tais designações sejam sobrevivências de idiomas preexistentes”. Em virtude da análise etimológica, verifica-se que existem topônimos plurilíngues, com diferentes estratos idiomáticos. Outras dificuldades ao se realizar o estudo dos nomes de lugar são as várias acepções atribuídas a um mesmo topônimo por parte de seus proponentes, além da filiação dos nomes e suas adaptações, com particularidades fonológicas e lexicais (CERRÓN-PALOMINO, 2015, p. 187).

A classificação das nomeações originais pode ser feita de acordo com sua formação externa, em que a designação é espontânea, “obra mais ou menos inconsciente” de um grupo; e em outros casos é sistemática, quando ocorre por meio da ação de autoridade, fundador ou conquistador; ou pode ser feita de acordo com seu sentido intrínseco, em que pode haver empréstimos geográficos (topografia, por exemplo), humanos (como protetor e possuidor), e abstratos ou históricos (DAUZAT, 1947, p. 19-20).

Em relação às designações espontâneas, quando um rio, por exemplo, foi denominado pela “voz pública” (situação mais frequente), esse foi nomeado conforme as particularidades de sua topografia (DAUZAT, 1947, p. 21); já as designações sistemáticas, de menor frequência que as anteriores, podem apresentar dificuldades de identificação, pela ausência de “indicações históricas”, e dizem respeito ao território e lugar habitado, sendo o caso mais comum o da criação de cidades (DAUZAT, 1947, p. 36).

Os topônimos, originalmente, retratavam alguma “particularidade do local”, já atualmente escolas, prédios e ruas são designados, merecidamente ou não, por nomes de pessoas. Em um município, por exemplo, “o maior carreirista de cavalos e homem quase analfabeto deu o nome a uma escola; o bandeirante e exterminador de índios, Raposo Tavares, designa uma importante rodovia brasileira” (MÜLLER, 2002, p. 68).

Sobre as substituições (trocas de nome), Dauzat (1947, p.41) esclarece que um lugar não permanece sempre com a mesma designação: após as “migrações, invasões, conquistas, os recém-chegados [...] adotam a maioria dos nomes de lugares em uso no país, mas mudam também um grande número introduzindo designações retiradas de sua própria língua”. O autor ainda menciona a atribuição de epítetos, que podem suplantam o topônimo original.

Se, por um lado, é rara a troca de nome de uma pessoa, a geografia apresenta mudanças ao longo da história, como no caso de Brasil (ex-Terra de Santa Cruz) e Rio Grande

do Sul (ex-São Pedro do Rio Grande). Outros exemplos dizem respeito a municípios que tiveram o acréscimo “do Sul” para se distinguirem de outros: Santa Cruz, Caxias e Cachoeira. Além desses, o nome oficial pode ter sido alvo de desprezo, como no caso do antigo distrito Corvo (Estrela), que se tornou o município de Colinas-RS (BERGESCH, 2003, p.112).

Em relação a essa questão, Eckert (2016b, p.220) exemplifica que, no Vale do Taquari, muitos hagiotopônimos⁴⁹, a saber, topônimos relativos a nomes de santos, desapareceram:

São Gabriel da Estrela passou a ser *Cruzeiro do Sul*; *São Pedro de Encantado* ficou somente *Encantado*; *Santo Antônio da Estrela* abreviou-se para *Estrela*; *Santo Inácio dos Conventos* transformou-se em *Lajeado*; *Gramado São Francisco* tornou-se *Progresso*; *Santo Antônio do Jacaré* virou *Relvado*; *Vila São Joaquim* passou a ser *Tabaí* e *São José do Taquari* reduziu-se a *Taquari*.

O pesquisador explica que, na maior parte dos topônimos acima, a sua característica diferencial, a exemplo de *Santo Antônio da Estrela*, originou o novo topônimo, *Estrela*. Por outro lado, pontua que são identificados acréscimos ao topônimo original, como no caso das locuções *Vale* (*Canudos do Vale*) e do *Sul* (*Santa Clara do Sul* e *Bom Retiro do Sul*).

Como se viu, substituições toponímicas espontâneas são verificadas quando ocorre troca de língua em um território, decorrente de sua conquista ou invasão. Já as substituições sistemáticas podem ter variadas categorizações. Por exemplo, “uma série de nomes, evocando em geral soberanos ou um grande personagem, foram impostos pela autoridade central, ou solicitados por autoridades locais com o objetivo de lisonjear o poder” (DAUZAT, 1947, p. 46). De acordo com Eckert (2016b, p. 221), no Vale do Taquari, isso aconteceu no período da Campanha de Nacionalização do Estado Novo, quando

[...] Bom Retiro teve seu nome trocado para *Inhandava* (águas que correm), depois voltou a ser Bom Retiro, hoje *Bom Retiro do Sul*; Santa Clara passou a ser *Inhuverá* (campo resplandescente), depois da emancipação ficou *Santa Clara do Sul*; Nova Bréscia passou a ser chamada *Tiradentes* em 1938, *Canabarro* em 1944 e em 1950 volta-se ao nome antigo, a pedido da população: *Nova Bréscia*.

⁴⁹ Hagiotopônimos são os topônimos relativos aos santos e santas do hagiolégio romano, pertencem à classe dos Hierotopônimos (nomes sagrados), que são nomes de natureza antropológica, conforme será abordado no próximo capítulo, seção 4.3.

Para complementar essa lista, Meincke (2011, p. 52), traz exemplos de nomes de picadas⁵⁰ alterados pelo ato nº6, promulgado em 1919 no município de Estrela, após a derrota alemã na Primeira Guerra Mundial, contudo a medida ocorreu somente na documentação oficial, porque os habitantes permaneceram adotando “Linha Krupp” (Paissandu); “Linha Berlim” (Almirante Barroso); “Linha Moltke” (Marechal Mallet); “Linha Friedrich Wilhelm” (11 de setembro) e “Teufelsberg” (Herval). “Nem mesmo a tentativa do pastor Heinrich Brakemeier, na década de 1960, de mudar o nome de Teufelsberg (morro do diabo) para Kirchberg (morro da igreja) mudou a preferência dos moradores”.

“Diversos fatos históricos provocaram substituições. [...] As jovens nações que obtiveram sua independência no final do século XIX ou depois da guerra ressuscitaram antigos nomes inclusive numa intenção nacionalista” (DAUZAT, 1947, p. 49). Da mesma forma, a moda, com interesses materiais, influenciou tais trocas: na tentativa de se atrair turistas, muitos lugares adicionaram complemento ou epíteto ao seu nome original: “das Águas, Banhos, do Mar, do Oceano, e também das Ondas [...] ou alguma outra adjunção considerada sedutora” (DAUZAT, 1947, p. 51). Há ainda a situação das transformações de nomes de lugar, classificadas em:

a) **Mudanças fonéticas:** como a forma do topônimo precisa harmonizar-se com a estrutura linguística, com exceção das palavras importadas, a fonética é um guia seguro para o conhecimento do dialeto da região e que, complementado com a consulta aos documentos históricos, possibilita a reconstituição da “fisionomia” apresentada pelo nome de lugar. Outras situações envolvem a regressão ou falsa regressão, abreviação, supressão e “casos sem explicação” (DAUZAT, 1947, p. 54-58).

b) **Acidentes por analogia ou por cacografia:** quando não são mais discernidos, ou seja, os elementos compostos do nome de lugar são objeto de “desfigurações”, como no caso do epíteto “santo”, comumente absorvido pelo nome, quando seu culto e lembrança desaparecem. As cacografias e alterações de origem gráfica afetam a história do topônimo, nem tanto no caso dos nomes de lugares conhecidos ou de cidades, mais no caso de

⁵⁰ Segundo Staub (1986), “são frequentes, em toponímicos nos municípios de São Leopoldo, Montenegro, Caí e Bom Princípio, os constituintes portugueses ‘picada’ e ‘linha’ que são traduções do alemão ‘Schneise’” (ALBINO, 2004, p. 47). “Colonos teuto-brasileiros viviam em assentamentos dispersos no *Urwald* – as chamadas picadas – que (...) se integraram às malhas (hidro)viárias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, ensejando dinamização econômica a partir de uma rede comercial liderada predominantemente por famílias teuto-brasileiras” (RELLY, 2019, p. 9).

montanhas, riachos e “aglomerações rurais”. Assim, “toda a cartografia moderna e seus anexos estão repletos de erros de nomenclatura, que são frequentemente erros de compreensão e de interpretação” (DAUZAT, 1947, p. 61-66).

c) **Transformações de uma língua a outra:** no momento em que um lugar muda de língua, os topônimos preexistentes, à exceção dos que são substituídos, são assimilados pelo novo idioma, constituindo “fósseis” seguros e “talvez as únicas testemunhas de formações linguísticas desaparecidas”, contudo provocam confusões. Como os topônimos dificilmente entram na língua como eram originalmente, se seu significado é/parece ser aparente, o nome de lugar é traduzido, configurando uma “substituição de forma”, na realidade uma “assimilação semântica” (DAUZAT, 1947, p. 71). As línguas tendem a assimilar topônimos estrangeiros que, aos poucos, entram no “uso comum”, como se constatava “sobretudo antigamente (a fim de conservar a homogeneidade fonética das frases), enquanto hoje em dia se reage a isso cada vez mais, menos por cuidado de evitar alterações linguísticas do que por esnobismo” (DAUZAT, 1947, p. 85).

Em relação a essas transformações de topônimos, Etges e Seer (1999, p. 105) trazem exemplos de situações do Vale do Rio Pardo. As autoras comentam que, nas décadas de 1930 e 1940, com o aumento das cidades e vilas no Brasil, vários eventos levaram o governo da época a revisar as leis existentes sobre os topônimos, com a criação de regras que “passaram a se ocupar com problemas como nomes iguais para lugares diferentes, grafia incorreta ou mesmo nomes muito extensos, e por outro, proibiram o uso de termos originários de outras línguas, que não a nacional (incluindo a língua tupi), para denominar lugares”:

[...] essas medidas afetaram drasticamente a região de Santa Cruz do Sul, onde os topônimos expressos em língua alemã foram substituídos por outros em língua portuguesa, sem preocupação com tradução fiel, uma vez que o intuito era descaracterizar a insipiente identidade que os descendentes de imigrantes alemães na época tentavam desenvolver com a região que habitavam. Essa situação foi constatada através de comparações entre os topônimos, como por exemplo, a localidade de Linha Sete de Setembro, município de Santa Cruz do Sul, antiga *Fingerhut*, cuja tradução é Dedal, referência à situação geográfica do lugar, ao qual só se tinha acesso por um único caminho.

Contudo, alguns nomes de origem alemã perpassaram gerações e permanecem até hoje no uso cotidiano dos habitantes do vale. “Quarta Linha Nova Baixa, por exemplo, ainda hoje é conhecida como *Jammertal*, e Quarta Linha Nova como *Batatenberg*”. Atualmente, o progresso da pavimentação das estradas e a construção de novas vias têm modificado a paisagem regional, “quando comparada com aquela expressa na toponímia original”,

principalmente a embasada em feições geográficas. Tem ocorrido acréscimo na população rural, áreas e produtos cultivados e consequentes adaptações, como em “Quarta Linha Nova, antiga *Batatenberg* (Cerro das Batatas), onde atualmente a cultura básica é o fumo e o milho” (ETGES; SEER, 1999, p.105-106).

As pesquisadoras destacam que os nomes de lugar originais traduziam feições geográficas, atividades econômicas e culturas marcantes, além das condições de acesso aos locais. Em número menor, expressavam homenagem a características dos habitantes ou a famílias de destaque. Isso “revela a intenção de busca de identidade daqueles imigrantes na nova terra que ocupavam, afirmando sua presença e luta no reconhecimento de uma nova condição, expressa na identificação do lugar habitado através do topônimo” (ETGES; SEER, 1999, p.105-106).

Ademais, em relação à toponímia de Santa Cruz do Sul, Albino (2004, p. 47) destaca a pesquisa de Staub (1986), que verificou que esse município foi o que sofreu a maior influência germânica do Rio Grande do Sul na sua formação toponímica, ao ressaltar que topônimos como *Hungriger Wolf* (“lobo faminto”) ainda são adotados por colonos da região. Esse autor cita a formação de “justapostos híbridos” (constituente alemão + português), como em “*Linie Shweren* (Linha Shwerin)” e “*Alte Pikade* (Picada Velha)”. Já outros topônimos originaram-se de nomes de autoridades ou celebridade da época, como “São Felipe Neri, em homenagem ao tenente coronel Betbeze de Oliveira Nery, Inspetor geral das colônias”.

Corroborando o que constatou Staub (1986), Müller (1999, p.5) destaca que muitos topônimos de Santa Cruz do Sul têm sua origem associada à imigração alemã, lá estabelecida desde 1849, o que faz com que se registrem nomes incomuns. Segundo ele, os nomes indígenas são raros e muitos topônimos “homenageiam pessoas – em especial políticos – costume adotado em certa época da nossa história”. Vários nomes de lugar de origem germânica, no período da Segunda Guerra Mundial, tiveram que sofrer alterações para o português.

Existem nomes antigos que nitidamente refletem a toponímia atual, porém a maioria dos nomes geográficos, vários deles indígenas, sofreram alterações ou referem-se a locais ou características “hoje inexistentes, como o capão do seu fulano, ou a árvore de aroeira onde foi fincado um pau” (BARROSO, 2004, p. 121).

Em seguida, para dar continuidade ao estudo da origem toponímica, são apresentados alguns topônimos fundadores do estado do Rio Grande do Sul.

3.3.1.1 O Rio Grande do Sul e seus topônimos fundadores

Segundo Rio Grande do Sul (2008, p.36), a cartografia histórica da América “registra, nos primeiros planisférios e atlas, a presença do que viria a ser o Rio Grande do Sul, uma longa e monótona ‘costa’ representada nos mapas que começavam a circular”:

O Rio Grande estava identificado pela barra [...], e o imenso derrame de sedimentos que o rio transporta e descarrega no mar [...] se apresenta como a foz de um rio com grande vazão e alta turbidez das águas, que atraíam atenção dos navegantes e indicavam a foz de um grande rio, certamente sendo a razão da expressão “*rio grande*”, cuja cristianização, com o acréscimo de *São Pedro*, foi fato posterior.

Nessa fase, três feições geográficas representaram o que seria o estado, a saber, o Rio Grande, o Rio Martim Afonso de Souza e o Rio Tramandaí. Esse último, reconhecido logo, às vezes foi confundido com o Rio Martim Afonso de Souza e recebeu diferentes nomes (*Tramandy*, *Taramiandiba*, *Taramanhi*, *Taramandabu*, *Taramandi*, *Taemandi*). Já o Rio Martim Afonso de Souza é o atual arroio Chuí. “Essa confusão de localização foi determinada pelo desconhecimento dos mapas antigos, pois era difícil serem obtidos ou quase impossível serem observados diretamente”. Rio Grande e Tramandaí preservaram os nomes originais, contudo Martim Afonso de Souza foi substituído por Chuí (Rio Grande do Sul, 2008, p.36-37).

Aos topônimos fundadores, “âncoras da memória”, somou-se *Patos*, nome encontrado “nos primeiros mapas como área, espaço, região”. Esse topônimo foi uma “denominação de área” que se transformou em “lagoa” e cristalizou-se em “Laguna dos Patos”. Diante dos exemplos, pode-se concluir que

[...] nada mais natural do que na cartografia do conhecimento linear costeiro terem sido identificadas as desembocaduras no Atlântico. Esses “pontos” permitiam a penetração para o interior. Isso é mais significativo considerando a solidão da ampla e imensa planície costeira de modesto relevo. Natural na medida em que identificavam, nessa imensidão, as possibilidades de abastecimento de “*água doce*” ou “potável” (Rio Grande do Sul, 2008, p.37).

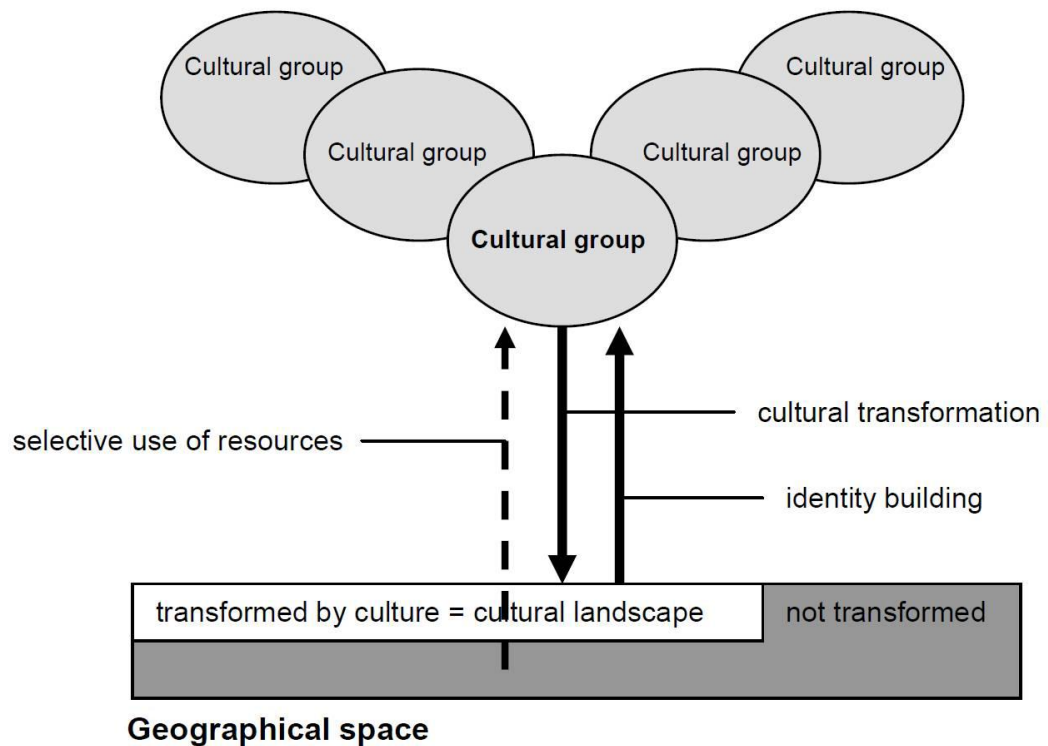
Avançando na reflexão sobre os nomes de lugar, a próxima subseção mostrará o caráter patrimonial dos topônimos.

3.3.2 Topônimos como patrimônio ambiental e cultural

Os territórios imateriais pertencem “ao mundo das ideias, das intencionalidades, que coordena e organiza o mundo das coisas e dos objetos: o mundo material” (FERNANDES, 2009, p. 211). Os bens culturais intangíveis ou imateriais adquirem papel fundamental na construção das visões de mundo e da natureza passadas, atuais e futuras, uma vez que o conhecimento e a compreensão desses bens revela sentimento de pertencimento, aflora memórias e fortalece laços de identidade. No tempo contemporâneo, faz-se necessária, cada vez mais, a preservação tanto do ambiente natural como da tradição e da cultura dos diferentes povos (PELEGRINI; FUNARI, 2017).

Nesse contexto, Jordan (2012) localiza o papel dos nomes de lugar em uma identidade espacial construída a partir de uma abordagem geográfico-cultural. Ao apresentar três relações entre cultura de um grupo social e espaço geográfico (a cultura faz uso dos recursos naturais; a cultura reflete-se no espaço e o molda, criando uma paisagem cultural; e um grupo cultural recebe parte de sua identidade por meio da paisagem cultural), o autor pontua que cada paisagem conta uma história pela qual foi moldada (FIGURA 3).

Figura 3 - Relação entre cultura de grupo e espaço geográfico



Fonte: Jordan (2012); Diedrich e Machado (2020).

Ademais, os nomes geográficos contribuem para dar forma à paisagem cultural e sustentam a estruturação do espaço, uma vez que existe uma estreita relação entre nome e conceito, porque o nome atribuído a um conceito não pode ser facilmente trocado por outro sem modificá-lo. “Seria até possível afirmar, em geral, que os nomes de lugares identificam locais, se não existissem nomes de lugares em mapas: em mapas um lugar já é suficientemente identificado pelo símbolo cartográfico” (JORDAN, 2012, p.125).

Segundo o teórico, os nomes são portadores de conceitos espaciais e fundamentais para a definição de mapas mentais. Na construção da identidade espacial, os nomes têm a função tanto de rótulos como de apoio para suportar laços emocionais, os quais afetam as pessoas familiarizadas com determinado local, ao causar a sensação de “feeling at home”.

Para o membro de uma minoria, os nomes de lugar em seu idioma em uso oficial (por exemplo, em um poste de sinalização) muitas vezes simbolizam o reconhecimento, uma confirmação para ser aceito pela maioria e estar em casa neste lugar. Por esta razão seria prudente que as administrações pudessem admitir nomes de minorias oficialmente (JORDAN, 2012, p. 129, tradução nossa).⁵¹

Segundo Seabra (2008), se o nome de lugar corresponde a aspectos naturais e físicos, apresenta transparência semântica, o sentido de seu referente pode ser identificado. A autora cita como exemplos de nomes de lugar com significado transparente até para quem não é da localidade, os topônimos *Água Suja*, *Baixada*, *Barro Branco*. Por outro lado, se o topônimo corresponde às questões psíquicas e culturais de uma região, seu significado não tem caráter transparente, podendo ser apagado ou substituído com o passar do tempo. Contudo, se o nome tem vinculação histórica, o sentido se mantém e é mais facilmente identificado e recuperado.

Capra et al. (2016, p.89, tradução nossa) conceituam o conhecimento local como aquele que engloba os entendimentos, as habilidades e os saberes desenvolvidos pela sociedade ao longo do seu período de interação com o ambiente. Segundo os autores, os topônimos “podem ser considerados um importante espelho do conhecimento local e das percepções sobre o entorno do espaço vivido”. Assim, não é possível compreender os nomes de lugar somente pelo seu contexto geográfico, com a intenção de atribuir um topônimo a um determinado espaço, pois este representa “uma complexa, objetiva e dinâmica articulação (em termos da conversão de um conceito ou abstração em um objeto) de uma entidade geográfica”, consequência da interação humana, cultural e ambiental.

O conhecimento local é “patrimônio cultural intangível”, composto pela “linguagem, sistemas de classificação, práticas de uso de recursos, interações sociais, rituais e espirituais” (UNESCO, 2003; 2008). De fato, os topônimos são consequência do conhecimento local, uma vez que refletem conhecimento geográfico indígena acumulado:

Apesar da perda mundial registrada de topônimos originais, em paralelo com uma dramática perda de línguas indígenas, com mais de 50% de algumas 6700 línguas faladas hoje em perigo de desaparecer (Brozović, 2008), ainda existem alguns (poucos) lugares na terra onde nomes de lugares são relatados, usados e conhecidos em seu estado original ou pseudo-original, apesar das condições linguísticas, históricas e culturais alteradas. Tais locais podem representar uma oportunidade excepcional para

⁵¹ Original: “For the member of a minority, place names in his/her language in official use (e.g. on a signpost) very often symbolise recognition, a confirmation to be accepted by the majority and to be at home at this place. For this very reason it would be wise of administrations to admit minority names officially”.

a ligação entre o antigo conhecimento local e a aquisição mais recente do conhecimento científico [...] (CAPRA et al., 2016, p.90, tradução nossa).⁵²

Por isso, a formação de uma cultura toponímica local exige as seguintes atitudes: nomear o objeto ou fenômeno; escrever e localizar corretamente o topônimo; tomar consciência do significado do nome geográfico designado; desenvolver sentimento de identidade ao nome; promover a proteção dos topônimos como parte do patrimônio cultural; evitar os efeitos negativos derivados das nomeações vulgares e incorporar outros nomes aos acidentes que já os tem; e, por fim, divulgar essa toponímia local (VILLALÓN, 2013, p. 82-83).

Segundo Villalón (2013, p.88, tradução nossa), a identidade com o topônimo “tem um aspecto cognitivo que tem a ver com o fazer e conhecer nosso lugar no mundo, e com as urgências econômicas, políticas e sociais existentes, em que intervêm as práticas de acordos de criação e manutenção dos sentimentos de pertencimento”.

“O léxico da língua é o que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes” (SAPIR, 1969, p.45). Desse modo, “quando se tem à disposição o léxico completo de uma língua, é possível se chegar a conclusões sobre o caráter do ambiente físico e as características culturais do povo que faz uso dessa língua como língua materna” (CASTIGLIONI; BARROS; ISQUERDO, 2012, p. 147).

Para a identificação e interpretação ambiental deve-se levar em conta que é grande o número de topônimos que expressam peculiaridades botânicas, históricas e geográficas do lugar designado:

As habilidades cartográficas privilegiam o trabalho com o mapa toponímico e o dicionário geográfico centradas na localização e na leitura do mapa. Incluem a identificação de problemas ambientais refletidos através dos topônimos, além de conceber a realização de investigações que demandam a aplicação de instrumentos como encostas, processamento da informação e apresentação dos resultados e

⁵² Original: “Despite a recorded worldwide loss of original toponyms, in parallel with a dramatic loss of indigenous languages, with over 50% of some 6700 languages spoken today in danger of disappearing (Brozović, 2008), there are still some (few) places on earth where place names are reported, used, and known in their original or pseudo-original form, despite the changed linguistic, historic, and cultural conditions. Such places can represent an exceptional opportunity to investigate the link between the ancient local knowledge and the more recent acquisition of scientific knowledge”.

habilidades comunicativas para o tratamento da expressão oral e escrita dos topônimos (VILLALÓN, 2013, p. 86, tradução nossa).⁵³

Assim é que a referida autora, por fim, comenta sobre a informação ambiental que se pode obter dos nomes de lugar e sobre o fato de que alguns correspondem a situações alocadas no tempo e que, no caso de outros, o referente que os originou já desapareceu ou desapareceram as condições que favoreciam a sua intenção, sendo necessária a recorrência à memória histórica.

Para ilustrar essa situação, toma-se um exemplo de topônimo da região do Vale do Taquari-RS que praticamente desapareceu, apresentado por Eckert (2016b): *Conventos* (Santo Inácio dos Conventos, Conventos Velhos), o qual hoje em dia constitui nome de bairro do município de Lajeado e está presente no nome de localidade do interior desse (Altos Conventos), porém no passado era o nome do atual município bem como do município de *Roca Sales* (Conventos Vermelhos). O pesquisador explica que sua origem se dá com a vinda do europeu pelos paredões do Rio Taquari, considerado no momento um “lugar ermo, próprio para retiro e refúgio, como se fosse um convento natural” (CHERINI, 2007, p. 230-231).

À título de síntese da subseção, recorre-se ao Projeto Nomes Geográficos do Estado do Paraná (PNGPR) que caracteriza, dentre várias outras, as seguintes importâncias da toponímia:

- a) folclórica: topônimos influenciam várias manifestações literárias, culturais, e são utilizados em poemas e canções.
- b) geográfica: por meio do topônimo são identificados os acidentes culturais e naturais, relacionando o homem ao seu ambiente espacial.
- c) histórica: por meio dos topônimos, considerados dados históricos, pode-se compreender aspectos culturais, migratórios, econômicos, espirituais e sociais de uma região.
- d) linguística: o topônimo é considerado um fenômeno da linguagem aplicado ao

⁵³ Original: “Las habilidades cartográficas privilegian el trabajo con el mapa toponímico y el diccionario geográfico centradas en la localización y la lectura del mapa. Incluyen la identificación de problemas ambientales reflejados a través de los topónimos, además de concebir la realización de investigaciones que demandan la aplicación de instrumentos como encuestas, procesamiento de la información y presentación de los resultados y habilidades comunicativas para el tratamiento a la expresión oral y escrita de los topónimos.”

fenômeno geográfico, por meio dele o homem nomeia e diferencia os fenômenos culturais e geográficos.

- e) patrimonial: o topônimo constitui um patrimônio nacional, acervo histórico e cultural de colonização e conquista.
- f) político-administrativa: o topônimo permite delimitar as referências dos limites de um município, estado e inclusive limites internacionais.
- g) social: topônimos podem guardar significados afetivos, não sendo aceita sua alteração pelos habitantes do espaço, uma vez que representa “para o lugar o que nome próprio é para a pessoa” (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 2008, p. 16-17).

Como resultado, o nome de lugar atualmente é valorizado como um patrimônio cultural muito importante de um país, ao revelar características de seu povoamento e de sua formação cultural, étnica e linguística, recomendando-se a preservação, o conhecimento e a divulgação do acervo toponímico de determinada comunidade (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 2008). A presente seção procurou até aqui contemplar o estudo da toponímia sob um olhar multidisciplinar, ao destacar a questão da origem histórica dos topônimos e suas substituições ao longo do tempo, bem como ao evidenciar o seu caráter de bem imaterial, como parte relevante do patrimônio ambiental e cultural do Rio Grande do Sul.

No próximo tópico, serão apresentados os topônimos relacionados ao elemento água da paisagem, os hidrônimos.

3.3.3 Hidronímia⁵⁴

Sobre a aplicação toponímica na área ambiental, no caso específico da hidrografia, compreende-se a importância da “identificação e verificação dos topônimos dos cursos de água desde sua cabeceira até a foz, para melhor definição das bacias hidrográficas e gerenciamento desse patrimônio natural tão importante nos dias de hoje” (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 2008, p. 23).

⁵⁴ Neste capítulo, esta subseção considerará a hidronímia sob a perspectiva geral de autores diversos. Já no próximo capítulo, na subseção 4.3.2, “Hidrônimos e hidrotopônimos”, a temática será retomada e ampliada, sendo apresentadas as questões desenvolvidas especificamente por Dick sobre esse relevante tópico.

Segundo Dauzat (1938), o termo hidronímia provém do grego *hudôr* (água) e significa o estudo dos nomes de cursos de água (rios, lagos, lagoas). Na literatura estrangeira, além desse pesquisador francês, a hidronímia é abordada por autores como o alemão Joseph Maria Piel (1979), o espanhol José Ramón Morala Rodríguez (2006) e a italiana Carla Marcato (2009).

Quando um grupo ocupa um novo lugar inominado, inicia a buscar seus pontos de referência: feições geográficas mais chamativas são as primeiras a serem designadas, transformando-se em “referências toponímicas” e facilitando a comunicação. Entre esses pontos que rapidamente recebem um nome que os identifica, encontram-se os pontos elevados (oronímia) ou os rios (hidronímia) que definem um território (MORALA RODRÍGUEZ, 2006, p.1).

Contudo, em relação à hidronímia, a água não é encontrada apenas em seu estado natural, pois a atividade humana desde sempre utiliza este recurso das mais variadas formas (canalizações, desvios, embarcações e moinhos, entre outros), transformando profundamente a paisagem por onde passam os rios, o que se traduz em “uma ampla presença da toponímia” (MORALA RODRÍGUEZ, 2006, p.8). Por conseguinte, a hidrografia formou um conjunto de denominações significativo, sendo que ilhas deram nome a cidades, fontes, divindades, cursos d’água. Aparecem ainda os “confluentes”, com relevância do ponto de vista comercial e estratégico, e as “designações de águas termais” (DAUZAT, 1947, p. 24).

Marcato (2009, p. 161-162, tradução nossa) define o hidrônimo como “o nome próprio de um curso d’água”. De acordo com ela, a hidronímia engloba nomes muito antigos, por remontar às “camadas linguísticas pré-latinas”. Morala Rodríguez (2006, p. 1- 2, tradução nossa) complementa que os hidrônimos passam de uma cultura a outra, chegando-se ao topônimo com que hoje é conhecida a maior parte dos grandes rios, um nome que carrega significação no “contexto de línguas desaparecidas talvez há milhares de anos e que delas pouco ou nada” se sabe.

Em relação a isso, Piel (1979, p. 10), ao estudar a toponímia galega, nomeia o estudo dos nomes de rios de “potamonímia” e cita exemplos de importantes rios como “*Miño, Eume, Ulla, Tambre*” para ilustrar que compõem “o mais antigo patrimônio toponímico pré-latino da Galiza”, não sendo possível afirmar o seu significado na respectiva língua indígena.

O fato de o hidrônimo não sofrer muitos empréstimos deve-se à questão de que “um nome de rio, um fluxo de água com margens, não viaja, ao contrário dos nomes de objetos fabricados, de plantas, etc, que são sujeitos a exportações e a trocas” (DAUZAT, 1947, p.4). Por isso, os hidrônimos apresentam um particular interesse de pesquisa: “encerram, entre todas as categorias de topônimos, a mais forte proporção dos nomes mais antigos, sendo o rio [...] particularmente rebelde às substituições”:

Os sistemas de designação dos rios não variaram. O mais simples consiste em chamá-lo ‘o rio’, só assim, ou a água, a água corrente, - cada um deles sendo o rio por excelência para seus ribeirinhos, que, com frequência, não sentem necessidade de torná-lo mais preciso. Esses nomes foram antigamente cristalizados, tanto mais facilmente quanto mais foram numerosas as mudanças de línguas num território dado. – O nome genérico pode ser acompanhado de um epíteto que o torne mais preciso. Enfim o adjetivo, substantivado, é empregado isoladamente por formação metafórica. O apelativo evoca geralmente uma qualidade física (cor ou temperatura da água, rapidez da corrente, etc.); havia frequentemente, nos tempos antigos, um valor místico, pois os rios eram divinizados. – Enfim, por extensão, o rio pode tomar o nome da fonte que lhe deu origem, ou da cidade principal que ele banha (DAUZAT, 1947, p. 195).

O mesmo autor não deixa de mencionar os lagos e lagoas, ao apontar que esses, mais numerosos do que os rios, apresentaram menor singularidade nas designações, afinal para quem vive à sua margem, cada lago é único, e raramente existem lagos vizinhos. O teórico observa que os estrangeiros são mais precisos na designação, frequentemente adotando um nome de cidade, e que outrora os nomes dos lagos eram mais específicos.

Pereira (2017, p. 30) mostra o panorama dos estudos específicos sobre a hidronímia brasileira:

No que concerne aos estudiosos da área da linguagem que abordam a hidronímia brasileira, temos estudos de Dick e Seabra (2001), *Caminho das águas, povos dos rios: uma visão etnolinguística da toponímia brasileira*; Dick (2004), *Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira*; Isquerdo e Seabra (2010), *Apontamentos sobre hidronímia e hidrotoponímia na fronteira entre os estados de Mato Grosso do Sul e Minas Gerais*.

À lista de Pereira podem ser acrescentados os trabalhos de Albino (2004), referente à hidronímia do Paraná; de Dal Corno (2009), sobre os hidrônimos de Caxias do Sul –RS; de Catiglioni, Barros e Isquerdo (2012), sobre os nomes de cursos d’água do Mato Grosso do Sul⁵⁵; de Isquerdo e Dargel (2013), abordando a hidronímia e a toponímia e as interinfluências

⁵⁵ O estado possui o Atlas Toponímico do Estado do Mato Grosso do Sul (ATEMS).

entre ambiente e história; de Dutra, Dargel e Silva (2014), sobre a inter-relação hidronímia e toponímia; e, posteriormente à citação do autor, o artigo de Castiglioni (2018), que elabora uma proposta de verbetes toponímicos para hidrônimos. Outras investigações mais recentes encontradas são de Silva (2017; 2019), referindo-se especificamente aos hidrônimos da cidade de Pires do Rio, Goiás.

A hidronímia, conforme já dito no presente trabalho, constitui um subnível da toponímia, e são os hidrônimos, segundo Isquerdo e Seabra (2010), os topônimos que menos sofrem alterações no grupo da Onomástica. Os hidrônimos são “termos que designam cursos de água de modo geral” (CASTIGLIONI; BARROS; ISQUERDO, 2012, p. 146).

Logo, de acordo com Dal Corno (2009, p. 1669), sob a análise geográfica e histórica, os recursos hidrográficos têm função essencial no desenvolvimento das nações, “pela providência da água indispensável à sobrevivência humana, seja para ingestão, seja para irrigação do solo cultivado, sendo que a ocupação da terra muitas vezes foi ditada pela presença desses recursos e pela convivência pacífica do homem com eles”.

A conquista de oceanos e rios pode ser considerada um grande “marco” na expansão dos territórios, e essas feições geográficas geralmente foram as primeiras nomeadas com a chegada do colonizador. “Além disso, os recursos hídricos atuaram, na evolução da humanidade (e em alguns casos seguem atuando), como forma de defesa e locomoção”. Segundo a mesma linguista, pesquisar os hidrônimos exige sim o olhar linguístico, porque esses fazem parte da Toponímia que, por sua vez, faz parte da área Onomástica, a qual inclui-se nos estudos do léxico, contudo sem deixar de lado a visão histórica e geográfica (DAL CORNO, 2009, p. 1669).

Dutra, Dargel e Silva (2014, p.7), complementam que observar a hidrografia de uma região é descobrir “riquezas que subjazem as suas águas além das crenças, dos mitos e das histórias criadas, vivenciadas e contadas pelos que por ali passaram”, podendo ser o hidrônimo – que particulariza e consolida a visão sobre determinado local - a “chave reveladora de muitos mistérios”.

Albino (2014, p. 160) confirma, na hidronímia do estado do Paraná, o princípio “universal” visto na literatura estrangeira de que o nome de rio é menos suscetível às “substituições intencionais”, apresentando uma tendência conservadora do nome, fugindo da ação transformadora humana e histórica:

[...] a maioria dos acidentes, que já apresentavam uma denominação no século XIX, ainda conserva o nome original, como: rio *Iguassú/Iguaçu*, rio *Chopim*, rio do *Crim*, rio *Jordão*, rio *Iraty/Iratim*, rio *Claro*, rio da *Várzea*, rio *Passa Dous/Passa Dois*, rio *Putinga/Potinga*, rio *Paçaúna/Passa Uma*, dentre outros, os quais, como se pôde verificar, apresentam apenas variações gráficas.

Por isso, o surgimento de “topônimos de natureza hidronímica vincula-se à importância dos cursos d’água para as condições de vida, sendo perceptível o valor que os denominadores dão aos nomes de origem hidrográfica: arroio *Água Mineral*, arroio *Cascata*, arroio *Fonte Bela*” (ALBINO, 2004, p. 157).

Isquierdo e Dargel (2013, p. 1), por sua vez, apontam que existe uma “tendência de o nome do rio inspirar o nome da cidade e não raras vezes instaura-se nesses contextos um amálgama entre rio e cidade em termos toponímicos que só informações históricas elucidam a questão da motivação do nome”.

Em relação a isso, entre os exemplos de hidrônimos do Vale do Taquari-RS apresentados por Eckert (2016b, p.219) estão o que nomeia a região e os nomes dos municípios de *Poço das Antas*, relacionado à “confluência de dois arroios, que formavam um poço, para onde as antas eram tocadas para serem abatidas”; e *Arroio do Meio*, cujo arroio que nomeia o município está localizado entre dois arroios, Grande e Forqueta (CHERINI, 2007, p.35 e 215).

A seguir, passam a ser definidos os termos utilizados para a nomeação dos diferentes cursos d’água que são utilizados nesta pesquisa para o estudo dos hidrônimos, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁵⁶ (IBGE, 2010) e de outros autores:

1. Arroio – Termo regional, de ocorrência no Sul do Brasil (Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul), que se refere a cursos de água de pequena extensão.

2. Baixa – Ocorre em áreas rurais de alguns estados brasileiros. Caracteriza-se por depressões do terreno ou fundo de vales, com regime hidrológico intermitente e pouca declividade. Alaga na época das chuvas e normalmente se liga com a rede hidrográfica local.

⁵⁶ O IBGE possui um Banco de Nomes Geográficos do Brasil, entretanto, o site permaneceu em manutenção durante a presente pesquisa. Em 04/07/2019, o instituto informou que está promovendo a atualização desse banco no âmbito interno do órgão, como consequência dos novos mapeamentos produzidos. No momento, não há previsão para sua disponibilização na internet.

3. Baixão – O mesmo que Baixa, quando referido às ocorrências em áreas sedimentares do Piauí, e o mesmo que Baixo em áreas do Tocantins⁵⁷.

4. Baixo – Banco de areia, sobre o qual tem pouca altura a água do rio ou do mar; enseada que os rios formam nos terrenos marginais, e onde a água se empoça na época das vazantes (OLIVEIRA, 1980).

5. Banhado – Deriva-se do espanhol *bañado*, utilizado principalmente no sul do Brasil para as extensões de terras baixas inundadas pelos rios. Terra boa para culturas, ao contrário dos pântanos. É um terreno encharcado de água parada que pode apresentar-se enxuto periodicamente (GUERRA, 1987).

6. Barra – Banco de areia, cascalho e outros, na boca de porto ou rio, representando obstáculo para a navegação; entrada de porto, foz de rio (OLIVEIRA, 1980).

7. Braço – Trecho de rio ou de mar que adentra na terra (HOUAISS, 2006).

8. Cabo – É menos extenso que a península e maior que a ponta, parte saliente de altitude regular da costa que avança para o mar (GUERRA, 1987).

9. Cachoeira – É uma queda-d'água no curso de um rio, devido à existência de degrau no perfil longitudinal desse (GUERRA, 1987).

10. Canal – Local em que são escoadas as águas fluviais. Apresenta-se de diferentes formas na superfície da terra. George H. Divy propõe esta classificação para os tipos de canais: anastomosado, deltaico, irregular, meandrante, ramificado, reticulado e reto (GUERRA, 1987).

11. Córrego – Curso de água corrente de pequeno porte de ocorrência em todas as regiões fisiográficas brasileiras, na maioria dos estados.

12. Estuário – Forma de desaguadouro do rio no oceano, oposto ao delta, em geral formado por vários braços. Compõe uma boca única, geralmente batido por correntes

⁵⁷ O estado possui o Atlas Toponímico de Origem Indígena do Tocantins (ATITO) e o Atlas Toponímico do Tocantins (ATT).

marinhas e de marés, que impedem o acúmulo de detritos que ocorre nos deltas (GUERRA, 1987).

13. Igarapé – É um canal natural, estreito, navegável por pequenas embarcações. Forma-se entre duas ilhas fluviais ou entre ilha fluvial e terra firme (HOUAISS, 2006). De *ygara* (canoa) e *apé* (caminho), ‘o caminho das canoas’ (BUENO, 1987).

14. Ilha – É uma porção pequena de terra emersa, circundada de água doce ou salgada (GUERRA, 1987).

15. Lago – Depressão do solo ocasionada por fatores diversos e por cheias de águas confinadas e tranquilas, que depende da área ocupada por essas. A profundidade, a forma e a extensão do lago são variáveis. Alimentado, geralmente, por um ou mais rios afluentes, apresentando rios emissários, os quais evitam o seu transbordamento (GUERRA, 1987).

16. Lagoa – Depressão de variadas formas, em especial circular, de pequena profundidade e cheia de água salgada ou doce. Pode ser definida como um lago de pequena profundidade e extensão (GUERRA, 1987).

17. Lajeado – Regato ou arroio, cujo leito é de rocha. É um afloramento de rocha sã na superfície do solo, compondo área de extensão variável (OLIVEIRA, 1980).

18. Mar – Área de água salgada que margeia a costa, com superfície mais ou menos fechada como parte do oceano (BARBOSA, 2006).

19. Oceano – Grande extensão de água salgada que cerca a terra; mar; as grandes divisões da parte líquida do globo terrestre (OLIVEIRA, 1980).

20. Paraná – Termo amazônico de origem indígena com o significado de braço de um grande rio, formando uma grande ilha. Quando de menor proporção é chamado paraná-mirim. O paraná é navegável, ao passo que o paraná-mirim nem sempre possibilita a livre circulação de embarcações (GUERRA, 1987). É um rio caudaloso (BUENO, 1987).

21. Restinga – É uma ilha alongada, língua ou faixa de areia, depositada em paralelo ao litoral devido ao dinamismo destrutivo/construtivo das águas do oceano (GUERRA, 1987).

22. Riacho – É um termo regional que ocorre no Nordeste do Brasil, correspondendo a um curso ou corrente de água que desemboca ou flui em um lago, oceano ou em outro curso d'água.

23. Ribeirão – Terminologia regional do Rio de Janeiro, localizado geralmente próximo à fronteira com Minas Gerais, interior de São Paulo, Mato Grosso e Goiás, traduzindo-se em curso ou corrente de água que flui ou desemboca em outro curso de água.

24. Rio – Trata-se de uma corrente líquida que resulta da concentração do lençol de água em um vale. Um curso d'água, em sua extensão, pode ser dividido em curso superior, curso médio e curso inferior (GUERRA, 1987).

25. Salto – Nome genérico dado a todo tipo de desnivelamento ou degrau encontrado no perfil longitudinal do rio (exemplos: cachoeira, cascata, corredeira etc.) (GUERRA, 1987).

26. Sanga – Ribeiro pequeno que facilmente seca (OLIVEIRA, 1980). Curso d'água pequeno; escoadouro de água no Rio Grande do Sul (BARBOSA, 2006).

À título de síntese do capítulo é apresentada a seleção dos principais autores e obras, entre 1931-2018, que realizaram o estudo de topônimos e hidrônimos e que compõem o aporte teórico desta pesquisa (QUADRO 1):

Quadro 1 – Obras selecionadas para a fundamentação teórica da pesquisa

Nº ⁵⁸	AUTOR(ES)	OBRA/ANO(S)	LOCAL DE PUBLICAÇÃO	TIPO DE MATERIAL	TERMO(S)/ IDIOMA
1	Vasconcellos	<i>Opúsculos; Onomatologia/1931</i>	Coimbra (Portugal)	Livro	topônimo (português)
2	Dauzat*	<i>Dictionnaire Etymologique/1938 Les noms de lieux/ 1947</i>	Paris (França)	Livro	nom de lieu; toponymie (francês)
3	Piel*	<i>Considerações gerais sobre toponímia e antroponímia galegas/1979</i>	Santiago de Compostela (Espanha)	Artigo	nome de lugar; topônimo (português)
4	Baldinger	<i>Etimología popular y onomástica/1986</i>	Lima (Peru)	Artigo	nombre de lugar; topónimo (espanhol)
Continua					

⁵⁸ Numeração utilizada para fins didáticos. A ordem dos autores é cronológica.

Continuação					
5	Dick ^{59*}	<p><i>A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira /1990</i></p> <p><i>Os Vocábulos Toponímicos Básicos no "Vocabulário na Língua Brasileira" e Sua Relação Geográfica/1990</i></p> <p><i>Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de Estudos /1990</i></p> <p><i>O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência/ 1998</i></p> <p><i>Métodos e Questões Terminológicas na onomástica/1999</i></p> <p><i>A língua de São Paulo/2004</i></p> <p><i>Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira /2004</i></p>	<p>São Paulo (Brasil)</p> <p>Campo Grande (Brasil)</p> <p>Recife (Brasil)</p> <p>São Paulo (Brasil)</p> <p>Campo Grande (Brasil)</p>	<p>Livro</p> <p>Artigo</p> <p>Livro</p> <p>Capítulo de livro</p> <p>Artigo</p> <p>Artigo</p> <p>Capítulo de livro</p>	<p>nome de lugar; topônimo (português)</p>
6	Etges e Seer	<i>Estudo da toponímia como expressão da organização espacial na região de Santa Cruz do Sul/RS/1999</i>	Santa Cruz do Sul (Brasil)	Artigo	topônimo (português)
7	Dick e Seabra*	<i>Caminho das águas, povos dos rios: uma visão etnolinguística da toponímia brasileira/2001</i>	Recife (Brasil)	Artigo	topônimo (português)
8	Pimenta	<i>Toponímia e significação geográfica/2003</i>	Porto (Portugal)	Artigo	topônimo (português)
9	Albino*	<i>A relação da hidronímia com a história social do Paraná: uma descrição diacrônico-contrastiva/2004</i>	Londrina (Brasil)	Dissertação de Mestrado	nome de lugar; topônimo (português)
10	Morala Rodríguez*	<i>Los ríos y los paisajes del Duero en la toponimia /2006</i>	Samora (Espanha)	Artigo (Congresso)	nombre de lugar; topónimo (espanhol)

⁵⁹ À obra de Dick, pelo seu ineditismo e relevância na toponímia brasileira, é ainda dedicado um capítulo separado, o Capítulo 4.

Continuação					
11	Seabra	<i>Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais: variante regional do Atlas Toponímico do Brasil/2006</i> <i>Referência e Onomástica /2008</i>	Uberlândia (Brasil)	Artigo (Simpósio) Artigo	nome de lugar; topônimo (português)
12	Encarnação	<i>Pela toponímia até a História/2008</i>	Portugal	Artigo (Jornada)	topônimo (português)
13	Faggion, Dal Corno e Frosi	<i>Topônimos em Bento Gonçalves: motivação e caracterização/2008</i>	Caxias do Sul (Brasil)	Artigo	topônimo (português)
14	Dal Corno*	<i>Procedimentos denominativos na hidronímia de Caxias do Sul, RS: o caso do arroio Tega/2009</i>	João Pessoa (Brasil)	Artigo (Congresso)	topônimo (português)
15	Kantor	<i>Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica/ 2009</i>	São Paulo (Brasil)	Artigo	topônimo (português)
16	Marcato*	<i>Nomi di persona, nomi di luogo: introduzione all'onomastica italiana/ 2009</i>	Bolonha (Itália)	Livro	<i>nomi di luogo; toponimi</i> (italiano)
17	Isquerdo e Seabra*	<i>Apontamentos sobre hidronímia e hidrotoponímia na fronteira entre os estados de Mato Grosso do Sul e Minas Gerais/2010</i>	Campo Grande (Brasil)	Capítulo de livro	topônimo (português)
18	Silva, M.	<i>A razão de nomear: O papel da identidade étnica na denominação dos logradouros de Caxias do Sul/2011</i>	Caxias do Sul (Brasil)	Dissertação de Mestrado	topônimo (português)
19	Castiglioni, Barros e Isquerdo*	<i>Um olhar sobre a toponímia dos rios em Mato Grosso do Sul /2012</i>	Caxias do Sul (Brasil)	Artigo	nome de lugar; topônimo (português)
20	Jordan	<i>Place names as ingredients of space-related identity /2012</i>	Noruega	Artigo	<i>place name</i> (inglês)

Conclusão					
21	Isquierdo e Dargel*	<i>Hidronímia e toponímia: interinfluências entre meio ambiente e história/2013</i>	Caxias do Sul (Brasil)	Artigo (Encontro)	topônimo (português)
22	Villalón	<i>Estrategia para la formación de la cultura toponímica local desde el proceso educativo escolar en secundaria básica /2013</i>	Madri (Espanha)	Artigo	<i>nombre de lugar; topónimo</i> (espanhol)
23	Dutra, Dargel e Silva*	<i>A inter-relação hidronímia e toponímia: um estudo de caso/2014</i>	Alto Araguaia (Brasil)	Artigo	nome de lugar; topônimo
24	Santos e Dal Corno	<i>A toponímia da fronteira oeste do Rio Grande do Sul: aspectos linguístico-culturais/2014</i>	Marechal Cândido Rondon (Brasil)	Artigo	topônimo (português)
25	Cerrón-Palomino	<i>Toponimia andina: problemas y métodos/2015</i>	Lima (Peru)	Artigo	<i>nombre de lugar; topónimo</i> (espanhol)
26	Capra et al.	<i>Combining place names and scientific knowledge on soil resources through an integrated ethnopedological approach/2016</i>	Alemanha	Artigo	<i>place name; toponym</i> (inglês)
27	Eckert*	<i>Toponímia, imigração e identidade regional: o caso do Vale do Taquari/RS/ 2016</i>	São Leopoldo (Brasil)	Capítulo de livro	nome de lugar; topônimo (português)
28	Marcuz	<i>Topônimos do noroeste do Rio Grande do Sul - uma relação simbólica entre homem e lugar/2016</i>	Santa Maria (Brasil)	Dissertação de Mestrado	topônimo (português)
29	Pereira*	<i>Pelos caminhos das águas: um estudo da hidromínia da mesorregião Norte maranhense/2017</i>	São Luís (Brasil)	Dissertação de Mestrado	topônimo (português)
30	Misturini	<i>A formação de uma região: leitura das marcas de colonização italiana nos topônimos do Nordeste do Rio Grande do Sul/2018</i>	Caxias do Sul (Brasil)	Tese de Doutorado	nome de lugar; topônimo (português)

*Autores que também embasam a fundamentação teórica da hidronímia no presente estudo, utilizando o termo “hidrônimo”, à exceção de Piel (1979), que nomeia o estudo dos nomes de rios de Potamonímia.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Já no próximo capítulo é apresentada a abordagem específica sobre as principais contribuições de Dick (1990 - 2004) aos estudos toponímicos que embasarão o levantamento, a categorização e a análise dos dados do estudo.

4 AS CONTRIBUIÇÕES DE DICK PARA A TOPONÍMIA BRASILEIRA

No presente capítulo serão destacadas as contribuições de Dick (1990a, 1990c, 1998, 2004a, 2004b) mais relevantes para o atual estudo toponímico e que, juntamente com os trabalhos apresentados no segundo e terceiro capítulos, comporão a base teórica da presente tese, que pretende investigar os hidrônimos de duas bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul. A adoção da categorização toponímica elaborada pela autora se deve pelo seu ineditismo e pela sua importância no contexto da toponímia brasileira.

Muitos tópicos abordados no capítulo anterior serão aqui revisitados, porém sob a luz das teorizações originais da referida autora, que se apoia, entre vários outros autores, em Dauzat (1938; 1947), cujo método propõe que os nomes das localidades sejam dados conforme os povos que as habitavam (SARTORI, 2010) e Drumond (1965). Ressalta-se que a autora é referência para vários pesquisadores brasileiros abordados no terceiro capítulo, como Albino (2004); Seabra (2006; 2008); Andrade (2010); Sartori (2010; 2015); Silva, M. (2011); Castiglioni, Barros e Isquerdo (2012); Santos e Dal Corno (2014); Eckert (2016a; 2016b); Marcuz (2016); Pereira (2017) e Misturini (2018).

Faz-se aqui necessário contextualizar que, no Brasil, os estudos toponímicos adquirem autonomia com a “reformulação do curso de Letras” da Universidade de São Paulo (USP):

Na instituição, o professor Carlos Drumond (1965) desenvolveu a tese de livre-docência *Contribuição do Bororo à Toponímia Brasileira*. Na universidade, privilegiou os nomes de origem indígena através do estímulo a pesquisas sobre o Tupi e a Toponímia Brasileira. A continuidade e progressivo desenvolvimento acontecem com a professora e pesquisadora dessa área, Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (SARTORI, 2010, p. 19).

Dessa maneira, Drumond, no Prefácio de Dick (1990a, p.11-12), contextualiza que, diferentemente do Brasil, existem países europeus e americanos em que os estudos toponímicos guardam “lugar de destaque” nos estudos linguísticos. Ao mesmo tempo, destaca o trabalho de Dick (1990a), como um “dos mais importantes já elaborados” no país sobre a temática. Segundo o autor, os princípios teóricos e a taxionomia⁶⁰ de Dick ganham relevância pela “inexistência de qualquer trabalho semelhante no Brasil”. Assim, qualquer estudo que aborde a toponímia brasileira deverá buscar referências na obra da referida autora (DICK, 1990a, p. 17).

Com efeito, a tese de doutorado de Dick, de 1980, “pode ser considerada o marco inicial dos estudos toponímicos” nacionais, destacando-se que o modelo analítico da autora, que é a idealizadora dos projetos Atlas Toponímico do Brasil (ATB) e Atlas Toponímico de São Paulo (ATESP), “perdura até os dias atuais e é seguido por diversos estudiosos da área” (MISTURINI, 2018, p.20-21). Por consequência, é a partir de 1989 que os estudos sobre os nomes passam a configurar como temática de pós-graduação no Brasil e são realizados com maior frequência, formando um grupo de pesquisadores nacionais, semelhantemente ao que já ocorria em instituições americanas e europeias (SARTORI, 2010, p. 19).

Em relação à continuidade das pesquisas e projetos iniciados por Dick, destaca-se o trabalho de outros estudiosos no desenvolvimento de atlas toponímicos de vários estados brasileiros, a saber: Aparecida Negri Isquendo, coordenadora do Atlas Toponímico do Estado do Mato Grosso do Sul (ATEMS); Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, com o Atlas Toponímico de Minas Gerais (ATEMIG); Maria Aparecida de Carvalho, com o Atlas Toponímico do Mato Grosso (ATMT) e Karylleila dos Santos Andrade, com o Atlas Toponímico do Tocantins (ATT) e o Atlas Toponímico de Origem Indígena do Tocantins (ATITO), autoras bastante referenciadas no presente estudo, seja pela sua interpretação da obra de Dick ou mesmo sua aplicação e atualização; além de Maria Antonieta Carbonari de

⁶⁰“O termo taxionomia, que na língua portuguesa [...] também é grafado como **taxeonomia**, **taxinomia** e **taxonomia**, é de origem grega e significa uma classificação científica, um arranjo em grupos ordenados, com um sentido de hierarquia, isto é, com sequência e cumulatividade” (RODRIGUES JUNIOR apud SANTO, 2009, p. 6, grifo nosso). Segundo Crystal (2000, p. 251), a taxonomia “indica uma abordagem de descrição e análise linguística, predominante ou exclusivamente voltada para a classificação. A base da classificação pode ser diacrônica, tipológica, funcional, de área, etc. e as entidades classificadas podem ser traços, itens, unidades, estruturas – ou línguas, variantes ou dialetos completos. A noção de ‘taxonomia’ foi produtivamente aplicada em muitas áreas da linguística (principalmente a sociolinguística, a linguística histórica e a semântica)”. Entre os teóricos pesquisados, predomina a adoção de “taxionomia” e “taxeonomia”.

Almeida, com o Atlas Toponímico do Paraná (ATEPAR); Ricardo Tuiniquim Ramos, com o Atlas Toponímico-Histórico dos Municípios Baianos (ATHMB) e Alexandre Melo de Sousa, com o Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira (ATAOB) e o Atlas Toponímico do Ceará (ATEC) (SARTORI, 2010; MISTURINI, 2018).

4.1 O topônimo e sua complexidade⁶¹

“Se, como diz Humboldt, a língua não é um ergon (fato acabado) e, sim, uma energeia (uma dinâmica de aquisições), isto também se aplica à Toponímia, moldável ao presente de sua população” (DICK, 1990c, p.48, grifo da autora). O conceito de toponímia, segundo a autora (1990c, p. 119), abrange a etimologia do “próprio vocábulo (do gr. topos, “lugar” e onoma, “nome”), qual seja, o estudo dos nomes de lugares ou dos designativos geográficos, em sua bipartimentação física (rios, córregos, morros, etc.) e humana, antrópica, ou cultural (aldeias, povoados, cidades, etc.)”.

A pesquisadora expõe que “uma das grandes dificuldades que cercaram o conceito da Toponímia como disciplina autônoma foi, exatamente, o problema da delimitação de seu campo de trabalho e a caracterização de seu objeto específico” (DICK (1990c, p. 15). De forma bastante clara, ela recupera o desenvolvimento da disciplina, cuja origem ocorre na Europa, especialmente na França de 1878, momento em que Auguste Longnon inicia o seu estudo (Colégio de França; *École Pratique des Hautes-Études*): “do curso então ministrado, seus alunos publicaram, postumamente, após 1912, a obra que se chamou Les noms de lieu de la France, considerada clássica para o conhecimento da nomenclatura dos lugares habitados” (DICK, 1990c, p.1, grifo da autora).

Após esse período, é em 1922 que Dauzat retoma “os estudos onomásticos interrompidos com a morte de Longnon” e em 1938 organiza o “I Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia, com a participação de vinte e um países”. Além desses dois autores, a pesquisadora dá destaque às contribuições de George Stewart (*Names of land, A*

⁶¹ O conteúdo das seções 4.1 e 4.2, de forma adaptada, encontra-se atualmente publicado no artigo de Heberle e Machado (2018), intitulado “As contribuições de Dick para o estudo da toponímia brasileira”.

classification of places names), que aborda a nomeação de lugares e sua categorização (DICK, 1990c, p. 1-2).

Atualmente, a Toponímia é uma disciplina acabada, completa, com área de estudo delimitada pelo “topônimo, em suas várias modalidades semânticas, de modo a poder se traduzir, através delas, verdadeiras áreas nomenclaturais e, por conseguinte, os principais motivos que coordenam essa nomenclatura”. Conforme a formação do pesquisador, o campo de estudos toponímicos engloba diferentes áreas, como Antropologia e Arqueologia, Botânica, Geografia e História, Linguística e Psicologia Social (DICK, 1990c, prefácio, p. 2). Pode-se considerar a Toponímia “como um imenso complexo línguo-cultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente” (DICK, 1990c, p. 16).

Nesse contexto, a pesquisadora traz o papel humano em meio ao processo de nomeação de lugar:

Que faz, então, este homem, dentro dos nossos estudos? **É ele quem traz, para os designativos geográficos, a verdadeira psicologia popular, paralelamente ao agir oficial ou sistemático, enfocando, quantas vezes, o que de mais significativo oferece a região.** O resultado de sua atuação é uma coletânea de designativos típicos daquela parcialidade, com nomes que se caracterizam, às vezes, por um “tom” bastante coloquial, que parece sugerir um envolvimento de toda a comunidade, tornando-se, assim, não apenas expressão de um único denominador mas de toda a população (DICK, 1990c, prefácio, p. 2-3, grifo nosso).

Contudo, Dick (1990c, prefácio, p.3) pondera que para se chegar à “verdade” de um topônimo, faz-se necessária a adoção de uma investigação com todos os recursos científicos disponíveis, a saber, “análise, comparação, interpretação e seleção e [...] conversão das hipóteses em teorias que podem chegar, mesmo, a princípios gerais reguladores da matéria”.

4.1.1 O signo toponímico

No que diz respeito ao signo toponímico, Dick (1990a, p. 60) esclarece que tanto o nomeador como o nome de lugar pertencem a um conjunto único, elementos que se originam no “ato da nomeação”, processo “que os realiza significativamente, individualizando-os, porém, a partir desse momento, como se cada um integrasse uma existência autônoma”. Esse

ato pode ser compreendido “como a atividade que irá conferir outra substância às lexias⁶² comuns da língua, transformando-as em signos de um novo valor”.

Para Dick (2004b, p. 122-123), o recorte espacial, em diferentes campos léxico-semânticos, é arbitrário e provém da cultura linguística de uma comunidade, na qual o nomeador e o objeto nomeado exercem funções significativas, e a “resultante, no caso da toponomástica, será o sintagma toponímico ou o topônimo, em sentido amplo, como marcador dos locais a serem identificados”. Já em relação à substituição do significado do nome de lugar, a autora explica que esse processo

[...] ocorre, portanto, no nível do discurso, no enunciado concreto produzido pelo enunciatário e, não, no plano do sistema, no qual a lexia continua operando, em sua potencialidade sígnica. **Nas descrições onomásticas, há muito de emotividade e experimentação nelas colocadas.** A identificação será eufórica ou disfórica⁶³, positiva ou negativa, conforme o grau de envolvimento do enunciador ou experimentador, com a coisa em si. Quanto mais distante se estiver do objeto, maior será a neutralidade conceitual acerca do fato e o desinteresse em recuperar-lhe aspectos ou os seus contornos. Muitas vezes, é o designativo o único registro do próprio traçado do acidente no terreno, ou das circunstâncias motivadoras do batismo. É o caso do “rio dos Pinheiros”, que ainda mostra na forma linguística a vitalidade enunciativa das “árvores de espinho”, que as Atas da Câmara da vila seiscentistas anotavam” (DICK, 2004b, p.125, grifo nosso).

Em obra anterior, Dick (1990c, p. 10) apresenta que o topônimo, ao designar “o nome próprio de lugar”, registrado na “nomenclatura onomástica”, está vinculado à feição geográfica⁶⁴ que denomina, formando com ela uma “relação binômica, que se pode seccionar para melhor se distinguirem os seus termos formadores”:

Dessa simbiose, depreendem-se dois dados básicos, um, que se convencionou denominar termo ou elemento genérico, relativo à entidade geográfica que irá receber a denominação, e o outro, o elemento ou termo específico, ou topônimo propriamente dito, que particularizará a noção espacial, identificando-a e singularizando-a dentre outras semelhantes. Atuam ambos no sintagma toponímico, de forma justaposta (rio das Amazonas) ou aglutinada (Parauna, “rio negro”),

⁶² “A unidade lexical é o objeto de estudo dos Estudos do Léxico, apresentando como manifestação comum as **lexias**, a saber, unidades morfossemânticas onde os lexemas congregam todas as informações. O lexema constitui uma unidade abstrata que congrega as formas possíveis de uma palavra, apresentando flexão” (HEBERLE, 2010, p. 09, grifo nosso).

⁶³ *Eufórico* = impressões agradáveis e otimistas e *disfórico* = impressões desagradáveis e pessimistas (ISQUERDO, 1996).

⁶⁴ Embora a autora originalmente utilize o termo “acidente geográfico”, optou-se pela atualização da nomenclatura com a adoção do termo “feição geográfica”.

conforme, portanto, a natureza da língua que os inscreve (DICK, 1990c, p. 10, grifo da autora).

Logo, “no sintagma Rio das Antas: Rio é o termo genérico e das Antas, o específico” (SARTORI, 2010, p. 28). A partir dessa constatação, Dick (1990c, p.10) avança, ao explicar que se o acidente e o topônimo, aglutinados, “aparecem indissolivelmente unidos”, como um bloco “fechado em torno dos dois elementos” em que não se recupera a distinção entre um e outro, nessa situação é adotado “um novo genérico”, explicativo e complementar. “Diz-se, então, que o termo genérico tende a perder a sua função própria, tornando-se um mero complemento do termo específico”.

Há casos em que não existem “elementos específicos nos topos”, devido simplesmente aos “mecanismos designativos”, quando esse papel é desempenhado pelo termo genérico, composto simultaneamente pelas categorias de determinante e determinado. Adicionalmente, a atribuição de uma qualidade ao nome nem sempre representa “constatação segura”, uma vez que a feição geográfica pode não necessitar de acréscimos referenciais por ser a única na região ou mesmo ter tanto valor para um grupo que complementá-la com informações ou características poderia desvirtuar o seu significado. Por outro lado, há situações em que “o termo genérico vem acompanhado de algum qualificativo que não lhe retira o caráter denunciado mas apenas o explicita, tornando-o, por certo, mais completamente descritivo” (DICK, 1990c, p. 11, grifo da autora).

A pesquisadora pontua que, porém, na língua indígena e na nomenclatura brasileira de origem portuguesa, por exemplo, muitas vezes a feição geográfica, “ou termo genérico, ou o elemento determinado que vai receber a denominação específica, exerce as funções de topônimo”, sendo esses ordenamentos relativos tanto aos “acidentes naturais” (hidrográficos) como aos de “natureza cultural ou antrópica”⁶⁵. Ela elabora a seguinte classificação para a composição morfológica dos topônimos:

1. Topônimo ou elemento específico simples: definido por apenas um formante (adjetivo, substantivo), podendo estar acompanhado de sufixos aumentativos ou diminutivos: *Alminhas* (cachoeira das, RS).

⁶⁵ A taxionomia proposta por Dick é explicitada na seção 4.3.

2. Topônimo composto ou elemento específico composto⁶⁶: apresenta mais de um elemento formador, de origem de conteúdo diversa e às vezes constituem formações inusitadas: *Lava Roupa* (ribeirão, GO). Elementos de origem tupi estão presentes na formação de variados compostos: - *guaçu* (grande); - *mirim* (pequeno).

3. Topônimo híbrido ou elemento específico híbrido: possui elementos linguísticos de variadas procedências, sendo mais frequentes no Brasil a indígena + portuguesa ou a portuguesa + indígena: *Mirante do Paranapanema* (AH⁶⁷, SP) (DICK, 1990c, p. 12-14).

Estruturalmente, o topônimo é uma “forma de língua” ou um “significante, animado por uma substância de conteúdo” como qualquer outro signo, porém seu uso “adquire uma dimensão maior, marcando-o duplamente: o que era arbitrário [...] transforma-se, no ato do batismo de um lugar, em essencialmente motivado, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo”. Sobre o aspecto duplo da motivação toponímica, a mesma autora explica que este é evidenciado, primeiro, na intenção do denominador ao nomear a feição geográfica, depois na origem semântica do nome, seu significado (opaco ou transparente) e sua procedência. “Essas duas modalidades de aferição do fenômeno motivador dos topônimos configuram perspectivas diacrônicas e sincrônicas no estudo da Toponímia e irão, realmente, influir na formalização das taxonomias dos nomes de lugares” (DICK, 1990c, p.18, grifo da autora).

Além de identificar o lugar, outra característica do topônimo é a indicação de seus aspectos antropoculturais ou físicos, embora

[...] a ideia de indicação de algo, ou de identificação dos seres, que teóricos da linguagem costumam aplicar aos nomes próprios, opondo-os aos nomes comuns, cuja principal evidência seria a de significar, não deve ser aceita com rigor nas ciências onomásticas. Pois, tanto os topônimos como os antropônimos, ao lado de uma função identificadora, guardam, em sua estrutura imanente, uma significação precisa, muitas vezes não mais transparente em virtude da opacidade que esses nomes adquirem, ao se distanciarem de suas condicionantes tempo-espaciais (DICK, 1990c, p. 19, grifo da autora).

⁶⁶ Ressalta-se que alguns termos de origem indígena já são percebidos em nosso cotidiano como um formante único (elemento simples); porém, de acordo com sua etimologia são, na verdade, compostos, como no exemplo “**Itapecuru**” (*itapé* + *curu*) = lage enrugada, ondulada (PEREIRA, 2017; TIBIRIÇÁ, 1985).

⁶⁷ AH = acidente humano

Enfim, o topônimo ainda pode ser caracterizado por representar “um verdadeiro fóssil linguístico, expressão tomada ao geógrafo francês Jean Brunhes, que o considerava um ‘fóssil da geografia humana’” (DICK, 1990c, p. 20, grifo da autora). Dessa forma, a próxima seção apresentará as contribuições da autora em relação às origens históricas dos topônimos brasileiros.

4.2 O ambiente e a origem toponímica brasileira

A nomeação de lugares sempre foi realizada pelo homem, desde o início dos tempos. Por exemplo, “nos versículos iniciais do Gêneses” já despontam feições geográficas, “nomes dos rios, os primeiros conhecidos” (DICK, 1990c, p. 5). Além disso, “a história dos nomes de lugares, em qualquer espaço físico considerado, apresenta-se como um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes”, permitindo a compreensão panorâmica dos aspectos antropoculturais e naturais de uma região (DICK, 1990a, p.19).

Por isso, a nomenclatura de um espaço constitui largo campo de pesquisa e não é “monótona” ou mesmo “destituída de interesse prático ou científico”:

Através das camadas onomásticas, revelam-se, numa perspectiva globalizante, as feições características do local, sejam as de ordem física quanto socioculturais. De tal modo esses aspectos se corporificam nos topônimos que se pode mesmo, muitas vezes, estabelecer a **correlação entre o “nome” dos acidentes e o “ambiente”** em que ele se acha inscrito (DICK, 1990c, p. 35, grifo nosso).

De fato, é no ambiente que estão as influências negativas e positivas da vivência cultural humana, e “é nessa cadeia de possibilidades que os topônimos se estruturam e se distribuem em estratos de diversas naturezas” (DICK, 1990a, p. 61), sendo a cultura “determinante na condução desse saber-fazer denominativo, responsável pelas novas séries de designações que enformam a cadeia lexical, na perspectiva de uma antropologia linguística, que é também semiológica” (DICK, 2004b, p. 123).

Sobre a distinção entre cultura e natureza a autora (2004, p.123) esclarece que

[...] um dos pontos mais frequentemente discutidos pela comunidade de antropólogos e linguistas é a relação opositiva **cultura (entendida como aprendizagem adquirida pela ação do homem) e natureza (conhecimento biológico, fruto da transmissão genética)**, no sentido de mostrar influências recíprocas, responsáveis pelos sistemas de linguagens, a partir dos estudos de Boas (1911) (grifo nosso).

Logo, para a autora, com o uso referencial da linguagem, na onomástica, os aspectos do lugar, de uma localidade, do relevo, da feição geográfica, de um curso d'água, de uma elevação de terreno e das ações humanas são os “traços definitórios recorrentes” utilizados pelo falante (DICK, 2004b, p. 124). Enfim, os topônimos podem representar “uma reprodução parcial das condições do lugar, fato muito comum em muitos cursos d'água, que, em virtude de sua extensão, não exigem o conhecimento completo da corrente como dado obrigatório para o batismo descritivo” (DICK, 1990a, p. 73).

Ainda em relação ao ambiente, pode-se dizer que o homem se concentra em lugares “acessíveis às condições naturais da vida” e que lhe proporcionem bem-estar, segurança e perpetuação. Por consequência, a autora aponta as dificuldades da colonização portuguesa do século XVI ao se deparar, no ambiente brasileiro, com uma condição geofísica diferente de outras encontradas. Além disso, “a compreensão do espaço geográfico brasileiro pelo homem português encontrou também outro fator de tensão ou de desequilíbrio justamente na presença do autóctone, no território” (DICK, 1990a, p. 61-65).

Em relação à toponímia do Brasil, Dick (1990c, p. 104) pontua que essa é cíclica (nomes de lugar podem se repetir no espaço/tempo); é fundamentada na formação de sua etnia; e é heterogênea, mestiça como o seu povo. Sua formação linguística remete ao passado e aos habitantes do lugar, em uma diversidade que não desfigura “o sentido nacional comum”.

A formação etno-histórica brasileira é composta pelos ameríndios e seus troncos e famílias, pelos portugueses e africanos, e por estrangeiros posteriores à colonização inicial. “Em cada uma dessas camadas línguo-toponomásticas, uma tendência motivadora própria pode ser apontada, característica do elemento humano que as define” (DICK, 1990c, p. 8). O europeu já encontrou no Brasil uma nomenclatura indígena que foi incorporada à nossa toponímia, embora “a denominação dos acidentes costeiros, nos primórdios da ocupação, por desconhecimento dessa camada primitiva”, foi realizada de acordo os padrões da cultura portuguesa. Tendo em vista a existência de uma nomenclatura preexistente, essa nomeação lusitana dos lugares configurou, em algumas situações, uma “superposição toponímica”, tal como no exemplo dos nomes paralelos: Rio da prata - Iggoaçû (DICK, 1990c, p. 81-85).

Os pesquisadores investigam as origens dos topônimos principalmente em dois tipos de fontes, a popular ou espontânea, criada pela população sem uma autoria individualizada; e a oficial ou sistemática, “atribuída aos descobridores, aos dirigentes ou ao poder de mando,

legitimamente constituído, ou não” (DICK, 1990c, p. 49). Por isso, uma pesquisa sobre a toponímia brasileira, segundo a autora, deveria observar os seguintes pontos:

- a – estudo da natureza linguística dos topônimos que conformam a nomenclatura geográfica brasileira, provenientes das camadas linguísticas intercorrentes: a indígena, distribuída em suas diversas famílias; a portuguesa (ou brasileira propriamente dita); a africana; nomes de origem estrangeira, de filiação mais recente; análise dos fenômenos de linguagens pertinentes;
- b – estudo da motivação ou da natureza semântica dos nomes envolvidos no ordenamento onomástico brasileiro, de modo a se configurar as tipologias dominantes, segundo áreas específicas de ocorrências (DICK, 1990c, p.46, grifo da autora).

Por conseguinte, no passado, os estudos toponímicos brasileiros se preocupavam somente com topônimos de origem indígena tupi, por meio de uma pesquisa etimológica às vezes insatisfatória, porém atualmente tais estudos foram ampliados à toponímia brasileira e de origem portuguesa, constituindo-se esses uma “importante fonte de pesquisas, senão em sua origem significativa pelo menos na maneira pela qual se estrutura em relação à língua, à história, e à geografia do país” (DICK, 1990c, prefácio, p.4):

Observando os diferentes sistemas culturais, em que topônimos, ou nomes próprios de lugares, se inscrevem como instrumentos hábeis de pesquisa, verifica-se que o sentido desses denominativos é o ponto de partida para investigações que, se, antes, se definiam apenas como linguísticas, hoje se inscrevem, também, nos campos da geografia, da antropologia, da psicossociologia, enfim, da cultura em geral para, num aprofundamento, procurar compreender a própria mentalidade do denominador, não só como elemento isolado, mas como projeção de seu grupo social (DICK, 1990c, p.6).

Por consequência, como o território brasileiro é extenso e os estudos onomásticos possuem outros campos setorizados, essa temática de pesquisa é muito ampla, até porque a toponímia brasileira não é homogênea, apresenta “configurações que remontam, em suas origens, às várias famílias indígenas que habitaram e/ou habitam o país”. Já os nomes de origem africana aparecem em menor número, localizando-se “nos pontos de concentração preferencial do negro” no país. Topônimos estrangeiros são mais recentes, originários da imigração ocorrida a contar da segunda metade do século XIX (DICK, 1990c, prefácio, p.4).

A seguir, as influências exercidas pelo indígena, pelo africano e por outros povos sobre a constituição dos topônimos no Brasil passam a ser abordadas de forma mais detalhada na atual pesquisa.

4.2.1 A influência indígena

Conforme bem observa Dick (2004b, p.128), a influência indígena nos nomes é o diferencial da toponímia brasileira em comparação à europeia (portuguesa ou ibérica). A autora lembra que “os primeiros nomes da terra formaram-se à maneira lusitana (conforme expedições de reconhecimento); as denominações nativas foram se tornando presentes à medida que se firmavam os contatos e o conhecimento e aprendizagem da língua”.

De acordo com outras pesquisas de Dick (1990c, p. 4), Levy Cardoso (1961), especialista em topônimos brasílicos da Amazônia (aruaque, caribe)⁶⁸, realizou levantamento dos especialistas em toponímia, “pondo em evidência o caráter praticamente histórico das publicações, de preferência voltadas para a lexicologia indígena”. Esse pesquisador, por sua vez, ressalta o trabalho de Theodoro Sampaio, na obra *O Tupi na geografia nacional*. A mesma autora afirma que Drumond (1965) enfatiza a conduta dos estudos toponímicos no Brasil que, segundo ele, muitas vezes apresentam ações assistemáticas e sem métodos apropriados, com o objetivo de destacar somente os nomes de origem tupi. Ela cita que outro grupo indígena “os Bororo, grupo do Centro-Oeste brasileiro, podem ser apontados como exemplo quando se pretende enfatizar o binômio homem/meio ambiente” (DICK, 1990c, p.37, grifo da autora).

Nesse cenário, a pesquisadora ressalta que, segundo Sampaio (1987), o índio, com sua visão objetiva e prática, utilizava para a nomeação termos que descreviam o seu ambiente (descritivos puros e associativos). Porém, na comparação desse sistema com o do “branco” e com grupos de “outras nacionalidades”, constata-se nomes comuns, os chamados “arquétipos toponímicos”, que são

[...] expressões padrões, que traduzem ou enfocam o mesmo ângulo em relação à caracterização dos acidentes geográficos. Assim, os diversos sistemas toponímicos apresentam expressões que significam, em seu universo onomástico, o mesmo fato, ou traduzem uma condição semelhante (DICK, 1990c, p.8).

Assim, os acidentes físicos, em determinadas épocas, eram definidos pelo termo comum, sendo que o termo genérico do topônimo incorporava o mesmo sentido do específico, como nos exemplos em que “rio”, “mar”, “lago”, “morro”, “montanha”, “vale” geraram os topônimos *Paraná, Pará, Guêne, Paru* ou *Don, Tchou e Kama* (= rios, em russo), *Tchad* (=

⁶⁸ Aruak, Karib.

lago) (DICK, 1990c, p. 8).

Diante desse contexto, a cristalização semântica dos nomes de lugar, a saber, “sua persistência como signos geográficos” inclusive quando seus componentes não são mais identificados pela população do lugar, é um fenômeno muito significativo, especialmente no que tange à “reconstituição de falares indígenas já extintos, como aconteceu com o Tupi Quinhentista, no dizer de Anchieta a língua mais geral usada na costa do país, no século XVI”. A toponímia procura preservar milhares de nomes que “individualizaram os acidentes da terra” de forma espontânea e singular. Não é incomum a “existência de uma relação analógica entre o topônimo e algum fato do cotidiano indígena, notada em designativos como [...] Paraíba (“rio acidentado”, r⁶⁹. SP)” (DICK, 1990c, p. 20-21).

Retomando a questão das famílias indígenas, a influência bororo na toponímia do Brasil é consideravelmente menor que a tupi, “uma das mais importantes famílias indígenas” segundo a etnografia brasileira que, contudo, traz algumas dificuldades à investigação antropolinguística devido aos deslocamentos contínuos de tais silvícolas. Sobre o sistema lexical tupi, a pesquisadora explica que esse

[...] deixou uma gama variada de contribuição linguística ao português, que preservou, nos vocábulos fossilizados, as características de uma realidade ambiental diversificada ou de múltiplos domínios de experiência. Se muitos desses designativos, hoje, escapam ao linguajar corrente do brasileiro, impulsionado, constantemente, pela dinâmica da língua, outro tanto não ocorre na Toponímia, que se vale deles como fonte contínua de motivação, mantendo, assim, vivas, as tradições culturais indígenas (DICK, 1990c, p. 39).

Em virtude disso, na nomenclatura indígena, a conexão dos topônimos com as características ambientais é constante, tal como nos “exemplos extraídos de algumas das categorias taxionômicas elaboradas: **hidrotopônimos**⁷⁰ (ou nomes de origem hidrográfica): Pará e Paraná (“rio”, “mar”), Paracatu (“mar ou rio bom”). Os traços físicos do ambiente registrados na toponímia tupi podem ser atribuídos à relação do indígena com as características de cada feição: formas, posição geográfica, relevo, vegetação (abundância/escassez), cursos d’água (cor, declive), como nos topônimos “Iguaçu (“rio grande”), Paramirim (“rio pequeno”), [...] Paraíba (“rio encachoeirado”), Ipiranga (“rio vermelho”), muitas vezes aceitos pelos portugueses (DICK, 1990c, p. 41 -42).

⁶⁹ r.= rio (DICK, 1990c, p.80).

⁷⁰ Os hidrotopônimos são ainda abordados em subseção específica neste capítulo (4.3.2).

Esclarece-se que a autora, em relação à influência indígena, ressalta que os topônimos de origem indígena não se restringem às famílias Tupi e Bororo, mas sim apresentam nomes com origem nas famílias Aruak, Jê, Kaingang, Karib e Kariri, entre outros. Nas regiões sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná) e sudeste do Brasil (São Paulo), por exemplo, “excluindo-se as áreas outrora ocupadas pelos Tupi, o grupo Kaingang que, embora não tenha deixado uma contribuição numerosa ao Português do Brasil, em termos vocabulares, concorreu para a formação de topônimos: Chapecó (r. SC), Chopin (r. PR)” (DICK, 1990c, p.135, grifo da autora).

Em relação a não exclusividade da língua tupi, em publicação posterior, a linguista expõe que

não há dúvida, portanto, de que o Brasil não teve uma só língua indígena, ou o tupi, como se pensava na época. Os povos que lhe eram contrários, distribuídos em diferentes grupos étnicos ou nações, hoje termo preferencial, falam diferentes línguas. Modernamente classificadas como integrantes do tronco makro-jê, mantiveram, aproximadamente, no país, as mesmas áreas para onde se deslocaram desde o Quinhentos. As regiões ambientais menos agressivas, mesmo no interior, próximas aos rios piscosos e aos vales férteis, bons para a agricultura, eram os domínios dos tupis. O que era muito extenso em termos de território (DICK, 2004a, p.51).

Aplicando os pressupostos de Dick na toponímia paranaense, Albino (2004, p.54) destaca que os nomes de influência indígena nem sempre tiveram origem direta dos indígenas, sendo designados “pelos denominadores, refletindo o esforço do homem moderno em recuperar e preservar a cultura indígena por meio da Toponímia e, assim, manter vivos as tradições e os costumes dos primeiros habitantes do território brasileiro”.

No Rio Grande do Sul, a herança toponímica indígena é relatada por autores como Eckert (2016b), que pesquisa o Vale do Taquari, e Etges e Seer (1999), que abordam o Vale do Rio Pardo, ambos os autores descrevendo as referências à fauna, flora, minerais, relevo e outros elementos da natureza nos topônimos de origem indígena dessas regiões, conforme apresentado na subseção 3.3.1 do capítulo 3.

Já Pereira (2017, p.91), atualizando a teorização da referida autora, reconhece a nobre contribuição dos nomes de influência indígena para a toponímia nacional e ilustra que o estudo da hidronímia indígena muito revela sobre o ambiente e cultura do Brasil colonial: “ao estudar a toponímia de uma dada localidade”, são encontrados vestígios, por meio dos topônimos e dos hidrônimos, que apontam que “o ambiente está refletido na língua”.

4.2.2 A influência do negro

Apesar do indígena que já vivia no território brasileiro, abordado na subseção anterior, outro grupo étnico habitou o país na mesma época da ocupação portuguesa do século XVI, a saber, o negro, e “outros hábitos e usos diferentes se instalaram, outras línguas foram faladas no território, grande o bastante para receber essas diversidades” (DICK, 1990c, p. 152).

A vinda dos negros africanos ao Brasil foi uma “migração forçada pela captura e escravidão, o maior movimento migratório passivo da história” (RAMOS, 1943, p. 293). Em suma, de acordo com Dick, “os estudos de toponímia africana no Brasil envolvem, pela sua peculiaridade, um conhecimento genérico da problemática do negro no país”, comprovada pelos seguintes dados:

Elemento alógeno, o africano que aqui se fixou, desde a segunda metade do século XVI, criou raízes no território e se tornou responsável pela constituição de um stock mestiço (mulatos e pardos) dos mais representativos no conjunto da população brasileira, se levarmos em conta as estatísticas elaboradas. Comparando-se, por exemplo, os dados do recenseamento de 1930 com os de 1980, verifica-se que os cinco milhões e seiscentos mil negros subiram para sete milhões, enquanto os oito milhões e oitocentos mil mulatos diluem-se entre os pardos, alcançando o índice total de 45 milhões de indivíduos (cerca de 37% da população geral do país) (DICK, 1990c, p.137, grifo da autora).

Por isso, analisar a influência do negro na toponímia do Brasil requer a consideração do componente étnico imigrado, a categorização das línguas, a avaliação linguística dos designativos, sua semântica e ocorrência. Em relação a isso, a autora apresenta a classificação de Arthur Ramos e Nina Rodrigues para os grupos negros:

a – culturas sudanesas, ou dos povos iorubá-daomeianos, distribuídos em grupos dos Nagô, Eubá ou Egbá, Gêge, Fanti-Ashanti ou grupo Mina da Costa do Ouro, etc.;
 b – culturas guineano-sudanesas islamizadas ou dos Peul (grupos Fula), Mandinga e Aussá, do Norte da Nigéria;
 c – culturas bantus, ou dos grupos Angola-Congolês, e dos grupos da Contra-Costa”- (DICK, 1990c, p. 139-141).

Entretanto, Dick (1990c, p. 145-146) bem observa que, no Brasil, houve dois grupos africanos que se destacaram devido ao seu contingente étnico, os bantus e os sudaneses: existem por volta de 350 nomes de origem africana subsistentes no português brasileiro, sendo que “sessenta são de procedência iorubá ou nagô, e cento e sessenta são vocábulos quimbundos; os restantes, incluem-se em outras filiações linguísticas, algumas apontadas, outras não”. Porém, segundo ela, somente alguns deles foram utilizados como designação

geográfica.

Os topônimos africanos ocorrem nas áreas de maior concentração do negro no Brasil, em especial na Bahia e no Nordeste, seguidas pelo Sudeste, nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, com declínio em direção ao Sul e ao Norte:

À medida que os topônimos se deslocam para as regiões Sudeste e Sul, ocorre um esvaziamento onomástico, com poucos designativos em São Paulo, Paraná e Santa Catarina, e menos no Rio Grande⁷¹, onde se identifica, destacadamente de seu contexto nordestino, o denominativo Cacimbinhas⁷², aplicado a uma povoação (DICK, 1990c, p. 151, grifo da autora).

Em relação a esse panorama, a autora esclarece que línguas gerais “se impuseram para reunir os falantes dos grupos não brancos”, a saber, a língua tupi, a mais falada, com 10 mil palavras transmitidas ao vocabulário brasileiro; e as línguas africanas nagô ou iorubá do grupo sudanês (Bahia) e o quimbundo do grupo bantus (Nordeste, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro) (DICK, 1990c, p. 152).

Nomes de lugar de origem indígena, em termos de extensão, são mais significativos e mantém proporção equilibrada com o vocabulário transmitido, se comparados aos africanos, de menor proporção, “porque o próprio contingente vocabular legado ao português é pequeno, cerca de trezentos termos mais ou menos, numa desproporção clara com o total de negros imigrados”. Esse desequilíbrio é explicado pela pesquisadora da seguinte forma:

[...] enquanto a denominação indígena, por uma necessidade de identificação do próprio habitat, é preexistente ao branco, que a aceitou, geralmente promovendo, ele também, a criação de novos vocábulos dessa origem, o negro ocupou, no país, um papel secundário em relação ao processo denominativo; se não era “marginal” à sociedade que se instalava, era [...] “simples máquina ou instrumento de trabalho” [...] (DICK, 1990c, p. 153, grifo da autora).

Por fim, Dick (1990c, p. 154) sintetiza a influência toponímica do negro, ao dar destaque a quatro aspectos:

1. A distribuição dos topônimos é proporcional à “irradiação” negra no território, existindo uma concentração maior no Nordeste, que diminui com o afastamento dessa zona.

⁷¹ (Rio Grande do Sul).

⁷² *Cacimba* = poço.

2. A contribuição toponímica maior é do quimbundo.

3. A semântica dos nomes é variada, mas o ambiente físico tem destaque quantitativo nas designações (nomes de vegetais, animais, presença/ausência de água, a exemplo de *cacimba* = poço).

4. A menor expressividade do topônimo africano em relação ao indígena se deve à posição do negro na organização da sociedade e à questão dual “autóctone” e “alógeno” que se apresentava.

Em suma, a partir do século XVI, os africanos que aqui aportaram evidenciaram “duas línguas gerais brasileiras representadas pelo grupo quimbundo (hoje línguas kwas), do Nordeste, com pontos de difusão principal em Pernambuco e Alagoas, e o yorubá ou nagô, da Bahia” (DICK, 2004a, p.52). Já no Rio Grande do Sul, contrariando o que era comumente relatado, uma significativa herança cultural africana é apontada por autores como Etges e Seer (1999) e Kreutz e Machado (2017), conforme visto nos capítulos 2 e 3 da presente tese.

Em relação aos postulados da pesquisadora Dick, Pereira (2009, p. 27, grifo nosso), mais recentemente, indica a necessidade de uma visão etnolinguística nos estudos toponímicos:

A toponímia brasileira como um todo reúne uma grande quantidade de nomes de base indígena na nomeação de acidentes geográficos que evidenciam marcas da presença de várias etnias na nomenclatura geográfica brasileira. Um estudo toponímico, numa dimensão **etnolinguística**, analisa, desde a origem dos nomes, até as influências socioculturais da população que habita o espaço geográfico em estudo na forma de nomear os acidentes físicos, verificando se no momento da designação de um lugar, o designador apropriou-se de nomes cuja origem procedeu de estratos linguísticos de base portuguesa ou de outras línguas que influenciaram a formação do léxico do português brasileiro, principalmente as línguas indígenas e africanas.

Com efeito, as influências da toponímia brasileira abarcam reflexões não somente relativas às denominações “de origem portuguesa, como aos dos dois outros adstratos linguísticos coexistentes desde os primeiros momentos da história do país, o **indígena** e o **africano**, bem como do moderno contingente de nomes resultantes da **imigração**” (ALBINO, 2004, p.45, grifo nosso).

Logo, além das influências indígena e africana, Dick destaca as influências toponímicas de outros povos, que passam a ser apresentadas a seguir.

4.2.3 Outras influências

Conforme Dick (1990c, p. 90), os topônimos de influência estrangeira presentes na toponímia do Brasil precisam ser diferenciados em “portugueses” e “estrangeiros propriamente ditos”. Ela explica que os primeiros podem ser incluídos nessa categoria por serem topônimos transplantados, ou seja, designações geográficas que existem em um determinado lugar e que passam a compor a nomenclatura de outro espaço qualquer, transmitidas pelo povo emigrado, ou influenciadas por uma adaptação. “Nessa noção está implícito o sentido de deslocamento ou ‘mudança’”.

Por exemplo, na situação de hibridismos português + forma indígena não se tinha o objetivo de apagamento da cultura nativa, mas sim de acréscimo de dado (s), voltados à catequização: inicialmente, os missionários “não cogitavam em suprimir, de modo total e irrefutável, traços culturais inerentes ao povo, como uma totalidade, desde que a transmissão dos fatos era feita, de início, através da própria língua brasílica” (DICK, 1990c, p. 91).

A toponímia de origem portuguesa, ou propriamente dita brasileira, evidencia ampla variedade de características do ambiente, permitindo um múltiplo campo de pesquisa, “a partir dos primitivos topônimos históricos, que revelam [...] a sua indiscutível filiação”, como no exemplo do sul do país, em que “nomes oriundos do pastoreio se mesclam aos derivados da presença do cavalo, companheiro indispensável do homem dos pampas: [...] Charqueada, Estância, Estância Velha, Cavalinho”. Exemplos como esses, nas palavras da autora, “são suficientes para justificar a propositura inicial da existência de um nexos relacionante entre ‘nome’ e ‘terra’, e a consequente transmutação do topônimo em fonte segura de informação científica” (DICK, 1990c, p. 43-46).

De acordo com os levantamentos de Dick (1990c), os franceses, na época colonial, aproximadamente em 1555, chegaram ao Brasil aportando no Rio de Janeiro e comandados pelo Almirante Villegagnon (o nome da Província do Rio de Janeiro durante um tempo foi *França Antártica*). Já os colonos espanhóis influenciaram topônimos como Espanha (AH, PA), Nova Galícia (AH, SC), Nova Granada (AH, SP). Contudo, “a imigração⁷³ estrangeira propriamente dita” do Brasil, sistematicamente iniciou no século XIX, como consequência da

⁷³ A imigração brasileira, especialmente a sul-rio-grandense, já foi abordada mais detalhadamente no Capítulo 2, seção 2.3 da atual tese.

doação de terras a estrangeiros e da abertura de portos, e intensificou-se após 1850, “com um sistema dirigido de recebimento dessas levas, encaminhadas, de preferência, para a região Sul, incluindo-se, nesse roteiro, os Estados de São Paulo e do Espírito Santo”. Chegaram ao Brasil os açorianos, os alemães (Novo Hamburgo, RS) os suíços, os italianos (Nova Milano, Nova Treviso, RS), os russos, os poloneses, os ucranianos e, enfim, os japoneses (DICK, 1990c, p. 99-100).

Em relação a isso, as influências asiáticas apresentam dificuldades de serem localizadas na toponímia brasileira “excetuando-se, por certo, alguns poucos grupos provenientes de movimentos migratórios” (DICK, 1990c, p. 9).

Como conclusão, Dick (2004a, p.48) sintetiza que “a toponímia, desde 1500 e nos anos seguintes, foi europeia ou de matrizes europeizantes, os primeiros nomes se formando à maneira lusitana, impregnados de seus próprios valores”. Após a verificação do panorama das diversas influências toponímicas brasileiras, na próxima seção passa-se a estudar a taxionomia construída pela autora.

4.3 Classificação taxionômica dos topônimos

A “tessitura toponomástica” de um território precisa ser catalogada não a partir do nome “dado”, mas sim do “produto gerado”:

Num primeiro momento é, pois, o homem quem preside a escolha do nome, permitindo a averiguação de todos os impulsos que sujeitaram o ato nomeador; num segundo momento, é a denominação que irá condicionar e determinar os rumos dos estudos toponímicos (DICK, 1990c, p. 26).

Em relação a essa catalogação, de acordo com Marcuz (2016, p. 42), a formulação de modelos classificatórios específicos para o estudo dos topônimos, bem como sua motivação, é uma exigência da área, a “fim de sistematizar essa categoria de nomes”. Apoiando-se em Moreira (2006), a autora recupera alguns pesquisadores clássicos da área, referenciados por Dick (1990c) e mencionados na presente tese, como Dauzat (1947) e George Stewart (1954), entretanto, concorda com o autor no sentido de que o modelo proposto por Dick é o que melhor contempla a realidade do Brasil, visão aqui também compartilhada.

Santos e Dal Corno (2014, p. 114), anteriormente, destacam a classificação taxionômica proposta por Dick para a toponímia brasileira, que é “dividida em 11 taxes de natureza física e 16 taxes de natureza antropocultural, conforme a referência feita pelo topônimo [...]”. Dick (1990c, prefácio, p.3) acredita que a comparação entre essas duas classes de feições geográficas identificadas pelos topônimos facilita a descoberta das “verdadeiras causas dos nomes dos acidentes humanos ou culturais, também identificados por antrópicos, porque mais próximos do nativo da região”. Por outro lado, a pesquisa sobre a origem dos acidentes físicos deverá, segundo ela, apresentar maiores dificuldades:

Menos eficaz [...] parece ser a pesquisa relativa à origem dos acidentes físicos (rios, ribeirões, cachieras, morros, etc.), muito embora consignem uma vantagem sobre os precedentes, e que deve ser ponderada: com mais frequência, conservam a denominação primeira que lhes foi colocada, sendo mesmo avessos a mudanças de qualquer ordem, o que, talvez, até possa ser generalizado como regra inerente à Toponímia.

Moreira (2006), por sua vez, didaticamente explica que o modelo de Dick adota um prefixo nuclear (greco-latino), com característica relacionada ao campo físico ou humano, acrescido do termo toponímico, deixando clara a função da nova unidade ou nome. Quando os nomes são formados por dois ou mais elementos, a classificação considera o primeiro elemento do nome, como no caso da cidade de *Rio Branco*, topônimo catalogado como hidrotopônimo em virtude do vocábulo *rio*.

A seguir, são apresentadas as taxonomias toponímicas propostas por Dick⁷⁴:

A - Taxonomias⁷⁵ de Natureza Física

1 – Astrotopônimos: topônimos relativos aos corpos celestes em geral. Ex: rio da Estrela (ES).⁷⁶

2 – Cardinotopônimos: topônimos relativos às posições geográficas em geral. Ex.: lagoa do Sul (SC).

⁷⁴ Adaptação de Dick (1990c, p.31-34), com acréscimo de exemplos de Eckert (2016b), elaborada pela autora (2017).

⁷⁵ Eckert (2016a) realiza um estudo etimológico das taxionomias de Dick (ANEXO D).

⁷⁶ “Os nomes de lugares foram coletados no **Índice dos topônimos contidos na Carta do Brasil 1:1.000.000**, IBGE, S.Paulo, FAPESP, 1968. As siglas em maiúsculas referem-se aos Estados da Federação; a convenção AF e AH significa indicações relativas a Acidente Físico e Acidente ou aglomerado Humano” (DICK, 1990c, p. 31, grifo da autora).

3 – Cromotopônimos: topônimos relativos à escala cromática. Ex.: rio Negro (AM)⁷⁷.

4 – Dimensiotopônimos: topônimos relativos às características dimensionais das feições geográficas, como extensão, comprimento, largura, grossura, espessura, altura, profundidade. Ex.: riacho Grosso (CE)⁷⁸.

5 – Fitotopônimos: topônimos de índole vegetal, espontânea, em sua individualidade (arroio Pinheiro, RS), em conjuntos da mesma espécie (Pinheiral, AH RJ), ou de espécies diferentes (morro da Mata, MT), e de formações não espontâneas individuais (ribeirão Café, ES) e em conjunto (Cafezal, AH PA). Eckert (2016b, p. 218) apresenta mais exemplos de fitotopônimos, com enfoque na região do Vale do Taquari-RS:

O município de *Arvorezinha* recebeu esse nome por causa de uma figueira que estava plantada ao lado da igreja da comunidade, que servia de referência à população local, assim como *Coqueiro Baixo*, que tinha como referência um coqueiro baixo próximo a um arroio, lugar que servia como ponto de descanso para quem passava por ali. Já a abundância de pés de erva-mate em seu território, motivou a criação do nome do município de *Ilópolis*, cujo significado é cidade de erva-mate. O mesmo processo ocorreu com *Putinga* e *Taquari*, que receberam esses nomes por causa da abundância de certo tipo de taquara.

6 – Geomorfotopônimos: topônimos relativos às formas topográficas: elevações (montanha: Montanhas, AH RN; monte: Monte Alto, AH SP; morro: Morro Azul, AH RS; colina: Colinas AH, GO; coxilha: Coxilha, AH RS) e depressões do terreno (vale: Vale Fundo, AH MG; baixada: Baixadão, AH MT) e às formações litorâneas (costa: Costa Rica, AH MT; cabo: Cabo Frio, AH RJ; angra: Angra dos Reis, AH RJ; ilha: Ilhabela, AH SP; porto: Porto Velho, AH RO).

7 – Hidrotopônimos: topônimos resultantes de acidentes hidrográficos em geral. Ex.: água: serra das Águas (GO); rio: Riozinho (AH PI); córrego: Córrego Novo (AH MG); ribeirão: Ribeirão Preto (AH SP); braço: Braço do Norte (AH BA)⁷⁹; foz: Foz do Riozinho (AH AM).

⁷⁷ O estado da Amazônia possui o ATAQB.

⁷⁸ O estado do Ceará possui o ATEC.

⁷⁹ O estado da Bahia possui o ATHMB.

8 – Litotopônimos: topônimos de índole mineral, relativos à constituição do solo, representados por indivíduos (barro: lagoa do Barro (BA); barreiro: córrego do Barreiro (AM); tijuco: Tijuco Preto (AH SP); ouro: arroio do Ouro (RS), conjunto da mesma espécie – córrego Tijucal (SP), ou de espécies diferentes: Minas Gerais (AH MG); Cristália (AH MG), Pedreiras (AH MG).

9 – Meteorotopônimos: topônimos relativos a fenômenos atmosféricos. Ex.: vento: serra do Vento (PB); neve: riacho das Neves (BA); chuva: cachoeira da Chuva (RO); trovão: cachoeira da Trovoada (PA).

10 – Morfotopônimos: topônimos que refletem o sentido de forma geométrica. Ex.: lagoa Redonda (BA).

11 – Zootopônimos: topônimos de índole animal, representados por indivíduos domésticos (boi: rio do Boi (MG) e não domésticos (onça: lagoa da Onça (RJ) e da mesma espécie em grupos (boiada: Vacaria (AH RS). Outros exemplos de zootopônimos específicos da Região do Vale do Taquari-RS são apresentados por Eckert (2016b, p. 218-219):

Animais como o muçum e a anta motivaram os nomes dos municípios de *Muçum* e de *Anta Gorda*. Há ainda outro município em cujo nome aparece a anta, embora ele tenha sido classificado em outra taxionomia, que é *Poço das Antas*. Logo, no território onde hoje está localizada a região do Vale do Taquari, a anta deve ter sido um animal em abundância, já que gerou o nome de dois topônimos regionais.

B – Taxeonomias de Natureza Antropocultural

1 – Animotopônimos ou Nootopônimos: topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual, abrangendo a todos os produtos do psiquismo humano, cuja matéria prima fundamental, e em seu aspecto mais relevante como fato cultural, não pertence à cultura física. Ex.: saudade: cachoeira da Saudade (MT); feio: rio Feio (SP).

2 – Antropotopônimos: topônimos relativos aos nomes próprios individuais. Ex.: apelidos de família: Barbosa (arroio RS). Na região do Vale do Taquari-RS podem ser citados como exemplos:

[...] *Marques de Souza, Vespasiano Correa e Roca Sales*, que são municípios colonizados por imigrantes e descendentes de alemães, italianos e pelos dois grupos étnicos, respectivamente, embora curiosamente o nome dos municípios tenha sido uma homenagem a pessoas que não derivam de nenhum dos dois grupos étnicos. O caso mais curioso é o de *Roca Sales*, que é a junção dos sobrenomes do presidente argentino Julio Roca e do presidente brasileiro Campos Sales, numa homenagem à visita que aquele fez ao Brasil, em 1899, e que o presidente brasileiro retribuiu, em 1900 (ECKERT, 2016b, p. 220).

3 – Axiotopônimos: topônimos relativos aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprio individuais. Ex.: Presidente Prudente (AH SP).

4 – Corotopônimos: topônimos relativos aos nomes de cidades, países, estados regiões e continentes. Ex.: Brasil (AH AM).

5 - Cronotopônimos: topônimos que encerram indicadores cronológicos, representados, em Toponímia, pelos adjetivos novo/nova, velho/velha: rio Novo Mundo (GO).

6 – Ecotopônimos: topônimos relativos às habitações de um modo geral. Ex.: Sobrado (AH BA).

7 – Ergotopônimos: topônimos relativos aos elementos da cultura material. Ex.: flecha: córrego da Flecha (MT).

8 – Etnotopônimos: topônimos referentes aos elementos étnicos, isolados ou não (povos, tribos, castas). Ex.: Árabe (arroio, RS).

9 – Dirrematotopônimos: topônimos constituídos por frases ou enunciados linguísticos. Ex.: Vai Quem Quer (igarapé, AM).

10 – Hierotopônimos: topônimos relativos aos nomes sagrados de diferentes crenças: cristã, hebraica⁸⁰, maometana, etc. Ex.: Jesus (rio GO); Alá (lago AM); às efemérides religiosas; às associações religiosas, aos locais de culto: igreja, capela.

Os hierotopônimos podem ter duas subdivisões: a- hagiotopônimos: topônimos relativos aos santos e santas do hagiológico romano; b – mitotopônimos: topônimos relativos às entidades mitológicas. Ex.: saci: ribeirão do Saci (ES); curupira: lago Curupira (AM).

⁸⁰ O hebraico é a “língua da família semítica falada pelos hebreus, na qual foi escrito quase todo o Velho Testamento (a Bíblia dos hebreus), e que, no século XIX, após transformações históricas, ressurgiu com o movimento sionista e tornou-se língua oficial do Estado de Israel” (HOUAISS, 2006).

11 – Historiotopônimos: topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico-social e aos seus membros, bem como às datas correspondentes. Ex.: rio 7 de Setembro (MT).

12 – Hodotopônimos (ou Odotopônimos): topônimos relativos às vias de comunicação rural ou urbana. Ex.: córrego do Atalho (GO).

13 – Númerotopônimos: topônimos relativos aos adjetivos numerais. Ex.: Três Coroas (AH RS).

14 – Poliotopônimos: topônimos constituídos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial. Ex.: rio da Cidade (RJ).

15 – Sociotopônimos: topônimos relativos às atividades profissionais aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade. Ex.: Engenho Novo (córrego, MG).

16 – Somatotopônimos: topônimos empregados em relação metafórica a partes do corpo humano ou do animal. Ex.: Mão Esquerda (rio da, AL).

Santos e Dal Corno (2014) apresentam um quadro para a melhor visualização das categorias:

Quadro 2 - Classificação Taxionômica de Dick (1990c)

TAXEONOMIA DE DICK (1990) PARA A TOPONÍMIA BRASILEIRA	
Natureza Física	Natureza Antropocultural
<ol style="list-style-type: none"> 1. Astrotopônimo: corpos celestes. 2. Cardionotopônimo: posições geográficas. 3. Cromotopônimo: escala cromática. 4. Dimensiotopônimo: características dimensionais das feições geográficas (extensão, comprimento, largura, espessura, altura, profundidade). 5. Fitotopônimo: nome de um vegetal. 6. Geomorfotopônimo: formas topográficas, elevações, depressões do terreno. 7. Hidrotopônimo: feições geográficas (água). 8. Litotopônimo: minerais e constituição do solo. 9. Meteorotopônimo: fenômenos atmosféricos. 10. Morfotopônimo: formas 11. Zootopônimo: animal. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Animotopônimo (ou Nootopônimo): vida psíquica/cultura espiritual. 2. Antropotopônimo: nomes próprios individuais. 3. Axiotopônimo: título e dignidade que acompanha nome próprio. 4. Corotopônimo: nomes de cidades, países, estados, regiões, continentes. 5. Cronotopônimo: indicadores cronológicos (novo/velho). 6. Ecotopônimo: habitações em geral. 7. Ergotopônimo: elementos da cultura material. 8. Etnotopônimo: elementos étnicos. 9. Dirrematotopônimo: construídos por meio de frases. 10. Hierotopônimo: nomes sagrados, efemeridades religiosas, locais de culto (<i>Hagiotopônimo</i>: santos (as) do hagiológico romano / <i>Mitotopônimo</i>: entidades mitológicas). 11. Historiotopônimo: movimentos de cunho histórico-social, seus membros/ datas correspondentes. 12. Hodotopônimo: vias de comunicação. 13. Numerotopônimo: adjetivos numerais. 14. Poliotopônimo: <i>vila, aldeia, cidade, povoação, arraial</i>. 15. Sociotopônimo: atividades profissionais, locais de trabalho, pontos de encontro de uma comunidade. 16. Somatopônimo: metáfora – parte do corpo humano ou do animal.

Fonte: Adaptado de Santos e Dal Corno (2014, p. 122).

Os mesmos autores apresentam um relevante panorama atualizado de pesquisas realizadas em diversos estados do Brasil que sugerem a subdivisão de algumas categorias taxionômicas ou mesmo o acréscimo de outras:

À categoria dos animotopônimos, Isquendo (1996) propõe duas subclassificações: *animotopônimo eufórico* (impressões agradáveis e otimistas) e *animotopônimo disfórico* (impressões desagradáveis e pessimistas) (ISQUENDO, 1996). Lima (1998) propõe, para a categoria dos hagiopônimos, duas subclasses: os *hagiopônimos autênticos* (fazem alusão a um santo ou santa aceitos e aprovados pelos dogmas da Igreja Católica Apostólica Romana) e os *hagiopônimos aparentes* (prestam tributos a um fundador ou uma pessoa influente na localidade) (SANTOS E DAL CORNO, 2014, p. 114).

Já Marcuz (2016, p. 44) registra que, além de Dick, muitos pesquisadores, como, Nunes e Andrade (2011), Carvalho (2012) e Pegoraro (2013) dividem as “ocorrências geográficas” em acidentes físicos e acidentes humanos, embora essa não seja sua opção própria. De forma semelhante a Marcuz, que adota as expressões “feições geográficas antrópicas e feições geográficas naturais”, tomadas de Menezes e Santos (2006), cumpre esclarecer que o presente trabalho adotará o termo **feição geográfica**, atualizando a nomenclatura de “acidente geográfico”.

Além da classificação taxionômica, Dick (2004b, p. 130) elabora uma “ficha lexicográfico-toponímica” para a coleta, o registro, a pesquisa e a análise dos topônimos, detalhada no próximo item.

4.3.1 Ficha lexicográfico-toponímica

A ficha lexicográfico-toponímica proposta por Dick (2004b) reúne todos os dados sobre determinado topônimo, funcionando como um “repositório” para o pesquisador. Por meio dela, o investigador consegue recuperar a motivação toponímica do nome e pode adaptá-la conforme as variações de “enfoque de cada pesquisa”. Nesse sentido, “Nunes e Andrade (2011), destacam que a ficha lexicográfica-toponímica é parte dos elementos que compõem a base metodológica de pesquisa em toponímia” (MARCUSZ, 2016, p. 44).

A seguir, é apresentada a ficha lexicográfico-toponímica utilizada no Projeto ATESP por Dick (2004b), no Quadro 3, e um exemplo de aplicação da ficha elaborado por Silva, M. (2011)⁸¹ no Quadro 4.

⁸¹ Em sua dissertação de mestrado, a pesquisadora elabora duas fichas lexicográfico-toponímicas: além da ficha para o topônimo Caxias do Sul aqui vista (QUADRO 4), registra o topônimo “Dante Alighieri, praça” (SILVA, M., 2011, p.40-41).

Quadro 3 - Ficha lexicográfico-toponímica de Dick (2004b)

Localização – Município:	_____
Topônimo:	_____ A. G. ⁸² :
Etimologia:	_____ Taxionomia:
Entrada Lexical:	_____
Estrutura Morfológica:	_____
Histórico:	_____
Informações Enciclopédicas:	_____
Contexto:	_____
Fonte:	_____
Pesquisador:	_____ Revisor:
Data de Coleta:	_____

Fonte: Dick (2004b, p.130).

Quadro 4 - Ficha lexicográfico-toponímica de Silva, M. (2011)

FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA	
Município: Caxias do Sul	
Localização: Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul	
Mesorregião: Nordeste Rio-grandense Microrregião: Caxias do Sul	
Topônimo: Caxias do Sul	
AH: Município	Taxionomia: Antropo-hodônimo
<p>Etimologia: *Caxias 1. que ou aquele que cumpre com extremo rigor suas obrigações e responsabilidades. 2. que ou aquele que, como líder, chefe ou responsável, exige de seus subordinados o máximo de aplicação, empenho e eficiência. ETIM de Duque de Caxias, título conferido a Luís Alves de Lima e Silva (militar e estadista brasileiro, 1803-1880), considerado o homem modelo do Exército, célebre pelo rigor, pela aplicação, pela disciplina e pela exigência que caracterizavam suas ações. ** Sul <i>s.m.</i> 1. Direção, na esfera celeste, do pólo do eixo da Terra oposto ao norte [Simb. S] 2. O polo sul 3. Relativo ao sul 4. <i>Geo</i> diz-se de ou região, ou conjunto de regiões, que se situa ao sul ETIM Ang.-sax. <i>sud, suth</i> (>ing. <i>south</i>) pelo fr. <i>Sud</i>.</p>	
Continua	

⁸² Acidente geográfico.

Conclusão

Entrada Lexical: Caxias do Sul

Estrutura Morfológica: Topônimo híbrido (substantivo + conetivo + substantivo)- **Caxias** (morfema lexical) + **do** (conetivo) + **sul** (morfema lexical)

Histórico: Diferentes foram as denominações de Caxias do Sul, sejam elas oficiais ou aquelas, surgidas informalmente e mantidas pela tradição. A primeira denominação surge nos primórdios da imigração italiana. Em 1875, Caxias aparece nos documentos oficiais como Fundos de Nova Palmira. Com a concentração inicial dos imigrantes recém chegados à Colônia na área que atualmente corresponde a Nova Milano - distrito do município de Farroupilha - Caxias ficou conhecida como Nova Milano ou Barracão. Em 11 de abril de 1877, a denominação oficial passava a ser Colônia Caxias. Apesar da denominação oficial, a Colônia Caxias era também conhecida por Campo dos Bugres, remetendo aos antigos habitantes da região: os índios caingangues. A partir de 1880, quando da divisão da colônia em três diferentes sedes: Caxias, Nova Milano e Nova Trento -, o povoado que abrigava a Diretoria da Colônia e a Comissão de Terras e Colonização passa a denominar-se Sede Dante ou Sede Principal. Em 12 de abril de 1884, com a anexação da Colônia Caxias ao município de São Sebastião do Caí como seu 5º distrito, seu nome mudava para Freguesia de Santa Tereza de Caxias. Em 20 de junho de 1890, por ato do governo estadual, o então distrito de São Sebastião do Caí foi emancipado, ou seja, tornou-se município e passou a denominar-se Vila de Santa Tereza de Caxias. Naquele mesmo ano, em 06 de novembro, tornou-se Comarca Judicial. Em 1895, as linhas do telégrafo cruzavam a Vila de Caxias, retirando-a de seu isolamento. Alguns anos depois, em 1906, era inaugurada a primeira rede telefônica e, em 1910, Santa Tereza de Caxias integrava-se ao número significativo de municípios rio-grandenses ligados pela viação férrea. Em 1º de junho de 1910, Caxias festivamente inaugurava sua estação ferroviária. Na mesma data, o Decreto nº 1607 elevava a vila à condição de cidade, simplificando seu nome para Caxias. Outra modificação na denominação da cidade seria realizada através do Decreto nº 720 de 29 de dezembro de 1944 que, além de fixar nova divisão territorial, acrescentou ao nome da cidade, um elemento indicador de sua posição geográfica. Dessa forma, adota a denominação de Caxias do Sul, sendo necessário o uso do termo “Sul” no nome como uma diferenciação ao município de Caxias, no Maranhão, que já havia recebido esse mesmo nome através de uma Lei Provincial, número 24, datada de 05 de julho de 1826, quando a localidade foi elevada à categoria de cidade com a denominação de Caxias. Digno de nota é o fato de que, ao contrário do que muita gente pensa, o nome “Caxias” dado à cidade não se atribui (nem é homenagem) a Luís de Lima e Silva, patrono do Exército Brasileiro. Ele, sim, recebeu o título de Barão de Caxias, por ter sido pacificador da maior revolução social existente no Estado do Maranhão - a Balaiada.

Informações Enciclopédicas: Caxias relaciona-se a Luís Alves de Lima e Silva, o duque de Caxias, foi um dos mais importantes militares e estadistas da história do Brasil. Participou das maiores batalhas realizadas em solo brasileiro, tais como a Balaiada e a Revolução Farroupilha, e na defesa dos interesses da Pátria, como na Campanha da Cisplatina, na campanha contra Oribe e Rosas, além de liderar as tropas na Guerra do Paraguai. O papel que desempenhou, na resolução do conflito conhecido como “Balaiada”, valeu-lhe seu primeiro título de nobreza, o de Barão de Caxias, outorgado em 1841. O título faz referência à cidade maranhense de Caxias, palco de batalhas decisivas para a vitória das forças imperiais. Como líder na Guerra do Paraguai, depois da célebre batalha de Itororó, liderou uma fase de vitórias, como as batalhas do Avaí e Lomas Valentinas, em dezembro de 1868, conduzindo à ocupação da cidade de Assunção. Retornando ao Rio de Janeiro, Caxias recebeu o título de duque, o único atribuído durante a época imperial.

Fonte: Prefeitura de Caxias do Sul (homepage) Disponível em <<http://caxias.rs.gov.br>>. Acesso em: 29 de junho de 2011.

Prefeitura de Caxias – MA (homepage) Disponível em <<http://caxias.ma.gov.br>>. Acesso em: 29 de junho de 2011.

HOUAISS, Antonio e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
FROSI, Vitalina Maria. Os hodônimos de Caxias do Sul (2010, p. 370-371). In: CALVO, C.; CASANOVA, E.; LEPINETTE, B.; VALERO, L. R. *Tenències actuals de la filologia romanica*, València, 2010.

Data da coleta: junho/2011

Fonte: Silva, M. (2011, p. 37).

Já Marcuz (2016)⁸³ utiliza um modelo adaptado de ficha lexicográfico-toponímica apresentado no ATB, elaborado por Dick em 2004 (ANDRADE, 2010, p. 184) para o registro de topônimos de “feições geográficas naturais”⁸⁴ como segue o exemplo do Quadro 5:

Quadro 5 - Ficha lexicográfico-toponímica de Marcuz (2016)

Topônimo: ITU	
Localização Geográfica	Região hidrográfica – Rio Uruguai Bacia hidrográfica – Piratinim
Tipo de feição:	Feição geográfica física (arroio)
Classificação taxionômica	Topônimo de natureza física Hidrotopônimo (relativo a ocorrências hidrográficas)
Motivação	Itu – (Tupi) S. m. Salto cascata, cachoeira. De y, água, rio; tu, onomatopeia do estrondo das águas ao caírem do alto abaixo (BUENO, 2014, p. 174).
Fontes: SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL/RS. Disponível em: http://www.sema.rs.gov.br/	
Pesquisadora: Ligia Manara Miletto Marcuz	
Data da coleta: Junho à setembro de 2015	

Fonte: Marcuz (2016, p. 94).

A autora didaticamente explica os dados contemplados pela ficha:

- a) *topônimo*: nome da feição geográfica em análise;
- b) *localização geográfica*: itens que dizem respeito à localização geográfica;
- c) *tipo de feição geográfica*: feição geográfica física ou antrópica, de acordo com a classificação;
- d) *classificação taxionômica*: permite classificar os topônimos quanto à sua natureza: física ou antropológica;

⁸³ Em sua dissertação de mestrado, a autora apresenta duas fichas lexicográfico-toponímicas por ela elaboradas: além da ficha para o topônimo Itu (QUADRO 5), elabora o registro toponímico de “São Borja” (MARCUSZ, 2016, p. 92-93).

⁸⁴ Para o registro de topônimos de “feições geográficas antrópicas” a autora adota outro modelo, em que inclui os campos “histórico” e “informações enciclopédicas” originais de Dick (2004b).

e) *motivação*: história do surgimento do topônimo e explicação do significado das palavras por meio de seus elementos formadores;

f) *histórico*⁸⁵: registro histórico sobre o lugar e apresentação das mudanças do topônimo ocorridas em sua evolução;

g) *informações enciclopédicas*⁸⁶: acréscimo de informações coletadas em material de apoio suplementar;

h) *fontes*: locais que serviram de subsídio para as informações coletadas;

i) *pesquisador(a)*: nome do autor(a) da pesquisa;

j) *data da coleta*: período em que os dados foram coletados.

Por fim, Marcuz (2016, p. 44) destaca que tanto o modelo taxionômico como a posterior ficha lexicográfico-toponímica propostos por Dick não constituem “um modelo definitivo como salientado pela própria autora, porém ainda servem de suporte e são adaptados, constantemente, para servir às peculiaridades de cada estudo”.

Como este estudo se ocupará dos topônimos de cursos de água, os hidrônimos, a próxima seção é dedicada a um olhar mais detalhado sobre a hidronímia, ampliando a abordagem do capítulo 3, item 3.3.3, bem como à diferenciação entre o hidrônimo e o hidrotopônimo.

4.3.2 Hidrônimos e hidrotopônimos

É no ambiente físico ou natural que a toponímia adquire uma maior relevância, devido à importância das questões geográficas atinentes à ocupação dos solos, e onde avultam os topônimos de “origem hidrográfica”. No “extremo setentrional” do Brasil os rios exercem o papel de meio de transporte, ao promoverem “o intercâmbio comercial entre as populações

⁸⁵ Dado apresentado pela autora por Marcuz (2016) somente na ficha para topônimos de “feições geográficas antrópicas” (MARCUZ, 2016) ou acidentes humanos (DICK, 1990c).

⁸⁶ Idem ao anterior.

ribeirinhas” e, “como fez sentir Frederico Rondon, são interpretados como os caminhos que andam” (DICK, 1990c, p. 123). De fato, o surgimento de topônimos em variados ambientes, “revestindo uma natureza hidronímica propriamente dita, vincula-se à importância dos cursos d’água para as condições humanas de vida” (DICK, 1990a, p.196), uma vez que a água é “tão necessária e imprescindível à vida humana que, dentro da agressividade regional, os pontos de seu aparecimento revestem-se de tanta significação que se torna obrigatório registrá-los, toponomasticamente” (DICK, 1990a, p.80).

Durante toda a história da humanidade, a água representou equilíbrio do meio, com o nascimento e crescimento das civilizações próximas às zonas ribeirinhas, aos rios e aos oceanos. E, atualmente ainda ocorrem disputas por “vias de acesso ao mar ou às correntes fluviais de navegação” que garantam o escoamento de produtos. Em solos pedregosos áridos ou em regimes de chuva escassos, faz-se necessária a presença da água: “quanto mais rara, mais imprescindível conhecer, no terreno, os pontos de sua possível localização; tarefa que se impõe ao homem por mera razão de sobrevivência” (DICK, 1990a, p. 196).

Os rios possibilitam “um processo dinâmico de intercâmbio cultural”, com a sucessão de “trocas materiais e espirituais” e a expansão de hábitos e costumes, criação de cantos, poemas, figuras míticas e lendas. A grande extensão da rede hidrográfica do Brasil, apresentando uma variedade significativa de acidentes, não se constituiu em um obstáculo para a colonização, mas sim atuou como “fator de apoio ao ímpeto desenvolvimentista” (DICK, 1990a, p.197 - 199). Assim, “a importância dos **rios** e dos **riachos**, dos **córregos** e dos **ribeirões**, para a toponímia, está patente no índice quantitativo dos acidentes geográficos que participam, estruturalmente, dessas formas toponomásticas” (DICK, 1990a, p. 244).

Dick (1998) constata que, dentre os elementos ambientais da toponímia, a água, seguindo uma tendência universal, foi um traço de destaque no Brasil, inclusive nos espaços em que mostrou-se escassa, como no relato a seguir:

[...] constante em todos os relatos e notícias práticas do período colonial, os qualificativos que a precisam representam mais circunstâncias favoráveis do meio que as desfavoráveis. Interpenetrando-se os vocábulos da terra aos do colonizador, o sistema onomástico que aqui se construiu, ainda que decalcado do europeu, soube incorporar ambos os traços num modelo misto (topônimo português + topônimo indígena), seja por conservar, no conjunto denominativo, o termo genérico ou apelativo de uma determinada categoria (rio, ribeirão, etc.), identificador do objeto da nomeação, como um elemento amalgamado ao termo específico (particularizante do objeto nomeado) (DICK, 1998, p. 86 -87, grifo da autora).

A partir dessa contextualização, conforme Dick (1990a, p. 254), “por si só, a nomenclatura hidrotponímica brasileira justificaria uma pesquisa isolada, visando ressaltar, em profundidade, os principais fatores que a estruturam, seja do ponto de vista da filiação linguística ou da motivação originária”. A autora explica que a hidronímia abrange as unidades do léxico relacionadas aos hidrônimos e hidrotponônimos, que têm diferenças de “significação terminológica”, mas são recorrentes na toponímia brasileira, tanto “pela variedade genérica da tipologia dos acidentes (córrego, rio, ribeirão, riacho, ribeira, corredeira, enseada, a própria água usada como tipo de acidente), como pela importância das bacias hidrográficas no país” (DICK, 2004b, p.126).

Por conseguinte, Dick (2004b) esclarece que os **hidrônimos** são os nomes dos acidentes hidrográficos em geral, não tendo importância a natureza linguística do objeto nomeado, nem evidenciando se humano/não humano, animado/inanimado, nem a natureza dos campos semânticos envolvidos. Já os **hidrotponônimos**⁸⁷ constituem os acidentes em que o elemento hidronímico está presente na denominação, seja em relação ao termo genérico *água* ou às designações de cursos d’água específicos (*córrego, rio, ribeirão*). Para esse último caso, alguns dos exemplos mencionados pela autora são: serra das Águas (GO), Rio Preto (SP), Córrego Novo (MG), Foz do Iguaçu (PR).

Dick (2004b, p. 127), utilizando os dados de seu Projeto ATESP (1989), registrou cerca de 15 mil topônimos no campo da hidronímia, sendo que 4 mil deles são de origem indígena. Ela explica que esses apresentam motivação variada, o que possibilita sua separação em dois grupos:

- a. topônimos que apresentam o elemento “água” ou unidade hidrográfica no enunciado toponímico, seja de origem indígena ou portuguesa, podendo indicar característica, aspecto ou estado, como nos bairros de São Paulo “Água Fria” e “Água Funda”.
- b. topônimos de motivação semântica variada (ergológica, geomorfológica, religiosa), como em “rio de Santo Antonio” e “rio Grande da Serra”.

Em relação à motivação toponímica, os padrões “envolvem maiores ocorrências zootponímicas (nomes de animais), hidrotponímicas (nomes de origem hidrográfica), litotponímicas (nomes de origem mineral), localizadas no campo físico ou natural ou dos

⁸⁷ Conforme a classificação taxionômica (QUADRO 2), seção 4.3.

biofatos” (DICK, 2004b, p. 129).

Em estudo anterior envolvendo a toponímia brasileira, Dick (1998, p.84) constatou que, no campo hidrográfico, “contrastivamente às línguas indígenas brasileiras”, os elementos de maior ocorrência são “água” (acepção genérica/substitutivo de outros hidrônimos); “olho d’água” (mina/minadouro, muito usado no nordeste); “rio, barra, braço, foz: córrego, riacho, ribeiro, ribeira, ribeirão”; “arroio” (oposição diatópica⁸⁸ à paraná e a riacho); “cachoeira, salto, queda, catarata”; “carreira, corredeira, correnteza e corrida”; e “caldeirão” (norte/nordeste). Mesmo que apresentem estrutura morfológica e lexical variável, os dados da autora mostram que os topônimos possuem algumas incidências “a partir do lexema⁸⁹ água”:

- água (genérico toponímico – 0).

- subst. + desin. pl. (Águas).

- subst. + adj. (espec. topon.): (Água Fria, 27; Água Branca, 26; Água Limpa, 21).

- subst. + desin. pl. + adj. + desin. pl. (Águas Belas, 4; Águas Claras, 4; Águas Negras, 4).

No que diz respeito à semântica, na combinação substantivo singular + adjetivo, a descrição é uma “marca duradoura”, fazendo referência aos índices cromáticos (água clara, preta, verde), à dimensão (água comprida), ao estado (água turva, doce, formosa), entre outros. Traços específicos do recorte ambiental estruturam “a composição do sintagma toponímico, associando o elemento genérico (constante toponímica) ao dado particular do objeto da nomeação (termo específico/determinante)”. No caso de “rio”, as combinações “acrescentam paradigmas distintos dos mencionados para água” e na descrição “surgem outros modificadores”, em adição aos já citados no parágrafo anterior (fundo, grande, manso, seco). Em relação às categorias fitonímica, litorânea e zoonímica, as conexões são mais diversificadas (anta, tainha, flores, prado, areia, pedra etc). O diminutivo “riozinho” aparece no centro-oeste, norte e nordeste. Já a frequência do termo “lagoa” é mais expressiva do que

⁸⁸ Segundo o Dicionário Michaelis, diz-se diatópico “de uma característica linguística que se distribui em um dado espaço geográfico, como, por exemplo, as variantes regionais; geográfico, regional, espacial” (MICHAELIS, 2019).

⁸⁹ O lexema “é uma entidade abstrata que constitui um elemento permanente do sistema linguístico” (BIDERMANN apud HEBERLE, 2008, p. 30). Os dicionários gerais de língua tendem a apresentar a totalidade dos lexemas da língua, compondo o seu “tesouro lexical” (WELKER, 2004, p. 77).

“lago” e “laguna”, apresentando as estruturas substantivo + adjetivo (Lagoa Branca, SP); substantivo + morfema aumentativo (Lagoão, MG) ou diminutivo (Lagoinha, MA); substantivo + morfema plural (Lagoas, PI); e a própria base lexical (Lagoa, RN) (DICK, 1998, p. 84-86).

Em síntese, nas designações de “rio”, despontam critérios como tamanho, cor, presença ou ausência de alguma planta ou animal, contanto que o destaque na localidade. Assim, “os nomes quando apareciam, não eram, portanto, aleatórios e, sim, vinculados a uma característica qualquer do ambiente físico ou social” (DICK, 1990a, p. 237). Dando continuidade a essa descrição, a seguir são destacados alguns elementos considerados termos genéricos no campo da hidronímia.

4.3.2.1 Os termos genéricos

O indígena brasileiro comumente nomeava os acidentes hidrográficos fazendo uso do significado genérico do hidrônimo em seu dialeto. “Os estudos hoje já bastante difundidos no Tupi Antigo mostram o uso de expressões como y / pará / paraná traduzindo “água”, “mar”, “rio”, em função apelativa” (DICK, 1990c, p. 50, grifo da autora). Pesquisas toponímicas dedicam um espaço aos “elementos hidronímicos” **paraná** e **igarapé** que extrapola seu significado para se transformarem em fósseis linguísticos, pois “originados em outro sistema idiomático, mantiveram-se como formas vivas de língua, em núcleos apartados daqueles onde maior era o número de falantes do Tupi Antigo”. A autora observa que seu emprego permanece comum na nomeação dos “acidentes hidrográficos” (DICK, 1990a, p. 215-216).

Além dos denominadores “paraná” e “igarapé”, o tupi registrava uma forma genérica, comum para identificar “água” ou “líquidos em geral”, incluindo “o conteúdo semântico de rio”. Essa forma foi representada, pelos estudiosos do Guaraní e Tupi Antigos e pelo vocabulário da época colonial, pelo fonema simples /y/, “cuja transcrição, por configurar um som gutural, estranho ao sistema vocálico português, sofreu, graficamente, as oscilações naturais dessa circunstância” (DICK, 1990c, p. 127).

A autora observa que, embora seja possível reconhecer a localização de ocorrência de **paraná** e **igarapé**, o mesmo não se aplica à forma **y**, uma vez que aparece em todo o território do Brasil, citando os exemplos: **y** em posição sintagmática inicial (Iguaçu, rio do Paraná); **y** em posição sintagmática medial (Capibaribe, rio de Pernambuco); **y** em posição sintagmática

final (Pirangi, rio do Rio Grande do Norte).

É preciso lembrar que, na situação dos “dialetos indígenas”, não se consegue verificar com segurança o significado etimológico original dos termos: geralmente o que existe é a possibilidade de se “afirmar que tal palavra, ou topônimo, pertence a esta ou àquela filiação, apenas, reservando-se a etapas posteriores da pesquisa o preciso alcance de seu conteúdo” (DICK, 1990c, p. 130).

“O estudo linguístico do fonema especial do Tupi, **y**, mostra também a sua realização em /u/. Textos gramaticais da época colonial e antigos registros toponímicos comprovam essa dupla possibilidade de realização de um mesmo som” (DICK, 1990a, p. 226 - 227):

No léxico brasílico de origem tupi, o elemento “água” conforma o apelativo y (vernaculizado em i ou em u), que Theodoro Sampaio interpreta como “o líquido, o fluído, o curso d’água” e, também, por extensão, o “rio”, esclarecendo que, “segundo o tema com que se combina, toma as formas gy, hy, yg e, segundo as corruptelas u, hu, cu; é a vogal gutural do tupi (DICK, 1990c, p. 67, grifo da autora).

Além disso, “Alfredo Martínez registra o mesmo sentido de ‘líquido’ para o fonema, no guarani” e Montoya (1639), “que registra para o vocábulo a grafia i, empresta-lhe tanto a significação de ‘água’ como a de ‘rio’, tal qual ocorre nos verbetes [...] I aña, ‘rio arriba’; Irieete, ‘rio grande’” (DICK, 1990c, p. 67, grifo da autora).

No Brasil, muitos nomes geográficos brasileiros apresentam a presença de alguma concepção indígena de água ou de rio, “nesses casos, houve uma cristalização semântica do vocábulo, na estrutura sintagmática toponímica, marcando, com isso, fortemente, o fator hidrográfico na nomenclatura” (DICK, 1990c, p. 68). A influência dos termos genéricos, segundo Dick (1990a, p. 240, grifo da autora) ocorre “nos **nomes** ditos **descritivos**, ou seja, aqueles em que o acidente – **y**, **u**, **pará** / **paraná** – é interpretado como um nome próprio ou é especificado por um determinante que o define e o caracteriza, singularizando-o entre os demais”.

Segundo Dick (1990a, p.368), a incorporação da lexia indígena **y** (significando água, corrente líquido ou rio) ao topônimo, transforma “a série resultante em um único bloco de significação”, entretanto

[...] a alegada influência da “água” não representa a nota peculiar que se pretendeu discutir, uma vez que, nesses sintagmas, o acento básico acha-se no primeiro elemento componente (quando o **y** está em posição sintagmática final), enquanto o segundo – no caso, o **y** – representa, apenas, o acidente geográfico que recebeu a denominação (DICK, 1990a, p. 369).

A autora, contudo, salienta que alguns fenômenos são “particulares à região norte” brasileira: o uso de igarapé e paraná “não se estendeu a outras regiões do território, definindo-os, dessa forma, como um traço hidrográfico típico”; a inexistência de igarapé, no Amazonas, “em função toponímica propriamente dita”, mesmo com seu “elevado índice como acidente geográfico” e o “uso generalizado de **paraná**, como topônimo, no restante do país, comprovando [...] sua fossilização linguística”. Já o uso de “arroio”, na região sul do Brasil, também transforma-o em “representante de uma feição peculiar do ambiente físico, reforçado pelo seu não aparecimento em outros pontos” (DICK, 1990a, p. 368, grifo da autora).

Outros dialetos indígenas como Karib, Arwak e Bororo “também contribuíram com seus termos genéricos designativos de cursos d’água”, como em curú, paru, tuná (Karib), e ári, áua, iáco, uáu, uêni, úni, uiná (Arwak), com significado genérico de “água ou rio” (DICK, 1990a, p. 240).

Concluída a apresentação da fundamentação teórica que embasa o presente estudo, construída ao longo dos capítulos 2, 3 e atual, o próximo capítulo descreverá a metodologia que será adotada nesta pesquisa.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo está dividido em cinco seções. Nele são abordados, inicialmente, os conceitos de ciência e metodologia, bem como o caráter interdisciplinar que envolve o estudo toponímico. Após, são esclarecidos o tipo de pesquisa, o método, a forma de coleta dos dados e a área de estudo do trabalho que pretende ser desenvolvido. Por fim, é abordada a forma de análise dos dados.

5.1 Ciência, metodologia e interdisciplinaridade no estudo da Toponímia

Conforme Bunge (2000, p. 5), o homem, diferentemente de outros animais, com sua “inteligência imperfeita” tenta compreender e dominar o mundo, tornando-o mais “confortável”, ao construir “um mundo artificial” denominado “ciência”, caracterizada por um “conhecimento racional, sistemático, exato, verificável e, portanto, falível”. Por meio da investigação científica, ele consegue atingir “uma reconstrução conceitual do mundo cada vez mais ampla, profunda e exata”. Desse modo, o autor apresenta relevantes conceitos científicos:

A **ciência** como atividade - como pesquisa - pertence à vida social: logo que é aplicada à melhoria do nosso ambiente natural e artificial, à invenção e fabricação de bens materiais e culturais, a ciência se torna tecnologia. No entanto, a ciência nos aparece como a mais deslumbrante e surpreendente das estrelas da cultura, quando consideramos isso uma coisa boa por si só, isto é, como um sistema de ideias provisoriamente estabelecidas (**conhecimento científico**) e como atividade

produtora de novas ideias (**pesquisa científica**) (BUNGE, 2000, p.5, grifo e tradução nossos).⁹⁰

Além desses conceitos, segundo o autor, a **metodologia**, de caráter normativo, aponta os procedimentos “que podem aumentar a probabilidade de que o trabalho seja fecundo”. Contudo, as regras da prática científica de sucesso “são perfectíveis: não são cânones intocáveis porque não garantem a obtenção da verdade; mas, em troca, facilitam a descoberta de erros” (BUNGE, 2000, p. 44, tradução nossa).

Nesse contexto, a interdisciplinaridade que caracteriza a área das Ciências Ambientais, à qual se filia o presente trabalho, surge a partir da prática científica, constituindo-se na “atitude” e no “método” para a construção do conhecimento. Essa “interdisciplinaridade não é entendida como um novo campo disciplinar, mas como uma proposta que busca aproximação entre as ciências da natureza e as sociais, dando flexibilidade para análise das questões relevantes na interface ambiente e sociedade” (CIÊNCIAS AMBIENTAIS – Documento de área, 2016, p. 8 - 9), uma vez que “através da sua ação criativa sobre o ambiente natural, afirma Godelier, os seres humanos ocasionam mudanças não apenas nas suas relações com o ambiente, mas também nas relações entre eles constitutivas da sociedade” (INGOLD, 2015, p. 31).

O estudo dos nomes de lugar é muito complexo, à medida que a toponomástica ou toponímia desenvolve uma pesquisa linguística ao utilizar um método “para descobrir a motivação na origem da formação de um nome de lugar numa perspectiva interdisciplinar”, considerando elementos extralinguísticos como os ambientais, geográficos e históricos (MARCATO, 2009, p. 105, tradução nossa). Como geralmente a formação dos hidrônimos é desconhecida, o estudo da toponímia antiga obriga a “um exercício constante de comparação entre topônimos” que apresentam semelhança quanto às suas referências geográficas e coincidências formais, sendo essa uma das únicas possibilidades para a revelação do sentido antigo dos topônimos (MORALA RODRÍGUEZ, 2006, p. 2, tradução nossa).

Corroborando o que dizem os autores, Seabra (2008, p. 1957) afirma que

⁹⁰ Original: “La ciencia como actividad – como investigación – pertenece a la vida social: en cuanto se la aplica al mejoramiento de nuestro medio natural y artificial, a la invención y manufactura de bienes materiales y culturales, la ciencia se convierte en tecnología. Sin embargo, la ciencia se nos aparece como la más deslumbrante y asombrosa de las estrellas de la cultura cuando la consideramos como un bien por sí mismo, esto es, como un sistema de ideas establecidas provisoriamente (conocimiento científico), y como una actividad productora de nuevas ideas (investigación científica)” (BUNGE, 2000, p.5).

[...] por se tratar de um campo que envolve a “rede social”, já que os nomes de lugares não encontram expressão fora dela, a investigação toponímica, se articulada a bases culturais, especialmente à antropologia linguística ou etnolinguística possibilita ao pesquisador buscar o significado dos referentes e comprovar a verdade do nome.

Em relação a isso, Villalón (2013, p.179) menciona que o especialista em metodologia Querol (1995) fundamenta que a própria natureza da Toponímia requer “atitudes epistemológicas abertas”, pois “estuda um material que contém uma grande pluralidade de informações, de modo que pode haver inumeráveis formas de acessá-las e nenhuma deve postergar as outras”.

Isso pode ser ilustrado pelo fato de que “geógrafos e linguistas frequentemente reconhecem que a tradicional dependência de mapas e nomenclaturas para estudar toponímia é inteiramente inadequada e deveria ser complementada com uma metodologia mista” (Rose-Redwood et al. apud CAPRA et al., 2016, p. 90).

Desse modo, conforme já explicitado nesta investigação, para realizar o levantamento, a categorização e a análise dos dados do presente estudo, serão utilizadas as principais contribuições de Dick (1990a; 1990c; 1998; 2004a; 2004b) apresentadas no Capítulo 4, principal estudiosa de Toponímia no Brasil:

O papel de Dick nos estudos toponímicos no Brasil foi e continua sendo de fundamental importância, uma vez que, além de constituir-se essa estudiosa como precursora, Dick defendeu e consagrou um espaço especial da Toponímia na Linguística. A partir daí, com os estudos que se seguiram nesta área, a Toponímia foi expandindo seu campo e tornou-se uma disciplina de caráter multidisciplinar (SILVA, M., 2011 p. 17).

Além do reconhecimento de Silva, M. (2011), tem peso o fato de que a categorização toponímica de Dick ainda é considerada a que melhor contempla a realidade brasileira (MARCUZ, 2016; MOREIRA, 2006) e foi utilizada em pesquisas toponímicas com diferentes propósitos, aplicada em diversas regiões, por autores como Seabra (2006; 2008); Nunes e Andrade (2011); Baretta (2012); Castiglioni, Barros e Isquendo (2012); Carvalho (2013), Santos e Dal Corno (2014) e Misturini (2018), somente para citar alguns dos estudiosos referenciados nessa tese.

5.1.2 Tipo de pesquisa e método

Em relação ao tipo, a presente pesquisa é descritiva, tipo de pesquisa que, segundo Appolinario (2004, p. 145), “descreve e interpreta a realidade, sem nela interferir”. Em relação aos procedimentos técnicos, a investigação é documental/bibliográfica e de estudo de caso que, nesta pesquisa, conforme Dick (2004b, p. 126), está situado no “domínio dos fenômenos naturais”.

Sobre a investigação bibliográfica e documental Samara e Tupy (2007, p. 11) explicam que

[...] a triagem e a leitura crítica de documentos, portanto, exigem a realização de um **levantamento bibliográfico inicial sobre o contexto** em que eles estão inseridos. Como o estudo da História repousa na lógica da acumulação de conhecimentos, quanto melhor for realizada esta etapa – a análise dos trabalhos escritos sobre um determinado tema –, **tanto melhor podem ser identificadas as mais diversas interpretações de um fato específico**. Indo além, até mesmo, podem-se reconhecer contribuições originais, suas possíveis incongruências e as lacunas de informação que ainda possam persistir (grifo nosso).

Desse modo, um levantamento histórico por meio de pesquisa bibliográfica e documental é necessário para a compreensão da motivação toponímica na área delimitada para o presente estudo, à medida que esse tipo de pesquisa busca “dados provenientes de fontes documentais – livros, revistas, filmes, gravações de áudio etc”, por meio da visita a acervos, arquivos históricos e bibliotecas regionais. Complementarmente, será utilizada a pesquisa de campo que utiliza “dados provenientes de sujeitos humanos ou não humanos”, por meio do contato com comitês de bacias hidrográficas, institutos geográficos, prefeituras municipais, museus históricos, entre outros (APPOLINARIO, 2004, p. 145).

Com base na forma de abordagem do problema, a presente pesquisa é qualitativa. A pesquisa qualitativa trabalha com “fenômenos”, ao prever a “análise hermenêutica dos dados”, ao passo que a quantitativa trabalha com “fatos”, prevendo “a mensuração de variáveis predeterminadas e a análise matemática desses dados” (APPOLINARIO, 2004, p.145).

O método quantitativo simples será utilizado para a classificação dos topônimos, quanto a sua natureza e o seu tipo, e a construção de gráficos. Já o método qualitativo será utilizado para a interpretação toponímica, observadas as características de cada nome de lugar analisado.

Este estudo procurará observar algumas das “características metodológicas e analíticas” atribuídas à História Ambiental por Drummond (1991, p. 5 -7), a saber:

a) focalização de “*uma região com alguma homogeneidade ou identidade natural*”, por exemplo “o vale de um rio”;

b) “*diálogo sistemático com quase todas as ciências naturais – inclusive as aplicadas*” para o entendimento da região estudada;

c) exploração das “*interações entre o quadro de recursos naturais úteis e inúteis e os diferentes estilos civilizatórios das sociedades humanas*”;

d) utilização de variadas “*fontes pertinentes ao estudo das relações entre as sociedades e o seu ambiente*”, podendo ser usado o “*trabalho de campo*”.

Em adição a essas orientações, faz-se necessário retomar os princípios sugeridos por Dick (1990c, prefácio, p.3), abordados no Capítulo 4, que serão seguidos para se obter a “verdade” sobre o topônimo. Nesse sentido, a autora recomenda a adoção de uma pesquisa com a utilização de todos os recursos científicos disponíveis: “análise, comparação, interpretação e seleção e [...] conversão das hipóteses em teorias”.

Apoiando-se nas premissas de Dick (1990c), e a partir do conhecimento de outras metodologias fundamentadas na obra da referida pesquisadora, desenvolvidas por autores como Baretta (2012) e Marcuz (2016), por exemplo, a seguir é apresentado o quadro-síntese com a descrição dos procedimentos metodológicos propostos no presente estudo:

Quadro 6 - Procedimentos metodológicos

ETAPA	PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	DESCRIÇÃO
1	COLETA DE DADOS	Levantamento de nomes dos principais rios e arroios das bacias Hidrográficas do Rio Taquari-Antas e do Rio Pardo.
2	PESQUISA	Pesquisa em variadas fontes sobre a motivação toponímica dos hidrônimos estudados, a fim de se obter informações a cerca dos campos classificação taxionômica, histórico e informações enciclopédicas da ficha lexicográfico-toponímica de Dick (2004b).
3	PRODUÇÃO	Elaboração de fichas lexicográfico-toponímicas ⁹¹ para os hidrônimos analisados, quando de posse de todas as informações possíveis coletadas.
4	ANÁLISE LINGÜÍSTICA	Análise linguística de cada hidrônimo segundo os critérios da ficha lexicográfico-toponímica de Dick (2004b): entrada lexical, etimologia e estrutura morfológica .
5	ANÁLISE GLOBAL	Elaboração de gráficos apresentando os diferentes tipos de topônimos, configuração das motivações toponímicas e suas respectivas frequências nas duas bacias hidrográficas pesquisadas.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A seguir, na próxima seção será evidenciada a área de coleta de dados deste estudo.

5.2 Coleta de dados e área do estudo

Esta seção mostrará as bacias hidrográficas do estado do Rio Grande do Sul, destacando as bacias do Rio Taquari-Antas e do Rio Pardo, foco da presente investigação.

5.2.1 O Rio Grande do Sul e suas bacias hidrográficas

Conforme os dados de Moreira e Costa (1995, p. 7), o Rio Grande do Sul possui um território de 282184 km² (3,32% da superfície brasileira) e é o estado com “maior porcentagem de águas internas” no Brasil. Pode-se descontar 14656 km² dessa área formados por águas internas (por exemplo, o território do Líbano), principalmente grandes lagoas:

⁹¹ O modelo de ficha lexicográfico-toponímica adotado é apresentado na seção 5.3, Quadro 8.

O Rio Grande do Sul é um dos Estados brasileiros melhor servidos em termos de águas internas. Dotado de um vasto sistema lacustre, cuja navegabilidade compensa a costa baixa e retilínea, de difícil estabelecimento portuário, o Estado dispõe praticamente de um segundo litoral, como bem enfatizaram alguns autores. Além disso, vários rios permitem a navegação para o interior, ao contrário de muitas regiões litorâneas brasileiras, onde as encostas mais íngremes encontram-se paralelas à costa (MOREIRA; COSTA, 1995, p. 41).

Desse modo, como os cursos de água do estado correm em áreas de planície e de planalto, há “potencial hidrelétrico nos trechos de maior desnível e de vias de navegação nos trechos planos”, apresentando o Rio Grande do Sul “grandes recursos hidroenergéticos”, nem todos explorados, além de uma rede de navegação interna pouco explorada. O regime fluvial dos rios está relacionado “à intensidade das precipitações”, as quais geralmente têm “um período nítido de estiagem” e muitos rios deságuam em lagoas, que se comunicam com o mar. No caso da Laguna dos Patos, a comunicação se dá “diretamente com o oceano e dele está separada por uma restinga” (drenagem exorreica). Já os rios das bacias de Sudeste alcançam o oceano Atlântico por meio da “ligação das lagoas costeiras com o mar” e o rio Uruguai “conflui no estuário do Prata” (MOREIRA; COSTA, 1995, p. 42).

Conforme Moreira e Costa (1995, p. 46), o rio mais utilizado no Rio Grande do Sul é o rio Jacuí, que apresenta dois trechos claramente distintos: “um de planalto, até a altura de Dona Francisca, outro de planície, até o delta no Guaíba”:

No trecho superior, a declividade acentuada e a formação de *canyons* após o chamado salto do Jacuí, permitiram a construção de importantes hidrelétricas, como Passo Real, Jacuí e Itaúba. Na região de planície, a regularização do curso através de barragens-eclusas propiciou a plena navegabilidade desde o município de Cachoeira do Sul até a foz.

Nesse sentido, Dick (2004b, p. 126, grifo nosso) comenta que, de fato, na toponímia brasileira, é grande a incidência das ocorrências lexicais relativas à hidronímia, “não só pela variedade genérica da tipologia dos acidentes (córrego, rio, ribeirão, riacho, ribeira, corredeira, enseada, a própria água usada como tipo de acidente), como pela **importância das bacias hidrográficas** no país”.

A forma de coleta de dados da presente pesquisa será do tipo transversal, o qual “avalia a mesma variável, numa única mensuração, em grupos diferentes de sujeitos” (APPOLINARIO, 2004, p. 145), tendo como fontes principais os mapas e os bancos de dados regionais e estaduais, arquivos, cartas ânuas do século XVII, sites de órgãos como a Fundação

de Proteção Ambiental (FEPAM) e a Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Sul (SEMA), sites e redes sociais de comitês de bacias hidrográficas, entre outros. Segundo Meier (2016, p. 43-45), a FEPAM é o órgão ambiental do Rio Grande do Sul “responsável pela gestão qualitativa das águas” e sua criação ocorreu em 1991, pertencendo ao Sistema Estadual de Proteção Ambiental e, com a lei 10354/94, passando a compor ainda o Sistema Estadual de Recursos Hídricos. Já os comitês de bacias constituem “órgãos gestores colegiados com funções consultivas e deliberativas”, formados pelo poder público, representantes da população da bacia e seus usuários.

De acordo com os dados de FEPAM (2016) e SEMA (2018), o Rio Grande do Sul está dividido, conforme o artigo 38 da Lei Estadual 10350/1994, em três regiões hidrográficas constituídas por um total de 25 bacias hidrográficas. Assim, a Região Hidrográfica do Litoral (ou das Bacias Litorâneas) localiza-se no leste e sul do estado e ocupa superfície de 53356,41 km² aproximadamente (20, 11% da área do território). É composta pelas bacias hidrográficas Tramandaí, Litoral Médio, Camaquã, Mirim-São Gonçalo e Mampituba. Sua paisagem apresenta dunas (fixas por vegetação arbórea ou móveis), praias marítimas, lagoas da costa (interligadas), marismas e banhados. Os recursos hídricos são usados para a irrigação de arroz, destacando-se adicionalmente a pesca e o turismo.

Já a Região Hidrográfica do Uruguai abrange o norte, noroeste e oeste do território, com área de 127031,13 km² aproximadamente (47,88% da área do estado). Essa região é formada pelas bacias Apuaê-Inhandava, Passo Fundo, Turvo-Santa Rosa-Santo Cristo, Piratinim, Ibicuí, Quaraí, Santa Maria, Negro, Ijuí, Várzea e Butuí - Icamaquã. Suas principais atividades econômicas são pecuária e agricultura, destacando-se as culturas de arroz irrigado, milho e soja. Os recursos hídricos adicionalmente são usados para a geração de energia.

A Região Hidrográfica do Guaíba, por sua vez, ocupa o nordeste sul-rio-grandense, abrangendo área de 84763,54 km² (30% da área do estado). As nove bacias que a constituem são: Alto Jacuí, Pardo, Vacacaí-Vacacaí Mirim, Baixo Jacuí, Taquari-Antas, Caí, Sinos, Gravataí e Lago Guaíba. Possui grande parte da vegetação suprimida ou modificada.

Conforme a apuração de Meier (2016), 22 dessas bacias hidrográficas compõem o Sistema Estadual de Recursos Hídricos (SERH) e três fazem parte do Sistema Federal de Recursos Hídricos, a saber: Negro e Quaraí (Região Hidrográfica do Uruguai) e Mirim – São

Gonçalo (Região Hidrográfica do Litoral). Segundo a pesquisadora, todos os comitês de bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul já estão oficializados.

A seguir, apresenta-se o mapa das regiões e bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul (FIGURA 4).

Figura 4 - Mapa das regiões e bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul



Fonte: Rio Grande do Sul (2017).

Nesse contexto, o estudo dos nomes dos principais rios e arroios de duas bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul – Taquari-Antas e Rio Pardo - poderá trazer contribuições à toponímia brasileira, contribuindo não somente com os estudos lexicais, mas também com os estudos ambientais, geográficos e históricos.

A opção pela análise de hidrônimos, em especial os nomes de arroios e rios, se dá por suas características já destacadas por diversos autores e explicadas ao longo da presente tese, entre elas as aqui brevemente retomadas:

- a) Hidrônimos não sofrem muitos empréstimos porque “um nome de rio, um fluxo de água com margens, não viaja, ao contrário dos nomes de objetos fabricados, de plantas, etc, que são sujeitos a exportações e a trocas” (DAUZAT, 1947, p.4).
- b) Hidrônimos constituem particular interesse de pesquisa: “encerram, entre todas as categorias de topônimos, a mais forte proporção dos nomes mais antigos, sendo o rio [...] particularmente rebelde às substituições” (DAUZAT, 1947, p. 195).
- c) Os lagos e as lagoas, embora mais numerosos do que os rios, apresentam menor singularidade nas designações: para os que vivem à sua margem, o lago é único e dificilmente existem lagos vizinhos (DAUZAT, 1947).
- d) Já nos versículos de Gêneses há registros de feições geográficas, “nomes dos rios, os primeiros conhecidos” (DICK, 1990c, p. 5).
- e) O uso de “arroio”, na região sul do Brasil, transforma-o em “representante de uma feição peculiar do ambiente físico, reforçado pelo seu não aparecimento em outros pontos” (DICK, 1990a, p. 368).
- f) Os grandes rios “estão entre as denominações mais antigas da toponímia, o que geralmente pode ser sinônimo de uma especial dificuldade em sua interpretação”, pois passam de uma cultura a outra, transformando-se em um nome que tem significado no “contexto de línguas desaparecidas talvez há milhares de anos” (MORALA RODRÍGUEZ, 2006, p. 1- 2, tradução nossa).
- g) Nomes próprios de cursos de água, testemunhas do passado “apesar da sucessão de populações e línguas no território”, apresentam dificuldades na sua “interpretação etimológica”: a nomeação dos rios acontecia por motivos práticos, uma vez que “as vias navegáveis são referências importantes em um território” (MARCATO, 2009, p. 161-162, tradução nossa).
- h) Nomes de grandes rios sofreram adaptações morfológicas e fonéticas (JORDAN, 2012).

Marcuz (2016, p.63) esclarece que, no caso do estudo de nomes de cursos de água, “não se pode definir o lapso temporal, uma vez que esses topônimos, em grande número, são de um tempo anterior à chegada de europeus em solo brasileiro; os primitivos habitantes do lugar já haviam batizado rios e arroios”. A pesquisadora justifica a adoção de informações atuais sobre os principais cursos de água das bacias hidrográficas para a seleção dos topônimos que estuda, entre eles quatorze nomes de cursos d’água (rios e arroios), ao citar como fonte o site da SEMA-RS. Desse modo, como critério de seleção dos hidrônimos que serão analisados, optou-se pela consulta inicial aos listados pela SEMA (2018), que, segundo Meier (2016, p. 45-46), foi criada em 1999 e representou “um importante impulso” no processo de planejamento das bacias do estado, passando, em 2000, a aglutinar também órgãos do SERH “com a finalidade de coordená-los, sendo este um importante marco para a gestão dos recursos hídricos”.

A coleta inicial dos rios destacados pela SEMA (2018) como principais cursos de água para cada bacia hidrográfica podem ser conferidos no Quadro 7. Destaca-se que na Região Hidrográfica do Guaíba encontram-se as bacias hidrográficas do Rio Taquari-Antas e do Rio Pardo, que terão seus hidrônimos contemplados no presente estudo.

Quadro 7 - Principais cursos de água (rios) das regiões hidrográficas do RS

Nº ⁹²	1. REGIÃO HIDROGRÁFICA DO GUAÍBA
	2.
	G010 Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí
01	<i>Rio Gravataí</i>
	G020 Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos
02	<i>Rio Rolante</i>
03	<i>Rio da Ilha</i>
04	<i>Rio Paranhama</i>
05	<i>Rio dos Sinos</i>
	G030 Bacia Hidrográfica do Rio Caí
06	<i>Rio Caí</i>
	G040 Bacia Hidrográfica do Rio Taquari-Antas⁹³
07	<i>Rio das Antas</i>
08	<i>Rio Tainhas</i>
09	<i>Rio Lajeado Grande</i>
10	<i>Rio Humatã</i>
Continua	

⁹² Numeração adotada somente para fins didáticos.

⁹³ Bacia hidrográfica que será contemplada no presente estudo, com a ampliação da coleta de dados dos cursos de água (rios, arroios).

Continuação	
11	<i>Rio Carreiro</i>
12	<i>Rio Guaporé</i>
13	<i>Rio Forqueta</i>
14	<i>Rio Forquetinha</i>
15	<i>Rio Taquari</i> ⁹⁴
G050 Bacia Hidrográfica do Alto Jacuí	
16	<i>Rio Jacuí</i>
17	<i>Rio Jacuí-mirim</i>
18	<i>Rio Jacuizinho</i>
19	<i>Rio dos Caixões</i>
20	<i>Rio Soturno</i>
G060 Bacia Hidrográfica dos Rios Vacacaí – Vacacaí Mirim	
21	<i>Rio Vacacaí</i>
22	<i>Rio dos Corvos</i>
23	<i>Rio São Sepé</i>
24	<i>Rio Vacacaí Mirim</i>
G070 Bacia Hidrográfica do Baixo Jacuí	
25	<i>Rio Jacuí</i>
G080 Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba	
Seus principais cursos de água são o Arroio do Petim, Arroio Araçá, Arroio Capivara, Arroio Douradinho e o Lago Guaíba.	
G090 Bacia Hidrográfica do Rio Pardo ⁹⁵	
26	<i>Rio Pardinho</i>
27	<i>Rio Pequeno</i>
28	<i>Rio Pardo</i>
3. REGIÃO HIDROGRÁFICA DO LITORAL	
L010 Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí	
29	<i>Rio Cardoso</i>
30	<i>Rio Três Forquilhas</i>
31	<i>Rio Maquiné</i>
L020 Bacia Hidrográfica do Litoral Médio	
Bacia caracterizada por diversas lagoas, algumas interligadas.	
L030 Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã	
32	<i>Rio Camaquã</i>
L040 Bacia Hidrográfica da Lagoa Mirim e do Canal São Gonçalo	
33	<i>Rio Piratini</i>
34	<i>Rio Jaguarão</i>
L050 Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba	
35	<i>Rio Pavão</i>
36	<i>Rio Mengue</i>
37	<i>Rio Mampituba</i>

⁹⁴ Topônimo já estudado por Eckert (2016b, p. 218-219) aplicando os critérios de Dick (1990c), porém como nome de município, classificado como topônimo de natureza física (fitotopônimo). Segundo o autor, Taquari recebeu esse nome devido à “abundância de certo tipo de taquara”. Em relação ao Rio Taquari, o pesquisador afirma que, a partir dele, “muitas cidades começaram a se desenvolver, e a importância do rio está, inclusive no nome da região: Vale do Taquari”.

⁹⁵ Bacia hidrográfica que será abordada no presente estudo, com a ampliação da coleta de dados dos cursos de água (rios, arroios). Além dos rios listados, o site da SEMA cita ainda o arroio Andréas e o arroio Francisco Alves.

Continuação	
4. REGIÃO HIDROGRÁFICA DO URUGUAI	
U010 Bacia Hidrográfica dos Rios Apuaê - Inhandava	
38	<i>Rio Apuaê</i>
39	<i>Rio Inhandava</i>
40	<i>Rio Cerquinha</i>
41	<i>Rio Pelotas</i>
42	<i>Rio Uruguai</i>
U020 Bacia Hidrográfica do Rio Passo Fundo	
43	<i>Rio Passo Fundo</i>
U030 Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo – Santa Rosa – Santo Cristo	
44	<i>Rio Turvo</i>
45	<i>Rio Santa Rosa</i>
46	<i>Rio Santo Cristo</i>
47	<i>Rio Amandaí</i>
48	<i>Rio Comandai</i>
U040 Bacia Hidrográfica do Rio Piratinim	
49	<i>Rio Piratinim</i> ⁹⁶
U050 Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí	
50	<i>Rio Ibicuí</i>
51	<i>Rio Itu</i> ⁹⁷
52	<i>Rio Ibirapuitã</i>
53	<i>Rio Jaguari</i>
U060 Bacia Hidrográfica do Rio Quaraí	
54	<i>Rio Quaraí</i> ⁹⁸
U070 Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria	
55	<i>Rio Santa Maria</i>
56	<i>Rio Cacequi</i>
57	<i>Rio Upamaroti</i>
U080 Bacia Hidrográfica do Rio Negro	
58	<i>Rio Negro</i>
U090 Bacia Hidrográfica do Rio Ijuí	
59	<i>Rio Caxambu</i> ⁹⁹
60	<i>Rio Potiribu</i> ¹⁰⁰

⁹⁶ Topônimo já estudado por Marcuz (2016) segundo os critérios de Dick (1990a, 1990c e 2004b) e classificado pela pesquisadora como de natureza física (zootopônimo): *Piratinim*, atualmente “Piratinim (S. De pira, peixe; tininha; seco, o seca-peixe ou o peixe secando)” (MARCUSZ, 2016, p.75).

⁹⁷ Topônimo estudado por Marcuz (2016) segundo os critérios de Dick (1990a, 1990c e 2004b) e classificado como de natureza física (hidrotopônimo). Sua ficha lexicográfico-toponímica, elaborada pela referida autora, é apresentada nesta investigação no Capítulo 4, subseção 4.3.1, Quadro 5.

⁹⁸ O topônimo de influência indígena e de natureza física (hidrotopônimo) “Quaraí” já foi estudado segundo os critérios de Dick (1990a, 1990c e 2004b), porém na condição de nome de cidade e não de rio: “**Quaraí** é derivado de “Quara-y” (rio das covas ou dos buracos)” (FURTADO apud SANTOS; DAL CORNO, 2014, p. 117, grifo dos autores). “O povoamento inicial do atual território de Quaraí deu-se como resultado das fortes disputas entre Portugal e Espanha pelas terras da região; em 1875 com a fundação de um povoado na fronteira do lado Uruguaio (atualmente Artigas), a coroa portuguesa fundou o povoado de Quaraí para resguardar a fronteira lusa. Quase concomitante, no ano de 1876, foi estabelecido o povoado de Rosário do Sul, depois da concessão de uma sesmaria por um morador do local” (SANTOS; DAL CORNO, 2014, p. 116).

⁹⁹ Topônimo estudado por Marcuz (2016) e classificado como de natureza antropocultural (etnotopônimo): “Caxambu (nome de origem africana. Espécie de tambor que os negros escravos usavam em suas danças; designa também um tipo de dança ao som desse tambor)” (MARCUSZ, 2016, p.75).

Conclusão	
61	<i>Rio Conceição</i> ¹⁰¹
62	<i>Rio Ijuizinho</i> ¹⁰²
63	<i>Rio Ijuí</i> ¹⁰³
U100 Bacia Hidrográfica do Rio da Várzea	
64	<i>Rio da Várzea</i>
65	<i>Rio Porã</i>
66	<i>Rio Barraca</i>
67	<i>Rio do Mel</i>
68	<i>Rio Guarita</i>
69	<i>Rio Ogaratim</i>
U110 Bacia Hidrográfica dos Rios Butuí - Icamaquã	
70	<i>Rio Butuí</i> ¹⁰⁴
71	<i>Rio Butuí-Mirim</i> ¹⁰⁵
72	<i>Itacurumbi</i> ¹⁰⁶
73	<i>Icamaquã</i> ¹⁰⁷

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Em suma, o quadro apresenta os principais rios do estado do Rio Grande do Sul. Destaca-se que, no presente estudo, serão estudados os topônimos referentes aos cursos de água (rios e arroios) de duas bacias hidrográficas que compõem a Região Hidrográfica do Guaíba: bacias hidrográficas do Rio Taquari-Antas e do Rio Pardo. Complementarmente aos rios e arroios citados pela SEMA (2018), dados iniciais, serão coletados topônimos em sites e

¹⁰⁰ Topônimo de origem indígena classificado por Marcuz (2016) como de natureza física (fitotopônimo): “Potiribu (S. m. A fonte das flores. Corruptela de potyra-ybú, a fonte das flores; corruptela de poty-raiembú, o arroio das flores; corruptela de apoter-obi, flor azul. Mais comum Potiribu)” (MARCUSZ, 2016, p.75).

¹⁰¹ Classificado como de natureza antropocultural (animotopônimo): “Conceição (S. f. Do lat. *concepcone*, a concepção da Virgem Maria, a festa comemorativa desta concepção)” (MARCUSZ, 2016, p. 75).

¹⁰² Classificado como de natureza física (hidrotopônimo): *Yyuimini*, atualmente Ijuizinho (“grau diminutivo de Ijuí” = “igual a outro, mas de proporções reduzidas”) (MARCUSZ, 2016, p.71).

¹⁰³ Topônimo de natureza física (hidrotopônimo): *Yyui*, atualmente “Ijuí (de Ijuy = Yjuí-y – S. Rio das espumas. De ijuia, espuma; y, rio.)”. Seu significado “já não é a característica mais evidente (..), para melhor compreensão, é necessário pensar o nome no tempo em que foi aplicado ou, então, o topônimo soará vazio” (MARCUSZ, 2016, p.70 -75).

¹⁰⁴ Topônimo de natureza física (meteorotopônimo): *Nbutuy*, atualmente “Butuí (o rio dos ventos. De butú – corruptela de ybytú, alteração de ubutú, butú, o vento, o ar, o clima; y, a água, o líquido, o curso d’água) (MARCUSZ, 2016, p.70-71).

¹⁰⁵ Topônimo de natureza física (meteorotopônimo). Grau diminutivo de Butuí “(igual a outro, mas de proporções reduzidas)” (MARCUSZ, 2016, p. 71).

¹⁰⁶ Topônimo de natureza física (litotopônimo): “Itacurumbi (s. m. Pedregulho, seixo miúdo. De itá, pedra; curuba, semente, pedra, seixo. Variação: Itacurubi)” (MARCUSZ, 2016, p. 75).

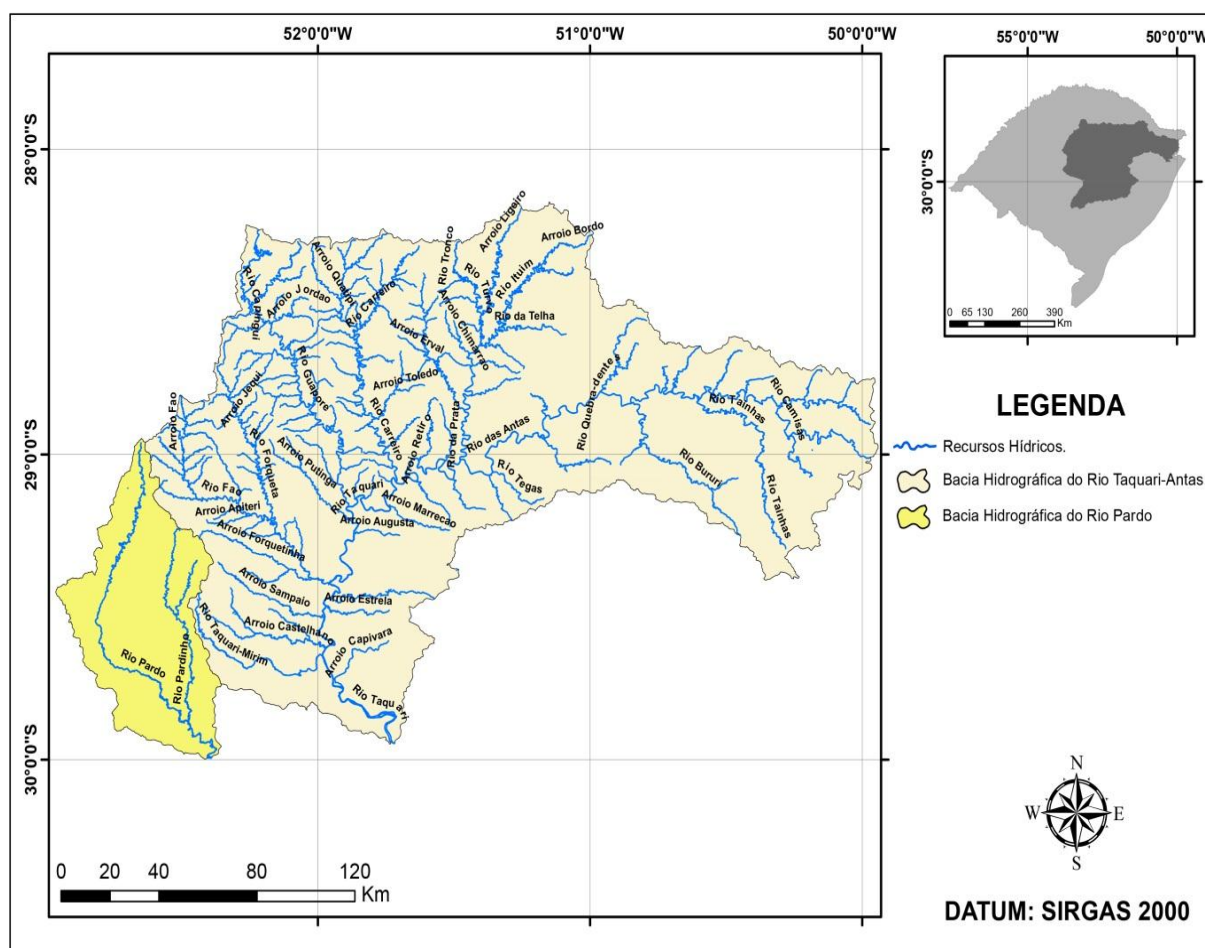
¹⁰⁷ Topônimo de natureza antropocultural (somatotopônimo): “Icamaquã (Do guarani – rio bico do peito. De y, água, rio; cama-cuã, pequenos morrotes de formação cônica semelhantes ao peito de mulher)” (MARCUSZ, 2016, p.71).

redes sociais dos comitês de bacias, em mapas e bancos de dados regionais e estaduais e em estudos anteriores sobre os rios e arroios das duas bacias estudadas.

5.2.1.1 Bacias hidrográficas do Rio Taquari-Antas e do Rio Pardo: localização

Na presente pesquisa será desenvolvido o estudo dos nomes dos principais rios e arroios de duas bacias do Rio Grande do Sul: Taquari-Antas e Rio Pardo. Serão investigadas as origens, as influências imigratórias, a motivação e o significado dos hidrônimos dessas bacias (FIGURA 5).

Figura 5 – Mapa das bacias hidrográficas do Rio Pardo e do Rio Taquari-Antas, do Rio Grande do Sul



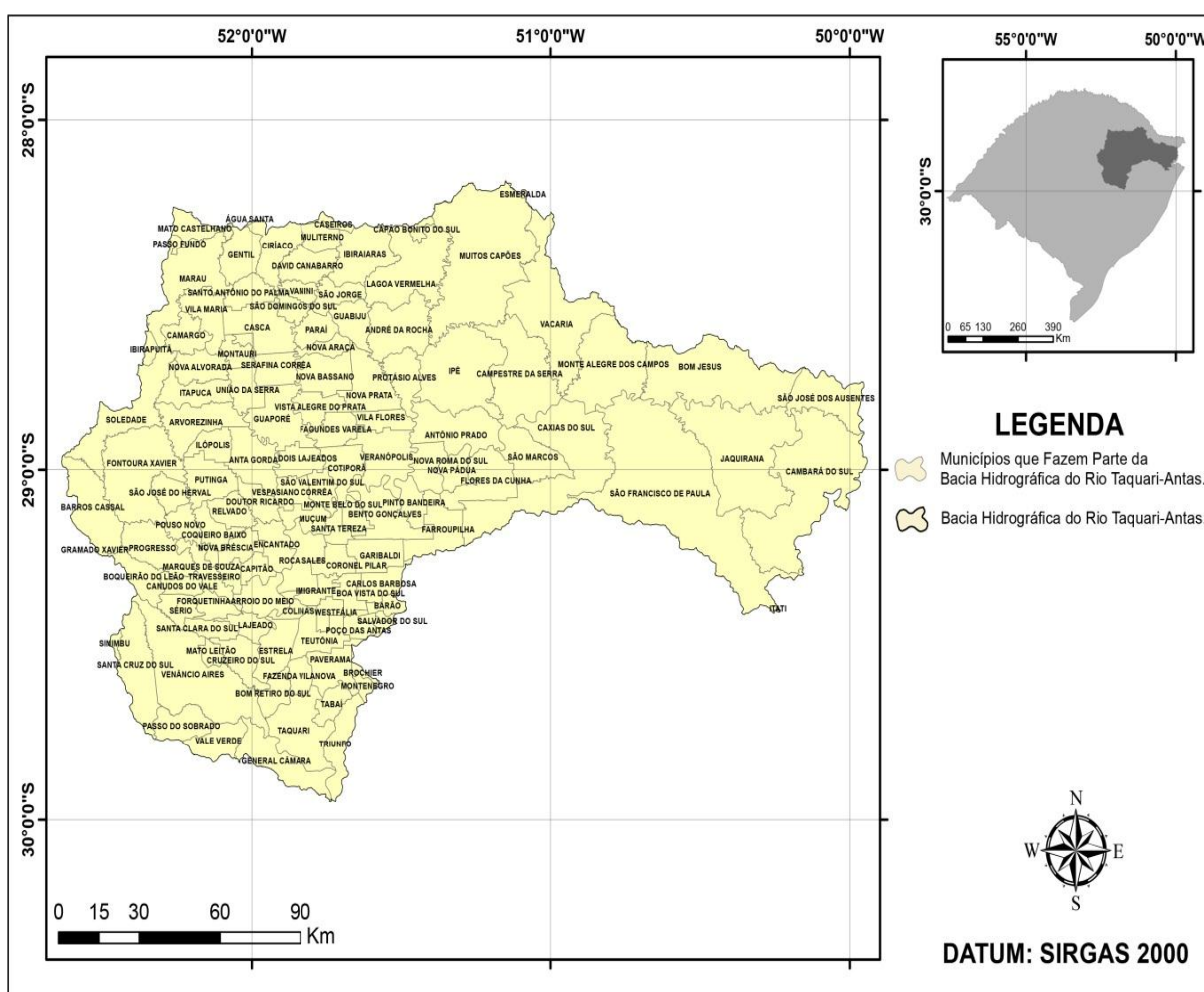
Fonte: Laboratório de Arqueologia do Museu de Ciências Naturais da Univates (MCN), 2018.

Conforme explicitado na subseção 2.3.1, nas bacias hidrográficas selecionadas para área de coleta dos hidrônimos está localizada a região dos Vales do Rio Grande do Sul – Vale do Taquari e Vale do Rio Pardo.

A escolha das bacias se deu muito em função de não terem sido localizados trabalhos toponímicos específicos sobre os hidrônimos dessa área, de grande riqueza cultural, e pela proximidade no caso da necessidade de uma complementar pesquisa de campo.

A bacia hidrográfica do Rio Taquari-Antas, doravante BH Rio Taquari-Antas (FIGURA 6), que integra a Região Hidrográfica do Guaíba, é formada por 119 municípios e apresenta uma área de 26.415,45 km², limitando-se a oeste com a bacia do Rio Pardo (STE, 2011a).

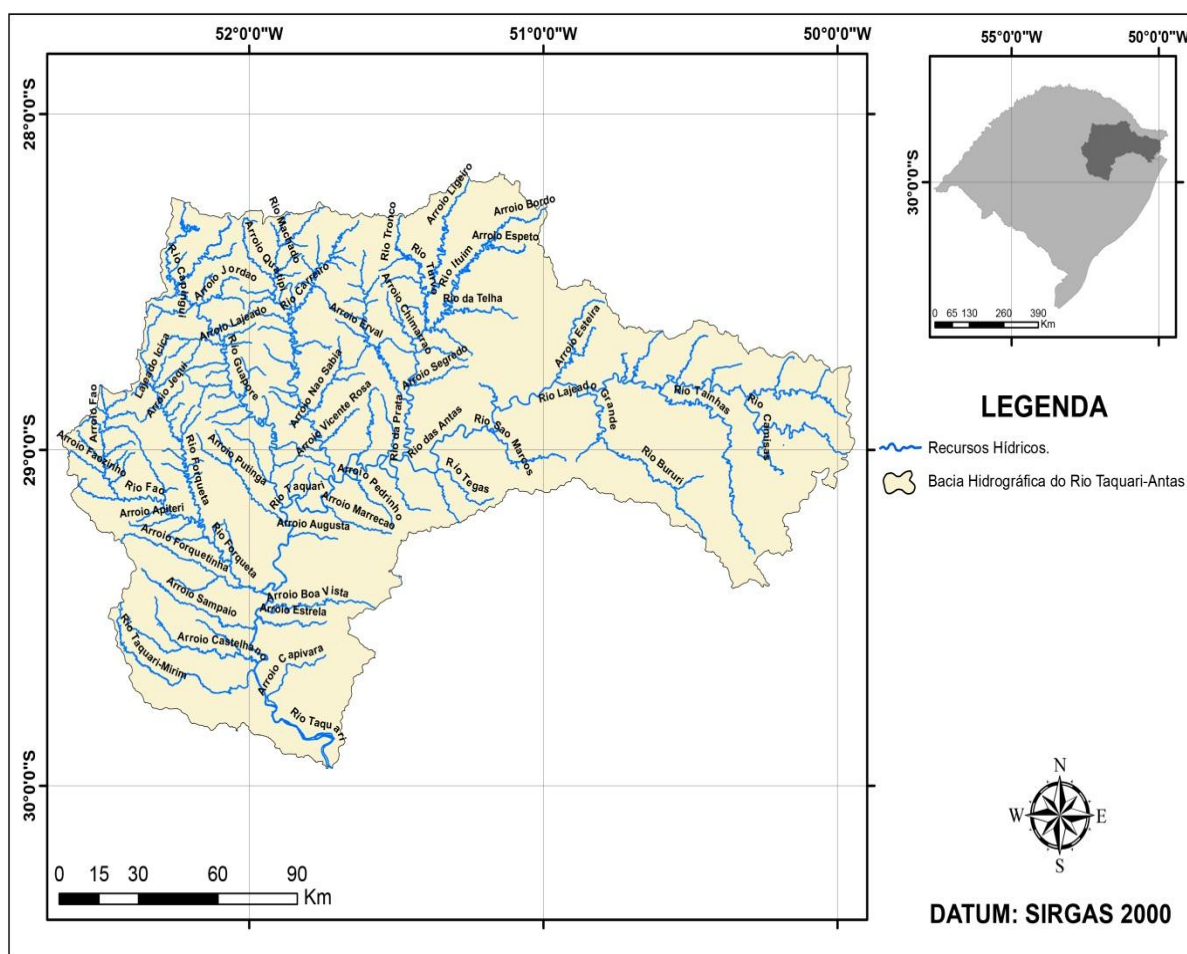
Figura 6 - Mapa da BH Rio Taquari-Antas: municípios



Fonte: Laboratório de Arqueologia do Museu de Ciências Naturais da Univates (MCN), 2018.

O rio Taquari-Antas (FIGURA 7), “nasce no extremo leste da bacia”, recebendo o nome de “rio das Antas até a foz do rio Carreiro” (por 359 km), passando então a ser nomeado de Taquari (por 187 km), e desemboca no rio Jacuí. Sua extensão total é de 546 km (STE, 2011a, p. 14). O rio Taquari tem como seus principais afluentes os rios Guaporé, Forqueta e Taquari Mirim (margem direita); e os arroios Boa Vista e Estrela (margem esquerda) (BRUXEL; JASPER, 2005).

Figura 7 - Mapa da BH Rio Taquari-Antas: rios e arroios

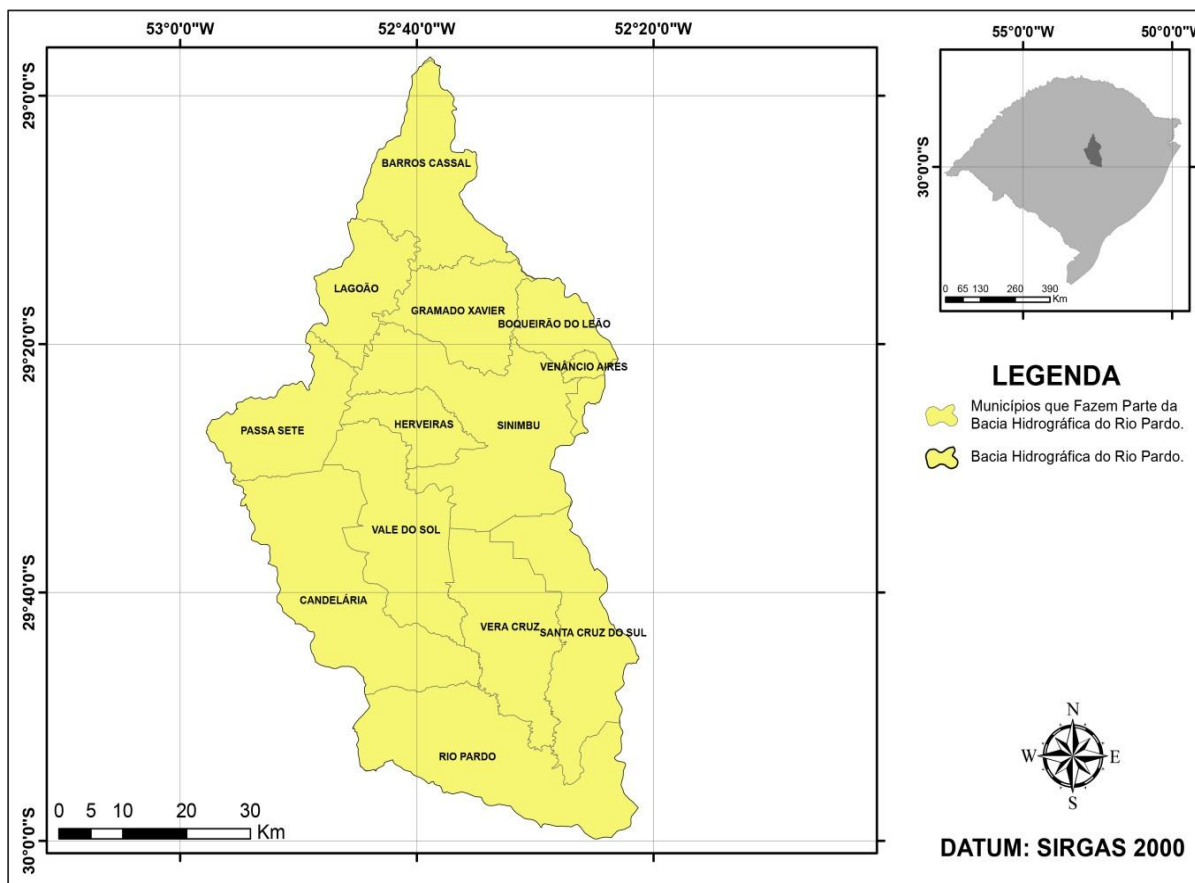


Fonte: Laboratório de Arqueologia do Museu de Ciências Naturais da Univates (MCN), 2018.

E a bacia hidrográfica do Rio Pardo, doravante BH Rio Pardo (FIGURA 8), por sua vez, localiza-se na região central do Rio Grande do Sul, afluindo no Rio Jacuí, município de Rio Pardo. Limita-se à leste pela bacia do Rio Taquari e sua área de 3.636,79 km² “corresponde a 1,3% da área do Estado e a 4,3% da área da Região Hidrográfica do Guaíba”

(ECOPLAN, 2005a, p.7). A bacia abrange 13 municípios (total ou parcialmente) (ECOPLAN, 2005b, p.27).

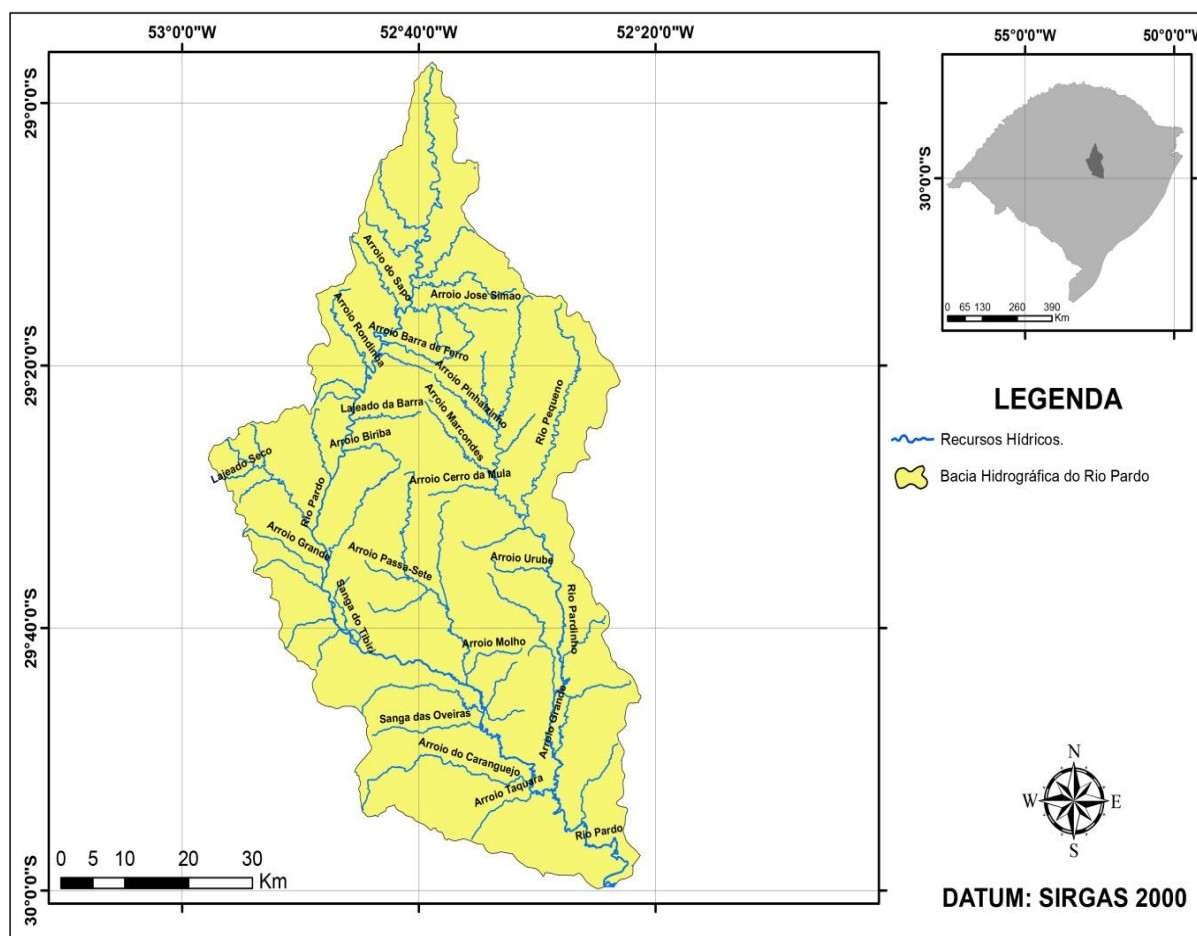
Figura 8 - Mapa da BH Rio Pardo: municípios



Fonte: Laboratório de Arqueologia do Museu de Ciências Naturais da Univates (MCN), 2018.

A bacia é formada por duas vertentes principais, Rio Pardo e Rio Pardinho (FIGURA 9): “a sub-bacia do Pardinho, com 1088,7 km², responde por 29% da área total da bacia, sendo os restantes 71% (2660,6 km²) correspondentes à bacia do próprio Rio Pardo (excluindo-se a área do Pardinho)” (CAMPOS; SCHNEIDER, 2003, p. 17). O rio Pardo se localiza na borda sul do Planalto do Paraná e perfaz “as terras banhadas pelos afluentes que confluem com o Rio Pardo e Pardinho e percorrem em direção à Depressão Central confluindo com o Rio Jacuí e abrangendo terras mais planas com a presença de morros e colinas ao sul” (CAZAROTTO, 2011, p. 122).

Figura 9 - Mapa da BH Rio Pardo: rios e arroios



Fonte: Laboratório de Arqueologia do Museu de Ciências Naturais da Univates (MCN), 2018.

Além dos mapas abordados neste capítulo, outros mapas complementares das bacias que são alvo do corrente estudo e suas regiões são apresentados nos Anexos A, C, E, F, G e H desta tese. A seguir, é explicada a metodologia que será adotada para a análise dos nomes dos cursos d'água dessas bacias.

5.3 Metodologia de análise

Em relação à metodologia de pesquisa, serão analisados topônimos de duas bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul, apresentadas na seção anterior. Pretende-se, após a coleta de dados e organização do corpus, compreender e analisar os nomes de cursos de água (rios e arroios). Para sistematizar essa categorização serão utilizados o modelo taxionômico de Dick

(1990a, 1990c)¹⁰⁸ e a ficha lexicográfico-toponímica (2004b)¹⁰⁹ proposta pela autora, adaptada ao presente estudo. Essa taxionomia é “concebida a partir da análise do topônimo tomado do ponto de vista sincrônico, reservando a busca dos mecanismos de nomeação e o levantamento histórico acerca da origem dos topônimos para estudos pontuais e específicos acerca de cada nome” (CASTIGLIONI; BARROS; ISQUERDO, 2012). Objetiva-se aplicar os critérios do modelo de classificação dos topônimos adotado pela autora e avaliar essa proposta.

Conforme Dick e Seabra (2001, p.153) qualquer pesquisa toponímica brasileira, mesmo que adote “distintas orientações ou critérios de análise” como por exemplo ambiental, etnolinguístico, ou histórico, pressupõe a “referência a dois pontos nucleares: a posse do território pelo domínio dos caminhos terrestres e lacustres e a conquista espiritual dos locais”:

[...] os primeiros permitiram o reconhecimento e os segundos garantiram a continuidade da presença dos alógenos pela implantação de novos credos e de outra cosmovisão. Na prática, são duas configurações, distintas por suas características físicas e emotivas, que acabam se cruzando em um eixo de influências e consequências polivalentes (DICK; SEABRA, 2001, p. 153).

Em relação a toda essa complexidade que envolve a pesquisa toponímica, Baldinger (1986, p. 22) já apresentava a onomástica como “talvez a disciplina linguística mais difícil e mais perigosa” e alertava para o fato de que, em se tratando de toponímia (pré-latina), é impossível “trabalhar sem uma margem de erro” (COROMINES apud BALDINGER, 1986, p. 22).

Dessa forma, “a explicação de topônimos implica não somente conhecimentos sólidos dos métodos linguísticos, como também uma grande familiaridade com os dialetos locais, as condições econômicas e geográficas e a história regional” (SCHORTA apud BALDINGER, 1986, p.22, tradução nossa)¹¹⁰. Logo, somente “com a ajuda de uma documentação séria e ampla e, procedendo com muita cautela, pode-se chegar a obter resultados seguros” no âmbito da toponímia (BALDINGER, 1986, p. 23, tradução nossa).

¹⁰⁸ A taxionomia proposta pela autora é explicitada no Capítulo 4, seção 4.3, sintetizada no Quadro 2.

¹⁰⁹ A ficha lexicográfico-toponímica proposta pela autora é apresentada no Capítulo 4, subseção 4.3.1, modelo do Quadro 3.

¹¹⁰ Original: “Die Deutung von Flurnamen bedingt nicht nur solide Kenntniss der sprachwissenschaftlichen Forschungsmethoden, sondern auch grosse Vertrautheit mit den Orstdialekten, den wirtschaftlichen Verhältnissen, der Landschaft und der Lokalgeschichte”, Andrea Schorta, 1982 (BALDINGER, 1986, p. 22).

Por isso, para cada topônimo pesquisado, será elaborada uma ficha lexicográfico-toponímica, uma vez que “as fichas constituem uma análise detalhada do topônimo, com informações que o integram à sociedade e à cultura, como propõem DAUZAT e DICK [...], ou seja, as fichas ultrapassam a mera função nomenclatória” (SEABRA, 2006, p. 1949).

A seguir, é apresentada a ficha lexicográfico-toponímica que será utilizada para o registro das informações coletadas sobre cada hidrônimo pesquisado das bacias hidrográficas do Rio Taquari-Antas e do Rio Pardo.

Quadro 8 - Ficha lexicográfico-toponímica¹¹¹ para registro do hidrônimo

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem ¹¹² :
Hidrônimo ¹¹³ : Campo em que consta “o registro do nome de lugar coletado” (SEABRA, 2006, p. 1949), neste caso a “denominação do acidente físico” (rio) analisado (CARVALHO, 2013, p. 106).	
Localização/Município : dizem respeito à localização geográfica do topônimo (MARCUZ, 2016). “Corresponde ao nome do município ¹¹⁴ onde o topônimo se encontra” (SEABRA, 2006, p. 1949).	
Bacia Hidrográfica ¹¹⁵ : Campo para o registro da Bacia Hidrográfica do Rio Grande do Sul a qual pertence o rio estudado.	
Feição Geográfica ¹¹⁶ : “Trata-se da natureza semântica da denominação, ou seja, o vínculo entre o nome e o lugar. Divide-se entre humanos e físicos. Ao acidente físico está relacionada a geografia da região” (SEABRA, 2006, p. 1949). Neste trabalho os topônimos pesquisados serão de natureza física, rios ou arroios.	
Taxionomia ¹¹⁷ : Campo em que se registra “a taxa do topônimo”, conforme sua classificação de acordo com a taxionomia de Dick (1990), que apresenta “taxes que traduzem condutas motivadoras” (SEABRA, 2006, p. 1949) e “permitem interpretar os nomes dos lugares com maior segurança do ponto de vista semântico, partindo de sua natureza física ou antropológica” (NUNES; ANDRADE, 2011, p. 8).	
Continua	

¹¹¹ Foram excluídos do modelo original de Dick o campo **pesquisador**, uma vez que a pesquisa será realizada pela própria autora do presente estudo, e os campos **revisor** e **contexto**, esses dois últimos também suprimidos por Marcuz (2016). Como no campo do “contexto situacional” (NUNES; ANDRADE, 2011, p. 9) é registrada “a acepção do topônimo, quando esta não constar em uma das fontes já citadas” (CARVALHO, 2013, p. 107), considera-se, no presente estudo, que esse item já está contemplado em outros campos, como nas “informações enciclopédicas”, por exemplo.

¹¹² As fichas serão numeradas para fins didáticos, conforme a ordem alfabética dos topônimos.

¹¹³ Campo colocado em primeiro lugar para melhor identificação e localização, da mesma forma que a adotada por Marcuz (2016). Optou-se pelo termo “hidrônimo” em vez de topônimo em virtude de maior especificidade dos tipos de topônimos que serão analisados.

¹¹⁴ Como os hidrônimos geralmente atravessam mais de um município, optou-se por registrar, prioritariamente, a sua nascente (município de origem).

¹¹⁵ Acréscimo à ficha original de Dick (2004b) já adotado por Marcuz (2016), tendo em vista a abrangência do estudo.

¹¹⁶ Similarmente a Marcuz (2016), que substituiu o dado “acidente geográfico” (DICK, 2004b), atualmente em desuso na ciência geográfica, por “tipo de feição”, optou-se pela utilização do termo “feição geográfica”.

¹¹⁷ O campo é abordado por Marcuz (2016) como “classificação taxionômica”.

Conclusão
Etimologia ¹¹⁸ : Campo que “indica a procedência do topônimo”, sua classificação “em relação à sua origem linguística” (SEABRA, 2006, 1949), por exemplo, tupi, bororo, africana (CARVALHO, 2013, p.106). A etimologia “trata da história ou origem/etimologia das palavras e da explicação do significado de palavras por meio da análise dos elementos que as constituem” (NUNES; ANDRADE, 2011, p.8).
Entrada Lexical ¹¹⁹ : É o “elemento linguístico de base/entrada do topônimo” (NUNES; ANDRADE, 2011, p. 8). “Mostra como o topônimo” é registrado no dicionário de língua geral (SEABRA, 2006, p. 1949; CARVALHO, 2013, p.107).
Estrutura Morfológica ¹²⁰ : Campo que “indica a classe gramatical, o gênero e o número” do topônimo (SEABRA, 2006, p. 1949) “e, se apresentar estrutura composta ou derivação, especifica-se como está formado” (CARVALHO, 2013, p. 106). “O topônimo por ser dividido em três categorias: elemento específico simples, elemento específico composto e elemento específico híbrido” (NUNES; ANDRADE, 2011, p.8). Assim, no que se refere à estrutura morfológica, o topônimo pode ser classificado como simples, composto e híbrido , de acordo com Dick (1990c) ¹²¹ , classificação que será adotada na presente pesquisa. Tanto os topônimos “simples como os compostos podem ser híbridos – constituídos por mais de um elemento de línguas diferentes – ou não híbridos” (PEREIRA, 2017, p. 49).
Histórico ¹²² : O campo contempla o registro histórico sobre o lugar e apresentação das mudanças do topônimo ocorridas em sua evolução (MARCUSZ, 2016), “quando esta ocorreu, com base nos documentos”: são observadas “as formas extraídas de informações enciclopédicas e de documentos escritos dos topônimos, a fim de recuperar o seu <i>continuum</i> histórico” (SEABRA, 2006, p. 1949).
Informações Enciclopédicas ¹²³ : “Neste campo, encontram-se informações várias sobre o topônimo estudado, embasando a classificação sobre sua origem, sobre sua estrutura morfológica e sobre sua Taxionomia” (SEABRA, 2006, p. 1949). Carvalho (2013, p. 107) complementa que aqui podem ser registradas “acepção(ões) da unidade lexical, quando essa(s) acepção(ões) não constar(em) em dicionário(s) de língua geral, dicionário(s) tupi(s), enciclopédia bororo ou vocabulário(s) de língua(s) indígena(s)”. Para Nunes e Andrade (2011, p.9) “caracteriza-se por acréscimo de informações coletadas em outros materiais de apoio: livros, dicionários, pesquisa na internet e outros”. De forma geral, “a informação enciclopédica refere-se à informação extralinguística” e “complementa a informação sobre a palavra” (HEBERLE, 2008, p.66).
Fonte : Neste campo constam as fontes ou locais consultados para a obtenção das informações coletadas (CARVALHO, 2013; MARCUSZ, 2016).
Data de coleta : Campo para o registro do período em que os dados foram coletados (MARCUSZ, 2016).

Fonte: Modelo adaptado pela autora (2018) do original de Dick (2004b); Seabra (2006); Nunes e Andrade (2011); e Marcuz (2016).

Em relação à ficha, Seabra (2006, p. 1949) complementa: “quando um dos itens da ficha não ocorre ou não sendo possível sua classificação, essa ausência” pode ser registrada

¹¹⁸ Campo não adotado por Marcuz (2016), contudo também mantido, do original de Dick (2004b), por Seabra (2006) e Nunes e Andrade (2011).

¹¹⁹ Idem ao anterior.

¹²⁰ Idem ao anterior.

¹²¹ A classificação da autora proposta para a estrutura morfológica do topônimo é exemplificada na subseção 4.1.2, no Capítulo 4.

¹²² Dado também mantido por Seabra (2006), Nunes e Andrade (2011) e adotado por Marcuz (2016) somente para topônimos de natureza antropológica, ou seja, não adotado para topônimos de natureza física.

¹²³ Idem ao anterior.

com as seguintes abreviações: “n/c (não classificado)” e “n/e (não encontrado)”, metodologia essa que será utilizada neste trabalho.

Em síntese, diferentemente de Marcuz (2016), que não contempla vários campos da ficha original de Dick (2004b), em especial no caso dos topônimos de natureza física, pretende-se seguir os critérios de análise com a maior fidelidade possível ao modelo original da autora, procurando coletar dados como **etimologia**, **histórico** e **informações enciclopédicas** para os hidrônimos coletados, mesmo sabendo de todas as dificuldades de localização e análise dessas informações, algumas delas já constadas em buscas iniciais nos sites de comitês de bacias hidrográficas, por exemplo.

Finalmente, no próximo capítulo será apresentada a análise dos dados desta tese.

6 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo será desenvolvida a análise dos dados da atual pesquisa. Dessa forma, na primeira seção será apresentada a configuração geral dos topônimos analisados. Em seguida, a análise linguística dos nomes de cursos d'água das bacias do Rio Pardo e do Rio Taquari-Antas será abordada na segunda seção. Por fim, a terceira e última seção do capítulo se ocupará da análise histórica desses hidrônimos.

6.1 Configuração geral dos topônimos

O presente trabalho analisou os topônimos de 96 cursos d'água das bacias hidrográficas do Rio Pardo e do Rio Taquari-Antas, sendo 24 hidrônimos correspondentes aos nomes de rios e 72 hidrônimos, aos nomes de arroios. O cenário comparativo entre os dados coletados das duas bacias pode ser visualizado no Quadro 9 que segue.

Quadro 9 – Topônimos analisados na BH Rio Pardo e BH Rio Taquari-Antas

TOPÔNIMOS	BH RIO PARDO	BH RIO TAQUARI-ANTAS	TOTAL
Tipo: hidrônimos	34	62	96
Cursos d'água: rio	3	21	24
Cursos d'água: arroio	31	41	72
Municípios (origem)	10	46	56

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Conforme o Quadro 9, na BH Rio Pardo, foram estudados 34 hidrônimos, desses, três nomes de rios (como o *rio Pardinho*, ficha lexicográfico-toponímica nº 58 do APÊNDICE A, por exemplo) e 31 arroios (como o *arroio Molha Grande*, ficha lexicográfico-toponímica nº 52 do APÊNDICE A), abrangendo dez municípios do estado do Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul é o município de origem da maior parte dos hidrônimos dessa bacia, seguido por Candelária, Sinimbu e Vera Cruz. Já Passa Sete e Rio Pardo configuram como nascente de dois hidrônimos, ao passo que outros quatro municípios apresentam somente um.

Já a BH Rio Taquari-Antas teve um total de 62 hidrônimos analisados, 21 rios (como o *rio Capingüí*, ficha lexicográfico-toponímica nº 13, por exemplo) e 41 arroios (como o *arroio do Inferno*, ficha lexicográfico-toponímica nº 38), que abrangem 46 municípios. Desses, Encantado e São Francisco de Paula são os municípios de origem da maior parte dos cursos d'água dessa bacia, registrando três hidrônimos cada, seguidos pelos municípios de André da Rocha, Bento Gonçalves, Bom Jesus, Caxias do Sul, Colinas, Estrela, Guaporé, Lagoa Vermelha, Lajeado, Passo Fundo, Progresso e Taquari, esses últimos com dois hidrônimos analisados cada. Outros 32 municípios são origem de somente um hidrônimo.

A lista completa de municípios de origem dos hidrônimos analisados pode ser conferida a seguir, no Quadro 10.

Quadro 10: Municípios do RS de origem dos hidrônimos das bacias analisadas

MUNICÍPIOS - RS	
BH Rio Pardo	BH Rio Taquari-Antas
Candelária Gramado Xavier Lagoão Passa Sete Rio Pardo Santa Cruz do Sul Sobradinho Sinimbu Vale do Sol Vera Cruz	André da Rocha Anta Gorda Antônio Prado Arroio do Meio Barros Cassal Bento Gonçalves Bom Jesus Cambará do Sul Capitão Carlos Barbosa Caxias do Sul Colinas Cruzeiro do Sul Encantado Estrela Farroupilha Forquetinha Garibaldi Gentil Guaporé Ibiraíaras Jaquirana Lagoa Vermelha Lajeado Marques de Souza Muitos Capões Nova Prata Novo Machado Passo Fundo Poço das Antas Progresso Putinga Roca Sales Santa Clara do Sul Santa Cruz do Sul Santa Tereza São Francisco de Paula São José dos Ausentes São Marcos São Valentim do Sul Segredo Soledade Tabaí Taquari Vacaria Venâncio Aires

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Analisando o Quadro 10, percebe-se que o maior número de municípios de origem dos hidrônimos analisados na BH Rio Taquari-Antas ocorre em função do amplo território dessa

bacia, formado por 119 municípios, contra somente 13 que integram a BH Rio Pardo, de acordo com o que foi apresentado na subseção 2.3.1 do capítulo 2 da presente tese.

Todos os hidrônimos estudados foram registrados em fichas lexicográfico-toponímicas, como no modelo a seguir (QUADRO 11), que contempla, entre outros, elementos linguísticos como etimologia, entrada lexical e estrutura morfológica desses nomes de cursos d'água e outros elementos sobre sua origem histórica, como taxionomia, histórico e informações enciclopédicas.

Quadro 11 – Ficha lexicográfico-toponímica completa

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 17
Hidrônimo: CARREIRO	
Localização/Município: Lagoa Vermelha-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: rio	Taxionomia: Hodotopônimo (natureza antropocultural)
Etimologia: Carreiro (datação de 1058): de carro + eiro. Carr-: do latim <i>carrus, i</i> masc. e <i>carrum, i</i> neutro, “carreta de quatro rodas”. Atalho, caminho estreito (regionalismo do sul do Brasil e Portugal). Eiro: sufixo latino (HOUAISS, 2006).	
Entrada Lexical: carreiro	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (substantivo masculino – <i>carro</i> , morfema lexical + <i>eiro</i> , morfema gramatical).
<p>Histórico: “Antigamente chamado Ligeiro, o rio Carreiro nasce ao Norte da bacia do rio Taquari-Antas, na divisa entre os municípios de Ibiraiaras e Lagoa Vermelha. Sua foz está situada entre os municípios de Cotiporã e São Valentim do Sul, na localidade de Santa Bárbara. Pertence ao último município citado” (WIKIPÉDIA; FERRI; TOGNI, 2012, p.22).</p> <p>“A denominação do rio Carreiro se deve aos carreiros que os animais como gado, cavalos e outros, fizeram surgir junto ao rio quando por ali passavam” (FERRI; TOGNI, 2012, p.22).</p> <p>Município de Ibiraiaras-RS: era chamado de “São José do Carreiro” (BARBOSA, 2014, p.377).</p> <p>“Em mapa de 1823, o rio que seria o Carreiro, aparece com o nome de “Arroio do Julio”, e o Guaporé, como “Arroio Santa Rita” (KARAM, 1992, p. 98).</p> <p>Ocorrência em mapas: “Arroio Carreiro” (OLIVEIRA, 1885) e “Rio Carreiro” (<i>Mapa Estrela Colonias</i>, 1887¹²⁴, Anexo G).</p>	
Continua	

¹²⁴ Fonte: mapa disponibilizado pelo Arquivo Histórico Municipal de Lajeado-RS (ANEXO G deste trabalho).

Conclusão
<p>Informações Enciclopédicas: “Tem um percurso de 200 quilômetros, drenando uma área de 2752 quilômetros quadrados” (FERRI; TOGNI, 2012, p. 26).</p> <p>“Rio Carreiro, que atravessa no sentido nordeste-sudeste, tendo suas nascentes na divisa do município de Ibiraiaras com o município de Lagoa Vermelha, na Fazenda Jaboticabal, e deságua no rio das Antas” (OFÍCIO 009/2011; FERRI; TOGNI, 2012, p. 171).</p> <p>Em Dois Lajeados-RS, estão localizadas as <i>Corredeiras do Rio Carreiro</i>: “a alta velocidade com que as águas do Rio Carreiro descem a serra é aproveitada para a realização de provas de canoagem” (GUIA DA SERRA GAÚCHA, 1998, p.111).</p> <p>Rio que nasce na Coxilha Grande, município de Lagoa Vermelha, “e segue para o município de Passo Fundo, que deixa à direita, bem como o de Guaporé, separados dos de Prata e Alfredo Chaves, à esquerda. Da sua junção com o rio das Antas resulta o Taquari” (IBGE, 1950, p.30).</p>
<p>Fonte: Barbosa (2014); Ferri e Togni (2012); Guia da Serra Gaúcha (1998); Houaiss (2006); IBGE (1950); Karam (1992); Ofício 009/2011; Oliveira (1885); Mapa Estrela Colonias (1887).</p>
<p>Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Para encerrar a seção, apresenta-se o quadro-síntese 12, com os hidrônimos (nº das fichas lexicográfico-toponímicas) analisados distribuídos por município, nas respectivas bacias hidrográficas.

Quadro 12 – Distribuição dos hidrônimos por município e bacia hidrográfica

BH RIO TAQUARI-ANTAS		BH RIO PARDO	
Município	Hidrônimos (ficha lexicográfico-toponímica)	Município	Hidrônimos (ficha lexicográfico-toponímica)
André da Rocha	21 e 94	Candelária	15, 45, 52, 53, 73 e 75
Anta Gorda	96	Gramado Xavier	57
Antônio Prado	38	Lagoão	82
Arroio do Meio	50	Passa Sete	16 e 60
Barros Cassal	28	Rio Pardo	19 e 59
Bento Gonçalves	10 e 62	Santa Cruz do Sul	6, 32, 34, 35, 42, 51, 54, 58, 61, 64, 67 e 77
Bom Jesus	5 e 65	Sobradinho	87
Cambará do Sul	12	Sinimbu	20, 48, 63, 79 e 86
Capitão	33	Vale do Sol	31
Carlos Barbosa	9	Vera Cruz	1, 23 e 95
Caxias do Sul	55 e 93		
Colinas	7 e 22		
Cruzeiro do Sul	76		
Encantado	24, 40 e 41		
Estrela	26 e 56		
Farroupilha	8		
Forquetinha	30		
Garibaldi	84		
Gentil	71		
Guaporé	36 e 90		
Ibiraíaras	66		
Jaquirana	88		
Lagoa Vermelha	17 e 37		
Lajeado	25 e 43		
Marques de Souza	89		
Muitos Capões	39		
Nova Prata	74		
Novo Machado	47		
Passo Fundo	13 e 46		
Poço das Antas	68		
Progresso	3 e 27		
Putinga	70		
Roca Sales	4		
Santa Clara do Sul	83		
Santa Cruz do Sul	92		
Santa Tereza	49		
São Francisco de Paula	11, 44 e 81		
São José dos Ausentes	2		
São Marcos	80		
São Valentim do Sul	91		
Segredo	85		
Soledade	29		
Tabaí	78		
Taquari	14 e 69		
Vacaria	72		
Venâncio Aires	18		
Total	Total	Total	Total
46	62	10	34

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Após a caracterização geral dos topônimos analisados, na próxima seção é abordada a análise de elementos linguísticos das fichas lexicográfico-toponímicas dos hidrônimos estudados.

6.2 Análise linguística: entrada lexical, etimologia e morfologia dos topônimos

Nesta seção será apresentada a análise linguística dos nomes de cursos d'água das bacias hidrográficas do Rio Pardo e do Rio Taquari-Antas. Os elementos linguísticos são os destacados no Quadro 13.

Quadro 13 – Ficha lexicográfico-toponímica: análise linguística

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 20
Hidrônimo: CERRO DA MULA	
Localização/Município: Sinimbu-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Pardo
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Geomorfotopônimo (natureza física)
Etimologia: Cerro (datação de 1496): do latim lat. <i>cirrus,i</i> , anel ou caracol de cabelos, cabelos atados no alto da cabeça, monta de crinas na testa ou nas pernas dos cavalos. É uma colina pequena e penhascosa, geralmente de forma tabular. Mula (datação do século XIII): do latim <i>mula</i> . A fêmea do burro. Coletivo: mulada (FERREIRA, 2004, HOUAISS, 2006).	
Entrada Lexical: cerro	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (substantivo + locução adjetiva).
Fonte: Ecoplan (2005a); Ferreira (2004); Guia Vem (2014); Houaiss (2006); Müller (1999).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

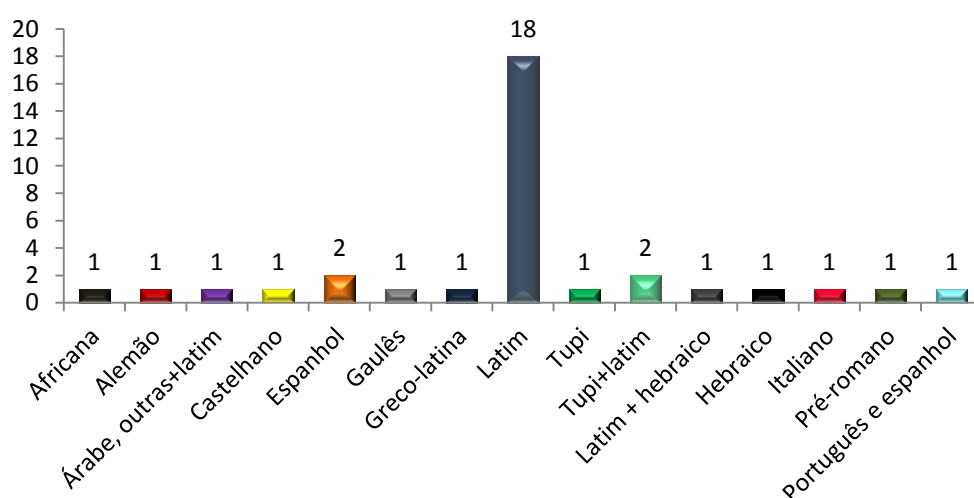
Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Analisando as fichas lexicográfico-toponímicas dos 96 nomes de cursos d'água pesquisados, constata-se que somente cinco hidrônimos, todos da BH Rio Taquari-Antas, não apresentam registro de **entrada lexical** em dicionários gerais de língua: arroios *Apiteri* e *Biazus*, rio *Humatã*, arroio *Pedrinho* e rio *Tega*, registrados nas fichas nº 3, 8, 37, 62 e 93 do Apêndice A deste trabalho, respectivamente.

6. 2.1 Etimologia dos hidrônimos

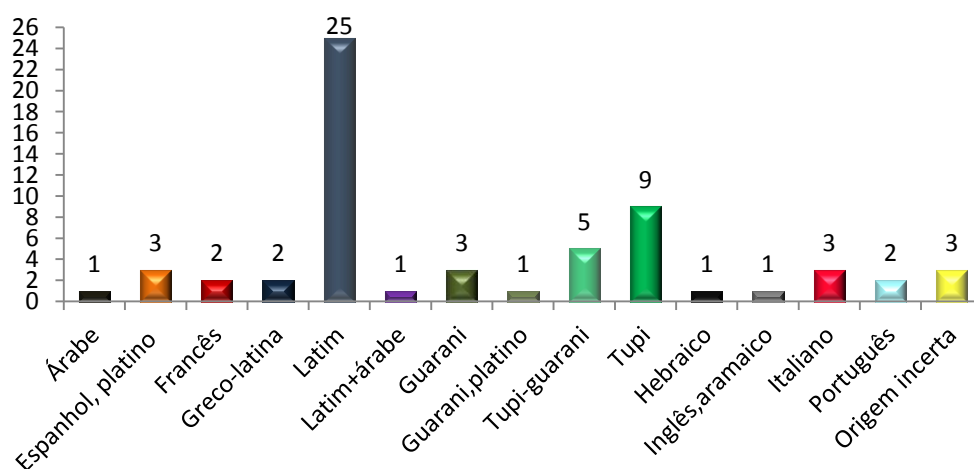
Em relação à etimologia, a saber, a origem e procedência linguística dos topônimos, foram encontradas mais de vinte formações linguísticas diferentes nos hidrônimos das duas bacias hidrográficas estudadas, com ambas apresentando a mesma quantidade de formações linguísticas variantes (um total de 15), de acordo com os gráficos nº 1 e nº 2.

Gráfico 1: Formação linguística dos hidrônimos da BH Rio Pardo



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Gráfico 2: Formação linguística dos hidrônimos da BH Rio Taquari-Antas



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

De acordo com os dois gráficos, são oito as línguas comuns às duas bacias. Essas línguas e seus respectivos exemplos são: **árabe** (rios das *Antas*, ficha lexicográfico-toponímica nº 2 e *Laranjeira*, ficha lexicográfico-toponímica nº 45 do APÊNDICE A); **espanhol** (arroyos *Castelhano*, ficha nº 18 e *Rondinha*, ficha nº 75, por exemplo); **greco-latina** (arroyo das *Pedras*, ficha nº 61 e rio *Tainhas*, ficha nº 88); **hebraico** (arroyos *José Simão*, ficha nº 42 e *Sampaio*, ficha nº 76); **italiano** (rio *Burati*, ficha nº 10 e arroio da *Gruta*, ficha nº 35); **latim** (rios *Camisas*, ficha nº 12 e *Pardo*, ficha nº 59); **português** (rio *Fão*, ficha nº 27; arroyos *Fãozinho*, ficha nº 28 e *Marcondes*, ficha nº 48) e **tupi** (arroyos *Sinimbuzinho*, *Taquara*, fichas nº 86, 90 e rio *Taquari-Mirim*, ficha nº 92).

A seguir, pode ser visualizada a lista completa com as línguas presentes na formação dos topônimos das duas bacias hidrográficas e seus respectivos representantes, no Quadro 14.

Quadro 14 – Formação linguística dos hidrônimos

LÍNGUA	HIDRÔNIMO – Nº DA FICHA	BACIA HIDROGRÁFICA
Africana - quimbundo, quicongo e umbundo	arroio Quilombo - 73	Rio Pardo
Alemão	arroio Wolfran - 95	
Árabe	rio das Antas - 2	Rio Taquari-Antas
Árabe, persa, sânscrito + latim	arroio Laranjeira - 45	Rio Pardo
Castelhano	arroio Sanga Funda - 77	
Espanhol	arroio do Caranguejo - 15 arroio Rondinha - 75	
	arroio Castelhano - 18	Rio Taquari-Antas
Espanhol, platino	arroio Chimarrão - 21 arroio Mulada - 55	Rio Taquari-Antas
Francês	arroio Ligeiro - 46 arroio Zeferino - 96	
Gaulês	arroio Andréas - 1	Rio Pardo
Greco-latina	arroio das Pedras - 61	
	arroio Pedrinho - 62 rio Tainhas - 88	Rio Taquari-Antas
Guarani	rio Bururi - 11 rio Humatã - 37 arroio Putinga - 70	Rio Taquari-Antas
Guarani, platino	arroio Bagual - 5	
Hebraico	arroio José Simão - 42	Rio Pardo
	arroio Sampaio - 76	Rio Taquari-Antas
Inglês, aramaico	arroio São Tomé - 81	
Italiano	arroio Biazus - 8 rio Burati - 10 rio Tega - 93	Rio Pardo
	arroio da Gruta - 35	
Continua		

Continuação		
Latim	<i>arroio Augusta - 4</i> <i>arroio Beija-Flor - 7</i> <i>arroio Boa Vista - 9</i> <i>rio Camisas - 12</i> <i>rio Carreiro - 17</i> <i>arroio Corvo - 22</i> <i>arroio Encantado - 24</i> <i>arroio do Engenho - 25</i> <i>arroio Estrela - 26</i> <i>rio Forqueta - 29</i> <i>arroio Forquetinha - 30</i> <i>arroio Grande - 33</i> <i>arroio do Inferno - 38</i> <i>rio Machado - 47</i> <i>arroio do Meio - 50</i> <i>arroio do Ouro - 56</i> <i>arroio Pinheiro Alto - 65</i> <i>rio da Prata - 66</i> <i>arroio do Potreiro - 69</i> <i>rio Quebra-Dentes - 72</i> <i>arroio Santa Cruz - 78</i> <i>rio São Marcos - 80</i> <i>arroio da Seca - 84</i> <i>arroio Segredo - 85</i> <i>rio Turvo - 94</i>	Rio Taquari-Antas
	<i>arroio Barra de Ferro - 6</i> <i>arroio Cavallhada - 19</i> <i>arroio Cerro da Mula - 20</i> <i>arroio Dona Josefa - 23</i> <i>arroio Francisco Alves - 31</i> <i>arroio Grande - 32</i> <i>arroio do Moinho - 51</i> <i>arroio Molha Grande - 52</i> <i>arroio Molha Pequeno - 53</i> <i>arroio Molho - 54</i> <i>arroio Palmeira - 57</i> <i>rio Pardinho - 58</i> <i>rio Pardo - 59</i> <i>arroio Passa Sete - 60</i> <i>rio Pequeno - 63</i> <i>arroio Pinhalzinho - 64</i> <i>arroio Preto - 67</i> <i>arroio Sobradinho - 87</i>	Rio Pardo
Latim + árabe	<i>arroio Poço das Antas - 68</i>	Rio Taquari-Antas
Latim + hebraico	<i>arroio São João - 79</i>	
Português	<i>rio Fão - 27</i> <i>arroio Fãozinho - 28</i>	
Português e espanhol	<i>arroio Marcondes - 48</i>	Rio Pardo
Pré-romano	<i>arroio do Sapo - 82</i>	

Conclusão		
Tupi	<i>rio Capingüí - 13</i> <i>arroio Capivara - 14</i> <i>rio Ituim - 39</i> <i>arroio Saraquá - 41</i> <i>arroio Tamanduá - 89</i> <i>arroio Taquara - 90</i> <i>rio Taquari - 91</i> <i>rio Taquari-Mirim - 92</i>	Rio Taquari-Antas
	<i>arroio Sinimbuzinho - 86</i>	Rio Pardo
Tupi + latim	<i>arroio Carijó do Buraco - 16</i> <i>arroio Gravatal - 34</i>	
Tupi-Guarani	<i>arroio Apiteri - 3</i> <i>rio Guaporé - 36</i> <i>arroio Jacaré - 40</i> <i>arroio Jequi - 41</i> <i>arroio Quatipi - 71</i>	Rio Taquari-Antas
Origem etimológica incerta	<i>arroio Lajeado - 43</i> <i>arroio Marrecão - 49</i> <i>arroio Retiro - 74</i>	Rio Taquari-Antas

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

De acordo com o Quadro 14, a BH Rio Pardo registra a presença de línguas que não ocorreram nos hidrônimos da BH Rio Taquari-Antas, como a africana (*arroio Quilombo*, ficha lexicográfico-toponímica nº 73 do APÊNDICE A); o alemão (*arroio Wolfran*, ficha nº 95); o castelhano (*arroio Sanga Funda*, ficha nº 77); o gaulês (*arroio Andréas*, ficha nº 1) e pré-romano (*arroio do Sapo*, ficha nº 82). Por outro lado, a BH Rio Taquari-Antas também apresenta formações linguísticas que não ocorrem na formação dos hidrônimos da BH Rio Pardo: o francês (*arroio Zeferino*, ficha nº 96); o guarani (*rio Bururi*, ficha nº 11); o inglês, aramaico (*arroio São Tomé*, ficha nº 81); o platino (*arroio Mulada*, ficha nº 55); o tupi-guarani (*rio Guaporé*, ficha nº 36); além de algumas construções de origem incerta (arrosios *Lajeado* e *Marrecão*, fichas lexicográfico-toponímicas nº 43 e nº 49 do APÊNDICE A).

6.2.1.1 Presença do latim, do espanhol, do português e das línguas indígenas

Do levantamento realizado nas duas bacias hidrográficas, a língua mais frequente na etimologia dos hidrônimos foi a língua latina, como no caso dos rios *Turvo* – BH Taquari-Antas e *Pardinho* – BH Rio Pardo, num total de 51 nomes de arroios ou rios (latim; greco-latina; tupi + latim; latim + árabe; latim + hebraico; árabe, persa, sânscrito + latim).

Já a língua indígena, a segunda mais frequente, teve uma presença bastante expressiva, como no caso dos arroios *Saraquá* – BH Rio Taquari-Antas e *Sinimbuzinho* – BH Rio Pardo, formando 21 hidrônimos (tupi; tupi-guarani; guarani; tupi+ latim; guarani, platino).

Esse resultado é corroborado pelo entendimento de que a influência das línguas indígenas ao português, no Brasil, compete com a contribuição do latim vulgar e cristão, ao superar bastante a influência de línguas germânicas e do árabe (BUENO, 2014; MARCUZ, 2016). Nesse sentido, as duas construções tupi + latim visualizadas no Quadro 14 estão localizadas na BH Rio Pardo - arroios *Carijó do Buraco* e *Gravatal* -, evidenciando a colonização indígena na região relatada por autores como Vogt (2001) e Cazarotto (2011).

Por outro lado, chama a atenção o fato de que os nomes especificamente de origem guarani e tupi-guarani estão localizados somente na BH Rio Taquari-Antas, como nos respectivos exemplos dos arroios *Putinga* e *Jacaré*. Isso pode ser explicado pela colonização da BH Rio Taquari-Antas pelo grupo Guarani, em especial nos arroios e rios Augusta, Boa Vista, Castelhana, Estrela, Fão, Forqueta, Forquetinha, Guaporé, Jacaré, Potreiro, Sampaio, Santa Cruz, Seca, Taquari, relatada por autores como Kreutz et al. (2014), Kreutz (2016) e Schneider (2019), como explicitado na seção 2.3 do capítulo 2 da atual pesquisa.

É necessário salientar que, embora a análise etimológica considere o nome atual do topônimo, pela análise histórica é possível se descobrir que muitos nomes de origem indígena foram adaptados ao português, como é o caso do *rio das Antas* (denominado pelos Guarani de *Mboapari ou Mborebi* = anta), o que comprova que a toponímia indígena, em especial, não deve ser analisada somente do ponto de vista etimológico, pois é muito mais ampla, em consonância com Dick (1990c).

A língua espanhola aparece na formação de sete nomes de cursos d'água (espanhol; espanhol, platino; castelhano; português e espanhol), como no exemplo dos arroios *Castelhano* – BH Taquari-Antas e *do Caranguejo* – BH Rio Pardo, ocupando a terceira colocação nas línguas de maior frequência nos hidrônimos das bacias.

Já a língua portuguesa (português; português e espanhol), como no exemplo do *rio Fão* – BH Rio Taquari-Antas, possui três representantes. O hidrônimo de origem portuguesa e espanhola é o *arroio Marcondes*, localizado na BH Rio Pardo.

A origem desses topônimos ilustra o fluxo/refluxo de jesuítas portugueses e espanhóis ao estado do Rio Grande do Sul no século XVII (MOREIRA; COSTA, 1995), e a formação das reduções jesuíticas São Joaquim, Jesus Maria e São Cristóvão na região do vale do Rio Pardo. Por volta de 1800, a região do Vale do Taquari não era mais ocupada pelos indígenas, período em que surgiram os portugueses, que expulsaram esses primeiros habitantes (GERHARDT, 2004), fatos mencionados na seção 2.3 do capítulo 2 da presente pesquisa.

6.2.1.2 Presença das línguas alemã e italiana

A língua italiana é a origem linguística de quatro hidrônimos e a quarta mais frequente nos hidrônimos das bacias estudadas, como no exemplo do *rio Tega* – BH Taquari-Antas e do *arroio da Gruta* – BH Rio Pardo.

A língua alemã originou somente um topônimo, localizado na BH Rio Pardo, o *arroio Wolfran*. Porém, essa contribuição não se configura como de maior destaque porque, em algumas situações, o topônimo original alemão foi adaptado ao português, como no caso dos arroios Cerro da Mula (antes conhecido como *Mulapick* = Picada da Mula) e das Pedras (antes *Steinbach*), apenas para se citar alguns exemplos dentre outros que serão abordados na seção 6.3 do atual trabalho, dedicada à análise histórica dos hidrônimos. Esses resultados corroboram os relatos de Etges e Seer (1999), abordados na seção 3.3 do capítulo 3, de que no período de adoção exclusiva do uso da língua nacional, na Campanha de Nacionalização do Estado Novo (1937 – 1945), no caso do Vale do Rio Pardo, a substituição do topônimo original em língua alemã pelo português, na maior parte dos casos, não manteve o significado toponímico original, adotando nomes sem identidade.

Assim, a presença das línguas italiana e alemã nos resultados dos registros dos topônimos já era esperada, devido à significativa imigração de alemães, a partir de 1824, e de italianos, a partir de 1875, no Rio Grande do Sul e sua contribuição etnocultural ao estado (DICK, 1990c, MOREIRA; COSTA, 1995), como por exemplo no caso do Vale do Taquari, que possui rica diversidade linguística, inclusive com a presença atual de dialetos em vários municípios, herdados da colonização alemã e italiana (ECKERT, 2009; 2016b). Em relação a isso, Kreutz (2016, p. 83) destaca que os italianos já encontraram “um Rio Grande do Sul mais povoado”, conforme já explicitado na seção 2.3 do capítulo 2 desse trabalho.

6.2.1.3 Presença da língua africana e outras línguas

Ainda analisando o Quadro 14, percebe-se que várias outras línguas estão presentes na etimologia dos hidrônimos pesquisados, entre elas o árabe (árabe; árabe, persa, sânscrito + latim; latim + árabe), como no exemplo *rio das Antas*, e o hebraico (hebraico; latim + hebraico), como no exemplo *arroio José Simão*, ambas com três representantes cada. Já a língua francesa origina dois hidrônimos da BH Rio Taquari-Antas, os arroios *Ligeiro* e *Zeferino*.

Entre as línguas que originam somente um topônimo estão a africana (*arroio Quilombo* – BH Rio Pardo); o gaulês (*arroio Andréas* – BH Rio Pardo); o inglês, aramaico (*arroio São Tomé* – BH Taquari-Antas) e o pré-romano (*arroio do Sapo* – BH Rio Pardo).

Mesmo tendo-se conhecimento da presença africana no Rio Grande do Sul e na região do Vale do Taquari, com a prática de recebimento de levas de escravos no estado (KREUTZ; MACHADO, 2017), relatada na seção 2.3, o resultado de um baixo índice de hidrônimos africanos já era, de certa forma, esperado em virtude dos fatores relatados na seção 4.2 deste estudo. Retoma-se aqui que Dick (1990c, p. 154) já comentava que os nomes de origem africana aparecem em menor número do que outras influências linguísticas, ao ocorrer nas áreas de maior concentração do negro no Brasil, em especial na Bahia e no Nordeste, seguidas pelo Sudeste, nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, com declínio em direção ao Sul e ao Norte, sendo o Rio Grande do Sul o estado com menor registro de topônimos dessa origem. A autora justifica que esse esvaziamento onomástico de origem africana em relação às línguas indígenas se deve à posição do negro na organização da sociedade e à dualidade “autóctone” x “alógeno” que se apresentava à época da colonização, com essa tese da inferioridade imposta ao africano corroborada por Etges e Seer (1999), no que tange ao caso do Vale do Rio Pardo.

Diante desse cenário, a partir dos resultados obtidos relacionados à etimologia dos cursos d’água analisados, confirma-se a hipótese inicial de que a motivação toponímica do Rio Grande do Sul sofreu influência da população indígena e, em menor escala, da negra, além das influências de outras línguas de imigrantes como o português, o italiano, o alemão, e muitas outras que foram encontradas como o latim, o espanhol, o árabe, o francês, o que possibilitou a formação de topônimos híbridos (DICK, 1990c) ou plurilíngues, com diferentes

estratos idiomáticos (CERRÓN-PALOMINO, 2015), comprovando a riqueza cultural das regiões de abrangência das duas bacias hidrográficas do estado que foram estudadas.

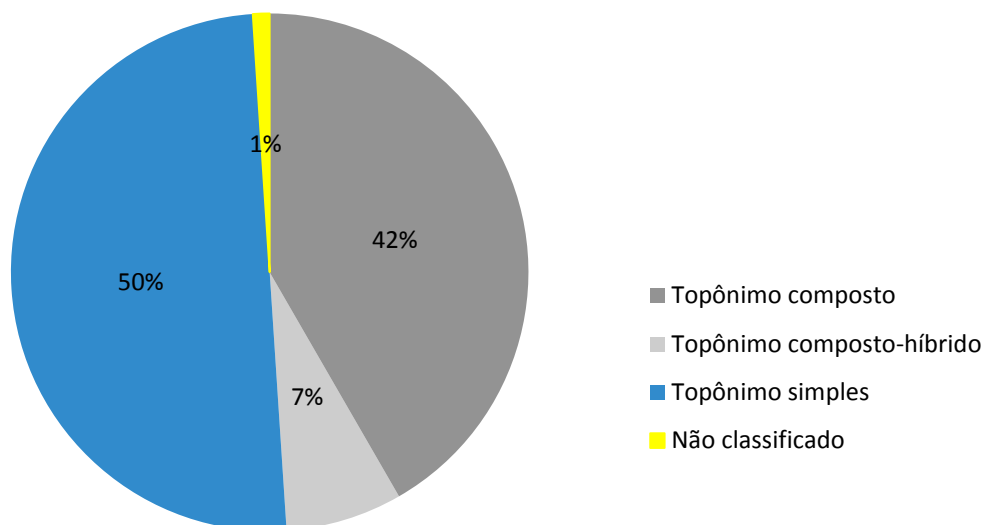
Dessa forma, a influência, na BH Rio Pardo e na BH Rio Taquari-Antas, dos imigrantes de diferentes grupos étnicos como os de origem alemã e italiana (KARAM, 1992; CAZAROTTO, 2011; KREUTZ, 2016), portuguesa (KARAM, 1992; GERHARDT, 2004), africana (ETGES; SEER, 1999; KREUTZ; MACHADO, 2017), indígena (CAZAROTTO, 2011; KREUTZ et al., 2011; CRISTO, 2017), pode ser observada também sobre a língua e, mais especificamente, a toponímia da região de estudo.

Finalizando a análise linguística dos topônimos, a próxima subseção abordará a composição morfológica dos hidrônimos da BH Rio Taquari-Antas e BH Rio Pardo.

6.2.2 Morfologia dos hidrônimos

Em relação à classificação quanto à **estrutura morfológica** dos hidrônimos das duas bacias estudadas, segundo os critérios de Dick (1990c) apresentados no capítulo 4 deste trabalho, 48 são topônimos simples (definidos por apenas um formante, podendo estar acompanhados de sufixo aumentativo ou diminutivo), o que corresponde à metade do total dos nomes; 47 são topônimos compostos (apresentando mais de um elemento formador); e, desse último grupo, 7 são topônimos compostos – híbridos (possuindo elementos linguísticos de variadas procedências). Somente um hidrônimo não pôde ser classificado quanto a sua estrutura morfológica em virtude da ausência de informações disponíveis. A distribuição da classificação morfológica dos topônimos analisados é contemplada no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Classificação morfológica dos hidrônimos



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Como se pode ver, o Gráfico 3 evidencia um equilíbrio entre o número de topônimos simples (50%) e o número de topônimos compostos e compostos-híbridos (49%) na análise global da estrutura morfológica dos hidrônimos das bacias hidrográficas do Rio Pardo e Rio Taquari-Antas.

A seguir, e de forma mais detalhada, todos os topônimos analisados são listados, de acordo com sua estrutura morfológica e ocorrência de entrada lexical, no Quadro 15.

Quadro 15 - Estrutura morfológica e ocorrência de entrada lexical dos hidrônimos

ESTRUTURA MORFOLÓGICA	HIDRÔNIMO	ENTRADA LEXICAL	BACIA HIDROGRÁFICA
TOPÔNIMO SIMPLES	<i>arroio Andréas</i> <i>arroio do Caranguejo</i> <i>arroio Grande</i> <i>arroio da Gruta</i> <i>arroio Marcondes</i> <i>arroio do Moinho</i> <i>arroio Molho</i> <i>rio Pardinho</i> <i>rio Pardo</i> <i>arroio das Pedras</i> <i>arroio Preto</i> <i>arroio Quilombo</i> <i>arroio Rondinha</i> <i>arroio do Sapo</i> <i>arroio Sobradinho</i> <i>arroio Wolfran</i>	SIM	Rio Pardo
	<i>rio das Antas</i> <i>arroio Augusta</i> <i>rio Burati</i> <i>rio Bururi</i> <i>rio Camisas</i> <i>arroio Castelhana</i> <i>arroio Chimarrão</i> <i>arroio Corvo</i> <i>arroio Encantado</i> <i>arroio do Engenho</i> <i>arroio Estrela</i> <i>rio Fão</i> <i>arroio Fãozinho</i> <i>arroio Grande</i> <i>arroio do Inferno</i> <i>arroio Lajeado</i> <i>arroio Ligeiro</i> <i>rio Machado</i> <i>arroio Marrecão</i> <i>arroio do Meio</i> <i>arroio do Ouro</i> <i>rio da Prata</i> <i>arroio Retiro</i> <i>arroio da Seca</i> <i>arroio Segredo</i> <i>rio Tainhas</i> <i>rio Turvo</i>		Rio Taquari-Antas
	<i>arroio Apiteri</i> <i>arroio Biazus</i> <i>rio Humatã</i> <i>arroio Pedrinho</i> <i>rio Tega</i>	NÃO	

ESTRUTURA MORFOLÓGICA	HIDRÔNIMO	ENTRADA LEXICAL	BACIA HIDROGRÁFICA
TOPÔNIMO COMPOSTO	<i>arroio Barra de Ferro</i> <i>arroio Cavallhada</i> <i>arroio Cerro da Mula</i> <i>arroio Dona Josefa</i> <i>arroio Francisco Alves</i> <i>arroio José Simão</i> <i>arroio Molha Grande</i> <i>arroio Molha Pequeno</i> <i>arroio Palmeira</i> <i>arroio Passa Sete</i> <i>rio Pequeno</i> <i>arroio Pinhalzinho</i> <i>arroio Sanga Funda</i> <i>arroio Sinimbuzinho</i>	SIM	Rio Pardo
	<i>arroio Beija-Flor</i> <i>arroio Boa Vista</i> <i>rio Capingüí</i> <i>arroio Capivara</i> <i>rio Carreiro</i> <i>rio Forqueta</i> <i>arroio Forquetinha</i> <i>rio Guaporé</i> <i>rio Ituí</i> <i>arroio Jacaré</i> <i>arroio Jequi</i> <i>rio Lajeado Grande</i> <i>arroio Mulada</i> <i>arroio Pinheiro Alto</i> <i>arroio do Potreiro</i> <i>arroio Putinga</i> <i>rio Quebra-Dentes</i> <i>arroio Sampaio</i> <i>arroio Santa Cruz</i> <i>rio São Marcos</i> <i>arroio Saraquá</i> <i>arroio Tamanduá</i> <i>arroio Taquara</i> <i>rio Taquari</i> <i>rio Taquari-Mirim</i> <i>arroio Zeferino</i>		Rio Taquari-Antas
	<i>arroio Bagual</i> <i>arroio Poço das Antas</i> <i>arroio São Tomé</i>		Rio Pardo
TOPÔNIMO COMPOSTO - HÍBRIDO	<i>arroio Carijó do Buraco</i> <i>arroio Gravatal</i> <i>arroio Laranjeira</i> <i>arroio São João</i>		
NÃO CLASSIFICADO	<i>arroio Quatipi</i>		Rio Taquari-Antas

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Então, classificados como topônimos simples, com apenas um formante, por exemplo, encontram-se os hidrônimos *Pardo* - BH Rio Pardo (adjetivo) e *Segredo* - BH Rio Taquari-Antas (substantivo), das fichas lexicográfico-toponímicas nº 59 e nº 85 do Apêndice A, respectivamente.

Por outro lado, entre os topônimos compostos, apresentando mais de um elemento formador, por exemplo, estão os arroios *Francisco Alves* (Francisco +Alves) - BH Rio Pardo (substantivo); *Beija-Flor* (beijar + flor) e *Jacaré* (*ya-caré*) - BH Rio Taquari-Antas, substantivos masculinos, das fichas nº 31, nº 7 e nº 40, respectivamente.

Nesse último grupo, são topônimos compostos – híbridos: arroios *Bagual* (guarani *mba'gwa*, platino *bagual*), substantivo; *Poço das Antas* (latim *puteu* + árabe *al-lamt*), substantivo masculino + locução adjetiva; e *São Tomé* (inglês *Thome*, aramaico *ta'oma'*), substantivo masculino, todos da BH Rio Taquari-Antas, registrados nas fichas lexicográfico-toponímicas nº 5, 68 e 81. Já a BH Rio Pardo concentra os arroios *Carijó do Buraco* (tupi *cari-yó* + latim “*foratus*”), substantivo + locução adjetiva; *Gravatal* (tupi *karagwa'ta* + latim *-ale*), substantivo; *Laranjeira* (árabe, persa, sânscrito *laranja* + latim *eira*), substantivo feminino – *laranja*, morfema lexical + *eira*, morfema gramatical; e *São João* (latim *sanum* + hebraico *Yohannan*), substantivo masculino, das fichas lexicográfico-toponímicas nº 16, 34, 45 e 79, respectivamente.

Somente o arroio *Quatipi* da BH Rio Taquari-Antas, ficha lexicográfico-toponímica nº 71, não pôde ser classificado quanto a sua estrutura morfológica, conforme mencionado no início dessa subseção, pela falta de informações completas sobre sua entrada lexical e etimologia.

Pelos resultados obtidos, no contexto das ocorrências de topônimos híbridos, com elementos linguísticos de variadas procedências, é confirmada a afirmação de Dick (1990c) de que no Brasil são frequentes as construções envolvendo línguas indígenas (guarani, tupi), como nos exemplos citados das duas bacias hidrográficas do estado do Rio Grande do Sul.

Enfim, a próxima e última seção do capítulo abordará a contextualização histórica dos topônimos, contemplando a origem, a motivação e a classificação taxionômica dos hidrônimos analisados.

6.3 Análise histórica: motivação, origem e taxionomia dos topônimos

Nesta seção será apresentada a análise histórica dos nomes de cursos d'água das bacias do Rio Pardo e do Rio Taquari-Antas. Entende-se que os elementos relacionados à análise histórica são os destacados no Quadro 16.

Quadro 16 – Ficha lexicográfico-toponímica: análise histórica

Ficha lexicográfico-toponímica		Número de ordem: 2
Hidrônimo: ANTAS (das)		
Localização/Município: São José dos Ausentes-RS		Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: rio		Taxionomia: Zootopônimo (natureza física)
<p>Histórico: Era denominado pelos indígenas Guarani “de Mboapari ou Mborebi. A denominação ‘Antas’ teve origem em função de a região ser o habitat deste animal, que, em grandes manadas, existia nas várzeas do rio. Foi assim denominado por João Mariano Pimentel, um dos primeiros habitantes do atual município de Lagoa Vermelha” (FERRI; TOGNI, 2012, p. 28), paulista e “casado com a vacariana Bárbara Borges Vieira” (BARBOSA, 1978, p. 120).</p> <p>“Salienta ainda Ferri (1991, p. 48) que (...) nos primeiros tempos da colonização, os imigrantes alimentavam-se da carne da Anta, assim como utilizavam o couro para confeccionar utensílios para montaria. Lamentavelmente, este animal encontra-se em fase de extinção” (FERRI; TOGNI, 2012, p. 29).</p> <p>“Consta que, no rio das Antas, por ser mais estreito, do que o Taquari, os índios formavam um canal de pedras, chamado “PARI”, por onde tocavam os peixes até uma armadilha trançada de cipós e taquaras” (FERRI, 1991, p. 20).</p> <p>No local “onde hoje está localizada a região do Vale do Taquari, a anta deve ter sido um animal em abundância, já que gerou o nome de dois topônimos regionais”, os municípios de <i>Anta Gorda</i> e <i>Poço das Antas</i> (ECKERT, 2016b, p.219).</p> <p>Ocorrência em mapas: “Rio das Antas” (ROSCIO, 1778; GÓES, 1885).</p> <p>“Mboapari”: <i>Carta do Padre Francisco Ximenes para um superior, dando-lhe conta de uma entrada ao Rio Tebicuari</i> (BIBLIOTECA NACIONAL, 1969, p. 97, 98 e 100, Anexo B).</p>		
<p>Informações Enciclopédicas: O Rio das Antas “nasce a sudeste da cidade de Bom Jesus, próximo à divisa de Santa Catarina, e segue para oeste, deixando, à esquerda, os municípios de São Francisco de Paula, Caxias, Flores da Cunha, Farroupilha, Bento Gonçalves, e à direita, pela margem setentrional, os de Bom Jesus, Vacaria, Antônio Prado, Alfredo Chaves e Guaporé, separados estes dois últimos pelo Carreiro, afluente da margem direita, abaixo de cuja barra o rio das Antas toma o nome de Taquari” (IBGE, 1950, p. 5).</p> <p>“O rio das Antas nasce igualmente na Serra Geral, nos Aparados, nos municípios de Bom Jesus e Cambará do Sul” (BARBOSA, 1978, p. 120).</p> <p>No município de São Marcos, “desde a descida do morro do rio das Antas, do lado de Flores da Cunha, o viajante contempla os ziguezagues que o rio faz antes de receber as águas do arroio, que deu o nome à nova e encantadora aldeola. Descortina-se um contínuo suceder-se de paisagens magníficas, que no seu conjunto formam um panorama empolgante e verdadeiramente belo na sua nitidez. Em uma curva, formando um ângulo, aparece o rio das Antas” (CHERINI, 2007, p. 269).</p> <p>“O rio das Antas tem suas nascentes nos municípios de Cambará do Sul e Bom Jesus, no extremo leste do Planalto dos Campos Gerais, e percorre 390 quilômetros até juntar-se com as águas do rio Carreiro e mudar sua denominação” (WIKIPÉDIA; RIO GRANDE DO SUL; FERRI; TOGNI, 2012, p. 22).</p> <p>“No passado e presente estes rios (Antas e da Prata) serviam como fonte de pesca para muitas famílias, locais para banho e transporte de madeira através de ‘balsas’ no início do século XX. Alguns riachos afluentes destes rios também serviram para instalação de pequenas usinas familiares” (OFÍCIO 009/2011; FERRI; TOGNI, 2012, p. 176).</p>		
<p>Fonte: Barbosa (1978); Biblioteca Nacional (1969); Cherini (2007); Eckert (2016b); Ferreira (2004); Ferri (1991); Ferri e Togni (2012); Góes (1885); Houaiss (2006); IBGE (1950); Montoya (1639); Roscio (1778).</p>		
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019		

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Foram encontradas **informações enciclopédicas**, a saber, informações complementares e extralinguísticas localizadas em vários materiais de apoio, sobre todos os hidrônimos analisados. Tais informações, conforme a indicação de Seabra (2006), embasaram a classificação sobre a origem, a estrutura morfológica e a taxionomia dos topônimos.

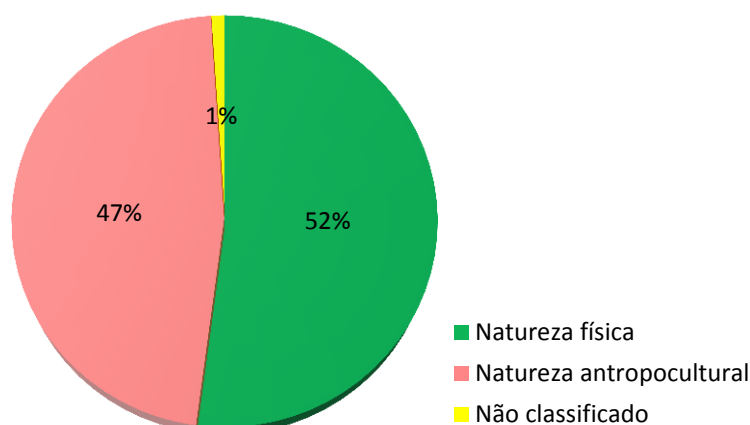
Dando continuidade à análise histórica, a seguir, é apresentada a classificação taxionômica dos topônimos analisados.

6.3.1 Taxionomia: natureza e categoria dos hidrônimos

A classificação toponímica foi realizada segundo o modelo taxionômico proposto por Dick (1990c), estudado na seção 4.3, que é dividido em “taxes que traduzem condutas motivadoras” (SEABRA, 2006, p. 1949) e “permitem interpretar os nomes dos lugares com maior segurança do ponto de vista semântico, partindo de sua natureza física ou antropocultural” (NUNES; ANDRADE, 2011, p. 8). Em resumo, essa classificação proposta pela autora para a toponímia brasileira é composta por 11 taxes de natureza física e 16 taxes de natureza antropocultural, de acordo com a referência/motivação toponímica. Segundo a autora, a comparação entre essas duas naturezas toponímicas facilitaria a identificação das verdadeiras origens dos nomes das feições geográficas.

Nesse contexto, dos 96 topônimos analisados, em duas bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul, 50 são hidrônimos de natureza física, correspondendo a 52% do total, ao passo que 45 apresentam natureza antropocultural, e correspondem a 47%, e um não pôde ser classificado, conforme sinaliza o Gráfico 4.

Gráfico 4 - Taxionomia: natureza dos hidrônimos das bacias hidrográficas

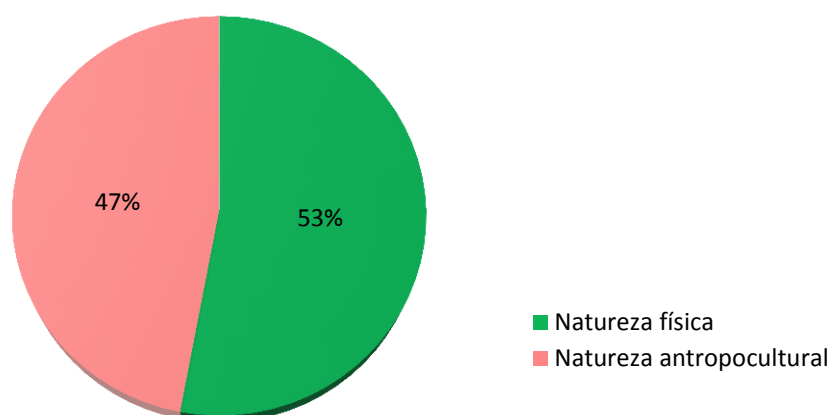


Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Essa pequena superioridade das taxionomias de natureza física confirma a hipótese inicial desta pesquisa de que, por serem feições geográficas eminentemente de natureza física, os nomes dados aos cursos d'água devem pertencer, em maior número, às taxionomias de natureza física, em contraposição aos nomes de acidentes humanos que, por sua vez, devem pertencer, em sua maioria, às taxionomias de natureza antropocultural.

Na BH Rio Pardo os hidrônimos de natureza física são em número de 18, correspondendo a 53%, contra 16 de natureza antropocultural (47%), conforme o Gráfico 5.

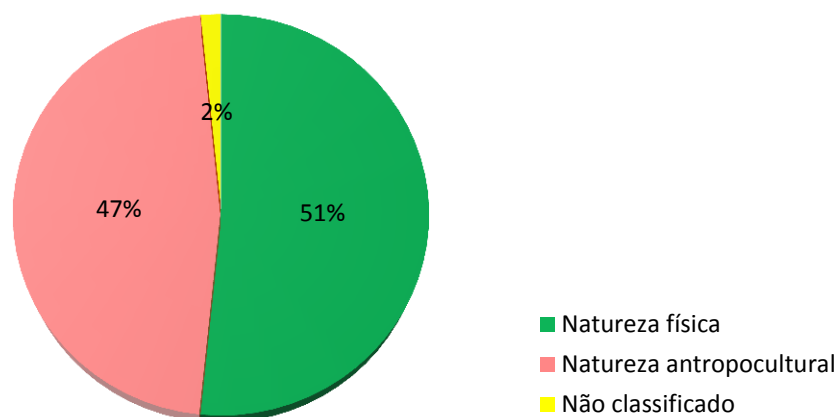
Gráfico 5 - Taxionomia: natureza dos hidrônimos da BH Rio Pardo



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Também na BH Rio Taquari-Antas essa superioridade em relação à natureza dos topônimos, mesmo que mínima, é confirmada: são 31 hidrônimos de natureza física (51%), 30 de natureza antropocultural (47%) e um não classificado (2%), conforme o Gráfico 6.

Gráfico 6 - Taxionomia: natureza dos hidrônimos da BH Rio Taquari-Antas

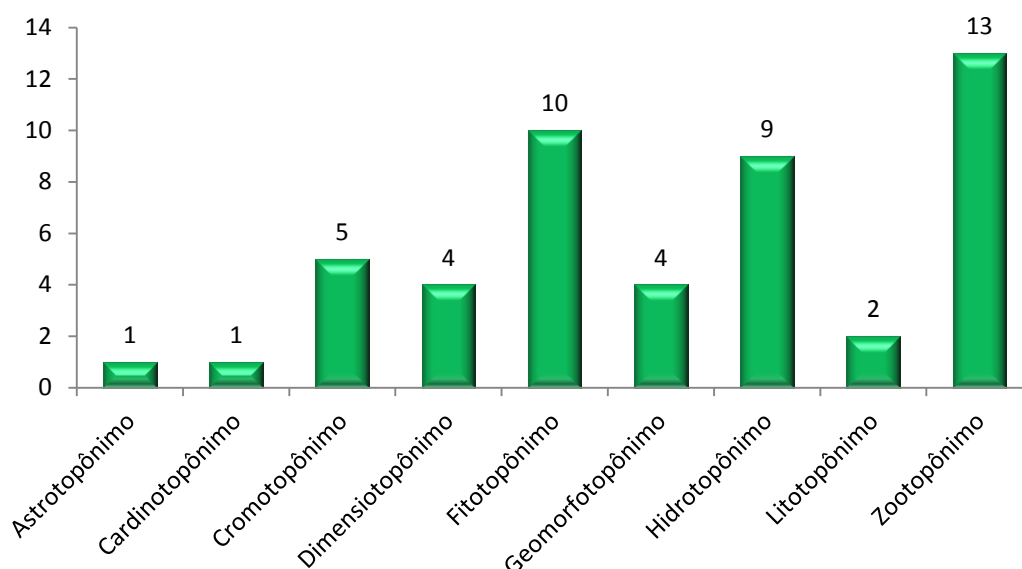


Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Das 11 taxionomias de natureza física propostas por Dick (1990c), somente duas não tiveram representação entre os hidrônimos das bacias hidrográficas estudadas, a saber, as classes dos meteorotopônimos e morfotopônimos.

As categorias de natureza física encontradas nos topônimos da BH Rio Pardo e BH Rio Taquari-Antas podem ser conferidas a seguir, no Gráfico 7.

Gráfico 7 - Categorias de natureza física dos hidrônimos das bacias hidrográficas



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Como resultado, das nove classes de topônimos de natureza física encontradas, a mais representativa é a dos **zootopônimos** (*rio das Antas* e *arroio Capivara* – BH Rio Taquari-Antas, fichas lexicográfico-toponímicas nº 2 e nº 14 do APÊNDICE A, por exemplo), seguida dos **fitotopônimos** (*rio Taquari* e *arroio Chimarrão* – BH Rio Taquari-Antas, fichas nº 91 e 21, por exemplo), dos **hidrotopônimos** (*rio Lajeado Grande* – BH Rio Taquari-Antas, ficha nº 44, por exemplo) e dos **cromotopônimos** (*rio Pardo* – BH Rio Pardo, ficha nº 59, por exemplo). Adicionalmente, as classes dos **dimensiotopônimos** (*rio Pequeno* – BH Rio Pardo, ficha nº 63, por exemplo) e dos **geomorfotopônimos** (*arroio Cerro da Mula* – BH Rio Pardo, ficha nº 20, por exemplo) apresentaram quatro elementos cada.

O destaque para a presença dos zootopônimos nas regiões e vales das bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul analisadas confirma alguns exemplos toponomásticos elencados no capítulo 4, como no caso de nomes relacionados à anta e ao muçum (ECKERT, 2016b). Essa característica é corroborada pelos relatos de viajantes vistos no capítulo 2 sobre a grande variedade de animais no Rio Grande do Sul (ISABELLE, 2006); como no caso da presença da anta e do bugio no estado (AVÉ-LALLEMANT, 1980) e do macaco no *rio Pardinho* (ZWANZIGER, 2002).

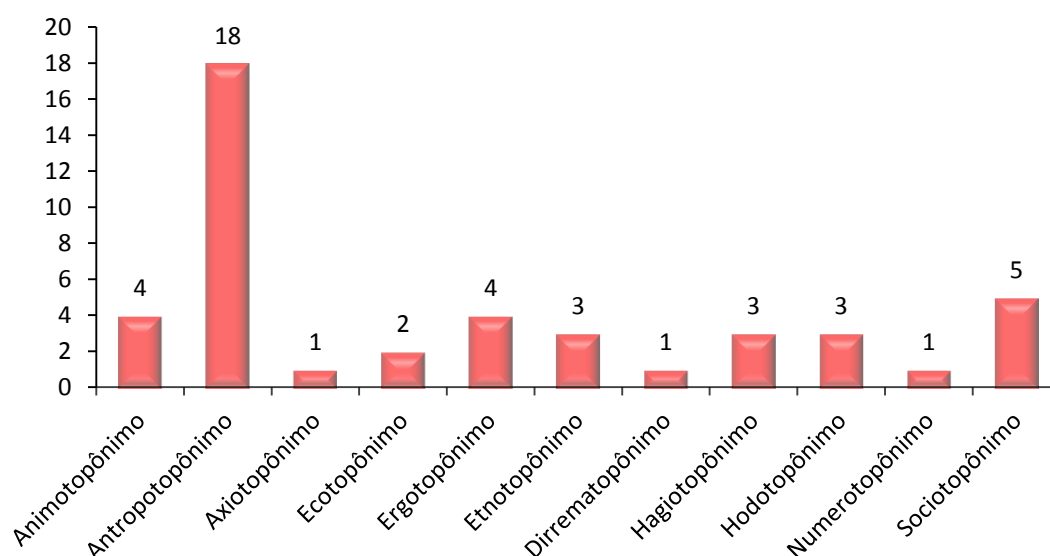
A grande presença dos fitotopônimos, em especial na região da bacia hidrográfica do Rio Taquari-Antas, confirma os exemplos de topônimos relacionados à vegetação abordados no capítulo 4, como no caso de *Putinga* e *Taquari* (ECKERT, 2016b).

A presença significativa de hidrotopônimos ou nomes de origem hidrográfica acentuam, mais uma vez, a importância dos cursos d'água para a região das bacias estudadas, confirmando a conexão dos topônimos indígenas com as características ambientais (DICK, 1990c), abordadas no capítulo 4, como no caso dos rios *Guaporé* e *Ituim*.

Os arroios *Molho* – BH Rio Pardo (ficha nº54) e *Quatipi* - BH Rio Taquari-Antas (ficha nº 71) não foram categorizados em virtude da insuficiência de informações localizadas sobre a motivação toponímica desses hidrônimos, mesmo que o primeiro tenha sido classificado como de natureza física, conforme dados de sua ficha lexicográfico-toponímica.

Já as categorias de natureza antropocultural presentes nos topônimos da BH Rio Pardo e Rio Taquari-Antas são apresentadas no Gráfico 8.

Gráfico 8 - Categorias de natureza antropocultural dos hidrônimos das bacias hidrográficas



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

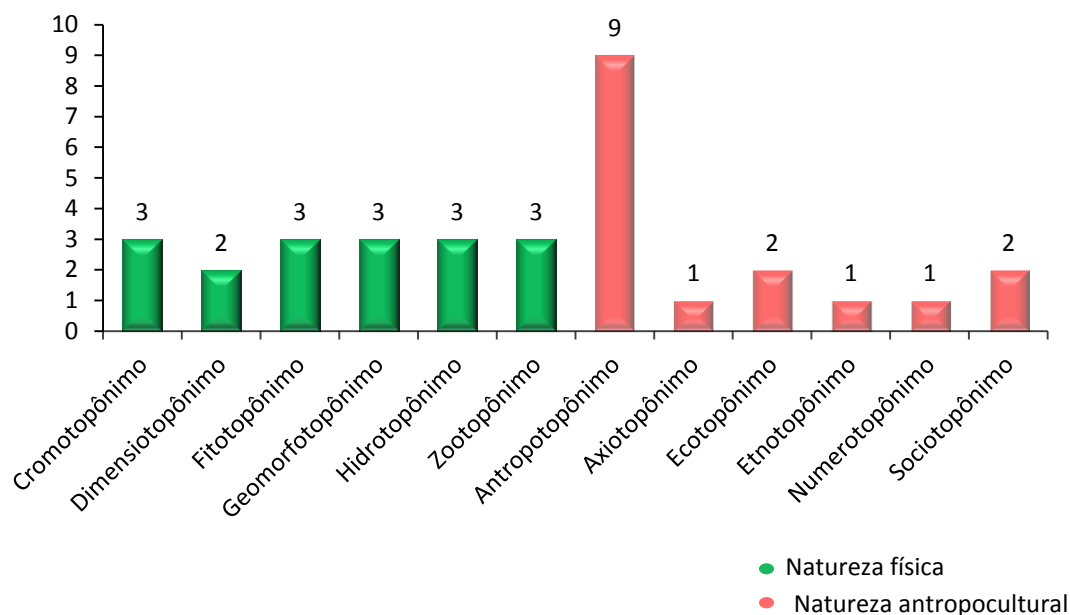
De acordo com o gráfico, das 16 categorias de natureza antropocultural de Dick (1990c), cinco não foram localizadas nos hidrônimos analisados das duas bacias, a saber, a

classe dos corotopônimos, cronotopônimos, historiotopônimos, poliotopônimos e somatopônimos.

Das 11 categorias identificadas, a classe que registrou um maior número de hidrônimos foi a dos **antropotopônimos** (*arroio Palmeira* – BH Rio Pardo, ficha lexicográfico-toponímica nº 57 do APÊNDICE A, por exemplo), seguida pela dos **sociotopônimos** (*arroio do Potreiro* – BH Rio Taquari-Antas, ficha nº 69, por exemplo), e pelas classes dos **animotopônimos** (*arroio Encantado* – BH Rio Taquari-Antas, ficha nº 24, por exemplo) e **ergotopônimos** (*rio Machado* – BH Taquari-Antas, ficha nº 47, por exemplo). As classes dos **etnotopônimos** (*rio Bururi* – BH Rio Taquari-Antas, ficha nº 11, por exemplo), **hagiotopônimos** (*rio São Marcos* – BH Rio Taquari-Antas, ficha nº 80) e **hodotopônimos** (*rio Carreiro* – BH Rio Taquari-Antas, ficha nº 17) registraram três elementos cada.

Na BH Rio Pardo, conforme apresentado no Gráfico 9, a seguir, foi identificada a presença de doze categorias taxionômicas. As seis categorias de natureza física encontradas foram: **cromotopônimos** (como o *arroio Preto*, ficha lexicográfico-toponímica nº 67 do APÊNDICE A), **fitotopônimos** (como o *arroio Pinhalzinho*, ficha nº 64), **geomorfotopônimos** (como o *arroio Barra de Ferro*, ficha nº 6); **hidrotopônimos** (como o *arroio Molha Pequeno*, ficha nº 53) e **zootopônimos** (como o *arroio Cavallhada*, ficha nº 19), com três ocorrências em cada classe; e dois **dimensiotopônimos** (como o *arroio Grande*, ficha nº 32). As seis categorias de natureza antropocultural foram: **antropotopônimos**, com 9 ocorrências (como o *arroio Francisco Alves*, ficha nº 31); **ecotopônimos** (como o *arroio Sobradinho*, ficha nº 87) e **sociotopônimos** (como o *arroio do Moinho*, ficha nº 51), com duas ocorrências cada; e um **axiotopônimo** (*arroio Dona Josefa*, ficha nº 23), um **etnotopônimo** (*arroio Carijó do Buraco*, ficha nº 16) e um **numerotopônimo** (*arroio Passa Sete*, ficha nº 60).

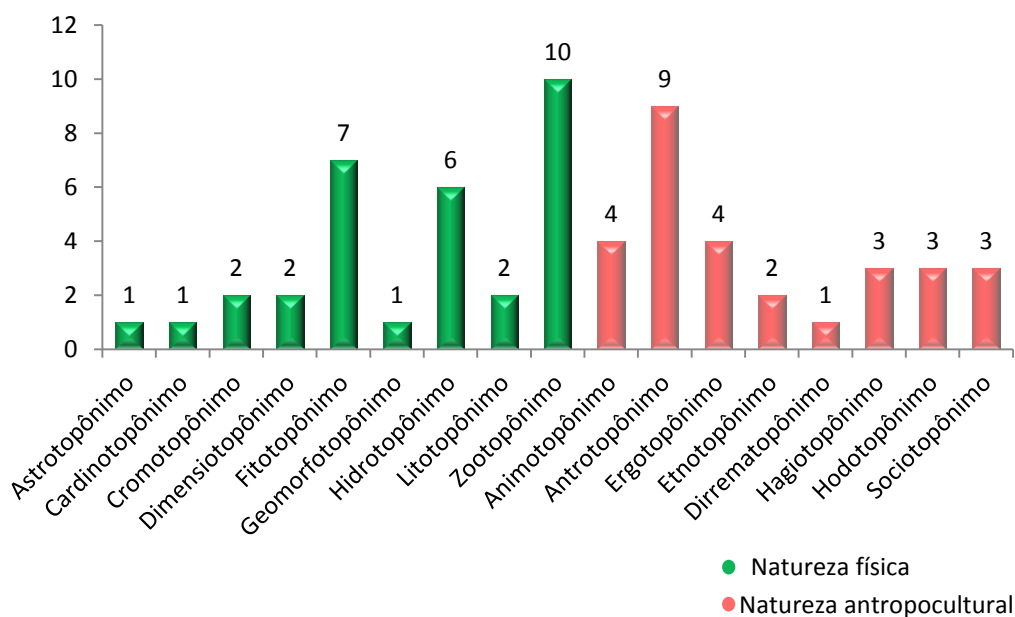
Gráfico 9 - Categorias de natureza física e antropocultural dos hidrônimos da BH Rio Pardo



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Na BH Rio Taquari-Antas foram encontradas dezessete categorias taxionômicas, contempladas no Gráfico 10. As nove categorias de natureza física identificadas foram: **zootopônimos** (como os arroios *Corvo* e *Tamanduá*, fichas lexicográfico-toponímicas nº 22 e nº 89 do APÊNDICE A), com 10 elementos; **fitotopônimos** (como os arroios *Pinheiro Alto* e *Putinga*, fichas nº 65 e nº 70), com 7 hidrônimos; os **hidrotopônimos**, com 6 hidrônimos (como o *rio Ituim*, ficha nº 39); **cromotopônimos** (como o *rio Turvo*, ficha nº 94), **dimensiotopônimos** (como o *arroio da Seca*, ficha nº 84) e **litotopônimos** (*arroio do Ouro* e *rio da Prata*, fichas nº 56 e nº 66), com 2 elementos cada; um **astrotopônimo** (*arroio Estrela*, ficha nº 26); um **cardinototopônimo** (*arroio do Meio*, ficha nº 50) e um **geomorfotopônimo** (*arroio Apiteri*, ficha nº 3). As oito categorias de natureza antropocultural identificadas foram: **antropotopônimos**, com 9 nomes (como o *arroio Augusta*, ficha nº 4); **animotopônimos** (como os arroios *Boa Vista* e *Ligeiro*, fichas nº 9 e nº 46) e **ergotopônimos** (como os arroios *Jequi* e *Saraquá*, fichas nº 41 e nº 83), com 4 nomes cada; **hagiotopônimos** (como o *arroio Santa Cruz*, ficha nº 78); **hodotopônimos** (como o *rio Forqueta* e o *arroio Forquetinha*, fichas nº 29 e nº 30) e **sociotopônimos** (como os arroios *do Engenho* e *Retiro*, fichas nº 25 e nº 74), com três ocorrências; **etnotopônimos** (como o *arroio Castellano*, ficha nº 18), com dois nomes; e um **dirrematopônimo** (*rio Quebra-Dentes*, ficha nº 72).

Gráfico 10 - Categorias de natureza física e antropocultural dos hidrônimos da BH Rio Taquari-Antas



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Destarte, verifica-se que a BH Rio Taquari-Antas apresentou topônimos de natureza física em todas as seis categorias presentes na BH Rio Pardo, que, por sua vez, somente não computou topônimos de natureza física em três categorias presentes na BH Rio Taquari-Antas: a dos astrotopônimos, a dos cardinotopônimos e a dos litotopônimos. Por outro lado, em relação às categorias de natureza antropocultural, as duas bacias hidrográficas convergem somente em três classes: a dos antropotopônimos, etnotopônimos e sociotopônimos. O Quadro 17, a seguir, traz a lista completa dos topônimos das duas bacias, agrupados conforme sua categorização taxionômica.

Quadro 17 – Categorização taxionômica dos hidrônimos

NATUREZA	CATEGORIA	HIDRÔNIMO	BACIA HIDROGRÁFICA
FÍSICA	Astrotopônimo	<i>arroio Estrela</i>	Rio Taquari-Antas
	Cardinotopônimo	<i>arroio do Meio</i>	
	Cromotopônimo	<i>rio Humatã</i> <i>rio Turvo</i>	
		<i>rio Pardinho</i> <i>rio Pardo</i> <i>arroio Preto</i>	Rio Pardo
		<i>rio Pequeno</i> <i>arroio Grande</i>	
	Dimensiotopônimo	<i>arroio da Seca</i> <i>arroio Grande</i>	Rio Taquari-Antas
		<i>rio Capingüí</i> <i>arroio Chimarrão</i> <i>arroio Pinheiro Alto</i> <i>arroio Putinga</i> <i>arroio Taquara</i> <i>rio Taquari</i> <i>rio Taquari-Mirim</i>	
	Fitotopônimo	<i>arroio Gravatal</i> <i>arroio Laranjeira</i> <i>arroio Pinhalzinho</i>	
		<i>arroio Barra de Ferro</i> <i>arroio Cerro da Mula</i> <i>arroio da Gruta</i>	Rio Pardo
	Geomorfotopônimo	<i>arroio Apiteri</i>	
	Hidrotopônimo	<i>rio Guaporé</i> <i>arroio do Inferno</i> <i>rio Ituim</i> <i>arroio Lajeado</i> <i>rio Lajeado Grande</i> <i>arroio Poço das Antas</i>	Rio Taquari-Antas
		<i>arroio Molha Grande</i> <i>arroio Molha Pequeno</i> <i>arroio Sanga Funda</i>	Rio Pardo
	Litotopônimo	<i>arroio do ouro</i> <i>rio da Prata</i>	Rio Taquari
	Zootopônimo	<i>rio das Antas</i> <i>arroio Bagual</i> <i>arroio Beija-Flor</i> <i>arroio Capivara</i> <i>arroio Corvo</i> <i>arroio Jacaré</i> <i>arroio Marrecão</i> <i>arroio Mulada</i> <i>rio Tainhas</i> <i>arroio Tamanduá</i>	
		<i>arroio do Caranguejo</i> <i>arroio Cavallhada</i> <i>arroio do Sapo</i>	
	Não classificado	<i>arroio Molho</i>	

ANTROPOCULTURAL	Animotopônimo	<i>arroio Boa Vista</i> <i>arroio Encantado</i> <i>arroio Ligeiro</i> <i>arroio Segredo</i>	Rio Taquari
	Antropotopônimo	<i>arroio Augusta</i> <i>arroio Biazus</i> <i>rio Burati</i> <i>rio Fão</i> <i>arroio Fãozinho</i> <i>arroio Pedrinho</i> <i>arroio Sampaio</i> <i>rio Tega</i> <i>arroio Zeferino</i>	
		<i>arroio Andréas</i> <i>arroio Francisco Alves</i> <i>arroio José Simão</i> <i>arroio Marcondes</i> <i>arroio Palmeira</i> <i>arroio das Pedras</i> <i>arroio São João</i> <i>arroio Sinimbuzinho</i> <i>arroio Wolfran</i>	Rio Pardo
	Axiotopônimo	<i>arroio Dona Josefa</i>	
	Ecotopônimo	<i>arroio Quilombo</i> <i>arroio Sobradinho</i>	
	Ergotopônimo	<i>rio Camisas</i> <i>arroio Jequi</i> <i>rio Machado</i> <i>arroio Saraquá</i>	Rio Taquari-Antas
	Etnotopônimo	<i>rio Bururi</i> <i>arroio Castelhana</i>	
		<i>arroio Carijó do Buraco</i>	Rio Pardo
	Dirrematopônimo	<i>rio Quebra-Dentes</i>	Rio Taquari-Antas
	Hagiotopônimo	<i>arroio Santa Cruz</i> <i>rio São Marcos</i> <i>arroio São Tomé</i>	
	Hodotopônimo	<i>rio Carreiro</i> <i>rio Forqueta</i> <i>arroio Forquetinha</i>	
	Numerotopônimo	<i>arroio Passa Sete</i>	Rio Pardo
	Sociotopônimo	<i>arroio do Moinho</i> <i>arroio Rondinha</i>	
		<i>arroio do Engenho</i>	Rio Taquari-Antas
		<i>arroio do Potreiro</i>	
		<i>arroio Retiro</i>	
NÃO CLASSIFICADO	Não classificado	<i>arroio Quatipi</i>	

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Enfim, após a análise da classificação taxionômica dos topônimos, a próxima subseção abordará questões relacionadas à origem histórica desses nomes.

6.3.2 Histórico dos hidrônimos

Finalmente, em relação à **origem histórica** ou às “pistas” sobre a motivação toponímica dos nomes de cursos d’água das bacias analisadas, somente não foi encontrada nenhuma informação histórica no caso de três hidrônimos da BH Rio Pardo: arroios *Caranguejo*, *Molho* e *Sapo* (fichas lexicográfico-toponímicas nº 15, 54 e 82) e um da BH Rio Taquari-Antas: *rio Quebra-Dentes* (ficha lexicográfico-toponímica nº 72). Lembra-se aqui que o campo histórico contempla registros históricos sobre o lugar e apresentação de suas possíveis alterações de nome.

Em relação a isso, a seguir, no Quadro 18, são apresentadas as situações de alteração e adaptação dos topônimos referentes à BH Rio Pardo e à BH Rio Taquari-Antas, bem como sua influência nos nomes dos municípios do Rio Grande do Sul, dada a tendência apontada por Isquerdo e Dargel (2013) de o nome do curso d’água inspirar o nome do município, conforme foi visto na subseção 3.3.3 da presente tese.

Quadro 18 – Histórico dos hidrônimos: alteração, adaptação e influência em nome de município

Nº DA FICHA	TOPÔNIMO	FORMA VARIANTE OU NOME POPULAR ENCONTRADOS	ADAPTAÇÃO OU NOME ANTERIOR DO CURSO D’ÁGUA OU LUGAR	INFLUÊNCIA EM NOME DE MUNICÍPIO DO RS
1	Arroio ANDRÉAS	Arroio Andréias Arroio Andréa	-	-
2	Rio das ANTAS	-	<i>Mboapari</i> ou <i>Mborebi</i> (anta)	-
3	Arroio APITERI	-	Arroio do Meio	-
6	Arroio BARRA DE FERRO	-	Adaptação de Barba de Ferro (<i>Einsenbarth</i> , alemão)	-
9	Arroio BOA VISTA	Arroio da Boa Vista	Arroio Grande 27 da Boa Vista	Boa Vista do Sul
10	Rio BURATI	Arroio Burati	-	-
11	Rio BURURI	-	Lajeado Grande	-
12	Rio CAMISAS	Rio das Camisas	<i>Curuyarey</i>	-
17	Rio CARREIRO	Arroio Carreiro	Ligeiro Arroio do Julio	-
Continua				

Continuação				
18	Arroio CASTELHANO	Rio Castelhana <i>Arroio Castilhano</i>	-	-
20	Arroio CERRO DA MULA	-	<i>Mulapick</i> (Picada da Mula)	-
21	Arroio CHIMARRÃO	-	-	Protásio Alves (antigo nome)
22	Arroio CORVO	Sanga Corvo	Poço Grande	-
24	Arroio ENCANTADO	-	São Pedro de Encantado	Encantado
25	Arroio do ENGENHO	Arroio Engenho	Arroio Lajeado	-
26	Arroio ESTRELA	Arroio da <i>Estrella</i>	Santo Antônio da Estrela	Estrela
27	Rio FÃO	-	Adaptação de <i>Von Reichenbach</i> (Von/Fon)	-
29	Rio FORQUETA	Arroio Forqueta	<i>Piraiubi</i>	-
30	Arroio FORQUETINHA	-	-	Forquetinha
31	Arroio FRANCISCO ALVES	<i>Plumbs</i> <i>Plumps</i> <i>Blums</i> <i>Plums</i>	-	-
36	Rio GUAPORÉ	-	<i>Mbocariói</i> Forqueta Brava Arroio Santa Rita	Guaporé
37	Rio HUMATÃ	-	Turvo	-
39	Rio ITUIM	Saltinho	-	-
40	Arroio JACARÉ	-	Santo Antônio do Jacaré	Relvado (antigo nome)
42	Arroio JOSÉ SIMÃO	Arroio José Simões	Arroio Pardinho	-
43	Arroio LAJEADO	-	-	Lajeado
44	Rio LAJEADO GRANDE	-	Rio Manoel dos Santos	-
45	Arroio LARANJEIRA	Arroio das Laranjeiras	-	-
46	Arroio LIGEIRO	Rio Ligeiro	Rio <i>Apuaé/Apuaê</i>	-
47	Rio MACHADO	Lajeado Machado	-	Novo Machado
48	Arroio MARCONDES	-	<i>Hinter Pommern</i> (linha, sobrenome de família homenageada)	-
49	Arroio MARRECÃO	-	Arroio Garibaldi	-
50	Arroio do MEIO	-	-	Arroio do Meio
51	Arroio do MOINHO	Arroio Moinho	<i>Mühle Pick</i> (Linha do Moinho)	-
53	Arroio MOLHA PEQUENO	-	Arroio Pinhal	-
55	Arroio MULADA	-	São Jorge da Mulada	-
58	Rio PARDINHO	-	<i>Jequi Mini</i> <i>Neue Picade</i> (Picada Nova) Faxinal	-

Conclusão				
59	Rio PARDO	-	<i>Yobi</i> <i>Jequi</i> <i>Iequí</i>	Rio Pardo
60	Arroio PASSA SETE	Baixo Passa Sete	-	Passa Sete
61	Arroio das PEDRAS	Arroio Pedroso Arroio Grande	<i>Steinbach</i>	-
63	Rio PEQUENO	<i>Kleiner Rio</i> Arroio Sinimbu	<i>Kleiner Rio</i>	-
66	Rio da PRATA	-	-	Nova Prata
67	Arroio PRETO	Sanga Preta	Arroio Potreiro Grande	-
68	Arroio POÇO DAS ANTAS	-	-	Poço das Antas
70	Arroio PUTINGA	--	-	Putinga
71	Arroio QUATUPI	Rio Quaraim Rio <i>Quarahim</i>	-	São Domingos do Sul (antigo nome)
75	Arroio RONDINHA	-	-	Rondinha
76	Arroio SAMPAIO	S. Paio Rio Sampaio	-	Cruzeiro do Sul (antigo nome)
77	Arroio SANGA FUNDA	Sanga Larga	Rincão da Sanga Funda	-
78	Arroio SANTA CRUZ	-	-	Tabaí (referência)
79	Arroio SÃO JOÃO	-	Povoação de São João de Santa Cruz	-
80	Rio SÃO MARCOS	São Marco Arroio São Marcos	-	São Marcos
81	Arroio SÃO TOMÉ	<i>De Thomé</i>	-	-
83	Arroio SARAQUÁ	-	Arroio do Moinho	-
84	Arroio da SECA	Arroio Grande Arroio <i>Secca</i> Arroio da <i>Secca</i>	Picada Arroio <i>Secco</i>	-
85	Arroio SEGREDO	-	-	Segredo
86	Arroio SINIMBUZINHO	Arroio Triangulação	-	Sinimbu
88	Rio TAINHAS	Rio das Tainhas	-	-
91	Rio TAQUARI	<i>Tebicuary</i> <i>Taquary</i> <i>Tebiquary</i> <i>Tipiquary</i> <i>Tipiquari</i> <i>Tibiquary</i> <i>Tibiquari</i> <i>Tebicuary</i> <i>Tebicuari</i>	Espírito Santo <i>Tebiquari</i> São José do Taquari	Taquari
92	Rio TAQUARI-MIRIM	<i>Taquarymirim</i>	-	-
93	Rio TEGA	Rio do Tega Arroio Tega	Arroio Marquês do Herval Arroio Erval	-
94	Rio TURVO	-	Chimarrão	Protásio Alves (antigo nome)
95	Arroio WOLFRAN	-	<i>Wolframsbach</i> (Sanga Wolfram)	-

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

O quadro apresenta um total de 63 nomes de cursos d'água, dentre os 96 analisados, para os quais foram localizados: ou uma forma variante de registro/um nome popular, ou um nome anterior, ou uma influência em nome de município do Rio Grande do Sul. Dessa forma, observa-se que para 32 topônimos foi localizada pelo menos uma forma variante de registro (atual ou antiga) do nome ou mesmo um nome popular. Por exemplo, foram localizadas duas formas variantes de registro dos hidrônimos arroio Andréas (Andréias/Andréa), arroio Castelhana (**Rio arroio** Castelhana/*Castilhano*), rio Pequeno (*Kleiner Rio*/arroio Sinimbu), arroio Quatipi (Quaraim/*Quarahim*), arroio Sampaio (S. Paio, **rio** Sampaio), rio São Marcos (São Marco/**arroio** São Marcos), arroio da Seca (*Secca*/da *Secca*) e rio Tega (do Tega/**arroio** Tega). Já o rio Taquari foi o que mais evidenciou formas variantes de registro desse hidrônimo: um total de nove designações, a saber: *Tebicuary*, *Taquary*, *Tebiquary*, *Tipiquary*, *Tipiquari*, *Tibiquary*, *Tibiquari*, *Tebicuary* e *Tebicuari*. Constata-se que é comum a variação do primeiro elemento do nome do curso d'água, como no caso do **rio/arroio** Burati, **rio/arroio** Carreiro, do **arroio/rio** Ligeiro e **rio/lajeado** Machado.

Ademais, há hidrônimos que são conhecidos por pelo menos um nome popular, como é o caso do arroio Francisco Alves (*Plumbs* e variantes), arroio das Pedras (Grande, Pedroso) e arroio da Seca (Grande). Essa situação corrobora a afirmação de Villalón (2013), vista já na introdução do presente trabalho, de que muitos lugares são conhecidos por mais de um nome, o popular e o normalizado (oficial).

O Quadro 18 ainda destaca 38 topônimos que sofreram alguma alteração ou adaptação significativa ao longo de seu percurso histórico. Dentre esses, apresentam três alterações os rios Guaporé (*Mbocariroí*, Forqueta Brava e Arroio Santa Rita), Pardinho (*Jequi Mini*, *Neue Picade*=Picada Nova e Faxinal), Pardo (*Yobi*, *Jequi* e *Iequí*) e Taquari (Espírito Santo, *Tebiquari* e São José do Taquari); e duas transformações o rio das Antas (*Mboapari* ou *Mborebi*), o arroio Boa Vista (arroio Grande, 27 da Boa Vista), os rios Carreiro (Ligeiro, arroio do Julio), e Tega (arrosios Marquês do Herval e Erval). Aqui é interessante notar a presença da influência indígena nas nomeações originais.

Ademais, essas substituições ou trocas de nome ilustram o esclarecimento de Dauzat (1947), estudado na seção 3.3 desta pesquisa, de que um determinado local não mantém sempre o mesmo nome, uma vez que com a migração e ocupação os seus novos habitantes adotam muitos nomes de lugar em uso, bem como introduzem outros, a partir de suas línguas de origem. Nesse cenário, a classificação das transformações de nome de lugar adotada pelo

autor é contemplada por exemplos como o do rio Fão (mudanças fonéticas); arroios Mulada, ex-São Jorge da Mulada, e São João, da Povoação de São João de Santa Cruz (acidentes por analogia ou por cacografia); e Barra de Ferro (transformações de uma língua a outra). A transformação do arroio *Einsenbarth* (Barba de Ferro) em arroio Barra de Ferro exemplifica o fato sublinhado por Etges e Seer (1999), já abordado na seção 3.3, de que a substituição do topônimo original, em língua alemã, pelo expresso em língua portuguesa, na maior parte das situações não manteve seu significado original.

Destaca-se que 18 topônimos que possuem forma variante/nome popular ainda apresentavam um outro nome anterior, como é o caso do arroio Preto, também conhecido por Sanga Preta, e que já foi chamado de arroio Potreiro Grande; e do rio Pequeno, também conhecido por arroio Sinimbu, que já foi *Kleiner Rio*, interessante combinação de palavras alemã + portuguesa, sendo que até hoje os moradores o chamam também por esse nome popular alemão. Aliás, a forte presença da língua alemã nos topônimos originais, em especial na BH Rio Pardo, é comprovada por outros exemplos, como no caso dos arroios Cerro da Mula (*Mulapick*), Marcondes (*Hinter Pommern*), do Moinho (*Mühle Pick*), das Pedras (*Steinbach*) e Wolfran (*Wolframsbach*). Esses exemplos encontrados comprovam os relatos de Etges e Seer (1999) de que a colonização alemã na região de Santa Cruz do Sul foi marcada pela adoção de topônimos de origem alemã, a língua dos imigrantes.

É interessante observar que há pelo menos 24 ocorrências em que o nome do curso d'água, em seu percurso histórico, de alguma maneira influenciou o nome do município em que está localizado; já os nomes de 14 municípios do Rio Grande do Sul correspondem ao nome atual do hidrônimo: Arroio do Meio, Encantado, Estrela, Forquetinha, Guaporé, Lajeado, Passa Sete, Poço das Antas, Putinga, Rio Pardo, Rondinha, São Marcos, Segredo e Taquari. Outros quatro foram adaptados, ao sofrer acréscimo ou supressão: Boa Vista do Sul, Novo Machado, Nova Prata e Sinimbu (Sinimbuzinho). A origem do nome do município de Tabaí faz referência ao arroio Santa Cruz, enquanto os municípios de Cruzeiro do Sul, Protásio Alves, Relvado, São Domingos do Sul e Taquari já foram nomeados de Sampaio; Chimarrão/Turvo; Santo Antônio do Jacaré; Quatipi e São José do Taquari, respectivamente. Essa influência confirma o fato abordado na seção 2.3 de que o nome do curso d'água motivou muitos povoados que se desenvolveram no seu entorno, mais tarde constituindo-se como municípios (STE, 2011a).

Enfim, concluídas as análises linguística e histórica dos hidrônimos segundo os critérios do modelo de classificação dos topônimos adotado por Dick (1990a, 1990b, 1990c, 1998, 1999, 2004a, 2004b), percebe-se que essa proposta dá conta da avaliação dos topônimos coletados, uma vez que possibilita uma análise ampla e global dos hidrônimos das bacias hidrográficas do Rio Pardo e do Rio Taquari-Antas, no estado do Rio Grande do Sul, considerando seu contexto histórico-ambiental, antropológico, cultural, físico, geográfico e linguístico. Portanto, os resultados obtidos comprovam a efetividade da aplicação da proposta da referida autora, bem como a sua relevância para os estudos da toponímia brasileira.

Adicionalmente à categorização da referida autora, propõe-se aqui que os 96 nomes¹²⁵ de cursos d'água analisados, de maneira geral, sejam organizados, conforme sua motivação toponímica, em cinco grandes grupos, para uma melhor identificação e sintetização de sua motivação histórica, a partir da análise dos registros do campo **histórico** das fichas lexicográfico-toponímicas do Apêndice A:

a) relação com o ambiente físico e elementos da natureza (cor, forma geográfica, localização, profundidade, tamanho, vegetação) – *38 hidrônimos*: Apiteri, Boa Vista, Capingüi, Chimarrão, Estrela, Forqueta, Forquetinha, Grande (2), Gravatal, Gruta, Guaporé, Humatã, Inferno, Ituim, Lajeado, Lajeado Grande, Laranjeira, Meio, Molha Grande, Molha Pequeno, Molho (?)¹²⁶, Ouro, Pardinho, Pardo, Pequeno, Pinhalzinho, Pinheiro Alto, Prata, Preto, Poço das Antas, Putinga, Sanga Funda, Seca, Taquara, Taquari, Taquari-Mirim e Turvo;

b) relação com a imigração, colonizadores e homenageados – *33 hidrônimos*: Andréas, Augusta, Barra de Ferro, Biazus, Burati, Carreiro, Dona Josefa, Engenho, Fão, Fãozinho, Francisco Alves, José Simão, Marcondes, Moinho, Palmeira, Passa Sete, Pedras, Pedrinho (?), Potreiro, Quilombo, Retiro, Rondinha, Sampaio, Santa Cruz, São João, São Marcos, São Tomé, Segredo, Sinimbuzinho, Sobradinho, Tega, Wolfran e Zeferino;

c) relação com a presença de animal na região – *14 hidrônimos*: Antas, Bagual, Beija-Flor, Capivara, Caranguejo (?), Cavalhada, Cerro da Mula, Corvo, Jacaré, Marrecão (?), Mulada, Sapo (?), Tainhas e Tamanduá;

¹²⁵ O rio Quebra-Dentes não pôde ser classificado, conforme consta em sua ficha lexicográfico-toponímica.

¹²⁶ (?) = Não localizado o registro histórico, conforme as fichas lexicográfico-toponímicas.

d) relação com outros nomes de influência da cultura indígena - 7 hidrônimos: Camisas, Encantado, Jequi, Ligeiro, Machado, Quatipi, Saraquá; e

e) relação com grupos étnicos – 3 hidrônimos: Bururi, Carijó do Buraco e Castelhana.

Essas motivações comprovam o pensamento de Eckert (2016b), citado na seção 3.3 do presente trabalho, de que os topônimos carregam a identidade da região na qual estão inseridos e de que a história regional pode ser contada pela toponímia, ainda mais no caso da ocorrência de trocas de nomes ao longo do tempo.

Encerrando o presente capítulo de análises dos hidrônimos coletados e registrados nas fichas lexicográfico-toponímicas, a seguir, no último capítulo, são tecidas as considerações finais desta tese.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da presente tese, procurou-se contribuir com os estudos lexicológicos, geográficos, históricos e ambientais brasileiros de maneira geral e, de forma mais específica, com a toponímia do Rio Grande do Sul, notadamente realizando a pesquisa de seu subnível hidronímia, ambientada em duas bacias hidrográficas do estado, a BH Rio Taquari-Antas e a BH Rio Pardo. Ressalta-se que a análise dos topônimos ou nomes próprios de lugar, aqui desenvolvida, não se ateve somente às questões linguísticas, mas sim observou diferentes aspectos, em especial o contexto histórico-ambiental, geográfico e lexical dos 96 hidrônimos que constituíram o corpus do trabalho.

O texto, estruturado em sete capítulos, finaliza com estas “Considerações Finais”, tendo iniciado com a apresentação da temática dos hidrônimos dessas duas bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul no primeiro capítulo, intitulado “Introdução”. O problema apresentado foi a necessidade de busca das origens históricas e influências imigratórias para se estabelecer a motivação toponímica e o significado desses nomes de cursos d’água. A pertinência de uma investigação científica sobre o tema justificou-se pelo fato de os topônimos serem considerados repositórios históricos e culturais, bem como por serem desconhecidas várias informações que envolvem os nomes de lugar pesquisados, as quais se pretendeu descobrir com o desenvolvimento do corrente estudo. Tudo isso aliado ao fato de os estudos toponímicos sul-rio-grandenses ainda serem incipientes, quando comparados a outros estados brasileiros, que inclusive já apresentam atlas nesse setor, por exemplo.

Logo, partiu-se dos pressupostos de que a origem dos topônimos sul-rio-grandenses foi influenciada pelos seus primeiros habitantes, as populações indígena e negra, além da

imigração alemã, italiana e portuguesa; de que não são conhecidos trabalhos específicos sobre os nomes de rios e arroios da área destacada; e de que por serem feições geográficas eminentemente de natureza física, os nomes dados a esses hidrônimos deveriam pertencer, em maior número, às taxionomias de natureza física, em contraposição aos nomes de acidentes humanos, que deveriam pertencer, em sua maioria, às taxionomias de natureza antropocultural.

O estudo foi desenvolvido objetivando-se realizar o levantamento bibliográfico das principais obras toponímicas e hidronímicas desenvolvidas no período de 1931 a 2019 e a caracterização da ação dos imigrantes e das populações negra e indígena no estado e nas bacias hidrográficas foco da tese, a fim de se conhecer a motivação toponímica e identificar as trocas de nomes dos cursos d'água, apoiando-se, em especial, nos critérios de classificação elaborados pela reconhecida linguista brasileira Dick (1990 - 2004).

O segundo capítulo, “A História Ambiental”, inaugurou a fundamentação teórica, mostrando a relevância de conceitos como espaço, lugar, paisagem, território e região, tomados da Geografia, para a pesquisa. Já a História Ambiental, que embasa este trabalho toponímico e atualmente contempla temas científicos, culturais, étnicos e religiosos (RELLY, 2019), foi apresentada nos cenários internacional, nacional, estadual e regional. Verificou-se que todos os grupos que já habitavam o Rio Grande do Sul ou que nele se instalaram posteriormente, estabeleceram a sua cultura própria e transformaram a paisagem original encontrada (KREUTZ, 2008). E vimos que, embora ocorra uma quase ausência da questão ambiental na historiografia da colonização sulina, mais recentemente o ambiente tem sido incluído no debate sobre o desenvolvimento e na análise histórica (BUBLITZ, 2008).

Dando continuidade ao aporte teórico, no terceiro capítulo, “O objeto de estudo da ciência toponímica”, foram abordadas as questões linguísticas relevantes para a presente pesquisa, ao evidenciar as relações existentes entre a língua e a cultura, a identidade e a memória, procurando ilustrar como o léxico vai refletir o ambiente físico e social dos povos. Destacaram-se as questões toponímicas e sua aplicação nos diferentes contextos, entre eles o folclórico, o geográfico, o histórico-ambiental, o linguístico, o patrimonial e o político. Apresentou-se também o objeto de estudo da toponímia e seu subnível hidronímia, trazendo as abordagens de autores estrangeiros de origem alemã, espanhola, francesa, inglesa, italiana, portuguesa, e também nacionais, finalizando o capítulo com um quadro-síntese de pesquisadores e obras que sustentam esta investigação.

Encerrando a fundamentação teórica, no quarto capítulo, “As contribuições de Dick para a toponímia brasileira”, foram apresentados os estudos de Dick (1990a, 1990b, 1990c, 1998, 1999, 2004a e 2004b) mais relevantes para a presente investigação, tendo em vista seu ineditismo e relevância na onomástica do Brasil. Assim, tópicos abordados no terceiro capítulo foram revisitados sob a luz das teorizações originais da linguista, que se apoia em autores como Dauzat (1938; 1947) e Drumond (1965), e ainda hoje é a principal referência para os pesquisadores brasileiros.

O quinto capítulo, “Procedimentos Metodológicos”, procurou esclarecer a forma de análise dos dados coletados, considerando o caráter interdisciplinar que envolve uma pesquisa como esta, ao explicar que seriam seguidos os critérios de análise com a maior fidelidade possível ao modelo original da ficha lexicográfico-toponímica (DICK, 2004b), almejando coletar dados como etimologia, histórico e informações enciclopédicas dos nomes dos principais rios e arroios da BH Rio Taquari-Antas e BH Rio Pardo, mesmo com todas as dificuldades de localização e análise dessas informações.

O sexto e penúltimo capítulo, “Análise dos Dados”, apresentou a configuração geral dos topônimos investigados, além das análises linguística e histórica desses nomes de cursos d’água, cujos resultados aqui passamos a sintetizar. Foram analisados os topônimos de 96 cursos d’água das bacias hidrográficas do Rio Pardo e do Rio Taquari-Antas, sendo 24 hidrônimos correspondentes aos nomes de rios e 72, aos nomes de arroios. Na BH Rio Pardo foram estudados 34 hidrônimos, desses, três nomes de rios e 31 arroios, abrangendo dez municípios do estado do Rio Grande do Sul. Já a BH Rio Taquari-Antas teve um total de 62 hidrônimos analisados, 21 rios e 41 arroios, que abrangem 46 municípios, em função do amplo território dessa bacia.

Em relação à *etimologia*, foram encontradas mais de vinte formações linguísticas diferentes nos hidrônimos das duas bacias hidrográficas estudadas, contudo, são oito as línguas comuns às duas bacias: árabe; espanhol; greco-latina; hebraico; italiano; latim; português e tupi. A língua mais frequente foi a língua latina, num total de 51 nomes de arroios ou rios. Já a língua indígena, a segunda mais frequente, formou 21 hidrônimos, corroborando o entendimento de que a influência das línguas indígenas ao português, no Brasil, compete com a contribuição do latim vulgar e cristão, ao superar bastante a influência de línguas germânicas e do árabe (BUENO, 2014; MARCUZ, 2016).

Chamou a atenção o fato de que os nomes especificamente de origem guarani e tupi-guarani localizam-se somente na BH Rio Taquari-Antas, o que pode ser explicado por sua colonização pelo grupo Guarani (KREUTZ, 2016; SCHNEIDER, 2019). Embora a análise etimológica considere o nome atual do topônimo, pela análise histórica foi possível descobrir que muitos nomes de origem indígena foram adaptados ao português, como é o caso do *rio das Antas* (*Mboapari* ou *Mborebi* = anta, para os Guarani).

A língua espanhola apareceu na formação de sete nomes de cursos d'água, ocupando a terceira colocação nas línguas de maior frequência nos hidrônimos das bacias, ao passo que a língua portuguesa apresentou três representantes, ambas ilustrando o fluxo/refluxo de jesuítas portugueses e espanhóis ao estado do Rio Grande do Sul no século XVII (MOREIRA; COSTA, 1995), bem como a formação das reduções jesuíticas na região do vale do Rio Pardo (GERHARDT, 2004).

A língua italiana foi a quarta mais frequente nos hidrônimos das bacias, já a língua alemã originou somente um topônimo pela análise etimológica, contudo, essa contribuição não se configura como de maior destaque porque, em algumas situações, o topônimo original alemão foi adaptado ao português. A presença das línguas italiana e alemã nos resultados dos registros dos topônimos já era esperada, devido à significativa imigração e contribuição etnocultural desses povos ao Rio Grande do Sul (DICK, 1990c, MOREIRA; COSTA, 1995), exemplificada pelo caso do Vale do Taquari, que possui rica diversidade linguística, inclusive com a presença atual de dialetos em vários municípios, herdados dessa colonização (ECKERT, 2009; 2016b).

Confirmou-se a hipótese inicial de que a motivação toponímica do Rio Grande do Sul sofreu influência da população indígena e, em menor escala, da negra, além das influências de outras línguas de imigrantes como o português, o italiano, o alemão, e outras encontradas, como o latim, o espanhol, o árabe, o francês; o que possibilitou a formação de topônimos híbridos (DICK, 1990c) ou plurilíngues, com diferentes estratos idiomáticos (CERRÓN-PALOMINO, 2015), comprovando a riqueza cultural das regiões de abrangência das duas bacias hidrográficas estudadas.

No que tange à *morfologia*, a análise global dos hidrônimos evidenciou um equilíbrio entre os topônimos simples (50%) e os compostos e compostos-híbridos (49%). Em relação à *classificação taxionômica*, os hidrônimos de natureza física corresponderam a 52% do total,

ao passo que os que apresentaram natureza antropocultural corresponderam a 47%, confirmando a hipótese de que, por serem feições geográficas eminentemente de natureza física, os nomes dados aos cursos d'água devem pertencer, em maior número, às taxionomias de natureza física.

Das nove classes de topônimos de natureza física encontradas, a mais representativa foi a dos zootopônimos, seguida dos fitotopônimos, dos hidrotopônimos e dos cromotopônimos. A presença significativa de hidrotopônimos ou nomes de origem hidrográfica acentuou a importância dos cursos d'água para a região das bacias estudadas, confirmando a conexão dos topônimos indígenas com as características ambientais (DICK, 1990c). Das 11 classes de topônimos de natureza antropocultural identificadas, a classe que registrou maior número de hidrônimos foi a dos antropotopônimos, seguida pela dos sociotopônimos, animotopônimos e ergotopônimos. Verificou-se que a BH Rio Taquari-Antas apresentou topônimos de natureza física em todas as seis categorias presentes na BH Rio Pardo que, por outro lado, somente não computou topônimos dessa natureza em três categorias presentes na BH Rio Taquari-Antas. Por outro lado, nas categorias de natureza antropocultural, as duas bacias hidrográficas convergiram somente em três classes.

Em relação ao *histórico*, para um total de 63 nomes de cursos d'água, dentre os 96 analisados, foram localizados ou uma forma variante de registro/um nome popular; ou um nome anterior; ou alguma influência em nome de município do Rio Grande do Sul. Observou-se que para 32 topônimos foi localizada pelo menos uma forma variante de registro (atual ou antiga) do nome, ou mesmo um nome popular, sendo o rio Taquari o que mais evidenciou formas variantes de registro, com um total de nove designações: *Tebicuary*, *Taquary*, *Tebiquary*, *Tipiquary*, *Tipiquari*, *Tibiquary*, *Tibiquari*, *Tebicuary* e *Tebicuari*. Constatou-se ainda que é comum a variação do primeiro elemento do nome do curso d'água, como no caso do rio/arroio Carreiro.

Observou-se que 38 topônimos sofreram algum tipo de alteração ou adaptação significativa ao longo de seu percurso histórico, destacando-se a presença da influência indígena nas nomeações originais e comprovando que um determinado local não mantém sempre o mesmo nome, uma vez que com a migração e ocupação os seus novos habitantes adotam nomes de lugar em uso, mas também introduzem outros, a partir de suas línguas de origem (DAUZAT, 1947). Destacou-se que 18 topônimos que possuem forma variante/nome popular ainda apresentavam outro nome anterior. Houve ainda pelo menos 24 ocorrências em

que o hidrônimo influenciou o nome do município em que está localizado, ilustrando o fato de que o nome do curso d'água motivou muitos povoados que se desenvolveram no seu entorno, (STE, 2011a).

Percebeu-se que a proposta de Dick (1990-2004) dá conta da avaliação dos topônimos coletados, uma vez que possibilitou uma análise ampla e global dos hidrônimos das bacias hidrográficas do Rio Pardo e do Rio Taquari-Antas, no estado do Rio Grande do Sul, considerando seu contexto histórico-ambiental, antropológico, cultural, físico e linguístico. Os resultados obtidos comprovam a efetividade da aplicação da metodologia da referida autora, que pode ser adaptada às peculiaridades de cada estudo, bem como a sua relevância para os estudos da toponímia brasileira.

No entanto, a classificação taxionômica de determinados nomes apresentou certa dificuldade, requerendo bastante atenção e revisão, devido às várias versões encontradas para a origem de determinados hidrônimos. Nesses casos, como foram utilizadas fontes diversificadas para a construção das fichas lexicográfico-toponímicas, procurou-se sempre optar pela versão mais recorrente e de procedência mais confiável.

Além disso, adicionalmente à categorização da reconhecida autora, propôs-se que os nomes de cursos d'água analisados fossem organizados, conforme sua motivação toponímica, em cinco grandes grupos, para uma melhor e mais sintética identificação de sua motivação histórica: a) relação com o ambiente físico e elementos da natureza (38 hidrônimos); b) relação com a imigração, colonizadores e homenageados (33 hidrônimos); c) relação com a presença de animal na região (14 hidrônimos); d) relação com outros nomes de influência da cultura indígena (7 hidrônimos); e e) relação com grupos étnicos (3 hidrônimos), além de um rio que não pôde ser classificado. Essas motivações comprovaram que os topônimos carregam a identidade da região na qual estão inseridos e de que a história regional pode ser contada pela toponímia, ainda mais no caso da ocorrência de trocas de denominações ao longo do tempo (ECKERT, 2016b).

Registra-se ainda que, durante a realização desta pesquisa, foram encontradas algumas dificuldades, tais como a ausência de informações sobre os nomes de lugar analisados, mesmo em sites de comitês de bacias, de prefeituras e do IBGE. Do contato com esses órgãos oficiais, mesmo quando se obteve retorno, foram adquiridas poucas informações complementares a

respeito do histórico dos topônimos analisados. Em suma, esses dados, quando encontrados, eram raros, ou incompletos, ou inconsistentes e, em alguns casos, com erros de ortografia.

De maneira geral, pensa-se que esta investigação tenha atingido seus objetivos iniciais, à medida que apresentou o estudo da origem histórica, motivação toponímica e alteração de 96 nomes de rios e arroios de duas bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul, apoiando-se, em especial, nos pressupostos da História Ambiental e nos critérios de classificação de Dick. Também se acredita ter feito uma interpretação e análise dos topônimos que contemplou, entre outros, os seus aspectos ambiental, cultural, geográfico, histórico e linguístico.

Destaca-se a importância das fichas lexicográfico-toponímicas elaboradas, as quais podem ser exploradas e aproveitadas para a composição de atlas toponímicos, mapas linguísticos e mesmo como fonte de consulta, sendo referências na área da hidronímia. Além disso, poderão ser utilizadas por diversos órgãos em suas atividades, como os comitês de bacias hidrográficas.

Para encerrar, expressa-se que as discussões aqui realizadas representam um olhar, ou seja, uma análise possível de topônimos do Rio Grande do Sul, embasada em profunda reflexão teórica. Com a presente tese, espera-se ter contribuído com os estudos toponímicos brasileiros e sul-rio-grandenses já realizados, bem como com os futuros trabalhos que ainda possam ser desenvolvidos na área.

REFERÊNCIAS

ALBINO, Lídia. **A relação da hidronímia com a história social do Paraná**: uma descrição diacrônico-contrastiva. 267f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2004.

ALIEVI, Rejane Maria et al. Arranjos produtivos locais: uma análise do setor metal-mecânico na região dos vales do Rio Pardo e Taquari. **Revista Jovens Pesquisadores**, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 1, p.101-109, 2010.

ALMEIDA, Marino Josetti de. O Município de Triumpho. **Separata da revista do Instituto Histórico e Geográfico do rio Grande do Sul**. Porto alegre: Typographia do Centro, 1931.

AMAZONIA PERUANA, volume 5. Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Práctica, 1983.

ANDRADE, Karylleila dos Santos. **Atlas Toponímico de Origem Indígena do Estado do Tocantins – ATITO**. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2010.

ANDRÉ da Rocha (RS). Prefeitura. [2009?]. Disponível em: <http://andredarocha.rs.gov.br/pg.php?area=HISTORIA>. Acesso em: 18 jun. 2019.

APPOLINARIO, Fabio. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2004.

AQUELES LUGARZINHOS. Disponível em <<http://aqueleslugarzinhos.blogspot.com/>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

ARRUDA, Gilmar. Bacias hidrográficas, história ambiental e temporalidades. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 20, n. 2, p.209-231, nov. 2015.

ASSUNÇÃO, Alício de. Distrito de Tamanduá. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUES DE SOUZA. **Histórias de Marques de Souza**. Lajeado: Univates, 2014. p. 156-157.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pela província do Rio Grande do Sul (1858)**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

BAGUET, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

BAHIA. Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas. **Boletim do Laboratório de Patologia Vegetal**, 1924.

BALDINGER, Kurt. Etimología popular y onomástica. **Revista Lexis**, Lima, v. 10, n. 1, p.1-24, 1986.

BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES. Ministério da Educação: BRASIL, 2017. Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#!>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

BARBOSA, Fidélis Dalcin. **Antônio Prado e sua história**. Projeto Passo Fundo, 1980.

_____. **Nova história de Lagoa Vermelha**. Projeto Passo Fundo, 2014.

_____. **Vacaria dos Pinhais**. Porto Alegre: EST, 1978.

BARBOSA, Osmar. **Dicionário de nomes próprios, indígenas e afro-brasileiros**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1986.

BARBOSA, R. P. Termos geográficos. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.termosgeograficos.com.br>>. Acesso em: nov. 2010.

BARETTA, Rubens Cesar. **Estudo toponímico dos bairros e distritos de Farroupilha-RS**. Dissertação (Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade). Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012.

BARROSO, Véra Lucia Maciel (Ed.). **Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia**. EST Edições, 2002.

_____. Portugueses: Continentais e Insulares no Vale do Rio Pardo. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISADORES DA HISTÓRIA DAS COMUNIDADES TEUTO-BRASILEIRAS (6. : 2002 : SANTA CRUZ DO SUL, RS). **Anais do VI Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras**. São Leopoldo: Oikos, 2004.

BERGESCH, Herbert. **A virada do milênio**. Colinas: O Autor, 2000.

_____. **A virada do milênio**: segundo volume. Colinas: O Autor, 2003.

BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações: BRASIL, 2017. Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/vufind>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Divisão de Obras Raras e Publicações. **Jesuítas e bandeirantes no Tape (1615-1641)**. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações, 1969. 438 p. Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br:8080/jspui/handle/123456789/198>. Acesso em: 18 jun. 2019.

BORGES, Euclides Penedo. **110 curiosidades sobre o mundo dos VINHOS**. Mauad Editora Ltda, 2015.

BOSSLE, Batista. **Dicionário gaúcho brasileiro**. Porto Alegre: Artes & Ofícios, 2003.

BOZZETTO JUNIOR, Andre. **Ilópolis: origens e raízes**. [S.l.]: Grafozem, 2004.

BRENTANO, Debora Monteiro (Coord). **Livro da água**. Lajeado: Prefeitura Municipal de Lajeado, 2002.

BRUXEL, Juliane; JASPER, André. A família Cactaceae na Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, RS, Brasil. **Revista Acta Botanica Brasilica**, São Paulo, SBB, n.19, 2005.

BUBLITZ, Juliana. Forasteiros na floresta subtropical: notas para uma História Ambiental da Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 323-340, jul./dez. 2008.

_____. **Forasteiros na floresta subtropical: uma história ambiental da colonização europeia no Rio Grande do Sul**. 2010. 200 f. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BUENO, Francisco da Silveira. **Minidicionário Escolar da Língua Portuguesa Silveira Bueno**. São Paulo: Difusão Cultural do Livro, 2010.

_____. **Vocabulário tupi-guarani português**. 5 ed. rev. e aum. São Paulo: Brasilivros, 1987.

_____. **Vocabulário tupi-guarani português**. 9 ed. São Paulo: Vidalivros, 2014.

BUNGE, Mario. **La Ciencia, Su Método y sus Leyes**. Montevideo: Editorial Técnica S.r.l., 2000.

CABRAL, Luiz Otávio. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, v.41, n.1 e 2, p. 141-155, abril e outubro 2007.

CABRÉ, Maria Teresa. **La terminologia: teoria, metodologia, aplicaciones**. Barcelona: Antartida, 1993.

CALDERAN, Thanabi Bellenzier; MAZZARINO, Jane Márcia; TURATI, Luciana. A potencialidade dos consórcios intermunicipais frente à Política Nacional de Resíduos Sólidos: estudo de caso no COREDE-Vale do Taquari, RS, Brasil. **Revista Estudo & Debate**, v. 24, n. 3, 2017.

CÂMARA de Vereadores de Santa Cruz do Sul. **Projeto 24/L/2009**. 2009. Disponível em: <<http://www.camarasantacruz.rs.gov.br/documento/projeto-24-l-2009-25880>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

CÂMARA, José Ewbank da. **Carta da provincia do Rio Grande do Sul**: Contendo o traçado dos caminhos de ferro e sua correspondência com as vias de comunicação dos

estados limitrophes. [Rio de Janeiro]: Lith. a Vapor , P. Robin, 1875. 1 mapa, 43,5 x 47,5cm. Disponível em:
http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart173931/cart173931.html. Acesso em: 18 jun. 2019.

CAMPOS, Heleniza Ávila; SCHNEIDER, Luiz Carlos. **Agenda 21 regional do vale do Rio Pardo (RS)**. [S.l.]: [s.n.], 2003.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

CAPRA, Gian Franco et al. Combining place names and scientific knowledge on soil resources through an integrated ethnopedological approach. **CATENA**, Alemanha, v. 142, p. 89-101, julho 2016. Disponível em:
 <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0341816216300832>>. Acesso em: 1º maio 2017.

CARDOSO, Armando Levy. **Toponímica brasílica**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1961.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e textualidade. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012a.

_____. Introdução: História e conhecimento: uma abordagem epistemológica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012b.

CARDOSO, Sergio Tadeu da Silva. **“Sou tropeiro”**: conflitos entre identidade cultural e modelos produtivos. 2011.

CARNIEL, Irdes Maria. Tamanduá, meu aconchego. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUES DE SOUZA. **Histórias de Marques de Souza**. Lajeado: Univates, 2014. p. 25-26.

CARVALHO, Francisco de Assis. **Entre a Palavra e o Chão**: Memória Toponímica da Estrada Real. 2012. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CARVALHO, Maria Aparecida de. A importância das fichas lexicográfico-toponímicas na elaboração do Atlas Toponímico do Estado do Mato Grosso. **Caderno Seminal Digital**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 19, p.95-110, jun. 2013.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTIGLIONI, Ana Claudia. Verbete toponímico: microestruturas para hidrônimos. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 26, n. 3, 2018.

CASTIGLIONI, Ana Claudia; BARROS, Lidia Almeida; ISQUERDO, Aparecida Negri. Um olhar sobre a toponímia dos rios em Mato Grosso do Sul. **Antares**, Caxias do Sul, v. 4, n. 8, p.146-157, dez. 2012. Semestral.

CASTRO, Hortensia. La cuestión ambiental en geografía histórica e historia ambiental: tradición, renovación y diálogos. **Rev. geogr. Norte Gd.**, Santiago, n. 54, p. 109-128, maio 2013. Disponível em <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-34022013000100007&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 1º maio 2017.

CAZAROTTO, Rosmari. **A Geografia do conhecimento na inovação do território: um estudo a partir dos polos de inovação tecnológicas – RS – Vale do Rio Parto e Vale do Taquari – RS**. Porto Alegre: UFRGS / Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2011. (Tese de Doutorado).

CERRÓN-PALOMINO, Rodolfo. Toponimia andina: problemas y métodos. **Lexis**, Lima, v. 39, n. 1, p.183-197, 2015. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/366536269/a06v39n1-pdf>>. Acesso em 1º junho 2017.

CHERINI, Giovani. **A origem do nome dos municípios**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2007.

CIÊNCIAS AMBIENTAIS – DOCUMENTO DE ÁREA 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Ciencias_Ambientais_doc_area_e_comiss%C3%A3o01.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2017.

CIÊNCIAS AMBIENTAIS – DOCUMENTO DE ÁREA 2016. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/49_CAMB_docarea_2016_publ2.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2017.

CIOATO, Fernanda Bassanesi. **Os nomes do município de São Marcos: linhas, comunidades, bairros e ruas**. Dissertação de mestrado. Caxias do Sul, 2010.

COELHO, Francisco Adolpho. **A língua portuguesa: noções de glotologia geral e especial portuguesa**. Porto: Livraria Universal; 1881.

COLLE, Vanessa; FAGGION, Carmen Maria. Os hidrotopônimos de Bento Gonçalves. In: XX Encontro de Jovens Pesquisadores da UCS, 2012, Caxias do Sul. **XX Encontro de Jovens Pesquisadores**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2012.

COLLISCHONN, Wolfgang Hans. Resumo Histórico de Mato Leitão. In: SIMPÓSIO RAÍZES DO VALE, 1., 1997, Lajeado. **Anais...** Lajeado: Prefeitura Municipal, 2000. Lajeado: Prefeitura Municipal, 2000.

COLODA, Santos Carlos. **Barros Cassal: 50 anos de paróquia, 40 anos de município**. EST Edições, 2004.

COMITÊ PARDO. Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo. 2019. Disponível em: <<http://comitepardo.com.br>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

COMITÊ TAQUARI-ANTAS. Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica Taquari – Antas. 2019. Disponível em: <<https://taquariantas.wixsite.com/comite>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

CORDOVA, Antonio Ignacio Rodriguez. **Planta do continente do Rio Grande**: divididos em quatro provincias a saber... 1931. 1 mapa, 52,0 x 30,1cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart209311/cart209311.html. Acesso em: 18 jun. 2019.

COREDE VRP (Org.). **COREDE Vale do Rio Pardo**. Disponível em: <<http://www.coredevrp.org.br/regiao/>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza; BUBLITZ, Juliana. **Terra de promessa**: uma introdução à eco-história da colonização do Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

CORREA FILHO, Virgílio. Notas sobre toponímia. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, 1950.

COSTA, Alfredo R. da. O Rio Grande do Sul. **Porto Alegre**: Globo, v. 1, 1922.

CRISTO, Tuani de. **Historicidade e fronteiras culturais entre Guaraní e Jesuítas em territórios da província do Tape (1626-1638)**. Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Licenciatura em História, Univates, Lajeado, 2017.

CRONON, William. A place for stories: nature, history and narrative. **The Journal of American History**, 1992, Vol. 78, N° 4, p. 1347-1376.

CRYSTAL, David. **Dicionário de Linguística e Fonética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. 275 p.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi**. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

CUNHA, Jorge Luiz da. **Os colonos alemães e a fumicultura**: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul 1849-1881. Santa Cruz do Sul: FISC, 1991.

CUNHA, Luís Henrique.; COELHO, Maria Célia Nunes. A política e gestão ambiental. In: CUNHA, Sandra Baptista.; GUERRA, Antonio José Teixeira. **A questão ambiental**: Diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003, p.43-79.

DAL CORNO, Giselle Olivia Mantovani. Procedimentos denominativos na hidronímia de Caxias do Sul, RS: o caso do arroio Tega. In: **VI Congresso Internacional da ABRALIN**, 2009, João Pessoa. VI Congresso Internacional da ABRALIN. João Pessoa: Ideia, 2009. p. 1669-1674.

DAUZAT, Albert. **Dictionnaire Etymologique**. Paris: Librairie Larousse, 1938.

_____. **Les noms de lieux**: origen et évolution – Villes et villages – Pays – Cours d’eau – montagnes –lieuxdits. 5. ed. Paris: Delagrave, 1947.

DE MELO NETO, João Cabral. **O rio:** ou, Relação da viagem que faz o Capibaribe de sua nascente à cidade do Recife. Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, Serviço de Comemorações Culturais, 1954.

DEVITTE, Natalia; MACHADO, Neli Teresinha Galarce; JASPER, André. Arqueologia e História Ambiental no Vale do Taquari: práticas de descarte de resíduos sólidos no contexto dos séculos XIX e XX. In: PEREIRA, Elenita; RÜCKERT, Fabiano; MACHADO, Neli. **História ambiental no Rio Grande do Sul**. Lajeado: Editora Univates, 2014.

DICIONÁRIO de nomes próprios. 2019. Disponível em:
<<https://www.dicionariodenomesproprios.com.br>>. Acesso em: 18 set. 2019.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A língua de São Paulo. In: **Revista USP**. São Paulo, USP, n.63, p. 36-63, setembro/novembro, 2004a.

_____. **A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo; Edições Arquivo do Estado, 1990a.

_____. Métodos e Questões Terminológicas na onomástica. Estudo de Caso: O Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. In: **Investigações Linguísticas e Teoria Literária**. Recife, UFPE: v.9, p.119-148, 1999.

_____. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de.; ISQUERDO, Aparecida Negri (Org). **As ciências do léxico:** lexicologia, lexicografia, terminologia. v 2. Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 1998, p. 77-88. 263 p.

_____. Os Vocábulo Toponímicos Básicos no "Vocabulário na Língua Brasileira" e Sua Relação Geográfica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 31, p. 95-111, 1990b.

_____. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, Aparecida Negri.; KRIEGER, Maria da Graça (Org.) **As ciências do léxico:** lexicologia, lexicografia, terminologia. v 2. Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2004b, p. 121-130. 381 p.

_____. **Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de Estudos**. 2 ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990c.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Caminho das águas, povos dos rios: uma visão etnolinguística da toponímia brasileira. **Investigações Linguística e Teoria Literária**, Recife, v. 13-14, p. 153-172, 2001.

DIEDRICH, Melissa Heberle; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. Toponímia: cultura e patrimônio do Rio Grande do Sul. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n.42, 98-117, jan-jun, 2020.

DIÈGUES JUNIOR, Manuel. **Regiões culturais do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1960.

DRESCH, Elias. **Inovação metodológica na avaliação da qualidade ambiental urbana aplicada na bacia hidrográfica do Arroio Preto, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil**. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2017.

DRUMOND, Carlos. **Contribuição do Bororo à toponímia brasileira**. São Paulo, Universidade de São Paulo/Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1965.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, 1991, Vol. 4, Nº 8, p. 1-21.

DUARTE, Regina Horta. **História & Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DUMMER, Celeste; BARTH, Marina Amanda; SILVEIRA, Marli; SKOLAUDE, Mateus Silva. **Vera Cruz: tempo, terra e gente**. Vera Cruz: LupaGraf, 2009.

DUTRA, Neidiani Alves da Silva; DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício; SILVA, Camila André do Nascimento da. A inter-relação hidronímia e toponímia: um estudo de caso. **Revista Ave Palavra**, 2014, Alto Araguaia, Edição Nº 18, p. 1-22.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: UNESP, 2005.

EBSCO ACADEMIC. 2018. Disponível em:

<<http://web.a.ebscohost.com/ehost/search/basic?vid=0&sid=5ffb1cea-d8f3-4864-a341-fb8e10004e93%40sessionmgr4006>>. Acesso em 15 fev. 2018.

ECKERT, Kleber. Bases latinas e gregas das taxionomias toponímicas: um estudo etimológico. In: ZANATTA, Flávia et al. (Org.). **Linguagens: múltiplos olhares, múltiplos sentidos**. Lajeado: Univates, 2016a. p. 69-76. Disponível em:

<https://www.univates.br/editora-univates/media/publicacoes/177/pdf_177.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2018.

_____. **Leituras Nativas de Região: as relações de regionalidade no Vale do Taquari**. 2009. 91f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2009.

_____. Toponímia, imigração e identidade regional: o caso do Vale do Taquari/RS. In: FROSI, Vitalina Maria; MISTURINI, Bruno. **Imigração Italiana: Estudos e Pesquisas**. São Leopoldo: Oikos, 2016b. Cap. 4. p. 209-224.

ECKHARDT, Rafael Rodrigo et al. Análise e diagnóstico ambiental do Vale do Taquari-RS-Brasil, utilizando sensoriamento remoto e técnicas de geoprocessamento. **SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO-SBSR**, v. 13, p. 5191-5198, 2007.

ECOPLAN. Ecoplan Engenharia LTDA. **Relatório da Etapa A - REA da Consolidação do conhecimento sobre os recursos hídricos da Bacia do Rio Pardo e Elaboração do Programa de Ações da Sub-Bacia do Rio Pardinho**. Porto Alegre, 2005a. Disponível em: <<https://www.sema.rs.gov.br/g090-bacia-hidrografica-do-rio-pardo>>. Acesso em: 23 maio 2019.

_____. **Relatório da Etapa B – REB 2 e REB3 da Consolidação do conhecimento sobre os recursos hídricos da Bacia do Rio Pardo e Elaboração do Programa de Ações da Sub-Bacia do Rio Pardinho.** Porto Alegre, 2005b. Disponível em:

<<https://www.sema.rs.gov.br/g090-bacia-hidrografica-do-rio-pardo>>. Acesso em: 23 maio 2019.

_____. **Relatório da Etapa C – REC da Consolidação do conhecimento sobre os recursos hídricos da Bacia do Rio Pardo e Elaboração do Programa de Ações da Sub-Bacia do Rio Pardinho.** Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<https://www.sema.rs.gov.br/g090-bacia-hidrografica-do-rio-pardo>>. Acesso em: 23 maio 2019.

ENCARNAÇÃO, José D'. Pela toponímia até a História. In: JORNADAS DE TOPONÍMIA DO SUL, 1., 2008, Portugal. **ACTAS**. Portugal: Europe, 2008. p. 1 - 12. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/26790/1/Pela_Toponímia_até_à_História.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2018.

ENGELMANN, Emigdio H. C.; RADÜNZ, Roberto (Orgs). **Santa Cruz do Sul: um olhar sobre o passado.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009. 1 DVD.

ESPINDOLA, Haruf. Salmen. Sociedade, natureza e território: contribuição para a história ambiental. In.: NODARI, Eunice. Sueli.; KLUG, João. (orgs.). **História Ambiental e Migrações.** São Leopoldo: Oikos Editora, 2012.

ETGES, Virgínia Elisabeta; SEER, Milene. Estudo da toponímia como expressão da organização espacial na região de Santa Cruz do Sul/RS. **Redes**, v. 4, n. 4, p. 91-108, 1999.

FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle Olívia Mantovani; FROSI, Vitalina Maria. (2008). “Topônimos em Bento Gonçalves: motivação e caracterização”. In: **Métis: história e cultura**. v. 1, n. 1. Caxias do Sul: Educus.

FAGGION, Carmen Maria; MISTURINI, Bruno (2014). Toponímia e memória: nomes e lembranças na cidade. **Linha D'Água (Online)**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 141-157. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/83370/91674>. Acesso em: 26/11/2017.

FALCADE, Ivanira. **A paisagem como representação espacial: a paisagem vitícola como símbolo das indicações de procedência de vinhos das regiões Vale dos Vinhedos, Pinto Bandeira e Monte Belo (Brasil).** 2011. 309 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

_____. **Indicações geográficas, o caso da região com indicação de procedência Vale dos Vinhedos.** 2005. 190 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

FARIA, Octavio Augusto de. **Monografia do município de Taquari.** Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1981.

FARIAS, Jovani. **Fazenda Vilanova: sua história.** Lajeado: Univates, 2012.

FELIZARDO, Júlia Neto; DE CÉZARO, Marília Ribeiro. Sínteses geográficas dos municípios do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, n. 13, p. 40-48, 1963.

FEPAM. Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. 2016. Disponível em: <<http://www.fepam.rs.gov.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, p. 197-215, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

_____. **Novo Dicionário Eletrônico Aurélio da Língua Portuguesa**, versão monousuário 5.11a.,3 ed. Curitiba: Editora Positivo, 2004. 1 CD-ROM.

FERRI, Genuíno Antônio (GINO). **Encantado: sua história: sua gente**. Encantado: O Autor, 1985.

_____. **História do Rio Taquari-Antas**. Encantado: Grafen, 1991.

_____. **Muçum: princesa das pontes**. Muçum: Prefeitura Municipal de Muçum, 1988a.

_____. Rio Taquari-Antas: influência no povoamento e colonização. In: SIMPÓSIO RAÍZES DO VALE, 1., 1997, Lajeado. **Anais...** Lajeado: Prefeitura Municipal, 2000. Lajeado: Prefeitura Municipal, 2000.

_____. **Rondinha**. 1988b.

FERRI, Genuíno Antônio; TOGNI, Ana Cecília. **A história da bacia hidrográfica Taquari-Antas**. Lajeado: Univates, 2012.

FINKLER, Ireno. **Nossa terra nossa história: registros da Folha Vale do Sol**. Vale do Sol, Editora Valesolense, 2012.

FIORI, Diana. **Identificação de áreas prioritárias para conservação na sub-bacia do Arroio Retiro**, RS. 2016.

FISCHER, Michael. **Futuros antropológicos: redefinindo a cultura na era tecnológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: guia histórico**. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

FREITAS, Fernando de Castro. **Triunfo: história, gente e legendas**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

FREITAS, Sebastião Rodrigues de. **Estudos rio-grandenses**. Porto Alegre: Globo, 1980.

_____. **Guia completo dos municípios do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Sagra, 1993.
 FUNCK, Jacques. [Carta ao General em Chefe enviando uma relação da sua viagem entre o Rio Camacuam e o Rio Taquari, desde a provação do Rio Pardo até a Vila de Porto Alegre]. Porto Alegre, RS: [s.n.], 15 fev. 1777. 16 p., 29,5x20,5 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1458308/mss1458308.pdf. Acesso em: 18 jun. 2019.

GAZ. **Notícias de Santa Cruz do Sul e região**. Disponível em: - <<http://www.gaz.com.br/>>. Acesso em: 10 out. 2018.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GERHARDT, Marcos. Colonos ervateiros: história ambiental e imigração no Rio Grande do Sul. **Esboços - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC**, v. 18, n. 25, p. 73–95, 2011.

_____. **História ambiental da colônia Ijuhy**. Ed. UNIJUI, 2009.

GERHARDT, Ruben. **Colonização de Teutônia e Corvo**: imigração alemã no sul do Brasil. Lajeado: Univates, 2004.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GÓES, Manoel, Barata. **Planta geral da Colonia Caxias**. Rio de Janeiro, RJ: P. Robin, 1885. 1 mapa, col., 50,5 x 33cm. Disponível em: Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart176104/cart176104.html. Acesso em: 18 jun. 2019.

GOMES, Maíra da Silva; SCHLATTER, Margarete; SCHOFFEN, Juliana. Tarefas de leitura e produção de texto com base na noção bakhtiniana de gêneros do discurso. In: SILVA, K. A. TORRES, D. (Orgs). **Português como língua (inter) nacional**: faces e interfaces. Campinas: Pontes, 2013.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

_____. Geografia fin de siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: CASTRO, I. E. e CORRÊA, R. L. (Orgs). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. . **Projeto Nomes Geográficos do Estado do Paraná (PNGPR)**: "Toponímia passo a passo". Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2008.

GREGÓRIO, Irmão José. **Contribuição indígena ao Brasil**. 3 vols. Belo Horizonte: União Brasileira de Educação e Ensino, 1980.

GUALDA, Ricardo. Identidade e discurso em “Avenida Brasil”, “Falar, Ler e Escrever Português” e “Ponto de Encontro”. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, vol.9, n.2, 2009.

GUERRA, Antonio Teixeira. **Dicionário geológico-geomorfológico**. 7 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. 446p.

GUIA DA SERRA GAÚCHA. Porto Alegre: L&PM, 1998.

GUIA MERCOSUL TURISMO: guia turístico e de eventos do RS. Porto Alegre: Mercosul, 1993.

GUIA VEM 2014/2015: vales e montanhas. Lajeado, Publicações A Hora, 2014.

HAESBAERT, Rogério. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **Antares: Letras e Humanidades**, Caxias do Sul, n.3, p. 2-24, 2010.

HEBERLE, Melissa. **Expressões idiomáticas de natureza verbal no DEH (Dicionário Eletrônico Houaiss)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

_____. Uma abordagem funcionalista das unidades fraseológicas verbais em crônicas jornalísticas. **Signos**, Lajeado, v. 31, n. 1, p.9-17, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.univates.br/revistas/index.php/signos/article/view/686>>. Acesso em: 7 out. 2017.

HEBERLE, Melissa; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. As contribuições de Dick para o estudo da toponímia brasileira. **Antares: Letras e Humanidades**, Caxias do Sul, v. 10, n. 21, p.70-85, dez. 2018.

HESSEL, Lothar Francisco. **Município de Imigrante: registros e memórias**. Porto Alegre: EST, 1998.

_____. **O município de Estrela: história e crônica**. Porto Alegre: UFRGS, 1983.

_____. **Os Glossários de João Mendes da Silva**. Universidade do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia, 1959.

HOELTZ, Sirlei Elaine. **Artesãos e artefatos pré-históricos do Vale do Rio Pardo**. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

HOLANDA, Sergio Buarque de. Herança colonial: sua desagregação. In: _____. **História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico**, 1. São Paulo: Difel, 1962. p. 9-39.

HÖRMEYER, Joseph. **O Rio Grande do Sul de 1850: descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil meridional**. Porto Alegre: D.C. Luzzatto, 1986.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa: versão 2.0**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2006. 1 CD-ROM.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

_____. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959a, v. XXXIII.

_____. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959b, v. XXXIV.

_____. **Glossário dos termos genéricos dos nomes geográficos utilizados no mapeamento sistemático do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. 1 v.

_____. **Vocabulário Geográfico do Estado do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

INFORMATIVO REGIONAL. 2019. Disponível em: <<https://jornalinformativo.com/noticias/>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis: Vozes, 2015.

ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul**. Trad. e nota sobre o autor de Teodemiro Tostes; introdução de Augusto Meyer. Brasília: Senado Federal: Conselho Editorial, 2006.

ISQUERDO, Aparecida Negri. **O fato linguístico como recorte da realidade sócio-cultural**. Tese de doutorado. Araraquara, 1996.

ISQUERDO, Aparecida Negri.; DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício. Hidronímia e toponímia: interinfluências entre meio ambiente e história. In: IX Encontro Intermediário do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL - ENGTLEX, 2013, Caxias do Sul - RS. **Caderno de Resumos expandidos do IX Encontro Intermediário do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL - ENGTLEX**. Caxias do Sul: Site do ENGTLEX, 2013. v. 1.

ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Apontamentos sobre hidronímia e hidrotoponímia na fronteira entre os estados de Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. In: Aparecida Negri Isquerdo; Lúcia Almeida Barros (Org.). **As Ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia**. 1ª ed. Campo Grande – MS: EDUFMS, 2010, v. V.

JORDAN, Peter. Place names as ingredients of space-related identity. In: B. Helleland, C.-E. Ore & S. Wikstrøm (eds.) Names and Identities, **Oslo Studies in Language**, Noruega, n. 4(2), p. 117–131, 2012. Disponível em: <<https://www.journals.uio.no/index.php/osla/article/view/314>>. Acesso em 1º maio 2017.

KANTOR, Iris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 17, n. 2, p.39-61, dez. 2009. Semestral.

KARAM, Elaine Maria Consoli. **Raízes da colonização**: em destaque a colônia de Guaporé e município de Dois Lajeados. Porto Alegre: CORAG, 1992.

KERN, Arno. Origens da ocupação pré-histórica do Rio Grande do Sul na transição do pleistoceno-holoceno. In: KERN, Arno (org.). **Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

KIPPER, Maria Hoppe. Raízes da colonização no Vale do Rio Pardo: a Colônia de Santa Cruz. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISADORES DA HISTÓRIA DAS COMUNIDADES TEUTO-BRASILEIRAS (4;5. : 2002 : SANTA CRUZ DO SUL, RS). **Anais do IV e V Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras. Anais do IV e V Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras**. Lajeado: Associação N. P. H. C. T., 2002.

KNOB, Pedro, Frei; KNOB, Darcisio. **Poço das Antas**: primeiro lugar no ranking de alfabetização. Porto Alegre: Evangraf, 1998.

KOCH, Siziane; WINK, Susiane. **Teutônia**: nosso município. Teutônia: Prefeitura Municipal de Teutônia, 2000.

KREUTZ, Marcos Rogério. **Movimentações de Populações Guarani, séculos XIII ao XVIII** - Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, Rio Grande do Sul. 2015. 330 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade do Vale do Taquari Univates, Lajeado, 2016.

_____. **O Contexto Ambiental e as primeiras ocupações humanas no Vale do Taquari**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade do Vale do Taquari Univates, Lajeado, 2008.

KREUTZ, Marcos Rogério et al. **Arroio do Meio**: entre rios e povos. Lajeado: Univates, 2011.

KREUTZ, Marcos Rogério et al. Colonização Guarani nas planícies do Taquari, Rio Grande do Sul, Brasil. **Tellus**, Campo Grande, v. 14, n. 27, p. 33-66, jul.-dez. 2014.

KREUTZ, Marcos Rogério; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. **O povoamento do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul**. Lajeado: Univates, 2017.

KREUTZ, Marcos Rogério et al. **Arroio do Meio**: entre rios e povos. Lajeado: Univates, 2011.

KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

LAJEADO: sua história, sua gente. Lajeado: [s.n.], 1974.

LANG, Guido. **Colônia Teutônia**: história e crônica: 1858-1908. Novo Hamburgo: O Autor, 1995.

_____. Os primórdios da Colônia Teutônia. In: SIMPÓSIO RAÍZES DO VALE, 1., 1997, Lajeado. **Anais...** Lajeado: Prefeitura Municipal, 2000. Lajeado: Prefeitura Municipal, 2000.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 23 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009, p. 9-29.

LAYTANO, Dante de. **Guia histórico de Rio Pardo**: cidade tradicional do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Rio Pardo, 1979.

LEIFHEIT, Oto José. **Introdução ao estudo do meio ambiente de Santa Cruz do Sul**. Porto Alegre: Movimento, 1978.

LEROY, Henrique. Ensino de Português como Língua Adicional: percepções interculturais. In: DELL'ISOLDA, Regina (Org). **Português Língua Adicional: ensino e pesquisa**. Recife: Ed. Universitária da UFP, 2012.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. Trad.de Rosa Freire D' Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LICHT, Henrique Felipe Bonnet. **Remo em Passo Fundo**: subsídios históricos. 2004.

LONGORDO, Monique. Interações em contexto multicultural. In: DELL'ISOLDA, Regina (Org). **Português Língua Adicional: ensino e pesquisa**. Recife: Ed. Universitária da UFP, 2012.

MACHADO, Maria Abel. **Construindo uma cidade**: história de Caxias do Sul, 1875-1950. Maneco Livraria & Editora, 2001.

MAPA do Sul do Brasil em 1749. Disponível em: <<https://www.brasil-turismo.com/rio-grande-sul/historia/mapa-seculo-18.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

Mapa Estrela Colonias, 1887. Arquivo Histórico Municipal de Lajeado – RS.

MARCATO, Carla. **Nomi di persona, nomi di luogo**: introduzione all'onomastica italiana. Bologna: il Mulino, 2009.

MARCHEZI, Genuir Luiz. **David Canabarro**: Sua terra, sua gente, sua história. Est Edições, 2006.

MARCUZ, Ligia Manara Miletto. **Topônimos do noroeste do Rio Grande do Sul - uma relação simbólica entre homem e lugar**. 2016. 95 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Centro de Ciências Naturais e Exatas, Ufsm, Santa Maria, 2016.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História Ambiental no Brasil**: pesquisa e ensino. São Paulo: Cortez, 2006.

_____(org). **História ambiental paulista**: temas, fontes, métodos. São Paulo: Editora SENAC, 2016.

McNEILL; John Robert.; MAULDIN, Erin Stewart. Global environmental history: an introduction. In: John Robert McNeill, Erin Stewart Mauldin (Orgs.): **A companion to global environmental history**. Malden 2012, p. 16-24.

MEIER, Mara Alini. **A representação e a representatividade social do comitê de bacia hidrográfica do rio Taquari-Antas/RS**. 2016. 254 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MEINCKE, Silvio. **Horizontes e raízes**: histórias de sesmarias e de picadas. São Leopoldo, Oikos, 2011.

MENEZES, João Bittencourt. **Município de Santa Cruz do Sul**. 2. ed. Texto transcrito em ortografia atualizada por Arthur Rabuske. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

MENEZES, Paulo Márcio Leal.; SANTOS, Cláudio João Barreto dos. Geonímia do Brasil: pesquisa, reflexões e aspectos relevantes. **Revista Brasileira de Cartografia**. Rio de Janeiro, V. 58, n.02 (ago), 2006, p. 193-200.

MÉTRAUX, Alfred. The Guaraní. In: STEWARD, J. (Org.), **Handbook of South American Indians**, Washington: Smithsonian Institution, v. 3, p. 69-94, 1948.

MICHAELIS, **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. 2019. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

MISTURINI, Bruno. **A formação de uma região**: leitura das marcas de colonização italiana nos topônimos do Nordeste do Rio Grande do Sul. 2018. 286 f. Tese (Doutorado) - Universidade de Caxias do Sul em associação ampla UniRitter, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2018.

MONTOYA, Antonio Ruiz. **Tesoro de la lengua Guaraní**. Madrid: Iuan Sanches, 1639.

MORALA RODRÍGUEZ, José Ramón (2006). Los ríos y los paisajes del Duero en la toponimia. **Actas del Congreso Internacional Homenaje al Duero/Duero y sus ríos. Memoria; cultura y porvenir**; Zamora, p. 1-11. 2006. Disponível em <<http://www.unizar.es/fnca/duero/docu/p306.pdf>>. Acesso em 1º nov. 2017.

MOREIRA, Hélio Costa. **A Toponímia paranaense na rota dos tropeiros**: Caminho das Missões e Estrada de Palmas. Londrina: UEL, 2006, 268f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

MOREIRA, Igor. A.G.; COSTA, Rogério H. da. **Espaço & Sociedade no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995, (Revisão). ISBN: 85-280-0314-0.

MÜLLER, Armino Laudário. A origem dos sobrenomes alemães; Como era Santa Cruz em 1855? In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISADORES DA HISTÓRIA DAS COMUNIDADES TEUTO-BRASILEIRAS (4;5. : 2002 : SANTA CRUZ DO SUL, RS). **Anais do IV e V Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras. Anais do IV e V Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras**. Lajeado: Associação N. P. H. C. T., 2002.

_____. **Dicionário histórico e geográfico da região de Santa Cruz do Sul**. 1. ed Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. 123 p.

_____. O começo da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil contado a partir da atividade dos assim chamados pseudo-pastores (1824-1886). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISADORES DA HISTÓRIA DAS COMUNIDADES TEUTO-BRASILEIRAS (6. : 2002 : SANTA CRUZ DO SUL, RS). **Anais do VI Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras. Anais do VI Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras**. São Leopoldo: Oikos, 2004.

MURADÁS, Jones. **A geopolítica e a formação territorial do Sul do Brasil**. 2008. 339 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

NARA, Elpídio Oscar Benitez (Org.). **O COREDE do Vale do Rio Pardo**: caracterização socioeconômica e ambiental de suas regiões. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Dicionário de Tupi Antigo**: a Língua Indígena Clássica do Brasil. São Paulo: Global, 2013.

NIKLAS–SALMINEN, Aïno. **La lexicologie**. Paris: Armand Colin, Coll. Coursus, 1997.

NUNES, Verônica Ramalho.; ANDRADE, Karylleila dos Santos. **Levantamento dos topônimos e produção de fichas lexicográfico-toponímicas dos municípios da região do Bico do Papagaio, estado do Tocantins**. v. 1, n. 5, p 1 – 12, nov. 2011. Disponível em : <http://www.sociodiaeto.com.br/edicoes/10/13122011121550.pdf> Acesso em: 23 fev. 2018.

NUNES, Zeno Cardoso; NUNES, Rui Cardoso. **Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul**. 8. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

OBSERVADR - OBSERVATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. 2019. Disponível em: <observadr.org.br>. Acesso em: 20 jul. 2019.

OFÍCIO 009/2011. CGBH-Taquari-Antas. Secretarias Municipais de Educação, Cultura e Administração e Prefeituras dos Municípios Componentes da Bacia Taquari-Antas. (Síntese do histórico do município e os usos históricos, atuais e futuros da água, pelos municípios. Respostas). 2011.

OLIVEIRA, Cêurio de. **Dicionário cartográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980. 447p.

OLIVEIRA, Júlio da Silva. **Planta das ex-colônias Conde d'Eu, Da. Izabel e Novo Nucleo Alfredo Chaves**. Rio de Janeiro, RJ: Photolithographia Paulo Robin & Cia., [1885]. 1 mapa, col., 64 x 44cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart209431/cart209431.html. Acesso em: 18 jun. 2019.

OLIVEIRA, Priscila Fernandes de et al. (2014) Avaliação da qualidade da água de nascentes na bacia hidrográfica do Arroio Andréas, RS, utilizando variáveis físicas, químicas e microbiológicas. **Revista Jovens Pesquisadores**, v. 4, n. 1, p. 32-41.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos avançados**, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

PARDINI, Patrick. Natureza e cultura na paisagem amazônica: uma experiência fotográfica com ressonância na cosmologia ameríndia e na ecologia histórica. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goedi. Ciências Humanas**. v. 7, n.2, p. 589-603. maio-ago. 2012.

PASSOS, Alvoni Prux dos; HERÉDIA, Vania. Luso-açorianos e imigrantes ítalos no interior de Caxias do Sul: influências culturais presentes na memória coletiva de uma comunidade local. In: RADÜNZ, Roberto; HERÉDIA, Vania (Org.). **140 anos da imigração italiana no Rio grande do Sul**. 1. ed. Caxias do Sul: Educs, 2015.

PAZUCH, Giovane. **Imigração italiana na colônia de Antônio Prado-RS: catolicismo e sociabilidades (1885-1945)**. 2015.

PEGORARO, Aline. **Estudo dos nomes das cidades da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul**. 2013. 77f. Dissertação (Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2013.

PEIXOTO, Dilson Vargas; MORAES, Taciane Umpierre de. Visões da natureza do Rio Grande de São Pedro: relatos de viajantes sobre a utilização dos recursos na província (1808-27). In: PEREIRA, Elenita; RÜCKERT, Fabiano; MACHADO, Neli. **História ambiental no Rio Grande do Sul**. Lajeado: Editora Univates, 2014.

PELEGRINI, Sandra; FUNARI, Pedro Paulo. **O que é patrimônio cultural imaterial**. Brasiliense, 2017.

PEREIRA, Edson Lemos. **Pelos caminhos das águas: um estudo da hidromínia da mesorregião Norte maranhense**. 2017. 109 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Letras) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

PEREIRA, Elenita Malta. Da proteção à natureza ao desenvolvimento sustentável: a defesa ambiental no Rio Grande do Sul. **Tempos Históricos**, v. 15, n. 2, p. 117-153, 2011.

PEREIRA, Renato Rodrigues. **A toponímia de Goiás: em busca da descrição de nomes de lugares de municípios do sul goiano**. 2009. 204f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Campo Grande-MS, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

_____. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n 16, 1995, p. 279-290. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2008/1147>>. Acesso em: 1º maio 2016.

_____. Uma certa Revolução Farroupilha. In: Gringberg, K.; Salles, R. (Org.). **O Brasil Imperial – vol II – 1831-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, cap. 5, p. 235-267.

PIEL, Joseph Maria. Considerações gerais sobre a toponímia e antroponímia galega. **Verba**, vol. 6, p. 5-11, 1979. Disponível em: <https://minerva.usc.es/xmlui/bitstream/handle/10347/3556/pg_007-014_verba6.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2019.

PIMENTA, José Ramiro Queirós. Toponímia e significação geográfica. **Revista da Faculdade de Letras - Geografia**, Porto, v. XIX, n. 1, p.279-281, 2003. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/341.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

PIMENTEL, Fortunato. **O Rio Grande do Sul e suas riquezas**. Livraria Continente, 1943.

PIONEIRO. 2013. Disponível em: <<http://pioneiro.clicrbs.com.br>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

PIRES DO RIO; Gisela Aquino.; MOURA, Vinícius Pinto. Alcances e limites do modelo de gestão de recursos hídricos no Brasil. IN: SERRÃO, Mônica Armond.; ALMEIDA, Aline Pinto de. (org.). **Educação, ambiente e sociedade: ideias e práticas em debate**. Serra: Companhia Siderúrgica de Tubarão, 2004.

Planta Sesmaria Desterro, 1897. Arquivo Histórico Municipal de Lajeado –RS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA. **Plano Municipal de Saneamento Básico – 2014**. Farroupilha: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MUITOS CAPÕES. **Projeto Plano Ambiental do Município de Muitos Capões - 2010**. Muitos Capões: Universidade de Caxias do Sul, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA. Disponível em: <<http://www.novapratarars.com.br/>>. Acesso em: 19 out. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MACHADO-RS. Disponível em: <<https://www.novomachado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RELVADO. Disponível em: <<http://www.relvadors.com.br/>>. Acesso em: 11 out. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL. **Santa Cruz do Sul: Tradição Alemã em Solo Gaúcho**. Santa Cruz do Sul: Mcm Comunicação e Mercado, s.d.

POLGUÈRE, Alain. **Lexicologie et sémantique lexicale: notions fondamentales**. Montréal: Les presses de L'Université de Montreal, 2003. 261 p. :il.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5 n. 10, p. 200-212.1992.

Portal de Periódicos da CAPES/MEC. BRASIL, 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

PORTO, Aurélio. **História das Missões Orientais do Uruguai**. 2 ed. Porto Alegre: Selbach, 1954.

QUEROL, E. (1995). **La metodología en els estudis de toponímia**.

QUINTANA, Mário. **Mario Quintana: poesia completa**. Nova Aguilar, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMANZINI, Haroldo. **Introdução à linguística moderna**. São Paulo: Ícone, 1990.

RAMBO, Balduino. **A fisionomia do Rio Grande do Sul**: ensaio de monografia natural. Porto Alegre: Of. Gráfica da Imprensa Oficial, 1942.

RAMOS, Arthur. **Introdução à antropologia brasileira**. Rio de Janeiro, Col. Est. Brasil., 1943, v.1.

RELLY, Eduardo. **Wald e Urwald**: Transferências agrícolas e florestais entre Brasil e Alemanha através da emigração (1849-1880). 2019. 331f. Tese (Doutorado em História) - Freien Universität, Berlim, 2019.

RELLY, Eduardo; MACHADO, Neli Teresinha Galarce; SCHNEIDER, Patrícia. **História de Colinas**: do Taiaçuapé a Colinas. Lajeado: Univates Editora, 2008.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, Volumes 91-92, 1895.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL, Volume 29, 1951.

REY, Alain. **La Terminologie**: Noms et notions. Series: Que sais-je? Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

_____. **Le lexique**: images et modèles. Du dictionnaire à la lexicologie. Paris: Armand Collin, 1977. 307 p.

REZENDE, Marina de Quadros. **Rio Pardo**: história, recordações, lendas. 2 ed.1987.

RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz. **Arqueologia do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, Brasil**. Porto Alegre: PUCRS, 1991. (Tese de Doutorado).

RIO GRANDE DO SUL. GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **O RS Biodiversidade - Conservação da Biodiversidade como Fator de Contribuição ao Desenvolvimento do Rio Grande do Sul**. 2017. Disponível em: <<http://www.biodiversidade.rs.gov.br/portal/index.php>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

_____. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. **A natureza na cartografia histórica do Rio Grande do Sul**: mapas históricos ambientais do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Metrópole, 2008. 224 p.

_____. Secretaria de Estado da Cultura. **Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

RODRIGUES, Aristides Carlos. **Candelária**: Sua Gente e Sua História. Santa Cruz do Sul: Gazeta do Sul, 1993.

ROGGE, Jairo Henrique. **Fenômenos de fronteira**: um estudo das situações de contato entre os portadores das tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul. 2004. Tese de Doutorado. Centro de Ciências Humanas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

ROSA, Angelita da (org.). **São Sebastião**: a fé fazendo história em Venâncio Aires. Venâncio Aires: NUCVA, 2012.

ROSA, Cibele Caroline da. **“Tão importante ao trânsito geral do comércio e da província”**: os rios na análise de ofícios enviados à presidência da província pela Câmara de Vereadores de Taquari, 1850-1852. 2017. 1 v. Estágio Supervisionado em Acervos (Graduação) - Curso de Licenciatura em História, Univates, Lajeado, 2017.

ROSCIO, Francisco João. **Carta Hydrographica de huma parte do terreno e costa do Império do Brazil, extrahida da carta da Província de São Pedro do Rio Grande levantada em 1778 pelo brigadeiro Francisco João Rocio**. 1 mapa ms., col., em f. 53,6 x 41. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart512343/cart512343.html. Acesso em: 18 jun. 2019.

RÜCKERT, Fabiano Quadros.; HARRES, Marluza Marques. Os banhados do Rio dos Sinos e a História Ambiental da cidade de São Leopoldo – RS. In: PEREIRA, Elenita Malta; RÜCKERT, Fabiano Quadros; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. **História ambiental no Rio Grande do Sul**. Lajeado: Editora Univates, 2014.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: Por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte II). **Revista Mana**. Rio de Janeiro. v. 2, n.1, p. 103-150, out. 1997.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 2002.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spíndola Silveira Truzzi. **História & Documento e método de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 168 p. Coleção História &... reflexões, 10. ISBN 9788582172223.

SAMPAIO, Theodoro. **O tupi na geografia nacional**. Brasileira, 1987.

SANTA CRUZ DO SUL. Conselho Municipal de Cultura de Santa Cruz do Sul. **Memórias de Santa Cruz do Sul**. Santa Cruz do Sul: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, s.d.

SANTO, Sérgio Pereira do Espírito. Uma análise da tendência de categorização dos objetivos específicos em contabilidade de custos à luz da taxionomia de objetivos educacionais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 16., 2009, Fortaleza. **Anais**. . São Leopoldo: Associação Brasileira de Custos, 2008. p. 1 - 15. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1121/1121>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

SANTOS, Daniel M. **Elaboração de mapas temáticos do Vale do Taquari**. Lajeado, 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Odair José Silva dos; DAL CORNO, Giselle Olívia Mantovani. A toponímia da fronteira oeste do Rio Grande do Sul: aspectos linguístico-culturais. **Revista Trama**, Marechal Cândido Rondon, v. 10, n. 20, p.111-125, dez. 2014.

SAPIR, Edward. Língua e ambiente. **Linguística como ciência**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969, pp. 43-62 (trad. J. Mattoso Câmara Jr.).

SARTORI, Tríssia Ordovás. **Ruas de minha cidade**: um estudo hodonímico. Dissertação de mestrado. Caxias do Sul, 2010.

_____. Signo linguístico versus signo onomástico: convencionalidade e motivação para falar e nomear. **Revista Científica Ciência em Curso** – Palhoça, SC, v. 4, n. 2, p. 123-133, jul./dez. 2015.

SCARTAZZINI, Luiz Silvio. **Potencial hidroenergético da bacia hidrográfica do Rio Pardinho - RS**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 1995.

SCATAMACCHIA, Maria Cristina Mineiro. **A Tradição Policrômica no Leste da América do Sul evidenciada pela ocupação Guarani e Tupinambá**: Fontes Arqueológicas e Etnohistóricas. Tese (Doutorado em Arqueologia), FFCLCH, Universidade do São Paulo, São Paulo, 1990.

SCHEEREN, Norma Theolina. **Perfis de uma pequena comunidade Arroio do Ouro – Estrela – RS**: 150 anos do pioneirismo alemão: 1860 – 2010. Lajeado: Editora Univates, 2010.

SCHIERHOLT, José Alfredo. **Cruzeiro do Sul e sua história**. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

_____. **Estrela**: ontem e hoje. Lajeado: O Autor, 2002.

_____. **Lajeado I**: povoamento, colonização e história política. Lajeado: Prefeitura Municipal, 1992.

SCHLATTER, Margarete; SCHOFFEN, Juliana. A construção da consciência intercultural: o que o livro didático tem a ver com isso? In: MENEZES, V. DUTRA, D. MELLO, H. (Orgs.) **Anais do VI Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada** - A linguagem como prática social. Belo Horizonte: ALAB, 2002.

SCHNEIDER, Fernanda. **Poder, transformação e permanência**: a dinâmica de ocupação guarani na Bacia do Taquari-Antas, Rio Grande do Sul, Brasil. 2019. 385 f. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade do Vale do Taquari Univates, Lajeado, 2019.

SCHROEDER FILHO, Rodolfo Roberto. **Pelas trilhas do passado**. **Lajeado**: Fates, 1999.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. ATEMIG - Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais: variante regional do Atlas Toponímico do Brasil. In: **XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística**, 2006, Uberlândia/MG. CD Resumos / Abstracts. Uberlândia/MG: ILEEL / UFU, 2006.

_____. Referência e Onomástica. In: **Múltiplas Perspectivas em Linguística**. MAGALHÃES, J. S. de; TRAVAGLIA, L. C. (org.). Uberlândia: Edufu, 2008, p. 1945-1952.

Disponível em: http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_442.pdf. Acesso em: 27 de mar. 2016.

SEED, Patricia. **Cerimoniais de posse na conquista europeia do Novo Mundo**. Trad. Lenita Esteves. São Paulo: Unesp, 1999.

SEIBT, Flávio Luiz. Boêmios e austríacos no Vale do Sampaio – Venâncio Aires. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISADORES DA HISTÓRIA DAS COMUNIDADES TEUTO-BRASILEIRAS (4;5. : 2002 : SANTA CRUZ DO SUL, RS). **Anais do IV e V Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras. Anais do IV e V Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras**. Lajeado: Associação N. P. H. C. T., 2002.

SEMA. Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do estado do Rio Grande do Sul. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. 2018. Disponível em: <<http://www.sema.rs.gov.br/inicial>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

SIGNIFICADO DO NOME. 2019. Disponível em: <<https://www.significadodonome.com/>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

SILVA, Bruno Sanches Mariante da. As Imigrantes de Londrina: uma Análise Hodonímica. **V Congresso Internacional de História**. Maringá: UEM, 2011.

SILVA, Cleber Cezar da. **Os cursos d'água de Pires do Rio: análise das motivações toponímicas**. 2017.

_____. Os principais hidrônimos da cidade de Pires do Rio-GO e suas motivações de nomeação. **Revista Letras Raras**, v. 8, n. 1, p. 7-22/Eng. 7-21, 2019.

SILVA, Manuela Damiani Poletti da. **A razão de nomear: O papel da identidade étnica na denominação dos logradouros de Caxias do Sul**. 2011. Dissertação (Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade) - Universidade de Caxias do Sul.

SILVA, Riograndino da Costa e. **São José de Taquari: a história de minha terra**. Porto Alegre: Flama, 1972.

SIMPÓSIOS RAÍZES DO VALE, 1., 1997, Lajeado. **Anais...** Lajeado: Prefeitura Municipal, 2000. Lajeado: Prefeitura Municipal, 2000.

SOLÓRZANO, Alexandro.; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de.; GUEDES-BRUNI, Rejan Rodrigues. Geografia, História e Ecologia: criando pontes para a interpretação da paisagem. **Ambiente & Sociedade**: Campinas, v. XII, n. 1, p.49-66, 2009.

STAUB, Augustinus. A formação de topônimos em Santa Cruz do Sul. In: **IV Encontro de Variação Linguística e Bilinguismo na Região Sul**. Anais do...Porto Alegre: UFRGS, 1986.

STE. SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA S.A. **Relatório Síntese da Etapa A do Plano de Bacia Hidrográfica do Taquari Antas**. Porto Alegre, 2012a. Disponível em: <<https://www.sema.rs.gov.br/g040-bacia-hidrografica-do-rio-taquari-antas>>. Acesso em: 22 maio 2019.

_____. **Relatório Síntese RS - Etapas A e B do Plano de Bacia Hidrográfica do Taquari Antas.** Porto Alegre, 2012b. Disponível em: <<https://www.sema.rs.gov.br/g040-bacia-hidrografica-do-rio-taquari-antas>>. Acesso em: 22 maio 2019.

_____. **Relatório Técnico 01 – RT1 do Plano de Bacia Hidrográfica do Taquari Antas.** Porto Alegre, 2011a. Disponível em: <<https://www.sema.rs.gov.br/g040-bacia-hidrografica-do-rio-taquari-antas>>. Acesso em: 22 maio 2019.

_____. **Relatório Técnico 02 - Etapa A do Plano de Bacia Hidrográfica do Taquari Antas.** Porto Alegre, 2011b. Disponível em: <<https://www.sema.rs.gov.br/g040-bacia-hidrografica-do-rio-taquari-antas>>. Acesso em: 22 maio 2019.

_____. **Relatório Técnico 03 - Etapa A do Plano de Bacia Hidrográfica do Taquari Antas.** Porto Alegre, 2012c. Disponível em: <<https://www.sema.rs.gov.br/g040-bacia-hidrografica-do-rio-taquari-antas>>. Acesso em: 22 maio 2019.

STEWART, M. Environmental History: profile of a developing field. **The History Teacher**, 1998, Vol. 31, N° 3, p. 351-368.

SUTIL, Thaise et al. Análise da qualidade hídrica do rio Tega, Caxias do Sul-RS, BRASIL. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v. 7, n. 2, p. 124-142, 2018.

THOMÉ, Lauro Nelson Fornari. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE ARROIO DO MEIO. **Arroio do Meio ano 50: 1934 - 1984**. Porto Alegre: CORAG, 1984.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. **Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi**. Significado dos nomes geográficos de origem tupi. São Paulo: Traço Editora, 1985.

TOLEDO, Sebastián Hernández. Historia ambiental del Perú. Siglos XVIII y XIX. **ULÚA. Revista de Historia, Sociedad y Cultura**, n. 31, 2018.

UM LUGAR no vale. 2009. Disponível em: <<http://umlugarnovale.blogspot.com/2009>>. Acesso em: 23 set. 2019.

UNESCO. **Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage**. UNESCO, Paris, 2003.

_____, 2008. **Strong Roots for Sustainable Development. Local and Indigenous Knowledge Systems**, Disponível em:<http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SC/images/pub_LINKS_root_s.jpg>. Acesso em: 02 mar. 2017.

VASCONCELLOS, José. Leite de. **Opúsculos; Onomatologia**. Vol. III. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

VIAGENS E CAMINHOS. 2017. Disponível em: <<https://www.viagensecaminhos.com/2017/>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

VILLALÓN, Georgina. Estrategia para la formación de la cultura toponímica local desde el proceso educativo escolar en secundaria básica. **Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa**, Madri, v. 6, n. 1, p.77-94, 2013.

VOCABULÁRIO sul-rio-grandense. Rio de Janeiro: Globo, 1964.

VOGT, Olgário Paulo. Formação social e econômica da porção meridional do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário Paulo; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. (Org). **Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

VOGT, Olgário Paulo; ROMERO, Maria Rosilane Zoch (Org.). **Uma luz para a história do Rio Grande: Rio Pardo 200 anos: cultura, arte e memória**. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2010.

WELKER, Herbert Andreas. **Dicionários – uma pequena introdução à lexicografia**. Brasília: Thesaurus, 2004. 287 p.

WIKIPÉDIA: A ENCICLOPÉDIA LIVRE (Ed.). 2019. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

WOLF, Sidnei. **Arqueologia Jê no Alto Forqueta/RS e Guaporé/RS: um novo cenário para um antigo contexto**. 2016. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, 2016.

WORSTER, Donald. Doing environmental history. In: WORSTER, D (editor). **The ends of the Earth. Perspectives on modern environmental history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

YZAGUIRRE, Lluís de. **Decisiones previas**. Disponível em: <terminotica.upf.es/etl/es/ajuda/prev.htm>. Acesso em: 15 abr. 2016.

ZAMBECCARI, L. **Mappa do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro, RJ: Lith. de Vr. [Larée?], [1840?]. 1 mapa, 50,5 x 64,5. Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br:8080/jspui/handle/123456789/297>. Acesso em: 18 jun. 2019.

ZANCHI, Verenice; ETGES, Virginia Elisabeta; KARNOPP, Erica. Roteiros de Turismo Rural na região dos Vales do Rio Pardo Pardo e Taquari -RS. **Campo-território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 9, n. 17, p.672-694, abr. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/23608>>. Acesso em: 24 fev. 2018.

ZARTH, Paulo Afonso; GERHARDT, Marcos. Uma história ambiental do pampa do Rio Grande do Sul. In: FILHO, Althen Teixeira (org). **Lavouras de destruição: a (im)posição do consenso**. Pelotas: Livraria Mundial, 2009, v. 1, p. 249-295.

ZHOURI, Andréa.; OLIVEIRA, Raquel. Quando o lugar resiste ao espaço. Colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: Z HOURI, A. LASCHEFKI, K.(Orgs.). **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. 484 p.

ZWANZIGER, Hilda Iris. Os Velhos Gressler. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISADORES DA HISTÓRIA DAS COMUNIDADES TEUTO-BRASILEIRAS (4;5. : 2002 : SANTA CRUZ DO SUL, RS). **Anais do IV e V Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras**. Lajeado: Associação N. P. H. C. T., 2002.

APÊNDICE

APÊNDICE A– Fichas lexicográfico-toponímicas

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 1
Hidrônimo: ANDRÉAS	
Localização/Município: Vera Cruz-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Pardo
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Antropotopônimo (natureza antropocultural)
<p>Etimologia: André tem origem obscura, desconhecida (HOUAISS, 2006).</p> <p>“Andréas é um nome predominantemente masculino, de origem Gaulês que significa ‘Forte, viril’” (SIGNIFICADO DO NOME, 2019).</p>	
Entrada Lexical: andré	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (substantivo).
<p>Histórico: Na Colônia de Santa Cruz foram loteadas diversas Linhas, Picadas e Travessões, como a “Linha Andréa”, em 1856 (ENGELMANN; RADÜNZ, 2009¹²⁷).</p> <p>A atual Linha Andréas, do topônimo original Andréas, tem como significado uma “homenagem a Andreas Müller, imigrante alemão construtor de moinhos” (ETGES; SEER, 1999, p. 99).</p> <p>Há o registro das variantes “Arroio Andréias”, “afluente da margem direita do rio Pardinho”, município de Santa Cruz do Sul (IBGE, 1950, p.4) e “Arroio Andréa”, 1914 (MENEZES, 2005).</p> <p>“Andréa – 1. Localidade no município de Vera Cruz. Documentos antigos citam, também, a denominação de Linha Santo André. Popularmente, porém, a localidade é conhecida como Linha Andreas. Homenageia o General Francisco José de Souza Soares de Andréa (o Barão de Caçapava), Presidente do Estado, em 1840 e de 1848 a 1850, na época da fundação da Colônia de Santa Cruz. Nasceu a 29 de janeiro de 1871, em Lisboa, e faleceu, no dia 2 de outubro de 1858, era filho do português José Joaquim Soares Andréa e da brasileira Isabel Narcisa de Santana. Sua mãe é descendente da dinastia de Aviz. Andréa veio ao Brasil, em 1808, acompanhando a comitiva de D. João VI. Ainda no ano de 1859, foram abertas picadas, na Linha Andréa, em terras desapropriadas de Abel Corrêa da Câmara. 2. Arroio que percorre a localidade do mesmo nome, no município de Vera Cruz”.</p> <p>“Andreas – Grafia errônea do topônimo Andréa. Há versões populares que citam, também, Santo André e Sankt Andreas. O topônimo seria, então, a invocação do padroeiro, o que não é o caso. Essas versões surgiram, porque não mais se conhecia a verdadeira origem do nome” (MÜLLER, 1999, p.11-12).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: “Localizada na região central do Estado do Rio Grande do Sul, a Bacia Hidrográfica do Arroio Andréas está inserida no município de Vera Cruz”, apresentando “área de drenagem de 80,2 km²” e com uso do solo “caracterizado pela agricultura, inclusive com a presença de arroz irrigado” (OLIVEIRA et al., 2014, p.34).</p>	
<p>Fonte: Engelmann e Radünz (2009); Etges e Seer (1999); Guia Vem (2014); Houaiss (2006); IBGE (1950); Menezes (2005); Müller (1999); Oliveira et al. (2014); Significado do nome (2019).</p>	
<p>Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019</p>	

¹²⁷ Fonte: DVD localizado na Biblioteca da Univates.

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 2
Hidrônimo: ANTAS (das)	
Localização/Município: São José dos Ausentes-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: rio	Taxionomia: Zootopônimo (natureza física)
<p>Etimologia: Anta (datação do século XV): do árabe <i>al-lamt</i>. Rio-antense: de, ou pertencente ou relativo a Rio das Antas - SC¹²⁸. O natural ou habitante de Rio das Antas. Topônimo Rio das <i>Ant(as)</i> + <i>-ense</i> (sufixo latino) (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).</p>	
Entrada Lexical: anta; rio-antense	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (substantivo feminino plural – <i>anta</i> , morfema lexical + <i>s</i> , morfema gramatical).
<p>Histórico: Era denominado pelos indígenas Guarani “de Mboapari ou Mborebi¹²⁹. A denominação ‘Antas’ teve origem em função de a região ser o habitat deste animal, que, em grandes manadas, existia nas várzeas do rio. Foi assim denominado por João Mariano Pimentel, um dos primeiros habitantes do atual município de Lagoa Vermelha” (FERRI; TOGNI, 2012, p. 28), paulista e “casado com a vacariana Bárbara Borges Vieira” (BARBOSA, 1978, p. 120). “Salienta ainda Ferri (1991, p. 48) que (...) nos primeiros tempos da colonização, os imigrantes alimentavam-se da carne da Anta, assim como utilizavam o couro para confeccionar utensílios para montaria. Lamentavelmente, este animal encontra-se em fase de extinção” (FERRI; TOGNI, 2012, p. 29).</p> <p>“Consta que, no rio das Antas, por ser mais estreito, do que o Taquari, os índios formavam um canal de pedras, chamado “PARI”, por onde tocavam os peixes até uma armadilha trançada de cipós e taquaras” (FERRI, 1991, p. 20).</p> <p>No local “onde hoje está localizada a região do Vale do Taquari, a anta deve ter sido um animal em abundância, já que gerou o nome de dois topônimos regionais”, os municípios de <i>Anta Gorda</i> e <i>Poço das Antas</i>¹³⁰ (ECKERT, 2016b, p.219).</p> <p>Ocorrência em mapas: “Rio das Antas” (ROSCIO, 1778; GÓES, 1885).</p> <p>“Mboapari”: <i>Carta do Padre Francisco Ximenes para um superior, dando-lhe conta de uma entrada ao Rio Tebicuari</i> (BIBLIOTECA NACIONAL, 1969, p. 97, 98 e 100, Anexo B).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: O Rio das Antas “nasce a sudeste da cidade de Bom Jesus, próximo à divisa de Santa Catarina, e segue para oeste, deixando, à esquerda, os municípios de São Francisco de Paula, Caxias, Flores da Cunha, Farroupilha, Bento Gonçalves, e à direita, pela margem setentrional, os de Bom Jesus, Vacaria, Antônio Prado, Alfredo Chaves e Guaporé, separados estes dois últimos pelo Carreiro, afluente da margem direita, abaixo de cuja barra o rio das Antas toma o nome de Taquari” (IBGE, 1950, p. 5).</p> <p>“O rio das Antas nasce igualmente na Serra Geral, nos Aparados, nos municípios de Bom Jesus e Cambará do Sul” (BARBOSA, 1978, p. 120).</p> <p>No município de São Marcos, “desde a descida do morro do rio das Antas, do lado de Flores da Cunha, o</p>	

¹²⁸ Não há evidência de que este topônimo se relaciona ao hidrônimo analisado que, devido a isso, não é classificado como corotopônimo.

¹²⁹ Mborebi = anta (MONTROYA, 1639, p. 215).

¹³⁰ Ver ficha nº 68.

viajante contempla os ziguezagues que o rio faz antes de receber as águas do arroio, que deu o nome à nova e encantadora aldeola. Descortina-se um contínuo suceder-se de paisagens magníficas, que no seu conjunto formam um panorama empolgante e verdadeiramente belo na sua nitidez. Em uma curva, formando um ângulo, aparece o rio das Antas” (CHERINI, 2007, p. 269).

“O rio das Antas tem suas nascentes nos municípios de Cambará do Sul e Bom Jesus, no extremo leste do Planalto dos Campos Gerais, e percorre 390 quilômetros até juntar-se com as águas do rio Carreiro e mudar sua denominação” (WIKIPÉDIA; RIO GRANDE DO SUL; FERRI; TOGNI, 2012, p. 22).

“No passado e presente estes rios (Antas e da Prata) serviam como fonte de pesca para muitas famílias, locais para banho e transporte de madeira através de ‘balsas’ no início do século XX. Alguns riachos afluentes destes rios também serviram para instalação de pequenas usinas familiares” (OFÍCIO 009/2011; FERRI; TOGNI, 2012, p. 176).

Fonte: Barbosa (1978); Biblioteca Nacional (1969); Cherini (2007); Eckert (2016b); Ferreira (2004); Ferri (1991); Ferri e Togni (2012); Góes (1885); Houaiss (2006); IBGE (1950); Montoya (1639); Roscio (1778).

Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 3
Hidrônimo: APITERI	
Localização/Município: Progresso-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Geomorfotopônimo (natureza física)
<p>Etimologia: “Apytera – s. Cume, vértice, coroa da cabeça, parte superior de qualquer objeto”, vocabulário tupi-guarani (BUENO, 2014, p.54).</p> <p>“<i>Apiterim</i>”, do guarani (MONTROYA, 1639, p.60).</p> <p>Apiteri – “apitepe en médio” (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, 1895, p. 114).</p>	
Entrada Lexical: n/e	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (substantivo).
<p>Histórico: “Apiteri (ex-do Meio)”: arroio do município de Lajeado, limite dos antigos distritos de Fão e Progresso¹³¹ (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1951, p. 482).</p> <p>“Algumas das denominações dos indígenas selváticos na época dos Incas guardam semelhança com as da atualidade. Por exemplo, <i>Apiteri</i> é semelhante a <i>Sapiteri</i> e <i>Irineri</i>” (AMAZONIA PERUANA, 1983, p.49, tradução nossa).</p> <p>Provável origem indígena, segundo a Casa de Cultura e Museu de Lajeado (2019).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: <i>Apigtera</i>, que é a “‘Coroa de terra’, não foi contemplada na toponímia, mas dela pode ser exemplo, como variante, o arroio Apiteri, no Rio Grande” (DICK, 1990b, p. 105).</p> <p>“Afluente da margem direita do rio Fão¹³²”, no município de Lajeado (IBGE, 1950, p. 5, grifo nosso).</p> <p>Comunidade de Apiteri: Progresso/RS.</p>	
<p>Fonte: Amazonia Peruana (1983); Arquivo Histórico Municipal de Lajeado (2019); Bueno (2014); Casa de Cultura e Museu de Lajeado (2019); Dick (1990b); IBGE (1950); Montoya (1639); Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1895); Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1951).</p>	
Data de coleta: outubro de 2018 a novembro de 2019	

¹³¹ Segundo o Arquivo Histórico Municipal de Lajeado (2019), apesar de o arroio constar em um mapa político da época do prefeito Bruno Born, não há nenhum registro sobre o histórico do nome.

¹³² Fonte: essa informação é confirmada pela Casa de Cultura e Museu de Lajeado (2019). Ver ficha nº 27.

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 4
Hidrônimo: AUGUSTA	
Localização/Município: Roca Sales-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Antropotopônimo (natureza antropocultural)
Etimologia: Augusto (datação de 1548): do latim <i>augustus</i> , <i>a</i> , <i>um</i> , “sagrado, consagrado, santo, religioso” (HOUAISS, 2006).	
Entrada Lexical: agosto	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (substantivo).
<p>Histórico: O arroio Augusta “apresenta na sua foz planícies que foram muito atrativas para grupos Guarani. O fato é comprovado pelas evidências arqueológicas encontradas”.</p> <p>“Além das Áreas Ideais (...) localizadas próximo a sua foz, foram encontradas evidências arqueológicas na propriedade de Ibanor Locatelli. Fragmentos de cerâmica foram recolhidos pela família do proprietário nas margens do Arroio Augusta” (KREUTZ, 2016, p. 203).</p> <p>Município de Roca Sales: Igreja Arroio Augusta e Igreja Arroio Augusta Baixa (GOOGLE Maps, 2019).</p> <p>Augusta também é o nome de uma picada do município de Cruzeiro do Sul que “estava encravada ao Norte da Picada Eckert, ao Oeste da Linha Rockenbach, ao sul da Fazenda São Bento e ao Leste da Picada São Gabriel – cf mapa de Carlos Curt Flatau, de 1936. Como Aurora, a origem do nome pode estar ligada a alguma das filhas de primitivo dono da fazenda” (SCHIERHOLT, 2010, p. 162).</p> <p>“Antonio Augusta Arruda, Capitão de Engenheiros do Exército, em 28 de outubro de 1862 foi incumbido de fazer o levantamento das cachoeiras do rio Taquari”, Arquivo Histórico, Obras Públicas, lata 384 – Relação das Cachoeiras do Rio Taquari (KARAM, 1992, p. 98).</p> <p>Ocorrência em mapa - “Arroio Augusta”: <i>Planta da Colonia Guaporé</i>, 1903 (KARAM, 1992); Mapa Colônias dos Vales do Rio Taquari e Rio Pardo – <i>Hundert Jahre Deuschtum in Rio Grande do Sul</i>, 1924 (CUNHA, 1991).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: “Próximo à foz do Rio Jacaré¹³³, porém na margem esquerda do Rio Taquari, encontra-se o Arroio Augusta” (KREUTZ, 2016, p. 203, grifo nosso).</p> <p>O município de Garibaldi “situa-se na encosta do planalto e é cortado pelos rios: das Antas, Taquari e Caí; pelos arroios: Marrecão, Boa Vista, Santa Clara, da Seca, Augusta e Passo das Antas” (IBGE, 1959a, p. 218).</p>	
Fonte: Cunha (1991); Google Maps (2019); Guia Vem (2014); IBGE (1959a); Houaiss (2006); Karam (1992); Kreutz (2016); Schierholt (2010)	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

¹³³ Ver ficha nº 40.

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 5
Hidrônimo: BAGUAL	
Localização/Município: Bom Jesus-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Zootopônimo (natureza física)
Etimologia: Bagual (datação de 1899): do platino <i>bagual</i> “potro arisco”, do guarani <i>mba'gwa</i> (HOUAISS, 2006). Potro ou cavalo bagual: “O <u>bagual</u> agachou-se a velhaquear, e, pra pior ainda, em volta, enredando-se no laço”, Simões Lopes Neto, <i>Contos Gauchescos e Lendas do Sul</i> (FERREIRA, 2004).	
Entrada Lexical: bagual	Estrutura Morfológica: Topônimo composto - híbrido (substantivo).
Histórico: Sobre o termo “bagual”, Nunes e Nunes (1996, p. 50) explicam: “O índio guarani, ou os que falavam o abanhenga, não conhecendo o cavalo antes da chegada dos europeus, não tinham nome para designar o animal exótico, e daí a formação por eles da palavra <i>mbaê-guara</i> ou <i>mbaê-uara</i> ” (...), ‘significando coisa estranha ou desconhecida’. Foi fácil ao português ou ao espanhol transformar a palavra em <i>bagual</i> , para o cavalo selvagem, procedente dos animais trazidos pelos primeiros em meados do século XVI (GRANADA, Vocabulário Rioplatense Razonado, in Moraes) ¹³⁴ .	
Informações Enciclopédicas: Bagual - Regionalismo: Rio Grande do Sul. Diacronismo: antigo: cavalo selvagem. Regionalismo: Rio Grande do Sul: qualquer cavalo (linguagem afetiva) (HOUAISS, 2006). Cascata Bagual, no arroio Bagual: Santa Margarida do Sul-RS.	
Fonte: Ferreira (2004); Houaiss (2006); Nunes e Nunes (1996).	
Data de coleta: outubro de 2018 a outubro de 2019	

¹³⁴ A Prefeitura Municipal de Bom Jesus não retornou o questionamento sobre o histórico do arroio, solicitado em outubro de 2019.

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 6
Hidrônimo: BARRA DE FERRO	
Localização/Município: Santa Cruz do Sul-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Pardo
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Geomorfotopônimo (natureza física)
<p>Etimologia: Barra (datação de 1175): peça comprida e estreita, de material rígido, como madeira, metal etc.: O homem-macaco sorriu, enquanto agarrava de novo na barra de ferro. Do latim vulgar <i>barra</i> travessa, tranca de fechar porta, de base pré-romana provinda do gaulês.</p> <p>Geografia, termo de marinha: entrada de um porto, entre duas porções avançadas de terra firme. Entrada de baía. Banco ou coroa de areia ou de outros sedimentos que os rios trazem e depositam nas suas bocas. Local em que um rio deságua no mar ou em lago; desembocadura, foz. No litoral, lugar em que as ondas frequentemente arrebatam.</p> <p>Ferro (datação de 1136): do latim <i>ferrum</i> (FERREIRA, 2004; HOAUISS, 2006; MICHAELIS, 2019, grifo nosso).</p>	
Entrada Lexical: barra	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (substantivo feminino + locução adjetiva).
<p>Histórico: “Barra de ferro – Pequeno arroio, também conhecido como arroio Barra. Talvez a denominação provenha da tradução e corruptela da palavra Barba de Ferro (em alemão = Eisenbarth, nome de um dos colonizadores da região). Já que o termo não apresentava sentido, deve ter sido alterado para Barra de Ferro”.</p> <p>“Barra – Arroio, afluente do rio Pardo, também chamado Barra de Ferro. (...) Barra é a designação popular da foz de um rio ou arroio” (MÜLLER, 1999, p. 15).</p>	
Informações Enciclopédicas: “Afluente da margem esquerda do rio Pardo ”, município de Santa Cruz do Sul (IBGE, 1950, p. 11, grifo nosso).	
Fonte: Ferreira (2004); Houaiss (2006); IBGE (1950); Michaelis (2019); Müller (1999).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 7
Hidrônimo: BEIJA-FLOR	
Localização/Município: Colinas-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Zootopônimo (natureza física)
Etimologia: Beija-flor (datação de 1813): de beijar + flor. Beijar = do latim <i>basiare</i> ; flor = do latim <i>flos</i> , <i>floris</i> , por via erudita (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).	
Entrada Lexical: beija-flor	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (substantivo masculino).
<p>Histórico: “Sobre o Arroio Beija-Flor muitos problemas com as pontes aconteceram; foram levadas pelas águas das enchentes, ou ruíram. Em 1945 uma ponte de pedras arenito foi construída; aí sim, a esperança de longa duração, mas em 26/01/1946 uma violenta enchente fez a ponte ruir assim que as águas haviam baixado, cujo fato foi visto por algumas senhoras bem de perto num domingo à tarde, depois de terem cruzado a mesma” (BERGESCH, 2000, p. 56).</p> <p>Os distritos de Arroio da Seca e Corvo faziam parte da Fazenda Beija-Flor, de Pedro Álvares Cabral da Silveira da Cunha Godolfim (de João Altenhofen, posteriormente) e as grandes concessões de terra de José Francisco dos Santos Pinto (HESSEL, 1998; WIKIPÉDIA, 2019, grifo nosso).</p>	
Informações Enciclopédicas: Há registro de “Linha Beija-Flor”, no distrito de Corvo, Estrela-RS (IBGE, 1959a, p.198).	
Fonte: Bergesch (2000); Ferreira (2004); Hessel (1998); Houaiss (2006); IBGE (1959a); WIKIPÉDIA (2019).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 8
Hidrônimo: BIAZUS	
Localização/Município: Farroupilha-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Antropotopônimo (natureza antropocultural)
Etimologia: Sobrenome de família de origem italiana.	
Entrada Lexical: n/e	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (substantivo).
<p>Histórico: Sobrenome de família tradicional na região de Caxias do Sul-RS. Armando Alexandre Biazus: seu nome batiza o Jardim Botânico desse município (WIKIPÉDIA, 2019).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: “O arroio Biazus drena parte da cidade de Farroupilha e estima-se que sua poluição seja de origem variada, como efluentes sanitários e da atividade agropecuária” (STE, 2011b, p. 431).</p> <p>Em Farroupilha, “os principais mananciais são: Arroio Biazus e Rio Burati¹³⁵” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA, 2014, p. 42, grifo nosso).</p> <p>Na localidade de Busa, em Farroupilha, que deriva do dialeto Vêneto e significa buraco, há o arroio Biazus, que é o maior arroio em extensão do município. “Esta é uma localidade típica do interior da serra gaúcha, as estradas de chão batido são margeadas por inúmeros parreirais” (AQUELES LUGARZINHOS, 2011).</p> <p>O arroio Retiro pertence à unidade de gestão do Médio Taquari-Antas, sub-bacia do rio Burati/Arroio Retiro (STE, 2012a; 2012c). Nessa unidade, “as sub-bacias Rio Quebra-dentes/Arroio Mulada, Rio Tega, Arroio Biazus e Rio Burati/Arroio Retiro apresentam o esgotamento sanitário urbano, como setor responsável para contribuição de cargas orgânicas ao Taquari-Antas” (STE, 2012b, p. 137, grifo nosso).</p>	
Fonte: Aqueles lugarzinhos (2011); Prefeitura Municipal de Farroupilha (2014); STE (2011b, 2012b); Wikipédia (2019).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

¹³⁵ Ver ficha nº 10.

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 9
Hidrônimo: BOA VISTA	
Localização/Município: Carlos Barbosa-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Animotopônimo (natureza antropocultural)
<p>Etimologia: Boa (do latim <i>bona</i>). Vista (datação do século XIII): feminino substantivado de <i>visto</i> (do latim, “ver”).</p> <p>Boa-vistense (topônimo <i>Boa Vista</i> + <i>ense</i>): relativo a Boa Vista, capital do Estado de Roraima¹³⁶, ou o que é seu natural ou habitante (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).</p>	
Entrada Lexical: boa; boa-vistense	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (adjetivo feminino - feminino de <i>bom</i> + feminino substantivado do adjetivo <i>visto</i>).
<p>Histórico: A Picada Boa Vista provém do arroio Boa Vista, “que teria sido uma atribuição do agrimensor Lothar de la Rue, ou Boa Vista numa referência à exuberante vegetação da Mata Pluvial Subtropical” (LANG, 1995, p. 26). Os nativos mantiveram a Mata Pluvial Subtropical como área de caça, quando habitavam margens do arroio Boa Vista (principal curso fluvial do território teutoniense), procurando se instalar “nas cercanias do arroio Boa Vista. O local inicial situava-se entre a Boa Vista e Frank” (LANG, 2000, p. 58).</p> <p>“O arroio Grande deve ser o atual Boa Vista, o maior afluente do rio Taquari em território estrelense. E se Francisco Leonardo Cardoso e João da Silva Ribeiro Lima* são nominalmente citados, é porque seguramente haviam recebido suas terras anteriormente, no século 18, o primeiro ao norte do arroio Boa Vista, o segundo ao sul do arroio do Ouro” (HESSEL, 1983, p. 15).</p> <p>* Sua Fazenda dos Barros, outro nome antigo de Bom Retiro, se estendia por território hoje estrelense até a zona do Arroio do Ouro.</p> <p>Os arroios Boa Vista e Poço das Antas “têm valor histórico muito significativo, pois foi às margens deles que os primeiros colonizadores se instalaram”, sendo imprescindíveis “no início da colonização, para a geração de energia elétrica para os primeiros moradores da região, bem como para a movimentação de vários moinhos de milho e trigo que se instalaram às suas margens” (OFÍCIO 009/2011; FERRI; TOGNI, 2012, p. 176).</p> <p>“Teutônia teve início na margem esquerda do Arroio Boa Vista, afluente do Rio Taquari, em meados do século XIX, com o povoamento de Glückauf, hoje Canabarro” (MEINCKE, 2011, p. 45).</p> <p>Boa Vista: “coxilhão e capão no 1º distrito” (ALMEIDA, 1931, p. 106¹³⁷).</p> <p>Ocorrência em mapas: “Arroio da Boa Vista” (ROSCIO, 1778); “Arroio Boa Vista” (<i>Mapa Estrela Colonias</i>, 1887).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: É um “importante afluente do rio Taquari” (FERRI; TOGNI, 2012, p. 169).</p> <p>“O arroio Boa Vista tem sua origem em Navegantes, entre as cidades de Carlos Barbosa e Garibaldi.</p>	

¹³⁶ Este topônimo não se relaciona ao hidrônimo analisado que, devido a isso, não é classificado como corotopônimo.

¹³⁷ Fonte: livro encontrado no Centro de Memória, Documentação e Pesquisa (CMDPU) do Museu de Ciências Naturais da Univates (MCN).

Atravessando o município de Carlos Barbosa e Barão entra no município de Poço das Antas, na divisa com Cafundó. Referindo-se ao Arroio Boa Vista, o Mons. Matias José Gansweidt, escreve: ‘não é largo o rio que aí se retorce em meandros, apertado entre paredões. Possui, contudo panelões e poças respeitáveis. Fortuna! Nas águas brincam peixes de várias espécies e talhos’”.

“A configuração geomorfológica do curso do Arroio Boa Vista caracteriza-o como um curso de corredeira, de pouca insolação e, portanto, de baixa produtividade primária”.

“Com o desmatamento das suas margens, descarga de substâncias orgânicas e inorgânicas, aliados à insolação e suas consequências possibilitaram a proliferação anormal das algas, como ocorreu no arroio Boa Vista, a partir do dia 27 de dezembro de 1992” (KNOB; KNOB, 1998, p. 13).

O município de Teutônia, além de outros arroios menores, “é banhado pelo Arroio Boa Vista”, que “nasce nos municípios de Carlos Barbosa e Barão e desemboca no rio Taquari, em Estrela” (KOCH; WINCK, 2000, p. 51).

Município de Boa Vista do Sul-RS: “Boa Vista era o nome de uma área compreendida por uma série de lotes de 01 ate 80. Acerca do lote nº27, surgiu um povoado, que passou a chamar-se 27 da Boa Vista. Os imigrantes começaram a chegar na área de Boa Vista, junto ao lote nº27, no final do século passado, tendo se dedicado basicamente às atividades agrícolas. Já na primeira década deste século (1905), existia na Localidade uma pousada, uma funilaria, uma casa de comércio e uma fábrica de queijos. E também desta época a construção de uma barragem no Arroio Boa Vista e instalação de um gerador para o fornecimento de energia elétrica ao povoado. Após a emancipação passou a chamar-se Boa Vista do Sul” (IBGE, 2018; MISTURINI, 2018).

Fonte: Ferreira (2004); Ferri e Togni (2012); Hessel (1983); Houaiss (2006); IBGE (2018); Knob e Knob (1998); Koch e Winck (2000); Lang (1995; 2000); Misturini (2018); Roscio (1778).

Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 10
Hidrônimo: BURATI	
Localização/Município: Bento Gonçalves-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: rio	Taxionomia: Antropotopônimo (natureza antropocultural)
Etimologia: Burato: provêm do italiano <i>buratto</i> (1566), tela/tecido pouco espesso e transparente usado para bordar; espécie de peneira usada para separar a farinha (HOUAISS, 2006).	
Entrada Lexical: burato	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (substantivo).
<p>Histórico: “Nas pesquisas nos mapas foram encontrados os nomes dos rios Burati, que fica entre as localidades da Gruta do Salgado e a Linha Silva Pinto Sul”.</p> <p>“Quanto à motivação dos nomes dos cursos d’água, há interessantes elementos histórico-culturais preservados em suas denominações. Como exemplos, temos o Rio Burati, assim chamado em homenagem à família Buratto, que foi uma das primeiras famílias de imigrantes italianos a se instalarem nas margens do rio, constituindo, assim, uma comunidade em suas imediações chamada Vila Burati” (COLLE; FAGGION, 2012).</p> <p>Ocorrência em mapa - “Arroio Burati”: (Mapa) <i>Diretoria de Obras Públicas Terras e Colonização em Porto Alegre, 1897</i> (KARAM, 1992).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: Arroio “afluente da margem esquerda do rio das Antas”, no município de Bento Gonçalves (IBGE, 1950, p. 19).</p> <p>“O arroio Burati drena parte da cidade de Bento Gonçalves, tendo sua qualidade influenciada, possivelmente, pelo aporte de poluentes derivados das áreas urbanas e industriais e, em menor grau, das áreas rurais. Esta constatação é reforçada pela baixa presença de poluentes nos pontos de monitoramento localizados no rio das Antas e no arroio Pedrinho¹³⁸, que drena áreas menos habitadas e menos industrializadas” (STE, 2011b, p. 431, grifo nosso).</p> <p>Em Farroupilha, “os principais mananciais são: Arroio Biazus e Rio Burati” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA, 2014, p. 42, grifo nosso).</p> <p>Em Bento Gonçalves-RS, há o <i>Vale do Burati</i>, “por onde passa o rio de mesmo nome” (GUIA MERCOSUL TURISMO, 1993, p.130).</p>	
Fonte: Colle e Faggion (2012); Guia Mercosul Turismo (1993); Houaiss (2006); IBGE (1950); Karam (1992); Prefeitura Municipal de Farroupilha (2014); STE (2011b).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

¹³⁸ Ver ficha nº 62.

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 11
Hidrônimo: BURURI	
Localização/Município: São Francisco de Paula-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: rio	Taxionomia: Etnotopônimo (natureza antropocultural)
<p>Etimologia: <i>Mburú</i> (do guarani): maldição; <i>Mbururi</i> (do guarani) (MONTTOYA, 1639, p.217).</p> <p>Bururu: 1.Etnônimo. Indivíduo dos bururus, povo indígena da margem esquerda do rio Amazonas. 2.Pertencente ou relativo a esse povo (FERREIRA, 2004).</p>	
Entrada Lexical: bururu	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (substantivo).
<p>Histórico: O município de São Francisco de Paula foi habitado pelos índios Caaguaras, Caáguas, que no inverno usavam pelegos para aquecimento, com aldeias estendidas pelas Serras do Mar e Geral. “A prática da queimada era constante e a agricultura rudimentar era de milho, mandioca, abóbora e batata-doce. Os índios se fixaram na região devido à oferta de caça-pesca por meio do Rio Bururi e do Arroio do Porco Morto” (CARDOSO, 2011, p. 41, grifo nosso).</p> <p>Rio Bururi: “ex- Lajeado Grande”¹³⁹ (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1951, p. 512).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: “Rio, afluente da margem esquerda do rio das Antas”, no município de São Francisco de Paula (IBGE, 1950, p. 19).</p> <p>“...percorrendo o limite com o Município de São Francisco de Paula, encontra-se o arroio Bento e sua confluência com o rio Bururi ou Lajeado Grande” (PASSOS; HERÉDIA, 2015, p. 318).</p> <p>Moradores da comunidade de Lajeado Grande, distrito de São Francisco de Paula, fizeram protesto contra as condições precárias da ponte sobre o Rio Bururi, na ERS-476. A última reforma havia sido há 25 anos (PIONEIRO, 2013).</p>	
<p>Fonte: Cardoso (2011); Ferreira (2004); IBGE (1950); Montoya (1639); Pioneiro (2013); Passos e Herédia (2015); Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1951).</p>	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

¹³⁹ Ver ficha nº 44.

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 12
Hidrônimo: CAMISAS	
Localização/Município: Cambará do Sul-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: rio	Taxionomia: Ergotopônimo (natureza antropocultural)
Etimologia: Camisa (datação de 1075): do latim <i>camisia</i> , roupa de dormir nos leitos chamados <i>cama</i> (FERREIRA, 2004, HOUAISS, 2006).	
Entrada Lexical: camisa	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (substantivo feminino plural – <i>camisa</i> , morfema lexical +s, morfema gramatical).
<p>Histórico: “Entre o rio “Caiy¹⁴⁰” e o “Tebiquari¹⁴¹”, aparece um outro rio afluente do Jacuí, o “Curuyarey”, formado pelo rio Camisas” (FERRI, 1991, p. 52).</p> <p>Ocorrência em mapas: “Rio das Camisas” (ROSCIO, 1778) “Rio Camisas” (OLIVEIRA, 1885).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: “Localiza-se na parte Leste da bacia do rio Taquari-Antas. Nasce nos Antiplanos do Planalto Basáltico Meridional, junto à escarpa costeira da Serra Geral, no município de Cambará do Sul” e deságua no rio das Antas.</p> <p>“Ambos os rios, Camisas e Tainhas, são considerados como “vertentes” do rio das Antas” (FERRI; TOGNI, 2012, p. 25).</p> <p>“Como prática de esportes, considera-se o trecho a montante ao Lajeado das Margaridas, no Rio Camisas, que é propício para a realização de passeios em botes com possibilidade de banho de rio” (STE, 2011b, p. 346).</p> <p>Cambará do Sul-RS:</p> <p><i>Lajeado das Margaridas</i>, “local onde o Rio Camisas se expande sobre um grande lajeado, formando pequenas corredeiras e piscinas naturais” (GUIA DA SERRA GAÚCHA, 1998, p.283).</p> <p><i>Lajeado do Camisa</i>, “a 10 km da sede, série de corredeiras suaves do Rio Camisas em grandes blocos de rocha” (GUIA MERCOSUL TURISMO, 1993, p. 198).</p> <p>“Rio, afluente da margem esquerda do Antas”, no município de São Francisco de Paula” (IBGE, 1950, p.23).</p>	
Fonte: Bueno (2014); Ferreira (2004); Ferri (1991); Ferri e Togni (2012); Guia da Serra Gaúcha (1998); Guia Mercosul Turismo (1993); Houaiss (2006); Oliveira (1885); Roscio (1778); STE (2011b).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

¹⁴⁰ Cay = “o rio da mata, de *caa*, mata e *y*, rio”, tupi-guarani (BUENO, 2014, p. 101).

¹⁴¹ Ver ficha nº 91.

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 13
Hidrônimo: CAPINGÜÍ	
Localização/Município: Passo Fundo-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: rio	Taxionomia: Fitotopônimo (natureza física)
<p>Etimologia: Capim (datação: 1618): gramínea, erva. <i>Caapii</i>, a folha fina, delgada, do tupi <i>ka'pii</i>, este de <i>ka'a</i> 'mato, erva, planta em geral, mata' + <i>pii</i> 'fino, delgado' (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006). Gui: “primeira pessoa do gerúndio dos verbos do pronome <i>xe</i>. Ex. <i>Gui paca</i>, acordando eu”, tupi (BUENO, 2014, p.453).</p>	
Entrada Lexical: capim	Estrutura Morfológica: Topônimo composto
<p>Histórico: No município de Marau, o extermínio de um “bando chefiado pelo temido cacique Marau era inevitável. Por volta de 1840, acusados de trucidar dois moradores da aldeia Passo Fundo das Missões, os índios foram perseguidos por uma escolta que atravessou o rio Capingui e, às margens de um arroio, depois chamado de Mortandade, travou-se a primeira batalha” (CHERINI, 2007, p. 163, grifo nosso). Monumentos artísticos e históricos de Passo Fundo – “Obras de Arte: Represa de Capingui na divisa com o município de Marau (rio Capingui)” (IBGE, 1959b, p. 30).</p> <p>1950, 13/10 - Reunião num dos salões do Clube Comercial com a participação de 16 desportistas, tendo sido fundado o <i>Clube Náutico Capingüí</i>.</p> <p>“Embora tenha sido fundado para a prática dos esportes náuticos, o custo elevado dos barcos e a distância da cidade de cerca de 22 quilômetros da sede campestre situada na margem da Barragem do Rio Capingüí, onde seriam praticados o remo, a vela e a motonáutica, praticamente inviabilizaram tais atividades esportivas”.</p> <p>“Internamente, o clube realizou durante vários anos a 'Travessia do Capingüí à Nado', numa distância de aproximadamente 800 metros, nado livre. Promoveu também, provas de motonáutica na Barragem do Rio Capingüí” (LICHT, 2004).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: “Nasce no planalto rio-grandense, formado pelos arroios Capingüí e Marau” (FERRI, 1988a, p. 164).</p> <p>“Rio, formador do Guaporé¹⁴², nasce na região central do município” de Passo Fundo (IBGE, 1950, p.27).</p> <p>“O ‘<i>capingui</i>’, segundo parece, é preferido às outras árvores”. E “raros eram os pés desta árvore” que não apresentavam as “brocas”. Os estragos sempre terminavam pelo corte da árvore (BAHIA, 1924).</p> <p>No município de Marau, “no tocante às cachoeiras, é digna de menção a existente no rio Capingui, perto do local onde se acha instalada a represa da CEEE. Há várias quedas d’água disseminadas pelos rios no interior do município, tais como, a existente no rio Marau, que serve às instalações da usina de Antônio P. Rigo & Cia. e a queda ocorrente no rio Taquari, perto da localidade denominada São Francisco” (IBGE, 1959a, p. 343).</p> <p><i>Usina Hidrelétrica Capingüí</i> – Rio Capingüí.</p> <p><i>São José do Capingüí</i>: “situada no limite Sul do Município de David Canabarro, a Comunidade de São José do Capingüí faz divisa com o município de Vanini” (MARCHEZI, 2006, p.382).</p>	
<p>Fonte: Bueno (2014); Cherini (2007); Ferreira (2004); Ferri (1988a); Houaiss (2006); IBGE (1959a, 1959b); Licht (2004); Marchezi (2006).</p>	
Data de coleta: outubro de 2018 a novembro de 2019	

¹⁴² O Museu Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo informou, em 04/11/2019, não possuir informações sobre o rio Capingüí. Já a Prefeitura Municipal de Passo Fundo não retornou o contato sobre a origem do nome do referido rio, realizado em outubro de 2019. Ver ficha nº 36.

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 14
Hidrônimo: CAPIVARA	
Localização/Município: Taquari-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Zootopônimo (natureza física)
<p>Etimologia: Capivara (datação de 1560): do tupi <i>kapii'gwara</i>, de <i>ka'pii</i> 'capim' + 'gwara' 'comedor' (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).</p> <p>“Capibara – s.f. Capivara, animal semelhante ao porco e que se alimenta de capim. De <i>capii</i>, capim, erva; <i>urara</i>, comedor” (BUENO, 2014, p.92).</p> <p>“Capivara” de “capi” = grama, relva + “guara” = come(do)r, roe(do)r + “i” = rio, arroio; rio das capivaras (CHERINI, 2007, p. 61).</p> <p>Capivara: de <i>cappii</i>-tinga, comedor de capim, nome de grande roedor (PEREIRA, 2017; TIBIRIÇÁ, 1985).</p>	
Entrada Lexical: capivara	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (substantivo feminino – o masculino é <i>capincho</i>).
<p>Histórico: Outros topônimos do Rio Grande do Sul remetem à capivara (animal): “Antiga Picada Capivara” e “Capivari” (CHERINI, 2007, p. 61 e p.157).</p> <p>“Parte do território do Vale do Taquari ao Sul, é drenado” pelo arroio Capivara e arroio Santa Cruz. “O espaço que circunda os recursos hídricos apresentam características consideradas Ideais para grupos Guarani” (KREUTZ, 2016, p. 206).</p> <p>Em 1880, “um bando de queixadas passaram pelo centro da vila de <i>Taquari</i>; foram mortos quase todos. Supomos que se desguaritassem da vara e descessem pela costa do <i>arroio Capivara</i> comendo araquás, de que é amante” (HESSEL, 1959, p.29).</p> <p>Capivara: ilha no rio “Taquary”, situada no 1º distrito (ALMEIDA, 1931, p. 107).</p> <p>“Arroio Capivara”: Mapa Colônias dos Vales do Rio Taquari e Rio Pardo – <i>Hundert Jahre Deutschum in Rio Grande do Sul</i>, 1924 (CUNHA, 1991); Mapa de Taquari em comemoração de seu centenário, 1949 (FARIAS, 2012).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: “Corpo hídrico situado na divisa entre os municípios de Fazenda Vilanova e Taquari” (FERRI; TOGNI, 2012, p.166).</p> <p>“Um dos mais fortes tributários do rio Taquari; limita os distritos municipais e tem sua barra situada não muito distante da Volta do Freitas”. Pela margem esquerda é “orlado de matos” (FARIA, 1981, p. 31 e 144).</p> <p>“Arroio, afluente da margem esquerda do rio Taquari”, no município de Taquari (IBGE, 1950, p. 27).</p> <p>“Forte tributário do Rio Taquari, nasce no Morro da Carapuça em Taquari; limita os Municípios de Taquari e Fazenda Vilanova” (FARIAS, 2012, p. 17).</p> <p>Ponte Arroio Capivara, em Taquari (GOOGLE Maps, 2019).</p> <p>“Entre os roedores aquáticos temos o ratão do banhado (<i>Myopotamus coypus</i>) criado por causa de seu pelo precioso, sucedâneo da pele do castor; e a capivara (<i>Hydrochoerus capibara</i>), o maior de todos os</p>	

roedores, que raras vezes ainda aparece junto aos grandes rios” (RAMBO, 1942, p. 149, grifos do autor ¹⁴³).
“Os <i>carpinchos</i> dos argentinos, <i>capivaras</i> dos brasileiros, são os <i>cabiais</i> dos naturalistas. Só se conhece uma espécie, a que se encontra abundantemente à margem dos regatos e rios desses países, descrita por Azara sob o nome de <i>capy-guara</i> (<i>Cavia capyvara</i> , de Lin.) e pertencente à ordem dos roedores. Esse animal, que tem a forma de porco, com um focinho mais obtuso, vive tanto na água como na terra. É impossível ver um anfíbio mais multiplicado do que esse. Sua carne, bem preparada, não é desagradável” (ISABELLE, 2006, p. 191).
Fonte: Almeida (1931); Bueno (2014); Cherini (2007); Faria (1981); Farias (2012); Ferreira (2004); Ferri e Togni (2012); Google Maps (2019); Hessel (1959); Houaiss (2006); Isabelle (2006); Kreutz (2016); Pereira (2017); Rambo (1942); Tibiriçá (1985).
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 15
Hidrônimo: CARANGUEJO (do)	
Localização/Município: Candelária-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Pardo
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Zootopônimo (natureza física)
Etimologia: Caranguejo (datação do século XIII?): do espanhol <i>cangrejo</i> , derivado do latim <i>cancer</i> , <i>cancrī</i> . “Caranguejo, lagostim; Câncer (constelação); cancro, doença cancerosa; pinça, fórceps” (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).	
Entrada Lexical: caranguejo	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (substantivo masculino).
Histórico: n/e ¹⁴⁴	
Informações Enciclopédicas: O arroio do Caranguejo é um “arroio, afluente da margem esquerda do rio Botucarai”, no município de Candelária. Outros topônimos localizados foram: “CARANGUEJO (RINCÃO DO) – Lugarejo, à margem esquerda da sanga do Caranguejo” e “lugarejo, à margem direita do arroio Arena” (Santa Maria). “CARANGUEJO - Sanga (do), afluente da margem esquerda do rio Santa Catarina” (Santa Maria) (IBGE, 1950, p. 29).	
Fonte: Ferreira (2004); Houaiss (2006); IBGE (1950).	
Data de coleta: outubro de 2018 a novembro de 2019	

¹⁴³ Fonte: livro encontrado no Centro de Memória, Documentação e Pesquisa da Univates - CMDPU/MCN.

¹⁴⁴ O Comitê Pardo (2019) retornou os questionamentos sobre esse e outros cursos d'água estudados, informando em 04/11/2019 não possuir informações acerca do histórico ou origem dos nomes dos rios e arroios que compõem a bacia. Já a Casa de Cultura de Candelária não retornou o questionamento acerca do histórico do nome do arroio, realizado em outubro de 2019.

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 16
Hidrônimo: CARIJÓ DO BURACO	
Localização/Município: Passa Sete-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Pardo
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Etnotopônimo (natureza antropocultural)
<p>Etimologia: Carijó (datação de 1899): diz-se do mestiço de branco e preto. Nome de uma tribo do Brasil e também de uma raça de galinhas com plumagem branca e preta. Do tupi <i>cari-yó</i>. Buraco (datação do século XIII): Variante de “<i>burato</i>¹⁴⁵” do latim “<i>foratus</i>”. Furo, orifício, toca (BUENO, 2010, 2014; HOUAISS, 2006).</p>	
Entrada Lexical: carijó	Estrutura Morfológica: Topônimo composto - híbrido (substantivo + locução adjetiva).
<p>Histórico: Carijós: os Guarani que, nos séculos XVI e XVII, habitavam São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina (aí também chamados <i>araxás</i>) e Rio Grande do Sul. População indígena escravizada pelos colonos paulistas, composta de diversos grupos indígenas (HOUAISS, 2006).</p> <p>O rio Taquari-Antas marca “uma importante divisão de parciais identificada por Cristóval de Mendoza no século 17: na porção oriental desse rio até o mar, ‘em umas serras muito férteis e abundantes de comida’, existiria uma província chamada ‘Caágua’¹⁴⁶. A porção oriental da Laguna dos Patos estaria ocupada, por sua vez, pelos ‘Arachanes’ (considerados por Teschauer como um povo guaranizado) e, por fim, no litoral gaúcho estariam estabelecidos os ‘Carijós’” (SCHNEIDER, 2019, p.46).</p> <p>“São, pois, as terras ligadas ao Ibia, terras altas. Suas tribos eram identificadas por Ibianguaras, ou ibianguaras, os carijós” (SCHIERHOLT, 2002, p. 12, grifo nosso).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: O Médio Pardo é a maior unidade de estudo da bacia. “As principais drenagens são: o próprio rio Pardo e os arroios Rondinha, Carijó do Buraco, Sobradinho, Passa-Sete e Grande (pela margem direita) e Quilombo (pela margem esquerda)” (ECOPLAN, 2005a, p. 17, grifo nosso).</p> <p>Carijó do Buraco: Localidade no interior de Passa Sete-RS.</p> <p>Carijó: “Procedente do branco. Diz-se do mestiço de branco e índio. Indígena de antiga tribo da região situada entre a Lagoa dos Patos e Cananéia. Diz-se do galo ou da galinha de penas salpicadas de preto e branco” (BARBOSA, 1986, p. 27).</p> <p>“1. Diz-se da ave de penas salpicadas de branco e preto (pedrês), geralmente o galo ou a galinha. 2. Indígena, descendente dos guaranis e que habitava o litoral ao norte da Lagoa dos Patos no Rio Grande do Sul. 3. Pertencente ou relativo a esse povo indígena” (BOSSLE, 2003, p. 125).</p>	
Fonte: Barbosa (1986); Bossle (2003); Bueno (2010, 2014); Ecoplan (2005a); Houaiss (2006); Schierholt (2002); Schneider (2019).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

¹⁴⁵ Ver ficha nº 10.

¹⁴⁶ Caaguassú = “a mata, a floresta grande. De *caá*, mata; *guassú*, grande” (BUENO, 2014, p.83).

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 17
Hidrônimo: CARREIRO	
Localização/Município: Lagoa Vermelha-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: rio	Taxionomia: Hodotopônimo (natureza antropocultural)
<p>Etimologia: Carreiro (datação de 1058): de carro + eiro. Carr-: do latim <i>carrus,i</i> masc. e <i>carrum,i</i> neutro, “carreta de quatro rodas”. Atalho, caminho estreito (regionalismo do sul do Brasil e Portugal). Eiro: sufixo latino (HOUAISS, 2006).</p>	
Entrada Lexical: carreiro	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (substantivo masculino – <i>carro</i> , morfema lexical + <i>eiro</i> , morfema gramatical).
<p>Histórico: “Antigamente chamado Ligeiro¹⁴⁷, o rio Carreiro nasce ao Norte da bacia do rio Taquari-Antas, na divisa entre os municípios de Ibiraiaras e Lagoa Vermelha. Sua foz está situada entre os municípios de Cotiporã e São Valentim do Sul, na localidade de Santa Bárbara. Pertence ao último município citado”.</p> <p>“A denominação do rio Carreiro se deve aos carreiros que os animais como gado, cavalos e outros, fizeram surgir junto ao rio quando por ali passavam” (FERRI; TOGNI, 2012, p.22).</p> <p>Município de Ibiraiaras-RS: era chamado de “São José do Carreiro” (BARBOSA, 2014, p.377).</p> <p>“Em mapa de 1823, o rio que seria o Carreiro, aparece com o nome de “Arroio do Julio”, e o Guaporé, como “Arroio Santa Rita” (KARAM, 1992, p. 98).</p> <p>Ocorrência em mapas: “Arroio Carreiro” (OLIVEIRA, 1885) e “Rio Carreiro” (<i>Mapa Estrela Colonias</i>, 1887).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: “Tem um percurso de 200 quilômetros, drenando uma área de 2752 quilômetros quadrados” (FERRI; TOGNI, 2012, p. 26).</p> <p>“Rio Carreiro, que atravessa no sentido nordeste-sudeste, tendo suas nascentes na divisa do município de Ibiraiaras com o município de Lagoa Vermelha, na Fazenda Jaboticabal, e deságua no rio das Antas” (OFÍCIO 009/2011; FERRI; TOGNI, 2012, p. 171).</p> <p>Em Dois Lajeados-RS, estão localizadas as <i>Corredeiras do Rio Carreiro</i>: “a alta velocidade com que as águas do Rio Carreiro descem a serra é aproveitada para a realização de provas de canoagem” (GUIA DA SERRA GAÚCHA, 1998, p.111).</p> <p>Rio que nasce na Coxilha Grande, município de Lagoa Vermelha, “e segue para o município de Passo Fundo, que deixa à direita, bem como o de Guaporé, separados dos de Prata e Alfredo Chaves, à esquerda. Da sua junção com o rio das Antas resulta o Taquari” (IBGE, 1950, p.30).</p>	
<p>Fonte: Barbosa (2014); Ferri e Togni (2012); Guia da Serra Gaúcha (1998); Houaiss (2006); IBGE (1950); Oliveira (1885).</p>	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

¹⁴⁷ Ver ficha nº 46.

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 18
Hidrônimo: CASTELHANO	
Localização/Município: Venâncio Aires-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Etnotopônimo (natureza antropocultural)
<p>Etimologia: Castelhana (datação do ano 1297): do latim <i>castellānus, a, um</i> “relativo a castelo ou praça forte, soldado da guarnição duma praça forte, proprietário dum terreno dentro dos limites duma praça fortificada”, do espanhol <i>castellano</i>. Regionalismo, Sul do Brasil: relativo à Argentina ou ao Uruguai, ou o que é seu natural ou habitante (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).</p>	
Entrada Lexical: castelhana	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (adjetivo e substantivo masculino).
<p>Histórico: “Nos campos de Rio Pardo residia o fazendeiro Vicente José Fagundes que, em torno de 1800, requerera do governo português a grande região coberta de floresta nativa entre os arroios Castelhana e Sampaio” (COLLISCHONN, 2000, p. 81).</p> <p>“O atual município de Venâncio Aires teve seu início de povoamento em 1800, por brasileiros que se estabeleceram na zona leste do município, nas várzeas do rio Taquari e dos arroios Castelhana e Sampaio. Somente em 1853 chegaram ao local os imigrantes alemães” (CHERINI, 2007, p. 316).</p> <p>“Em 1878, construir-se-ia a primeira ponte sobre o arroio Castelhana, permitindo rápido desenvolvimento do local” (IBGE, 1959b, p. 390).</p> <p>“Castelhana: 1. Afluente na margem direita do Rio Taquari, no primitivo território de Lajeado. (...). Deságua no Taquari, um pouco abaixo da margem oposta ao centro urbano de Bom Retiro do Sul, em Santarém. A denominação já consta em 1798, mencionada na Carta de Sesmaria concedida a José da Silva Lima e seus irmãos. A denominação nada tem a ver com a antiga demarcação territorial entre portugueses e castelhanos. Pode ter havido algum castelhana - uruguaio, por exemplo, perdido ou refugiado nas matas banhadas por este arroio, como houve na região de Boqueirão do Leão. Procuravam metais e pedras preciosas. 2. Passo e porto na margem direita do Rio Taquari, junto à foz do Arroio Castelhana” (SCHIERHOLT, 2010, p. 194).</p> <p>“A partir de pesquisa realizada quanto à razão do Arroio que faz a divisa entre os municípios de Cruzeiro do Sul e Venâncio Aires, chamar-se ‘Arroio Castelhana’, conclui-se que se trata de uma denominação muito antiga. Meu pai, nascido no ano de 1885, sempre contava que nas barrancas do referido Arroio havia um tronco de guabiroba, o qual no decorrer dos anos foi corroído pelas águas. Entre as raízes do mesmo foram encontradas grandes quantidades de projéteis de chumbo. Este tronco era de grande espessura e ficava à direita do ‘Arroio Castelhana’, bem na junção com o Rio Taquari. Permanece aqui uma indagação: houve ou não neste local um combate entre as forças Portuguesas e Castelhanas, por ocasião da Guerra das Reduções? Em consulta que fiz ao historiador Sérgio da Costa Franco, ele respondeu-me por carta em 7 de julho de 1982 que este Arroio nunca demarcara a fronteira com os castelhanos. Diz ainda que desde que houve a conquista portuguesa, a partir de Rio Pardo, essa foi uma região situada longe das divisas. Na opinião do historiador, certamente haveria algum castelhana desgarrado por aí, que, por ser raro e talvez único, assinalou definitivamente a região” (SCHROEDER FILHO, 1999, p. 129-130).</p> <p>1850: “007 – Officio a Presidencia da Provincia exigindo arcação [?] de dois Passos, um no arroio Castelhana, e outro no Sampaio” - Livro de registro de Offícios da Câmara de Vereadores de Taquari. 1852: “016 – Hum dito exigindo a quantia de 800 mil reis para limpeza do arroio Castelhana” - Livro de registro de Offícios da Câmara de Vereadores de Taquari (ROSA, 2017, p. 18-22¹⁴⁸).</p>	

¹⁴⁸ Fonte: trabalho encontrado no Centro de Memória, Documentação e Pesquisa da Univates - CMDPU/MCN.

<p>“O Livro Tombo da Freguesia de Venâncio Aires menciona como sendo os anos finais do século XVIII o momento inicial da ocupação por europeus do território que pertence hoje ao município. Segundo o referido documento, os primeiros povoadores da região eram de origem portuguesa. O povoamento mais remoto é datado de fins do século XVIII e início do século XIX. A área das primeiras ocupações foi à costa leste do rio Taquari, próximo dos arroios Castelhana e Sampaio (...). A área ao sul do arroio Taquari-mirim também foi ocupada e aproveitada para criação de gado e outras plantações” (ROSA, 2012, p. 20-21).</p> <p>A planície do Taquari-Antas é cortada ponto por vários afluentes que apresentam sítios arqueológicos, a exemplo do sítio RS-T-133, em Cruzeiro do Sul-RS, “que se insere nas margens do Arroio Castelhana, distante 5 km do sítio RS-T-117” (SCHNEIDER, 2019, p.116).</p> <p>“1. Arroio tributário do rio Taquari que tem a sua nascente no lugar chamado Monjolo, perto do início do arroio Sampaio. Limita, desde as nascentes, os municípios de Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul. Às suas margens, residia João Castelhana, morador antigo da região, apenas conhecido por este nome, conforme informações de Max von Beschoren. 2. Pequeno povoado às margens do arroio de mesmo nome” (MÜLLER, 1999, p 25).</p> <p>Ocorrência em mapas: “Rio Arr. Castelhana” (<i>Mapa Estrela Colonias</i>, 1887); “Arroio Castilhano” (<i>Planta Sesmaria Desterro</i>, 1897¹⁴⁹) e “Arroio Castelhana” (Mapa Colônias dos Vales do Rio Taquari e Rio Pardo – <i>Hundert Jahre Deuschtum in Rio Grande do Sul</i>, 1924 - CUNHA, 1991).</p>
<p>Informações Enciclopédicas: Sua nascente se encontra próxima à do arroio Sampaio e antes de penetrar no município de Venâncio Aires “serve de limite entre ele e o de Santa Cruz, servindo depois de limite entre o município e o de Lajeado, desde a barra do arroio Grande até sua foz no Taquari, lugar denominado Santarém. Constitui o limite sul da Sesmaria do Desterro” (FARIA, 1981, p. 154).</p> <p>Os pontos principais de pesca na bacia “concentram-se ao longo do percurso baixo do rio Taquari e no arroio Castelhana, próximo a cidade de Venâncio Aires” (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 17).</p> <p>“Arroio, afluente da margem direita do rio Taquari, na divisa do município de Lajeado” (IBGE, 1950, p. 31).</p>
<p>Fonte: Cherini (2007); Collischonn (2000); Cunha (1991); Faria (1981); Ferreira (2004); Guia Vem (2014); Houaiss (2006); IBGE (1950); Mapa Estrela Colonias (1887); Müller (1999); Planta Sesmaria Desterro (1897); Rio Grande do Sul (2012); Rosa (2012); Rosa (2017); Schierholt (2010); Schneider (2019); Schroeder Filho (1999).</p>
<p>Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019</p>

¹⁴⁹ Fonte: mapa disponibilizado pelo Arquivo Histórico Municipal de Lajeado-RS (ANEXO H deste trabalho).

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 19
Hidrônimo: CAVALHADA	
Localização/Município: Rio Pardo-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Pardo
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Zootopônimo (natureza física)
Etimologia: Cavallhada (datação de 1543): de cavalo (do latim <i>caballu</i>) + alhada (sufixo nominal). “1. Porção de cavalos. 2. Gado cavalhar” (HOUAISS, 2006; FERREIRA, 2004).	
Entrada Lexical: cavallhada	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (substantivo feminino – cav + <i>alha</i> coletivo + ada).
<p>Histórico: Foi encontrada a origem do bairro Cavallhada, localizado na zona sul do município de Porto Alegre: “a origem de seu nome é muito remota, recuando aos tempos do Governador José Marcelino de Figueiredo, que expropriou a André Bernardes Rangel, filho do sesmeiro Dionísio Rodrigues Mendes, um rincão de campo para servir à guarda da cavallhada pertencente à Fazenda Real e a serviço da Capital. Por haver servido durante vinte anos àquela finalidade, o referido rincão ficou conhecido como ‘da Cavallhada d’El Rei’ ou ‘Campo da Cavallhada’” (FRANCO, 2006, p. 104).</p> <p><i>Passo da Cavallhada:</i> “lugar, no município de Rio Pardo, na divisa com Vera Cruz, onde se estabeleceram muitas famílias de origem alemã” (MÜLLER, 1999, p. 80).</p> <p>Cavallhada (história): torneio que servia como exercício militar nos intervalos das guerras e onde nobres e guerreiros cultivavam a praxe da galantaria; em Portugal, tomou feição cívico-religiosa, baseando-se em temática do período de reconquista territorial dos cristãos sobre os mouros na península Ibérica, mais usado no plural (HOUAISS, 2006).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: O Sub-Médio Pardo é a segunda maior unidade de estudo da bacia. “Entre as principais drenagens encontram-se: as sangas Divisa e Oveiras e o arroio Cavallhada, pela margem direita, e o arroio Plumbs (ou Francisco Alves), pela margem esquerda. A cidade de Candelária encontra-se totalmente inserida nessa Unidade de Estudo (ECOPLAN, 2005a, p. 17, grifo nosso).</p> <p>“Arroio, afluente da margem direita do rio Pardo”, no município de Rio Pardo (IBGE, 1950, p. 32).</p> <p>Cavallhada é uma “porção de cavalos” (BOSSLE, 2003, p. 134).</p>	
Fonte: Bossle (2003); Ecoplan (2005a); Ferreira (2004); Franco (2006); Houaiss (2006); IBGE (1950); Müller (1999).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 20
Hidrônimo: CERRO DA MULA	
Localização/Município: Sinimbu-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Pardo
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Geomorfotopônimo (natureza física)
<p>Etimologia: Cerro (datação de 1496): do latim lat. <i>cirrus, i</i>, anel ou caracol de cabelos, cabelos atados no alto da cabeça, monta de crinas na testa ou nas pernas dos cavalos. É uma colina pequena e penhascosa, geralmente de forma tabular.</p> <p>Mula (datação do século XIII): do latim <i>mula</i>. A fêmea do burro. Coletivo: mulada¹⁵⁰ (FERREIRA, 2004, HOUAISS, 2006).</p>	
Entrada Lexical: cerro	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (substantivo + locução adjetiva).
<p>Histórico: “1. Lugar, às margens do arroio do mesmo nome, no município de Sinimbu”. “2. Pequeno arroio, afluente do rio Pardinho, que atravessa a localidade do mesmo nome, no município de Sinimbu”.</p> <p>“MULA: 1. Cerro no município de Sinimbu, onde, em 1889, foi aberta uma via de trânsito, numa subida fortíssima. Ali praticamente só podiam passar mulas, o que deu origem ao topônimo. A mula é um animal, cruza de cavalo com asno, muito próprio para tais caminhos e situações. 2. Pequeno lugarejo entre as linhas Vitorino Monteiro e Júlio de Castilhos. O local era antes conhecido como Mulapick (Picada da Mula). Esta região é muito íngreme, fato que torna o trânsito, geralmente, bastante difícil. A mula é, por natureza, um dos animais que melhor se presta para este tipo de terreno” (MÜLLER, 1999, p. 27 e p.73).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: Alto e Alto-Médio Pardinho “consistem nas Unidades relativas à bacia hidrográfica do rio Pardinho a montante da confluência do rio Pequeno”. E no Alto-Médio Pardinho “os principais afluentes do rio Pardinho são os arroios Pinhalzinho, Marcondes e Cerro da Mula, pela margem direita” (ECOPLAN, 2005a, p.17-18).</p> <p>Linha Cerro da Mula: Sinimbu-RS.</p>	
Fonte: Ecoplan (2005a); Ferreira (2004); Guia Vem (2014); Houaiss (2006); Müller (1999).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

¹⁵⁰ Ver ficha nº 55.

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 21
Hidrônimo: CHIMARRÃO	
Localização/Município: André da Rocha-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Fitotopônimo (natureza física)
<p>Etimologia: Chimarrão (datação de 1870): do espanhol platino <i>cimarrón</i> (FERREIRA, 2004). Apresenta origem controversa: autores sugerem o platino <i>cimarrón</i>, mas apresentam interpretações um tanto diversas; registrando que é substantivado de um adjetivo que se aplica ao escravo ou ao animal montaraz, ou à planta silvestre, em contraposição ao doméstico ou à que se cultiva; adaptou-se ao mate sem açúcar, em contraposição ao doce; outros entendem <i>cimarrón</i> como 'índios ou negros fugitivos; selvagem, silvestre', de <i>cima</i>, porque os fugitivos (índios e negros) refugiavam-se nas montanhas (HOUAISS, 2006).</p>	
Entrada Lexical: chimarrão	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (substantivo masculino).
<p>Histórico: Município de André da Rocha: “Por volta de 1700 os primeiros jesuítas espanhóis chegaram à região, onde encontraram indígenas conhecidos pelos nomes genéricos de caingangues ou coroados. As primeiras tentativas de adentramento do território tinham como objetivo a caça ao gado e a dilatação de fronteiras. O povoamento aconteceu no ano de 1840, com a chegada do primeiro proprietário da fazenda do Prata, Bernardo Fialho de Vargas, natural de Taquari. A fazenda do Prata limitava-se com a fazenda São João, de João Mariano Pimentel, poderoso tropeiro paulista”.</p> <p>“Bernardo de Vargas vendeu a fazenda do Prata ao lagunense Manoel Pereira Vieira, que foi o primeiro a se estabelecer no local, onde faleceu em 20 maio de 1902, com 85 anos de idade. Nesse período a fazenda passou a denominar-se fazenda dos Vieiras. Outros pioneiros foram Joaquim Antonio Fernandes e João de Souza Dias, que foi o primeiro proprietário da fazenda São Crispim, localizada no Chimarrão”.</p> <p>“O município é instalado em 1º/01/1989, constituído de dois distritos: André da Rocha e Chimarrão, ambos desmembrados de Lagoa Vermelha” (ANDRÉ da Rocha, 2009?; IBGE, 2018, grifo nosso).</p> <p>Chimarrão: “Era um bugre velho, que junto com seu filho Anísio fabricava erva-mate para o chimarrão. O carijó ficava perto de um rio, que o índio batizou com o nome de Chimarrão. Ainda hoje existem lá algumas plantas dessa erva”.</p> <p>“É o núcleo colonial mais antigo de toda a Grande Lagoa Vermelha. O início de seu povoamento por imigrantes italianos e seus descendentes verificou-se em 1897” (BARBOSA, 2014, p.251-252).</p> <p>“Gado chimarrão”: bravio e selvagem, no Rio Grande do Sul (PESAVENTO, 2009, p. 236, grifo nosso).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: Em André da Rocha, há a <i>Cascata do Chimarrão</i>, em São Roque, no Distrito do Chimarrão: “queda-d’-água do Arroio Chimarrão, situada em uma grande área de mata nativa” (GUIA DA SERRA GAÚCHA, 1998, p.300).</p> <p>“Rio, afluente da margem direita do Turvo¹⁵¹”, no município de Lagoa Vermelha (IBGE, 1950, p. 34, grifo nosso).</p> <p>Chimarrão:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.Regionalismo - Rio Grande do Sul: que ou o que foge ao costeiro e se torna bravio (diz-se de rês). 2 Derivação por extensão de sentido: que ou o que foge e passa ao estado selvagem (diz-se de animal doméstico). 3 Regionalismo - Sul do Brasil: diz-se de ou mate amargo, preparado com água fervente numa cuia, sem açúcar, e sorvido por meio de uma bomba ('canudo'). 4 Derivação por extensão de sentido: diz-se de ou qualquer outra bebida quente, servida sem açúcar (HOAUISS, 2006). 	
Fonte: André da Rocha (2009?); Barbosa (2014); Ferreira (2004); Guia da Serra Gaúcha (1998); Houaiss (2006); IBGE (1950; 2018); Pesavento (2009).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

¹⁵¹ Ver ficha nº 94.

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 22
Hidrônimo: CORVO	
Localização/Município: Colinas-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Zootopônimo (natureza física)
Etimologia: Corvo (datação do século XIII): do latim <i>corvu</i> (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006). Ave da família dos corvídeos, onívoros, de corpo preto; abutre, urubu (BUENO, 2010).	
Entrada Lexical: corvo	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (substantivo masculino).
<p>Histórico: “Era ali que, sobre o Taquari, quatro léguas abaixo da foz do Mboapari (Rio das Antas), tinha seus ranchos o índio Parapopi, preposto dos paulistas no resgate de cativos (...). Coincide essa distância de quatro léguas com o Corvo, distrito e arroio no município de Estrela, que fica sobre o rio Taquari, a 17km da cidade de Estrela” (PORTO, 1954, p.145, grifo nosso).</p> <p>Corvo era o nome de um “distrito do município de Estrela/RS, quando emancipou-se passou a se chamar Colinas”(KREUTZ, 2016, p. 245). Existem duas versões para a origem da antiga denominação do município de Colinas – “Corvo”. “De acordo com Reinoldo Wilirich, havia, no local, em tempos remotos, na década de 1920, uma árvore muito alta, acima do furado, onde costumavam pousar os corvos. Era por ali que costumavam aportar os lanchões e outras embarcações, após vencerem a impetuosa cachoeira junto à ilha ou ao próprio furado. Coube a esses navegantes aplicar a denominação de Corvo”.</p> <p>“Mas segundo o historiador José Alfredo Schierholt, o nome Corvo teria sido aplicado pelos navegadores que subiam o Rio Taquari e que aportaram no local devido às semelhanças com uma ilha dos Açores, também chamada Corvo” (SIMPÓSIO RAÍZES DO VALE, 2000, p.106 e p. 105-106).</p> <p>“Poço Grande foi o primeiro nome de origem portuguesa da região mais tarde conhecida como Corvo”.</p> <p>“O topônimo ‘Corvo’ inexistiu até meados da década de 1870. Com certeza, a denominação é decorrente da chegada de imigrantes alemães à região. Até esta data, a área de Colinas foi conhecida como ‘Terras do Poço Grande’”¹⁵² (RELLY; MACHADO; SCHNEIDER, 2008, p. 56).</p> <p>“O alemão Carl Seidler (2003, p. 148) referiu-se a corvos ‘que aqui existem em extraordinária quantidade e que para o bem dos habitantes avidamente devoram toda a carniça’, geralmente amontoadas ‘perto das casas expostas ao calor solar, impedindo os corvos que o ar pestado produza perigosa epidemia’” (CORREA; BUBLITZ, 2006, p. 47).</p> <p>“O nosso Brasil está cheio de nomes de origem europeia, e Corvo é um deles. Tivemos a felicidade de ler um livro da biblioteca do Colégio Evangélico Alberto Torres, em 1944, cujo título era “Viagens Através do Brasil”, no qual encontramos a história da denominação Corvo, onde diz: “Navegadores conhecedores de Portugal que subiam pelo rio Taquari avistaram naquela altura muitas aves pretas de bom tamanho, dada a grande semelhança com os corvos lá da sua pátria, mas que são menores, serviu para dar-lhes esta denominação”. Incorretamente o nosso urubu por muita gente é chamado de corvo, como se sinônimos fossem. Por esta razão o nome de Corvo não tinha boa aceitação do público e servia para pequenos deboches” (BERGESCH, 2000, p. 91).</p> <p>Corvo: “capão no 4º distrito” (ALMEIDA, 1931, p.108).</p> <p>Ocorrência em mapa - “Sanga Corvo”: <i>Planta da Colonia Guaporé</i>, 1903 (KARAM, 1992).</p>	

¹⁵² Fonte: Auto de medição de Primórdio Centeno de Azambuja de 29-03-1876, de número 696, localizado no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS.

<p>Informações Enciclopédicas: “Vila e sede do distrito de Corvo pertencente ao município e termo de Estrela, que faz parte da comarca de Lajeado. Na região ocidental do município, à margem esquerda do rio Taquari” (IBGE, 1950, p.38). “Entre o município de Garibaldi e o distrito de Corvo, em Estrela, o arroio da Seca, afluente da margem esquerda, cavou seu leito na escarpa da serra” (FERRI, 1991, p. 54).</p>
<p>Fonte: Almeida (1931); Bergesch (2000); Bueno (2010); Correa e Bublitz (2006); Ferreira (2004); Ferri (1991); Houaiss (2006); IBGE (1950); Karam (1992); Kreutz (2016); Porto (1954); Relly, Machado e Schneider (2008); Simpósios Raízes do Vale (2000);</p>
<p>Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019</p>

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 23
Hidrônimo: DONA JOSEFA	
Localização/Município: Vera Cruz-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Pardo
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Axiotopônimo (natureza antropocultural)
<p>Etimologia: Dona: do latim <i>domna</i> < latim <i>domina</i>. Título concedido às senhoras de famílias nobres (usado como tratamento honorífico, de que era precedido o nome próprio de mulheres pertencentes às famílias reais de Portugal e do Brasil, estendeu-se a todas as mulheres caracterizadas por algum título de superioridade ou respeito, como as casadas, viúvas, religiosas, idosas (FERREIRA, 2004, HOUAISS, 2006). Josefa (variante espanhola e portuguesa): a origem do nome Josefa é latim. Variação de Jôse. Feminino de José em latim, do hebraico Yoseph, que significa “Deus acrescenta” (SIGNIFICADO DO NOME, 2019).</p>	
Entrada Lexical: dona	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (substantivo feminino – feminino de <i>dom</i> e de <i>dono</i> + substantivo feminino).
<p>Histórico: De acordo com o Dicionário Histórico e Geográfico da Região de Santa Cruz do Sul (MÜLLER, 1999), Dona Josefa apresenta as seguintes definições: 1ª: é uma localidade de Vera Cruz; o Faxinal de Dona Josefa estava localizado entre os rios Pardinho e Pardo, terras adquiridas posteriormente por Cansação de Sinimbú, presidente da Província. A desapropriação renovada dessas terras foi autorizada pela Lei 377 (1857), que pertenciam, então, a Josefa Maria Branca Guedes Pinto, casada com Julião de Oliveira Cortes, em primeiras núpcias, e com Major Felipe Carvalho da Silva, em segundas núpcias. As terras anteriormente pertenceram a Pedro Louzada, Antônio de Oliveira, João Tarro, Antônio Raposo e Mathias Pereira. Em 1793 o Faxinal de Antônio de Oliveira foi comprado de Pedro Louzada e mais tarde pertenceu aos herdeiros, acima citados, de Dona Josefa. 2ª: é um travessão que liga a localidade de Linha Dona Josefa com a de Rio Pardinho. 3ª Cerro na localidade do mesmo nome. P. 34-35. Na Colônia de Santa Cruz, foram loteadas diversas linhas, picadas e travessões: 1854 - Travessão Dona Josefa e Picada Dona Josefa (ENGELMANN; RADÜNZ, 2009).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: O arroio Dona Josefa é “afluente da margem direita do arroio Andréas” (ECOPLAN, 2006, p.162, grifo nosso). Linha Dona Josefa: Vera Cruz-RS (GOOGLE Maps, 2019).</p>	
<p>Fonte: Ecoplan (2009); Engelmann e Radünz (2009); Ferreira (2004); Google Maps (2019); Houaiss (2006); Müller (1999); Significado do nome (2019).</p>	
<p>Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019</p>	

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 24
Hidrônimo: ENCANTADO	
Localização/Município: Encantado-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Animotopônimo (natureza antropocultural)
<p>Etimologia: Encantado (datação do século XIII): do latim <i>incantātus,a,um</i>, particípio passado de <i>incantāre</i>.</p> <p>1. Etnografia: para os indígenas e os caboclos, qualquer dos muitos seres animados por forças mágicas ou sobrenaturais, habitantes do céu, das selvas, das águas ou de lugares sagrados.</p> <p>2. Etnografia. Regionalismo: Brasil: nos candomblés de caboclo, designação dos espíritos de ancestrais indígenas que se veneram [Trata-se dos orixás iorubás aculturados com influências banta e do espiritismo, e alterados pelo estereótipo literário do índio, inspirado no Indianismo da fase romântica (Gonçalves Dias e José de Alencar)].</p> <p>Encantadense (topônimo <i>Encantado</i> + <i>ense</i>), relativo a Encantado-RS ou o que é seu natural ou habitante (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).</p>	
Entrada Lexical: encantadense; encantado	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (adjetivo; substantivo masculino).
<p>Histórico: “O arroio Encantado, tem esse nome desde o início do século 19 e desemboca no Taquari defronte à cidade de Encantado, donde a verdadeira e única origem do nome do município” (SCHIELHOLT, 2002, p. 45). “Refere a lenda que, por volta de 1870, Maná, velho guarani, teria contado aos filhos dos primeiros colonos de Encantado que, ao subir, à noite, o rio Taquari, cuja luz prateava as águas, avistou em cima de uma pedra um negro vulto que desapareceu nas espessas matas existentes, deixando-o emudecido pelo encantamento da visão. Só quando muito longe do lugar dessa assombração é que conseguiu quebrar o encantamento e falar, contando a visão que tivera”.</p> <p>“Anos mais tarde muitos dos primeiros colonos teriam tido semelhante visão na beira do riacho. Era um vulto branco. Avistaram-no e ficaram ‘encantados’” (FERRI; TOGNI, 2012, p. 79).</p> <p>O belo nome que o município ostenta com ufania, “Encantado”, teve suas origens em épocas remotas, que se perdem nas brumas dos tempos. Chegou até o homem civilizado através da transmissão oral de uma velha lenda indígena e posteriormente foi ratificado e consagrado pelos primitivos moradores e pelos colonizadores com uma expressão de “encantamento”, “enlevo”, “sedução”.</p> <p>A primeira referência escrita sobre a denominação “Encantado” aparece no livro “Registro Paroquial de Santo Amaro”, nº 38, folhas 540, registro nº 24, transcrito pelo historiador José Alfredo Schierholt, que diz:</p> <p><i>“Manoel Joaquim da Silva declara ter uma posse de terrenos na margem direita do rio Taquari, lado de Santo Amaro, no lugar denominado “ENCANTADO”, com meia légua de extensão, com uma légua de fundos, mais ou menos cujos terrenos confrontam-se, ao Norte com o Arroio Jacaré, pelo Sul com terras de José Antônio dos Santos Lara, pelo Leste com o rio Taquari e pelo Oeste, com a Serra Geral. Distrito de Santo Amaro, quinze de julho de 1856, (ass.) Manoel Joaquim da Silva”.</i></p> <p>O nome “Encantado” já existia no ano de 1856, ou quem sabe antes, portanto bem anterior à data da vinda dos primeiros imigrantes colonizadores. Do que se depreende que tenha se originado da velha lenda indígena, transmitida oralmente entre os silvícolas que habitavam ou perambulavam pela região até chegar ao homem civilizado que o ratificou, oficializando-o (FERRI, 1985, p. 37- 39).</p> <p>De acordo com a Prefeitura Municipal, diz outra lenda que na colina da Igreja Matriz, havia um córrego que desapareceu de um dia para o outro, como por encanto de fadas, daí dizer-se que o lugar era assombrado, encantado (SIMPÓSIO RAÍZES DO VALE, 2000; CHERINI, 2007).</p> <p>“Encantado é fruto da colonização italiana, efetivada a partir de 1882 com a chegada de imigrantes oriundos do norte da Itália, que buscavam um lugar melhor para viver”.</p> <p>“A colonização italiana extrapolou a zona demarcada pelo governo do Império do Brasil e, ainda no final do século XIX, chegou a um grande vale” (CHERINI, 2007, p.94).</p> <p>Ocorrência em mapa: “Arroio Encantado” (<i>Mapa Estrela Colonias</i>, 1887).</p>	

Informações Enciclopédicas: “O arroio ‘Encantado’, como é denominado até hoje, é tributário do rio Taquari, nasce nas divisas dos municípios de Roca Sales e Garibaldi. Rega o primeiro em sentido Leste-Oeste e tem sua barra defronte a cidade de Encantado, conforme se observa no mapa das terras de propriedade de José Francisco dos Santos Pinto, datado de 1978” (FERRI, 1985, p. 37).

“Arroio tributário do rio Taquari. Nasce nas divisas do município de Garibaldi, com Estrela e rega o distrito de Roca Sales, em sentido longitudinal. Tem sua barra defronte ao povoado de Encantado” (FERRI, 1988a, p. 144).

Encantado: “Cidade, sede do distrito, do município e do termo de Encantado, pertencente à comarca de Lajeado. Na região meridional do município, à margem direita do rio Taquari”, no município de Encantado.

“Arroio, afluente da margem esquerda do Saraquá”, no município de Lajeado (IBGE, 1950, p. 45).

Fonte: Cherini (2007); Ferreira (2004); Ferri (1985;1988a); Ferri e Togni (2012); Houaiss (2006); IBGE (1950); Mapa Estrela Colonias (1887); Simpósios Raízes do Vale (2000).

Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 25
Hidrônimo: ENGENHO (do)	
Localização/Município: Lajeado-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Sociotopônimo (natureza antropocultural)
Etimologia: Engenho (datação do século XIII): do latim <i>ingeniu</i> , qualidade inata ou natural, natureza, temperamento, caráter, inclinação, faculdade de saber, engenho, criatividade, por extensão, produto material da capacidade de criar (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).	
Entrada Lexical: engenho	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (substantivo masculino).
<p>Histórico: “Arroio histórico de vital importância aos colonizadores, pois foi ali que estabeleceram suas moradias e executaram as primeiras obras de infraestrutura, que foi a construção de um engenho e junto ao engenho um moinho importante para geração de energia. Podemos dizer que este arroio tem importância histórica muito grande, pois é a provável fonte para o início da cidade de Lajeado” (OFÍCIO 009/2011; FERRI; TOGNI, 2012, p. 175).</p> <p>“Os irmãos João e José tinham <i>duas fazendas unidas: uma, denominada Conventos, com três léguas de superfície...; e a segunda fazenda denominada do Carneiro ou Lajeado, a qual tem meia légua de superfície</i>. Cada vez que subiam o Rio Taquari, encontravam no leito onde está hoje o Porto Fluvial de Estrela uma forte cachoeira por onde deslizavam as águas sobre lajes planas e escorregadias, pela natureza pavimentada e lajeado de pedras e cascalhos roliços. A essa cachoeira deram o nome de Lajeado, nome dado também ao arroio, hoje arroio do Engenho. Fonte: José Alfredo Schierholt”(SIMPÓSIOS RAÍZES DO VALE, 2000, p. 112).</p> <p>No município de Lajeado, “desde os primórdios do povoamento das sesmarias, como ponto de referência na identificação de locais, estão as lajes de uma cachoeira existente no rio Taquari, bem como o Arroio do Engenho, cujas águas cascateiam sobre lajeiros, originaram o nome de Lajeado” (CHERINI, 2007, p.155).</p> <p>“Suas águas moveram o início da economia de nosso município, promovendo o adensamento de um povoado em suas margens e fazendo surgir uma cidade” (BRENTANO, 2002, p. 07).</p> <p>“Arroio Lajeado¹⁵³, hoje Arroio ou Canal do Engenho” (SCHIERHOLT, 2010, p. 408, grifo nosso).</p> <p>Registros encontrados: “Arroio Engenho”, <i>Planta da Colonia Guaporé</i>, 1903 e “Arroio do Engenho”, <i>Planta da Região Colonial e do prolongamento da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Novo Hamburgo</i>, s.d. (KARAM, 1992).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: “Arroio, afluente da margem direita do rio Taquari”, no município de Lajeado (IBGE, 1950, p. 45).</p> <p>A microbacia do arroio do Engenho tem como área 10590 m², nasce além da BR386, no atual bairro Centenário, desenvolvendo-se em zona intensa de urbanização, atravessando os bairros Olarias, Montanha, Florestal, São Cristóvão, Americano, Hidráulica e Centro, desembocando no rio Taquari (BRENTANO, 2002; FERRI; TOGNI, 2012).</p>	
Fonte: Brentano (2002); Cherini (2007); Ferreira (2004); Ferri e Togni (2012); Houaiss (2006); IBGE (1950); Karam (1992); Schierholt (2010); Simpósios Raízes do Vale (2000).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

¹⁵³ Ver ficha nº 43.

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 26
Hidrônimo: ESTRELA	
Localização/Município: Estrela-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Astrotopônimo (natureza física)
<p>Etimologia: Estrela (datação do século XIII): do latim <i>stella</i>. Estrelense (datação de 1873): relativo a Estrela-RS ou o que é seu natural ou habitante (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).</p> <p>Corpo celeste que produz luz própria (BUENO, 2010).</p>	
Entrada Lexical: estrela; estrelense	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (substantivo feminino).
<p>Histórico: “Diz a lenda que Estrela tem este nome porque, quando da chegada dos primeiros aventureiros na região, avistaram uma certa luminosidade fora do comum às margens do rio Taquari. Pensaram que naquele lugar havia caído uma estrela cadente, logo a denominação de Estrela. O fato tem sua explicação em fenômeno natural, pois no local havia um pântano cujos gases refletiam a luz da lua, ocasionando a luminosidade” (FERRI; TOGNI, 2012, p. 81).</p> <p>“Arroio da Estrela deu origem ao nome da cidade e do município de Estrela. Quando não há documento que comprove a origem de um toponímico, surgem os poetas e contadores de histórias para contar e cantar a origem do nome através de lendas e contos”.</p> <p>“Arroio Estrela nasce na colônia Santa Manuela ou Russland, com o nome de Arroio Grande, em cuja margem esquerda está situada a cidade, que desse arroio recebeu o primeiro nome de Arroio Grande, denominação alterada para Concórdia (...), e novamente alterada pra o nome atual de Paverama (...). Ao deixar Paverama, as águas tomam o nome de arroio das Posses, até na ponte, alterando a denominação para Arroio Estrela, ao entrar nesse território, atravessando-o até se lançar no rio Taquari” (SCHIERHOLT, 2002, p.17 e p. 451).</p> <p>Em atividade de campo desenvolvida no entorno do Arroio Estrela, fragmentos de cerâmica corrugada foram encontrados (KREUTZ, 2016).</p> <p>“Arroio da Estrella”, <i>Planta da Colonia Guaporé</i>, 1903 (KARAM, 1992).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: Estrela: “Arroio, afluente da margem esquerda do rio Taquari”, no município de Estrela. “Cidade, sede do distrito, do município e do termo de Estrela, pertencente à comarca de Lajeado. a região sul ocidental do município, à margem esquerda do rio Taquari e seu afluente arroio Estrela” (IBGE, 1950, p.48).</p>	
<p>Fonte: Bueno (2010); Ferreira (2004); Ferri e Togni (2012); Houaiss (2006); IBGE (1950); Karam (1992); Kreutz (2016); Schierholt (2002).</p>	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 27
Hidrônimo: FÃO	
Localização/Município: Progresso-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: rio	Taxionomia: Antropotopônimo (natureza antropocultural)
Etimologia: Fãozense: de, ou pertencente ou relativo a Fão (Portugal) ¹⁵⁴ . O natural ou habitante de Fão (FERREIRA, 2004).	
Entrada Lexical: fãozense	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (substantivo).
<p>Histórico: O combate do Fão: “o arroio Fão corre célere entre rochedos e penhascos na direção noroeste para o sudeste, num curso médio de trinta metros de largura, mais ou menos. Há diversas versões sobre a origem do topônimo do arroio Fão. Uma, dentre as muitas, é que, no final do século passado, algumas famílias de origem alemã se radicaram às margens do arroio Forqueta, sendo que uma, de ascendência nobre, se estabeleceu mais acima, às margens do arroio Fão. Era a família Von Reichenbach.</p> <p>Como na propriedade da mesma havia um grande poteiro para o repouso de tropas que subiam e desciam a serra, ficou sendo um ponto de referência dos tropeiros. A pronúncia do vocábulo Von e Fon foi alterada pelo povo, que passou a dizer Fão.</p> <p>No local em que o arroio Fão recebe como afluente na sua margem esquerda o arroio Duduia, verificou-se, há exatamente sessenta anos atrás, um dos mais violentos combates da Revolução Constitucionalista em nosso estado” (SCHROEDER FILHO, 1999, p. 105).</p> <p>Curiosidade: a palavra Fão já aparece “em 1856 numa relação de povoadores da Serra de São Xavier, próximo a Júlio de Castilhos. Trata-se de Serafim de Oliveira Fão. Já em 1889, em Passo Fundo um dos integrantes do Partido Republicano era Antônio Cipriano Fão. Faziam parte de famílias de madeiros. Para historiadores trata-se da incorporação ao sobrenome da localidade de onde as pessoas eram oriundas, um costume português. Fão é uma localidade do litoral de Portugal, a oeste da cidade de Barcelos. Já para o ex-reitor da Feevale, Francisco Assis Stürmer, natural da Barra do Dudulha, o nome Fão tem origem em 1875 quando algumas famílias alemãs migraram para o Brasil e se estabeleceram á beira do rio. Entre elas estavam os Von Reichenbach, que deram origem ao nome Fão, pois o vocabulário ‘Von’ teve sua pronúncia alterada para ‘Fon’ e, mais tarde, Fão, como ficou conhecido o lugar” (UM LUGAR no vale, 2009).</p> <p>“Entre os acontecimentos históricos, talvez o mais destacado tenha sido a Guerra do Fão, em 1932, por ocasião da Revolução Constitucionalista”.</p> <p>No início do século, a região do município de Pouso Novo “era cruzada por viajantes a cavalo e pelas tropas de gado. Consta que João Brasileiro era uma pessoa de espírito bonachão, alegre e hospitaleiro. A tal pousada nova ficava no topo da serra, no triângulo formado pelos rios Fão e Forqueta, chamado por João Brasileiro de Pouso Novo” (CHERINI, 2007, p. 111 e p. 221).</p> <p>Na margem direita do rio Forqueta existem cinco sítios registrados. “Na margem esquerda, embora nenhum sítio tenha sido cadastrado, já foi evidenciada cultura material pertencentes a sociedades Guaraní. Os dois principais afluentes do Forqueta, o Rio Fão e o Arroio Forquetinha também tiveram suas planícies ocupadas por estes grupos”.</p> <p>“Entre os espaços no Vale do Taquari, cujas características ambientais não são tão favoráveis para a colonização, destacam-se áreas dos vales dos rios Forqueta e Guaporé, afluentes da margem direita do rio Taquari, e outros rios e arroios como o Fão, Forquetinha e o Augusta.</p> <p>Exemplo disso, destaca-se o Rio Fão, afluente do Rio Forqueta, que em determinado trecho (...), na</p>	

¹⁵⁴ Embora este topônimo apareça em uma versão do histórico do hidrônimo, esse último não é classificado como corotopônimo em virtude das evidências de sua relação com a família alemã Von Reichenbach (“Fon”).

<p>margem direita, foram encontradas evidências arqueológicas (cerâmica) pertencentes a grupos Guarani. Nota-se que se trata de uma planície de pouca extensão (...), a qual influenciava na produtividade agrícola, um rendimento menor. A mesma também não poderia abrigar um número elevado de indivíduos” (KREUTZ, 2016, p. 121 e p. 209).</p> <p>“À medida que os imigrantes europeus e seus descendentes avançavam pelo território do Vale do Taquari, a situação das prováveis aldeias indígenas piorava. Esses grupos devem ter abandonado as planícies ao longo dos maiores rios, iniciando um deslocamento para áreas mais interioranas. Conforme Bersch et al. (2006, p. 48), “raramente estreitas e compridas várzeas ladeavam os arroios, quase sempre terras devolutas e de domínio público, às vezes o último refúgio de esparsos e diminutos grupos de indígenas”. Nesse sentido, para os autores, os grupos indígenas encolhiam-se “mais e mais encosta acima”. Entre esses ‘refúgios’, talvez pequenos grupos tenham se estabelecido em estreitas planícies situados a rios menores, entre eles o Rio Fão” (KREUTZ, 2016, p. 290).</p> <p>“Arroio Fão”: Mapa Colônias dos Vales do Rio Taquari e Rio Pardo – <i>Hundert Jahre Deutschtum in Rio Grande do Sul</i>, 1924 (CUNHA, 1991).</p>
<p>Informações Enciclopédicas: Arroio Fão: “também conhecido por rio. Percorre o município por cerca de 30km, servindo de divisa do distrito de Pouso Novo com o município de Lajeado. Possui uma queda d’água com capacidade de 700 HP, aproveitada energeticamente” (THOMÉ, 1984, p. 104).</p> <p>Lajeado-RS: “À população da comuna, na sua maioria de origem germânica, acrescentavam-se colonos italianos nos lugares denominados Marques de Souza, Fão e outros” (IBGE, 1959a, p.321).</p> <p>Fão: rio que nasce nas vizinhanças do município de Soledade, “e seguindo para o sul, deixa, à direita, o município de Lajeado, e, à esquerda, o de arroio do Meio, antes de desaguar no Taquari, pela margem direita” (IBGE, 1950, p.49).</p>
<p>Fonte: Cherini (2007); Cunha (1991); Ferreira (2004); IBGE (1950; 1959a); Kreutz (2016); Schroeder Filho (1999); Thomé (1984); Um lugar no vale (2009).</p>
<p>Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019</p>

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 28
Hidrônimo: FÃOZINHO	
Localização/Município: Barros Cassal-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Antropotopônimo (natureza antropocultural)
Etimologia: Fãozense: de, ou pertencente ou relativo a Fão (Portugal). O natural ou habitante de Fão. -inho: sufixo nominal diminutivo, derivado do sufixo <i>-inu</i> latino vulgar (conexo com <i>-ino</i> , ver, que é sua fonte), com um desdobramento típico da língua portuguesa (FERREIRA, 2004; HOUASS, 2006).	
Entrada Lexical: fãozense	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (substantivo).
Histórico: Coloda (2004, p. 73) cita que uma “comunidade era chamada de ‘ <i>Fãozinho</i> ’ devido à localização às margens do arroio Fão ¹⁵⁵ . A Capela foi construída por uma promessa da família Cerutti, que escolheu como padroeira Nossa Senhora do Bom Parto”.	
Informações Enciclopédicas: “Afluente do Rio Fão ” (STE, 2011b, p.310, grifo nosso).	
Fonte: Coloda (2004); Ferreira (2004); Houaiss (2006); STE (2011b).	
Data de coleta: outubro de 2018 a outubro de 2019	

¹⁵⁵ A Prefeitura Municipal de Barros Cassal não retornou o questionamento sobre a origem no nome do arroio, realizado em outubro de 2019. Ver ficha nº 27.

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 29
Hidrônimo: FORQUETA	
Localização/Município: Soledade-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: rio	Taxionomia: Hodotopônimo (natureza antropocultural)
<p>Etimologia: Forqueta (datação de 1673): de forca (do latim <i>furca</i>, forca, forcado, forcada, pau bifurcado, dente de forcado, escora, espeque, patíbulo) + eta (sufixo de origem latina). Forquilha. (Brasil) Lugar de confluência de dois rios, caracterizado pela formação de um ângulo agudo (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).</p> <p>“Forqueta é uma forquilha, ou bifurcação de um galho de árvore. O termo, também, era usado para designar a confluência de dois rios” (MÜLLER, 1999, p. 42-43).</p>	
Entrada Lexical: forqueta	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (substantivo feminino – <i>forca</i> , morfema lexical + <i>eta</i> , morfema gramatical).
<p>Histórico: “Transposto o passo do Taquari, junto ao Corvo, ou mais abaixo, e tomando por Conventos, na região de Piraiubi¹⁵⁶, que deve ser o Rio Forqueta, despontaria as nascentes dos arroios Sampaio e Alegre” (PORTO, 1954, p.146, grifo nosso).</p> <p>“A denominação de ARROIO Forqueta surgiu nos primórdios da colonização europeia, pois o próprio nome do Município originou-se em função dos três recursos hídricos, Arroio Forqueta, Arroio Grande e Arroio do Meio, que drenam a área onde cresceu o povoado. Atualmente a denominação RIO para o rio Forqueta é usada de forma generalizada pela população local e regional, bem como o termo RIO, é empregado em publicações acadêmicas e científicas”.</p> <p>“Do mesmo modo que o rio Taquari, este afluyente serviu como meio de transporte e via de escoamento da produção das colônias situadas as suas margens” (KREUTZ et al., 2011, p. 36 e p. 43).</p> <p>“É de conhecimento comum, que a grande região composta pela área delimitada entre os rios Forqueta e Guaporé passou a receber, a partir das duas últimas décadas dos anos 1800, um considerável montante de famílias de origem luso-brasileira, que viriam a ser, no caso mais específico de Ilópolis, os primeiros proprietários das ‘posses’ determinadas pela Comissão de Terras do Governo do Estado” (BOZZETTO JUNIOR, 2004, p. 19).</p> <p>“Na história: sua foz tinha um porto, servia de banho, pesca e fonte de água para animais durante a estiagem”.</p> <p>“Historicamente esses rios (arroio Putinga, arroio Lajeado Bonito e rio Forqueta) são usados principalmente para pesca, banho e geração de energia, para tocar moinhos e na pecuária utilizando a água para matar a sede de animais” (FERRI; TOGNI, 2012, p. 172 e p.177).</p> <p>“O Rio Forqueta, cujas nascentes são no município de Soledade, percorre no espaço Vale do Taquari duas Unidades Geomorfológicas, Patamares da Serra Geral e Serra Geral. (...) Ao longo de parte de seu curso, que drena o espaço Vale do Taquari, estão cadastrados sete sítios arqueológicos, bem como, nove locais com evidências arqueológicas e Áreas Ideais para o estabelecimento de sociedades Guarani” (KREUTZ, 2016, p. 193).</p> <p>“Rio Forqueta”: <i>Planta da Colonia Guaporé</i>, 1903 (KARAM, 1992).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: “Nasce ao Noroeste da bacia do rio Taquari-Antas, junto ao divisor de águas da bacia do Jacuí. Desemboca no baixo curso do rio Taquari, entre os municípios de Lajeado e Arroio do Meio. Tem um percurso aproximado de 90 quilômetros” (FERRI; TOGNI, 2012, p. 26).</p>	

¹⁵⁶ Piraiuba = “peixe de que fazem o grude do mesmo nome” (BUENO, 2014, p. 508).

O rio Forqueta, “nasce no município de Soledade, na altitude de 400 metros delimitando os municípios de Lajeado e Arroio do Meio” (LAJEADO, 1974, p. 14).

“ARROIO FORQUETA. Mais apropriadamente chamado rio, dada a extensão e volume líquido. Nasce na serra de Anta Gorda, município de Soledade, a mais de 600 metros de altura, com cerca de 90km de curso, dos quais 75km em território de Arroio do Meio. Corta o município na região setentrional, na direção geral Norte-Sul até a confluência com o arroio Fão, quando toma a direção geral Oeste-Sudeste, até desembocar no Taquari, servindo de limite Sul com o município de Lajeado (THOMÉ, 1984, p. 103 - 104).”

Forqueta: “Povoado, à margem direita do arroio Forqueta”, no município de Arroio do Meio. “Rio, nasce a nordeste da cidade de Soledade, e, seguindo para o sul, separa o município homônimo e Lajeado à direita, de Encantado e Arroio do Meio, à esquerda, até desaguar no rio Taquari, pela margem direita (IBGE, 1950, p. 52).

“Arroio da Forqueta”: Mapa Colônias dos Vales do Rio Taquari e Rio Pardo – *Hundert Jahre Deutschum in Rio Grande do Sul*, 1924 (CUNHA, 1991).

Fonte: Bozzetto Junior (2004); Bueno (2014); Cunha (1991); Ferreira (2004); Ferri e Togni (2012); Houaiss (2006); IBGE (1950); Karam (1992); Kreutz (2016); Kreutz et al. (2011); Lajeado (1974); Müller (1999); Thomé (1984).

Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 30
Hidrônimo: FORQUETINHA	
Localização/Município: Forquetinha-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Hodotopônimo (natureza antropocultural)
<p>Etimologia: Forqueta (datação de 1673): de forca (do latim <i>furca</i>, forca, forcado, forcada, pau bifurcado, dente de forcado, escora, espeque, patíbulo) + eta (sufixo de origem latina). Forquilha. (Brasil) Lugar de confluência de dois rios, caracterizado pela formação de um ângulo agudo.</p> <p>-inha: sufixo diminutivo, efetivamente, derivado de um sufixo <i>-ina</i> latino vulgar (conexo com <i>-ino</i>, que é erudito e sua fonte), com um desdobramento tipicamente da língua portuguesa (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).</p>	
Entrada Lexical: forqueta	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (substantivo feminino).
<p>Histórico: “O nome do município se deve ao estabelecimento de agricultores imigrantes na “Barra da Forquetinha”, ou seja, estabeleceram-se às margens do arroio Forquetinha” (FERRI; TOGNI, 2012, p. 84).</p> <p>“Diminutivo de ‘forqueta’ = forquilha de arroio”.</p> <p>“Forquetinha foi dividido em lotes coloniais em 1857 e as primeiras famílias estabeleceram-se em seguida próximo a Conventos, à margem esquerda do Arroio das Antas e na Barra da Forquetinha, em ambos os lados do Arroio Forquetinha do Travessão de Conventos até Linha Perau, porém ligados às comunidades católica e à Evangélica de Conventos, pela proximidade” (CHERINI, 2007, p. 112).</p> <p>Na margem direita do Rio Forqueta há cinco sítios Guarani registrados e “na margem esquerda, embora nenhum sítio tenha sido cadastrado, já foi evidenciada cultura material pertencentes a sociedades Guarani. Os dois principais afluentes do Forqueta¹⁵⁷, o Rio Fão e o Arroio Forquetinha também tiveram suas planícies ocupadas por estes grupos”.</p> <p>“No Vale do Taquari, os sítios Guarani até o momento registrados ocorrem com maior frequência nas planícies ao longo dos rios: Taquari, Forqueta e Arroio Forquetinha” (KREUTZ, 2016, p. 121 e p.143).</p> <p>“O Arroio Forquetinha, afluente do Rio Forqueta, foi dividido em três Áreas, e, em parte do seu curso apresenta condições ideais para a instalação de aldeias Guarani (...). Essas características são percebidas no território localizado mais ao próximo a sua foz”.</p> <p>Entre os espaços no Vale do Taquari, cujas características ambientais não são tão favoráveis para a colonização, destacam-se áreas dos vales dos rios Forqueta e Guaporé, afluentes da margem direita do rio Taquari, e outros rios e arroios como o Fão, Forquetinha e o Augusta (KREUTZ, 2016, p. 197 e p. 209).</p> <p>“Arroio Forquetinha”: Mapa Colônias dos Vales do Rio Taquari e Rio Pardo – <i>Hundert Jahre Deutschtum in Rio Grande do Sul</i>, 1924 (CUNHA, 1991).</p>	
Informações Enciclopédicas: “Arroio, afluente da margem direita do rio Forqueta”, no município de Lajeado (IBGE, 1950, p. 53).	
Fonte: Cherini (2007); Cunha (1991); Ferreira (2004); Ferri e Togni (2012); Houaiss (2006); Kreutz (2016).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

¹⁵⁷ Ver ficha nº 29.

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 31
Hidrônimo: FRANCISCO ALVES	
Localização/Município: Vale do Sol-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Pardo
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Antropotopônimo (natureza antropocultural)
<p>Etimologia: Francisco-alvense (datação de 1967): o mesmo que “alvense” (relativo a Francisco Alves-PR¹⁵⁸ ou o que é seu natural ou habitante). Topônimo <i>Francisco Alves</i> + <i>-ense</i> (sufixo latino) (HOUAISS, 2006).</p> <p>“O nome Francisco Alves é composto por dois nomes comuns: Francisco (Latim de gênero masculino) e Alves (Português de gênero masculino). A origem do nome Francisco Alves é Latim. Do latim Franciscus (o mesmo que franco, francês) que no franco-latino significa Homem - <i>Policial</i> - livre. Os franco latinos usavam o termo para designar aquele que era expulso da tribo e era dado a ele uma lança para sua sobrevivência” (SIGNIFICADO DO NOME, 2019).</p>	
Entrada Lexical: francisco-alvense	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (substantivo).
<p>Histórico: “Caudaloso arroio que atravessa o município de Vale do Sol. É, popularmente, conhecido como arroio Plumps. Francisco Antônio Alves era filho de Antônio José Alves de Souza e Isabel Maria do Sacramento e faleceu em Rio Pardo. Aventamos a possibilidade de que o mesmo tenha sido um parente de Evaristo Alves de Oliveira”.</p> <p>Plumps é a “denominação popular do arroio Francisco Alves. Quando ainda não havia estradas pavimentadas, este local era um verdadeiro terror dos viajantes carroceiros e motoristas que, por ali, trafegavam. Às vezes ficavam atolados nesse local durante semanas” (MÜLLER, 1999, p. 43 e p. 84, grifo nosso).</p> <p>Arroio Plumbs¹⁵⁹ é “também denominado na cartografia oficial como arroio Francisco Alves” (ECOPLAN, 2005a, p.15”, grifo nosso).</p> <p>“Em 1858, a estrada que ligaria o povoado de São João de Santa Cruz ao 7º distrito de Rio Pardo e à Serra do Butucarahy foi planejada. Não podia ser desviada de três grandes várzeas: Bom Jesus, Arroio Francisco Alves (Blums) e Rio Pardo” (DUMMER, 2009, p. 38, grifo nosso).</p> <p>26 de novembro de 1878: “Pelo Ato da presidência da Província, desta data, foi o município subdividido em três Distritos Especiais ou Judiciários, pela forma seguinte: - “1º Distrito: compreendendo o terreno entre a divisa de leste, o Rio Pardo e as respectivas divisas do sul e norte do município. – 2º Distrito: o terreno que fica entre o rio Pardo, o rio Pardo, o arroio Francisco Alves e a divisa de norte do município. – 3º Distrito: o terreno compreendido entre o arroio Francisco Alves, o rio Pardo e a divisa de norte do município”, 1914 (MENEZES, 2005, p. 85).</p> <p>“...dificuldades de passagem no Arroio Plums, onde eram colocados muitos fachos de árvores para conseguir atravessar os atoladores e seguir viagem que, na época, era realizada por carroças de bois” (FINKLER, 2012, p. 35, grifo nosso).</p> <p>“A presença da tradição Vieira na área está representada por pouquíssimos vestígios cerâmicos em ‘cerritos’ e sítios superficiais, localizados próximos à desembocadura do Arroio Francisco Alves, no baixo Rio Pardo, em um ambiente úmido e alagadiço. Em alguns casos, a cerâmica Vieira está associada a fragmentos cerâmicos tanto Tupiguarani como Taquara, especialmente nas camadas mais superficiais</p>	

¹⁵⁸ Este topônimo não se relaciona ao hidrônimo analisado que, devido a isso, não é classificado como corotopônimo.

¹⁵⁹ *Plumbs* (inglês) = prumos.

<p>daqueles sítios, indicando um fenômeno recente, talvez já representando um período em que a interação daquelas duas populações já estivesse bastante consolidada” (ROGGE, 2004, p. 181).</p> <p>“A tradição Umbu, relacionada a caçadores e coletores pré-cerâmicos possui uma forte relação com a tradição cerâmica Vieira, cuja ocorrência (...) aparece em três sítios na forma de ‘cerritos’, localizados na parte baixa e alagadiça dos rios Pardo e Pardinho, ‘em suaves elevações, entre 15 e 18 m acima do nível da várzea ou da margem direita do Arroio Francisco Alves’” (RIBEIRO, 1991; ROGGE, 2004, p. 130).</p> <p>“Francisco Alvez, Cabo do 3º Batalhão de Caçadores”, 3 de Abril de 1841 (RIO GRANDE DO SUL, 2009, p. 191).</p> <p>“AZAMBUJA, FRANCISCO ALVES DE – Casou com a segunda filha do casal Cel. João Luiz Gomes e Francisca Ferreira de Castro.</p> <p>Maria Leopoldina Gomes, nasceu aproximadamente em 1859, em Rio Pardo e faleceu em 1893, em Porto Alegre; casou com o Cel. Francisco Alves de Azambuja, que foi intendente em Rio Pardo em 1905, nascido em 1844 e falecido em 1927, filho do Alferes Rafael Pinto de Azambuja e de D. Maria Luiza Mena de Borba, naturais de Rio Pardo; neto parente do Tenente-coronel Manoel Alves Guimarães e de D. Leonor Clara de Oliveira, naturais de Triunfo, neto materno do Coronel Francisco Antônio de Borba, natural de Rio Pardo e de D. Mariana Luiza de Figueiredo Mena, natural de Porto Alegre” (LAYTANO, 1979, p. 239).</p> <p>“AO AR LIVRE, À MARGEM DO ARROIO GUABIJU, 19 de janeiro, 3 léguas” – Durante os dois dias que permaneci em Belém, fui cumulado de gentilezas pelo Major José Francisco Martins, comandante do destacamento aí acantonado, e pelo Capitão Francisco Alves de Azambuja (*).”</p> <p>* O autor registra Francisco Alves Zambueyo (SAINT-HILAIRE, 2002, p.224).</p>
<p>Informações Enciclopédicas: “Arroio, afluente da margem esquerda do rio Pardo”, no município de Santa Cruz do Sul (IBGE, 1950, p.53).</p> <p>O Sub-Médio Pardo é a segunda maior unidade de estudo da bacia. “Entre as principais drenagens encontram-se: as sangas Divisa e Oveiras e o arroio Cavallhada, pela margem direita, e o arroio Plumbs (ou Francisco Alves), pela margem esquerda. A cidade de Candelária encontra-se totalmente inserida nessa Unidade de Estudo (ECOPLAN, 2005a, p. 17).</p> <p>“Linha Plumbs”: lugar às margens do arroio Francisco Alves (MÜLLER, 1999, p.66).</p>
<p>Fonte: Dummer (2009); Ecoplan (2005a); Finkler (2012); Guia Vem (2014); Houaiss (2006); IBGE (1950); Laytano (1979); Rio Grande do Sul (2009); Menezes (2005); Müller (1999); Ribeiro (1991); Rogge (2004); Saint-Hilaire (2002); Significado do nome (2019).</p>
<p>Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019</p>

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 32 ¹⁶⁰
Hidrônimo: GRANDE	
Localização/Município: Santa Cruz do Sul-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Pardo
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Dimensiotopônimo (natureza física)
<p>Etimologia: Grande (século XIII): do latim <i>grandis</i>, e 'grande, avançado em idade, alto, sublime'. Arroio-grandense (datação de 1873): relativo a Arroio Grande-RS ou o que é seu natural ou habitante. Topônimo <i>Arroio Grande</i> + <i>-ense</i> (sufixo latino) (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).</p>	
Entrada Lexical: grande; arroio-grandense	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (adjetivo de dois gêneros).
<p>Histórico: “Denominação popular do arroio das Pedras, ou Steinbach, que atravessa o bairro Arroio Grande, onde recebe as águas do arroio do Moinho”. “Grande – Pequeno lajeado, afluente do arroio Francisco Alves” (MÜLLER, 1999, p. 14 e p. 45).</p> <p>“Um certo Camargo, que construiu a sua casa no lado norte do Arroio Grande e tornou-se, assim, o primeiro morador branco da ‘Boa Vista’”.</p> <p>“Nos campos de Rio Pardo residia o fazendeiro Vicente José Fagundes que, em torno de 1800, requerera do governo português a grande região coberta de floresta nativa entre os arroios Castelhana e Sampaio” (COLLISCHONN, 2000, p. 81).</p> <p>GRANDE: Dois capões no 1º distrito, um no 2º e outro no 4º; ilhota granítica defronte à sede, na confluência dos rios “Jacuhy” e “Taquary”, no 1º distrito (ALMEIDA, 1931, p.110).</p> <p>ARROIO GRANDE: 1. Arroio tributário na margem esquerda do Arroio Castelhana. Servia de limite entre Cruzeiro do Sul e Venâncio Aires. 2. Antiga linha colonial em Cruzeiro do Sul, encravada pelo Sul com a margem esquerda do Arroio Grande, pelo Oeste com a divisa de Venâncio Aires, pelo Norte e pelo Leste com a Linha Boa Esperança – cf mapa de Carlos Kurt Flatau, de 1936. Muitos anos depois, parte de seu território tomou a denominação de Vinte e dois (22) de Novembro (v). e outra parte tinha o nome de Travessa Conceição (SCHIERHOLT, 2010, p. 155).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: Baixo Pardinho “consiste na unidade mais a jusante da sub-bacia do rio Pardinho, contando com uma área de 219 km². As altitudes variam entre 300 e menos de 100 m e o uso do solo apresenta uma forte mistura entre áreas urbanas, campos e áreas cultivadas (soja e arroz). Destaca-se, como principal afluente do rio Pardinho, nessa Unidade, o arroio Grande (pela margem esquerda)” (ECOPLAN, 2005a, p. 18).</p> <p>Bairro Arroio Grande: Santa Cruz do Sul (GOOGLE Maps, 2019).</p>	
<p>Fonte: Almeida (1931); Collischonn (2000); Ecoplan (2005a); Ferreira (2004); Google Maps (2019); Guia Vem (2014); Houaiss (2006); Müller (1999); Schierholt (2010).</p>	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

¹⁶⁰ Foi encontrada a ocorrência do topônimo “arroio grande” na BH Rio Pardo (registrado na ficha atual) e também na BH Rio Taquari-Antas (ver ficha nº 33). Isso exemplifica o pensamento de Seabra (2008), exposto na introdução do presente trabalho, de que o léxico toponímico permite que um mesmo topônimo designe lugares distintos, correspondentes a situações diversas.

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 33
Hidrônimo: GRANDE	
Localização/Município: Capitão-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Dimensiotopônimo (natureza física)
<p>Etimologia: Grande (século XIII): do latim <i>grandis</i>, e 'grande, avançado em idade, alto, sublime'. Arroio-grandense (datação de 1873): relativo a Arroio Grande-RS ou o que é seu natural ou habitante. Topônimo Arroio Grande + <i>-ense</i> (sufixo latino) (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).</p>	
Entrada Lexical: grande; arroio-grandense	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (adjetivo de dois gêneros).
<p>Histórico: “O arroio Grande no seu percurso fornecia energia com suas águas para três moinhos; o primeiro era do Sr. Carlos Puhl; o segundo, o moinho e engenho de serra do Sr. Mathias Kerbes, e o terceiro do Sr. Miguel Rushel, isto na década de 1940” (SCHROEDER FILHO, 1999, p. 34).</p> <p>“Na história: energia para moinhos, banho e fonte de água para animais durante as estiagens” (OFÍCIO 009/2011; FERRI; TOGNI, 2012, p. 172).</p> <p>Arroio Grande: <i>Planta Sesmaria Desterro</i>, 1897, <i>Planta da Colonia Guaporé</i>, 1903 (KARAM, 1992); <i>Mapa das Divisas dos Municípios de Taquari e Triunfo</i>, em 1891 (FARIAS, 2012).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: “O arroio Grande nasce no município de Capitão e escorre na direção Leste em direção ao rio Taquari”.</p> <p>“Além de ser economicamente importante para as populações que se fizeram presentes ao longo do seu curso, durante muitos séculos, o arroio Grande atualmente propicia áreas de lazer para a população do município. Para melhorar a infraestrutura da região, foram realizadas algumas obras, como a construção de uma ponte (...) na década de 1920” (KREUTZ et al., 2011, p. 44).</p> <p>“Nasce em Capitão, onde apresenta uma queda d’água a 18km da sede, com 20 metros de altura e potência calculada de 1000 H.P. Seu curso aproximado é de 24 km, seguindo a direção N-S até receber o afluente Capitão, à direita, quando toma a direção NO-SE. Banha o povoado de Arroio Grande Superior e a sede municipal, na barra” (THOMÉ, 1984, p. 104-105).</p> <p>ARROIO GRANDE – “Povoado, à margem direita do arroio do mesmo nome”, município de Arroio do Meio (IBGE, 1950, p.8).</p> <p>Outro arroio encontrado: Arroio Grande que nasce nos extremos das divisas entre Taquari e Montenegro – colônia Santa Manuela ou Russland (Linha Rússia) (FARIA, 1981), “regando vasta zona do interior do primeiro desses municípios” (SILVA, 1972, p. 48).</p>	
<p>Fonte: Farias (2012); Ferreira (2004); Houaiss (2006); IBGE (1950); Kreutz et al. (2011); Silva (1972); Thomé (1984).</p>	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 34
Hidrônimo: GRAVATAL	
Localização/Município: Santa Cruz do Sul-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Pardo
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Fitotopônimo (natureza física)
<p>Etimologia: Gravatá (datação de 1618): do tupi <i>karagwa'ta</i>, forma vulgar de <i>caraguatá</i>: planta espinhosa que produz frutos amarelos em cachos ácidos. A fibra era aproveitada pelos indígenas, assim como o espinho para servir de agulha ou alfinete. De <i>carauá-atã</i>, o caruá duro, forte (BUENO, 2014, HOUAISS, 2006).</p> <p>-al (do latim <i>-ale</i>): sufixo nominal (FERREIRA, 2004).</p> <p>Caraguatá, craguatá, corocatá, gravatá (cará + guatá) = rizoma que rasteja, bromeliácea, uma das plantas mais características da floresta tropical brasileira (GREGÓRIO, 1980; PEREIRA, 2017).</p>	
Entrada Lexical: gravatá	Estrutura Morfológica: Topônimo composto - híbrido (substantivo).
<p>Histórico: “No lugar do faxinal, escolhido para povoação, hoje cidade de Santa Cruz (do Sul), era muito abundante o gravatá, e se abriam, aqui e ali, uns campestres de macega e pequenos banhados”, 1914 (MENEZES, 2005, p. 9, grifo nosso).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: O Alto Pardo “situa-se na porção superior da Bacia do Rio Pardo”. Suas “principais drenagens são: o rio Pardo e os arroios Gravatal e Sapo (pela margem direita) e Ligeiro e Palmeira (pela margem esquerda)” (ECOPLAN, 2005a, p. 16, grifo nosso).</p>	
<p>Fonte: Bueno (2014); Ecoplan (2005a); Ferreira (2004); Gregório (1980); Houaiss (2006); Menezes (2005); Pereira (2017).</p>	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 35
Hidrônimo: GRUTA (da)	
Localização/Município: Santa Cruz do Sul-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Pardo
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Geomorfotopônimo (natureza física)
Etimologia: Gruta (datação de 1548): do napolitano ou do siciliano <i>grutta</i> (italino <i>grotta</i>), que origina-se do latim vulgar <i>crupta</i> (latim clássico <i>crypta</i>). 1 cavidade de forma e profundidade variáveis, encontrada freq. em rochas calcárias ou em arenitos de cimento calcário. 2. qualquer cavidade, construída artificialmente, com forma de gruta ou caverna (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).	
Entrada Lexical: gruta	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (substantivo feminino).
<p>Histórico: “Pequeno arroio que nasce no Parque da Gruta. Junta-se, depois, ao arroio Jucuri, formando o arroio Preto ou sanga Preta.”</p> <p>“Em sua nascente foi instalado o primeiro ponto de captação de água da cidade de Santa Cruz do Sul. Ainda hoje, diversos bairros são abastecidos com a água que brota, límpida e pura, das inúmeras vertentes ali existentes. O local é um belo e aprazível ponto de atração turística e abriga um pequeno zoológico e teleférico.”</p> <p>“Gruta dos Índios – A gruta que dá origem ao topônimo jamais foi habitada por indígenas. Por isso o nome atual é Parque da Gruta” (MÜLLER, 1999, p. 46).</p> <p>“O Parque da Gruta é um dos recantos mais acolhedores da região” de Santa Cruz do Sul. A gruta “tem origem natural, resultante de um processo de erosão fluvio-pluvial” e lá “foram encontrados vestígios de indígenas nos arredores da gruta, o que não permite afirmar que ela tenha sido habitada por índios” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL, s.d., p. 18).</p>	
Informações Enciclopédicas: Os afluentes “mais conhecidos” do Arroio Preto são: Sanga do Imigrante, Arroio da Gruta , Arroio Jucuri e Arroio Retiro Loyola (DRESCH, 2017, p.41, grifo nosso).	
Fonte: Dresch (2017); Ferreira (2006); Houaiss (2004); Müller (1999); Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul (s.d).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 36
Hidrônimo: GUAPORÉ	
Localização/Município: Guaporé-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: rio	Taxionomia: Hidrotopônimo (natureza física)
<p>Etimologia: “De <i>ygapo-ré</i>: <i>ygapó</i>, água que invade, enchente; <i>ré</i>, diferente, paralelo”, topônimo tupi-guarani (BUENO, 2014, p. 588). Do guarani <i>guapo're</i> 'vale deserto' e, talvez, tupi <i>wa</i> 'campo' + <i>po'ro</i> 'catarata'.</p> <p>Guaporense (topônimo <i>Guaporé</i> + <i>ense</i>): relativo a Guaporé-RS ou o que é seu natural ou habitante (HOUAISS, 2006).</p>	
Entrada Lexical: guaporé; guaporense	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (substantivo masculino).
<p>Histórico: “É o mais importante afluente do Rio Taquari, localizado à margem direita. Chamado pelos indígenas de Mbocariroí, teve sua denominação alterada para Forqueta Brava e finalmente para Guaporé. Nasce na parte norte da bacia do rio Taquari-Antas, numa altitude de cerca de 400 metros. Desemboca no rio Taquari, na cidade de Muçum, na cota de 34 metros, após ter percorrido 200 quilômetros, com uma declividade de 2,1m/km” (CHERINI, 2007, p. 26).</p> <p>“A origem do seu nome guarani é discutível. Para alguns pode ser vale deserto; para outros, rio encachoeirado. Uma das traduções livres é: Ygapo + ré = água/enchente que invade” (CHERINI, 2007; FERRI, TOGNI, 2012, p. 86)¹⁶¹.</p> <p>“Com a instalação definitiva da redução e com a permanência em caráter efetivo dos padres jesuítas, em Santa Tereza, logo começaram a chegar mais índios, inclusive na região do rio “Mbocariroí” (Guaporé), afluente do rio Taquari” (FERRI, 1991, p. 23).</p> <p>“As estreitas faixas de terras compreendidas nas margens dos rios Taquari e Guaporé, são planas ou pouco onduladas, enquanto que, as terras do interior são formadas por montes e montanhas, entrecortadas por canchadas e chapadões, ambos próprios para a produção agrícola”.</p> <p>“Denominado, inicialmente, de “MBOCARIRÓI”, pelos indígenas. Pela Lei Provincial nº 916, de 24 de abril de 1874, o rio Guaporé era designado de “FORQUETA BRAVA”, cuja denominação persiste até hoje, para a cachoeira formada na sua foz, no rio Taquari” (FERRI, 1988a, p. 117 e p. 164).</p> <p>“A denominação primitiva do rio, esta sim de uso dos indígenas, conforme documentos consultados, era Mbocariroí, vocábulo que o respeitável pesquisador da língua indígena, Mário Arnaud Sampaio, assim desdobrou: MBO = fazer; CARI = branco; ROI = frio. Isto traduzido ao pé da letra significa FAZER FRIO BRANCO.</p> <p>Sabendo-se que a região é afeita a baixas temperaturas e geadas intensas, conclui-se pela procedência dessa interpretação e do sentido que os índios atribuíam à expressão usada, para designar, quem sabe, não só o rio, mas a própria região. Eles não precisavam da sofisticação do mundo atual para se orientarem e identificarem coisas”.</p> <p>“Em mapa de 1823, o rio que seria o Carreiro, aparece com o nome de “Arroio do Julio”, e o Guaporé, como ‘Arroio Santa Rita’.</p> <p>“Antonio Augusta Arruda, Capitão de Engenheiros do Exército, em 28 de outubro de 1862 foi incumbido de fazer o levantamento das cachoeiras do rio Taquari. Ao se referir ao rio, que hoje chamamos Guaporé, e respectiva cachoeira, existente próximo à desembocadura, chamou um e outro de Forqueta-Brava, dizendo ser “um arroio forte e navegável” (Arquivo Histórico, Obras Públicas, lata 384 – Relação das</p>	

¹⁶¹ Confirmando a questão da origem discutível, registra-se que, analisando o nome do **município** Guaporé, Misturini (2018, p. 62) não o classifica como hidrotopônimo, perspectiva adotada pelo presente trabalho sustentada no estudo etimológico de Karam (1992) e Bueno (2014). Diferentemente, segundo o autor, “constata-se que Guaporé pode ser classificado como fitotopônimo, por ser uma espécie de cipó”. Todavia, ambos os trabalhos identificam sua natureza física.

Cachoeiras do Rio Taquari)”.
 “Em mapa datado de 1878, que demarcava terras concedidas pelo Governo-Geral a José Francisco Santos Pinto, o rio já aparece com o nome GUAPORÉ, retomando, pois, um nome indígena, mas não original, como se pode deduzir. Foi de escolha alienígena”.

“Por fim, em carta geográfica consultada na Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, Directoria de Agricultura, Indústria e Comércio, à época, a quem estavam afetos os trabalhos de colonização e imigração, confirmou-se de vez que o designativo do rio antecedeu ao da colônia”.

“Em linguagem guarani, a palavra Guaporé, quer dizer “rio encachoeirado”. Possui outros sentidos, que nos furtamos abordar, por falta de afinidade com o que alinhamos aqui”.

“O rio Guaporé, que se caracteriza por ter muitas cachoeiras de pequeno porte, inclusive a do “Salto do Pulador”, um dos pontos turísticos regionais, corre a oeste, em toda a extensão da ex-colônia Guaporé, desembocando nas águas do Taquari, ao sul, junto a atual cidade de Muçum, cujo município foi desmembrado do de Guaporé”.

“Diante dos fatos, pois, deve-se concluir que o nome Guaporé, primeiro atingiu o rio, depois as terras da zona em colonização, obtendo consagração definitiva quando o estenderem à vila e posterior cidade, hoje sede do município do mesmo nome” (KARAM, 1992, p. 98-99).

“Também é de conhecimento comum, que a grande região composta pela área delimitada entre os rios Forqueta e Guaporé passou a receber, a partir das duas últimas décadas dos anos 1800, um considerável montante de famílias de origem luso-brasileira, que viriam a ser, no caso mais específico de Ilópolis, os primeiros proprietários das ‘posses’ determinadas pela Comissão de Terras do Governo do Estado” (BOZZETTO JUNIOR, 2004, p. 19).

“Mbocariroi”: *Carta do Padre Francisco Ximenes para um superior, dando-lhe conta de uma entrada ao Rio Tebicuari* (BIBLIOTECA NACIONAL, 1969, p. 97, 98 e 100, Anexo B).

“Rio Guaporé”: *Planta da Colonia Guaporé*, 1903 (KARAM, 1992).

Informações Enciclopédicas: “O rio Guaporé, o qual faz divisa com os municípios de Guaporé, Dois Lajeados e Vespasiano Corrêa” (OFÍCIO 009/2011; FERRI; TOGNI, 2012, p. 165).

“Nasce no planalto rio-grandense, formado pelos arroios Capingüi e Marau” (FERRI, 1988a, p. 164).

“Serve de divisa natural entre Encantado e o Município de Muçum. Deságua no rio Taquari nas proximidades da cidade de Muçum” (FERRI, 1985, p. 201).

GUAPORÉ – “Cidade, sede do distrito, do município, do termo e comarca de igual nome. Na região central do município, à margem do arroio Barracão”, município de Guaporé.

“Rio, formado pelos rio Capingui e Marau, segue para o município de Guaporé, que separa do de Soledade e Encantado, antes de desaguar no rio Taquari, pela margem direita” (IBGE, 1950, p. 59).

“Em 1892, ou seja, dezessete anos após a chegada dos primeiros colonos italianos, seria criada a colônia de Guaporé, em terras dos municípios de Lajeado e Passo Fundo.

A palavra Guaporé significa, em guarani, ‘vale deserto’ ou ‘vale do Sertão’” (IBGE, 1959a, p. 257).

“Sabe-se que a região era ainda despovoada quando ali chegaram índios do grupo Gê, da nação Ibia ou Cainghn, e os bandeirantes Antônio Raposo Tavares, em 1636, e André Fernandes, em 1637. Entretanto, a colonização da terra iniciou somente por volta de 1800, com a chegada de famílias primitivas, que subiram o Rio Taquari e se estabeleceram onde atualmente se encontra o Município de Muçum, ex-Distrito de Guaporé. Também alemães de Montenegro vieram fixar-se no alto da povoação de Bela Vista, hoje Boa Vista. Outro caminho de penetração foi o Rio das Antas, nas vertentes do qual se instalaram imigrantes italianos de Bento Gonçalves e Garibaldi, colaborando para aumentar o povoado de Bela Vista. O maior número de imigrantes de Guaporé veio, porém, proveniente de Veranópolis, atravessando o Rio Sabia e Carreiro. O topônimo é de origem indígena e significa Vale deserto ou Vale do Sertão” (IBGE, 2018; MISTURINI, 2018).

Nome indígena de um dos territórios brasileiros que significa “água que invade, enchente” (BARBOSA, 1986, p.35).

Fonte: Barbosa (1986); Biblioteca Nacional (1969); Bozzetto Junior (2004); Bueno (2014); Cherini (2007); Ferri (1985,1988a, 1991); Ferri e Togni (2012); Houaiss (2006); IBGE (1950,1959a, 2018); Karam (1992) e Misturini (2018).

Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 37
Hidrônimo: HUMATÃ	
Localização/Município: Lagoa Vermelha/RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: rio	Taxionomia: Cromotopônimo (natureza física)
<p>Etimologia: “Humatã, medio negro”, do guarani (MONTTOYA, 1639, p.398).</p> <p>“<i>Ú-matã</i>”, meio negro, anegrado (SAMPAIO, 1987, p. 242).</p>	
Entrada Lexical: n/e	Estrutura Morfológica: Topônimo simples
<p>Histórico: “rio Humatã (ex-Turvo¹⁶²)” (FELIZARDO; DE CÉZARO, 1963, p. 43).</p> <p>A Balsa do Rio Humatã, em Protásio Alves-RS, tocada a força braçal, “refaz um dos primeiros caminhos dos imigrantes italianos, vindos da importante colônia de Antônio Prado em busca de novas terras. A passagem do rio fica a 10km do centro de Protásio Alves” (GUIA DA SERRA GAÚCHA, 1998, p.182).</p> <p>Em Lagoa Vermelha, “em 1942 foi construída a Capela de Santa Catarina pelos madeireiros, seus operários e colonos. A primeira serraria desse lugar foi de Dionísio Toneti, na beira do rio Turvo (Humatã)” (BARBOSA, 2014, p.252).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: Um importante rio do município de Antônio Prado “é o Humatã, mais conhecido por Turvo, linha divisória com Nova Prata. Recebe numerosos afluentes, entre os quais o Segredo” (BARBOSA, 1980, p. 225).</p> <p>Rio que “nasce, com o nome de Turvo, ao sul da cidade de Lagoa Vermelha, e serve de divisa entre o município deste nome, de Prata e Alfredo Chaves, que lhe ficam à direita, e Vacaria e Antônio Prado, à esquerda, até desembocar no rio Prata, pela margem esquerda” (IBGE, 1950, p. 61).</p> <p>No município de Antônio Prado, os rios das Antas, Humatã e da Prata são “impróprios para a navegação e piscosos, porém a pesca não é explorada com finalidade econômica”.</p> <p>“Dentre os peixes mais encontrados destacam-se: traíra, jundiá, carpa, piava e dourado. Cachoeiras: do Inferno e do Leão. Vales: dois são dignos de registro: o do rio das Antas e do rio Humatã” (IBGE, 1959a, p. 31).</p> <p>“A Bacia do Rio Turvo/Humatã também é considerada um das maiores áreas de drenagem do Rio Taquari-Antas, com 3.780 km², abrigando rios importantes como o Turvo, Ituí e Rio da Prata. Suas nascentes localizam-se em altitudes superiores a 900 metros. Todas as bacias, com exceção do Arroio Cigana drenam para o rio Turvo” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MUITOS CAPÕES, 2010, p. 103).</p>	
<p>Fonte: Barbosa (1980, 2014); Felizardo e De Cézar (1963); Guia da Serra Gaúcha (1998); IBGE (1950; 1959a); Montoya (1639); Prefeitura Municipal de Muitos Capões (2010); Sampaio (1987).</p>	
Data de coleta: outubro de 2018 a novembro de 2019	

¹⁶² A Secretaria Municipal de Turismo de Antônio Prado-RS informou, em 05/11/2019, que não possui nenhuma informação acerca da origem do nome do rio. Já a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Lagoa Vermelha não retornou os questionamentos acerca do histórico do rio, realizado em outubro de 2019. Ver ficha nº 94.

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 38
Hidrônimo: INFERNO (do)	
Localização/Município: Antônio Prado-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Hidrotopônimo (natureza física)
Etimologia: Inferno (datação do século XIII): do latim cristão <i>infernu</i> . Vazadouro de água que passa pelo monjolo; local onde caem resíduos líquidos de fabricação ou água que moveu alguma instalação (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).	
Entrada Lexical: inferno	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (substantivo masculino).
<p>Histórico: “O acesso à sede da Colônia de Antônio Prado foi realizado pelo Passo do Simão no Rio do Inferno, um afluente do Rio das Antas, situado em região montanhosa entre as colônias de Nova Trento (Flores da Cunha) e Antônio Prado” (PAZUCH, 2015, p. 33). Às margens do arroio do Inferno, nome que ainda hoje conserva “devido a sua grande profundidade” (IBGE, 1959a, p.30), segundo versão mais oficial e recorrente, “Giovani D’ Ambros inaugurou o primeiro moinho hidráulico. Diversas famílias de agricultores internadas na Linha Dez de Julho, construíram em 1888 uma capela; e Antonio Longo a primeira casa de moradia dentro dos limites urbanos. Logo chegou também o primeiro médico da nova Colônia, o Dr. Tedoldi Martinho. Em 1890 a Colônia de Antônio Prado passou a fazer parte do Município de Vacaria, permanecendo assim durante nove anos” (PAZUCH, 2015, p. 50).</p> <p>BARBOSA (1980, p. 226) apresenta outra versão para a motivação toponímica: “Deparamos em livros, jornais, e revistas, com uma explicação da origem do nome dado ao rio do Inferno, atribuindo o fato à profundidade daquela torrente. Uns autores afirmam com segurança, enquanto outros alegam probabilidade”. Entretanto, “diz, por exemplo, o sr. Vitório João Carissimi (...) que sempre ouviu dizer dos seus antepassados e dos descendentes dos primeiros habitantes estabelecidos na Linha Almeida, (...) que os agrimensores que demarcaram os lotes desta linha, batizaram o rio com o nome de Inferno, porque o descobriram na terça-feira de carnaval. Como se sabe, entre os imigrantes italianos e seus descendentes, Carnaval vinha relacionado com Inferno”.</p> <p>Ocorrência em mapa - “Arroio do Inferno”: (Mapa) <i>Diretoria de Obras Públicas Terras e Colonização em Porto Alegre</i>, 1897 (KARAM, 1992).</p>	
Informações Enciclopédicas: Arroio na parte meridional do município de Vacaria, “segue para o de Antônio Prado, a desaguar no rio das Antas, pela margem direita” (IBGE, 1950, p.65).	
Fonte: Barbosa (1980); Ferreira (2004); Houaiss (2006); IBGE (1950; 1959a); Karam (1992); Pazuch (2015).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 39
Hidrônimo: ITUIM	
Localização/Município: Muitos Capões-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: rio	Taxionomia: Hidrotopônimo (natureza física)
<p>Etimologia: Ituí: procede do tupi antigo <i>ytuĩ</i>, que significa “cachoeirinha” (<i>ytu</i>, cachoeira e <i>ĩ</i>, diminutivo) (NAVARRO, 2013, p.577). Itu (datação de 1881): tupi <i>i'-tu</i> 'cachoeira, salto, cascata', de <i>i'</i> 'água, rio' + <i>tu</i>, onomatopeia do estrondo das águas (HOUAISS, 2006).</p>	
Entrada Lexical: itu	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (substantivo masculino).
<p>Histórico: Ituí – 2º Distrito: “Criado em 17 de novembro de 1900, com o nome de Vista Alegre, passou a denominar-se depois Entre Rios e, enfim, durante o governo do Prefeito Dorneles de Oliveira Filho, Ituí. Possui uma área territorial de 459 km², situada entre o rio Humatã (Turvo) e Ituí (Saltinho). Neste rio, na Cascata dos Micos, foi instalada a usina elétrica do Município, situada a 12km da sede do Distrito. Forma divisa com os municípios de Lagoa Vermelha e Nova Prata” (BARBOSA, 1978, p. 217, grifo nosso).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: “Rio, afluente da margem direita do rio da Telha, nasce na região central do município” de Vacaria (IBGE, 1950, p. 68).</p> <p>Aglomerados urbanos de Vacaria: “Cidade de Vacaria e vilas de Coxilha Grande, Esmeralda, Esteira, Ipê, Ituí, Muitos Capões, Pinhal da Serra, São Manoel, São Paulo” (IBGE, 1959b, p. 386).</p> <p>A sub-bacia do Rio Ituí abrange a metade leste do município de Muitos Capões, “cruzando-o em sentido nordeste-sudeste, sendo composta por contribuintes que se destacam pela intensa rede de drenagem, como os Arroios Passo Fundo, Espeto, Passo do Velinho e Bartelli. (...) O rio Ituí apresenta uma variação hipsométrica superior a 500 metros desde sua nascente até a foz. Esta bacia possui cerca de 50% de sua área inserida no município, sendo considerada a segunda maior em tamanho” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MUITOS CAPÕES, 2010, p.101).</p> <p>Vila Ituí – Município de Muitos Capões-RS.</p>	
<p>Fonte: Barbosa (1978); Houaiss (2006); IBGE (1950; 1959b); Navarro (2013); Prefeitura Municipal de Muitos Capões (2010).</p>	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

Ficha lexicográfica-toponímica	Número de ordem: 40
Hidrônimo: JACARÉ	
Localização/Município: Encantado-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Zootopônimo (natureza física)
<p>Etimologia: Jacaré (datação de 1584): tupi <i>yaka're</i> 'nome comum a vários répteis crocodilianos'; a denominação indígena é de valor totêmico; segundo Teodoro Sampaio, o vocábulo tupi significa literalmente 'aquele que é torto ou sinuoso'; "certo conglomerado tem este nome porque seu aspecto, nos rios, lembra a cabeça de um jacaré" (HOUAISS, 2006, grifo nosso).</p> <p>"De <i>ya-caré</i>. Aquele que olha de lado, aquele que é torto. <i>Crocodilus sclerops</i>" (BUENO, 2014, p. 180).</p> <p>Jacaré (já+caré, guarani): o que é curvo, espécie de crocodilo (GREGÓRIO, 1980; PEREIRA, 2017).</p>	
Entrada Lexical: jacaré	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (substantivo masculino).
<p>Histórico: "Antigamente as águas do arroio Jacaré eram represadas em alguns pontos com a finalidade de gerar energia e movimentar antigos moinhos, uma pequena olaria e as turbinas de algumas serrarias" (OFÍCIO 009/2011; FERI; TOGNI, 2012, p.177).</p> <p><i>"Manoel Joaquim da Silva declara ter uma posse de terrenos na margem direita do rio Taquari, lado de Santo Amaro, no lugar denominado "ENCANTADO", com meia légua de extensão, com uma légua de fundos, mais ou menos cujos terrenos confrontam-se, ao Norte com o Arroio Jacaré, pelo Sul com terras de José Antônio dos Santos Lara, pelo Leste com o rio Taquari e pelo Oeste, com a Serra Geral. Distrito de Santo Amaro, quinze de julho de 1856, (ass.) Manoel Joaquim da Silva"</i> (FERRI, 1985, p. 38).</p> <p>Município de Relvado-RS: "Inicialmente, o lugar foi designado "Santo Antônio do Jacaré", em homenagem ao Santo padroeiro e por ser banhado pelo Arroio Jacaré" (SIMPÓSIOS RAÍZES DO VALE, 2000, p. 117).</p> <p>"Quando o Coronel João Batista de Mello loteou as terras próximas ao Arroio Jacaré, na data de 13 de junho de 1898, esse era um lugar ainda inominado".</p> <p>"Por causa disso, o lugar passou a chamar-se Santo Antônio do Jacaré. No ano de 1919, o povoado possuía 22 prédios e 122 habitantes, que já dispunham de centro telefônico. Em 1930, os moradores contavam com luz elétrica produzida por um gerador particular" (CHERINI, 2007, p.226).</p> <p>"No início o lugar não tinha nome. Eram terras próximas ao Arroio Jacaré, lá em junho de 1898. As terras foram loteadas e os primeiros imigrantes construíram uma Capela em louvor a Santo Antônio. E aquele lugar que não tinha nome passou a ser Santo Antônio do Jacaré" (MISTURINI, 2018; PREFEITURA MUNICIPAL DE RELVADO, 2018).</p> <p>Município de Travesseiro-RS: "Em 04 de maio de 1874, houve venda de terras confrontando com a Picada Jacaré, nome primitivo de Travesseiros, devido ao grande número desses répteis naquela área" (CHERINI, 2007, p.300).</p> <p>JACARÉ: Arroio afluente do rio "Taquary" e lagoa, situados no 1º distrito (ALMEIDA, 1931, p. 110).</p> <p>"Mais ao Norte, o Rio Taquari tem importantes afluentes que outrora foram decisivos para que grupos pré-coloniais pudessem usufruir desses recursos hídricos. Entre os rios e arroios destacam-se o Guaporé e Jacaré".</p> <p>"O Arroio Jacaré também é um afluente do Rio Taquari na margem direita. Tem sua foz aproximadamente 1000m, em direção Sul, do Rio Guaporé. Tem áreas propícias para ocupação Guarani justamente no espaço localizado próximo a sua foz" (KREUTZ, 2016, p. 201-202).</p>	

<p>“Rio Jacaré”: <i>Planta da Região Colonial e do prolongamento da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Novo Hamburgo</i> (KARAM, 1992).</p>
<p>Informações Enciclopédicas: O arroio Jacaré, que corta a sede do município de Relvado-RS, é o afluente mais expressivo do rio Taquari (OFÍCIO 009/2011; FERRI; TOGNI, 2012).</p> <p>“Tributário do rio Taquari, tem sua foz na localidade de Barra do Jacaré, a poucos quilômetros da cidade (Encantado, inclusão). Percorre o município em diversas direções” (FERRI, 1985, p. 201).</p> <p>JACARÉ – “Arroio, afluente da margem esquerda do rio Taquari”, município de Encantado (IBGE, 1950, p. 69).</p> <p>Jacaré é um “nome comum a vários répteis da família dos crocodilídeos”.</p> <p>1587 <i>Notícia do Brasil</i> (ed. Pirajá da Silva, II. CXIV.163): “Nas lagoas e rios de água doce se criam uns lagartos a que os índios chamam jacaré, dos quais há alguns tamanhos como um homem, e que tem a cabeça como um grande lebréu; estes lagartos são todos cobertos de conchas muito rijas, os quais não remetem à gente, antes fogem dela; e mantêm-se do peixe que tomam, e da erva que comem ao longo da água”.</p> <p>1863 Porto Alegre <i>Brasiliannas</i> 168: “Antes em valor redobra, / Como o bronzeo jacaré. / Quando encova e espreita os ovos / Nas margens do Guaporé” (CUNHA, 1998, p. 165-166).</p> <p>O jacaré (<i>Caiman sclerops</i>) é “o mais importante dos reptéis rio-grandenses” (RAMBO, 1942, p. 149).</p>
<p>Fonte: Almeida (1931); Bueno (2014); Cherini (2007); Cunha (1998); Gregório (1980); Houaiss (2006); IBGE (1950); Ferri (1985); Ferri e Togni (2012); Karam (1992); Kreutz (2016); Ofício 009/2011; Misturini (2018); Pereira (2017); Prefeitura Municipal de Relvado (2018); Rambo (1942); Simpósio Raízes do Vale (2000).</p>
<p>Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019</p>

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 41
Hidrônimo: JEQUI	
Localização/Município: Encantado-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Ergotopônimo (natureza antropocultural)
<p>Etimologia: Jequi (datação de 1874): De <i>yiki</i>, covo. Do tupi <i>yeke'i</i>, 'cesto ou covo para apanhar peixes'; também registrado como <i>yiki'ya</i> 'covo aberto de boca larga' e <i>yiki'e</i> 'covo diferente' (BUENO, 2014; HOUAISS, 2006). Jequi é uma “denominação guaranícia” (CHERINI, 2007, p. 230).</p>	
Entrada Lexical: jequi	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (substantivo masculino).
<p>Histórico: Rio Pardo: “Quando o capitão Brito Peixoto aí passou (depois de uma enxurrada), rebatizou o rio com o topônimo ‘Pardo’, desprezando o idílio do nome ‘Jobi’ (rio das águas verde-azuladas), confundindo-se ainda, daí em diante, a denominação guaranícia de ‘Jequi’¹⁶³, dado à região, onde os aborígenes pescavam com este covo (funil de taquarinhas unidas com cipó ou embirra)” (CHERINI, 2007, p.230).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: Jequi tem o significado de “rede de malhas, geralmente em forma de saco afunilado, utilizada em pescarias; cesto ou covo para apanhar peixe” (CUNHA, 1998, p. 178).</p> <p>“Calcedônia e quartzo são esporadicamente observados no leito do Arroio Jequi, na forma de seixos de arraste fluvial, assim como o basalto. Dentre as matérias-primas observadas na coleção de evidências líticas, o arenito silicificado é a mais rara, sendo encontrada em associação com afloramentos de basalto” (WOLF, 2016, p.225).</p> <p>O arroio Jequi, na parte ocidental do município de Encantado, é um “afluente da margem esquerda do arroio Forqueta¹⁶⁴”. Outro topônimo localizado: “JEQUI - Arroio, afluente da margem esquerda do Itapungá” (Soledade) (IBGE, 1950, p. 71).</p>	
Fonte: Bueno (2014); Cherini (2007); Cunha (1998); Houaiss (2006); IBGE (1950); Müller (1999); Wolf (2016).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

¹⁶³ Jequi é também a “antiga denominação do Rio Pardo. Nome indígena que significa pardo, turvo, azulado, esverdeado. Os indígenas eram grandes observadores e, de imediato, constataram que as águas deste rio tinham coloração bem diferente das do Jacuí” (MÜLLER, 1999, p. 51).

¹⁶⁴ Ver ficha nº 29.

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 42
Hidrônimo: JOSÉ SIMÃO	
Localização/Município: Santa Cruz do Sul-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Pardo
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Antropotopônimo (natureza antropocultural)
<p>Etimologia: José Simão (nome masculino, composto e de origem bíblica): o nome é composto por dois nomes comuns: José (bíblico, de gênero masculino) e Simão (hebraico, de gênero masculino). Significa “acrêscimo do senhor ou Deus acrescenta” (SIGNIFICADO DO NOME, 2019). José: tem origem no hebraico <i>Yosef</i>, que quer dizer “Ele acrescentará”, referindo-se a Deus (DICIONÁRIO de nomes próprios, 2019). Simão: antropônimo (HOUAISS, 2006).</p>	
Entrada Lexical: simão	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (substantivo masculino).
<p>Histórico: 1914: “Santa Cruz limita-se (e se confronta): Pelo norte com a Cordilheira Geral, que das ‘Quatro Léguas’ vai até a primeira vertente do lajeado José Simões; desce pelo mesmo lajeado até sua foz no rio Pardo”.</p> <p>“Ao norte (se) divide com o município da Soledade pelo Arroio José Simões”.</p> <p>“Afluentes do rio Pardo: Lajeados: - José Simões, também denominado ‘rio Pardinho’¹⁶⁵, na divisa norte do município” (MENEZES, 2005, p. 217-218 e p. 237).</p> <p>Arroio “José Simões ou Pardinho” (COSTA, 1922, p. 345).</p> <p>José Simões: “lajeado afluente do rio Pardo, que faz a divisa entre os municípios de Barros Cassal e Gramado Xavier. É também conhecido como arroio Pardinho. O cidadão José Simões residia ali perto” (MÜLLER, 1999, p. 53).</p>	
Informações Enciclopédicas: Arroio “sub-afluente do rio Pardo” (ECOPLAN, 2005b, p.212).	
Fonte: Costa (1922) ¹⁶⁶ ; Dicionário de nomes próprios (2019); Ecoplan (2005b); Houaiss (2006); Menezes (2005); Müller (1999); Significado do nome (2019).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

¹⁶⁵ Ver ficha nº 58.

¹⁶⁶ Fonte: livro encontrado no Centro de Memória, Documentação e Pesquisa da Univates - CMDPU/MCN.

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 43
Hidrônimo: LAJEADO	
Localização/Município: Lajeado-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Hidrotopônimo (natureza física)
<p>Etimologia: Lajeado (datação de 1623, lageado): particípio de <i>lajear</i> (<i>laje</i> + <i>ear</i>). Arroio ou regato cujo leito é rochoso.</p> <p><i>Laje</i> (de origem incerta, controversa).</p> <p>Lajeadense (topônimo <i>Lajeado</i> + <i>ense</i>): relativo a Lajeado-RS ou o que é seu natural ou habitante (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).</p>	
Entrada Lexical: lajeado; lajeadense	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (substantivo masculino).
<p>Histórico: O município de Lajeado, “ao se desmembrar de Estrela, recebeu o nome de Lajeado, em virtude de existir nas proximidades da atual cidade muitas lajes numa cachoeira pertencente ao rio Taquari e também devido aos lajeiros existentes no leito do arroio Engenho que corta a cidade” (FERRI; TOGNI, 2012, p. 90).</p> <p>“Antes da emancipação teve outros nomes, mas depois conservou sempre o mesmo, acreditando-se ser pelas lajes existentes na cachoeira pertencente ao rio Taquari, que fica próximo da cidade. Lajeado foi objetivo dos federalistas em 1893, mas a localidade estava preparada para a defesa. Em 1894, foi criada a Cia. de Navegação Arroio do Meio, sendo a sede em Lajeado. Paralelamente à expansão da navegação do Alto Taquari, a agricultura teve grande progresso, sendo predominante a pequena propriedade”.</p> <p>“Desde os primórdios do povoamento das sesmarias, como ponto de referência na identificação de locais, estão as lajes de uma cachoeira existente no rio Taquari, bem como o Arroio do Engenho, cujas águas cascateiam sobre lajeiros, originaram o nome de Lajeado” (CHERINI, 2007, p. 154 -155).</p> <p>“Fialho de Vargas colonizou a parte mais retirada de Conventos para deixar a parte central destinada ao comércio e ao povoado. Em 1862, intencionando aperfeiçoar a infraestrutura, instalou uma serraria e um moinho junto ao Arroio Lajeado, represando-o. Luís Jaeguer foi o administrador da obra” (GUIA MERCOSUL TURISMO, 1993, p. 223).</p> <p>“Arroio Lajeado, junto à cidade, e do qual foi tirado o nome desta” (IBGE, 1959a, p. 322).</p> <p>“Arroio Lajeado”: <i>Planta da Região Colonial e do prolongamento da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Novo Hamburgo</i> (KARAM, 1992).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: Lajeado: “Arroio, afluente da margem esquerda do Icamaquã”, no município de Lajeado. “Cidade, sede do distrito, do município, do termo e comarca de igual nome. Na região oriental do município, à margem direita do rio Taquari” (IBGE, 1950, p.75).</p> <p>Afluente da margem direita do Rio Pardo (RODRIGUES, 1993¹⁶⁷).</p> <p>Lajeado: “Arroio que em confluência com o Maraqué formam o Passo Fundo, no 4º distrito; arroio tributário do Santa Cruz e capão no 2º distrito”.</p> <p>Maraqué: “Arroio que em confluência com o ‘Lajeado’ formam o Passo Fundo” (ALMEIDA, 1931, p. 111-112).</p>	
<p>Fonte: Almeida (1931); Cherini (2007); Ferreira (2004); Ferri e Togni (2012); Guia Mercosul Turismo (1993); Houaiss (2006); IBGE (1950; 1959a); Karam (1992); Rodrigues (1993).</p>	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

¹⁶⁷ Fonte: Biblioteca Pública Municipal de Lajeado-RS.

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 44
Hidrônimo: LAJEADO GRANDE ¹⁶⁸	
Localização/Município: São Francisco de Paula-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: rio	Taxionomia: Hidrotopônimo (natureza física)
<p>Etimologia: Lajeado (datação de 1623, lageado): particípio de <i>lajear</i>. Arroio ou regato cujo leito é rochoso.</p> <p>Grande (datação do século XIII): do latim <i>grandis</i>, e 'grande, avançado em idade, alto, sublime' (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).</p>	
Entrada Lexical: lajeado	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (substantivo masculino + adjetivo).
<p>Histórico: Rio “Manoel dos Santos (hoje, rio Lajeado Grande)” (BARROSO, 2002, p. 335).</p> <p>Em 1926, Caxias do Sul-RS adquiriu área de “queda d’água do rio Lajeado Grande e terras marginais para serem usadas na instalação de uma usina”, visto que o “abastecimento de água” constituiu um problema que a cidade sempre enfrentou (MACHADO, 2001, p. 123).</p> <p>No município de Engenho Velho, “em 1920, um pequeno povoado, às margens do Lajeado dos Lopes, formou-se pelos membros da família de Antônio Valério, o ‘Capitão Valério’. A margem direita do Lajeado Grande constituía Reserva Indígena e Reserva Florestal” (CHERINI, 2007, p. 95-96).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: “Tem sua nascente no município de São Francisco de Paula, numa altitude de 950 metros, junto ao divisor de águas das bacias dos rios Antas com o Caí. Seu percurso é de 100 quilômetros, desaguando no rio das Antas. Em parte, serve de divisa entre os municípios de São Francisco de Paula com Caxias do Sul” (FERRI; TOGNI, 2012, p. 25).</p> <p>Os principais afluentes do Rio Taquari pela margem esquerda são os rios Camisas, Tainhas e Lajeado Grande e São Marcos, e pela margem direita, os rios Quebra-Dentes, da Prata, Carreiro, Guaporé, Forqueta e Taquari-Mirim (FEPAM, 2016).</p>	
Fonte: Barroso (2002); Cherini (2007); Ferreira (2004); FEPAM (2016); Ferri e Togni (2012); Houaiss (2006); Müller (1999).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

¹⁶⁸ O nome é também “a antiga denominação do rio Pardinho, que surgiu em contraposição a um pequeno arroio, seu afluente, que tem o mesmo nome” (MÜLLER, 1999, p. 57).

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 45
Hidrônimo: LARANJEIRA	
Localização/Município: Candelária-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Pardo
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Fitotopônimo (natureza física)
<p>Etimologia: Laranjeira (datação de 1250): de laranja (origem árabe, persa, sânscrito) + eira (sufixo de origem latina). Árvore da família das rutáceas (<i>Citrus aurantium</i>, também dita <i>C. sinensis</i>), provida de espinhos, flores alvas e nectaríferas, folhas compostas, muito aromáticas, e cujo fruto, a laranja, é uma grande baga, muito apreciada como alimento. Originária da Ásia, cultiva-se na maior parte do globo, e apresenta inúmeras variedades, às vezes bem diferentes da espécie original (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).</p>	
Entrada Lexical: laranjeira	Estrutura Morfológica: Topônimo composto - híbrido (substantivo feminino – <i>laranja</i> , morfema lexical + <i>eira</i> , morfema gramatical).
<p>Histórico: O município de Candelária “fez parte da sesmaria dos campos e matos, que a Fazenda Pública Nacional concedeu a José Francisco da Silveira, por carta provincial de 22 de agosto de 1822. O lugar onde foi fundada a atual cidade, bem como a região adjacente que circunscreve os arroios Laranjeira e Molha Grande¹⁶⁹ e a região junto ao Cerro Botucaraí, foram alienados pelo sesmeiro José Francisco da Silveira, em data não determinada” (IBGE, 1959a, p.105).</p> <p>Ponte sobre o arroio Laranjeira: “Pelo fato de estar ela localizada bem no coração da cidade, tem-se a impressão de que sua história, embora tão singela, mexe mais com nosso próprio coração, levando-nos a refletir sobre nosso passado, nosso crescimento econômico, nosso desenvolvimento cultural”.</p> <p>A Câmara de Vereadores do município de Rio Pardo, em ofício de 11 de novembro de 1867, transcrito abaixo, pressiona a Presidência da Província para a construção da ponte:</p> <p>“A Câmara Municipal desta cidade, em sessão de hoje, resolveu pedir a V.Ec^a, por ser urgente, que por conta dos cofres Provinciais mande construir a ponte de pedra sobre o arroio das Laranjeiras na Costa da Serra, da qual envia a V.Ec^a cópia de seu orçamento, visto que, além de ser estrada geral que sobre para cima da Serra, é frequentada por muitas tropas e viajantes, e da qual ponte também necessitam os engenhos de serra, os de aguardente, os de socar erva-mate, as olarias e oito casas de negócio daquele lugar, para o livre trânsito de suas carretas. Digne V. Ec.^a anuir a exigência desta Câmara com o solícito esforço que o caracteriza na prosperidade da Província. Paço da Câmara Municipal de Rio Pardo, 11 de novembro de 1867” (RODRIGUES, 1993, p. 61).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: A cidade de Candelária “possui rede de esgoto misto de responsabilidade da Prefeitura Municipal, e seus principais corpos coletores são: arroio Molha Pequeno¹⁷⁰, arroio Laranjeira e o Rio Pardo” (ECOPLAN, 2005a, p.140).</p> <p>“Nesse lugar onde está Candelária, palavra que significa ‘Festa das Candeias’, chegam quase juntos três importantes arroios, (o Laranjeiras e os Molhas, pequeno e grande)” (CHERINI, 2007, p. 56).</p>	
<p>Fonte: Cherini (2007); Ecoplan (2005a); Ferreira (2004); Houaiss (2006); IBGE (1959a); Rodrigues (1993).</p>	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

¹⁶⁹ Ver ficha nº 52.

¹⁷⁰ Ver ficha nº 53.

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 46
Hidrônimo: LIGEIRO	
Localização/Município: Passo Fundo-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Animotopônimo (natureza antropocultural)
Etimologia: Ligeiro (datação do século XIII). Adaptado do francês <i>léger</i> , que pesa pouco, ágil; frívolo < latim vulgar <i>*leviarius</i> < latim clássico <i>levis</i> (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).	
Entrada Lexical: ligeiro	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (adjetivo).
<p>Histórico: “Arroio Ligeiro (Apuaé)” (FERRI, 1991, p. 39).</p> <p>“Rio Apuaê – Nasce no município de Passo Fundo, no Campo do Meio, corre na direção de sul para norte, banhando o município numa extensão de cerca de 50 quilômetros. Serve de divisa natural com o município de Lagoa Vermelha, seu nome primitivo era rio Ligeiro por ter forte correnteza” (IBGE, 1959a, p. 237).</p> <p>Em Lagoa Vermelha-RS, “na região do Planalto, os antigos Tapes limitavam com os Ibiraiaras na altura do Campo do Meio. A divisa da província jesuítica de Ibá com a província de Tape (índios serranos) era o rio Ligeiro”, antigo limite do município (BARBOSA, 2014, p. 11).</p> <p>“Para ligar Nova Fiume a Sede Teixeira, atual município de Tapejara-RS, foi feito um acordo: Os novafiumenses abriram estradas até as margens do rio Apuaê (rio Ligeiro), e daí até a Sede Teixeira foi aberta pelos moradores daquela localidade” (CHERINI, 2007, p.130).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: Ligeiro: “Arroio, afluente da margem direita do rio Santa Rita”, no município de Lagoa Vermelha. “Arroio, nasce com o nome de Apuaé, na região oriental do município, e segue para o norte, entre Lagoa Vermelha, à direita, Getúlio Vargas e José Bonifácio, à esquerda, até desaguar no rio Pelotas” (município de Passo Fundo) (IBGE, 1950, p. 77).</p> <p>“Na terça-feira, 11 de junho de 2019, o departamento de Engenharia da Prefeitura de Barros Cassal, autorizou a empresa que irá construir uma ponte de concreto, na localidade de Arroio Ligeiro, a dar início na obra” (INFORMATIVO REGIONAL, 2019).</p>	
Fonte: Barbosa (2014); Cherini (2007); Ferreira (2004); Ferri (1991); Houaiss (2006); IBGE (1950; 1959a); Informativo Regional (2019).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 47
Hidrônimo: MACHADO	
Localização/Município: Novo Machado-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: rio	Taxionomia: Ergotopônimo (natureza antropocultural)
<p>Etimologia: Machado (datação do século XV): do latim <i>*marculatu</i> < latim <i>marculu</i>, ‘pequeno martelo’.</p> <p>Machadense (datação de 1857): topônimo <i>Machado</i> + ense, relativo a Machado-MG¹⁷¹ ou o que é seu natural ou habitante (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).</p>	
Entrada Lexical: machado; machadense	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (substantivo masculino).
<p>Histórico: No município de Novo Machado-RS, há quem atribua essa denominação “à existência do lajeado Machado, que corta as terras desse município, desaguando no rio Uruguai e que teria cedido o seu nome também à localidade, hoje sede do município”.</p> <p>“Um fato curioso, narrado pelo Pastor Wolff, em seu Livro ‘pioniere im Lande der Gaúchos’ (pioneiros na terras dos Gaúchos), quando fala sobre os índios(bugres) diz que, em virtude da redução do espaço natural, os índios garantem sua sobrevivência com o cultivo da mandioca e, para poder cultivá-la, precisam derrubar a mata com o auxílio de machadinhas de pedra. Porém, diz o autor, não tem ideia de onde habitava essa tribo, mas pela sua reserva, corre um rio que os índios chamam de rio ‘Machado’. Nesse rio, os índios encontram as verdadeiras pedras para fazer suas machadinhas.</p> <p>O autor, porém, não esclarece a localização do rio, mas como ele desenvolveu seu trabalho missionário justamente na região dos atuais municípios de Tuparendi, Tucunduva, Novo Machado, Horizontina, Dr. Maurício Cardoso e Três de Maio, a atual Prefeitura do município julga esse dado interessante e digno de divulgação” (CHERINI, 2007, p. 193).</p> <p>Machado: “Rincão no 2º distrito” (ALMEIDA, 1931, p. 111).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: A Prefeitura Municipal de Novo Machado-RS concluiu em 12/01/2019 "a construção de uma nova ponte sobre o Rio Machado, divisa entre Vila Pratos e Barra do Terêncio. No local havia uma ponte de madeira que foi totalmente destruída pelas fortes chuvas no início de 2019” (PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MACHADO-RS, 2019).</p> <p>Outro topônimo:</p> <p>Machado: arroio, a sudoeste do município de Farroupilha, corre para o de Garibaldi. Povoado, a sudoeste do município de Farroupilha (IBGE, 1950, p.79).</p>	
Fonte: Almeida (1931); Cherini (2007); Ferreira (2004); Houaiss (2006); IBGE (1950); Prefeitura Municipal de Novo Machado-RS (2019).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

¹⁷¹ Não se encontrou evidência de que este topônimo se relaciona ao hidrônimo analisado que, devido a isso, não é classificado como corotopônimo.

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 48
Hidrônimo: MARCONDES	
Localização/Município: Sinimbu-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Pardo
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Antropotopônimo (natureza antropocultural)
<p>Etimologia: Marcondense (datação de 1938): relativo a Alfredo Marcondes-SP¹⁷² ou o que é seu natural ou habitante, topônimo Alfredo <i>Marcondes</i> + <i>-ense</i> (sufixo latino) (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).</p> <p>“Marcondes é um sobrenome de origem portuguesa e espanhola, classificado na onomástica (ciência que estuda os nomes próprios) como sendo patronímico de Marcos. Assim, o patriarca inicial que deu origem à esta família se chamava Marcos e os seus filhos ficaram conhecidos por Marcondes” (DICIONÁRIO de nomes próprios, 2019).</p>	
Entrada Lexical: marcondense	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (substantivo).
<p>Histórico: <i>Toponímia atual:</i> Linha Marcondes e <i>toponímia original:</i> Hinter Pommern. <i>Significado:</i> “sobrenome de família homenageada” (ETGES; SEER, 1999, p. 98).</p> <p>Marcondes: “Arroio que percorre a localidade do mesmo nome. É um afluente do rio Pardo”. “Lugar antes denominado Hinterpommern. O Dr. Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo foi Presidente do Estado, de 1867 a 1868. Em 1878 e 1879 presidiu o Estado o Dr. Almércio de Moura Marcondes de Andrade” (MÜLLER, 1999, p.70).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: “Arroio, afluente da margem direita do rio Pardinho”, em Santa Cruz do Sul (IBGE, 1950, p. 81).</p> <p>Alto e Alto-Médio Pardinho “consistem nas Unidades relativas à bacia hidrográfica do rio Pardinho a montante da confluência do rio Pequeno”. E no Alto-Médio Pardinho “os principais afluentes do rio Pardinho são os arroios Pinhalzinho, Marcondes e Cerro da Mula, pela margem direita” (ECOPLAN, 2005a, p.17-18).</p> <p>Linha Alto Marcondes: “lugar no município de Sinimbu” (MÜLLER, 1999, p. 58).</p>	
<p>Fonte: Dicionário de nomes próprios (2019); Ecoplan (2005a); Etges e Seer (1999); Ferreira (2004); Guia Vem (2014); Houaiss (2006); IBGE (1950); Müller (1999).</p>	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

¹⁷² Não se encontrou evidência de que este topônimo motiva o nome do hidrônimo analisado que, devido a isso, não é classificado como corotopônimo.

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 49
Hidrônimo: MARRECÃO	
Localização/Município: Santa Tereza-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Zootopônimo (natureza física)
<p>Etimologia: Marrecão (datação de 1899): de marreca + ão. <i>Marreco</i>: de origem obscura.</p> <p>1. Ave anseriforme, anatídea (<i>Neochen jubata</i>), do Oeste e Sul do Brasil, de coloração ocrácea, tirante ao castanho na cabeça, pescoço e peito, dorso preto com penas castanho-claras, asas escuras e espelho branco. É espécie rara, arborícola, frequentando rios e lagos.</p> <p>2. Ave anseriforme, anatídea (<i>Metopiana peposaca</i>), que ocorre do Sul do Brasil até o Chile. O macho tem dorso preto com finas estrias brancas, espelho da asa acentuadamente branco, abdome vermiculado de cinza e branco, bico vermelho com carúncula na base, e pernas vermelhas. A fêmea tem dorso pardo e abdome branco (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).</p>	
Entrada Lexical: marrecão	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (substantivo masculino – <i>marreco</i> , morfema lexical + <i>ão</i> , morfema gramatical).
<p>Histórico: “Quanto ao uso (arrosios Marrecão e Vinte e Dois e o rio Taquari/Antas), em 1914, Santa Tereza recebeu o primeiro barco a vapor; pois no período o rio era navegável. As primeiras famílias de poloneses que se instalaram às margens do rio Taquari faziam da pesca o principal prato de alimentação” (OFÍCIO 009/2011; FERRI; TOGNI, 2012, p. 177).</p> <p>Localidade: Vila Santa Tereza – Arroio: “Garibaldi ou Marrecão”, afluente do rio das Antas (PIMENTEL, 1943, p. 412).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: Arroio do município de Garibaldi, que nasce nos arredores da cidade, “e segue para o município de Bento Gonçalves, onde desemboca no arroio Leopoldina, pela margem esquerda” (IBGE, 1950, p. 82).</p> <p>O município de Garibaldi “situa-se na encosta do planalto e é cortado pelos rios: das Antas, Taquari e Caí; pelos arroios: Marrecão, Boa Vista, Santa Clara, da Seca, Augusta e Passo das Antas. São encontradas nas bacias destes rios algumas variedades de peixes, como: jundiá, pintado e traíra, sendo, portanto, piscosos, embora a pesca não seja explorada com finalidade econômica” (IBGE, 1959a, p. 218).</p>	
Fonte: Ferreira (2004); Ferri e Togni (2012); Guia Vem (2014); Houaiss (2006); IBGE (1950; 1959a); Pimentel (1943).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 50
Hidrônimo: MEIO (do)	
Localização/Município: Arroio do Meio-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Cardinotopônimo (natureza física)
<p>Etimologia: Meio (datação de 1270): do latim <i>mediu</i>, por via popular, meio, centro, espaço intermediário, intervalo de tempo, metade, neutralidade.</p> <p>Arroio-meense (datação de 1914): relativo a Arroio do Meio-RS ou o que é seu natural ou habitante (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).</p>	
Entrada Lexical: meio; arroio-meense	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (substantivo masculino).
<p>Histórico: “A denominação oficial provém de três arroios que cortam a cidade: o arroio Grande, o arroio Forqueta e, estando evidentemente no centro dos dois, o arroio do Meio”.</p> <p>“Na história: energia para moinhos, banho, água para animais durante as estiagens” (OFÍCIO 009/2011; FERRI; TOGNI, 2012, p. 67 e p.172).</p> <p>Município de Arroio do Meio-RS: “Sua denominação, ao que tudo indica, parece ter-se originado de sua situação entre os arroios: o Grande, o do Meio, e o Forqueta” (CHERINI, 2007, p. 35).</p> <p>“A povoação que geraria a cidade estava assentada sobre uma elevação modesta, que termina às margens do rio Taquari, bem como no chamado Arroio do Meio em que a denominação provém da existência de três arroios vizinhos; o Grande, o do Meio e o Forqueta, estando situado, evidentemente, entre os outros dois” (IBGE, 1959a, p. 39).</p> <p>“Arroio do Meio”: <i>Planta da Região Colonial e do prolongamento da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Novo Hamburgo, s. d.</i> (KARAM, 1992).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: “O arroio do Meio ‘tem sua nascente no próprio município e corre paralelo ao Arroio Grande, passando pelas localidades de Linha 32, Picada Arroio do Meio, Rui Barbosa, Bela Vista e Centro’” (LEVANTAMENTO dos Ecossistemas e Mapas Temáticos do Município de Arroio do Meio –RS, 2003; KREUTZ, 2016, p. 45).</p> <p>“Nasce nas proximidades da linha Trinta e Dois, com uma extensão de 18km na direção geral Noroeste-Sudeste. Emprista o nome à sede municipal” (THOMÉ, 1984, p. 104).</p> <p>ARROIO DO MEIO: Cidade sede do distrito, do município e do termo de Arroio do Meio, pertencente à comarca de Lajeado, “na região meridional do município, à margem direita do rio Taquari e esquerda do seu afluente Arroio do Meio” (IBGE, 1950, p. 8).</p>	
Fonte: Cherini (2007); Ferreira (2004); Ferri e Togni (2012); Houaiss (2006); IBGE (1950; 1959a); Karam (1992); Kreutz (2016); Ofício 009/2011; Thomé (1984).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 51
Hidrônimo: MOINHO (do)	
Localização/Município: Santa Cruz do Sul-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Pardo
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Sociotopônimo (natureza antropocultural)
Etimologia: Moinho (datação de 1273): do latim <i>molinu</i> , pedra grande, mó (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).	
Entrada Lexical: moinho	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (substantivo masculino).
<p>Histórico: Rua do Moinho – Santa Cruz do Sul-RS: “é uma das mais antigas da cidade e uma das únicas que homenageiam um negócio, um empreendimento: o antigo moinho de milho e trigo do imigrante alemão Peter (Pedro) Assmann.</p> <p>Ele era o filho mais velho de Johann Assmann, imigrante que, em 1856, plantou a Cruz dos Assmann em Linha Santa Cruz (Alte Pikade). Quando a família chegou, Pedro tinha 18 anos. Depois de casar com Maria Anna Haas, abriu o moinho. Hoje, ele ficaria na Rua Henrique Schuster esquina com a Rua Augusto Becker. Na época, a região era colônia.</p> <p>No passado, a Rua do Moinho era apenas o caminho ou estrada do Moinho. Começava na Rua do Arroio (hoje Thomaz Flores) e ia até a moradia dos Assmann (atual casa de nº 290 da Henrique Schuster). Não havia ponte no arroio na esquina com a Rua Gaspar Silveira Martins, mas um passo de pedras. Somente nos anos 40/50, a Rua do Moinho foi aberta em direção ao Jardim das Nações e Bairro Bonfim, mudando seu traçado original. Antes, a velha Estrada do Moinho seguia pelo leito da atual Henrique Schuster, no Bairro Margarida.</p> <p>Os colonos vinham de Linha João Alves e outras regiões de carroça, trazendo milho ou trigo para moer, e voltavam com a farinha. A água que movia a roda do moinho corria dos altos do Monte Verde e escoava para o riacho que passava nos fundos da casa dos Assmann (Arroio do Moinho).</p> <p>Depois que uma enchente destruiu o moinho, Pedro encerrou as atividades e ficou só com lavouras, inclusive de tabaco. Com sua morte, em 1921, seu filho Augusto Assmann passou a morar na propriedade. Depois, sua neta Aloysia Assmann Borowsky. Atualmente, lá reside o bisneto Mário (Assmann) Borowsky” (GAZ, 2018, grifo nosso).</p> <p>Encontrou-se o registro de “Mühle Pick”, topônimo original do nome atual “Linha do Moinho” (CÂMARA de Vereadores de Santa Cruz do Sul, 2009).</p> <p>Moinho: “1. Linha colonial que liga as Linhas Paredão e São Martinho. O topônimo é muito comum, pois em todos os lugares onde havia um arroio um pouco mais forte era construído um moinho. 2. Arroio tributário do rio Pardinho. 3. Arroio tributário do Francisco Alves. 4. Arroio afluente do Pedroso, no Bairro Arroio Grande (MÜLLER, 1999, p.71-72).</p> <p>“Arroio Moinho”: <i>Planta da Colonia Guaporé</i>, 1903 (KARAM, 1992).</p>	
Informações Enciclopédicas: Outro topônimo: o arroio do Moinho, no município de Arroio Grande, é o “afluente da margem esquerda do Grande” (IBGE, 1950, p. 86).	
Fonte: Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Sul (2009); Ferreira (2004); GAZ (2018); Houaiss (2006); IBGE (1950); Karam (1992); Müller (1999).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 52
Hidrônimo: MOLHA GRANDE	
Localização/Município: Candelária-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Pardo
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Hidrotopônimo (natureza física)
<p>Etimologia: Molha (datação de 1881): derivação de molhar (do latim vulgar <i>*molliare</i>, por <i>mollire</i>, 'amolecer'). O mesmo que molhadela ('ato de molhar-se', 'chuva').</p> <p>Grande (datação do século XIII): do latim <i>grandis</i>, e 'grande, avançado em idade, alto, sublime' (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).</p>	
Entrada Lexical: molha	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (substantivo feminino + adjetivo).
<p>Histórico: O município de Candelária “fez parte da sesmaria dos campos e matos, que a Fazenda Pública Nacional concedeu a José Francisco da Silveira, por carta provincial de 22 de agosto de 1822. O lugar onde foi fundada a atual cidade, bem como a região adjacente que circunscreve os arroios Laranjeira e Molha Grande e a região junto ao Cerro Botucaraí, foram alienados pelo sesmeiro José Francisco da Silveira, em data não determinada” (IBGE, 1959a, p.105).</p> <p><i>Aqueduto:</i> “Sobre seu dorso, fluía a água captada no arroio Molha Grande, que acionava duas rodas d’água, gerando força motriz para mover um engenho de serra, um moinho de milho e trigo, pilões para o cacheamento de erva-mate e um pequeno descascador de arroz”.</p> <p><i>Barragem no Molha Grande:</i> “é a barragem que serviu para a captação da água conduzida ao aqueduto, construída no arroio Molha Grande (...). Graças à solidez de sua estrutura, ela conseguiu resistir à violência das águas, em enchentes sempre repetidas ao longo de mais de um século. Tanto quanto o Aqueduto, é uma obra a ser admirada”.</p> <p><i>Ponte sobre o arroio Molha Grande:</i> “construída no ano de 1863, consoante a Lei Provincial nº 554, de 22 de maio daquele ano, que autorizou fossem feitos melhoramentos na Estrada do Botucaraí, desde o arroio Passa Sete¹⁷³ até o arroio Molha. Tais melhoramentos foram contratados com João Kochenborger” (RODRIGUES, 1993, p. 51 e 61).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: “Nesse lugar onde está Candelária, palavra que significa ‘Festa das Candeias’, chegam quase juntos três importantes arroios, (o Laranjeiras e os Molhas, pequeno¹⁷⁴ e grande)” (CHERINI, 2007, p. 56).</p>	
Fonte: Cherini (2007); Ferreira (2004); Houaiss (2006); IBGE (1959a); Rodrigues (1993).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

¹⁷³ Ver ficha nº 60.

¹⁷⁴ Ver ficha nº 53.

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 53
Hidrônimo: MOLHA PEQUENO	
Localização/Município: Candelária-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Pardo
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Hidrotopônimo (natureza física)
<p>Etimologia: Molha (datação de 1881): derivação de molhar (do latim vulgar <i>*molliare</i>, por <i>mollire</i>, 'amolecer'). O mesmo que molhadela ('ato de molhar-se', 'chuva').</p> <p>Pequeno (datação de 1117): do latim vulgar <i>pitinnu</i>, associado a uma raiz expressiva <i>pikk-</i>, 'pequenez' (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).</p>	
Entrada Lexical: molha	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (substantivo + adjetivo).
<p>Histórico: <i>Aqueduto:</i> das duas rodas d'água, "a menor acionava um engenho de serra desde o tempo do antigo proprietário, Sr. Serafim José Flores, que vendeu a propriedade a João Kochenborger e Jacob Welsch, no ano de 1862. A água era, então, captada no arroio Molha Pequeno, na época denominado arroio Pinhal, que passa a Oeste do Aqueduto. Não restam vestígios do conduto".</p> <p><i>Ponte sobre o Molha Pequeno:</i> segundo um relatório enviado pela Câmara de Rio Pardo à Presidência da Província: "Com a conclusão das pontes dos arroios Molha grande¹⁷⁵ e Molha pequeno, está presentemente o trânsito livre de qualquer embarço até o "Passa Sete", mesmo para veículos de rodagem..." (RODRIGUES, 1993, p. 51 e 61).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: "Arroio, afluente da margem direita do rio Pardo", no município de Candelária (IBGE, 1950, p. 86).</p> <p>A cidade de Candelária "possui rede de esgoto misto de responsabilidade da Prefeitura Municipal, e seus principais corpos coletores são: arroio Molha Pequeno, arroio Laranjeira e o Rio Pardo" (ECOPLAN, 2005a, p.140).</p>	
Fonte: Ecoplan (2005a); Ferreira (2004); Houaiss (2006); IBGE (1950); Rodrigues (1993).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

¹⁷⁵ Ver ficha nº 52.

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 54
Hidrônimo: MOLHO	
Localização/Município: Santa Cruz do Sul-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Pardo
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: n/c (natureza física)
Etimologia: Molho (datação do século XIII): derivado de molhar (do latim vulgar <i>*molliare</i> 'amolecer o pão mergulhando-o em líquido', e, <i>por extensão</i> , 'molhar, mergulhar em água ou líquido, embeber em líquido') (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).	
Entrada Lexical: molho	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (substantivo masculino).
Histórico: n/e ¹⁷⁶	
<p>Informações Enciclopédicas: “Arroio, afluente da margem esquerda do Francisco Alves¹⁷⁷”, no município de Santa Cruz do Sul (IBGE, 1950, p. 86).</p> <p>Molho é uma “árvore (<i>Schinus dependens</i>), também chamada assobiadeira” (NUNES; NUNES, 1996, p.314), que “fornece madeira dura e ocorre no Rio Grande do Sul e também da Bolívia até a Patagônia” (BOSSLE, 2003, p. 341).</p>	
Fonte: Ferreira (2004); Bossle (2003); Houaiss (2006); IBGE (1950); Nunes e Nunes (1996).	
Data de coleta: outubro de 2018 a novembro de 2019	

¹⁷⁶ O Comitê Pardo (2019) retornou os questionamentos sobre esse e outros cursos d'água estudados, informando em 04/11/2019 não possuir informações acerca do histórico ou origem dos nomes dos rios e arroios que compõem a bacia. Já a Secretaria Municipal de Cultura de Santa Cruz não retornou o questionamento sobre o histórico do arroio, realizado em outubro de 2019.

¹⁷⁷ Ver ficha nº 31.

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 55
Hidrônimo: MULADA	
Localização/Município: Caxias do Sul-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Zootopônimo (natureza física)
<p>Etimologia: Mulada (mula +ada) :do espanhol platino <i>mulada</i>. Manada de mulas; muletada. Mula¹⁷⁸ (datação do século XIII): do latim <i>mula</i>. A fêmea do burro. Coletivo: mulada. -ada: sufixo nominal (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).</p>	
Entrada Lexical: mulada	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (substantivo feminino – <i>mula</i> , morfema lexical + <i>ada</i> , morfema gramatical).
<p>Histórico: Criúva e Mulada são recantos do interior do município de Caxias do Sul, onde a natureza se mistura à cultura e à história, tendo como exemplos a Ponte do Korff e os lendários Irmãos Bertussi. Criúva é um distrito do município, “antigo caminho passando por São Manoel, distrito de Campestre da Serra e Vacaria, com destino ao Sul de São Paulo”. Já São Jorge da Mulada é uma vila de Criúva, terra onde está concentrada a fazenda histórica da Família Bertussi, que é pioneira tradicionalista gaúcha. “Criúva foi caminho dos tropeiros, que levavam mulas de São Jorge da Mulada ao sul de São Paulo, onde eram vendidas para as fazendas de café” (VIAGENS E CAMINHOS, 2017).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: “Arroio Mulada”: Localidade de São Jorge da Mulada, distrito Criúva, Caxias do Sul-RS (GOOGLE Maps, 2019).</p> <p>Arroio “afluente da margem esquerda do rio das Antas”, município de São Francisco de Paula. Mulada também é o nome do povoado “à margem direita” desse mesmo arroio (IBGE, 1950, p. 89).</p> <p>O arroio Retiro pertence à unidade de gestão do Médio Taquari-Antas, sub-bacia do rio Burati/Arroio Retiro (STE, 2012a; 2012c). Nessa unidade, “as sub-bacias Rio Quebra-dentes/Arroio Mulada, Rio Tega, Arroio Biazus e Rio Burati/Arroio Retiro apresentam o esgotamento sanitário urbano, como setor responsável para contribuição de cargas orgânicas ao Taquari-Antas” (STE, 2012b, p. 137, grifo nosso).</p> <p>Significado de mulada: “grande número de mulas”; “tropa de mulas” (NUNES; NUNES, 1996, p. 319).</p>	
<p>Fonte: Ferreira (2004); Google Maps (2019); Houaiss (2006); IBGE (1950); Nunes e Nunes (1996); STE (2012b); Viagens e Caminhos (2017).</p>	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

¹⁷⁸ Ver ficha nº 20.

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 56
Hidrônimo: OURO (do)	
Localização/Município: Estrela-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Litotopônimo (natureza física)
Etimologia: Ouro (datação do século XIII): do latim <i>auru</i> , ouro ('metal brilhante e precioso') (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).	
Entrada Lexical: ouro	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (substantivo masculino).
<p>Histórico: “João da Silva Ribeiro, pai de Antônio Israel Ribeiro, 1º Barão de Guaíba, era casado com Dona Úrsula Clara Trindade, a quem se deve a primeira denominação de Bom Retiro do Sul, ‘Porto da Úrsula’. Era proprietário da Fazenda dos Barros, que se estendia para o Norte, até o arroio do Ouro” (FERRI, 1991, p. 126).</p> <p>“O arroio Grande deve ser o atual Boa Vista, o maior afluente do rio Taquari em território estrelense. E se Francisco Leonardo Cardoso e João da Silva Ribeiro Lima* são nominalmente citados, é porque seguramente haviam recebido suas terras anteriormente, no século 18, o primeiro ao norte do arroio Boa Vista, o segundo ao sul do arroio do Ouro” (HESSEL, 1983, p. 15).</p> <p>* Sua Fazenda dos Barros, outro nome antigo de Bom Retiro, se estendia por território hoje estrelense até a zona do Arroio do Ouro.</p> <p>“Na pág. 28 do Álbum Comemorativo do Cinquentenário de Estrela consta: “Arroio do Ouro, pequeno curso d’água que limita as terras das ex-colônias da Estrela e Arroio do Ouro”.</p> <p>“Não ficou elucidado desde quando Arroio do Ouro leva este nome. As primeiras colônias de terras ali vendidas a imigrantes que se deslocaram de Dois Irmãos em 1860 já foram registradas como em Arroio do Ouro. Embora só conste A. Ouro, deve ter sido uma fazenda. Também não se sabe desde quando existe, oficialmente, como comunidade. Os primeiros Estatutos são de 1898, mas em 1875 um núcleo de comunidade já comprou terras para escola, igreja e cemitério.</p> <p>“A origem do nome deslumbrante pelo qual é conhecida essa então exuberante porção do Vale do Taquari tampouco se conhece. Meu pai e o Alfredo Horn comentavam que, quando os desbravadores (antes de 1860) penetraram mato adentro e encontraram este arroio, exclamaram: ‘Este arroio vale ouro!’ Essa teria sido a origem do nome. Outra versão é que foram encontradas, nesse arroio, pedras – piratas – que por sua cor e brilho (amarelo) são também conhecidas como “ouro dos trouxas”. Há outros logradouros, fora do Vale do Taquari, com o nome Arroio do Ouro” (SCHEEREN, 2010, p. 174).</p> <p>“Arroio do Ouro”: <i>Planta da Região Colonial e do prolongamento da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Novo Hamburgo</i>, s.d. (KARAM, 1992).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: Arroio do Ouro: “afluente da margem esquerda do rio Taquari”, no município de Estrela (IBGE, 1950, p.93). “Localiza-se à margem esquerda do rio Taquari. Partindo da sede do município de Estrela, na direção Sul, dois acessos a alcançam” (SCHEEREN, 2010, p.174).</p> <p>Ouro: “Sétima corredeira, subindo o Rio Taquari, depois da foz do Arroio Castelhana, nas proximidades da Barra do Arroio do Ouro, em Estrela” (SCHIERHOLT, 2010, p. 338).</p>	
Fonte: Ferreira (2004); Ferri (1991); Hessel (1983); Houaiss (2006); IBGE (1950); Karam (1992); Scheeren (2010); Schierholt (2010).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 57
Hidrônimo: PALMEIRA	
Localização/Município: Gramado Xavier-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Pardo
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Antropotopônimo (natureza antropocultural)
<p>Etimologia: Palmeira (datação do século XIII): de palma (latim científico família <i>Palmae</i>, 1789) + eira (sufixo de origem latina). Denominação comum a todas as plantas pertencentes à família das palmáceas; espike (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).</p> <p><i>Arecaceae</i>, a família “composta pelas palmeiras, assume especial importância para os Guarani, assim como para quase todas as primeiras ocupações humanas da América do Sul (...). O uso pré-colonial resultou no manejo de 96 espécies de palmeiras, embora apenas duas são consideradas efetivamente domesticadas, <i>Bactris gasipaes</i> Kunth. e <i>Parajubaea cocoides</i> Burret (BERNAL et al., 2011). A etnografia e os documentos históricos apontam pelo menos nove espécies para os Guarani, cuja utilização está relacionada com a confecção de cestarias, esteiras, produção de farinha, confecção do telhado das casas com as folhas e fibras, confecção de arcos e pontas de flechas com o cerne do caule e tecelagem com as fibras das cascas” (SCHNEIDER, 2019, p.285-286).</p>	
Entrada Lexical: palmeira	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (substantivo feminino – <i>palma</i> , morfema lexical + <i>eira</i> , morfema gramatical).
<p>Histórico: “Arroio no município de Gramado Xavier, na divisa com Barros Cassal-RS. O chefe maragato José Antônio de Souza, vulgo General Palmeira, atuou na região serrana de Soledade e arredores, durante a Revolução Federalista de 1893. Seu acampamento estava localizado nas íngremes escarpas, de difícil acesso, da Serra Geral” (MÜLLER, 1999, p.78).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: O Alto Pardo “situa-se na porção superior da Bacia do Rio Pardo”. Suas “principais drenagens são: o rio Pardo e os arroios Gravatal e Sapo (pela margem direita) e Ligeiro e Palmeira (pela margem esquerda)” (ECOPLAN, 2005a, p.16).</p> <p>“Arroio, afluente da margem esquerda do Irapuá”, município de Cachoeira do Sul (IBGE, 1950, p.95). “Fazenda no 4º distrito” (ALMEIDA, 1931, p. 113).</p>	
<p>Fonte: Almeida (1931); Ecoplan (2005a); Ferreira (2004); Houaiss (2006); Guia Vem (2014); IBGE (1950); Müller (1999); Schneider (2019).</p>	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 58
Hidrônimo: PARDINHO	
Localização/Município: Santa Cruz do Sul-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Pardo
Feição Geográfica: rio	Taxionomia: Cromotopônimo (natureza física)
<p>Etimologia: Pardinhense (datação de 1938): topônimo Pardinho + ense; relativo a Pardinho-SP¹⁷⁹ ou o que é seu natural ou habitante.</p> <p>Pardo: do latim (<i>leo</i>) <i>pardus</i> (por se considerar que <i>pardus</i> era um adjetivo referente às manchas de cor escura que distinguiriam o leopardo do leão), com influência possível do espanhol antigo e português <i>pardal</i>, outro animal de cor parda, ou do grego <i>párdalos</i>.</p> <p>-inho: sufixo diminutivo (HOUAISS, 2006, FERREIRA, 2004).</p>	
Entrada Lexical: pardo; pardinhense	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (<i>Pardo</i> , morfema lexical + <i>inho</i> , morfema gramatical).
<p>Histórico: Chamado pelos indígenas de <i>Jequi Mini</i>, significando águas escuras e esverdeadas (MÜLLER, 1999).</p> <p>“O Vale do Rio Pardo possui grande quantidade de rios e arroios. No entanto, essas riquezas naturais podem se voltar contra o homem de um dia para o outro. Foi o que aconteceu em um sábado, 22 de novembro de 1919 – o dia em que a fúria das águas do Rio Pardinho varreu lavouras e vilas. Desde a fundação das colônias e da vinda dos primeiros imigrantes, não se tinha visto por esses lados tamanha força das águas.</p> <p>Estudos da época apontam que nas cabeceiras do Pardinho, em virtude do excesso de chuvas, houve deslizamento de terras nas encostas, causando o represamento das águas. Quando finalmente as águas venceram os obstáculos para sua passagem, desceram o Rio Pardinho em ondas gigantescas e arrastaram tudo o que estivesse em seu caminho.</p> <p>Passado quase um século, a enchente permanece na memória coletiva dos moradores da região” (VOGT; ROMERO, 2010, p. 152).</p> <p>“Há milhares de anos a região dos Vales do Rio Pardinho foi habitada por primitivos povos que deixaram a sua existência comprovada em inúmeros sítios arqueológicos. Pertenciam seus implementos ao período pré-cerâmico, material da Tradição Umbu e Humaitá” (CHERINI, 2007, p. 289).</p> <p>“Conhecido, depois do Taquari, é o Taiaçuapé (caminho do porco do mato) por onde a Junta dos Feiticeiros atingiu o Rio Pardinho, fronteira de Jesus-Maria. E é este o itinerário das bandeiras que investem contra as reduções jesuíticas do Tape” (PORTO, 1954, p. 142).</p> <p><i>Toponímia atual:</i> Rio Pardinho; <i>Toponímia original:</i> Neue Picade; <i>Significado:</i> Picada Nova – lugar que acolheu a segunda leva de imigrantes (ETGES; SEER, 1999, p. 97).</p> <p>“Rio Pardinho - Neue Pikade” (CÂMARA de Vereadores de Santa Cruz do Sul, 2009).</p> <p>“Rio Pardinho pertencia ao distrito de Santa Cruz do Sul, fundada em 1849. Rio Pardinho naquela época chamava-se Faxinal”.</p> <p>Segue carta de Rudolfo, um dos três irmãos Gressler¹⁸⁰ que migraram para o Brasil e fundaram um clã, escrita em dezembro de 1852 de Santa Cruz do Sul-RS:</p>	

¹⁷⁹ Não há evidência de que este topônimo motiva o nome do hidrônimo analisado que, devido a isso, não é classificado como corotopônimo.

¹⁸⁰ Os Gressler têm a sua origem nos três irmãos que imigraram em 1852 e se estabeleceram neste distrito. São eles Friedrich Günther, Heinrich August Albert e Johann Friedrich Rudolph (MÜLLER, 1999, p. 45).

“Ninguém pode imaginar como foi linda a viagem de Rio Grande até Rio Pardinho^{*}. Em primeiro lugar, a comida era excelente; depois, a paisagem, incomparável. Nas beiras dos rios há mata virgem; de vez em quando, uma roça. Na lagoa e no rio, centenas de patos. Só no princípio, a gente se sentiu um pouco indisposto, até nos acostumarmos ao clima. Os colonos geralmente têm uma diarreia ao chegarem. Mas em geral o clima é muito agradável. Há poucos casos de falecimentos. Isto se nota nos imigrantes que estão no exército e não levam uma vida tão regular. Ouvimos notícias de outros alemães, inclusive de um Jahn, que também veio de Stadtilm, que está na artilharia aqui no Brasil.

Artesãos aqui são muito bem pagos. Um seleiro, que estava conosco no navio, ficou logo trabalhando em Rio Grande. Nas cidades onde passamos, havia procura por moças para trabalho doméstico. Ganham um salário altíssimo. Dizem que em Montevideú é melhor. Alguns já foram para lá. Cuidado com os emigrantes que vieram para servir no exército! Há entre eles elementos que não prestam e que não querem trabalhar. Não estão satisfeitos com nada.

Os oficiais dos militares alemães, que estão estacionados em Rio Pardo, convidaram-nos duas vezes para bailes. Fomos muito bem recebidos, com muito respeito e consideração. Os rapazes, que quiserem vir para cá, fariam bem em casar antes. Se alguém quiser vir, venha! Uma colônia, como a que nós temos, em dez anos, valerá muitíssimo dinheiro.

Com o desejo de vos ver alguma vez, Rudolfo e Anna Gressler.

* Rio Pardinho pertencia ao distrito de Santa Cruz do Sul, fundada em 1849. Rio Pardinho naquela época chamava-se Faxinal” (ZWANZIGER, 2002, p.233).

“Reproduzimos de uma cópia original, e damo-la, a título de curiosidade histórica, a carta de concessão que segue:

‘João de Faria Rosa, morador nesta Província, que, não tendo obtido ainda mercê alguma de terras para cultura, e achando-se devoluta uma cita (sita) na Serra Geral do Distrito de Couto, contendo 1400 braças de frente e ½ légua de fundo, principiando a sua medição pelo Oeste desde um galho do Rio Pardo* pelo Leste com uma quebrada da Serra Geral (...)’ Porto Alegre, 29 de abril de 1822.

João Carlos de Saldanha – Presidente”.

*Galho do rio Pardo¹⁸¹ era a denominação do rio Pardinho, 1914 (MENEZES, 2005, p.37).

“(…) chegamos a uma encosta cada vez mais íngreme. Aqui atravessamos o Rio Pardinho, que corre no fundo e dá o nome a toda a picada”, 1858 (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 175).

Foram loteadas na **Colônia de Santa Cruz** diversas Linhas, Picadas e Travessões:

1852= Picada Nova ou Rio Pardinho

Ponte Rio Pardinho: em 28 de janeiro de 1899 é entregue ao trânsito público uma importante ponte sobre o Rio Pardinho, desenvolvida com auxílio do governo estadual (ENGELMANN; RADÜNZ, 2009).

“Rio Pardinho”: Mapa Colônias dos Vales do Rio Taquari e Rio Pardo – *Hundert Jahre Deutschum in Rio Grande do Sul*, 1924 (CUNHA, 1991).

Informações Enciclopédicas: O rio Pardinho “nasce ao norte nas imediações da divisa municipal com Barros Cassal. Se orienta no sentido norte-sul pelo centro do município. Suas várzeas apresentam as maiores densidades demográficas (...). Devido às condições topográficas e geológicas, o Rio Pardinho apresenta muitas corredeiras, meandros com profundos poços e saltos, destacando-se o do Salto Rio Pardinho” (LEIFHEIT, 1978, p. 29).

Rio que “nasce na região setentrional do município e atravessa-o, até desaguar pela margem esquerda, no rio Pardo, na divisa do município deste nome” (município de Santa Cruz do Sul) (IBGE, 1950, p. 96-97).

“Rio que dá nome à região, com desenho, fauna e flora excepcionais. Em completa harmonia com o vale, revela surpresas e variados balneários de água cristalina” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL, s.d., p. 21).

Pardinho: “1. Importante afluente do rio Pardo, em cujas margens foi instalada a Picada Nova e a Colônia de Rio Pardinho” (MÜLLER, 1999, p.78).

¹⁸¹ Ver ficha nº 59. “Antiga denominação do rio Pardinho e de outros afluentes do rio Pardo. Em linguagem antiga, galho nada mais é do que o afluente de um rio maior. A palavra, hoje, está em completo desuso” (MÜLLER, 1999, p. 44).

Fonte: Avé-Lallemant (1980); Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Sul (2009); Cherini (2007); Cunha (1991); Engelmann e Radünz (2009); Etges e Seer (1999); Ferreira (2004); Houaiss (2006); IBGE (1950); Leifheit (1978); Menezes (2005); Müller (1999); Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul; Vogt e Romero (2010); Zwanziger (2002).

Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 59
Hidrônimo: PARDO	
Localização/Município: Rio Pardo-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Pardo
Feição Geográfica: rio	Taxionomia: Cromotopônimo (natureza física)
<p>Etimologia: Pardo: do latim (<i>leo</i>) <i>pardus</i> (por se considerar que <i>pardus</i> era um adjetivo referente às manchas de cor escura que distinguiam o leopardo do leão), com influência possível do espanhol antigo e português. <i>pardal</i>, outro animal de cor parda, ou do grego <i>párdalos</i> (FERREIRA, 2004). Rio-pardense (datação de 1809): topônimo <i>Rio Pardo</i> + <i>ense</i>, relativo a Rio Pardo-RS ou o que é seu natural ou habitante (HOUAISS, 2006).</p>	
Entrada Lexical: pardo; rio-pardense	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (adjetivo).
<p>Histórico: “Os indígenas chamavam-no de Yobi, o que significa verde ou azul. Os portugueses deram-lhe o nome de pardo, devido à cor de suas águas, em contraste com as águas barrentas do Jacuí. Mais conhecido era, porém, pelo nome indígena de Jequí, que tem o significado de sujo, escuro e pardacento” (MÜLLER, 1999, p.93). “Rio Pardo (devido à coloração da água do rio do mesmo nome que deságua no Jacuí)” (MÜLLER, 2002, p. 68). Rio Pardo = <i>Iequí</i> (CRISTO, 2017, p.12). “Após a colonização da região de São Leopoldo, os imigrantes alemães ou de origem, seguiram os cursos d’água, que era o caminho mais favorável, atingindo os vales dos rios Jacuí, Pardo e Taquari” (FERRI, 1991, p. 78). “Por volta de 1633, os jesuítas espanhóis estabeleceram-se no local onde hoje se situa o município de Rio Pardo, com esse nome por suas águas serem de cor escura, pardas; pouco depois, foram arrasados pelos bandeirantes de Raposo Tavares, apoiados por índios Tupis”. “A colonização portuguesa só teve início cerca de um século depois, com o assentamento de casais açorianos. Em vista da resistência oposta à comissão portuguesa demarcadora das fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Madrid, foi erguida, em 1752, em local próximo à confluência do rio Pardo com o Jacuí, o forte Jesus-Maria-José. Pela sua posição, passou logo a ser chamado “Tranqueira do Rio Pardo” e ao seu redor, formou-se um povoado que, com a tropa de cavalaria ali instalada, resistiu bravamente aos repetidos ataques dos índios tapes. Em 1809, a povoação que fora colocada sob a proteção de N. Sr^a. do Rosário foi elevada à vila e sede municipal. Do fim do século XVIII ao começo do século XIX, Rio Pardo foi um dos núcleos mais importantes da então Capitania do Rio Grande do Sul, seja como praça militar, seja como entreposto comercial. Dali partiam expedições militares para defender zonas ameaçadas pelos espanhóis ou para expandir os domínios da Coroa portuguesa. Também era o ponto inicial das caravanas de abastecimento à fazendas distantes, que consolidaram as primeiras rotas comerciais para a região da fronteira. Em 1715, o capitão de Brito Peixoto explorou a região e batizou um dos rios com o nome de Pardo, devido à cor pardacenta de suas águas. No século XVIII, a região começava a ser explorada pelos portugueses e os rios eram as únicas estradas. Conforme avançava a conquista portuguesa, usaram-se várias denominações: Guarda do Rio-Pardo, Paragens do Rio Pardo, Passo do Rio Pardo, Depósito do Rio Pardo, Acampamentos do Rio Pardo, Fortificação do Rio Pardo, Fortaleza do Rio Pardo, Tranqueira do Rio Pardo, Quartel do Rio Pardo, mas sempre com o acréscimo de “Rio Pardo”. Na época da disputa da terra com os espanhóis, a região era conhecida por Ermida de Jesus Maria José do Rio Pardo (1755). Depois, passou a ser Capela Curada de Santo Ângelo de Rio Pardo (1762), devido ao primeiro padroeiro com a mudança do orago (templo onde se dão oráculos), passou a ser Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo (1769). Outro historiador faz uma correção oportuna: “por volta de 1633...” - os jesuítas então já não eram</p>	

exclusivamente espanhóis, mas de várias nacionalidades, como boêmios (Pe. Tadeu Enis, capelão de Sepé Tiaraju) e alemães (Pe. Bernardo Nudorffer, superior da entrega dos sete povos). Eles atuaram em toda a região, hoje rio-pardense e da subsequente “Fronteira de Rio Pardo” (campanha etc). Sendo as numerosas reduções destruídas pelos bandeirantes invasores (Raposo Tavares, Bueno etc) a colonização luso-brasileira iniciou-se com a presença dos primeiros homens vindos de Laguna e Colônia do Sacramento a partir de 1724, portanto 30 anos antes dos dragões-militares de Gomes F. de Andrade, que determinou a construção da estacada (em seguida após o primeiro incêndio dos guaranis paliçada) Jesus-Maria--José. Esta resistiu bravamente aos ataques dos castelhanos, mas não dos guaranis, os quais a incendiaram duas vezes e ainda se voltaram na investida inicial, quando foi abatido o comandante Alexandre Mboarari (corregedor de S. Miguel), ocasião em que Sepé assumiu a chefia dos ataques guerrilheiros, sempre vitoriosos (antes de seu massacre em São Gabriel em 07 de fevereiro de 1756). Quando o capitão Brito Peixoto aí passou (depois de uma enxurrada), rebatizou o rio com o topônimo “Pardo”, desprezando o idílio do nome “Jobi”(rio das águas verde-azuladas), confundindo-se ainda, daí em diante, a denominação guarânica de “Jequi”, dado à região, onde os aborígenes pescavam com este covo (funil de taquarinhas unidas com cipó ou embirra), o Orago de Santo Ângelo não servia para “dar oráculos”, porem para ser patrono/padroeiro de seus devotos. Antes da freguesia de Nossa Senhora do Rosário(aliás devoção tradicional dos escravos) contar com seu cura, a capela da Aldeia de São Nicolau (originada como sede da estância de São Luiz Gonzaga – luisitas, em 1680 contou com o padre Francisco Fernandes, jesuíta luso, nomeado por Gomes Freire (1756), o qual está sepultado com a cruz missioneira no cemitério contíguo à histórica capela” (CHERINI, 2007, p.228-230).

“No dia seguinte, 2 de Dezembro, dia de São Francisco Xavier, estando a meia légua de distância, isto é, a 2 km e meio, já transposto o Rio Pardo, em cuja margem direita ficava Jesus Maria, pelas 8 horas da manhã, mandou Raposo Tavares aos Padres um parlamentar, com carta de sua autoria, dizendo-lhes “que vinha procurar comida para seu exército, que eles o recebessem em paz” (PORTO, 1954, p.148-149).

“Os primitivos habitantes do município, foram os índios Tapes, os quais, vieram formar uma redução jesuítica. O povoamento da vila, formou-se após o tratado de Madri, firmado entre Portugal e Espanha, em 1850. Neste posto avançado, de origem militar, foi construído um Forte Jesus, Maria e José, reforçado pelo Regimento dos Dragões (FREITAS, 1993, p. 223-224).

“Rio Pardo (rio amarelo), sobre o qual leva aqui uma ponte de madeira com pilares de pedra”, 1850 (HÖRMEYER, 1986, p. 24).

“Trata-se de um dos quatro primeiros municípios do Rio Grande do Sul. A primeira povoação do território onde hoje é Rio Pardo data de 1750. A cidade, porém, foi fundada em 1769 com a criação da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. Em 1809 foi elevada a condição de vila com o nome de Vila do Príncipe, e, em 1846 elevada a categoria de cidade e denominada Vila do Rio Pardo, devido a proximidade com o rio Pardo e sua foz junto ao rio Jacuí. Cabe lembrar que o rio foi batizado, pelos militares, com o nome de Pardo devido a cor pardacenta de suas águas” (OBSERVADR, 2019).

“(…) desembarcamos em Rio Pardo, vila encantadora a cerca de trinta léguas de Porto Alegre, a alguma distância do rio Pardo, pequeno rio com o mesmo nome. Antigamente, só havia ali um forte dedicado a São Lourenço, mas quando o lugar começou a povoar-se, deram-lhe o nome de Rio Pardo” (BAGUET, 1997, p. 46).

“O nome lhe foi dado pelo capitão-mor de Laguna Francisco Brito Peixoto quando, em 1715, veio ao Rio Grande do Sul com o objetivo de localizar jazidas de metais e pedras preciosas, como fizera Domingos Brito Peixoto, que viera com uma expedição até o nosso morro Botucarái no final do século anterior” (RODRIGUES, 1993, p. 262 - 263).

“O rio descoberto, que tem sua foz no Jacuí, recebeu o nome de Pardo, em vista da cor escura de suas águas. O lugar encontrado era muito próprio para concentração de forças militares e recebeu, algum tempo depois, o nome de Rincão d’El-Rei” (REZENDE, 1987, p. 21)

Ocorrência em mapas: “Rio Pardo” (FUNCK, 1777; ZAMBECCARI, 1840?).

Informações Enciclopédicas: “RIO PARDO: nasce fora do município, corre no sentido norte-sul servindo como linha limítrofe com os municípios de Soledade, Sobradinho e Rio Pardo” (LEIFHEIT, 1978, p. 28).

<p>Rio Pardo: “Cidade, sede do distrito, do município, do termo e comarca de igual nome. No pontal formado pelo rio Pardo ao desembocar no Jacuí, com estação da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, linha tronco” (município de Rio Pardo).</p> <p>Pardo: Rio que “nasce na região central do município, e, correndo para o sul, deixa, à esquerda, Santa Cruz, e à direita, Sobradinho, Candelária e Rio Pardo, em cujo território penetra, até desaguar pela margem esquerda, no Jacuí”, município de Soledade (IBGE, 1950, p. 97 e p. 116).</p> <p>“O Rio Pardo nasce no Planalto Meridional, mais especificamente na Formação da Serra Geral, a 710m de altitude. Deságua no Rio Jacuí, junto à cidade de Rio Pardo, tendo como principal afluente o Rio Pardinho” (HOELTZ, 1997, p. 32¹⁸²).</p>
<p>Fonte: Baguet (1997); Cherini (2007); Cristo (2017); Ferreira (2004); Ferri (1991); Freitas (1993); Funck (1777); Guia Vem (2014); Hoeltz (1997); Hörmeyer (1986); Houaiss (2006); IBGE (1950); Leifheit (1978); Müller (1999, 2002); ObservaDR (2019); Porto (1954); Rezende (1987); Rodrigues (1993); Zambeccari (1840?).</p>
<p>Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019</p>

¹⁸² Fonte: livro localizado no acervo do Laboratório de Arqueologia do Museu de Ciências Naturais da Univates (MCN).

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 60
Hidrônimo: PASSA SETE	
Localização/Município: Passa Sete-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Pardo
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Numerotopônimo (natureza antropocultural)
Etimologia: Sete (datação do século XIII): do latim <i>septem</i> , sete. Passar: do latim tardio <i>passare</i> < latim <i>passus</i> , 'passo' (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).	
Entrada Lexical: sete	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (verbo + numeral).
<p>Histórico: “O nome do município deve-se ao arroio localizado próximo ao povoado, atualmente denominado de baixo Passa Sete. Os antigos moradores e viajantes da região das missões que por ali passavam em direção a Candelária e Rio Pardo tinham que cruzar o referido arroio por sete vezes” (OBSERVADR, 2019).</p> <p>O município de Passa-Sete apresenta uma história intimamente ligada aos viajantes do Rio Grande do Sul, pois no passado “foi local de passagem para quem se deslocava de Rio Pardo a Passo Fundo”. O nome que deu origem ao município, de descendência ítalo-germânica, “foi o arroio no local atualmente denominado de baixo Passa Sete, onde os antigos moradores da região e viajantes das missões que por ali passavam, em direção à Candelária e Rio Pardo, a partir de 1820, segundo moradores antigos, tinham que cruzar o referido arroio por sete vezes”.</p> <p>“O nome do município era um tradicional e conhecido Passo de viajantes, de Rio Pardo a Passo Fundo e uma referência aos sete caminhos de arroio no interior de Candelária no Rio Grande do Sul” (CHERINI, 2007, p. 203).</p> <p>“Arroio que atravessa a sede urbana de Vale do Sol. A denominação surgiu por causa dos muitos passos existentes no seu leito, quando ainda não havia pontes” (MÜLLER, 1999, P. 79).</p>	
Informações Enciclopédicas: “Afluente do rio Pardo” (ECOPLAN, 2005b, p.212). Passa-sete: “Arroio, afluente da margem direita de Francisco Alves”, no município de Santa Cruz do Sul. “Arroio, afluente da margem direita do rio Pardo, na divisa do município de Candelária”, município de Sobradinho (IBGE, 1950, p.98).	
Fonte: Cherini (2007); Ecoplan (2005b); Ferreira (2004); Houaiss (2004); IBGE (1950); Müller (1999); ObservaDR (2019).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 61
Hidrônimo: PEDRAS (das)	
Localização/Município: Santa Cruz do Sul-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Pardo
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Antropotopônimo (natureza antropocultural)
Etimologia: Pedra (datação do século XIII): do grego <i>pétra</i> , pelo latim <i>petra</i> , 'rocha, rochedo, penhasco, penedo; pedra' (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).	
Entrada Lexical: pedra	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (substantivo feminino plural – <i>pedra</i> , morfema lexical + <i>s</i> , morfema gramatical).
<p>Histórico: <i>Nome atual:</i> Arroio das Pedras. <i>Topônimo original:</i> Steinbach (CÂMARA de Vereadores de Santa Cruz do Sul, 2009).</p> <p>Arroio das Pedras “é a designação popular do arroio Pedroso”. Os imigrantes, colonizadores alemães, acreditavam que “a palavra Pedroso tivesse algo a ver com pedras e, por isso, traduziram o nome do arroio, batizando-o de Steinbach (Arroio das Pedras)”. Porém, “o topônimo nada tem a ver com Pedras, mas sim com Pedroso, Lewis Pedroso” (MÜLLER, 1999, p. 80 e 107).</p> <p>“A Sesmaria do Faxinal, denominação esta das terras já possuídas pelo pai e avô de João de Faria Rosa, ambos do mesmo nome desse, compreendiam um perímetro circunscrito pelos limites seguintes: - Ao sul dividia-se pelo <i>Arroio das Pedras</i> (Arroio Grande); ao oeste pelo rio Pardinho, até a barra do Lajeado; por este acima até defrontar o Serro do Pinheiro; daí (lado Leste) pela cordilheira da serra, em que foi aberta a Picada Velha, até o mencionado Arroio das Pedras”, 1914 (MENEZES, 2005, p.9).</p> <p>“RIO GRANDE, 14 de setembro. – São Francisco de Paula é, sem favor, a aldeia do Rio Grande em que há maior número de charqueadas. Existem, atualmente, dezoito nesta paróquia, e a média de animais abatidos por ano é de, aproximadamente, cento e vinte mil. A paróquia de São Francisco é limitada ao norte pelo rio Camaquã; ao sul pelo Arroio das Pedras e Rio Piratinim; a leste pela Lagoa dos Patos e Rio São Gonçalo; a oeste pela Serra dos Tapes”, 1887 (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 88-89).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: Arroio das Pedras: “Povoado, à margem esquerda do arroio das Pedras”, município de Montenegro (IBGE, 1950, p. 8).</p> <p>“Passo das Pedras: Passo na sanga deste nome, situado no 3º distrito”. “Pedras – Sanga no 3º distrito” (ALMEIDA, 1931, p. 114).</p> <p>Passo das Pedras: “balneário no rio Pardinho, perto da Linha Sete de Setembro” (MÜLLER, 1999, p.80).</p>	
Fonte: Almeida (1931); Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Sul (2009); Ferreira (2004); Guia Vem (2014); Houaiss (2006); IBGE (1950); Menezes (2005); Müller (1999); Saint-Hilaire (2002).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 62
Hidrônimo: PEDRINHO	
Localização/Município: Bento Gonçalves	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Antropotopônimo (natureza antropocultural)
Etimologia: Diminutivo de Pedro (do latim, significa "pedra" ou "rocha", uma derivação do nome de origem grega Pétros) (SIGNIFICADO DO NOME, 2019).	
Entrada Lexical: n/e	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (substantivo – <i>Pedro</i> , morfema lexical + <i>inho</i> , morfema gramatical).
<p>Histórico: “Quem sai de Bento Gonçalves, na Serra Gaúcha, e atravessa o asfalto da rodovia estadual, passando pelo pontilhão sobre o Arroio Pedrinho, atinge a chamada Linha Leopoldina, já em pleno Vale dos Vinhedos”.</p> <p>“Aí, nos lotes que lhes couberam, imigrantes italianos do fim do século XIX encontraram condições para o cultivo da videira” (BORGES, 2015, p.58).</p>	
Informações Enciclopédicas: O arroio Pedrinho “drena áreas menos habitadas e menos industrializadas” (STE, 2011b, p. 431).	
Fonte: Borges (2015); Significado do nome (2019); STE (2011b).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 63
Hidrônimo: PEQUENO	
Localização/Município: Sinimbu-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Pardo
Feição Geográfica: rio	Taxionomia: Dimensiotopônimo (natureza física)
Etimologia: Pequeno (datação de 1117): do latim vulgar <i>pitinnu</i> , associado a uma raiz expressiva <i>pikk-</i> , ‘pequenez’ (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).	
Entrada Lexical: pequeno	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (adjetivo).
<p>Histórico: <i>Toponímia atual:</i> Rio Pequeno. <i>Toponímia original:</i> Kleiner Rio. <i>Significado:</i> Rio Pequeno (ETGES; SEER, 1999).</p> <p>Rio Pequeno: “1. Povoado no município de Sinimbu. Os moradores ainda hoje chamam-no pelo nome popular de Kleiner Rio, o que traduzido quer dizer Rio Pequeno. Interessante é a combinação de palavras: uma alemã e outra portuguesa. 2. Também parece ter o nome de arroio Sinimbu. Por ali passou o bandeirante Raposo Tavares, quando atacou os índios aldeados em Jesus Maria, São Cristóvão e São Joaquim” (MÜLLER, 1999, p.94).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: “O Rio Pequeno, na nascente, é conhecido pelos ribeirinhos como Arroio Sinimbuzinho¹⁸³” (SCARTAZZINI, 1995, p. 83). O arroio Sinimbuzinho é “afluente do rio Pequeno” (ECOPLAN, 2005b, p. 212).</p> <p>“O Rio Pequeno é o principal tributário do Rio Pardinho e esta sub-bacia complementa a parte da cabeceira da bacia do Rio Pardinho, sendo que os canais da cabeceira são pouco volumosos e de pequena extensão, conferindo às quedas-d’água neles existentes potências de pequeno porte” (SCARTAZZINI, 1995, p. 90).</p> <p>Alto e Alto-Médio Pardinho “consistem nas Unidades relativas à bacia hidrográfica do rio Pardinho a montante da confluência do rio Pequeno” (ECOPLAN, 2005a, p.17).</p> <p>“Rio, afluente da margem esquerda do Pardinho”, Santa Cruz do Sul (IBGE, 1950, p. 102).</p>	
Fonte: Ecoplan (2005a, 2005b); Etges e Seer (1999); Ferreira (2004); Guia Vem (2014); Houaiss (2006); IBGE (1950); Müller (1999); Scartazzini (1995).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

¹⁸³ Ver ficha nº 86.

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 64
Hidrônimo: PINHALZINHO	
Localização/Município: Santa Cruz do Sul-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Pardo
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Fitotopônimo (natureza física)
<p>Etimologia: Pinhal: <i>de pinho</i> (do latim <i>pinu</i>, ‘pinheiro’) + <i>al</i>: extenso aglomerado de pinheiros em determinada área.</p> <p>Pinhalzinhense (datação de 1938): topônimo <i>Pinhalzinho</i> + <i>ense</i>, relativo a Pinhalzinho-SP¹⁸⁴ ou o que é seu natural ou habitante (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).</p>	
Entrada Lexical: pinhal; pinhalzinhense	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (substantivo – <i>Pinhal</i> , morfema lexical + <i>zinho</i> , morfema gramatical).
<p>Histórico: <i>Pinhal</i> é um “pequeno arroio, afluente do rio Pardo, também denominado como Arroio Anta Brava. A denominação tem a sua origem na abundância de araucárias (como é chamado o nosso pinheiro brasileiro)”. E <i>Pinhalzinho</i> é também um “pequeno lajeado afluente do Arroio Pinhal, no município de Gramado Xavier” (MÜLLER, 1999, p. 82-83).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: No Alto-Médio Pardino “os principais afluentes do rio Pardino são os arroios Pinhalzinho, Marcondes e Cerro da Mula, pela margem direita” (ECOPLAN, 2005a, p.17-18).</p> <p>“Linha Pintado”, localizada no arroio Pinhalzinho, Santa Cruz do Sul (COMITÊ PARDO, 2019).</p> <p>Linha Pinhalzinho: “linha colonial às margens do arroio do mesmo nome” (MÜLLER, 1999, p.66).</p> <p>“Arroio, afluente da margem direita do rio Pardino”, município de Santa Cruz do Sul. Outro topônimo encontrado:</p> <p>Pinhalzinho – “Arroio, na região setentrional, segue para o município de Taquara, como formador do Butiá” (Gravataí) (IBGE, 1950, p. 105).</p>	
<p>Fonte: Ecoplan (2005a); Comitê Pardo (2019); Ferreira (2004); Houaiss (2006); IBGE (1950), Müller (1999).</p>	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

¹⁸⁴ Não há evidência de que este topônimo motiva o nome do hidrônimo analisado que, devido a isso, não é classificado como corotopônimo.

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 65
Hidrônimo: PINHEIRO ALTO	
Localização/Município: Bom Jesus-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Fitotopônimo (natureza física)
<p>Etimologia: Pinheiro (datação de 1050): pinho + <i>-eiro</i>; brasileirismo-latinismo <i>pinarius</i>, de <i>pínus</i>, <i>i</i> 'pinheiro (árvore)' , a função do radical <i>pinh-</i> se explica por influência de <i>pinha</i> devido à mudança de sentido de <i>pinho</i> para 'madeira desta árvore'.</p> <p>Alto (datação do século XIII): do latim <i>altus</i>, <i>a</i>, <i>um</i> 'nutrido, elevado, grande, nobre, sublime, altivo, arrogante, orgulhoso, profundo, afastado, antigo, dissimulado' (HOUAISS, 2006).</p>	
Entrada Lexical: pinheiro	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (substantivo masculino [<i>pinho</i> , morfema lexical + <i>eiro</i> , morfema gramatical] + adjetivo).
<p>Histórico: “No passado, o pinheiro era de importância vital para as pessoas. Não apenas por causa dos seus frutos, mas também porque servia como bússola e orientação para os índios e jesuítas das reduções” (MÜLLER, 1999, p.84).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: “Arroio, afluente da margem direita do Engenho Velho”, no município de Bom Jesus (IBGE, 1950, p. 105).</p> <p>“Arroio Pinheiro”: Município de Bom Jesus (GOOGLE Maps, 2019).</p> <p>“O <i>pinheiro</i>, cujo fruto é chamado <i>pinhão</i>, foi descrito por Azara. Trouxe comigo alguns grãos que desenvolveram muito bem seu germe singular. Tenho esperança de vê-lo crescer em muitos jardins dos arredores do Havre” (ISABELLE, 2006, p. 303).</p> <p>Fazenda do Pinheiro Alto, São Francisco de Paula-RS (IBGE, 1959b).</p>	
Fonte: Google Maps (2019); Houaiss (2006); IBGE (1950, 1959b); Isabelle (2006); Müller (1999).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 66
Hidrônimo: PRATA (da)	
Localização/Município: Ibiraiaras-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: rio	Taxionomia: Litotopônimo (natureza física)
<p>Etimologia: Prata (datação de 1136): do latim vulgar <i>*platta</i> (< <i>*plattus</i> 'plano'), brasileirismo-latinismo <i>plata</i>, 'lâmina, placa de metal'.</p> <p>Pratense (topônimo <i>Prata</i> + <i>ense</i>): de, ou pertencente ou relativo a Prata (PB e MG). O natural ou habitante de Prata (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).</p>	
Entrada Lexical: prata; pratense	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (substantivo).
<p>Histórico: “No passado e presente estes rios (Antas e da Prata) serviam como fonte de pesca para muitas famílias, locais para banho e transporte de madeira através de ‘balsas’ no início do século XX. Alguns riachos afluentes destes rios também serviram para instalação de pequenas usinas familiares” (OFÍCIO 009/2011; FERRI; TOGNI, 2012, p. 176).</p> <p>Município de Nova Prata-RS: “D. Plácida Vieira de Araújo, espírito filantrópico e empreendedor, viúva de Silvério A. de Araújo, foi a maior proprietária de terras no município. Seus bens estavam compreendidos entre o arroio Retiro, divisa das comunas de Nova Prata com Veranópolis, e o rio da Prata, limite com o município de Lagoa Vermelha”.</p> <p>“O Presidente Borges de Medeiros, sempre infenso em seu governo a homenagear pessoas vivas, embora acolhesse com simpatia a sugestão, opinou, todavia, pela denominação de ‘Prata’, que tira sua origem do rio do mesmo nome que banha o norte e o leste do município (IBGE, 1959a, p. 369 e p.372).</p> <p>Ocorrência em mapa: “Rio da Prata” (OLIVEIRA, 1885).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: “É o mais importante afluente do rio das Antas. Nasce no divisor de águas das bacias do rio Taquari-Antas com a do Uruguai. Drena uma área de 3800 quilômetros quadrados, oscilando de uma altitude de 900 a 700 metros”.</p> <p>“O rio da Prata tem sua nascente na localidade de Nossa Senhora da Salete e, segue na direção Sul, desaguando no rio das Antas” (FERRI; TOGNI, 2012, p. 26 e p.167).</p> <p>Em Nova Prata-RS, há a Cascata da Usina (<i>Barra do Rio da Prata</i>): “da estrada, um belvedere permite uma visão ampla do local, com a queda de 40 metros sobre os paredões de rocha, o grande remanso que se forma logo em seguida e também um velho moinho colonial com roda-d’-água, preservado nas encostas do Rio da Prata” (GUIA DA SERRA GAÚCHA, 1998, p.168).</p> <p>Rio da Prata “nasce na região meridional do município, que separa do de Prata, e limita, em seguida, à direita, Alfredo Chaves, e à esquerda Antônio Prado, até desaguar no rio das Antas, pela margem direita”, município de Lagoa Vermelha.</p> <p>PRATA: “Cidade, sede do distrito, do município e do termo de Prata, pertencente à comarca de Guaporé. Na região central do município, entre tributários do Carreiro e do rio Prata” (IBGE, 1950, p. 110-111).</p> <p>Município de Nova Prata-RS: “No início, o atual município foi denominado ‘Capoeiras’. Esse nome é devido a um grande vendaval que no ano de 1850 arrasou os pinheirais existentes nas terras pertencentes à sede do município, reduzindo essa mata de araucária num verdadeiro capoeiral. A grande riqueza das terras pratenses era justamente seu enorme lençol de pinheiros que cobria uma vasta extensão de aproximadamente 500 quilômetros quadrados. A ganância pela riqueza atraiu madeireiros da capital e do interior do Estado, que instalando inúmeras serrarias transformaram o pinho em madeira aproveitada nas construções e indústrias. Todavia, deve-se ressaltar que, o colonizador italiano também dizimou muita araucária, através do fogo, a fim de dar lugar às plantações de milho, trigo e parreira. Na depressão ou</p>	

vale, de forma circular, nasceria o povoado: hoje, a bela Capital Nacional do Basalto. Com o crescimento rápido de Capoeiras, sua população começou a esperar com intensidade a sua emancipação política que ocorreu em 11 de agosto de 1924, pelo Decreto número 3.351, com nome de ‘Prata’. Esse nome foi dado devido à existência do rio que atravessa a cidade, isto é, o Rio da Prata. Como já havia um município denominado Prata em Minas Gerais, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística resolveu denominar o município gaúcho de ‘Nova Prata’” (MISTURINI, 2018; PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA, 2018).	
Fonte: Ferri e Togni (2012); Google Maps (2019); Ferreira (2004); Guia da Serra Gaúcha (1998); Houaiss (2006); IBGE (1950; 1959a); Oliveira (1885), Prefeitura Municipal de Nova Prata (2018) e Misturini (2018).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 67
Hidrônimo: PRETO	
Localização/Município: Santa Cruz do Sul-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Pardo
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Cromotopônimo (natureza física)
Etimologia: Preto (datação do século XIII): do latim <i>*prettu</i> . A cor preta (FERREIRA, 2004, HOUAISS, 2006).	
Entrada Lexical: preto	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (adjetivo – do verbo <i>apretar</i>).
Histórico: No passado denominado arroio Potreiro Grande, porque “nas suas imediações estava localizado o Potreiro do Barboza”, pertencente a Antônio Barboza Raposo, na época da colonização do município. O arroio Preto é também conhecido por Sanga Preta, sendo “formado pelos arroios Jucuri e da Gruta e outros menores. Atravessa grande parte da cidade de Santa Cruz do Sul e desemboca no rio Pardinho. Recebeu o seu nome da usina elétrica, outrora existente na Várzea e que era movida à madeira e gasogênio. Um derramamento de piche tornou as águas do arroio escuras. Hoje a poluição escurece as águas da sanga, fazendo juz ao nome” (MÜLLER, 1999, p.85-86).	
Informações Enciclopédicas: O arroio Preto percorre aproximadamente 8,2km, “entre suas zonas de nascentes na porção leste” de Santa Cruz do Sul e o deságue no rio Pardinho. Os afluentes “mais conhecidos” do Arroio Preto são: Sanga do Imigrante, Arroio da Gruta, Arroio Jucuri e Arroio Retiro Loyola (DRESCH, 2017, p.41). “A bacia do Arroio Preto, com quatro sub-bacias, responde por quase 70% da população urbana e recebe, portanto, maior contribuição de esgotos sanitários, sendo o atual alvo de críticas pela população devido ao odor exalado” (COMITÊ PARDO, 2019).	
Fonte: Comitê Pardo (2019); Dresch (2017); Ferreira (2004); Houaiss (2006); Müller (1999).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 68
Hidrônimo: POÇO DAS ANTAS	
Localização/Município: Poço das Antas-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Hidrotopônimo (natureza física)
Etimologia: Poço-antense: de, ou pertencente ou relativo a Poço das Antas-RS. O natural ou habitante de Poço das Antas. Poço (do latim <i>puteu</i>). Anta (do árabe <i>al-lamt</i>) (FERREIRA, 2004).	
Entrada Lexical: poço; poço-antense	Estrutura Morfológica: Topônimo composto - híbrido (substantivo masculino + locução adjetiva).
<p>Histórico: “Os primeiros desbravadores, famílias de origem alemã provenientes de Caí, Estrela e São Leopoldo, abriram piques a machado e a facão, embrenhando-se no desconhecido. O solo era barrento e pedregoso, florestas com predominância de cedro, louro, grapiapunha e canjerana. A subsistência era baseada na policultura do milho, cana-de-açúcar e na criação de bovinos e suínos. O local, cercado de montanhas, forma no centro uma cratera. Tal região era propícia para uma variada fauna, destacando-se entre os animais a anta”.</p> <p>“Onde hoje se situa a represa e que outrora tinha o formato de um grande poço, era o reduto no qual se reuniam as antas para banharem-se. Daí o nome Poço das Antas” (FERRI; TOGNI, 2012, p. 101-102, grifo nosso).</p> <p>“O arroio Poço das Antas que corta a cidade, e o arroio Boa Vista são os dois principais mananciais hídricos do município”.</p> <p>“Estes dois arroios (Arroio Poço das Antas e Arroio Boa Vista) têm valor histórico muito significativo, pois foi às margens deles que os primeiros colonizadores se instalaram. Esses arroios foram fundamentais, no início da colonização, para a geração de energia elétrica para os primeiros moradores da região, bem como para a movimentação de vários moinhos de milho e trigo que se instalaram às suas margens” (OFÍCIO 009/2011; FERRI; TOGNI, 2012, p. 169 e p. 176).</p> <p>Antas: “A origem do nome do município se deu por ter havido no lugar grandes quantidades de ‘Antas’ (espécime animal). O município tem como pontos turísticos a Igreja Matriz e o Moinho de Pedra, além de possuir uma estrutura topográfica em formato de vale. Esse fato aliado à grande quantidade de antas que existiam no local, deu origem ao nome da localidade. Contam os moradores de Poço das Antas que, antigamente, as antas viviam nos morros” (CHERINI, 2007, p.215).</p> <p>“A origem da denominação do município, conta a história, que o local era conhecido pelo simples fato de existir grande quantidade de tapirídios na região. Os animais eram perseguidos tenazmente por caçadores e cães, que procuravam refúgio neste grande poço, e que ficou reconhecido como Poço das Antas” (FREITAS, 1993, p. 205, grifo nosso).</p> <p>POÇO DAS ANTAS: “A origem do nome é no mínimo curiosa. Nesta área os colonizadores descobriram uma grande quantidade de antas que descia dos morros para matar a sede no poço do arroio local. Hoje esse afluente carrega o nome da cidade. A vegetação recuperada permite a aparição de alguns animais silvestres, sumidos nas últimas décadas” (GUIA VEM, 2014, p. 98).</p>	
Informações Enciclopédicas: Arroio que nasce no lugar denominado Canudos, sendo que o curso d’água vai adquirindo o caráter de torrente, a qual salta de uma corredeira a outra (RAMBO, 1942).	
“O arroio tem 6 quilômetros de extensão e deságua no Arroio Boa Vista” (KNOB; KNOB, 1998, p. 12).	
POÇO DAS ANTAS – “Arroio, nasce na região oriental do município, e segue para o de Montenegro, que atravessa, para penetrar no de Estrela” (município de Garibaldi).	

“Vila e sede do distrito de Poço das Antas, que pertence ao município, termo e comarca de Montenegro. Na região ocidental do município, à margem do arroio Poço das Antas” (município de Montenegro) (IBGE, 1950, p.107).	
Fonte: Cherini (2007); Ferreira (2004); Ferri e Togni (2012); Freitas (1993); Guia Vem (2014); IBGE (1950); Knob e Knob (1998); Ofício 009/2011; Rambo (1942).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 69
Hidrônimo: POTREIRO (do)	
Localização/Município: Taquari-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Sociotopônimo (natureza antropocultural)
<p>Etimologia: Potreiro: potro (do latim vulgar <i>*pulletru</i>, derivado de <i>pullu</i>, ‘animal novo’) + eiro (sufixo latino). Lugar cercado, pouco extenso, nos arredores duma estância, no qual se guardam os animais empregados nos trabalhos quotidianos (cavalos de montaria, vacas de leite, etc.) e os animais doentes que necessitam cuidados diários, piquete coberto de grama, regionalismo do Sul do Brasil (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).</p> <p>“A palavra potreiro tem o mesmo significado que gramado, e nada mais é do que um campo de pastagem, próprio para a criação de gado” (MÜLLER, 1999, p.85).</p>	
Entrada Lexical: potreiro	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (substantivo masculino – <i>potro</i> , morfema lexical + <i>eiro</i> , morfema gramatical).
<p>Histórico: “São apontadas áreas colonizadas por sociedades Guarani nos seguintes rios e arroios da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari: Taquari, Forqueta, Fão e Guaporé, Forquetinha, Sampaio, Castelhana, Potreiro”, entre outras (KREUTZ, 2016, p. 178).</p> <p>Ocorrência em mapas - “Arroio do Potreiro”: <i>Mapa das Divisas dos Municípios de Taquari e Triunfo</i>, em 1891; <i>Mapa de Taquari em comemoração de seu centenário</i>, 1949 (FARIAS, 2012).</p>	
Informações Enciclopédicas: O arroio do Potreiro é o “afluente da margem esquerda do rio Taquari”, no município de Taquari (IBGE, 1950, p. 110).	
Fonte: Farias (2012); Ferreira (2004); Houaiss (2006); IBGE (1950); Kreutz (2016); Müller (1999).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 70
Hidrônimo: PUTINGA	
Localização/Município: Putinga-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Fitotopônimo (natureza física)
<p>Etimologia: Putinguense (datação de 1920): topônimo <i>Putinga</i> + <i>ense</i>, relativo a Putinga-RS ou o que é seu natural ou habitante (HOUAISS, 2006). Putinga: topônimo Guarani: “pu” = rebentar, explodir (água) + “tinga” = branco/z, claro/a: queda d’água cachoeirante, espumante (CHERINI, 2007, p. 223).</p>	
Entrada Lexical: putinguense	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (substantivo).
<p>Histórico: O nome do município de Putinga “originou-se de uma espécie de taquara, planta da família das gramíneas, muito abundante na época da colonização, conhecida pelo nome de Putinga. Esta apresentava haste compacta e delgada, coloração verde escura, folhas pequenas, servindo essas folhas de alimento ao gado. Putinga, na língua tupi-guarani, significa ‘Cara Branca’” (FERRI; TOGNI, 2012, p. 103).</p> <p>“A denominação do município é oriunda da existência em abundância na região, de bambuzais, no período de colonização. A localização da sede era um verdadeiro putingal, daí, a origem de sua designação” (FREITAS, 1993, p. 213). Trata-se de “uma espécie de taquara, ‘bambu’, abundante no passado. A população começou a chegar por volta de 1910, oriunda de Caxias do Sul, Garibaldi e Bento Gonçalves. Antes disso, caboclos viviam nas terras pertencentes a alemães de Lajeado” (GUIA VEM, 2014, p. 248).</p> <p>Os municípios de <i>Putinga</i> e <i>Taquari</i>¹⁸⁵ “receberam esse nomes por causa da abundância de certo tipo de taquara” (ECKERT, 2016B, p.218).</p> <p>Outra versão é “de que a origem do nome do município é indígena e seu significado é ‘Estrondo enjovativo’ procedente de um arroio chamado ‘Putinga’” (CHERINI, 2007, p. 223).</p> <p>“Historicamente esses rios (arroio Putinga, arroio Lajeado Bonito e rio Forqueta) são usados principalmente para pesca, banho e geração de energia, para tocar moinhos e na pecuária utilizando a água para matar a sede de animais” (OFÍCIO 009/2011; FERRI; TOGNI, 2012, p. 177).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: “Vila e sede do distrito de Putinga, pertencente ao município e termo de Encantado, que faz parte da comarca de Lajeado” e “arroio, afluente da margem esquerda do Jacaré”, no município de Encantado (IBGE, 1950, p. 111).</p> <p>O arroio atravessa a cidade de Putinga-RS (FERRI; TOGNI, 2012).</p>	
<p>Fonte: Cherini (2007); Eckert (2016b); Ferri e Togni (2012); Freitas (1993); Guia Vem (2014); Houaiss (2006); IBGE (1950).</p>	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

¹⁸⁵ Ver ficha nº 92.

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 71
Hidrônimo: QUATUPI	
Localização/Município: Gentil-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: n/c
<p>Etimologia: “Quati” (datação de 1594): tupi <i>kwa’ti</i> 'espécie de mamífero carnívoro', 'nariz pontudo' (HOUAISS, 2006). <i>Py</i>: “Pé, pata, garra. Escreve-se também <i>pi</i>”, vocabulário tupi-guarani. “Quaraim – De <i>quara</i>, cova, poço; <i>im</i>, pequeno: Pocinho.” (BUENO, 2014, p.289 e p. 641).</p>	
Entrada Lexical: quati	Estrutura Morfológica: n/c
<p>Histórico: Também é chamado de “Quaraim”. Segundo informação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do município de Gentil (2019), no município “ele se chama Rio Quaraim, e passa a se chamar Quatipi no município de Ciriáco, no Distrito de São João Dom Bosco”.</p> <p>Um novo acontecimento assustou o povo do município de São Domingos do Sul-RS “quando, por força de um decreto, passou a chamar-se ‘Quatipi’; cinco anos depois, porém, voltou a chamar-se São Domingos do Sul” (CHERINI, 2007, p. 255).</p> <p>“Quando elevado à categoria de distrito, o local assumiu oficialmente o nome popular: São Domingos. Contudo, em 1944, um decreto estadual fez com que o topônimo passasse a ser Quatipi – devido à existência do arroio de mesmo nome. Apesar disso, em 1949, por meio de lei municipal, o distrito volta a possuir o nome santo, chamando-se São Domingos do Sul, possivelmente devido ao fato de já existir, no município de Chapecó, em Santa Catarina, um distrito homônimo” (IBGE, 2018; MISTURINI, 2018, p.171).</p> <p>Ocorrência em mapas: “Rio Quaraim” (ZAMBECCARI, 1840?); “Rio Quarahim” (CÂMARA, 1875).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: “O município de Gentil é tricotado pelo rio Quatipi (também conhecido como rio Quaraim). Sua nascente, junto a BR 285, ao norte do município, está a uma altitude de 610 metros. Percorre em torno de 20km em território gentilense [...] pequenos córregos, banhados e lagoas desembocam suas águas no Quatipi, juntando-se alguns quilômetros a seguir com o rio São Domingos”.</p> <p>“No rio Quatipi [...] as águas são relativamente frias, livres da poluição agrícola e industrial” (FERRI; TOGNI, 2012, p. 167 e p. 174, grifo nosso).</p> <p>Quaraim: Nome indígena que significa “pequena cova, pocinho” (BARBOSA, 1986, p. 69).</p>	
<p>Fonte: Barbosa (1986); Bueno (2014); Câmara (1875); Cherini (2007); Ferri e Togni (2012); Houaiss (2006); IBGE (2018); Misturini (2018); Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Gentil (2019); Zambeccari (1840?).</p>	
Data de coleta: outubro de 2018 a novembro de 2019	

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 72
Hidrônimo: QUEBRA-DENTES	
Localização/Município: Vacaria-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: rio	Taxionomia: Dirrematotopônimo (natureza antropocultural)
Etimologia: Quebra: derivação de <i>quebrar</i> (do latim <i>crepare</i> , ‘estalar’). Dente: do latim <i>dente</i> (FERREIRA, 2004).	
Entrada Lexical: quebra	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (verbo + substantivo masculino plural – <i>dente</i> , morfema lexical + <i>s</i> , morfema gramatical).
Histórico: n/e ¹⁸⁶	
<p>Informações Enciclopédicas: “O rio Quebra-Dentes é um curso de água do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. É um afluente da margem direita do rio das Antas¹⁸⁷, formador do rio Taquari” (WIKIPÉDIA, 2019).</p> <p>Os principais afluentes do Rio Taquari pela margem esquerda são os rios Camisas, Tainhas e Lajeado Grande e São Marcos, e pela margem direita, os rios Quebra-Dentes, da Prata, Carreiro, Guaporé, Forqueta e Taquari-Mirim (FEPAM, 2016).</p> <p>O arroio Retiro pertence à unidade de gestão do Médio Taquari-Antas, sub-bacia do rio Burati/Arroio Retiro (STE, 2012a; 2012c). Nessa unidade, “as sub-bacias Rio Quebra-dentes/Arroio Mulada, Rio Tega, Arroio Biazus e Rio Burati/Arroio Retiro apresentam o esgotamento sanitário urbano, como setor responsável para contribuição de cargas orgânicas ao Taquari-Antas” (STE, 2012b, p. 137, grifo nosso).</p> <p>Em Vacaria, há o “Balneário Municipal” no rio Quebra-Dentes (GUIA MERCOSUL TURISMO, 1993, p.203).</p> <p>“Quebra Dente”: “Arroio, afluente da margem direita do rio Apuaé” (Passo Fundo).</p> <p>“Quebra Dentes”: “Rio, afluente da margem esquerda do Refugiado” (Vacaria) (IBGE, 1950, p. 112).</p>	
Fonte: Fepam (2016); Ferreira (2004); Google Maps (2019); Guia Mercosul Turismo (1993); IBGE(1950); STE (2012b); Wikipédia (2019).	
Data de coleta: outubro de 2018 a novembro de 2019	

¹⁸⁶ O Comitê Taquari-Antas (2019) retornou os questionamentos sobre esse e outros cursos d’água estudados, informando em 29/10/2019 não possuir informações acerca do histórico ou origem dos nomes dos rios e arroios que compõem a bacia. Já a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Vacaria não retornou o contato realizado em outubro de 2019.

¹⁸⁷ Ver ficha nº 2.

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 73
Hidrônimo: QUILOMBO	
Localização/Município: Candelária-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Pardo
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Ecotopônimo (natureza antropocultural)
<p>Etimologia: Quilombo (datação do século XVI): do quimbundo, quicongo e umbundo <i>lumbu</i>, ‘muro’, ‘paliçada’, donde <i>kilumbu</i>, ‘recinto murado’, ‘campo de guerra’, ‘povoação’, ou do umbundo <i>kilombo</i>, ‘associação guerreira’ ‘união; cabana, acampamento, arraial, povoação; capital; exército’ (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).</p>	
Entrada Lexical: quilombo	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (substantivo masculino).
<p>Histórico: “... na Serra dos Tapes do termo da mesma Villa Entre os Rios Quilombo e Andrada”, 1818 (RIO GRANDE DO SUL, 2009, p.300).</p> <p>“Em princípios do verão de 1857, Buff, o citado Diretor da Colônia, havia explorado o Faxinal de Dona Josefa em demanda do rio Pardo. Em carta datada de 10 de outubro daquele ano, dizia que “amanhã, 11, (onze) passaria o espigão da Serra, para medir colônias na várzea do arroio dos Quilombos, onde já se encontram 2 roças velhas, e a fim de colocar ali 4 famílias e 4 solteiros” (MENEZES, 2005, p. 62, grifo nosso).</p> <p>“Quilombo nada mais é do que um local de refúgio de escravos. Estes quilombos, ou quilombolas, geralmente estavam localizados em lugares de difícil acesso. Assim evitavam ser descobertos e levados de volta à escravidão” (MÜLLER, 1999, p.88).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: Quilombo: “arroio, afluente da margem esquerda do rio Pardo” (município de Candelária) e “povoado, a nordeste do município, à margem esquerda do arroio de igual nome” (IBGE, 1950, p. 113).</p> <p>Nome afro-brasileiro que significa “povoação, união”, é usado no Brasil como sinônimo de “refúgio de escravos fugidos” e seve de nome a várias localidades brasileiras (BARBOSA, 1986, p.113).</p> <p>Gruta do Quilombo: “casa” construída pela Mãe-Natureza. “Situa-se na localidade denominada Quilombo, a cerca de 20 quilômetros desta cidade, quase no topo de uma montanha. Isso, porém, não quer dizer que o acesso a ela seja muito difícil, pois há uma estrada que sobe a encosta, por vezes ziguezagueando, como que a oferecer ao turista ângulos variados, pelos quais pode apreciar melhor as belezas do vale, lá embaixo, e o fascínio das montanhas na frente” (RODRIGUES, 1993, p. 65).</p>	
<p>Fonte: Barbosa (1986); Ferreira (2004); Houaiss (2006); IBGE (1950); Menezes (2005); Müller (1999); Rio Grande do Sul (2009); Rodrigues (1993).</p>	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 74
Hidrônimo: RETIRO	
Localização/Município: Nova Prata-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Sociotopônimo (natureza antropocultural)
<p>Etimologia: Retiro (datação de 1789): derivado de <i>retirar</i> (de <i>re</i> + <i>tirar</i>= origem incerta). Regionalismo do Rio Grande do Sul: fundo de campo intransitável, afastado de estrada (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).</p> <p>Retiro significa “fundo de campo em que não se costuma transitar” (NUNES; NUNES, 1996, p. 431).</p>	
Entrada Lexical: retiro	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (substantivo masculino – do verbo <i>retirar</i>).
<p>Histórico: Em Nova Prata-RS, “D. Plácida Vieira de Araújo, espírito filantrópico e empreendedor, viúva de Silvério A. de Araújo, foi a maior proprietária de terras no município. Seus bens estavam compreendidos entre o arroio Retiro, divisa das comunas de Nova Prata com Veranópolis, e o rio da Prata, limite com o município de Lagoa Vermelha” (IBGE, 1959a, p. 369).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: Afluente do rio das Antas.</p> <p>Pertence à unidade de gestão do Médio Taquari-Antas, sub-bacia do rio Burati/Arroio Retiro (STE, 2012a; 2012c). Nessa unidade, “as sub-bacias Rio Quebra-dentes/Arroio Mulada, Rio Tega, Arroio Biazus e Rio Burati/Arroio Retiro apresentam o esgotamento sanitário urbano, como setor responsável para contribuição de cargas orgânicas ao Taquari-Antas” (STE, 2012b, p. 137).</p> <p>“A sub-bacia hidrográfica do arroio Retiro, localizada nos municípios de Veranópolis, Vila Flores, Cotiporã e Nova Prata, estado do Rio Grande do Sul, apresenta grande fragmentação florestal, principalmente em função do elevado nível de desmatamento para fins agropecuários e para a silvicultura. O arroio Retiro possui grande importância devido ao seu potencial hídrico, sendo ele o maior fornecedor de água potável para os municípios do entorno” (FIORI, 2016, p.6).</p> <p>Em Veranópolis-RS, há o “<i>Balneário do Rio Retiro</i>” (GUIA MERCOSUL TURISMO, 1993, p.186).</p> <p>Outro topônimo encontrado: <i>Sanga do Retiro</i>: “pequeno lajeado na Vila Jardim, dentro do perímetro urbano de Santa Cruz do Sul. Nasce no aeroporto municipal e possui bela cascata perto da de retiros Loyola” (MÜLLER, 1999, p. 95).</p>	
<p>Fonte: Ferreira (2004); Fiori (2016); Guia Mercosul Turismo (1993); Houaiss (2006); IBGE (1959a); Müller (1999); Nunes e Nunes (1996); STE (2012a; 2012b; 2012c).</p>	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 75
Hidrônimo: RONDINHA	
Localização/Município: Candelária-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Pardo
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Sociotopônimo (natureza antropocultural)
<p>Etimologia: Ronda (datação do século XIV): do espanhol <i>ronda</i>, 'patrulha; caminho de patrulha; grupo de pessoas que andam fazendo ronda'.</p> <p>-inha: sufixo diminutivo.</p> <p>Rondinha: "o topônimo 'Rondinha', etimologicamente, é um diminutivo de ronda, 'pequena ronda'" (FERRI, 1988b, p.21¹⁸⁸).</p> <p>Rondinhense (datação de 1936): topônimo <i>Rondinha</i> + <i>ense</i>, relativo a Rondinha-RS ou o que é seu natural ou habitante. Ronda: do espanhol <i>ronda</i> (HOUAISS, 2006).</p>	
Entrada Lexical: rondinhense; ronda	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (substantivo feminino – <i>Ronda</i> , morfema lexical + <i>inha</i> , morfema gramatical).
<p>Histórico: Encontrou-se a toponímia do município de Rondinha-RS: Águas da Rondinha "foi o primeiro nome dado ao lugar, onde mais tarde surgiria a cidade. Segundo consta dos relatórios municipais, a denominação foi imposta pelos tropeiros que, no início deste século, cruzavam por estas terras e faziam paradas para o descanso ou mesmo pousadas, à beira da fonte de água mineral, ainda hoje existente, no centro da cidade".</p> <p>"Como a fonte oferecia água pura e cristalina, procurada, inclusive, pelos animais, pássaros e insetos, além do elemento humano, tornou-se um ponto de referência, indicativo do lugar, como 'águas da rondinha'".</p> <p>"Versões populares, propaladas através da tradição, dão conta de que estas terras eram muito férteis e a abundância de frutos e flores silvestres, assim como a água mineral, atraíam os pássaros, especialmente uma espécie de andorinha, chamada 'rondinelle', que, em grandes bandos, pousavam nas proximidades da fonte de água mineral.</p> <p>Uma outra versão popular reza que: 'Para a vigilância dos tropeiros, durante a noite, era contratado um vigia ou ronda. Consta que, em determinada época, o ronda daqui era baixinho, enquanto que o povoado vizinho era alto'. Daí a designação do lugar de 'Rondinha' e 'Ronda Alta'.</p> <p>Pela voz popular, entretanto, a primeira versão foi oficialmente aceita, e o lugar passou a ser designado e conhecido por 'ÁGUAS DA RONDINHA'" (FERRI, 1988b, p.21-22).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: Ronda significa: "volta para inspecionar ou zelar pela tranquilidade das pessoas"; "grupo de soldados ou de guardas, encarregados da vigilância"; "lugar onde pasta o gado, vigiado por tropeiros"; "pessoa que ronda, ou circula em torno de um lugar, fazendo a vigilância" (CHERINI, 2007; FERRI, 1988b).</p> <p>Arroio Rondinha é um "afluente do rio Pardo" (ECOPLAN, 2005b, p.212).</p> <p>O Médio Pardo é a maior unidade de estudo da bacia. "As principais drenagens são: o próprio rio Pardo e os arroios Rondinha, Carijó do Buraco, Sobradinho, Passa-Sete e Grande (pela margem direita) e Quilombo (pela margem esquerda)" (ECOPLAN, 2005a, p. 17, grifo nosso).</p> <p>Outro topônimo encontrado: "Cascata da Ronda" em São Francisco de Paula-RS (GUIA DA SERRA GAÚCHA, 1998, p.51).</p>	
Fonte: Cherini (2007); Ecoplan (2005a, 2005b); Ferri (1988b); Guia da Serra Gaúcha (1998); Houaiss (2006).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

¹⁸⁸ Fonte: livro encontrado na Biblioteca Pública Municipal de Lajeado-RS.

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 76
Hidrônimo: SAMPAIO	
Localização/Município: Cruzeiro do Sul-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Antropotopônimo (natureza antropocultural)
<p>Etimologia: Sampaense (datação de 1988): topônimo Sampaio + ense, relativo a Sampaio-TO¹⁸⁹ ou o que é seu natural ou habitante (HOUAISS, 2006).</p> <p>“Sampaio: significa ‘marinho’.</p> <p>Sampaio é um sobrenome presente na onomástica portuguesa através de raízes tipicamente toponímicas, devido ao nome de uma vila localizada em Trás-os-Montes, em Portugal, e que teria sido adotado como sobrenome pelos senhores deste local.</p> <p>Alguns etimologistas acreditam que o nome Sampaio tenha surgido a partir do latim <i>Sanctus Pelagius</i> (traduzido como “santo marinho”), que significa Santo Pelagius, e, com o passar do tempo, tenha sofrido alterações na grafia, passando para Sam Peaio, São Payo e, por fim, Sampaio.</p> <p>O patriarca da família Sampaio teria sido Vasco Pires de São Payo, senhor da Honra de São Payo / Sampaio, que ficava localizada junto à Vila-Flor, Chacim e Ansiães, em Trás-os-Montes.</p> <p><i>Origem do Nome Sampaio: Hebraica</i>”(DICIONÁRIO de nomes próprios, 2019).</p>	
Entrada Lexical: sampaense	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (substantivo).
<p>Histórico: “Nos campos de Rio Pardo residia o fazendeiro Vicente José Fagundes que, em torno de 1800, requerera do governo português a grande região coberta de floresta nativa entre os arroios Castelhana e Sampaio” (COLLISCHONN, 2000, p. 81).</p> <p>Cruzeiro do Sul-RS: “Localizado à margem direita do rio Taquari, o município de Cruzeiro do Sul começou a ser povoado a partir de 1850, com a doação de sesmarias e fazendas, entre as quais as do Bom Fim, São Miguel, Desterro, Demanda, esta fundada por João Marques de Freitas, e a Fazenda São Gabriel, que se estendia do arroio Moinhos, atual Saraquá, até o arroio Sampaio, em cuja área surgiu a cidade de Cruzeiro do Sul”.</p> <p>“O atual município de Venâncio Aires teve seu início de povoamento em 1800, por brasileiros que se estabeleceram na zona leste do município, nas várzeas do rio Taquari e dos arroios Castelhana e Sampaio. Somente em 1853 chegaram ao local os imigrantes alemães” (CHERINI, 2007, p. 86 e p. 316).</p> <p>“Transposto o passo do Taquari, junto ao Corvo, ou mais abaixo, e tomando por Conventos, na região de Piraiubi, que deve ser o Rio Forqueta, deponteria as nascentes dos arroios Sampaio e Alegre” (PORTO, 1954, p.146).</p> <p>“O Arroio Sampaio é afluente da margem direita do Rio Taquari, que ao longo do seu curso apresenta Áreas Ideais (...) para que sociedades Guarani pudessem erguer suas aldeias. Suas planícies, especialmente desde a chegada da imigração alemã, foram exploradas intensivamente, e, nesse princípio do século XXI o espaço sofre impacto com o crescimento dos núcleos urbanos” (KREUTZ, 2016, p. 199).</p> <p>“No Vale do Sampaio temos Sampaio, hoje Linha Teresinha, que foi uma expansão da colonização da Colônia de Santa Emília em direção ao arroio Sampaio e Alto Sampaio, hoje Linha Santana e Linha Andreas, localizadas próximo às nascentes do mesmo arroio, criadas a partir de duas picadas” (SEIBT, 2002, p. 55-56).</p> <p>“SAMPAIO: 1. Arroio tributário do Rio Taquari. Nasce no Paredão e se lança no Rio Taquari, logo</p>	

¹⁸⁹ Não há evidência de que este topônimo motiva o nome do hidrônimo analisado que, devido a isso, não é classificado como corotopônimo.

<p>abaixo da cidade de Cruzeiro do Sul. A ponte foi inaugurada em 3-12-1905. O Passo do Sampaio está mencionado no livro de Atas da Câmara de Taquari, de 10-7-1854.</p> <p>2. O núcleo colonial na margem direita da Barra do Sampaio tem como padroeiro S. Antônio e, na margem esquerda, S. Tereza.</p> <p>3. O núcleo colonial no alto do Sampaio foi colonizado no último quartel do Século 19. (...) O nome pode derivar de Antônio Manuel Silveira Sampaio (v.) ou José de Gabriel Sampaio (v.). Há a grafia antiga e errônea <i>S. Paio</i> em alguns documentos. Um de seus mais antigos professores foi José Lisboa Cabrito (v.).</p> <p>4. Foi a segunda opção para a denominação de Cruzeiro do Sul, caso não fosse possível o retorno ao seu primeiro nome”.</p> <p>“Sampaio, Antônio Manuel Silveira: Um dos pioneiros em Taquari, Marechal-de-campo português”.</p> <p>“Sampaio, José de Gabriel: Primitivo proprietário de terras entestando ao Norte com a Fazenda Lajeado, pelo Arroio do Moinho, hoje Saraquá, como está no registro das terras de Batista Fialho & Companhia, de número 271, feito pelo pároco Joaquim José Guimarães Benjamin, em 30-06-1856” (SCHIERHOLT, 2010, p. 372).</p> <p>1851: “008 Officio a Presidencia da Provincia enviando por copia o Termo da arrematação do passo denominado – Sampaio” (ROSA, 2017, p.20).</p> <p>“Arroio Sampaio”: <i>Mapa Estrela Colonias</i>, 1887; <i>Planta Sesmaria Desterro</i>, 1897.</p> <p>“Rio Sampaio”: Mapa Colônias dos Vales do Rio Taquari e Rio Pardo – <i>Hundert Jahre Deutschum in Rio Grande do Sul</i>, 1924 (CUNHA, 1991).</p> <p>Informações Enciclopédicas: Esse arroio, em regular extensão, limita o município de Venâncio Aires do de Lajeado, “penetrando depois nesse último e desaguardo no rio Taquari a 2 léguas acima do Castelhana” (FARIA, 1981, p. 157).</p> <p>Arroio “afluente da margem direita do rio Taquari”, no município de Lajeado (IBGE, 1950, p. 120).</p> <p>Fonte: Cherini (2007); Collischonn (2000); Dicionário de nomes próprios (2019); Faria (1981); Houaiss (2006); IBGE (1950); Kreutz (2016); Mapa Estrela Colonias (1887); Planta Sesmaria Desterro (1897); Porto (1954); Schierholt (2010); Seibt (2002); Rosa (2017).</p> <p>Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019</p>
--

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 77
Hidrônimo: SANGA FUNDA	
Localização/Município: Santa Cruz do Sul-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Pardo
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Hidrotopônimo (natureza física)
<p>Etimologia: Sanga (datação de 1836): Rio Grande do Sul: boca afunilada de qualquer armadilha de caça ou pesca; algrão.</p> <p>Sanga (datação de 1899): curso de água muito pequeno; córrego que seca facilmente. Rio Grande do Sul: escavação produzida na terra pela chuva ou por águas subterrâneas (HOUAISS, 2006).</p> <p>“É evidentemente a alteração do castelhano <i>zanja</i>, que tem seu equivalente no português <i>sanja</i>, significando em ambas as línguas abertura entre valado e valado para dar escoamento à água. Há, portanto, toda a analogia entre a <i>zanja</i> castelhana, a <i>sanja</i> portuguesa e a <i>sanga</i> rio-grandense, porque, afinal de contas, tudo isso se refere a uma obra quer natural, quer artificial que dá saída às águas. Os habitantes daquela província, adotando o vocábulo castelhano, substituíram pelo <i>g</i> o gutural <i>j</i> dos espanhóis”, B.-Rohan (VOCABULÁRIO SUL-RIO-GRANDENSE, 1964, p. 427).</p> <p>“Sanga – adj. Espreado, alagado, banhado” (BUENO, 2014, p. 313).</p> <p>Fundo: do latim <i>fundu</i> (FERREIRA, 2004).</p>	
Entrada Lexical: sanga	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (substantivo + adjetivo).
<p>Histórico: <i>Rincão da Sanga Funda</i> – “área de terras que, em 1819, pertencia a Eugênia Maria da Conceição, viúva de Antônio Barboza Raposo. Mais tarde, a terra foi adquirida pelo Major Felipe Carvalho da Silva. Estava localizado nas proximidades do Lago Dourado”, em Santa Cruz do Sul. <i>Sanga Larga</i> é “outra denominação da sanga Funda” (MÜLLER, 1999, p. 90 e 95).</p> <p><i>Sanga Funda</i> também é um “ponto de referência geográfica em Cruzeiro do Sul, entre a Vila Célia e Primavera – cf Ata nº 1-78 da Câmara de Vereadores, de 4-2-1978” (SCHIERHOLT, 2010, p. 373).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: Sanga é um “pequeno curso d’água menor que um regato ou arroio. Ribeiro pequeno, que seca facilmente. Escavação profunda feita por chuva ou correntes subterrâneas de água. Lugar fundo e pantanoso, desbarrancado pelas chuvas, com grandes poças d’água” (NUNES; NUNES, 1996, p. 444 – 445).</p> <p>“Arroio tributário do rio Pardo. Sanga é um sinônimo de riacho, lajeado e córrego” (MÜLLER, 1999, p.95).</p> <p>Outro topônimo: “riacho localizado no município de Arroio do Meio, afluente da margem esquerda do arroio Fão” (IBGE, 1950).</p>	
Fonte: Bueno (2014); Ferreira (2004); Houaiss (2006); IBGE (1950); Müller (1999); Nunes e Nunes (1996); Schierholt (2010); Vocabulário sul-rio-grandense (1964).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 78
Hidrônimo: SANTA CRUZ	
Localização/Município: Tabai-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Hierotopônimo: hagiopônimo (natureza antropocultural)
<p>Etimologia: Santa-cruz: feminino do adjetivo <i>santo</i> (do latim <i>sanctu</i>, ‘estabelecido segundo a lei’; ‘que se tornou sagrado’) + <i>cruz</i> (do latim <i>Cruce</i>). Capelinha ou cruz à beira de estrada, erigida, não raro, em memória de alguém que ali foi morto. Santa Cruz: topônimo.</p> <p>Santa-cruzeiro (topônimo <i>Santa Cruz</i> + <i>ense</i>): De, ou pertencente ou relativo a Santa Cruz (ES, PB e RN). O natural ou habitante de Santa Cruz. (FERREIRA, 2004).</p>	
Entrada Lexical: santa-cruz; santa-cruzeiro	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (substantivo feminino).
<p>Histórico: “São apontadas áreas colonizadas por sociedades Guarani nos seguintes rios e arroios da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari: Taquari, Forqueta, Fão e Guaporé, Forquetinha, Sampaio, Castelhamo, Potreiro, Santa Cruz, Estrela, Boa Vista, Seca, Augusta, Jacaré, além da Lagoa Crispim”.</p> <p>“Parte do território do Vale do Taquari ao Sul, é drenado” pelo arroio Capivara e arroio Santa Cruz. “O espaço que circunda os recursos hídricos apresentam características consideradas Ideais para grupos Guarani” (KREUTZ, 2016, p. 178 e p. 206).</p> <p>Triunfo-RS: “Arroio Catupi ou Santa Cruz” (FREITAS, 1985, p. 10).</p> <p>Tabai-RS: “A origem do nome é indígena e quer dizer “Rio da Aldeia”, uma referência ao Arroio Santa Cruz, limite com o município de Triunfo” (GUIA VEM, 2014, p. 39).</p> <p>“Talvez o significado de TABAI seja a união dos arroios ou águas que se reúnem, isso para formar o forte arroio Santa Cruz que fica às margens do limite entre Tabai e Triunfo” (CHERINI, 2007, p.291)</p> <p>Município de Santa Cruz do Sul-RS: “Das explicações relativas ao nome atual do município, a versão mais comum, lembra que Dom Pedro II, em 1849, nomeou a localidade quando falou aos primeiros imigrantes que se deslocaram para a região: ‘Agora vocês irão se dirigir à colônia de Santa Cruz na província de São Pedro no Rio Grande do Sul’” (CHERINI, 2007; OBSERVADR, 2019).</p> <p>Outra versão popular é de que origina-se de um negociante chamado Cruz. Os imigrantes diziam “vou ao Cruz”, fazendo referência a um santo e ao nome Cruz como homenagem.</p> <p>Outra versão popular é de que havia uma estância em Soledade com o nome de Santa Cruz que foi adotado como nome da comunidade.</p> <p>Outra versão: a origem do topônimo se deve ao cruzeiro chantado à beira da picada inicial desse núcleo de imigrantes germânicos (Boa Vista), por iniciativa do colono Jorge Pedro Limberger (02.08.1854), que instou na vinda do vigário de Rio Pardo, por não terem até então (5 anos já) qualquer assistência religiosa. Este padre, João Batista da Motta Veloso, aí ficou durante uma semana, oficiando os atos litúrgicos em clareira aberta no lote nº 35 desse pioneiro. Daí resultou generalizadamente a designação de “Santa Cruz”, não procedendo às outras duas hipóteses: Armazém de Cruz Jobim e Fazenda da Santa Cruz em Soledade (de então), hoje Lagoão – Barros Cassal, cujo acesso era pelo caminho por Candelária, conhecido desde os guaranis, segundo registro dos jesuitas - pp. Suárez e Jiménez . Fontes fidedignas comprovam a versão histórica de Santa Cruz (Cruzeiro, ainda remanescente no local)” (CHERINI, 2007, p. 242).</p> <p>1850 – “003: Officio a Presidência da Província sabendo a qual dos Municípios de a este, essas dos Triunfo devem pertencer as arrematações das posses existentes no Rio <i>Jacohi</i>, e arroio S. Cruz”.</p> <p>1851 – “024 – Officio informando segundo pedia a Presidencia da Provincia o estado da ponte no arroio a Santa Cruz” (ROSA, 2017, p.18- 21).</p> <p>Santa Cruz: Arroio afluente do rio “Taquary”, serve de limites entre os municípios de Triunfo e</p>	

<p>“Taquary”; fazenda no 4º distrito e lugares no 1º e 2º distritos” (ALMEIDA, 1931, p. 115).</p> <p>“Arroio Santa Cruz”: Mapa Colônias dos Vales do Rio Taquari e Rio Pardo – <i>Hundert Jahre Deutschum in Rio Grande do Sul</i>, 1924 (CUNHA, 1991); <i>Mapa de Taquari em comemoração de seu centenário</i>, 1949 (FARIAS, 2012).</p>
<p>Informações Enciclopédicas: O arroio Santa Cruz é um “importante curso d’água que nasce no município de Montenegro e depois vem a servir de limite entre os municípios de Taquari e Triunfo, tendo sua foz perto do Porto Grande” (SILVA, 1972, p. 49).</p>
<p>Fonte: Almeida (1931); Cherini (2007); Cunha (1991); Farias (2012); Ferreira (2004); Freitas (1985); Guia Vem (2014); Kreutz (2016); ObservaDR (2019); Rosa (2017); Silva (1972).</p>
<p>Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019</p>

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 79
Hidrônimo: SÃO JOÃO	
Localização/Município: Sinimbu-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Pardo
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Antropotopônimo (natureza antropocultural)
<p>Etimologia: São-joão (datação do século XIX): O dia de São João, 24 de junho. Festa de São João (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006). “A origem do nome João é do hebraico Yohannan, que significa ‘Jeová’, ‘Deus da compaixão e misericórdia’” (SIGNIFICADO DO NOME, 2019). São (do latim <i>sanum</i>): “abreviação de santo e deve ser empregada antes de nomes iniciados por consoantes” (BUENO, 2010, p. 504).</p>	
Entrada Lexical: são-joão	Estrutura Morfológica: Topônimo composto - híbrido (substantivo masculino).
<p>Histórico: “Santa Cruz do Sul foi um dos principais núcleos de colonização alemã do sul do país. Estes estabeleceram-se na colônia de Santa Cruz-Picada Velha, hoje conhecida como Linha Santa Cruz, (altos do acesso Grasel, no trevo). Entre 1854 e 1855, foi povoado o Faxinal do João Faria, origem da atual cidade de Santa Cruz do Sul. Em 1859, deu-se a elevação do local à condição de Freguesia. Em 1877, surgiu a Vila de São João de Santa Cruz e, em 1878, a Vila foi instalada, quando conquistou sua autonomia política” (CHERINI, 2007, p. 241-243).</p> <p>Sempre novas levas de imigrantes “foram chegando e ocupando novas linhas coloniais como Rio Pardinho (1852), Dona Josefa (1854), Andréas, São João, Sinimbu (1857)” (KIPPER, 2002, p. 91).</p> <p>Em 16 de fevereiro de 1884 a Câmara de Santa Cruz do Sul envia à Assembleia Provincial o seu relatório, acompanhado do Orçamento Municipal para o exercício de 1884-85: Instrução pública: “É este um dos ramos do serviço público que mais prende a atenção desta Câmara. E tanto assim que, estando afeta à Província a despesa com esse serviço, esta municipalidade não duvidou, ainda que com grande sacrifício do seu cofre, consignar no orçamento municipal vigente uma verba para subvencionar três professores particulares, sendo um para os ervais (Erval de São João), outro para o Faxinal de Dentro e um para a Linha de São João, cujos habitantes vegetam nas trevas da mais lamentável ignorância” (MENEZES, 2005, p. 124).</p> <p>Foram loteadas na Colônia de Santa Cruz diversas Linhas, Picadas e Travessões: 1857 - São João e Sinimbu (ENGELMANN; RADÜNZ, 2009).</p> <p>São João: “1. Arroio na localidade do mesmo nome no município de Sinimbu (...). 2. A picada de São João foi aberta, em 1857, por João Martinho Buff. O topônimo teria algo a ver com o seu nome?” Linha São João: “localidade no município de Sinimbu. Provavelmente o topônimo faz alusão à Povoação de São João de Santa Cruz, antigo nome da cidade de Santa Cruz do Sul” (MÜLLER, 1999, p.67 e p. 98-99).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: “O canal do Arroio São João é um tributário direto do Rio Pardinho. (...) A bacia hidrográfica formada pelo Arroio São João se situa no município de Sinimbu, próximo a Santa Cruz do Sul” (SCARTAZINNI, 1995, p. 62).</p> <p>“Arroio, afluente da margem direita do rio Pardinho”, no município de Santa Cruz do Sul (IBGE, 1950, p.126).</p>	
<p>Fonte: Bueno (2010); Cherini (2007); Engelmann e Radünz (2009); Ferreira (2004); Houaiss (2006); Guia Vem (2014); IBGE (1950); Kipper (2002); Menezes (2005); Müller (1999); Scartazinni (1995); Significado do nome (2019).</p>	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 80
Hidrônimo: SÃO MARCOS	
Localização/Município: São Marcos-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: rio	Taxionomia: Hierotopônimo: hagiopônimo (natureza antropocultural)
<p>Etimologia: São-marquense (datação de 1921): topônimo <i>São Marc</i> (os) + <i>ense</i>: relativo a São Marcos - RS ou o que é seu natural ou habitante (HOUAISS, 2006). “A origem do nome Marcos é Latim e significa o grande orador, Deus da guerra ou Marte” (SIGNIFICADO DO NOME, 2019). São (do latim <i>sanum</i>): “abreviação de santo e deve ser empregada antes de nomes iniciados por consoantes” (BUENO, 2010, p. 504).</p>	
Entrada Lexical: são-marquense	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (substantivo masculino).
<p>Histórico: O nome do município de São Marcos “foi dado em homenagem ao padroeiro escolhido” (FERRI, TOGNI, 2012, p. 110).</p> <p>“A denominação foi, desde o início, “São Marcos”, sendo este o Padroeiro local. O distrito progrediu muito no setor agrícola, sob o trabalho dos colonos italianos, sendo a uva, o trigo e o milho, seus principais produtos. Em consequência desse progresso, em 9 de outubro de 1963, foi feita a emancipação de um dos distritos de Caxias do Sul, transformando-se no município de São Marcos”. A denominação consta, “pela primeira vez, em um documento de 1790, referente à Fazenda Souza. O rio, que é um dos limites do território, é chamado de São Marco. A mesma denominação recebe um poteiro que está na região”.</p> <p>De acordo com esse documento, “a expressão Marco que pode ter se derivado do castelhano e a presença de jesuítas espanhóis na região, nos levam à hipótese de que estes teriam denominado o rio que deu o nome à região e, posteriormente à colônia. Desde a descida do morro do rio das Antas, do lado de Flores da Cunha, o viajante contempla os ziguezagues que o rio faz antes de receber as águas do arroio, que deu o nome à nova e encantadora aldeola. Descortina-se um contínuo suceder-se de paisagens magníficas, que no seu conjunto formam um panorama empolgante e verdadeiramente belo na sua nitidez. Em uma curva, formando um ângulo, aparece o rio das Antas”.</p> <p>“O ponto onde se ergue a Capela de Santo Antônio do Polidoro quer misturar as suas límpidas águas com as do arroio São Marcos mas, de repente, abandonando o barranco que tem uns cinquenta metros de desnível, toma a direção de sul a norte, formando-se nessa curva um morro entre ele e o arroio São Marcos, da altura de uns 400 metros com o lado norte, um paredão a prumo e, do lado sul, um planalto que vai terminar onde o impetuoso São Marcos deságua, formando uma espécie de delta de um quilômetro de largura, com três de fundo, de terras fertilíssimas, e cujo solo é riquíssimo em fontes de água cristalina e potabilíssima” (CHERINI, 2007, p. 268-269).</p> <p>“Os primitivos habitantes da região, foram os indígenas das tribos tupis e caingangues. Em 1772, a região onde hoje está localizada a sede do município, foi colonizada por imigrantes açoritas. (...) Além dos açorianos, portugueses, poloneses sendo estes últimos não permaneceram além de 1917. Entre 1885 e 1897, foram assentadas 201 famílias italianas, em lotes rurais” (FREITAS, 1993, p. 264).</p> <p>“Arroio São Marcos”: (Mapa) <i>Diretoria de Obras Públicas Terras e Colonização em Porto Alegre</i>, 1897 (KARAM, 1992).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: “O ponto onde se ergue a Capela de Santo Antônio do Polidoro quer misturar as suas límpidas águas com as do arroio São Marcos mas, de repente, abandonando o barranco que tem uns cinquenta metros de desnível, toma a direção de sul a norte, formando-se nessa curva um morro entre ele e o arroio São Marcos, da altura de uns 400 metros com o lado norte, um paredão a prumo e, do lado sul, um planalto que vai terminar onde o impetuoso São Marcos deságua, formando uma espécie de delta de um quilômetro de largura, com três de fundo, de terras fertilíssimas, e cujo solo é riquíssimo em fontes de água cristalina e potabilíssima” (CHERINI, 2007, p. 269).</p>	

Os principais afluentes do Rio Taquari pela margem esquerda são os rios Camisas, Tainhas e Lajeado Grande e **São Marcos**, e pela margem direita, os rios Quebra-Dentes, da Prata, Carreiro, Guaporé, Forqueta e Taquari-Mirim (FEPAM, 2016, grifo nosso).

Município de São Marcos-RS: “Em 1864, Antônio Machado de Souza, tendo concebido a idéia de abrir uma estrada que ligasse Montenegro a São Francisco de Paula, subiu a encosta do planalto, realizando uma viagem perigosa encontrando freqüentes testemunhos de que os índios habitavam ainda a região. Antônio Machado atingiu ‘as campinas verdes de São Francisco de Paula de Cima da Serra, lá para o rincão de São Marcos, no fundo da invernoada então pertencente ao senhor Oliveira Pedroso’. Assim se deu a penetração no território que, mais tarde, se chamaria São Marcos Dei Polacchi. Em 1883, chegaram os primeiros imigrantes e, dois anos depois, organizava-se oficialmente a Comissão de Terras destinada a distribuir glebas aos recém-chegados e a orienta-los nas atividades que iriam desenvolver. [...] Os primeiros imigrantes foram os italianos e chegaram às margens dos **rios São Marcos** e das Antas por volta de 1885. Através de Nova Trento, atual Flores da Cunha, chegaram muitos italianos, entre os quais, Bianchi Francisco, Bianchi Pietro 1.º, Bianchi Giovani, Francisco Judita, Sasso Andréa, Giradelo Luigi, Dalagni Bortolo e Chemello Giovani. Margeando o Rio das Antas, dirigiram-se ao alto, na zona de Riachuelo, onde construíram o primeiro barracão da nova colônia, cujos escombros ainda hoje existem. Os negros também marcaram presença na formação do povo são-marquense (concentraram-se nas localidades do Juá e o Rincão dos Quilombos, este último próximo ao Rio da Mulada)” (IBGE, 2018; MISTURINI, 2018).

Fonte: Bueno (2010); Cherini (2007); Fepam (2016); Ferri e Togni (2012); Freitas (1993); Google Maps (2019); Houaiss (2006); IBGE (2018); Karam (1992); Misturini (2018); Significado do nome (2019).

Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 81
Hidrônimo: SÃO TOMÉ	
Localização/Município: São Francisco de Paula-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Hierotopônimo: hagiopônimo (natureza antropocultural).
<p>Etimologia: São-tomé (datação de 1899): topônimo <i>São Tomé</i>. 1. Espécie de bananeira originária da ilha de São Tomé (costa ocidental da África)¹⁹⁰. 2. O fruto da são-tomé, de casca roxa, próprio para assar. São-tomeense (topônimo <i>São Tomé</i> + <i>ense</i>): de, ou pertencente ou relativo a São Tomé (PR e RN). O natural ou habitante de São Tomé (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006). São (do latim <i>sanum</i>): “abreviação de santo e deve ser empregada antes de nomes iniciados por consoantes” (BUENO, 2010, p. 504).</p> <p>“Tomé: Significa ‘gêmeo’. Surgiu a partir de Thome, uma abreviação medieval de <i>Thomas</i>, versão inglesa de Tomás, nome originado no aramaico <i>ta’oma</i>’, que quer dizer literalmente “gêmeo”. Tem o mesmo significado do nome Dídimo, que quer dizer “gêmeo” em grego. Foi nome de um personagem bíblico mencionado no Novo Testamento, como um dos doze apóstolos de Jesus Cristo que duvidou da sua ressuscitação. O fato de dizer que não acreditava que Jesus tivesse ressuscitado sem que ele próprio o visse dá origem à expressão “ver para crer”. “<i>Os outros discípulos lhe disseram: Vimos o Senhor!</i>” <i>Mas ele lhes disse: Se eu não vir as marcas dos pregos nas suas mãos, não colocar o meu dedo onde estavam os pregos e não puser a minha mão no seu lado, não creerei.</i>” (João 20, 25) Tomé de Sousa (1503-1579) é também uma personalidade histórica de destaque no nosso país. Esse militar e político português foi o primeiro governador-geral do Brasil e fundador da primeira cidade brasileira – Salvador”. “Trata-se de um nome predominantemente masculino”. “Apresenta como variante <i>Tome</i>, em espanhol e partilha do mesmo significado de Tomás, cujas variantes são Thomas e Tomaz, em português; <i>Tomaso</i> e <i>Tommaso</i>, em italiano. Origem do nome Tomé: Inglesa, Aramaica” (DICIONÁRIO de nomes próprios, 2019).</p>	
Entrada Lexical: são-tomé; são-tomeense	Estrutura Morfológica: Topônimo composto - híbrido (substantivo masculino).
<p>Histórico: Documento localizado: 1850: “050 – Officio remetendo por copia os Termos das arrematações dos passos dos arroios – de Thomé” (ROSA, 2017, p. 20).</p> <p>Na região do Tape, os jesuítas fundaram dezoito reduções, entre elas “São Tomé”, em 1632 (MARCUSZ, 2016, p.56).</p>	
Informações Enciclopédicas: “Arroio, afluente da margem direita do Fão”, município de Soledade (IBGE, 1950, p. 130).	
Fonte: Bueno (2010); Dicionário de nomes próprios (2019); Ferreira (2004); Google Maps (2019); Houaiss (2006); IBGE (1950); Marcuz (2016); Rosa (2017).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

¹⁹⁰ Não há evidência de que este topônimo motiva o nome do hidrônimo analisado que, devido a isso, não é classificado como corotônimo.

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 82
Hidrônimo: SAPO (do)	
Localização/Município: Lagoão-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Pardo
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Zootopônimo (natureza física)
Etimologia: Sapo (datação do século XIV): possivelmente origem pré-romana. Designação comum aos anfíbios anuros que, embora o início de sua evolução ocorra na água, têm na fase adulta hábitos terrestres e são peçonhentos. A pele dos sapos é rugosa, com verrugas e pequenos tubérculos. Há cerca de nove espécies, todas do gênero <i>Bufo</i> , conhecidas do Brasil (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).	
Entrada Lexical: sapo	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (substantivo masculino).
Histórico: n/e ¹⁹¹	
Informações Enciclopédicas: É um afluente do rio Pardo ¹⁹² (ECOPLAN, 2005a). Linha Arroio Sapo e Estrada do Arroio Sapo: Lagoão-RS.	
Fonte: Ecoplan (2005a); Ferreira (2004); Houaiss (2006).	
Data de coleta: outubro de 2018 a novembro de 2019	

¹⁹¹ O Comitê Pardo (2019) retornou os questionamentos sobre esse e outros cursos d'água estudados, informando em 04/11/2019 não possuir informações acerca do histórico ou origem dos nomes dos rios e arroios que compõem a bacia. Já a Prefeitura Municipal de Lagoão não retornou o contato realizado em outubro de 2019.

¹⁹² Ver ficha nº 59.

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 83
Hidrônimo: SARAQUÁ	
Localização/Município: Santa Clara do Sul-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Ergotopônimo (natureza antropocultural)
<p>Etimologia: Saraquá: origem indígena, do tupi possivelmente. Cavadeira de pau usada na semeadura do milho, regionalismo do Sul do Brasil (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).</p> <p>Saraquá: “Denominação de uma cavadeira de pau utilizada para plantar o milho. (Etim.: Vem do tupi, <i>içá</i>, estaca, esteio, galho, e <i>raquai</i>, roliço, torneado). ‘Cada qual com o seu <i>saraquá</i>’, significa cada um no seu lugar, na sua ocupação, cada macaco no seu galho, cada qual com seu destino” (NUNES; NUNES, 1996, p. 447).</p> <p>“É termo usado unicamente na Região Missioneira (Cima da Serra). Segundo o Visconde de B. – Rohan, no Paraná emprega-se esse vocábulo noutro sentido. É palavra de origem guaranítica” (VOCABULÁRIO SUL-RIO-GRANDENSE, 1964, p.429-430).</p>	
Entrada Lexical: saraquá	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (substantivo masculino).
<p>Histórico: “Sampaio, José de Gabriel: Primitivo proprietário de terras entestando ao Norte com a Fazenda Lajeado, pelo Arroio do Moinho, hoje Saraquá, como está no registro das terras de Batista Fialho & Companhia, de número 271, feito pelo pároco Joaquim José Guimarães Benjamin, em 30-06-1856” (SCHIERHOLT, 2010, p. 372, grifo nosso).</p> <p>“Localizado à margem direita do rio Taquari, o município de Cruzeiro do Sul começou a ser povoado a partir de 1850, com a doação de sesmarias e fazendas, entre as quais as do Bom Fim, São Miguel, Desterro, Demanda, esta fundada por João Marques de Freitas, e a Fazenda São Gabriel, que se estendia do arroio Moinhos, atual Saraquá, até o arroio Sampaio, em cuja área surgiu a cidade de Cruzeiro do Sul” (CHERINI, 2007, p. 86).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: “O arroio Saraquá era utilizado como local de lazer e pesca” (OFÍCIO 009/2011; FERRI; TOGNI, 2012, p. 175).</p> <p>“Arroio, afluente da margem direita do rio Taquari”, no município de Lajeado (IBGE, 1950, p. 131).</p>	
Fonte: Cherini (2007); Ferreira (2004); Ferri e Togni (2012); Houaiss (2006); Nunes e Nunes (1996); Schierholt (2010); Vocabulário-sul-rio-grandense (1964).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 84
Hidrônimo: SECA (da)	
Localização/Município: Garibaldi-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Dimensiotopônimo (natureza física)
Etimologia: Seca (datação do século XIII): derivação de <i>secar</i> (do latim <i>siccare</i>) (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).	
Entrada Lexical: seca	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (substantivo feminino – do verbo <i>secar</i>).
<p>Histórico: Arroio Grande é o “nome popular dado ao Arroio da Seca” (HESSEL, 1998, p. 12). Esse arroio, “como tantos outros cursos d’água, foi e é caprichoso. Sinuoso, quando pôde. Correndo no fundo de um vale, não demasiadamente apertado, insinuou-se ora para a direita, ora para a esquerda, de maneira que a planície que o margeia, ora se alarga, ora se estreita, numa e noutra margem. Esse dado tiveram de levar em conta os desbravadores” (HESSEL, 1998, p. 19).</p> <p>“A frente de colonização que se interiorizava no arroio da Seca e atingiu as imediações da cidade de Imigrante era em grande parte originada do antigo e extinto Império Austro-Húngaro, do Hunsrück renano e da Prússia. Constam no processo de ocupação do vale do arroio da Seca os sobrenomes Tonini, Prediger, Mildner, Kaplan etc” (HESSEL apud RELLY; MACHADO; SCHNEIDER, 2008, p. 79).</p> <p>“Avançando nos territórios na margem do rio Taquari, a colonização germânica aproximou-se da foz do arroio da Seca e abriu caminho em direção às encostas da Serra Geral. As várzeas formadas pelo arroio da Seca propiciavam excelentes espaços para atividades agrícolas.</p> <p>Com a colonização prévia das áreas de várzea do rio Taquari, a ocupação do vale do arroio da Seca pareceu aos austro-húngaros e renanos falantes do hunsrückish inteligente opção para a instalação de seus empreendimentos e famílias” (RELLY; MACHADO; SCHNEIDER, 2008, p. 79).</p> <p>“Picada Arroio Secco ou Arroio da Seca: referência a um riacho seco durante o período da grande estiagem de 1873 que serviu como divisor dos lotes coloniais entre alguns prazos coloniais (atual Arroio da Seca – Imigrante)” (LANG, 1995, p. 27).</p> <p>“Em 1882, foi criada a Colônia de Arroio da Seca e Corvo, nas várzeas férteis do Rio Taquari e nas terras banhadas pelo seu afluente, o Arroio da Seca” (MEINCKE, 2011, p. 51).</p> <p>No centro do Vale do Taquari, o arroio Boa Vista, Estrela e o arroio da Seca têm nas “suas as planícies e no seu entorno, recursos naturais suficientes para que populações Guarani pudessem colonizar” (KREUTZ, 2016, p. 204).</p> <p>Secca: lagoa no 1º distrito (ALMEIDA, 1931).</p> <p>“Arroio Secca”: <i>Planta da Colonia Guaporé</i>, 1903.</p> <p>“Arroio da Secca”: <i>Planta da Região Colonial e do prolongamento da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Novo Hamburgo</i> (KARAM, 1992).</p> <p>Informações Enciclopédicas: “Em Colinas, destaca-se como afluente o arroio da Seca, que deságua no rio Taquari ao norte da sede do município” (RELLY; MACHADO; SCHNEIDER, 2008, p. 24).</p> <p>“Entre o município de Garibaldi e o distrito de Corvo, em Estrela, o arroio da Seca, afluente da margem esquerda, cavou seu leito na escarpa da serra” (FERRI, 1991, p. 54).</p> <p>O arroio da Seca nasce nos arredores da vila de Floriano Peixoto (Garibaldi) e segue para o município de Estrela, a desaguar no rio Taquari, pela margem esquerda (IBGE, 1950).</p>	
Fonte: Almeida (1931); Ferreira (2004); Ferri (1991); Ferri e Togni (2012); Hessel (1998); Houaiss (2006); IBGE (1950); Karam (1992); Kreutz (2016); Lang (1995); Meincke (2011); Relly, Machado e Schneider (2008).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

Ficha lexicográfica-toponímica	Número de ordem: 85
Hidrônimo: SEGREDO	
Localização/Município: Segredo-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Animotopônimo (natureza antropocultural)
<p>Etimologia: Segredo (datação do século XIV): do latim <i>secretu</i>, lugar isolado, solidão, secreto, pensamentos, falas secretas.</p> <p>Segredense: de, ou pertencente ou relativo a Segredo-RS. O natural ou habitante de Segredo (FERREIRA, 2004; HOUASS, 2006).</p>	
Entrada Lexical: segredo; segredense	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (substantivo).
<p>Histórico: “A origem do nome está relacionada a ocorrência de um assassinato na região e o aparecimento de um corpo, junto ao arroio da localidade, atribuído ao assassinato citado, porém nunca foi comprovado. O arroio, onde apareceu o corpo, ficou cognominado de ‘Arroio segredo’, dando origem ao nome da localidade” (OBSERVADR, 2019).</p> <p>A denominação do nome do município de Segredo-RS (ex-povoado de Sobradinho-RS): “procede do assassinato do Sr. Abel Batista da Silva, que era o grande proprietário de gleba de terras na região. Em fevereiro de 1881, Abel foi morto a golpes de machado por seu empregado Salvador Carvalho e um escravo de nome Benjamin”.</p> <p>“Após o homicídio, o corpo foi enrolado em uma ‘bruaca’ e jogado no arroio, logo abaixo do local do crime. Dias depois, alguns pescadores encontraram o cadáver às margens do arroio”.</p> <p>“Salvador Carvalho e o escravo Benjamin foram condenados, sendo que o primeiro recebeu 12 anos de reclusão e o escravo morreu açoitado. No entanto, nunca ficou provado que o cadáver tenha sido mesmo o de Abel Batista da Silva e o motivo do crime também não foi descoberto, apenas existia uma suspeita sobre um possível caso amoroso entre Maria Francisca da Silva, a esposa de Abel e seu empregado, Salvador.</p> <p>Como estes fatos nunca foram de fato elucidados, os novos moradores que se estabeleceram na região começaram a chamar o arroio de ‘Arroio Segredo’ e o local, simplesmente, de Segredo” (CHERINI, 2007, p. 282-283).</p> <p>“Quanto ao nome de SEGREDO, costuma-se dizer que se alguém descobrir a sua razão de ser, será trocado” (BARBOSA, 1978, p. 197).</p> <p>“SEGREDO (EX-SÃO PEDRO DO IPIRANGA): - Vila e sede do distrito de Segredo, que pertence ao município, termo e comarca de Vacaria. Na região sulocidental do município, entre tributários do rio Segredinho (Vacaria)” (IBGE, 1950, p.132).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: Segredo: “Arroio, afluente da margem esquerda do Jaquirana (Sobradinho). Outro topônimo encontrado:</p> <p>“Rio, afluente da margem esquerda do Humatã, na divisa do município de Antônio Prado (Vacaria). (IBGE, 1950, p.132).</p>	
Fonte: Barbosa (1978); Cherini (2007); Ferreira (2004); Houaiss (2006); IBGE (1950); ObservaDR (2019).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 86
Hidrônimo: SINIMBUZINHO	
Localização/Município: Sinimbu-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Pardo
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Antropotopônimo (natureza antropocultural)
<p>Etimologia: Sinimbu (datação de 1874): de senembi (tupi <i>sene'mbi</i> 'lagarto'; variantes <i>senembu</i> e <i>sinimbu</i>). O mesmo que camaleão (<i>Iguana iguana</i>) (HOUAISS, 2006). Sinimbuense: de, ou pertencente ou relativo a Sinimbu-RS. O natural ou habitante de Sinimbu (FERREIRA, 2004).</p>	
Entrada Lexical: sinimbu	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (substantivo – <i>Sinimbu</i> , morfema lexical + <i>zinho</i> , morfema gramatical).
<p>Histórico: Há controvérsias sobre o nome o topônimo guarani “Sinimbu”: “espécie de camaleão e/ou pássaro sonoro e pirilampo (vagalume)”.</p> <p>“Uma das versões é que se originou de uma ave que teria existido no tempo em que chegaram os primeiros imigrantes, mas a hipótese é pouco provável visto que, para uns, o nome da localidade só seria dado se existisse um número elevado de pássaros que ficasse na tradição do local, no que muitos imigrantes discordaram.</p> <p>Outra versão diz que o nome teria sido dado por índios que habitavam as paragens, significando a palavra Sinimbu ‘lagarto do mato’.</p> <p>A última de que se tem conhecimento seria uma homenagem ao Sr. Dr. João Lino Vieira da Cansação de Sinimbu, então Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, na época em que foi determinada a colonização de Sinimbu.</p> <p>Esta última é a mais aceitável, tendo em vista que não existem registros oficiais nem comprovações de outras hipóteses.</p> <p>Há milhares de anos a região dos Vales do Rio Pardinho foi habitada por primitivos povos que deixaram a sua existência comprovada em inúmeros sítios arqueológicos. Pertenciam seus implementos ao período pré-cerâmico, material da Tradição Umbu e Humaitá. Vieram possivelmente da região sudoeste do Estado.</p> <p>Os imigrantes alemães que aqui passaram a residir, com força de vontade desbravaram as florestas, edificando suas casas, constituindo assim vilarejos e, mais tarde, a cidade.</p> <p>Embora os dados escassos que foram registrados, pode-se dar como início da colonização o ano de 1857, que diz que o primeiro colonizador imigrante a vir para Sinimbu foi João Backer.</p> <p>Os imigrantes, colonizadores, não esmoeceram diante das dificuldades longe de sua pátria e construíram com fê e suor a base do município” (CHERINI, 2007, p. 288-289).</p> <p>“Dentre as versões sobre o nome da localidade de Sinimbu, a versão mais acertada parece ser a de homenagear o Dr. João Lino Vieira Cansação de Sinimbu, que foi o presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul que determinou a colonização das linhas Sinimbu, São João da Serra, Dona Josefa e Andréas” (OBSERVADR, 2019).</p> <p>Sinimbu é uma homenagem ao Dr. João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, o Visconde de Sinimbu, que residiu no estado de 1852 a 1855, sendo o idealizador da nova lei que passou a reger a colonização (1854), quando a colônia teve maior expansão.</p> <p>Sinimbu é um pequeno arroio no município de Sinimbu-RS, conhecido também como arroio Triangulação, aludindo à configuração geográfica da localidade, que parece dividida em triângulos, na configuração desse arroio; linha colonial nas margens do arroio do mesmo nome, no município de Sinimbu (MÜLLER, 1999; 2002).</p> <p>“A Picada Riopardinho que, em seu prolongamento, tomou a denominação de Sinimbu, só em 1859 ficou povoada neste último ponto. Os sobreviventes dos colonos, que aí se estabeleceram nesse ano, comemoraram em 1909 o cinquentenário desse fato” (MENEZES, 2005, p. 30).</p>	

Informações Enciclopédicas: O arroio Sinimbuzinho é “afluente do rio Pequeno” (ECOPLAN, 2005b, p. 212).

Sinimbu – “Arroio, na fronteira do município de Santa Cruz, a sudoeste” (Lajeado). “Vila e sede do distrito de Sinimbu, que pertence ao município, termo e comarca de Santa Cruz. Na região central do município à margem direita do rio Pardinho” (Santa Cruz do Sul).

Sinimbuzinho – “Arroio, afluente da margem direita do rio Pardinho” (Santa Cruz do Sul) (IBGE, 1950, p.135).

Sinimbu é nome indígena que significa: “o que emite cintilações”; “camaleão que muda de colorido”, usado também “como sobrenome” (BARBOSA, 1986, p. 73).

Fonte: Barbosa (1986); Cherini (2007), Ecoplan (2005b); Ferreira (2004); Houaiss (2006); IBGE (1950); Menezes (2005); Müller (1999; 2002); ObservaDR (2019).

Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 87
Hidrônimo: SOBRADINHO	
Localização/Município: Sobradinho-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Pardo
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Ecotopônimo (natureza antropocultural)
<p>Etimologia: Sobradinhense (datação de 1937): topônimo <i>Sobradinho</i> + <i>ense</i> (relativo a Sobradinho-RS ou o que é seu natural ou habitante). Sobrado (datação do século XIII): do latim <i>superatu</i>, ‘que está por cima’ (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).</p>	
Entrada Lexical: sobrado; sobradinhense	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (substantivo – <i>Sobrado</i> , morfema lexical + <i>inho</i> , morfema gramatical).
<p>Histórico: Os primitivos habitantes da região do município de Sobradinho “foram os indígenas, até 1663, quando da fundação e desaparecimento das missões jesuíticas. A origem de sua denominação advém de um antigo sobrado de madeira, que existia próximo à estrada que ligava Rio Pardo a Soledade. O local aproximado situa-se após a subida da Serra Geral, mais exato no Passa Sete. A partir de 1808, começaram a chegar os primeiros colonizadores” (FREITAS, 1993, p. 281).</p> <p>“O topônimo tem a sua origem num pequeno sobrado, existente nos campos” do município de Sobradinho. O agrimensor Maximiliano von Beschoren, em 1877, empreendeu uma viagem de Palmeira das Missões a Santa Cruz, passando pelo Lagoão e pela Picada de Botucaraí. Percorreu, também, os campos de Sobradinho. Ele descreve o pequeno sobrado que deu origem ao nome como ‘uma casa de tábua, simples, onde está instalada uma pequena loja’. A Sesmaria do Campo do Sobradinho foi requerida por Antônio Vicente de Toledo, por volta de 1838, sendo legitimada em 1877” (MÜLLER, 1999, p.106).</p> <p>“Por volta de 1825, o estabelecimento de uma família de paulistas no local com um comércio de secos e molhados, onde pouco mais tarde construíram um pequeno sobrado de madeira, além de galpões, currais e um monjolo (máquina movida à água) tocado pelo arroio, deu origem ao nome do município. O sobradinho construído passou a ser ponto de referência naquela estrada, com o tempo, a denominação Sobradinho passou a ser atribuída ao local” (OBSERVADR, 2019).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: “Afluente do rio Pardo” (ECOPLAN, 2005b, p.212).</p> <p>Sobradinho (ex-Jacuí): “Cidade, sede do distrito, do município e do termo de Sobradinho, pertencente à comarca de Candelária. Na região central do município, à margem esquerda do arroio Carijinho”, no município de Sobradinho (IBGE, 1950, p. 135).</p>	
<p>Fonte: Ecoplan (2005b); Ferreira (2004); Freitas (1993); Houaiss (2006); IBGE (1950); Müller (1999); ObservaDR (2019).</p>	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 88
Hidrônimo: TAINHAS	
Localização/Município: Jaquirana-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: rio	Taxionomia: Zootopônimo (natureza física)
<p>Etimologia: Tainha (datação do século XIV): do grego <i>tagenías</i>, ‘bom para frigar’, pelo lat. <i>*tagenia</i> (> <i>*tagínia</i>). Designação comum a várias espécies de peixes teleósteos, perciformes, mugilídeos, gênero <i>Mugil</i>, do Atlântico. Têm as nadadeiras dorsal e anal desprovidas de escamas e o corpo com listras longitudinais escuras (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).</p>	
Entrada Lexical: tainha	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (substantivo feminino plural – <i>tainha</i> , morfema lexical + <i>s</i> , morfema gramatical).
<p>Histórico: A história do distrito de Jaquirana, no Rio Grande do Sul, “inicia-se na época do desbravamento e da colonização da serra gaúcha, com a penetração dos colonizadores italianos e alemães em busca do ‘ouro branco’, a madeira. Diversos núcleos foram estabelecendo-se, alguns indo para as regiões dos vales dos rios, destacando-se o das Antas e o das Tainhas” (CHERINI, 2007, p. 148, grifo nosso).</p> <p>“Diversas são as opiniões a respeito das nascentes do rio Taquari. O Conselheiro Camargo, de saudosíssima memória, nô-lo dá como formado dos arroios Camisas, Caraá e Tainhas – do município de Cima da Serra. Compartilha da mesma opinião Araújo e Silva. Entretanto a opinião mais aceita hoje é a adotada por A. Varela – é que o Taquari nasce no município de Vacaria” (FARIA, 1981, p. 30, grifo nosso).</p> <p>Ocorrência em mapas: “Rio das Tainhas” (ROSCIO, 1778); “Rio Tainhas” (OLIVEIRA, 1885).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: “Nasce junto à escarpa costeira da Serra Geral, numa altitude de 900 metros. Tem um percurso de, aproximadamente, 120 quilômetros, até juntar-se às águas do rio das Antas, em terreno bruscamente acidentado, no lugar chamado ‘Erva Cheirosa’, próximo ao antigo passo do Meio”.</p> <p>“Ambos os rios, Camisas¹⁹³ e Tainhas, são considerados como “vertentes” do rio das Antas” (FERRI; TOGNI, 2012, p. 25).</p> <p>Em Cambará do Sul-RS, há o Passo da Ilha (<i>Rio Tainhas</i>): “um dos pontos mais procurados do Rio Tainhas, onde as corredeiras se dividem e formam uma pequena ilha” (GUIA DA SERRA GAÚCHA, 1998, p.282).</p> <p>“Rio, afluente da margem esquerda do rio das Antas”, no município de São Francisco de Paula (IBGE, 1950, p. 137).</p> <p>“No divisor de águas à esquerda de quem viaja a Tainhas, por exemplo no Capão da Coroa, o terreno se torna mais acidentado, rolando as suas ondas campestres entremeadas de raros capões coroados de pinheiros, para o oeste e o norte, enquanto no leste, extensos pinhais fechados reduzem o campo a porções de menor extensão. Este caráter permanece inalterado em todo o vasto município de S. Francisco, onde só na borda dos rios, como no Tainhas e no Pelotas, bem como na borda do planalto prevalecem as sociedades silváticas dos pinhais” (RAMBO, 1942, p. 219 - 220).</p> <p>O Parque Estadual do Tainhas foi criado com o objetivo de proteger os campos e as matas presentes no vale do rio Tainhas (SEMA, 2018).</p>	
<p>Fonte: Cherini (2007); Faria (1981); Ferreira (2004); Ferri e Togni (2012); Google Maps (2019); Guia da Serra Gaúcha (1998); Houaiss (2006); IBGE (1950); Oliveira (1885); Rambo (1942); Roscio (1778); SEMA (2018).</p>	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

¹⁹³ Ver ficha nº 12.

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 89
Hidrônimo: TAMANDUÁ	
Localização/Município: Marques de Souza-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Zootopônimo (natureza física)
Etimologia: Tamanduá (datação de 1560): de <i>tá-mondúá</i> , o caçador de formigas. É o nome tupi dos <i>Myrmeciphagas</i> (HOUAISS, 2006; BUENO, 2014).	
Entrada Lexical: tamanduá	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (substantivo masculino).
<p>Histórico: Tamanduá: distrito do município de Marques de Souza. Dizem que recebeu este nome porque ali se encontrava esse animal, “quando os imigrantes alemães e italianos desbravaram a região” (CARNIEL, 2014, p.25).</p> <p>“A data não existe oficialmente, mas fala-se que foi por volta do mês de julho de 1888 que chegar os primeiros imigrantes à localidade. Alguns registros, no entanto, destacam o ano de 1878 como o do início da colonização. Enfim são apenas números que compõem a história mais que centenária dessa localidade encravada entre vales férteis, o rio Forqueta e a BR 386. O nome Tamanduá surgiu a partir do aparecimento do animal que vivia por ali no início do século passado” (ASSUNÇÃO, 2014, p. 156).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: “Povoado, à margem direita do arroio Forqueta”, no município de Lajeado (IBGE, 1950, p.137).</p> <p>“Há desses desdentados o Tamanduá-bandeira e o tamanduá-mirim” no Rio Grande do Sul (VOCABULÁRIO SUL-RIO-GRANDENSE, 1964, p.444).</p> <p>“Mamífero desdentado da família dos mirmecofagídeos”.</p> <p>“O aspecto exótico do tamanduá e o seu hábito de se alimentar de formigas causaram grande admiração nos primeiros cronistas do Brasil” (CUNHA, 1998, p. 275).</p>	
Fonte: Assunção (2014); Bueno (2014); Carniel (2014); Cunha (1998); Houaiss (2006); IBGE (1950); Vocabulário sul-rio-grandense (1964).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 90
Hidrônimo: TAQUARA	
Localização/Município: Guaporé-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Fitotopônimo (natureza física)
<p>Etimologia: Taquara (datação de 1584): do tupi <i>ta'kwara</i> 'cana brava, oca por dentro', de <i>'kwara</i> 'buraco, cova, toca'.</p> <p>Taquarense (topônimo <i>Taquara</i> + <i>ense</i>): relativo a Taquara-RS ou o que é seu natural ou habitante (HOUAISS, 2006).</p> <p>“Taquara- s. Bambu. A haste furada, oca” (BUENO, 2014, p. 337).</p> <p>Taquara é um topônimo guarani = “gramínea, cana, cana oca (=taquá)” (CHERINI, 2007, p.293).</p> <p>Tacuara, taquara, tacuá (guarani), ta + cuara: haste furada; taboca, bambu do mato; planta da família das Gramíneas (GREGÓRIO, 1980; PEREIRA, 2017).</p>	
Entrada Lexical: taquarense; taquara	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (substantivo feminino).
Histórico: Taquara é uma “colônia citada por Guerreiro Lima. Não localizada” (MÜLLER, 1999, p.108).	
Informações Enciclopédicas: TAQUARA: “Arroio, afluente da margem direita do rio Carreiro” (Guaporé) ¹⁹⁴ (IBGE, 1950, p. 138).	
Fonte: Bueno (2014); Cherini (2007); Gregório (1980); Guia Vem (2014); Houaiss (2006); IBGE (1950); Müller (1999); Pereira (2017).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

¹⁹⁴ A Prefeitura Municipal de Guaporé não retornou o contato sobre o histórico do nome do arroio, realizado em outubro de 2019. Ver ficha nº 17.

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 91
Hidrônimo: TAQUARI	
Localização/Município: São Valentim do Sul-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: rio	Taxionomia: Fitotopônimo (natureza física)
<p>Etimologia: Taquari (datação de 1873): do tupi <i>takwa'ri</i> < <i>ta'kwara</i> 'taquara' + <i>'i</i> 'pequeno', taquara pequena.</p> <p>Taquariense: de, ou pertencente ou relativo a Taquari-RS. O natural ou habitante de Taquari (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).</p> <p>Taquari: “Rio das Taquaras” (ECKERT, 2016b, p. 221).</p> <p>“Taquari – s. A taquara pequena”. “Taquary – O rio das taquaras, Rio Grande do Sul” (BUENO, 2014, p. 337).</p> <p>Taquari, taquarim (taquara + i): espécie de taquara, taquara fina, nome de pequena árvore da família das Euforbiáceas; seus brotos são ocos, semelhante à taquara, usados para cânulas de cachimbo; nome dado a uma espécie de socó, chamado ainda guacuru (GREGÓRIO, 1980; PEREIRA, 2017).</p>	
Entrada Lexical: taquariense; taquari	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (substantivo masculino).
<p>Histórico: “Fundada, como vimos, a redução de Santa Teresa, pelo P. Francisco Jiménez, iniciou este, em companhia do P. João Suárez e alguns índios vaqueanos, a exploração da vasta região a que ia servir, estendendo sua excursão à bacia oriental do Taquari e ao litoral. Nessa viagem empregou o Padre 24 dias, tendo partido de Santa Teresa a 3 de Janeiro de 1635.</p> <p>Entrou o P. Jiménez pelo Caapi (pontas do rio Taquari), nove dias distante de Santa Teresa e, embarcando aí em uma canoa, com mais meio dia de viagem, atingiu o Mbocarirói (Guaporé), pelo qual em dois dias saiu no Tibiquari (Taquari) e tendo navegado mais três dias entrou no Mboapari (Rio das Antas) onde deixou as canoas, voltando cinco dias depois, à sua redução” (PORTO, 1954, p.129).</p> <p>“O nome Taquari lhe foi atribuído pelos padres jesuítas no século XVII e deriva de <i>Tebicuary</i>. Tem recebido, através dos tempos, significados diversificados tais como de ‘rio do barranco profundo’ ou ‘rio das traíras’ ou ‘rio das taquaras’”(IBGE, 1959a; FERRI; TOGNI, 2012, p. 28).</p> <p>Taquari: “[...] do tupi = taquara pequena. Arvoreta euforbiácea (<i>Mabea angustifolia</i>), das capoeiras secas, de flores apétalas, inconspícuas e unissexuais, madeira mole e leve, sementes oleaginosas, e cujos ramos novos são fistulosos e servem para fazer canudos de cachimbo, contendo seu látex alguma borracha [...]” (FERREIRA, 2009; FERRI; TOGNI, 2012, p. 28).</p> <p>Taquari ou Taquary: “nome de origem guarani que se desdobra em dois elementos: Taquara = Taquaral e Y = rio, portanto Rio Taquari é o Rio das Taquaras” (SILVEIRA, 1995, texto digital; FERRI; TOGNI, 2012, p. 28).</p> <p>“Rio Taquari (na época denominado rio dos Taquarais ou rio Barranco Fundo)”.</p> <p>Taquari: vocábulo de origem indígena, a palavra procede de “<i>Taquara</i> (taquara, bambu) e y (água, rio)”, sendo, portanto, Taquari, o “rio das Taquaras”. Dizem também que pode significar Tibiquari que é “rio do Barranco Fundo”. O certo é que o nome é de origem indígena e de Tibiquari passou a chamar-se Taquari (FERRI; TOGNI, 2012, p. 67 e p.114).</p> <p>O nome deriva da antiga denominação indígena <i>Tebiquari</i> (Taquari), cuja designação já aparecia em antigas cartas geográficas desenhadas no século dezoito.</p> <p>Segundo a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros do IBGE, o nome original atribuído ao rio Taquari, pelos padres jesuítas, no século XVII, e citado por Aurélio Porto, em “Terra Farroupilha – 1937”, o termo provém de <i>Tebiquari</i>, com o significado de “rio das traíras”.</p> <p>Outra versão é a que sustenta a proveniência da origem de “<i>tacuara</i>”, bambu, e “Y”, água, significando então, “rio das taquaras”. Colabora com esta designação, o historiador General Emílio Fernandes de Souza Docca.</p>	

Segundo a “Revista Panorama”, editada em Taquari: o topônimo procede de “*tacuara*”, taquara, bambu e “Y”, de água, rio, portanto “rio das taquaras. Esta opinião é encampada por Othelo Rosa, assim também por Nelson França, conquanto que este, aceite inclusive, mas como pouco provável, a denominação de “TACUARÊE – Cana de açúcar”, significando, por isso, “Rio dos Canaviais””.

O historiador José Lousada Tupi Caldas entende a designação como originária de “lugar das canas ocas”. Barão do Rio Branco, em “Esquisse de L’Histoire du Brésil”, diz que “Tebiquari” seria a designação de rio do Espírito Santo.

Existe uma série de variações, quanto a grafia do topônimo original:

“TEBIQUARY” – “TEBIQUARI”

“TIPIQUARY” – “TIPIQUARI”

“TIBIQUARY” – “TIBIQUARI”

“TEBICUARY” – “TEBICUARI”

Considerando que, até a reforma ortográfica de 1943, o topônimo era grafado com “Y” final, passando depois para “I”, mesmo assim não há unanimidade quanto a grafia do termo, entre os pesquisadores, muitos dos quais grafam com “*Tebiquary*” ou “*Tebiquari*”, conforme se observa em antigas cartas geográficas”.

Uma das versões mais aceitas, da toponímia do rio “Tebiquari”, endossada pelo General Rafael Garrastazu Teixeira, traduz a designação “Tebiquari”, como: “rio do barranco fundo”, usando ambas as derivações “Tebiquari” e “Tibiquari”, anteriormente grafadas com “Y” final.

“Segundo Dante de Laytano, o rio Taquari, com a designação de “TEBIQUARI”, já estava assinalado nas mais antigas cartas geográficas do antigo Continente do Rio Grande de São Pedro, ou da velha Capitania D’El Rei, datadas de 1570, 1624 e 1632, constando em vinte cartas geográficas, até o ano de 1839” (FERRI, 1991, p. 48-50).

“O nome do rio Taquari vem do tupi-guarani. Segundo alguns historiadores, Tibiquari significava “rio da Taquara Pequena”. Segundo outros, ‘rio do Barranco Fundo’, o que parece ser menos provável, pois há mais de 25 rios brasileiros com o nome Taquari sem que haja ‘barranco fundo’, especialmente, o grande afluente da margem esquerda do rio Paraguai, formando o pantanal do Mato Grosso do Sul, de pouco barranco”.

Chamado, primitivamente de “Espírito Santo”, pelos padres Jesuítas, enquanto que os indígenas o denominavam de “Tebiquari” (FERRI, 1988a, p. 12 e p.162).

O significado, “*Rio do Espírito Santo*” “não tem fundamento histórico, pois os indígenas só vieram conhecer o cristianismo com os missionários, quando o rio já tinha esse nome” (SCHIERHOLT, 2010, p. 400).

“Os índios que habitavam ou perambulavam por suas margens o denominavam ‘TEBIQUARI’, cuja designação já aparecia em antigas cartas geográficas, a partir do século dezessete”.

Esta denominação indígena compreende várias interpretações pelos historiadores, com os seguintes significados:

RIO DAS TRAÍRAS, segundo Aurélio Porto, atribuído aos Padres Jesuítas em “Terra Farroupilha”.

RIO DAS TAQUARAS, originado de bambu, taquara, versão sustentada pelo historiador General Emílio Fernandes Souza Doca.

RIO DAS CANAS OCAS, versão do historiador José Lousada Tupi Caldas.

RIO DO ESPÍRITO SANTO, designação dada pelo Barão do Rio Branco.

RIO DOS BARRANCOS FUNDOS, toponímia endossada pelo General Rafael Garrastazu Teixeira, secundado por diversos outros historiadores.

“O historiador Dr. Augusto Palberg assinala que talvez o verbete, primitivamente, fosse grafado como ‘TIPIQUARI’, com o prefixo TIPI, que quer dizer fundo. Daí a designação de Barrancos Fundos” (FERRI, 2000, p. 21).

“Arroio do Meio situa-se em terras da região da mais antiga sesmaria concedida em 1816 pelo Marquês de Alegrete a Ricardo José Villa Nova, às margens do Rio Taquari (na época, Rio dos Taquarais ou do Serraco Fundo)” (SIMPÓSIO RAÍZES DO VALE, 2000, p. 103-104).

Origem do vocábulo Taquari:

Taquari é vocábulo de origem indígena. Segundo o professor Nelson França Furtado, em estudo sobre *Vocábulos Indígenas na Geografia do Rio Grande do Sul (Correio do Povo*, Porto Alegre, edição de 5.3.1967, pág.14), posteriormente editado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, março de 1969, Editora Champagnat), a palavra Taquari procede de “*tacuara*” (taquara,

bambu) e “y” (água, rio), sendo, portanto, o Taquari o “rio das taquaras”.

Considera, todavia, o mesmo autor ser possível – mas pouco provável – “que se trate de “tacuareê” (cana de açúcar) e “y” (água, rio), ou seja: - o “rio dos canaviais”. Ou então, ainda, que se tenha “tacuari-y”, derivado de “tacuari”, variedade de umbu.

Em trabalho intitulado *Vocábulos Indígenas na Geografia Rio-Grandense*, o então Coronel Emílio Fernandes de Souza Docca considera também que Taquari – proveniente de “taquara-y” – vem a ser o “rio das taquaras”, conforme citação de Othello Rosa em “Taquary – nos livros e nos compêndios” (*O Taquaryense*, edição de 5.8.1939).

Já o professor Dr. Jaci Louzada Tupi Caldas, em “Toponímia Tupi-Guarani” (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, ano de 1941, III Trimestre), entende ser Taquari o “lugar das canas ocas”, sendo a palavra uma composição de “taquã” (canas ocas) e “ri-rehé” (comigo, consigo). Ele esclarece:

“A palavra Taquari lembra a locução substantiva - Taquã ri, cuja versão é “Canas de Castela”, como ensina Montoya, in Dicionário, pág. 355/349; outrossim, Montoya, in pág. 510, dá a forma Taquari como correspondente ao vocábulo espanhol “Zerbatana”, que admito corresponder ao vocábulo português – Zarabatana – s.f., tubo comprido pelo qual se impelem setas e bolinhas, como o sopro. “Lugar das canoas ocas” (Prof. Dr. Jaci Louzada Tupi Caldas).

Com relação ao nome Tebiquari (ou Tibiquari), antigamente atribuído ao Rio Taquari, o General Rafael Danton Teixeira entende que significa “rio do barranco fundo” (SILVA, 1972, p. 41).

Ocorrências em mapas e documentos:

Tebiquary”: *Mapa Plano de Terreno que mostra a divisão das datas dos casais que formam a Vila de São José de Tebiquary – 1771* (FARIAS, 2012).

“Rio Taquary”: FUNCK (1777); 19 de Mayo de 1840 (RIO GRANDE DO SUL, 2009, p. 173); *Mappa do Rio Grande do Sul* (ZAMBECCARI, 1840?).

“Rio Tebiquari”: *Mapa do Sul do Brasil em 1749*.

“Rio Taquari” – *Planta do continente do Rio Grande* (CORDOVA, 1931).

“Tebicuari (rio)”: *Carta do Padre Francisco Ximenes para um superior, dando-lhe conta de uma entrada ao Rio Tebicuari* (BIBLIOTECA NACIONAL, 1969, p. 97 Anexo B).

Informações Enciclopédicas: “Diversas são as opiniões a respeito das nascentes do rio Taquari. O Conselheiro Camargo, de saudosíssima memória, não-lo dá como formado dos arroios Camisas, Caraá e Tainhas – do município de Cima da Serra. Compartilha da mesma opinião Araújo e Silva. Entretanto a opinião mais aceita hoje é a adotada por A. Varela – é que o Taquari nasce no município de Vacaria” (FARIA, 1981, p. 30).

“Nas proximidades de São Valentim do Sul acontece o encontro dos dois rios: Antas e Carreiro, passando então a se chamar Taquari, até desembocar no rio Jacuí. Tem extensão de 530 quilômetros desde as nascentes até a foz, sendo, por 390 km denominado rio das Antas e por 140 km rio Taquari”.

“Seus principais afluentes pela margem esquerda são os rios Camisas, Tainhas e Lajeado Grande, e pela margem direita, os rios Quebra-Dentes, da Prata, Carreiro, Guaporé, Forqueta e Taquari-Mirim” (FERRI; TOGNI, 2012, p. 23-25).

Fonte: Biblioteca Nacional (1969); Bueno (2014); Cordova (1931); Eckert (2016b); Faria (1981); Farias (2012); Ferreira (2004, 2009); Ferri (1988a, 1991, 2000) Ferri e Togni (2012); Funck (1777); Gregório (1980); Houaiss (2006); IBGE (1959a); Mapa do Sul do Brasil em 1749; Pereira (2017); Porto (1954); Schierholt (2010); Silva (1972); Simpósios Raízes do Vale (2000); Zambeccari (1840?).

Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 92
Hidrônimo: TAQUARI-MIRIM	
Localização/Município: Santa Cruz do Sul-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: rio	Taxionomia: Fitotopônimo (natureza física)
<p>Etimologia: Taquari¹⁹⁵ (datação de 1873): do tupi <i>takwa'ri</i> < <i>ta'kwara</i> 'taquara' + <i>'i</i> 'pequeno', taquara pequena. Mirim: do tupi, “pequeno” (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006);</p> <p>“Taquari – s. A taquara pequena”. “Taquary – O rio das taquaras, Rio Grande do Sul” (BUENO, 2014, p. 337). Mini = pequeno, miúdo, pouco, adjetivo próprio para formar diminutivos (GREGÓRIO, 1980; PEREIRA, 2017).</p>	
Entrada Lexical: taquari	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (substantivo masculino + adjetivo).
<p>Histórico: “Em 1849 iniciava a colonização de Santa Cruz do Sul ao longo da Alt Picade (Picada Velha), chamada também de Kaiserstrasse (Estrada do Imperador). As imensas dificuldades no desbravamento da nova terra eram compensadas pela beleza das matas, dos morros e vales verdejantes, dos córregos e do Rio Taquari Mirim” (SANTA CRUZ DO SUL, s. d., p. 26).</p> <p>1851: 023 – “Ofício remetendo a Presidência da Província os termos de arrecadações de passo Taquari e Taquarymirim nos campos de José Gonçalves dos Santos para serem aprovados” - Livro de registro de Ofícios da Câmara de Vereadores de Taquari (ROSA, 2017, p. 20). 1º Maio de 1880: “Tendo o cidadão Emílio Textor construído uma ponte de madeira no “Passo do Pires”, sobre o Taquari-Mirim, e feito outros consertos na Picada que vai àquele Passo (...)” (MENEZES, 2005, p. 98).</p> <p>“Rio Taquari-Mirim”: Mapa Colônias dos Vales do Rio Taquari e Rio Pardo – <i>Hundert Jahre Deutschum in Rio Grande do Sul</i>, 1924 (CUNHA, 1991).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: Taquari-Mirim é um “importante curso de água que nasce no Erval do Paredão e desemboca no rio Taquari. Em linguagem tupi o topônimo significa Rio das Taquaras” (MÜLLER, 1999, p. 108).</p> <p>“Situa-se na região Sudeste da bacia do rio Taquari-Antas. Tem sua nascente no município de Santa Cruz do Sul e desemboca no Taquari, a montante da cidade de General Câmara, onde faz divisa deste município, com o de Venâncio Aires” (FERRI; TOGNI, 2012, p. 26).</p> <p>“Nasce no Erval do Paredão, atravessa zona colonizada de Santa Cruz, de norte a sul, e na linha Nova toma para leste-sueste, até sua foz no rio Taquari, passando em caminho pela colônia Pinheiral; é navegável, para pequenas embarcações, por quase todo o seu curso, que é de 132 quilômetros aproximadamente, e por ele poderiam descer os produtos de diversas colônias e linhas. Serve de limite entre o município de Venâncio Aires e os de Santa Cruz, Rio Pardo e Santo Amaro” (FARIA, 1981, p. 158).</p> <p>Rio que nasce na região oriental do município de Santa Cruz do Sul, e corre para leste, entre Venâncio Aires, pela margem setentrional, e Rio Pardo e General Câmara pela meridional, até desaguar no rio Taquari pela direita (IBGE, 1950, 139).</p>	
Fonte: Cunha (1991); Faria (1981); Ferreira (2004); Ferri e Togni (2012); Gregório (1980); Guia Vem (2014); Houaiss (2006); IBGE (1950); Menezes (2005); Müller (1999); Pereira (2017); Santa Cruz do Sul.	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

¹⁹⁵ Ver ficha nº 91.

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 93
Hidrônimo: TEGA	
Localização/Município: Caxias do Sul-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: rio	Taxionomia: Antropotopônimo (natureza antropocultural)
<p>Etimologia: Na forma dialetal italiana falada na região de Caxias do Sul, “<i>ttega</i> significa <i>vagem de feijão</i>. Uma primeira hipótese para a atribuição dessa denominação, difundida pela tradição oral, está relacionada ao Moinho Germani. Dizem que pessoas levavam trigo e milho até o moinho para moer e, enquanto esperavam, ficavam colhendo as vagens de feijão que cresciam à beira da estrada. Uma outra variação, também relacionada, fala de árvores que produzem vagens – caso das leguminosas, que produzem sementes em vagens, que cresciam nas margens do arroio. Em qualquer dos casos, as pessoas diriam ‘Ndemo la zo delle teghe’ (‘Vamos lá em baixo (onde tem) as vagens’)” (DAL CORNO, 2009).</p>	
Entrada Lexical: n/e	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (substantivo).
<p>Histórico: Registros escritos do início do século XX revelam o principal valor comercial das águas do Tega, “que eram empregadas na geração de força motriz para diversas indústrias do então incipiente município. Todavia, fotografias e depoimentos revelam que o arroio – considerado por muitos um rio, por outros chamado de riacho – tinha águas cristalinas que serviam a diversas outras necessidades da população – ao longo de seu curso, servia como local para lavagem de roupas, bebedouro dos animais, e inclusive como balneário para recreação”.</p> <p>“Já nos registros mais antigos localizados, que datam da primeira metade do século XX, encontra-se a denominação <i>Arroio Marquês do Herval</i> (inclusive no <i>Álbum</i> comemorativo aos 75 anos da imigração), mas também <i>Rio Tega</i>, <i>Rio do Tega</i>, <i>Arroio Tega</i> e <i>Arroio Erval</i>. A falta de uniformidade na referência ao curso d’água vem, portanto, desde os primeiros tempos da cidade”.</p> <p>“O fato de ter havido uma mudança do nome de <i>Marquês do Herval</i> para <i>Tega</i> na seção que corta a zona urbana da cidade certamente revela que essa nova denominação se reveste de alguma importância para a população. Por que isso se deu?</p> <p>Depoimentos de antigos moradores das margens do arroio (que hoje tem boa parte de seu curso canalizado, quer a céu aberto, quer subterrâneo, na zona central da cidade) indicam que o primeiro nome de que tiveram conhecimento foi <i>Tega</i>”.</p> <p>“No Banco de Memória do Arquivo Histórico Municipal encontramos, porém, uma revelação. Conta-nos Lucy Luiza Corso que seu avô, Joao Corso, já veio da Itália com o apelido <i>Tega</i> porque gostava muito de comer vagens. Logo o apelido foi mais forte que o nome, e ele passou a ser referido como “o Tega”, como se fosse seu sobrenome. Sua esposa, Luisa Corso, assim, logo passou a ser conhecida como “Gigia Tega” (sendo <i>Gigia</i> o apelido italiano para <i>Luisa</i>). Tega era proprietário e morador de ampla faixa de terra onde se encontra a principal nascente do arroio (referida no depoimento de Nely Maria Corso Felippi, acima) e ao longo dele. Assim, a descrição contida no sintagma “o arroio que passa na terra daquele que gosta de comer ‘tega’”, modificada para “o arroio que passa na terra do Tega”, sofreu um processo de redução para “arroio do Tega” (justificando a presença da preposição) e, ao que tudo indica, uma posterior redução metonímica, gerando a forma atual “arroio Tega” (DAL CORNO, 2009, p. 1670-1673).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: “O rio Tega é um dos afluentes do rio das Antas e drena as águas da zona norte da cidade de Caxias do Sul, estado do Rio Grande do Sul”.</p> <p>É “um importante afluente da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, no estado do Rio Grande do Sul. Sua principal nascente está localizada na área urbana da cidade com maior densidade populacional de Caxias do Sul. Segundo o estudo de monitoramento realizado pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), o rio Tega drena a metade norte da cidade de Caxias do Sul” (SUTIL; MAFESSONI; BENVENUTI; LADWIG; BACK, 2018, p.124-127).</p> <p>“O município de Caxias do Sul localiza-se na encosta superior do Planalto Meridional, no nordeste do Rio Grande do Sul. A sede do município, com seus 760m de altitude, localiza-se sobre um divisor de águas,</p>	

sendo que os cursos d'água localizados a norte fazem parte da bacia hidrográfica Taquari-Antas e os localizadas a sul compõem a bacia do Caí. O Arroio Tega corta a cidade de leste a oeste, concentrando sua parte mais volumosa na metade norte da área urbana, de onde corre para unir-se a arroios maiores a noroeste e por fim desaguar no Rio das Antas” (DAL CORNO, 2009, p. 1670).
Fonte: Dal Corno (2009); Google Maps (2019); Sutil et al. (2018)
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 94
Hidrônimo: TURVO	
Localização/Município: André da Rocha-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: rio	Taxionomia: Cromotopônimo (natureza física)
Etimologia: Turvo (datação do século XIV): do latim <i>turbidu</i> , perturbado, alvoroçado; toldado'. Turvense: de, ou pertencente ou relativo a Turvo (PR e SC) ¹⁹⁶ . O natural ou habitante de Turvo (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).	
Entrada Lexical: turvo; turvense	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (adjetivo).
<p>Histórico: No município de Nonoai, “Dom Miguel de Aguilas saiu das margens do rio Turvo, rio caudaloso, afluente do Uruguai, na região de Três Passos, cumprindo roteiro feito pelo padre superior dos Jesuítas da Redução de São Miguel, com a finalidade de descobrir novos ervais e novas riquezas”.</p> <p>No município de Protásio Alves, “os moradores foram se organizando e surgiu a primeira Capela, conhecida como Nossa Senhora do Rosário, atualmente Padroeira do município. Protásio Alves recebeu, no decorrer de sua história, vários nomes, primeiramente chamou-se ‘Chimarrão’, depois ‘Turvo’, devido ao rio de igual nome, localizado na região e finalmente, em 1917, passou a denominar-se Protásio Alves” (CHERINI, 2007, p. 179 e p. 222).</p> <p>“Rio Turvo”: (Mapa) <i>Diretoria de Obras Públicas Terras e Colonização em Porto Alegre</i>, 1897 (KARAM, 1992).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: “O rio Turvo nasce na localidade de Nossa Senhora Aparecida, corre na direção leste. Seus afluentes são os arroios Faxinal e Taipinha, na divisa com Lagoa Vermelha. Esse rio também deságua no rio das Antas” (FERRI; TOGNI, 2012, p. 167).</p> <p>Em Ipê-RS, há o <i>Vale do Rio Turvo</i>: “a estrada de chão que vai ao município de Protásio Alves cruza o vale do Rio Turvo, oferecendo belas paisagens aos viajantes, com penhascos e vegetação nativa” (GUIA DA SERRA GAÚCHA, 1998, p.322).</p> <p>Rio que “nasce na coxilha Grande e segue para o sul, entre os municípios de Vacaria, à esquerda, e Prata, à direita, até desaguar do rio deste nome” no município de Lagoa Vermelha (IBGE, 1950, p.146).</p>	
Fonte: Cherini (2007); Ferreira (2004); Ferri e Togni (2012); Google Maps (2019); Guia da Serra Gaúcha (1998); Houaiss (2006); IBGE (1950); Karam (1992).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

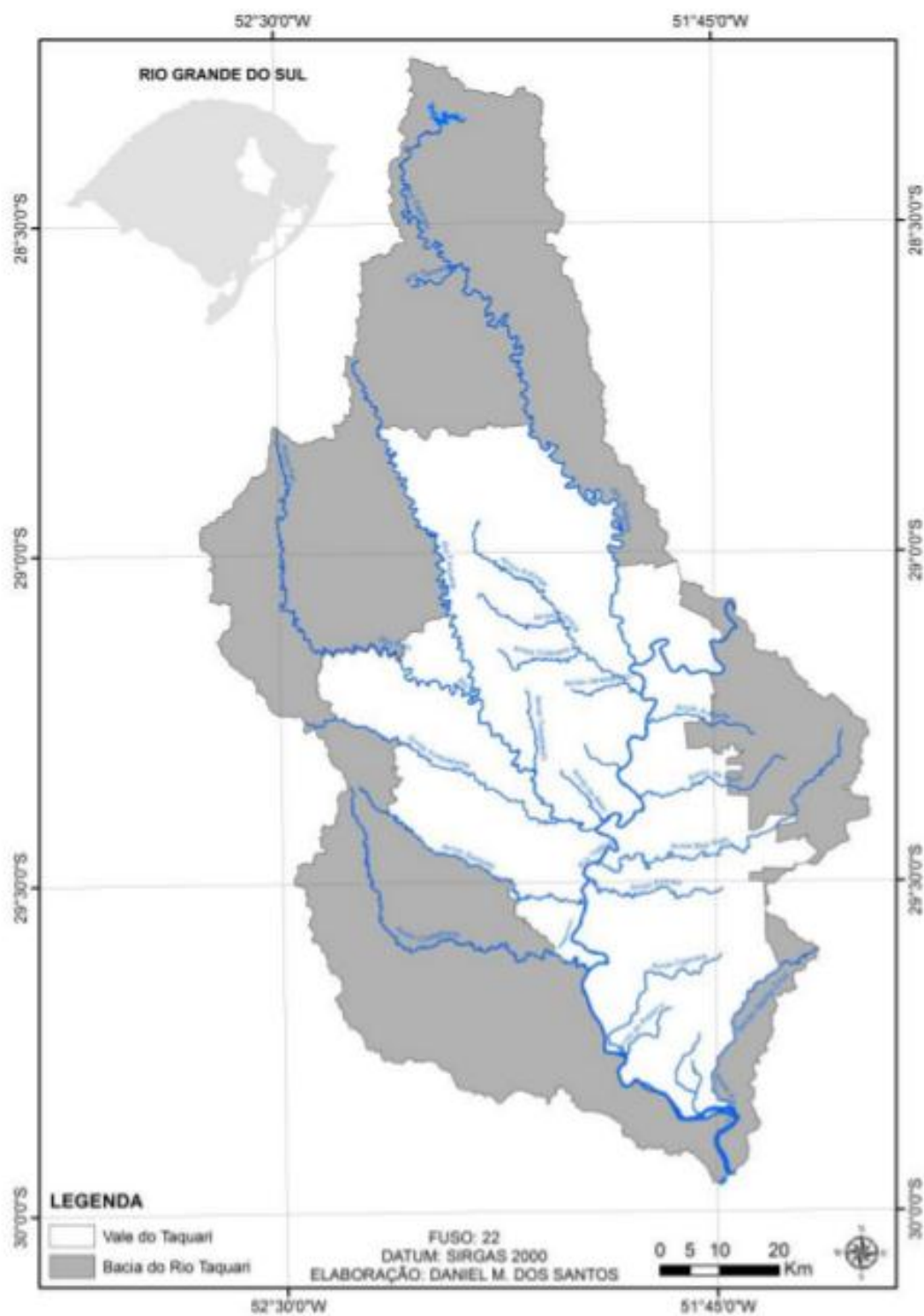
¹⁹⁶ Não há evidência de que este topônimo se relaciona ao hidrônimo analisado que, devido a isso, não é classificado como corotopônimo.

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 95
Hidrônimo: WOLFRAN	
Localização/Município: Vera Cruz-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Pardo
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Antropotopônimo (natureza antropocultural)
Etimologia: Wolframato: do alemão <i>Wolfram</i> 'tungstênio' + português <i>-ato</i> ; em inglês <i>wolframite</i> (1855) (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006).	
Entrada Lexical: wolframato	Estrutura Morfológica: Topônimo simples (substantivo).
<p>Histórico: “Erdmann Georg Richard Ernst Wolfram – Nasceu em 1832 na Silésia”. (...) “Imigrou, em 1852, pelo veleiro “Therese Henriette””.</p> <p>“Residiu em Vila Theresa (hoje Vera Cruz) e o seu nome está fixado na Sanga Wolfram” (MÜLLER, 2004, p. 45).</p> <p>“Em 1853, surgiu a primeira escola com o professor Erdmann Wolfram, que também foi contratado como pastor leigo pelos evangélicos” (KIPPER, 2002, p. 93).</p> <p>Erdmann Wolfram “foi o segundo Pastor Evangélico que teve a Colônia. (...) A última certidão assinada por este Pastor, em 1873, é datada do ‘lugar denominado Vila Teresa’, para onde havia ele se mudado” (MENEZES, 2005, p. 165).</p> <p>“Cerca de meio-dia chegou o senhor Wolfram para levar-me a uma longa excursão através das picadas da colônia” (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p.174).</p> <p><i>Wolframsbach</i>: “Sanga Wolfram” (MÜLLER, 1999, p.118).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: A cidade de Vera Cruz “possui sistema de coleta de esgoto misto (pluvial/cloacal) de responsabilidade do Serviço Municipal de Água e Esgoto – SEMAE. Predomina o sistema de fossas sépticas associadas com rede mista (cloacal e pluvial). Os coletores são canalizações cobertas, encaixadas e a céu aberto, sendo o maior corpo receptor o arroio Wolfran, que deságua no Arroio Andréas, afluente do rio Pardinho” (ECOPLAN, 2005a, p.140).</p> <p><i>Wolfram</i>: “pequeno lajeado no município de Vera Cruz” (MÜLLER, 1999, p.117).</p> <p>Teresa: “Vila e sede do distrito de Teresa, que pertence ao município, termo e comarca de Santa Cruz. Na região meridional do município, à margem esquerda do arroio Wolfran, tributário do rio Pardinho”, no município de Santa Cruz do Sul (IBGE, 1950, p. 140).</p>	
Fonte: Avé-Lallemant (1980); Ecoplan (2005a); Ferreira (2004); Houaiss (2006); IBGE (1950); Kipper (2002); Menezes (2005); Müller (1999, 2004).	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

Ficha lexicográfico-toponímica	Número de ordem: 96
Hidrônimo: ZEFERINO	
Localização/Município: Anta Gorda-RS	Bacia Hidrográfica: BH Rio Taquari-Antas
Feição Geográfica: arroio	Taxionomia: Antropotopônimo (natureza antropocultural)
<p>Etimologia: Zefirino (século XX): adaptado do francês <i>zéphyrien</i> (<i>zéfiro</i> + <i>ino</i>). Zeferino, antropônimo. <i>Zéfiro</i>: 1. Entre os antigos, vento do Ocidente. 2. Vento suave e fresco; aragem, brisa (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2006, grifo nosso).</p>	
Entrada Lexical: zefirino	Estrutura Morfológica: Topônimo composto (substantivo – <i>zéfiro</i> , morfema lexical + <i>ino</i> , morfema gramatical).
<p>Histórico: “A partir de levantamento realizado em 2008 (KREUTZ, 2008) foram localizadas duas áreas que apresentavam material arqueológico”: uma “na margem direita do Rio Guaporé” e a outra, “na margem direita do Zeferino, afluente do Rio Guaporé. Ambos recursos hídricos não apresentam muitas planícies com características ideais para assentamentos Guaraní” (KREUTZ, 2016, p. 201, grifo nosso).</p> <p>A origem do nome Anta Gorda ocorre “por volta de 1900, quando o território se estendia por uma vasta área de mata virgem, entre os rios Guaporé e Forqueta”.</p> <p>“Certa vez, foi abatida nessa região uma anta muito gorda que, perseguida por cães e caçadores, lançou-se no Arroio Zeferino, não muito distante da atual cidade de Anta Gorda, mesmo assim, sendo abatida” (CHERINI, 2007, p. 34).</p> <p>Encontrou-se a origem do topônimo <i>Passo do Zeferino</i>: “foi criado por iniciativa particular dos imigrantes, que penetraram no atual território” de Antônio Prado-RS no passado. “O primeiro balseiro encarregado do transporte era um imigrante italiano de nome Zeferino” (BARBOSA, 1980, p. 227).</p>	
<p>Informações Enciclopédicas: Zeferino: “arroio, afluente da margem direita do Guaporé” e “povoado, à margem direita do arroio Guaporé”, no município de Encantado (IBGE, 1950, p.153).</p> <p>Em Encantado “existem muitos morros e elevados montes, sendo principais os denominados (...) “Zeferino”, no distrito de Anta Gorda (COSTA, 1922, p. 449). Há também a <i>Gruta do Zeferino</i>, “na linha de mesmo nome”.</p> <p>Em Flores da Cunha, há a <i>Ponte do Passo do Zeferino</i>, “na divisa com Antônio Prado, com vão central sobre o Rio das Antas a mais de 50 metros” (GUIA MERCOSUL TURISMO, 1993, p. 162 e p. 214).</p>	
<p>Fonte: Barbosa (1980); Cherini (2007); Costa (1922); Ferreira (2004); Guia Mercosul Turismo (1993); Guia Vem (2014); Houaiss (2006); IBGE (1950); Kreutz (2008; 2016).</p>	
Data de coleta: outubro de 2018 a agosto de 2019	

ANEXOS

ANEXO A - Mapa do Vale do Taquari e seus principais recursos hídricos



Fonte: SANTOS apud KREUTZ (2016, p. 76).

ANEXO B - Carta do Padre Francisco Ximenes para um superior, dando-lhe conta de uma entrada ao Rio Tebicuari

VII — CARTA DO PADRE FRANCISCO XIMENES PARA
UM SUPERIOR, DANDO-LHE CONTA DE UMA
ENTRADA AO RIO TEBICUARI

Santa Teresa, 4-II-1-635.

1-29-1-47

Pax Xpti. etc.

Todos los Villetes que V. P.^a me a escrito despues que partió de S.^{ta} Ana con el P.^e Prov.^a los recevi ahora juntos quando bolvi desta mi Mission y assi no se espante V. R.^a que ni aya respondido ni executado lo que en ellos me manda; y de lo q por aca passó antes de partirme di aviso a V. R.^a en dos o tres q despache por S. Carlos. en una cosa me descuide (que V. R.^a me manda casi en todos estos villetes) en despachar el anua, de lo qual estoi tan corrido de aver caido en falta con V. R.^a que esso mismo me a de servir de memoria para q otra vez la despache adelantada.

Parti a 3 de Enero deste año en prosecucion de lo q el P.^e Prov.^a me dexó ordenado, a hazer una entrada a esta infidelidad para proponerles la palabra del S.^{or} y procurar se reduxessen, y gaste en ella 24 dias, entre por el Capii, 5 dias de camino de aqui, donde me embarq y en medio dia sali al Mbocaroi por el qual en dos dias sali al Tebiquari, por el qual navegue 3 dias, y sali al Mboapari donde dexe las canoas (por estar mui baxo) y en cinco dias bolvi a esta rred.^{on}. Los demas dias gaste en varias salidas que hize a los montes, desde el rrio donde la gente se juntaba a oir mi embajada.

Parezeme que toda la gente que por aqui ai por reduzir seran como dos mill indios, y si sus tierras fueran a proposito desta vez me parece los dexara reducidos en 3 puestos. Capii, Yuyisti (montes q estan sobre el Tebiquari) y en la boca del Mboapari porq en estos tres puestos en particular halle gran numero de gente junta, y con increíble desseo de que les levantasse Cruz. pero no nos esta a cuento porq la tierra es fragossissima, sus caminos infernales, no ai campo donde tener 4 bacas, y sobre todo es el cutidero de los Tupis, como despues dire. Universal.^{te} la gente me recibió bien,

y con grandes muestras de alegría. aconteció juntarseme 34 canoas, en que avría casi duzientos indios, que embijados y emplumados a su usança, esparcidas por el rio las canoas causaban agradable vista. Tambien cada qual con su instrumento bellico, y todos con su confussa griteria hazian temblar la tierra. desta manera me acompañaban de un pueblo a otro, ya en mayor, ya en menor numero.

Lo que conclui con esta gente es lo primero que a la gente del Cappyi y Mbocariroi determinadamente le dixe avian de reducirse a la Visitacion, porque no se ponga en contingencia aquella rred.^{on} y mas de 150 indios se hizieron luego escribir para alla, y me parece q lo cumpiran porq son buenos caciques, y salieron de suyo a ello; mas de 300 indios dieron en q avian de estar aqui en S.^{ta} Teresa, ni pude inclinarlos a la Visitacion, porq dicen q no ai alli aun comida; mas puesto alli Padre yo fio que muchos dellos . . . alla y que ni esta rred.^{on} los a menester ,ni puede tener tanta gente. Los demas Indios q de suyo no salieron a reducirse en una destas dos rred.^{es} dexe assi sin matricular diziendoles q poco a poco conozerian lo q les estaba bien, y seguirian a sus parientes.

La gente del Tebiquari estava aun mui poco dispuesta y nada afecta a nosotros, y assi no trate mas que de ganarlos. hable y procure ganar los caciques de mas nombre (que no me costó poco darles alcance, porq toda la gente, assi como yo llegava se huia por los montes) y truxe algunos conmigo, y los e regalado, y despachado contentos. Entre el Tequijiy y Mboapari sobre el Tebiquari, y los montes a dentro, donde es cacique principal Nae, a quien embie a hablar a V. R.^a al Piratini, (aunq por tardar V. R.^a se bolvio sin hazerlo) ai mucha gente, y estaban, en q les avia de levantar Cruz. yo les propuse las dificultades q avia, y que si querian tener Padres saliessen desta parte deste monte: ellos quedaron en juntarse los caciques y venir a ver donde les estava bien hazer su pueblo, y creo que lo haran, porq ellos ya conozen el mal q los espera, y q les es fuerza dexas sus tierras, y venir a buscar su remedio.

Quedavame por ver los principios del Tebiquari, Caramatai, Yequijyi, etc., donde esta la mayor parte de la gente, que de hazia el mar se a retirado, mas, yo y mis compañeros estabamos cansados, y aviendome dicho q Topeci q vandeá toda esta gente, avia salido a verme (aunq no fue assi, y solo me embió buenas palabras) me pareció bolverme, para tratar con el que hiziesse este pueblo, q se pretende aya entre esta rred.^{on} y S. Carlos. porqu solo el me parece le puede hazer, mas a ser necessario dar nosotros algun principio en la manera, que trate con V. R.^a, que de otra manera quien a de

querer venir a esse desierto? sin fundamento alguno de comida? Y aviendolo no será imposible hazerse porq̃ toda esta gente está desventuradissima, y mui falta de comida, y este año se les a secado todo el maiz lo qual e visto yo por mis ojos, que me causó no pequena compassion. de manera q̃ a tener esta rred.^{on} falta de gente, o sobra de comida con mui poca difficultad pudiera aver sacado conmigo quanta gente quisiera.

Conforme al orden del P.^e P.^{al} no Baptize las criaturas desta gente, solo Baptize 250 criaturas de los q̃ en el Capijyi y Mbocariroi quisieron matricularse para la Visitacion y S.^{ta} Teresa. de la demas gente solo Baptize algunas criaturas enfermas, y otros 5 ó 6 adultos assi mesmo enfermos. No dexare de dezir a V. R.^a como Baptize dos destas criaturas y como Dios las tenia predestinadas.

Caminando por el rio me encontraron unos indios q̃ venian a la yerva en su canoa y canoa y aviendoles preguntado quienes eran y de donde venian les despedi, y despues... endo, q̃ no les avia dado alguna cosa, como solia a los demas, hize bolver mi canoa atras, y llamarles, y passando su canoa a lo largo de la mia iba dando a los q̃ en ella estavan unos alfileres y llegando la mitad de la canoa a parte unas... con curiosidad de ver lo q̃ avia encubierto, y vi una india q̃ al parezer estava muerta, y una criatura seca como un esparrago a los pechos. Baptize luego la criatura, y di de comer a la madre q̃ de hambre estava casi para morir, y la hize llevar a un pueblo de indios donde me detube dos dias. la criatura murió, y la madre con el cuidado q̃ tube della bolvió sobre si, de manera q̃ q.^{do} me parti me pareció quedaba fuera de perigo. Otra criatura mui enferma en el Tebiquari me la defendia su Padre para que no la Baptizasse; no e topado indio, q̃ mayor resistencia me haga en cosa alguna que este. Enfin le engañe con dadivas, y q.^{do} estava baptizando la criatura, me estava el indio como amenazando: mira (me dezia) que no le venga mal a mi hijo. yo le asegurava, q̃ no le vendria sino mucho bien, y yo entiendo, q̃ ya le tendrá en el cielo.

Con estos, y otros casos de consuelo (q̃ por ser semejantes no especifico) se passó este camino con gusto librandome Dios de varios peligros en particular en uno reconoci la particular provid.^a del S.^{or} y fue assi: q̃ yendo subiendo una cuesta mui agria me canse, y para sustentarme pedi a un indio q̃ conmigo iba una lancilla, q̃ llevaba en la mano, y endo caminhando se me enredo entre unos isipos de manera q̃ al sacarla se cayó el hierro de la lança, y porq̃ no se perdiesse mande al indio, q̃ le guardasse para tornarle después a poner y clavar :después baxando otra sierra alargue el hasta de la lança para afirmarme, y al mismo tiempo se me enredaron

— 100 —

los pies en la maleça del monte, y cai de pechos sobre la hasta de la lança con tanta fuerça, q crei me avia lisiado de manera q a no averse caido el hierro de la lança con particularp rovidencia de Dios, me la atraviesso por el cuerpo sin remedio.

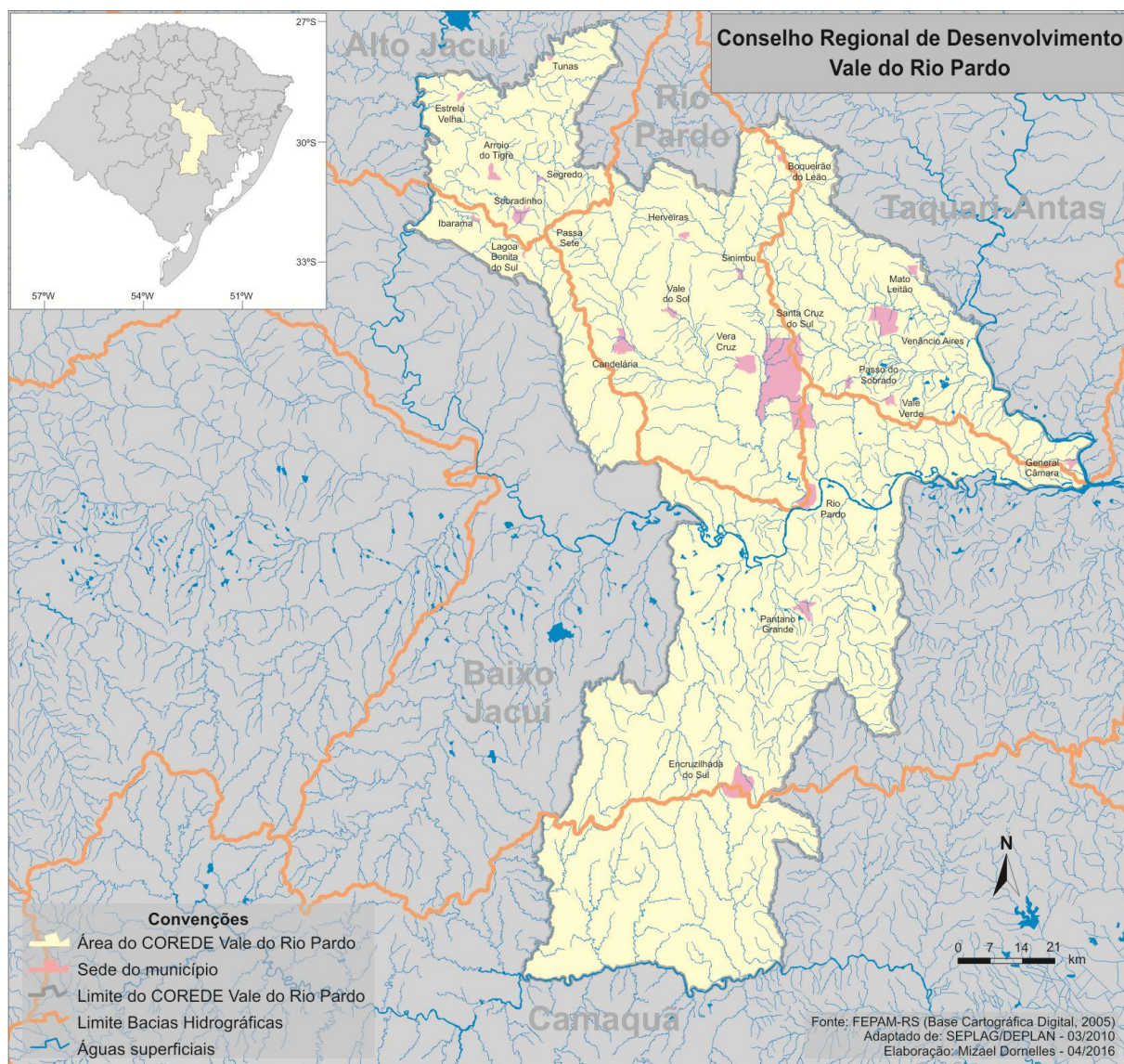
Dos mercadores, o mus de los Portugueses halle por estas tierras. el uno estaba sobre el Mbocariroi y se llama Ibiraparobi. este enfadado dellos, dexo ya su mal trato habele y ganele de manera q me acompaño tres dias con muestras de grande amor y queriendolo el assi, matricule la gente q se le avia allegado para la Visitacion donde me dio palabra de reduzirse, y creo lo cumplira. El otro se llama Parapopi, y esta en el Tebiquari, 4 leguas mas baxo de la boca del Mboapari. Este es grandissimo bellaco y el q a vendido toda esta nacion. a el vienen a parar todos los Tupis assi por el rio como por tierra (y los q V. R.^a cogió a el venian, y ya yo tenia noticia de su venida) del fian los Portugueses todos sus rescates, y de su casa parten todos los años las flotas de miserables cautivos, q llevan los Tupis por tierra (por donde me dizen solo tardan 5 dias hasta el mar). Yo iba con intento de traerle por fuerça si de su voluntad no quisiessse venir conmigo. mas no se q indio se me adelantó, y de noche le dió aviso y se huyó con algunos Tupis q consigo tenia, hizele quemar la casa y. destruir q.^{to} se pudo la comida, para q se baya de alli.

Con esto me bolvi a casa, donde e estado estos 8 dias indis- puesto de calenturas, mas ya gr̃as al Señor quedo bueno, y con entera salud para todo lo que V.R.^a me quisiere mandar. En los SS. Sacriff.^{os} de V. R.^a mucho me encomiendo. S.^a Teresa v febrero 4 de 1635.

Fran.^{co} Ximenez.

El annua del año pasado que venia con esta abierta, de- tengo aca.

ANEXO C - Mapa do COREDE Vale do Rio Pardo



Fonte: OBSERVADR (2019).

ANEXO D - Análise etimológica das taxionomias toponímicas

a) Taxionomias de natureza física:

- **Astrotopônimos:** de origem grega, o radical *astron* entrou no latim como *astrum* e, a partir daí, passou ao português como *astro*. Além de radical, a forma *astro* é utilizada atualmente também como substantivo e significa, de acordo com o Dicionário Caldas Aulete “nome genérico com que se designam todos os corpos celestes; estrelas, planetas, cometas e satélites” (Disponível em <http://www.aulete.com.br/astro>. Acesso em 26 de fev. de 2016). Portanto, um astrotopônimo é um nome de lugar dado em relação aos corpos celestes em geral. Ex.: Cruzeiro do Sul – RS.

- **Cardinotopônimos:** do latim *cardinalis*, (CUNHA, 1986, p. 155), significa, de acordo com Houaiss (2001, p. 623), “pólo (norte e sul), depois ponto cardeal, linha transversal traçada do norte ao sul”. Logo, percebe-se, nessa explicação, a origem da taxionomia, que indica um nome de lugar relativo às posições geográficas em geral. Ex.: Praia do Sul-BA.

- **Cromotopônimos:** radical de origem grega “*chrôma, atos*, no sentido de cor” (HOUAISS, 2001, p. 877). A taxionomia indica os topônimos relativos à escala cromática. Ex.: Colorado – PR.

- **Dimensiotopônimos:** de acordo com Cunha (1986, p. 266), o radical origina-se “do latim *dimensio-onis*, sentido em que se mede a extensão para avaliá-la, tamanho”. A taxionomia é utilizada para indicar topônimos relativos às dimensões dos acidentes geográficos. Ex.: Vale Real – RS.

- **Fitotopônimos:** conforme considerações de Cunha (1986, p. 360), o radical vem “do grego *phyt(o)-*, de *phytón* ‘planta’, que se documenta em inúmeros vocábulos eruditos introduzidos na linguagem científica internacional, a partir do século XVIII, particularmente no domínio da botânica”. Fica esclarecido, então, nessa explicação, o sentido da taxionomia, que indica nomes de lugares derivados de nomes de plantas. Ex.: Ipê – RS.

- **Geomorfotopônimos:** composta pelo radical *geo*, que se origina “do grego *ge*, ês terra (em todos os sentidos), país, região” (HOUAISS, 2001, p. 1444) e pelo radical *morfo*, também “do grego *morphe, es*, ocorrente em cultismos do século XIX em diante” (HOUAISS, 2001, p. 1961), a taxionomia é relativa às formas do relevo terrestre ou às formas topográficas. Ex.: Colinas – RS.

- **Hidrotopônimos:** de acordo com Cunha (1986, p. 409), o radical vem “do grego *hydro-* de *hýdor* – *atos* ‘água’”. A taxionomia indica os nomes de lugar relativos aos acidentes hidrográficos em geral. Ex.: Riozinho – RS.

- **Litotopônimos:** o radical, consoante Houaiss (2001, p. 1772) vem “do grego *lithos, ou* ‘pedra’”. Indica os nomes de lugar relativos aos minerais ou à constituição do solo. Ex.: Lajeado – RS.

- **Meteorotopônimos:** Cunha (1986, p. 517) explica o significado e o percurso etimológico do radical *meteoro*: “qualquer fenômeno atmosférico [...]”. Do francês *metéore*, derivado do latim medieval *meteora* e, este, do grego *metéoros* ‘elevado ao ar’. A taxionomia é relativa aos fenômenos atmosféricos. Ex.: Chuvisca – RS.

- **Morfotopônimos:** de acordo com Cunha (1986, p. 533) o radical origina-se “do grego *morpho-*, de *morphe* ‘forma’”. A taxionomia é relativa aos nomes de lugares que indicam formas geométricas. Ex.: Triângulo Mineiro – MG.

- **Zootopônimos:** o radical *zoo* vem “do grego *zôion, ou* (com iota subscrito) ‘ser vivo, animal’, já presente no latim científico do século XVI, nos vernáculos do século XVIII em diante, em especial nas ciências naturais” (HOUAISS, 2001, p. 2910). A taxionomia é relativa aos nomes de lugar derivados de nomes de animais. Ex.: Anta Gorda – RS.

b) Taxionomias de natureza antropológica:

- **Animotopônimos** ou **nootopônimos:** o primeiro radical significa alma, do latim “Alma (princípio vital) sopro vital, vida” (FARIA, 1975, p. 80), ao que Houaiss (2001, p.222) acrescenta: “do latim *anima* nominativo singular de *anima, ae* ‘sopro, alento, alma’”. Já o segundo vem “do grego *nóos-noûs, nóou-noû* ‘inteligência, espírito, mente, pensamento’”(HOUAISS, 2001, p. 2026). A taxionomia, portanto, é constituída por topônimos relativos à vida psíquica e/ou à cultura espiritual. Ex.: Feliz – RS.

- **Antropotopônimos:** o radical vem do grego *antrophus, ou* e significa, efetivamente, homem (HOUAISS, 2001, p. 240). A taxionomia indica nomes de lugares motivados a partir de nomes próprios de pessoas. Ex.: Bento Gonçalves – RS.

- **Axiotopônimos:** de acordo com Houaiss (2001, p. 360) o radical provém “do grego *áksios, a, on* ‘ponderável, valioso; digno, que merece; conveniente’”. Por exemplo, um axiônimo é, de acordo com o dicionarista acima, “um nome ou locução com que se presta reverência a determinada pessoa do discurso”, como Vossa Excelência. Nesse sentido, a taxionomia é relativa a títulos e dignidades que

acompanham os nomes próprios individuais. Ex.: Doutor Ricardo – RS.

- **Corotopônimos:** o radical tem origem no “grego *khôros*, ou espaço, lugar, localização (no espaço e no tempo); local determinado, país, região, terra, campo” (HOUAISS, 2001, p. 840). Nos estudos toponímicos, a taxionomia ocorre quando nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes são utilizados para a nomeação de novos lugares. Ex.: Ipanema (bairro de Porto Alegre) – RS.

- **Cronotopônimos:** o radical origina-se da forma grega *khronos*, ou e significa tempo (HOUAISS, 2001, p. 877). A taxionomia é relativa a indicadores cronológicos como, por exemplo, os adjetivos novo(a) e velho(a). Ex.: Novo Hamburgo – RS.

- **Ecotopônimos:** conforme Houaiss (2001, p. 1096), o radical vem do grego *oikos*, ou e significa “casa, habitação; bens, família”. A taxionomia é utilizada para indicar nomes de lugar motivados por qualquer tipo de habitação. Ex.: Barracão – RS.

- **Ergotopônimos:** Houaiss (2001, p. 1187) explica que o radical tem origem no “grego *érgon*, ou ‘trabalho, ocupação, obra, ação’; ocorre em cultismos do século XIX em diante”. Percebe-se, portanto, porque a taxionomia é relativa a topônimos motivados por elementos da cultura material. Ex.: Jangada – MT.

- **Etnotopônimos:** para Houaiss (2001, p. 1272) a origem do radical está no grego *éthnos*, eos-ous e significa “toda classe de seres de origem ou de condição comum, donde ‘raça, povo, nação; classe, corporação’; segundo os antigos, de *éthos* ‘costume’, a saber, grupos de homens que têm os mesmos costumes”. A taxionomia indica nomes de lugar relativos aos elementos étnicos. Ex.: Teutônia – RS.

- **Dirrematopônimos:** composta por duas partes, o prefixo grego *di* e o radical grego *rema*, a taxionomia é relativa a topônimos constituídos de frases ou enunciados linguísticos. O prefixo *di* significa duas vezes e o radical *rema* quer dizer a “parte da frase que diz algo de novo sobre o tema; comentário” (HOUAISS, 2001, p. 2423). Etimologicamente, segundo o dicionarista, vem “do grego *rhêma*, atos ‘tudo que se diz, palavra, fala, objeto do discurso’”. (p. 2423). Ex.: Não-me-Toque – RS.

- **Hierotopônimos:** o radical vem “do grego *hierós*, á ou *os*, óis ‘sagrado, santo, divino’; ocorre em cultismos ligados sobretudo à religião, documentado na língua desde o século XV” (HOUAISS, 2001, p. 1531). Nos estudos toponímicos, a taxionomia é utilizada para indicar nomes de lugar referentes a crenças sagradas, a associações religiosas e até mesmo a lugares de culto. Ex.: Igrejinha – RS. Os hierotopônimos dividem-se em duas subcategorias, hagiopônimos e mitotopônimos, cuja exemplificação encontra-se a seguir.

- **Hagiopônimos:** o radical provém “do grego *hágios*, a, on ‘santo, sagrado’ (HOUAISS, 2001, p. 1503) e, de acordo com Cunha (1986, p. 402), “se documenta em vocábulos eruditos, alguns formados no próprio grego, [...] e alguns outros introduzidos nas línguas de cultura, particularmente na linguagem da Igreja.” A taxionomia é empregada na análise de nomes de lugar relativos aos santos do hagiológico católico romano. Ex.: São Leopoldo – RS.

- **Mitotopônimos:** de acordo com Houaiss (2001, p. 1936), o radical origina-se “do grego *mûthos*, ou ‘fábula, relato, discurso, palavra’.” A taxionomia é relativa aos nomes de lugar referentes a entidades mitológicas. Ex.: Exu – PE.

- **Historiotopônimos:** para Houaiss (2001, p. 1543) o radical entrou no português pela forma latina *historia*, mas a origem é “do grego *historia*, as ‘pesquisa, informação, relato, história’.” A taxionomia é relativa aos movimentos de cunho histórico, a seus membros e a datas comemorativas. Ex.: Farroupilha – RS.

- **Hodotopônimos:** o radical origina-se “do grego *hodós*, ou ‘caminho, via’.” (HOUAISS, 2001, p. 1544) e a taxionomia é utilizada referente a nomes de lugar relativos às vias de comunicação, sejam rurais ou urbanas. Ex.: Viadutos – RS.

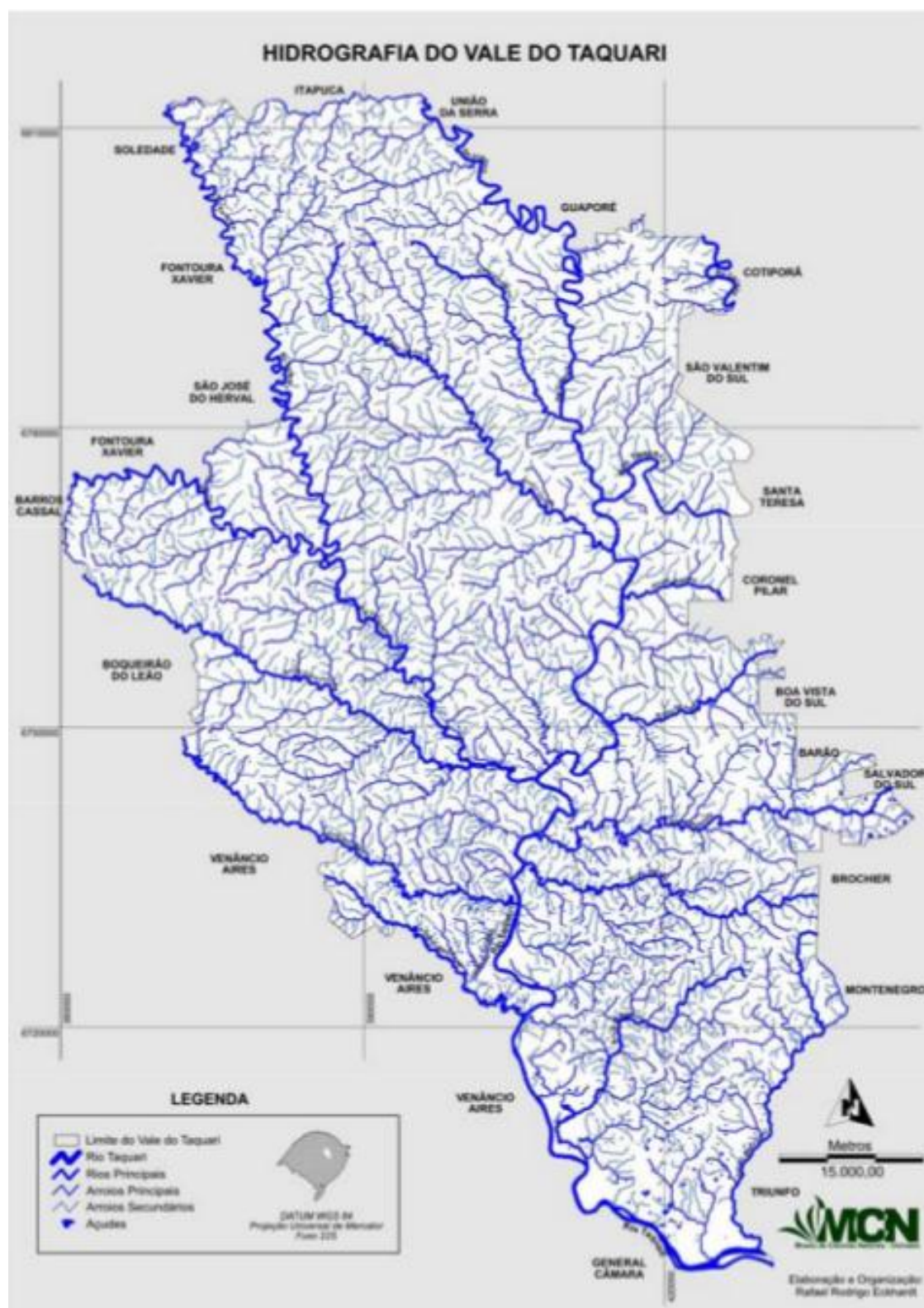
- **Numerotopônimos:** a origem do radical está no latim *numerus*, is (HOUAISS, 2001, p. 2035) e significa, conforme Cunha (1986, p. 553) “palavra ou símbolo que expressa a quantidade”. A taxionomia refere-se aos nomes de lugar referentes aos adjetivos numerais. Ex.: Dois Irmãos – RS.

- **Poliotopônimos:** de acordo com Houaiss (2001, p. 2248), o radical vem “do grego *polis*, eos ‘cidade’.” A taxionomia é empregada para analisar os nomes de lugar relativos às palavras vila, aldeia, cidade, povoado, etc. Ex.: Arraial – PI.

- **Sociotopônimos:** a origem do radical “do latim *socius*, a, um ‘que acompanha; associado a ou com’” (HOUAISS, 2001, p. 2595). A taxionomia refere-se a nomes de lugar provenientes de atividades profissionais, de lugares de trabalho ou de pontos de encontro de uma comunidade. Ex.: Olaria – MG.

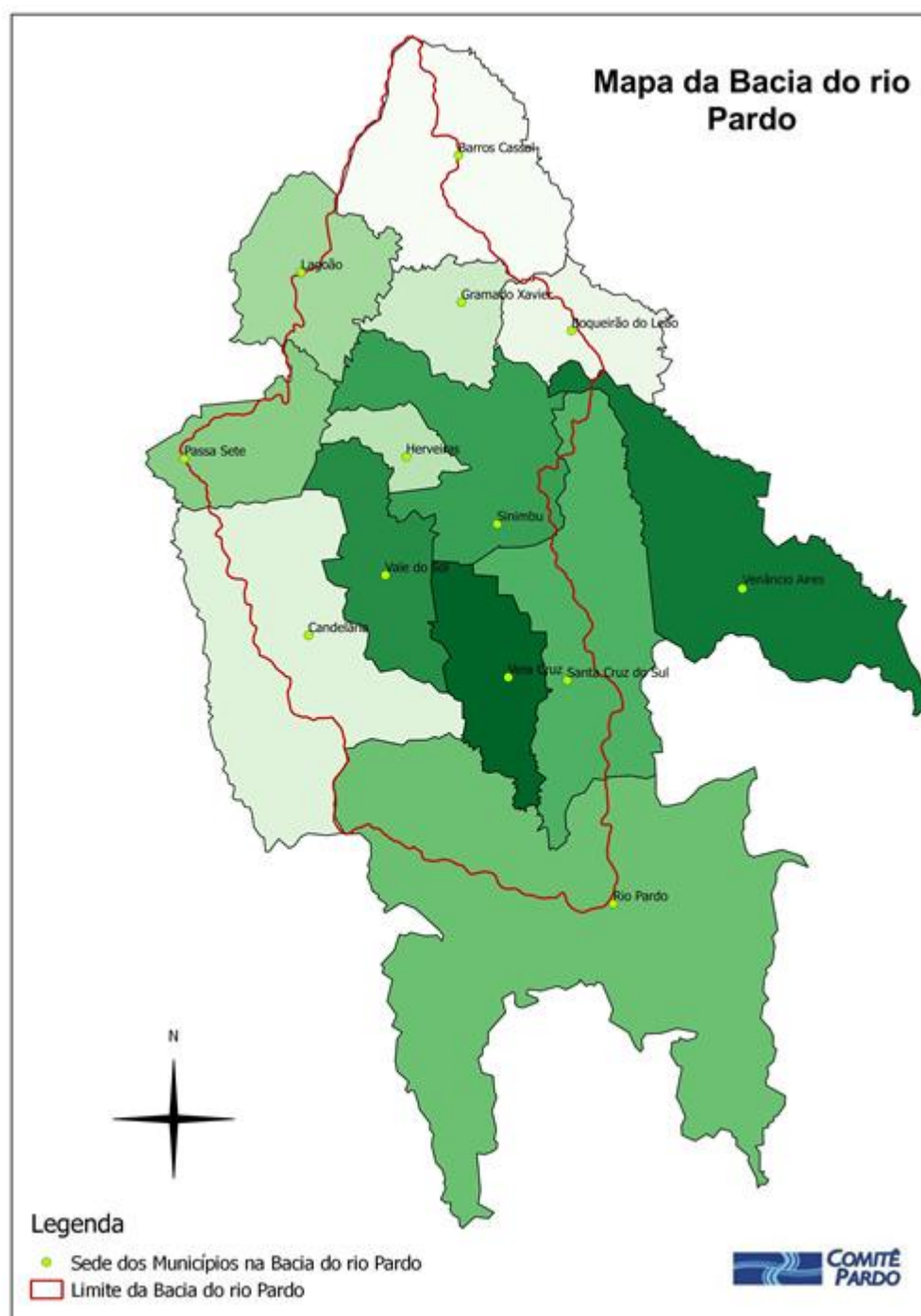
- **Somatopônimos:** a origem do radical está no grego *sôma*, tos, que significa corpo. Ainda, de acordo com Houaiss (2001, p. 2605), é “relativo a ou próprio do organismo considerado fisicamente; físico, corporal.” A taxionomia indica nomes de lugar relativas, metaforicamente, às partes do corpo humano ou animal. Ex.: Braço do Trombudo – SC.

ANEXO E - Mapa da Hidrografia do Vale do Taquari



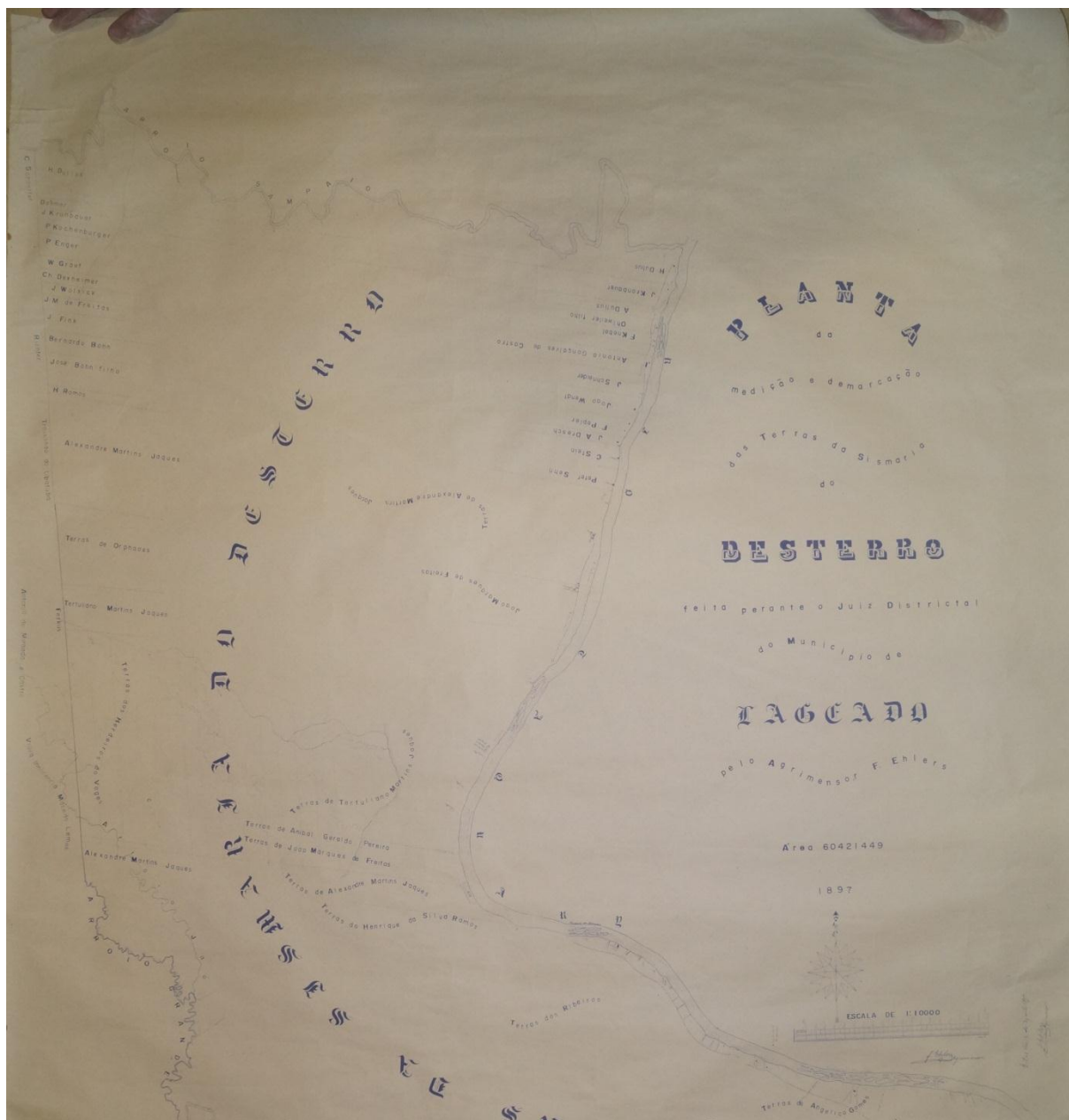
Fonte: KREUTZ (2008, p. 145).

ANEXO F – Mapa da BH Rio Pardo e seus municípios



Fonte: COMITÊ PARDO, 2019.

ANEXO H – Planta Sesmaria Desterro (1897)



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Lajeado (2019).



UNIVATES

R. Avelino Talini, 171 | Bairro Universitário | Lajeado | RS | Brasil
CEP 95914.014 | Cx. Postal 155 | Fone: (51) 3714.7000
www.univates.br | 0800 7 07 08 09